

# UNIVERSIDADE ABERTA



Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680:  
das hegemónias florentinas às genovesas

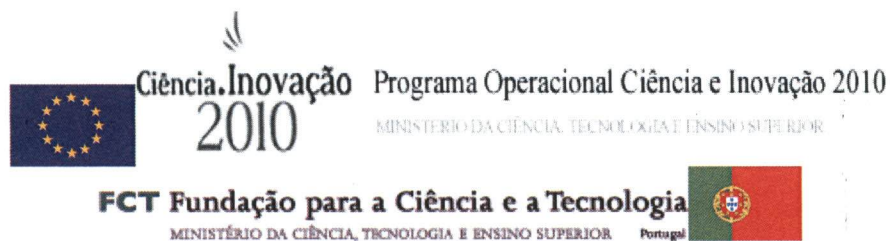
Nunziatella Alessandrini

Tese de Doutoramento

Ramo: História  
Especialidade: História Moderna

Vol. I

Lisboa, Setembro de 2009



## ÍNDICE

Resumo.....	p. 4
Introdução.....	p. 6
<b>Capítulo 1.</b> Os Italianos em Portugal nos séculos XVI e XVII: panorama historiográfico e estado da arte.....	p. 10
1.1 Objectivos, metodologia da investigação e escolha das fontes.....	p. 13
1.2 Perspectivas historiográficas da presença italiana em Portugal.....	p. 17
1.2.1 Linhas de investigação no século XIX.....	p. 21
1.2.2 Quadro actual da investigação.....	p. 29
<b>Capítulo 2.</b> Percursos da presença italiana em Portugal no século XV.....	p. 59
2.1 Da chegada a Portugal de Genoveses, Venezianos, Milanese, Florentinos.....	p. 61
2.2 Das casas comerciais.....	p. 83
2.3 Das relações luso-italianas.....	p. 86
<b>Capítulo 3.</b> A hegemonia florentina na Lisboa de Quinhentos: mercadores, diplomatas e capitães.....	p.93
3.1 Mercadores toscanos e lombardos no Atlântico e no Índico.....	p.105
3.1.1 As casas Marchionni e Sernigi.....	p.107
3.1.2 A casa Affaitati.....	p.134
3.1.3 A casa Giraldi.....	p.154
3.2 Diplomatas ao serviço da coroa portuguesa.....	p.178
3.2.1 Nicolao Pietro Coccino.....	p.179
3.2.2 Francisco Giraldi.....	p.187
3.3 Capitães ao serviço da coroa portuguesa.....	p.193
3.3.1 Paulo e Vasco da Gama.....	p.195
3.3.2 Cosme de Lafetà.....	p.200

<b>Capítulo 4. A hegemonia genovesa na Lisboa de 1580 a 1680: permanências e novos percursos.....</b>	<b>p.216</b>
4.1 O último quartel de Quinhentos e a perda da independência.....	p.223
4.1.1 A percepção italiana da passagem da soberania portuguesa à castelhana.....	p.226
4.1.2 Os desenhos do grão-duque de Toscana e os florentinos em Lisboa no último quartel de Quinhentos.....	p.238
4.2 Capitais milaneses e genoveses no Portugal de Filipe I.....	p.259
4.2.1 Giovan Battista e Francesco Rovellasca mercadores milaneses em Lisboa (1575-1600 ca.).....	p.261
4.2.2 A ascensão dos genoveses no panorama da economia portuguesa do último quartel de Quinhentos: Stefano e Sebastião Lercaro.....	p.279
4.3 Fracassos e sucessos: percursos italianos no século XVII em Lisboa.....	p.290
4.3.1 Italianos em Lisboa na primeira metade do século XVII.....	p.292
4.3.2 A rede comercial genovesa em Lisboa: Nicolao Micone, Francesco André Carrega e Gio Girolamo Gherisi.....	p.306
Conclusão.....	p.322
Bibliografia.....	p.333

## Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível com o concurso de múltiplos contributos que não posso deixar, aqui, de mencionar.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha orientadora Prof. Doutora Ana Paula Avelar pela forma inesquecível como me acompanhou ao longo deste percurso.

Ao Professor Doutor Gaetano Sabatini da Universidade de Roma III agradeço as sugestões de contactos e de informações e a disponibilidade que sempre manifestou para com o meu trabalho. Da mesma forma, um agradecimento ao Doutor Claudio Marsilio da Universidade de Génova pelos materiais, éditos e inéditos, que me disponibilizou e a forma sempre disponível como sempre respondeu às minhas dúvidas.

À Prof. Doutora Mariagrazia Russo da Universidade de Viterbo expresse a minha gratidão pelas sugestões bibliográficas e à Doutora Paola Volpini do Instituto Universitario de Florença a gentileza com que atendeu e satisfez os meus pedidos de esclarecimentos.

Ao Prof. Doutor Luís Filipe Barreto e à Prof. Doutora Ana Cristina Costa Gomes vai o meu agradecimento pelas sugestões e comentários e pela disponibilidade que sempre manifestaram. Pelas conversas esclarecedoras um agradecimento à Prof. Doutora Leonor Freire Costa.

Aos meus colegas do programa *Cliohres* com quem houve, ao longo de quatro anos, frutíferas trocas de impressões e informações, vai o meu agradecimento. Uma particular palavra aos Professores Doutores Viktor Zakharov da Universidade de Moscovo e Mark Häberlein da Universidade de Bamberg que me disponibilizaram materiais, informações e sugestões.

Igualmente agradeço ao médico e investigador Gonçalo Nemésio pela simpática disponibilidade com que me facultou informações sobre a matéria em estudo.

Deixo, ainda, um agradecimento a todos os funcionários das bibliotecas e arquivos, nacionais e estrangeiros, pelo auxílio prestado. Gostava de destacar o Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto onde fui sempre recebida com simpatia e carinho. Aos padres Dino Gottardi, Angelo Favero, Francesco Temporin e Carlos Macedo, o meu mais sentido “Grazie”!

Ainda, aos meus caros amigos Massimo Borioni, Marina Maioli e Ambra Alessandrini o meu reconhecimento pela ajuda na procura do material bibliográfico no estrangeiro.

Um agradecimento muito especial à minha amiga e colega Anabela M. Soares que com infinita paciência me acompanhou na revisão do texto e sempre me incentivou a não desistir deste trabalho.

Por fim, mas não por último, à minha família, Gabriel e a Chiara Sofia pela paciência, pelo carinho e pelo alento vai a minha gratidão.

## **Resumo**

A importância da presença italiana na península ibérica foi objecto de estudo por parte da historiografia portuguesa e estrangeira que se debruçou sobre as influências económicas e culturais destes estrangeiros desde os primórdios até ao século XVII.

A pesquisa por nós desenvolvida em torno desta comunidade permitiu avançar com novos dados. Estes completam e aprofundam as teias de relações familiares e interindividuais dos italianos residentes em Lisboa (séculos XVI e XVII) com conceituadas famílias portuguesas, e analisam percursos de vida de mercadores até agora nunca estudados.

Mantendo uma constante ligação com o passado e verificando as razões subjacentes ao desenvolvimento dos vários acontecimentos, procura-se no presente trabalho, enquadrar as famílias italianas e a sua actividade no seio da sociedade portuguesa dos séculos em questão, focalizando a atenção sobre a passagem da hegemonia florentina das primeiras décadas de Quinhentos, à hegemonia genovesa, cujo apogeu se afirma a partir do último quartel de Quinhentos.

Apresenta-se igualmente os perfis dos protagonistas italianos de modo a desvendar o peso desta comunidade na sociedade portuguesa dos séculos XVI e XVII.

## **Abstract**

La presenza italiana nella penisola iberica è stata oggetto di ricerche da parte della storiografia portoghese e straniera che ha studiato le influenze economiche e culturali di questi stranieri dai loro primi insediamenti documentati fino al secolo XVII.

La nostra ricerca ha permesso di aggiungere nuovi dati relativi a questa comunità. Tali informazioni completano e approfondiscono le relazioni familiari e interpersonali degli italiani residenti a Lisbona (secoli XVI e XVII) con prestigiose famiglie portoghesi, e analizzano percorsi di vita di mercanti non ancora studiati.

Mantenendo un costante legame con il passato e verificando le cause dei diversi avvenimenti, ci si propone, con il presente lavoro, di inquadrare le famiglie italiane e la loro attività nell'ambito della società portoghese nei secoli succitati. Si focalizza l'attenzione sul passaggio dall'egemonia fiorentina delle prime decadi del Cinquecento, all'egemonia genovese il cui apogeo si riscontra a partire dall'ultimo quarto del secolo XVI.

Si presenta, inoltre, il profilo di alcuni protagonisti italiani con l'obiettivo di sottolineare il peso di questa comunità nella società portoghese dei secoli XVI e XVII.

## **Introdução**

O presente trabalho surge como continuidade e aprofundamento da realidade italiana em Lisboa esboçada na nossa dissertação de mestrado que se debruçava sobre a comunidade italiana nos reinados de D. Manuel e D. João III dando particular atenção à actuação florentina. Ao longo da investigação confrontámo-nos, frequentemente, com documentos, ainda inéditos, relacionados com a presença italiana em Lisboa no período posterior ao que era, então, objecto do nosso estudo.

Tendo em conta a importância da actuação deste grupo de estrangeiros na economia portuguesa e considerando que ainda faltava um estudo de sistematização, resolvemos levar a cabo a tarefa de colmatar esta lacuna.

Assim, ao continuar o aprofundamento da temática iniciada anteriormente, resolvemos desvendar os percursos da comunidade italiana em Lisboa traçando, deste modo, um quadro da sociedade portuguesa, até agora pouco estudado, onde a presença italiana se revela marcante.

Apesar de serem vários os contributos que se debruçaram sobre a presença italiana no período das viagens das descobertas portuguesas desde o século XIV até às primeiras décadas do século XVI, e apesar de aparecerem esporadicamente, em estudos parcelares, notícias sobre membros de famílias italianas residentes em Lisboa na segunda metade do século XVI e no século XVII, parece que este grupo de estrangeiros não teve a atenção que o seu contributo merece.

Através do nosso trabalho, que dividiremos em quatro capítulos, queremos por um lado, não cortar a continuidade com o passado, e, por outro lado, valorizar a intervenção italiana na sociedade portuguesa dos séculos XVI e XVII.

Assim em primeiro lugar procuramos averiguar as linhas de força caracterizadoras da historiografia sobre as relações luso-italianas. Neste primeiro capítulo intitulado *Os Italianos em Portugal nos séculos XVI e XVII: panorama historiográfico e estado da arte*, compulsamos os estudos portugueses e italianos que desde o século XIX abordaram o tema e que se tinham debruçado sobre figuras de mercadores que, nas primeiras décadas de Quinhentos, ocuparam cargos de renome junto da administração da coroa contribuindo com avultados capitais para a Fazenda Real.

O segundo capítulo, *Percursos da presença italiana em Portugal no século XV*, terá a função de reatar o fio com o passado e, de certo modo, servir de base para uma melhor compreensão do percurso italiano dos séculos alvo do nosso trabalho. Serão apresentados, de facto, os antecedentes da vinda italiana para Portugal, numa síntese em que o nosso propósito será desenhar o quadro social em que estes estrangeiros actuavam, relacionando factos e acontecimentos. Neste capítulo pretendemos apresentar, em breves traços, a relação que a comunidade italiana mantinha com os mercadores portugueses, assim como as características do funcionamento das suas casas comerciais.

Para a realização dos capítulos seguintes, resolvemos proceder a uma divisão entre as “influências” florentinas, temática que será desenvolvida no terceiro capítulo, e genovesas, assunto do quarto capítulo, tendo sempre em conta a presença e a influência de operadores comerciais oriundos de outras regiões italianas.

Se com o trabalho de mestrado nos aproximámos do grupo dos florentinos e tratámos da sua participação nos comércios no Atlântico e no Índico, com o

presente trabalho retomaremos estas grandes figuras de mercadores, aprofundando a sua actuação na economia portuguesa, salientando os laços de parentesco com a nobreza portuguesa e desvendando os percursos dos seus descendentes. Sob o título de *A hegemonia florentina na Lisboa de Quinhentos: mercadores, diplomatas e capitães*, iremos percorrer os caminhos seguidos pelos descendentes das grandes casas comerciais florentinas procurando verificar se muitos dos filhos e netos dos grandes mercadores-banqueiros florentinos desta altura não se dedicaram a continuar a actividade dos seus pais e avós, mas preferiram seguir outros caminhos sinalizando assim a mudança de um tempo.

No que diz respeito à estrutura do capítulo, apercebemo-nos da necessidade de distinguir algumas das famílias mais conceituadas, colocando-as em destaque. Esta escolha derivou da necessidade de definir, através de documentação em nossa posse, a história vivencial destas famílias e a dos seus descendentes, histórias essas ausentes na historiografia actual, para que os laços relacionais e a interacção social com os seus conterrâneos e com os portugueses se torne mais visível. Relativamente a algumas destas figuras dispomos de documentação que nos permite traçar um percurso biográfico suficientemente detalhado, em outros casos a escassez documental permite resgatar do esquecimento apenas alguns momentos destas vivências, desses acontecimentos.

No quarto capítulo, *A hegemonia genovesa na Lisboa de 1580 a 1680: permanências e novos percursos*, destacaremos, através de vozes italianas, a passagem sob a dominação filipina e centraremos a nossa atenção sobre o impacto da intervenção genovesa, que irá manter-se, em fases alternadas, até finais de Seiscentos.

No entanto, não deixaremos de lado outros protagonistas da cena económica portuguesa e seguiremos o caminho descendente dos florentinos através da actuação de Jacome de Bardi, último representante dos antigos

magnates com quem tinha encetado sociedades que lhe garantiram manter-se na órbita dos mais lucrativos negócios que a coroa dispensava aos mercadores.

A estrutura do quarto capítulo seguirá a do precedente, visto que o reconstruir o labor das famílias italianas activas em Lisboa nesta altura, obrigou-nos a percorrer vivências familiares distintas apesar de os seus caminhos se cruzarem continuamente.

Compulsaram-se uma pluralidade de documentos sendo que aqueles que consideramos mais relevantes no quadro do trabalho que apresentamos, os resolvemos reunir em anexo.

## **Capítulo I**

### **Os Italianos em Portugal nos séculos XVI e XVII: panorama historiográfico e estado da arte**

Desde o século XII que nos deparamos com vários momentos da chegada de italianos ao território português, fluxo que se mantém ao longo dos sucessivos séculos, alcançando o seu auge no século XVI.

As modalidades e as características da chegada e permanência no tecido socioeconómico de grupos de italianos apresentam denominadores comuns, sejam eles florentinos, venezianos, genoveses, milaneses, prazentinos, sicilianos, bolonheses, os quais se deslocavam à procura de mercados cada vez mais lucrativos. Assim, podia acontecer que membros da mesma família ao estabelecerem-se em diferentes e distantes cidades da península ibérica mantivessem regulares e frequentes relações comerciais entre si, estabelecendo teias económicas que ultrapassavam as barreiras geo-políticas, revelando uma mentalidade fortemente empresarial. Além desta procura dos melhores mercados, outra característica comum se revela entre as diferentes comunidades italianas no

estrangeiro, isto é, a forte relação económica e sentimental que todos os membros mantiveram com a cidade de origem. Devemos, de facto, sublinhar que “Durante il Medioevo (...) il concetto degli Italiani fuori d’Italia è irreal: i mercanti italiani si consideravano anzitutto fedeli alla città madre da cui essi, o i loro avi, provenivano.”<sup>1</sup>

Devido às várias conjunturas quer económicas, quer políticas que o País acolhedor apresentava, esta presença manifestara-se, ao longo dos séculos, com maior ou menor consistência. A presença italiana em Portugal não é pois excepção, logo a seguir às primeiras viagens para o Oriente, o reino de Portugal acolhia no seu território uma quantidade de estrangeiros que procuravam participar na nova “empresa das Descobertas”.

Entre tais estrangeiros, a maior parte dos quais mercadores, contava-se um número assaz significativo de italianos provenientes de diferentes regiões que, esquecidas ou, pelo menos, postas de parte as divergências derivadas das lutas intestinas que afligiam as cidades italianas, constituíram em Portugal uma compacta e rica comunidade de mercadores empreendedores. Vários são os estudos, nomeadamente portugueses e italianos, que intentaram revelar o papel dos italianos nas descobertas portuguesas, desenvolvendo um intenso debate em torno destas questões. Tal debate acerca da dimensão da contribuição italiana na expansão portuguesa já se tinha desencadeado anteriormente, contudo, a partir dos anos cinquenta do século XX, as diferentes abordagens que se debruçaram sobre esta matéria apontaram para novos caminhos de investigação.

Além de contributos específicos sobre a temática das relações luso-italianas, e sobre a actividade de italianos em Portugal, devemos destacar obras que, ao debruçarem-se sobre a história dos séculos XIV, XV e XVI, tiveram necessariamente de mencionar o contributo económico e cultural dos

---

<sup>1</sup> David Abulafia, “Gli italiani fuori d’Italia”, in *Gli Orizzonti Aperti. Profili del mercante medievale*, Paravia/Scriptorum, 1994, p.175.

estrangeiros, italianos inclusive, aquando da empresa da Expansão Portuguesa. De facto, é frequente aparecerem nomes de estrangeiros ligados a mercadores portugueses, assim como é comum surgirem cartas régias ou privilégios comerciais outorgados a estrangeiros, ou, ainda, não é invulgar encontrar estrangeiros a fechar negócios com a própria coroa portuguesa.

A procura dos primeiros vestígios italianos em Portugal foi sentida como inevitável e necessária para marcar as etapas fundamentais do estabelecimento da comunidade italiana em Lisboa e para traçar um quadro geral do percurso e da permanência dos italianos em Portugal.

Compreenda-se, pois, que logo a seguir à viagem de Vasco da Gama, o olhar estrangeiro sobre o reino de Portugal nunca mais foi o mesmo. A empresa suscitou um enorme impacto na Europa de então e, em breve, importantes mudanças económicas aconteceriam. Cartas, relações e correspondência de vários géneros percorreram os países europeus narrando o início duma “nova era”.

No ocaso do século XV e início do século XVI, vivia em Lisboa uma numerosa colónia de italianos que participa na rede de trocas estabelecida a partir do comércio oriental e que, em 1518, irá construir em território português uma própria igreja directamente dependente da Santa Sé de Roma e completamente autónoma da jurisdição portuguesa, símbolo da afirmação de uma identidade consolidada.

É importante referir este acontecimento porque a Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Igreja da Nação Italiana, além de marcar peremptoriamente a identidade deste grupo de estrangeiros, foi guardando, ao longo dos séculos, documentos que relatam acontecimentos relativamente à própria igreja e aos italianos residentes em Lisboa, constituindo-se um valioso arquivo. A exploração da documentação aí guardada proporcionou-nos traçar a presença das várias

famílias italianas em Lisboa ao longo dos séculos. Aí recolhemos informações quer do âmbito económico quer genealógico. A documentação deste arquivo, inédita na sua maioria, cruzada com fontes dos arquivos portugueses e italianos, permite traçar a actividade da comunidade italiana em Lisboa ao longo dos séculos XVI e XVII, objecto primeiro desta nossa investigação.

### **1.1 Objectivos, metodologia da investigação e escolha das fontes**

Sendo, como acabámos de referir, o objectivo da nossa pesquisa a reconstituição da presença da comunidade italiana em Lisboa do século XVI até 1680, tivemos que escolher como analisaríamos as fontes de que dispúnhamos e que foram por nós compulsadas em vários arquivos em Portugal e Itália. Recorde-se que já na nossa dissertação de Mestrado tínhamos investigado sobre a presença italiana em Portugal, nomeadamente na sua acção no seio da Igreja de Nossa Senhora do Loreto.

Reconstruir a vida e actividade dum colectivo, o seu percurso vivencial, a sua actividade económica, as suas relações com a sociedade de acolhimento e, finalmente as suas relações com os seus conterrâneos, obrigou a uma divisão do trabalho em duas partes: na primeira tratamos o assunto mais conhecido e estudado – a hegemonia dos capitais florentinos – e na segunda tratamos da hegemonia dos capitais genoveses. Apesar de muito pouco estudada esta segunda realidade corrobora o que historiadores conceituados definiram como o *século dos genoveses*.

Efectivamente, se muito foi escrito sobre a presença estrangeira em Lisboa nas primeiras décadas do século XVI, as notícias foram diminuindo à medida que

se avançava no tempo, até desaparecer quase por completo à chegada ao século XVII. Parece, contudo, que as mais recentes directrizes de investigação, sobre as quais mais adiante nos debruçaremos, apontam para um interesse renovado relativamente às questões portuguesas desde o último quartel do século XVI e século XVII à luz das fontes italianas.

Foi a nossa experiência anterior no arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa que nos levou a continuar a tarefa de trazer ao conhecimento histórico factos sepultados há séculos no pó do arquivo. A dificuldade de manuseamento dos documentos, devido à falta da catalogação dos mesmos, tornou este trabalho muito demorado e conseqüentemente incompleto, pelo que julgamos produzir apenas um subsídio para o estudo da comunidade italiana neste período: foi impossível, de facto, passar a pente fino os milhares de documentos avulsos contidos nas caixas que constituem o arquivo. Por isso ainda muito há por fazer no sentido de completar o quadro da actividade italiana no século XVII em Lisboa.

Tendo em consideração a escassa exploração dos arquivos portugueses nessa matéria, a ideia original foi a de utilizar apenas fontes portuguesas no intuito de averiguar, se possível, a ideia que em Portugal se tinha dos mercadores italianos. No entanto, tivemos que nos apoiar também em fontes italianas para desenhar um quadro mais completo sobre os membros da comunidade italiana em Lisboa, desvendando a sua proveniência e esboçando a sua genealogia.

Começámos assim por, a partir da documentação encontrada no arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, levantar os nomes e apelidos italianos dos que residiam e trabalhavam em Lisboa. Levantámos a sua proveniência, tarefa dificultada pelo facto de, frequentemente, esta não constar na documentação do arquivo. Importa igualmente ter em atenção que o arquivo da Igreja do Loreto, sofreu um incêndio que o destruiu parcialmente em 1651. Muita da

documentação desapareceu nesta altura, tornando ainda mais difícil a investigação relativa aos anos de que se ocupa o nosso trabalho. Por outro lado, devemos salientar que os italianos membros da confraria de Loreto que frequentavam a igreja não esgotavam o número total de italianos presentes na capital portuguesa. O caso da família dos Affaitati é disto exemplo: nenhum dos membros da dita família aparece nos documentos da igreja. Para além destes, não encontramos igualmente qualquer vestígio dos Sernigi e dos Marchionni, seja nos Livros Mestres nem nos vários traslados de escrituras de compra, venda e testamentos por nós consultados. É certo que ocorreu o incêndio, mas o facto de pretendermos traçar o percurso de uma comunidade nos obrigou, por isso, a alargar o nosso campo de investigação. No entanto, e baseando-nos na consulta dos *Livros Mestres da Receita e Despesa* do arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto conseguimos quantificar, através do pagamento da taxa de 1/4 por cento a que todos os mercadores italianos estavam sujeitos, os valores dos negócios destes mercadores, averiguando, assim, a sua estratégia financeira.

Outros fundos constituíram, como já adiantámos, o núcleo básico da nossa investigação que foi completada com notícias extraídas de fontes impressas. A documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nomeadamente as *Chancelarias Régias*, o *Corpo Cronológico*, os *Registos das Mercês*, da Biblioteca Nacional, o *Fundo Geral* e a *Colecção Pombalina*, entre outros, ajudaram-nos a traçar alguns percursos importantes, abordando pela primeira vez, ou mesmo completando, os perfis individuais dos italianos que em Portugal, e mais em particular na sua capital, residiam e trabalhavam. As referências directas ou indirectas à acção e à intervenção de italianos encontradas nesta documentação foram fundamentais para esta investigação.

Nos arquivos italianos procurámos preencher os hiatos que se iam esboçando. A consulta de relações e notícias tanto impressas como manuscritas,

algumas inseridas no apêndice deste trabalho, preencheu estes “vazios” dando continuidade ao horizonte vivencial do nosso trabalho. A riqueza que os arquivos italianos disponibilizam relativamente a este assunto não nos possibilitou um exaustivo levantamento da massa documental neles existente, pelo que se tornou necessário proceder a uma escolha do tipo de fontes a tratar. Assim, compulsámos os documentos directamente relacionados com as maiores *Casas* de italianos que se estabeleceram em Portugal para confirmar, integrar e, em alguns casos, aprofundar a sua vivência em terra portuguesa através de fontes italianas, algumas inéditas, outras publicadas mas pouco conhecidas.

Algumas destas famílias italianas deixaram um rasto notável, contudo apenas trazemos das cinzas o conjunto da colónia italiana presente em Lisboa nos séculos XVI e XVII. Parte desta documentação, ainda inédita, foi reproduzida no apêndice do nosso trabalho.

Por outro lado, a publicação recente de fontes espanholas sobre mercadores italianos activos na corte filipina possibilitou tecer as malhas da actividade mercantil italiana. É verdade que a partir da obra fundamental do historiador Ramón Carande sobre Carlos V e os seus banqueiros<sup>2</sup> e dos sucessivos estudos de Felipe Ruiz Martín,<sup>3</sup> foi amplamente reconhecida a importância que o peso da finança internacional teve na história da monarquia espanhola da Idade Moderna, apesar da atenção se centrar quase exclusivamente no século XVI. Por isso, a publicação de estudos sobre a presença de mercadores italianos, principalmente genoveses, na corte espanhola do século XVII, permitiu ampliar a nossa pesquisa completando os perfis dos membros destas casas que, sobretudo no período em que Portugal e Espanha constituíam um único País, tinham relações de parentesco ou, simplesmente, negócios com os seus

---

<sup>2</sup> Ramón Carande, *Carlos V y sus banqueros*, Barcelona, Ed. Crítica, 1990

<sup>3</sup> Cf., bibliografia.

conterrâneos frequentadores da corte de Madrid.<sup>4</sup> Estas obras, assentes numa vasta e segura contribuição de fontes inéditas muitas das quais provenientes da recente abertura de arquivos de famílias genovesas, muito enriqueceram o conhecimento das redes financeiras tecidas por estes mercadores. Ao se debruçarem sobre a estrutura e o funcionamento das feiras de câmbio, estes trabalhos reconstróem as modalidades financeiras dos mercadores italianos, trazendo à luz os nomes das famílias que exerceram uma profunda influência na sociedade portuguesa<sup>5</sup>.

## 1.2 Perspectivas historiográficas da presença italiana em Portugal

Variados são os elos que desde muito cedo ligaram a península itálica e Portugal pois já no século XVI Frei Nicolau de Oliveira estabelecia um paralelo entre Roma e Lisboa, “cabeça do Reyno de Portugal”<sup>6</sup>, cidades das sete colinas e capitais dos maiores impérios do mundo. Sete séculos passados sobre a queda do Império Romano de Ocidente (476 d.C.), assistimos à formação do Reino de Portugal, cuja posição geográfica “ (...) repete aspectos próprios dos países

---

<sup>4</sup> Cf., entre outros, C. Alvarez Nogal, *Los banqueros de Felipe IV y los metales preciosos americanos (1621-1665)*, Madrid, 1997.

<sup>5</sup> Cf. Claudio Marsilio, *Dove il Denaro fa Denaro. Gli operatori finanziari genovesi nelle fiere di cambio del XVII secolo*, Novi Ligure, Città del Silenzio, 2008; idem, “Nel XVII secolo dei genovesi. La corrispondenza commerciale di Paolo Gerolamo Pallavicini nel Triennio 1636-1638”, in *Storia Economica*, Anno VIII, 2005, n.1, pp. 101-119; C. Álvarez Nogal, Luca Lo Basso, Claudio Marsilio, “La rete finanziaria della famiglia Spinola (1610-1656)”, in *Quaderni Storici*, n. 124, Aprile 2007, pp. 97-110; os contributos de Manuel Herrero Sánchez sobre as redes genovesas na Monarquia Hispânica do século XVII. Em âmbito internacional devemos mencionar os importantes estudos de J.C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore, London, The John Hopkins University Press, 1993; idem, *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*, New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press, 1983.

<sup>6</sup> Frey Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1804, p. XV

ribeirinhos do mar interior (...)", mantendo, contudo, a influência do Atlântico, "(...) oceano, misterioso e enorme (...)".<sup>7</sup>

É no ocaso do século XIII que encontramos as primeiras influências italianas que, pontualmente, se distinguirão nas etapas que irão confluir na empresa dos Descobrimentos Portugueses.

É a partir da chegada a Portugal em 1146 de Mafalda de Sabóia, primeira rainha de Portugal, esposa de D. Afonso Henriques, com um numeroso séquito de italianos, que a presença destes estrangeiros em Lisboa é documentada. Se pouco sabemos sobre a rainha Mafalda, que foi assunto dos estudos de Luigi Cibrario<sup>8</sup> e de C.A. Gerbaix de Sonnaz,<sup>9</sup> bastante documentada é a centúria que se desenrola desde o reinado de D. Dinis (1279) até à subida ao trono do Mestre de Aviz (1385), dois momentos fortemente marcantes do ponto de vista das relações político-comerciais-culturais ítalo-portuguesas. O primeiro momento, datado de 1317, remete para a celebração do contrato entre D. Dinis e o Almirante genovês Manuel Pessagna a quem o rei confia o comando da armada portuguesa tendo, em contrapartida, a segurança de poder contar com a presença constante em território português de vinte genoveses experientes na arte náutica<sup>10</sup>.

Num momento da viragem da História portuguesa, em 1385, assinala-se outro momento marcante nas relações luso-italianas. Quando se prepara a legitimação da subida ao trono de D. João I, Mestre de Avis, após a revolução de 1383-85, a História de Portugal surge mais uma vez significativamente ligada à

---

<sup>7</sup> Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, 1986, p. 39.

<sup>8</sup> L. Cibrario, "Notizie di Mafalda di Savoia moglie d'Alfonso Henriquez, primo re di Portogallo", in: *Memorie Reale Accademia delle Scienze*, Torino, serie II, t. XI, 1851, pp. 287-292; sobre o assunto recordamos também o contributo de F. Ercole, "Mafalda di Savoia prima regina di Portogallo", in: *Relazioni storiche fra l'Italia e il Portogallo, Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 87-89.

<sup>9</sup> C.A. Gerbaix de Sonnaz, "Relazioni fra i Reali di Savoia e i Reali di Portogallo", in: *Miscellanea di Storia Italiana*, serie III, tomo XIV, Torino, 1914.

<sup>10</sup> Cf., João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, vol.I, pp.70-71.

Itália, ou melhor, ao direito italiano. João das Regras, o defensor do Mestre de Avis, teria frequentado a Universidade de Bolonha. Atente-se que a antiga Universidade de Direito de Bolonha exercia uma indiscutível atracção no estrangeiro, sendo que um núcleo considerável de estudantes era proveniente da península ibérica. Tendo em atenção o que Fernão Lopes escreve, João das Regras “ (...) pouco havia que vehera do estudo de Bollonha”<sup>11</sup> e aparece descrito como sendo “ (...) mui grande leterado em lex (...) gram Doutor”<sup>12</sup>. O discurso proferido por João das Regras nas Cortes de Coimbra de 1385 ocupa sete capítulos da crónica de D. João I.

À medida que os circuitos comerciais com os países do Norte de Europa se tornavam regulares aumentava a importância do porto de Lisboa convertido em escala de paragem obrigatória na ida e na volta dos navios. Tudo isso fez com que a praça de Lisboa atraísse mercadores e banqueiros estrangeiros que vendiam os seus produtos e, ao mesmo tempo, se abasteciam de produtos portugueses como vinho, fruta, mel, cera, cortiça, couro, sal, peixe seco ou salgado.

A partir do século XV, portanto, assiste-se a uma rápida sucessão de acontecimentos, a uma intensa actividade, a um pulsar frenético da vida na capital portuguesa, a preparativos e expectativas de viagens que se tornavam cada vez mais frequentes. A posição estratégica de Portugal que tornava o porto de Lisboa no empório das correntes comerciais que do Mediterrâneo chegavam até aos mares do Norte, o rico mercado que as novas descobertas favoreciam e a série de privilégios que os reis portugueses concediam aos mercadores estrangeiros, fizeram com que muitos mercadores italianos fixassem a sua residência no reino de Portugal. As regalias continuaram a aumentar durante todo o século XV, até chegar ao reinado de D. Manuel que em 1503, a 13 de Fevereiro, concedeu importantes privilégios aos mercadores alemães para que

---

<sup>11</sup> F. Lopes, *Chronica de el-rei D. Fernando*, Lisboa, 1816, cap. CLVI, p. 466.

<sup>12</sup> F. Lopes, *Chronica de D. João I*, cap. CLXXXIX, p. 393 e 413.

pudessem colocar as mercadorias no espaço por eles dominado, satisfazendo, assim, as necessidades internas através do recurso às mercadorias alemãs, armas, tabuado de navios, tecidos, metais e cereais.

Os privilégios e outras favoráveis condições serviram de estimulante para o progressivo estabelecimento de mercadores estrangeiros em Lisboa, que, por vezes juntos, por vezes concorrendo entre si, faziam negócios regulares ou ocasionais na capital do reino português. Frequentemente deparamo-nos com a integração destes estrangeiros na sociedade portuguesa num percurso que atravessa várias gerações.

É após a viagem de Vasco da Gama quando o olhar da Europa está virado sobre o pequeno país à beira do Atlântico, que se multiplicam as notícias sobre as viagens portuguesas e as relações dos mercadores que, residindo em Lisboa, informavam em primeira mão o governo da sua cidade de origem acerca da qualidade, da quantidade, dos preços das mercadorias transportadas pelas armadas régias que duas vezes por ano deixavam e entravam no porto de Lisboa. Conscientes das importantes mudanças que as novas viagens introduziram, os italianos do século XVI deixaram-nos um vasto corpus documental constituído por textos geográficos, informações diplomáticas, relatos de navegadores, cartas de mercadores e viajantes, muitos dos quais recolhidos nas duas colectâneas de Fracanzio da Montalbotto, primeira década de Quinhentos,<sup>13</sup> e de Giovan Battista Ramusio, segunda metade do século XVI, entre 1550 e 1559<sup>14</sup>, testemunhos duma nova atitude do espírito europeu.

---

<sup>13</sup> A colectânea de textos que Fracanzio da Montalbotto publica em Vicenza em 1507 com o título *Paesi Novamente Retrovati et novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino Intitulato*, tornou-se num êxito editorial com varias reedições italianas e estrangeiras ao longo da primeira metade de Quinhentos. Referindo apenas as edições italianas: 1508, 1512 e 1519 em Milão; 1517 e 1522 em Veneza.

<sup>14</sup> A atitude do humanista Giovanni Battista Ramusio para com as novidades das explorações e navegações que chegavam à Europa denuncia a atenção e a curiosidade com que se olhava aos factos portugueses. A colectânea, *De Navigationi et Viaggi*, Venezia, Giunti, 1550-1559, incluía o *Libro di Odoardo Barbosa, Portoghese dell'Indie Orientali*, que Ramusio tinha traduzido para o italiano da versão espanhola.

Se é certo que logo em Quinhentos se procura historiografar o presente, é nos séculos posteriores que, mercê de uma nova concepção do que é a escrita da História, nos deparamos com estudos mais ou menos sistemáticos sobre os contactos luso-italianos.

### 1.2.1 Linhas de investigação no século XIX

É exactamente em ocasião das comemorações do quarto centenário da Descoberta da América em 1892 e, seis anos mais tarde, em 1898, em ocasião do quarto centenário da Descoberta do caminho marítimo para a Índia, que se consolida o interesse dos historiadores e geógrafos italianos relativamente às descobertas geográficas que foram estudadas ao longo do século XIX. Por outro lado, a historiografia portuguesa das primeiras décadas do século XIX, além de legitimar o renovado interesse português por África, consequência da desagregação do sistema imperial centrado no Brasil<sup>15</sup>, produz uma série de trabalhos historiográficos que, patrocinados pela Academia das Ciências de Lisboa<sup>16</sup>, preocupam-se com a defesa da prioridade dos descobrimentos portugueses. Devemos assim realçar as obras do Visconde de Santarém que, além de ter trazido à luz a *Crónica da Conquista da Guiné* de Zurara em 1841, publica

---

<sup>15</sup> Sobre o assunto ver o estudo de Valentim Alexandre, “O liberalismo português e as colónias de África (1820-1839)”, in *Análise Social*, vol.16 (61-62), 1980.

<sup>16</sup> Alguns nomes destacam-se nestas décadas, entre outros, António Ribeiro dos Santos que, além de vários estudos sobre a temática das descobertas, dirige os sete volumes da *Collecção de Notícias para a História e Geografia das nações Ultramarinas, que vivem nos domínios Portuguezes, ou lhe são vizinhas*, 1812-1856; Sebastião Mendo Trigozo, “Ensaio sobre os Descobrimientos e Commercio dos Portuguezes em as Terras Setentrionaes da America”, in *Memórias da Literatura*, Lisboa, 1814, t.8, pt.2; Joaquim José da Costa Macedo, que em 1816 apresenta à Academia das Ciências um projecto de “Memórias para a História das Navegações e Descobrimientos dos Portuguezes”. Para um exaustivo desenvolvimento do tema, cf. Teresa Rebelo da Silva, “A Historiografia dos Descobrimientos: 1800-1850”, in *Mare Liberum*, 14, 1997, pp. 7-61.

no mesmo ano, em Paris, *Memória sobre a prioridade dos Descobrimientos Portugueses na Costa de África Ocidental*, saindo, em 1842, a tradução em francês *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la cote occidentale d'Afrique, au-delà du Cap Bojador, et sur les progrès de la science géographique, après les navigations des Portugais au XVe siècle*. Alicerça-se, deste modo, a historiografia nacional no que diz respeito à prioridade portuguesa. Cultor dos temas de História dos Descobrimentos que sustenta, quer com uma vasta massa documental quer com a leitura crítica da mesma, o Visconde de Santarém, exilado em França, chegou a conclusões que, como veremos, suscitaram um intenso eco nos colegas italianos. Ao longo do século XIX, portanto, assiste-se em Portugal à recuperação da memória das navegações quatrocentistas e quinhentistas através da publicação dum vasto *corpus* documental que até então tinha permanecido manuscrito. Recordamos que a versão portuguesa de Duarte Barbosa é de 1812, a edição da carta de Pêro Vaz de Caminha de 1817, os roteiros de D. João de Castro de 1833 e 1843, o Roteiro de Vasco da Gama de 1838<sup>17</sup>, o roteiro de Lisboa a Goa de D. João de Castro de 1882 e a obra de Duarte Pacheco *Esmeraldo de situ orbis* de 1892. Como vemos, oferece-se aos historiadores uma massa documental que, a partir das últimas décadas do século XIX, lhes permite dar à luz obras de investigação erudita, fruto de incansáveis pesquisas em arquivos de todo o País; lembramos, entre outros, o inigualável trabalho de Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal, dos séculos XII ao XV*, que analisa aprofundadamente aspectos da vida medieval portuguesa abrangendo também a vivência dos estrangeiros em Portugal.

Infatigável na recolha e publicação sistemática de fontes de arquivos portugueses foi Sousa Viterbo, cujos estudos se revelaram essenciais para as

---

<sup>17</sup> *Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia, pelo Cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497*, ed. Diogo Kopke, Porto, 1838.

sucessivas gerações de investigadores que se debruçaram sobre as comunidades estrangeiras no reino de Portugal. Foram ainda os homens da geração de 1865-70 que fundaram o *Arquivo Historico Portuguez* (1903-21), revista importantíssima na difusão de volumosa quantidade de material arquivístico<sup>18</sup>.

Em 1893 o Visconde de Soveral debruça-se sobre as relações políticas e comerciais entre Veneza e Portugal desde a abertura do caminho para a Índia até à batalha de Alcântara em 1580. Ao longo de poucas páginas o autor percorre a história das relações entre a Sereníssima e o reino de Portugal através dos relatos, na altura inéditos, dos diplomáticos enviados pelo Senado de Veneza a Lisboa indagando a situação. De facto, as relações de Cá Masser, “ (...) o qual veio secretamente indagar a Lisboa o modo de navegar dos portuguezes nos mares da Índia, e bem assim quaes as mercadorias que para ali exportavam, lucros d’esse trafico, etc.”<sup>19</sup>, de António Tiepolo enviado como embaixador em 1571 junto do rei D. Sebastião para defender os interesses da república e de Matteo Zane, enviado em 1579 ao cardeal D. Henrique no conturbado momento da sucessão ao trono, permitem ao autor traçar as linhas gerais das relações políticas e comerciais de Veneza com o reino de Portugal.

Na Itália do *Risorgimento*, entusiasmada pelas promessas liberais, saiu, em 1842, o primeiro número da revista de história *Archivio Storico Italiano* devido a Giovan Pietro Vieusseux que, até falecer, foi director e editor da mesma. Sendo ainda hoje uma das revistas de História de referência, o *Archivio Storico Italiano*, “ (...) ove tanto spesso si fece poi della critica storica eccellente”<sup>20</sup>, contou desde logo com a colaboração dos nomes mais significativos de historiadores italianos e estrangeiros, sendo o interesse pelas

---

<sup>18</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas Editores, 1988, p. 30.

<sup>19</sup> Visconde de Soveral, *Apontamentos sobre as antigas relações políticas e comerciais de Portugal com a Republica de Veneza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 6.

<sup>20</sup> Angelo de Gubernatis, *Storia della Storia*, Milano, Hoepli, 1894, p. 263.

relações luso-italianas do *Archivio Storico Italiano*<sup>21</sup> manifesto desde os primeiros números. A publicação de documentos inéditos, directa ou indirectamente relacionados com Portugal, permitiu proceder a um rápido desenvolvimento de estudos das relações luso-italianas. Recordamos, entres outros, a publicação por Giovanni Scopoli e Iacopo Graber do manuscrito da relação de Lunardo da Cá Masser *Relazione di Venezia, supra il commercio dei Portoghesi nell'India dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza*,<sup>22</sup> e a transcrição por A. Giorgetti<sup>23</sup> de duas cartas de Giovanni da Empoli, duas cartas de Raffaello Galli e uma carta de Antonio Pucci, na altura Nuncio do Papa Leão X, enviadas de Lisboa em 1514-1515. É indispensável assinalar que as primeiras fontes para a percepção da vida de Giovanni da Empoli, activo em Lisboa e na Índia nas primeiras décadas do século XVI, foram publicadas no *Archivio Storico Italiano* ainda no século XIX<sup>24</sup>.

Além da riqueza da documentação inédita publicada, o *Archivio Storico Italiano* distinguiu-se, desde o século XIX, pela quantidade de informações provenientes do estrangeiro, nomeadamente de Portugal, revelando deste modo uma profunda ligação à produção portuguesa<sup>25</sup> e à divulgação de ensaios e

---

<sup>21</sup> Sobre o assunto, cf., Maria Grazia Russo, “Archivio Storico Italiano”: oltre centocinquant’anni di studi e ricerche sulla presenza dei banchieri e dei mercanti italiani in Portogallo, in *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisboa, Istituto Italiano di Cultura, 1998, pp. 101-111.

<sup>22</sup> *Archivio Storico Italiano*, t. II, Appendice n. 10, 1845, pp. 13-48

<sup>23</sup> *Archivio Storico Italiano*, t. VI, 1880, pp. 165-173

<sup>24</sup> Além das já citadas cartas publicadas por A. Giorgetti, assinalamos a carta de 14 de Julho escrita de Lisboa pelo mercador ao pai e a *Vita di Giovanni da Empoli* escrita por Girolamo da Empoli tio do mercador, ambos os documentos publicados no *Archivio Storico Italiano*, 1846, Appendice 13, t. III (pp. 9-91) por Iacopo Graber da Hemso. Em 1894, A. Giorgetti encontra no Archivio di Stato di Firenze mais documentos inéditos sobre o mercador florentino que publica no t. XIV, disp. IV, pp. 322-329.

<sup>25</sup> Como exemplo, salientamos que no número 185 de 1892, é apresentado por José Ramos Coelho, membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, o *Corpo diplomático portuguez contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até aos nossos dias, publicado por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa*, (1891), cujo X volume diz respeito às relações de Portugal com a Santa Sé.

estudos que percorrem e aprofundam a história das relações comerciais e políticas luso-italianas nos séculos XV e XVI<sup>26</sup>.

A utilização dum acervo documental inédito bem como de fontes impressas antigas produziu estudos que, apesar de parcelares, continuam e devem continuar a ser referenciados nos trabalhos contemporâneos que se debruçam sobre as relações entre a Itália e Portugal. É o caso do artigo de Carlo Canestrini, *Intorno alle relazioni commerciali de' fiorentini co' portoghesi avanti e dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza*,<sup>27</sup> primeira tentativa de oferecer uma panorâmica das relações comerciais entre Portugal e Florença através dos testemunhos inéditos da correspondência dos grão-duques de Toscana Francesco I e Ferdinando I juntamente com as Carte Stroziane conservadas no Archivio di Stato di Firenze. Historiadores contemporâneos continuam a referenciar as afirmações de Canestrini, evidenciando a actualidade das suas análises oitocentistas.

Devemos aqui mencionar Riguccio Galluzzi, que compila, ainda no século XVIII, uma valiosa e exaustiva obra em 5 volumes sobre a história do grão-ducado de Toscana<sup>28</sup> utilizando fontes inéditas do arquivo dos Médici, ainda hoje obra de referência para a história de Florença e das suas relações diplomáticas com os outros países europeus.

---

<sup>26</sup> Para citar alguns exemplos, referimos apenas a recensão de alguns contributos de autores estrangeiros que, desta maneira, foram divulgados no meio italiano. Na secção chamada “*Rassegne bibliografiche*” aparece em 1926, vol.V, anno LXXXIV, p. 299-306, a informação dada por Arturo Segré do texto de G. A. Goris, *Études sur les colonies marchandes méridionales (Portugais, Espagnois, Italiens) à Anvers de 1418 à 1587*, Louvain, Librairie universitaire, 1925; em 1967, anno CXXV, disp. IV, pp. 549, a recensão dos Atti del V colloquio internazionale di Storia Marittima, *Les aspects internationaux de la découverte océanique aux XVe et XVIe siècles*, S.E.V.P.E.N., Lisboa 1966; em 1969, anno CXXVII, Giulio Prunai faz a recensão a Charles Verlinden, *Draps des Pays-Bas et du Nord-Ouest de l'Europe au Portugal au XV siècle*, 1969.

<sup>27</sup> Cf., *Archivio Storico Italiano*, 1846, Appendice t. III, pp.93-110.

<sup>28</sup> Riguccio Galluzzi, *Istoria del Granducato di Toscana*, Firenze, Gaetano Cambiagi Stampatore Granducale, 1781, 5 vols.

A instituição em 1867 da Società Geografica Italiana, originariamente em Florença e dois anos depois transferida para Roma, ganha importância principalmente aquando das comemorações do IV centenário da Descoberta da América e, em 1898, em ocasião das comemorações da abertura do novo caminho marítimo para a Índia. O estudioso italiano Gustavo Uzielli publica em 1898 na Società Geografica Italiana um ensaio que visa corroborar a hipótese, avançada pelo mesmo historiador em 1894, de que o infante D. Pedro, durante a sua viagem a Itália em 1428 teria conhecido o famoso cosmógrafo florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli.<sup>29</sup> De facto, a revelação dum importante documento guardado no Real Archivio di Stato de Florença por Carlo Carnesecchi<sup>30</sup>

“(…) collega la venuta del principe Pietro a Firenze per concludere l’alleanza della Repubblica col Portogallo, e i colloqui in Roma di Paolo dal Pozzo Toscanelli con Fernando Martinz canonico di Lisbona, colloqui i quali segnarono l’alba del più grande avvenimento geografico del secolo XV.”<sup>31</sup>

O objectivo de Gustavo Uzielli visava salientar os interesses geográficos e a colaboração entre Florença e Portugal na véspera da grande viagem que “ (...) ebbe l’effetto di raddoppiare il mondo.”<sup>32</sup>

No entanto, Carlo Carnesecchi ao reconhecer as frequentes relações comerciais e culturais entre Florença e Portugal desde o século XV, “ (...) da sembrare che fiorentini e portoghesi venissero attratti reciprocamente da misteriosa simpatia (...)”<sup>33</sup>, defende que os portugueses

“(…) confidavano che da Firenze, sede del glorioso rinascimento letterario ed artistico, centro delle più nobili attività umane, patria di mercanti che viaggiavano per tutto il mondo e nulla tralasciavano di osservare, potesse venire molta luce per trovare attraverso mari inesplorati la via desideratissima di quelle terre.”<sup>34</sup>

---

<sup>29</sup> Gustavo Uzielli, *Colloquio avvenuto in Firenze nel luglio 1459 tra gli Ambasciatori del Portogallo e Paolo dal Pozzo Toscanelli*, Roma, Presso la Società Geografica Italiana, 1898.

<sup>30</sup> Carlo Carnesecchi, “Paolo Toscanelli e gli Ambasciatori del Re di Portogallo nel 1459”, in *ASI*, t. XXI, 1898, pp.816-818.

<sup>31</sup> Gustavo Uzielli, *op. cit.*, p.4.

<sup>32</sup> *Idem*, p.10.

<sup>33</sup> Carlo Carnesecchi, *op. cit.*, p.816.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 816.

Na segunda metade do século XIX o casamento entre D. Luís I de Portugal e Maria Pia de Sabóia ocasionou, em 1862, a publicação de *Serto di documenti attinenti alle Reali Case di Savoja e di Braganza per le auspicatissime nozze di S.A.R. la Principessa Pia di Savoja con Sua Maestà Don Luigi I Re di Portogallo*<sup>35</sup>, que, apesar de contar apenas com 100 exemplares, concorreu, contudo, para a divulgação de fontes imprescindíveis na análise das relações luso-italianas.

É em 1887 que Vincenzo Marchesi publica *Le Relazioni tra la Repubblica Veneta e il Portogallo dall'anno 1522 al 1797*.<sup>36</sup> Este estudo assenta em documentos dos arquivos venezianos, associando o papel de Veneza no comércio do Mediterrâneo, a partir do fim do século XIV até à viagem de Vasco da Gama. Nele se evidencia a posição de Lisboa “ (...) principale stazione delle navi veneziane dirette all’ovest e al nord dell’Europa.”<sup>37</sup> Desta aliança, extremamente vantajosa para as duas cidades, desenvolveram-se relações amigáveis, mantendo, no entanto, um tipo de relação geralmente correcta onde o interesse comercial ocupava o lugar proeminente.

De destacar as figuras de Prospero Peragallo e Guido Battelli os quais contribuíram notavelmente para a difusão da cultura portuguesa em Itália desenvolvendo estudos sobre as relações entre os dois países.

O primeiro foi Reitor da Igreja do Loreto em Lisboa durante quase trinta e um anos, a sua nomeação remonta ao ano de 1865. Prospero Peragallo dedicou-se a trazer à luz testemunhos que comprovassem o percurso e actividade de membros da comunidade italiana em Lisboa do século XIV até XVI. Assíduo frequentador dos arquivos portugueses, estudioso das fontes documentais do

---

<sup>35</sup> Firenze, Stamperia Reale di Francesco Cambiagi, 1862.

<sup>36</sup> Vincenzo Marchesi, “Le Relazioni tra la Repubblica Veneta e il Portogallo dall’anno 1522 al 1797”, in *Archivio Veneto*, t. XXXIII e XXXIV, Venezia, 1887.

<sup>37</sup> Vincenzo Marchesi, *op. cit.*, t. XXXIII, p. 10.

arquivo da Igreja do Loreto, Igreja dos Italianos, amigo do incansável investigador Sousa Viterbo, Prospero Peragallo recolheu ao longo dos anos da sua permanência em Lisboa um manancial de documentação que, juntamente com outras fontes portuguesas e italianas, nomeadamente as crónicas portuguesas, os *Diarii* de Girolamo Priuli, o *Corpo Diplomatico Portuguez*, entre outras, permitiram traçar o primeiro quadro da colónia italiana em Portugal<sup>38</sup>.

A 18 de Abril de 1896 demitiu-se do lugar de Reitor. Uma semana depois já estava em Génova de onde enviou uma carta de agradecimentos por ter recebido um pergaminho “ (...) pegno di stima, ricordo e testimonianza di affetto.”<sup>39</sup> A sua obra *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI* foi, portanto, escrita em Itália quando o autor já não podia ter acesso aos arquivos portugueses. Trata-se, como o título de resto sugere, de sinais da presença de mercadores italianos em Portugal nos séculos XIV, XV e XVI, e, sendo o propósito do autor redigir um trabalho “d’indole economica”<sup>40</sup>, não foram contemplados os vectores diplomáticos, eclesiásticos e missionários italianos.

Apesar das limitações do trabalho apontadas por historiadores como Charles Verlinden, que classifica a obra de Peragallo como sendo apenas “*un répertoire alphabétique*”<sup>41</sup> não há dúvida que o estudo do antigo Reitor da Igreja dos Italianos permanece uma obra de referência na investigação da comunidade italiana em Portugal, sendo um ponto de partida fundamental para as investigações neste campo. Profundamente interessado com tudo o que tinha relação com assuntos de História portuguesa, Peragallo considera poder explicar as causas das grandes facilidades que os italianos, e particularmente os

---

<sup>38</sup> Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI*, Genova, Stabilimento Papini, 1907.

<sup>39</sup> ANSL, *Masso* 27.

<sup>40</sup> Prospero Peragallo, *op. cit.*, p. 6.

<sup>41</sup> Charles Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie metropolitain et colonial portugaise”, in *Studi in onore di Armando Sapori*, Firenze, 1956, vol.I, p.624.

florentinos, gozaram no início do século XVI na corte portuguesa, através dum documento que certificava um contrato estipulado por Clemente Sernigi, irmão do rico Girolamo Sernigi residente em Lisboa, com o famoso miniaturista florentino Vante Attavante. O contrato dizia respeito à realização de miniaturas em 7 volumes duma Bíblia que Peragallo recorda ter visto em toda a sua magnificência na Torre do Tombo de Lisboa. Uma série de comparações leva Peragallo a afirmar que a referida Bíblia resultaria do contrato estipulado por Clemente Sernigi. Esta seria a conservada na Torre do Tombo, oferta de Girolamo Sernigi ao rei D. Manuel.<sup>42</sup>

### 1.2.2 Quadro actual da investigação

Já no século XX, a curiosidade pelas relações entre Itália e Portugal está presente nas páginas de António de Portugal e Faria que na sua obra, *Portugal e Itália* elenca os portugueses ilustres em terra italiana desde o século XIII<sup>43</sup>.

O aprofundamento das relações luso-italianas, levado a cabo no século passado, sustentado por um extraordinário levantamento de fontes documentais dos arquivos italianos e portugueses, possibilitou a recolha de material relacionado com as figuras de mercadores que se destacaram pela sua actividade no âmbito da numerosa colónia italiana. De facto, a vastidão de documentos relativos aos contactos políticos, económicos e culturais que Portugal estabeleceu com a península italiana nos séculos mais estudados, tornou possível sistematizar

---

<sup>42</sup> Cf., Prospero Peragallo, *La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia di Clemente Sernigi*, Genova, Stabilimento Papini, 1901.

<sup>43</sup> António de Portugal e Faria, *Portugal e Itália*, Leorne, Typographia de Raphael Giusti, 1905.

muita informação à volta de algumas das famílias italianas residentes em Lisboa cuja presença foi, em parte, possível reconstruir.

Conhecemos os nomes de alguns dos mercadores italianos que desde o século XIV frequentavam o mercado de Lisboa e que gozaram de regalias e privilégios régios.

Dois documentos encontrados no Arquivo de Estado de Veneza por Bailey W. Diffie<sup>44</sup> vão colmatar o lapso de tempo, entre 1309 e 1392 – ano da primeira carta de privilégios concedidos aos venezianos – em que não se tinha conhecimento de nomes de mercadores venezianos em Lisboa.

De facto, a falta de documentação que atestasse a entrega de cartas de privilégios régios que na mesma altura tinham sido outorgadas aos mercadores de outras regiões de Itália, podia ser entendida como consequência do facto de o Papa Clemente V ter excomungado os venezianos, pedindo a todos os reis cristãos que prendessem os venezianos residentes nos próprios reinos e se apoderassem dos seus bens. No entanto, as medidas tomadas pelo rei D. Dinis a este propósito, veja-se a carta de 29 de Outubro de 1309, mostram, por um lado, que a presença veneziana em Lisboa era já considerável e, por outro, que o rei não os queria prejudicar procedendo de maneira a evitar de “ (...) hostilizar e magoar (...) os venezianos, sem contudo incorrer em desobediência às ordens do Papa (...)”<sup>45</sup>. O rei ordena o sequestro dos bens deixando para posterior decisão o destino a dar aos ditos bens.

Os dois documentos já citados estão relacionados com a nomeação dum embaixador especial, Bernardus de Casalortio, o qual devia, junto do rei D. Fernando, tratar de algumas queixas que os mercadores venezianos apresentavam referentes às dificuldades que tinham em Portugal. Estes documentos

---

<sup>44</sup> Baylei W. Diffie, “Dois documentos referentes ao comércio luso-veneziano no século XIV”, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1962, pp. 5-12.

<sup>45</sup> Conde de Tovar, *op. cit.*, p.20.

comprovam que a presença veneziana em Lisboa se manteve constante ao longo do século XIV<sup>46</sup>.

A atitude de D. Dinis para com os genoveses não foi menos atenciosa. Já mencionámos o contrato estipulado em Fevereiro de 1317 entre o rei D. Dinis e o nobre Manuel Pessagna. Este contrato foi o primeiro passo no caminho de aprofundar as relações de amizade entre Génova e Portugal confirmadas pelo tratado de 1370 assinado entre o rei D. Fernando de Portugal e o Duque de Génova, em que o rei se empenhava a tratar como “(...) fieis, afeiçoados e amigos seus o Duque e seus cidadãos presentes e futuros, e promete dar, restituir pagar e satisfazer a carraça, navio, baixéis, pratas, mercadorias, arneses tomadas e apresadas por seus vassallos.”<sup>47</sup>

A obra de Morais do Rosário<sup>48</sup> é dedicada à presença genovesa em Portugal a partir do século XIV, referindo em particular as figuras de Manuel Pessagna, António da Noli e Cristoforo Colombo, “Nestes três nomes se pode reunir a acção dos Genoveses na História de Portugal”. Nesta obra está minuciosamente relatada a intervenção genovesa na História das descobertas portuguesa do século XV.

Juntamente com venezianos e genoveses, chegaram igualmente a Portugal os prazentins, talvez chamados para trabalhar como calafates, como se lê numa passagem de uma demanda entre o concelho de Lisboa e o procurador do rei datada de 1371 em que se afirma que “(...) ora des pouco tempo aca, nom há quarenta anos, des que os prazentins aqui vierom ser por estaleiros.”<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> Cf. Baylei W. Diffie, “Dois documentos referentes ao comércio luso-veneziano no século XIV..., p.8.

<sup>47</sup> IAN/TT, Gaveta 18, ms. 4, n. 23, in João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, vol.1, pp. 128-134

<sup>48</sup> Fernando de Morais do Rosário, *Genoveses na História de Portugal*, Lisboa, 1977. O apêndice da obra contém um elenco em ordem alfabética de nomes de genoveses que residiram em Portugal, pp. 289-318.

<sup>49</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Fernando*, L.1º, fl. 85v., publicada por Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portuguezes nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 383.

Sobre a presença dos prazentinos na península ibérica Cf., Giuliana Albini, “Famiglie piacentine nella società spagnola e portoghese dei secoli XIV e XV. Prime indagini”, in *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*, Atti del secondo Convegno, Roma, Cappelli Editore, 1984.

Com o desenvolvimento, por volta de 1338, da presença florentina em Lisboa graças aos privilégios concedidos pelo monarca português D. Afonso IV, aos mercadores da companhia de' Bardi assim como a todos os florentinos que fossem para Portugal, o aumento do manancial documental acerca do percurso e da vivência pessoal dos mercadores italianos mais influentes permitiu que fosse possível delinear a actuação destes estrangeiros e desenvolver estudos monográficos que, ao identificar os elos comerciais e pessoais entre os ditos mercadores, contribuíram para conhecer as redes estabelecidas pelos mercadores italianos no reino português.

Devemos a Guido Battelli uma fecunda obra no sentido da divulgação de documentos relativos às relações entre Itália e Portugal. Sogro de Guido Vitaletti que exerceu o cargo de professor de Literatura Italiana na Universidade de Coimbra em 1926-27 e, sucessivamente, na Universidade de Lisboa, Guido Battelli interessava-se pela arte, história e literatura portuguesas, procurando estudar as relações luso-italianas.<sup>50</sup> Salientamos a publicação, em 1935, juntamente com Henrique Trindade Coelho, das cartas que o engenheiro militar bolonhês Filippo Terzi enviou de Lisboa após ter sido resgatado na batalha de Alcácer Quibir. Um importante epistolário através do qual “(...) palpitam os últimos vinte anos do século XVI (...) Documentos vivos e reais da nossa história, certificados de desolação e de ruína.”<sup>51</sup> As cartas de Filippo Terzi, se complementadas com as missivas de Filippo Sassetti<sup>52</sup>, mercador florentino,

---

<sup>50</sup> Guido Battelli, “Il Sansovino in Portogallo”, sep. *Biblos*, 5, Coimbra, 1929; idem, *Filippo Terzi architetto e ingegnere militare in Portogallo (1577-97)*, Firenze, Tipografia Alfani e Venturi, 1935; idem, “Cataldo Siculo”, sep. *O Instituto*, 79, Coimbra, 1930; idem, “La corrispondenza del Poliziano col re D. Giovanni Portogallo”, sep. *La Rinascita*, 6, 1939; idem, “Relazioni fra il Portogallo e la Toscana in occasione della impresa d’Africa del Re Don Sebastiano”, in *Archivio Storico Italiano*, 1941, anno XCIX, pp. 120-124; “La candidatura di Ranuccio Farnese al trono di Portogallo (1578-1580), in *Aurea Parma*, XIV, 1930, pp. 56-60.

<sup>51</sup> Guido Battelli e Henrique Trindade Coelho, *Filippo Terzi-Architetto e ingegnere militare in Porogallo...*, p. xv.

<sup>52</sup> O primeiro importante estudo sobre Filippo Sassetti pertence a Filippo Luigi Polidori que, ao analisar a figura de Francesco Ferrucci, traça o percurso vivencial de Filippo Sassetti, biógrafo de Ferrucci, *Archivio*

desenham um quadro da vida lisboeta do último quartel do século XVI contribuindo para um maior conhecimento das relações entre os mercadores italianos estabelecidos na capital do império português.

Recorde-se que o florentino Filippo Sassetti antes de partir para o Oriente em 1582, residiu alguns anos em Lisboa de onde manteve uma correspondência regular com alguns amigos de Florença, entre os quais o grão-duque da Toscana Francesco I e o irmão dele, o cardeal Ferdinando. As cartas de Sassetti, fontes documentais preciosas, noticiam acontecimentos vividos na primeira pessoa, a crise de 1580, as novidades sobre o comércio com a Índia, informações sobre os seus conterrâneos em Lisboa.

Nas primeiras década do século XX, segundo Iaria Luzzana Caraci, encontramos-nos perante a “(...) giustificazione nel bisogno político di recuperare e rivalutare le glorie nazionali di ogni tempo, mortificando entro limiti sempre più stretti l’ambito delle ricerche, e contaminando anche l’attività di studiosi (...)”<sup>53</sup>.

---

*Storico Italiano*, parte II, tomo IV, 1843, pp. IX-CIX; acrescente-se ainda o estudo de Lucio de Azevedo, “Viagens de um florentino à Portugal e à Índia”, in *Novas Epanáforas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1932, pp. 97-135, bem como a introdução de Adele Dei a Filippo Sassetti, *Lettere dall’India (1583-1588)*, Roma, Salerno Editrice, 1995; destaque-se igualmente o contributo de Iaria Luzzana Caraci, *Scopritori e viaggiatori del Cinquecento e del Seicento*, Milano-Napoli, Riccardo Ricciardi Edizioni, 1991, tomo I, pp.859-936 e a biografia pp. 866-868; por fim, o nosso artigo, “Images of India through the Eyes of Filippo Sassetti, a Florentine Humanist Merchant in the 16th Century”, in *Sights and Insights – Interactive Images of Europe and the wider World*, Pisa, Plus Press, 2007, pp. 43- 58. Devemos recordar que Filippo Sassetti foi autor duma vasta correspondência que compreende 126 cartas escritas de vários países, incompreensivelmente esquecidas até a primeira metade do século XVIII quando, no volume II de “Prose Fiorentine”, apareceram 34 cartas. A publicação completa das cartas do mercador florentino ocorreu em 1970, Filippo Sassetti, *Lettere da vari paesi*, a cura di V. Bramanti, Milano, 1970, tendo havido publicações parcelares em *Lettere inedite di Filippo Sassetti*, (a cura di) V. Bramanti, “Giornale Storico della Letteratura Italiana”, CXLIII, 1966, fasc. 443; *Lettere edite ed inedite di Filippo Sassetti*, (a cura di) Ettore Marcucci, Firenze, 1855; *Lettere di Filippo Sassetti sopra i suoi viaggi nelle Indie Orientali dal 1578 al 1588*, (a cura di) Prospero Viani, Reggio, 1844.

<sup>53</sup> Iaria Luzzana Caraci, “Punti di contatto e divergenze tra la storiografia vespuciana e quella colombiana”, in *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*, Atti del secondo Convegno, Roma Cappelli Editore, 1984, p.147.

É verdade que entre 1928 e 1939 a historiografia italiana está marcada pelo nacionalismo. Atente-se no ano de 1926 e na obra de A. Magnaghi<sup>54</sup>, o qual, ao propor uma releitura da documentação relativa a Amerigo Vespucci, reabilitava o navegador florentino utilizando, porém, um tom demasiado polémico que, sempre segundo Luzzana Caraci, foi prejudicial à divulgação do texto no estrangeiro<sup>55</sup>. Confirmando a peculiar conjuntura italiana destes anos, chamamos à atenção para a publicação de uma colecção exclusivamente dirigida a lembrar histórias de famosos viajantes italianos<sup>56</sup>.

O mesmo destino que teve a obra de Magnaghi foi reservado à obra de Rinaldo Caddeo que, apesar da sua divulgação em Portugal ter sido notável, não foi isenta de críticas. Num artigo de autoria de Gonçalo de Reparaz Júnior saído na *Seara Nova* em Setembro de 1928, intitulado “*Portugueses e Italianos na Época das Descobertas*” a análise feita acerca ao trabalho de Rinaldo Caddeo releva, desde as primeiras linhas, a apologia nacionalista que, segundo o autor, decorreria do facto de a colecção estar entregue a um deputado fascista. Embora reconheça a Caddeo uma vasta erudição, um conhecimento profundo da bibliografia utilizada e, sobretudo o mérito da transcrição de documentos difíceis,

---

<sup>54</sup>Alberto Magnaghi, *Amerigo Vespucci*, Roma, Istituto Cristoforo Colombo, 1926.

<sup>55</sup> O texto de Magnaghi foi criticado pelos exageros apologéticos por A. Teixeira da Mota, *Reflexos do Tratado de Tordesilhas na cartografia náutica do século XVI*, Coimbra, Junta de Investigação do Ultramar, 1973, p. 14. Já em 1961 A. Teixeira da Mota no seu artigo “Bartolomeu Dias e o valor do grau terrestre”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*, vol. II, pp. 299-309, ao referir-se à afirmação de Magnaghi “Vespucci fu il primo a seguire un modulo di valore più grande....16 2/3 leghe”, conclui que “(...)atribuir a Vespúcio o primeiro emprego do módulo de 16 2/3 léguas na navegação não passa de uma das várias fantasias que adornam a lenda vespuciana (...)”, p. 309.

<sup>56</sup> Três volumes saíram em 1928, nomeadamente, “*Itinerario di Ludovico Varthema*, a cura di P. Giudici, Milano, Alpes, 1928; *Viaggio intorno al mondo di Antonio Pigafetta*, a cura di Camillo Manfroni, Milano, Alpes, 1928; *Le navigazioni Atlantiche di Alvise da Cà da Mosto Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco*, a cura di Rinaldo Caddeo, Milano, Alpes, 1928; *Viaggi a’ Tartari di Frate Giovanni da Pian del Carpine (Historia Mongalorum)*, a cura di Giorgio Pullè, Milano, Alpes, 1929; *Il Milione di Marco Polo*, a cura di Ranieri Allulli, Milano, Alpes, 1929; *Viaggi in Persia, India e Giava di Nicoló de’ Conti, Girolamo Adorno e Girolamo de Santo Stefano*, a cura di Mario Longhena, Milano, Alpes, 1929; *Historie della vita e dei fatti di Cristoforo Colombo per D. Fernando Colombo suo figlio*, a cura di Rinaldo Caddeo, Milano, Alpes, 1930, 2 vols.; *Viaggio del Beato Odorico da Pordenone*, a cura di Giorgio Pullè, Milano, Alpes, 1931; *Giornale di bordo di Cristoforo Colombo (1492-1493)*, a cura di Rinaldo Caddeo, Milano, Alpes, 1939.

e de dar a conhecer documentos como a relação de Giovanni Boccaccio de 1341 (*De Canaria et insulis reliquis ultra Hispaniam in Oceano noviter repertis*), a carta de Antoniotto Usodimare e a reimpressão, a primeira depois da edição de Ramúsio, da relação do piloto anónimo português, o autor do artigo acusa Caddeo de uma certa falta de objectividade e de imparcialidade. A justificação de que “Era, porém, difícil que no ambiente actual de Itália pudesse aparecer uma obra realmente imparcial (...)”<sup>57</sup>, comprova quão negativo foi o uso de um discurso demasiado apologético.

O elogio dos navegadores italianos percorre, de facto, todas as 100 páginas do texto que Caddeo redige como introdução aos textos em apêndice. Apresentando um vasto e erudito estudo das navegações atlânticas empreendidas entre a expedição dos Vivaldi e a descoberta das ilhas de Cabo Verde (1460), Caddeo dedica o primeiro capítulo “*Il viaggio di circumnavigazione dell’Africa dei fratelli Vivaldi nel 1291*” à expedição genovesa e chega à conclusão que uma das duas galeras “ (...) sia giunta nel Mare Indiano, in vicinanza dei territori dell’Etiopia.”<sup>58</sup> O autor reivindica, deste modo, a prioridade italiana na circumnavegação da África.

Em 1940 a Reale Accademia d’Italia em Roma publica *Relazioni Storiche fra l’Italia e il Portogallo – Memorie e documenti*, apresentado por Luigi Federzoni que na introdução expõe como propósito da publicação do volume a vontade de a Itália se associar às grandes celebrações de Portugal que “ (...) resta fedele alle sue stupende tradizionii ultramarine”.<sup>59</sup> Federzoni estabelece um paralelo entre as directivas italianas e portuguesas, evidenciando “ (...) posizioni etiche e ideologiche molto simili.”<sup>60</sup>

---

<sup>57</sup> Gonçalo de Reparaz Júnior, “Portugueses e Italianos na Época das Descobertas...”, p. 144.

<sup>58</sup> R. Caddeo, *op. cit.*, p. 38.

<sup>59</sup> AAVV, *Relazioni Storiche fra l’Italia e il Portogallo-Memorie e documenti...*, p.V.

<sup>60</sup> *Idem*, p. VII.

Vários autores colaboraram no volume acima citado, debruçando-se sobre as relações luso-italianas ao longo dos séculos e em diferentes áreas. Destacamos, além do estudo de Guido Battelli<sup>61</sup>, o qual visava realçar a colaboração entre Florença e Portugal, o estudo de Guido Po<sup>62</sup> que se debruça sobre o contributo luso-italiano para as grandes explorações geográficas e para a cartografia náutica. Baseando-se em obras de autores que define como “imparciais” por não serem nem italianos nem portugueses, Guido Po mostra a predominância da marinha italiana durante o período medieval cujos conhecimentos terão sido transmitidos aos portugueses, como também salientava Oliveira Martins ao afirmar que “Os genoveses foram os nossos mestres na arte de navegar.”<sup>63</sup>

Admitindo que os portugueses teriam sido rápidos na aprendizagem, Guido Po insiste, contudo, em resolver o problema que na altura era ainda muito discutido, isto é a “(...) precedenza che gli Italiani ebbero nelle scoperte geografiche e l’influenza decisiva che essi esercitarono sui Portoghesi per la scoperta della via delle Indie, attraverso il Capo di Buona Speranza.”<sup>64</sup> O intuito do autor consiste em “(...) sgombrare la via dagli errori in cui sono incorsi i critici portoghesi, tra i quali primeggia il Santarém.”<sup>65</sup>

Dois seriam os erros do Visconde de Santarém que Guido Po pretende corrigir. O primeiro diz respeito à expedição genovesa de 1291 que o autor português nega que tivesse tido lugar,<sup>66</sup> visto não estar nomeada na História de Génova de Jacopo Dória que era a continuação dos *Annales Januenses* de

---

<sup>61</sup> “L’ Abate Don Gomes Ferreira da Silva e i Portoghesi a Firenze nella prima metà del Quattrocento”, in *Relazioni Storiche fra l’Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti...*, pp. 149-163.

<sup>62</sup> Guido Po, “La collaborazione italo-portoghese alle grandi esplorazioni geografiche ed alla cartografia náutica”, in: *Relazioni Storiche fra l’Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti...*, pp. 261-321.

<sup>63</sup> Oliveira Martins, *História de Portugal*, Lisboa, 1927, p. 172

<sup>64</sup> Guido Po, *op. cit.*, p. 262

<sup>65</sup> *Idem*, p. 264

<sup>66</sup> Cf., Visconde de Santarém, *Recherches...*, p. 243

Caffaro di Rustico para os anos 1280-1293.<sup>67</sup> Guido Po esclarece e justifica o erro do Visconde de Santarém ao supor que, muito provavelmente, este utilizara uma cópia onde a expedição genovesa não tivesse sido mencionada pelo facto de, ao tempo, ter fracassado.

No entanto, quer no Itinerário de Antoniotto Usodimare, *Itinerarium Antonij Ususmaris Civis Januensis*, depositado na Biblioteca Universitária de Génova, quer na cópia original da História de Génova de Jacopo Doria conservada na Biblioteca Nacional de Paris, assim como nas cópias que se encontram nas bibliotecas de Génova, é narrada a expedição dos Vivaldi.<sup>68</sup>

O segundo erro cometido pelo Visconde dizia respeito à suposta primazia portuguesa relativamente à circumnavigabilidade da África, declarando o completo desconhecimento por parte de todos os cosmógrafos europeus da possibilidade da intercomunicabilidade do Oceano Atlântico com o Índico antes da passagem portuguesa pelo Cabo de Boa Esperança.

Guido Po, a este respeito, apresenta, como documentação, uma série de atlas italianos, a partir do Gaddiano Laurenziano de 1315 com a representação triangular da África abrangida pelos dois oceanos, passando pelo de Andrea Bianco de 1436 até ao famoso planisfério de Fra' Mauro de 1459 onde se pode verificar que, além de serem representadas caravelas que se dirigem para o Oriente, aparece uma legenda afirmando que “Adoncha senza alcuna dubitation

---

<sup>67</sup> Edição crítica dos *Annales Januenses* de Caffaro efetuada por Cesare Imperiale, “Annali Genovesi di Caffaro e dei suoi continuatori dal MCCLXXX al MCCLXXXIII”, in: *Fonti per la Storia Italiana*, Roma, Istituto Storico Italiano, vol. V, 1929.

<sup>68</sup> Lê-se na crónica de Jacopo Doria, conservada na Biblioteca Universitaria de Génova, relativamente à expedição dos irmãos Vivaldi: “Eodem quippe anno, Thedisius Aurie, Ugolinus de Vivaldo et eius frater cum quibusdam aliis civibus Ianue ceperunt fecere quoddam viagium, quod aliquis usque nunc fecere minime attemptavit nam armaverunt optime duas galeas et victualibus aqua et aliis necessariis in eis impositis miserunt eas de mense nadii de versus strictum septe, ut per mare oceanum irent ad partes Indie mercimonia utilia inde deferentes in quibus iverunt dicti duo frates de Vivaldo personaliter et duo frates Minores, quod quidem mirabile fuit non solum videntibus sed etiam audientibus et postquam locum quidicquid Gozora transierunt, aliqua certa nova non habuimus de eis Dominus autera eos custodiat et sanos et incolumes reducat ad propria”, In Guido Po, *op. cit.*, p. 309.

se puo affermar che questa parte austral e de Garbin sia navigabile e che quel mar indiano sia Oceano e non Stagnon e cusi affermano tuti quelli che navegano quel mar e che habitano quele insule.”<sup>69</sup>

Importante para o aprofundamento dos laços luso-italianos, nomeadamente no campo da investigação, foi Luigi Federzoni, que foi de 1940 até 1943 o Director do Instituto Italiano di Cultura em Lisboa, cuja fundação efectiva remonta ao ano de 1936, quando foi adquirido o edifício onde actualmente a dita instituição ainda se encontra.<sup>70</sup> Através da documentação do arquivo do Instituto Italiano di Cultura levantado por Laura Melania Rocchi, afigura-se-nos que, nestes anos, se assistiu a uma intensa cooperação que visava uma aproximação ideológica entre os dois países<sup>71</sup>, a qual será reforçada em 1939 com a edição do primeiro número da revista *Estudos Italianos em Portugal* ainda hoje publicada. De facto, ao longo dos anos, colaboraram nesta revista conceituados autores portugueses e italianos, entre os quais recordamos Virgínia Rau, José da Costa Miranda, José V. de Pina Martins, que deram um contributo extremamente valioso no desenvolvimento dos estudos luso-italianos.

Sensivelmente na mesma altura, sob o patrocínio da Reale Accademia d'Italia são publicados os primeiros 3 volumes da obra de Arturo Farinelli (em 1942 o I e II; em 1944 o III; o IV volume só sairá em 1979), preciosa fonte para o estudo da presença italiana em Portugal através duma “sfilata di memorie” onde se elencam os momentos que marcaram as etapas mais significativas do percurso dos italianos no estrangeiro. Destaca-se que “Ya en los primeros años

---

<sup>69</sup> Idem, p. 276.

<sup>70</sup> Cf., Laura Melania Rocchi, “Presença cultural italiana in Portogallo nei primi decenni del XX secolo”, in *Estudos Italianos em Portugal*, Revista do Instituto Italiano em Lisboa, n. 2, 2ª série, 2007, p.361-362

<sup>71</sup> Em 1937, por exemplo, o embaixador italiano e o então ministro da Educação Português, Carneiro Pacheco, sublinharam as semelhanças entre os movimentos dos Balilla italianos e da Mocidade Portuguesa. Cf. Laura Melania Rocchi, *op. cit.*, p. 373.

del siglo XII empieza el poder de las flotas italianas y el predominio de los Genoveses en Galicia, en Lisboa (...)”<sup>72</sup>.

Em 1946 um pequeno livro de A.A. Barany, *Portogallo e Roma*<sup>73</sup>, traça os contornos da Roma lusitana, debruçando-se sobre os ilustres portugueses que residiram ou viveram durante uns tempos na capital italiana desde o século IV quando foi eleito Papa Dâmaso oriundo da cidade de Guimarães.

Não podemos igualmente esquecer o grande impulsionador nas relações culturais entre Itália e Portugal que foi o professor Giuseppe Carlo Rossi a quem, em homenagem ao centenário do seu nascimento, foram dedicados dois colóquios em 2008<sup>74</sup>. Professor de português e espanhol no Istituto Universitario Orientale de Nápoles, o académico italiano reactivou o interesse por autores italianos em Portugal, e por autores portugueses em Itália, como Fernando Pessoa, na altura ainda pouco estudado, Eça de Queirós, Almeida Garret, entre outros. Fundador da revista “Annali” Sezione Romanza em 1958, (o primeiro número, contudo, terá a data de 1 de Janeiro de 1959), Giuseppe Carlo Rossi, que exerceu o cargo de leitor de italiano na Universidade de Lisboa, publicou a primeira história da literatura italiana em Portugal<sup>75</sup> e a primeira história da literatura portuguesa em Itália<sup>76</sup>. Estudos pioneiros, apesar das inevitáveis lacunas<sup>77</sup>.

---

<sup>72</sup> Arturo Farinelli, *Viajes por España y Portugal. Desde la Edad media hasta el siglo XX. Nuevas y antiguas divagaciones bibliograficas*, I-II tomo, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1942; III tomo, Firenze, Reale Accademia d'Italia; IV tomo Roma, Accademia dei Lincei, 1979. O trecho é extraído do vol. I, p. 66.

<sup>73</sup> A.A. Bernardy, *Portogallo e Roma*, Istituto Nazionale per le Relazioni Culturali con l'Estero, 1946.

<sup>74</sup> Napoli, 31 de Outubro de 2008, Palazzo Du Mesnil - Lisboa, 3 de Dezembro de 2008, Istituto Italiano de Cultura.

<sup>75</sup> Giuseppe Carlo Rossi, *Breve história da literatura italiana*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1946, sob a direcção de Bento de Jesús Caraças.

<sup>76</sup> Giuseppe Carlo Rossi, *Letteratura italiana e le letterature di lingua portoghese*, Torino, S.E.I., 1967.

<sup>77</sup> É importante lembrar que Giuseppe Tucci quis que o Istituto Italiano per il Medio ed Estremo Oriente editasse uma série de textos e documentos relativos às relações entre Europa e Oriente intitulada “Nuovo Ramusio”. Publicados pelo Istituto Poligrafico dello Stato, entre outros, *Viaggi di C. Federici e G. Balbi alle Indie Orientali*, a cura di Olga Pinto (1962); *Le navigazioni atlantiche del veneziano Alvise da Mosto*

No que diz respeito a Portugal, na passagem do século XIX ao século XX vieram à luz grandes colecções de fontes que verá o seu prolongamento até depois da segunda guerra mundial com a obra de Queirós Veloso<sup>78</sup> sobre o período 1557-1580.

Apesar da situação política que afastava as atenções e o interesse para a escrita da História, privilegiando a discussão política e económica, autores como Jaime Cortesão e Duarte Leite, médico o primeiro, matemático o segundo, produziram trabalhos inovadores de arguto aparato crítico, insistindo sobre os aspectos científicos das Descobertas. É preciso, neste contexto, assinalar que alguns dos estudos dos autores acima citados, apesar de não se debruçarem directamente sobre a temática das relações luso-italianas, foram imprescindíveis para o aprofundamento destas.

Assim, Jaime Cortesão, num artigo de 1922<sup>79</sup> realça as estreitas relações entre Florença e Portugal através das figuras dos mercadores florentinos estabelecidos em Lisboa, nomeadamente Marchionni e Sernigi que, além de possuir riquezas próprias estavam associados com outros ricos banqueiros e comerciantes que mais tarde teriam tido grande importância na difusão das mercadorias orientais em toda Europa. Reconhecendo o valor da intuição de António Sérgio pela qual “ (...) os descobrimentos portugueses foram realizados por uma elite de pensamento e acção, na consciência de seu interesse cosmopolita, servida não apenas pela criadora audácia, mas pelas indispensáveis qualidades de método e organização (...)”<sup>80</sup>, Jaime Cortesão destaca a questão económica que esteve na base dos descobrimentos portugueses.

---

(a cura di) T. Gasparini Leporace (1966); *I viaggi in Persia degli ambasciatori veneti Barbaro e Contarini*, (a cura di) R. Lockhart, R. Morozzo della Rocca e M. F. Tiepolo

<sup>78</sup> Queirós Veloso, *O Reinado do Cardeal D. Henrique- A perda da Independência*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946, volume I; idem, *D. Sebastião(1554-1578)*, 1935.

<sup>79</sup> Jaime Cortesão, “Lisboa e Florença. A expedição de Pedro Álvares Cabral e a família dos Marchioni”, in *Seara Nova* 15-2-1922, pp.208-212.

<sup>80</sup> Idem, p. 213.

A história económica de Portugal, após *os primeiros marcos implantados por Oliveira Martins*<sup>81</sup>, viu o seu primeiro mentor em Lúcio de Azevedo<sup>82</sup> que em 1928 apresenta uma obra pioneira no panorama historiográfico que se manifestará após a segunda guerra mundial. Apesar das críticas movidas por V. Magalhães Godinho relativamente à perspectiva sob a qual o autor apresenta a obra<sup>83</sup>, a história económica de Lúcio de Azevedo, organizada por “épocas” ou seja, ciclos económicos, e suportada por fontes principalmente impressas, integra a actividade de algumas das mais famosas famílias de mercadores italianas estabelecidas em Lisboa nos séculos XV e XVI, nomeadamente Affaitati, Marchionni, Morelli, Rovellasco, entre outras, nas andanças da economia portuguesa.

Como acabámos de demonstrar, a partir do século XIX mantém-se o interesse pelo estudo das relações luso-italianas motivado pela publicação em grandes colecções, algumas das quais já mencionámos, de um vasto manancial de fontes que permitiu o desenvolvimento dos estudos a que assistimos na segunda metade do século XX.

De facto, assente em fontes impressas sejam as crónicas régias, sejam as fontes coligidas no *Archivo Historico Portuguez*, ou mesmo a documentação coligida já no longínquo século XVI por Ramúsio, ou ainda a do *Corpo Diplomático Portuguez*, Carlos Passos<sup>84</sup> redigiu em 1956 um trabalho sobre as relações luso-italianas até a primeira metade do século XVI onde, pela primeira vez após a obra do citado Peragallo, o autor sistematiza a presença italiana em Lisboa identificando, embora às vezes com alguma imprecisão, os membros de famílias originárias das várias regiões de Itália, desde finais do século XIV até

---

<sup>81</sup> Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570-1670*, Lisboa, Estampa, 1988, p.22.

<sup>82</sup> Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica Editora, 1988.

<sup>83</sup> Cf., V. Magalhães Godinho, “A Historiografia Portuguesa: orientações, problemas, perspectivas”, in *Revista de História*, 1955, nr 21, p. 8.

<sup>84</sup> Carlos Passos, “Relações históricas luso-italianas”, sep. *Anais*, Lisboa, 1956, II série, vol.7, pp. 145-215.

aos anos 20 do século XVI. Pontualmente, tenta seguir o rasto destas famílias até à primeira metade do século XVII.

A partir de meados do século XX e usando todo o aparelho crítico de uma nova escrita historiográfica, estudos inovadores de reputados historiadores forneceram novos dados para o estudo das relações luso-italianas.

Abre o caminho a obra de Fernand Braudel que, ao estudar exaustivamente o Mediterrâneo integra o papel de Génova, Milão, Veneza e Florença na economia do século XVI e destaca a centúria de 1557 a 1627 como sendo o século dos Genoveses<sup>85</sup>.

Na mesma senda é necessário referir os contributos de Frédéric Mauro,<sup>86</sup> que, ao relatar as rotas do comércio para a Índia e o Brasil, frisa a importância da presença italiana no panorama da história económica de Portugal, principalmente na rota do açúcar, e os volumes de Vitorino Magalhães Godinho, publicados entre 1961-73, sobre a economia mundial no período dos descobrimentos, destacam o contributo italiano nos diferentes sectores da economia portuguesa, no tráfico dos escravos, na rota da pimenta, na produção do açúcar e no comércio do sal, assim como na assistência financeira à coroa. Nestas obras, de facto, é apresentado o quadro dos negócios então empreendidos, assim como é evidenciado o impacto que o “cabedal” estrangeiro teve em Portugal embora, como sublinha Godinho, “ (...) a sua acção insere-se num complexo de iniciativas e explorações quer da coroa, quer das casas senhoriais e ordens religiosos-militares, quer dos mercadores portugueses.”<sup>87</sup>

Voltando aos estudos específicos sobre as relações entre Itália e Portugal, assiste-se, no século XX, a uma substancial intensificação dos mesmos, despertando um crescente interesse pelo estudo de algumas famílias de italianos

---

<sup>85</sup> *Idem*, vol. I, p. 548.

<sup>86</sup> Frédéric Mauro, *op. cit.* A primeira edição francesa é datada de 1960.

<sup>87</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 2ª ed., vol. III, p. 192.

cujos percursos, devido à qualidade e quantidade de negócios e as suas ligações com os fidalgos portugueses, representa um importante elemento de conhecimento da História de Portugal.

Os períodos privilegiados, i.e., os séculos XV e XVI, contam com um grupo de estudiosos portugueses e estrangeiros que centram a sua análise na vertente económica das relações entre Portugal e a península italiana, ainda que não sejam descuradas as relações culturais.

Assim, parte da vasta produção da historiadora Virgínia Rau no âmbito da História económica de Portugal, ao investigar o comércio português dos séculos XIV a XVI foca a actuação dos mercadores italianos através da promulgação de leis e da concessão de privilégios que lhes garantissem protecção,<sup>88</sup> destacando a preponderância dos italianos na praça de Lisboa através do estudo de fontes como os “*Livros da receita e despesa do ouro e prata*”<sup>89</sup>. A autora, além de referenciar os aspectos diplomáticos e económicos entre Itália e Portugal no século XV<sup>90</sup>, debruça-se também sobre as relações culturais entre os dois países caracterizando as influências italianas nos estudantes portugueses cuja estada em Itália ao longo do século XV decorreu por mais ou menos alargados períodos de tempo<sup>91</sup>. Aprofundando a história económica de Portugal, investigando as *elites* do mundo financeiro português antes e depois da abertura da rota marítima para a Índia, a historiadora portuguesa observa personalidades marcantes, mercadores italianos, a quem dedica estudos monográficos que irão abrir novas linhas de investigação. O levantamento da documentação das chancelarias régias, tal como cartas de naturalização, cartas de privilégios régios, cartas de perdão, entre outras

---

<sup>88</sup> Cf., Virginia Rau, “Affari e mercanti in Portogallo dal XIV al XVI secolo”, in *Economia e Storia*, fasc. 4, 1967, pp. 447-456.

<sup>89</sup> Cf., Virginia Rau, “Os mercadores-banqueiros estrangeiros em Portugal no tempo de D. João III (1521-1557)”, in *Estudos de história económica*, Lisboa, Ática, s.d., pp. 35-61.

<sup>90</sup> Cf., Virginia Rau, *Portugal e o Mediterrâneo no século XV*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1973.

<sup>91</sup> Cf., Virginia Rau, “Studenti ed eruditi portoghesi in Italia nel secolo XV”, sep. *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, 1973.

fontes, juntamente com a documentação relativa a contratos comerciais, levou esta historiadora portuguesa a produzir monografias que esboçaram o percurso e a vivência de algumas destas famílias italianas cujo apogeu económico ocorreu principalmente entre as últimas duas décadas do século XV e as primeiras do século XVI, contribuindo assim para o aprofundamento de aspectos importantes da História económica de Portugal.

Já desde as primeiras décadas do século XV, há informações da presença de ricas famílias empreendedoras que além de se dedicar à actividade mercantil, se ocupavam, também, do comércio do dinheiro, tratando de operações de empréstimos, cobrando rendas e adjudicando contratos. Faceta, esta, comum aos muitos mercadores italianos que, não se limitando a um comércio especializado, negociavam com vários produtos.

O caso da família genovesa dos Lomellini foi estudado por V. Rau<sup>92</sup> que, ao salientar a grande fortuna arrecadada por este estrangeiros que gozavam da protecção régia sob forma de cartas de segurança quer para as pessoas, quer para as mercadorias, evidencia como a variedade de interesses comerciais foi determinante pelo aumento considerável do capital. O mais importante membro da família Lomellini, Marco, criou uma vasta rede comercial e financeira gerindo uma grande quantidade de dinheiro no seu maior negócio, o contrato do monopólio da exportação da cortiça assinado a 21 de Junho de 1456. A abordagem económico-social da historiadora portuguesa reflecte-se na escolha dos operadores comerciais italianos cuja influência na vida económica e social portuguesa foi preponderante e cujo percurso comercial estava ligado ao circuito espanhol. Os anos da viragem do século XV para o XVI foram aqueles que detiveram a sua atenção e, de facto, é nestes anos que se destacam homens de negócios que, sob vários aspectos, foram determinantes para o bom andamento

---

<sup>92</sup> Virginia Rau, “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 1956, n.1, pp. 56-69.

da grande aventura das descobertas. A incipiente formação dum império afro-asiático obrigava o monarca português a aproveitar todas as forças, quer portuguesas quer estrangeiras, e por isso os italianos, independentemente da sua proveniência, “ (...) foram chamados a colaborar com Portugal na África e na Índia, no comércio e na banca, nos transportes marítimos e nas feitorias.”<sup>93</sup>

A importância da figura do mercador florentino Francesco Corbinelli a quem Virginia Rau dedica um exaustivo estudo, reside, como o próprio título do estudo indica, em este mercador florentino ter sido uma peça importante na administração portuguesa ultramarina. Além de ter sido sócio dos mais conceituados comerciantes florentinos da altura, Leonardo Nardi e Girolamo Sernigi e de ter sido capitão armador nas naus da Índia, como refere Gaspar Correia<sup>94</sup>, Francesco Corbinelli foi nomeado feitor de Goa por Afonso de Albuquerque, cargo que exerceu mais de treze anos, intercalados por uma breve permanência em Portugal, durante os quais os negócios da fazenda real estiveram sob a sua alçada visto desempenhar também o cargo de tesoureiro da moeda, vedor das obras e contador.

No período das grandes viagens para o Oriente dos reinados de D. Manuel e D. João III, descobrimos que a maior parte dos membros da comunidade italiana já possuía um estatuto de prestígio reconhecido também no âmbito da corte. As grandes famílias florentinas dos Sernigi<sup>95</sup>, Marchionni, Giraldi, Bardi, e alguns anos mais tarde, também as famílias Morelli, Ugucione, Nasi, entraram na economia portuguesa, onde, graças às suas disponibilidades financeiras,

---

<sup>93</sup> V. Rau, “Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa, Francisco Corbinelli”, in *Memórias*, 1974, vol. IV, pp. 107-141.

<sup>94</sup> Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lisboa, 1860, II, pp. 12 e 14.

<sup>95</sup> Ainda não foi produzida uma monografia sobre esta importante família florentina activa em Portugal nos séculos XV e XVI. Contudo, notícias e documentos encontram-se nas obras de G. Uzielli, “Piero di Andrea Strozzi, viaggiatore fiorentino del secolo delle scoperte, in *Memorie della Società Geografica Italiana*, V, 1895, pp. 110-148; Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana, op. cit.*, pp.154-158; Carlos Passos, *Relações históricas luso-italianas, op. cit.*; Carmen M. Radulet, “Girolamo Sernigi e a importância do Oriente”, sep. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII, 1985, pp.67-77; Marco Spallanzani, *Giovanni da Empoli un mercante fiorentino nell'Asia portoghese*, Firenze, S.P.E.S., 1999.

assumiram um papel de grande relevo nos anos que precedem a viagem de Vasco da Gama até meados do século XVI.

Uma das primeiras famílias italianas objecto de estudo monográfico foi a casada florentina dos Giraldi que teve na figura de Luca Giraldi “ (...) uma fascinante personalidade do mundo dos negócios da Lisboa quinhentista.”<sup>96</sup>

A reconstrução do percurso vivencial e comercial de Luca Giraldi denuncia um caminho variado nas relações que estabelece com a coroa portuguesa, com membros da comunidade italiana, com mercadores portugueses e judeus e, como evidencia Isaía da Rosa Pereira<sup>97</sup>, até com a temível Inquisição portuguesa. Os negócios em parceria com os riquíssimos Affaitati de Cremona, activos desde os finais do século XVI na importação do açúcar da Madeira, constituíram um excelente ponto de partida para o jovem Luca Giraldi que, ao longo da sua vida, soube criar-se um vasto consenso no círculo da corte portuguesa.

Não existe qualquer estudo, se excluimos as poucas linhas da autoria de V. Rau no *Dicionário de História*<sup>98</sup> e as notícias de S. Bertelli no *Dizionario Biografico degli Italiani*<sup>99</sup> que se debruce sobre a famosa família Affaitati de Cremona residente em Lisboa desde o século XV apesar de se encontrarem inúmeras referências desta família em todos os estudos de história económica de Portugal dos séculos XV e XVI.

Conhecemos melhor, no entanto, as vicissitudes do ramo da família que se tinha estabelecido em Antuérpia através da publicação do *Inventaire* da casa comercial dos Affaitati por J. Denucé que nos proporciona uma quantidade de

---

<sup>96</sup> V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”, in *Estudos Italianos em Portugal*, 1965, vol. 24, pp. 3-35.

<sup>97</sup> I. da Rosa Pereira, *Lucas Giraldi, mercador florentino, na Inquisição de Lisboa*, in “Anais da Academia Portuguesa da História”, Lisboa, 1982, 28

<sup>98</sup> *Dicionário de História de Portugal*, (dir. por Joel Serrão), vol. I, pp. 33-34.

<sup>99</sup> S. Bertelli, “Affaitati, Giovanni Francesco”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, I, Roma, pp. 349; idem, “Affaitati, Giovan Carlo”, *ibidem*, p. 350.

notícias deveras indispensáveis para perceber o teor dos negócios europeus desta família de mercadores que o autor define como a típica grande empresa comercial do início do Renascimento, cuja origem coincide com a primeira expansão colonial<sup>100</sup>.

Muitos mercadores particulares, cujos meios financeiros não lhes possibilitava constituir uma companhia e que estavam disponíveis para embarcar nos navios rumo ao Oriente, operavam à volta destas grandes companhias familiares italianas muitas das quais não estão ainda suficientemente investigadas.

A frequente colaboração de Virgínia Rau com o prof. Federigo Melis, cuja formação em economia foi posta ao serviço da investigação histórica, gerou um importante avanço no conhecimento das influências italianas, nomeadamente as influências florentinas, em Portugal nos séculos XIV e XV.

O acervo documental do Arquivo Datini de Prato, que encerra uma quantidade enorme de contractos de compra e venda, de seguros, de letras de câmbio e, sobretudo, de cartas mercantis “ (...) che formano il nerbo della collezione datiniana e allo stesso tempo la porzione più originale (...)”, referentes a inúmeras companhias, foi explorado e utilizado por Federigo Melis no intuito de definir o desempenho dos mercadores italianos na península ibérica nos séculos XIV-XVI.<sup>101</sup> Vincando o contributo das cidades do interior na abertura dos caminhos Atlânticos entre as quais “ (...) quelle della Toscana hanno recitato il ruolo principale, in ispecie Firenze ”<sup>102</sup>, Melis resgata, assim, o lugar de Florença face a Génova.

---

<sup>100</sup> Cf., J. Denucé, *Inventaire des Affaitadi banquiers Italiens a Anvers de l'année 1568*, Anvers- Paris, 1934, p. 7.

<sup>101</sup> F. Melis, “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo del XV secolo”, in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinseln*, Köln-Wien, 1970, pp. 56-73.

<sup>102</sup> *Idem*, p. 169.

O historiador italiano salienta, para além da posição geográfica, o facto de a composição das companhias comerciais das cidades do interior serem diferentes porque afastadas do “ (...) impeto con il quale si dovevano affrontare i rischi del maré.”<sup>103</sup> Estas cidades não criavam companhias fraccionadas em pequenas quotas que resistissem ao riscos, mas, pelo contrário, “ (...) l’azione era più meditata, ma anche più estesa, per la quale ragione, appunto, si riunivano più forze personali e reali (...)”<sup>104</sup>. A circunstanciada análise feita por Federigo Melis em torno das dimensões das companhias florentinas possibilita-nos conhecer a estratégia comercial florentina. De facto, as grandes casas comerciais florentinas do início do século XVI operavam de um modo diverso do efectuado pelas venezianas e genovesas devido ao facto de serem de menor dimensão, o que as obrigava a encontrar apoio noutras casas comerciais. As vantagens do “*commercio diretto*”, isto é, sem qualquer intermediário, eram bem manifestos: havia a possibilidade de baixar os preços e de comercializar maior quantidade e variedade de mercadoria.

No que diz respeito às relações luso-genovesas, devemos mencionar o contributo de Domenico Giuffrè<sup>105</sup> que, ao compulsar toda uma série de documentos do Archivio di Stato di Genova, realçou o teor das relações entre Génova e Portugal no período entre 1493 até 1539, destacando os contactos que as famílias da cidade italiana mantinham com Portugal através de procuradores *in loco*. Estes pertenciam a famílias conhecidas no meio mercantil, tratando dos

---

<sup>103</sup> F. Melis, “I rapporti economici fra Spagna e l’Italia nei secoli XIV-XVI secondo la documentazione italiana”, in *Mercaderes, Mercaderes Italianos en España (siglos XIV-XVI)*, Publicaciones de Universidad de Sevilla, n.1, 1978, p.184.

<sup>104</sup> *Idem*, ibidem.

<sup>105</sup> Domenico Giuffrè, “Documenti sulle relazioni fra Genova e il Portogallo dal 1493 al 1539”, in *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles-Rome, 1961, pp.163-316.

Salientamos também o contributo de G. Musso, “Nuovi documenti dell’Archivio di Stato di Genova nei rapporti tra Genova e il Portogallo nell’età delle grandi scoperte”, in *Atti del II Convegno internazionale di Studi Colombiani*, Genova, 1977, pp. 377-385.

negócios e do trato que começavam a tornar-se extremamente rendosos após a viagem de Vasco da Gama.

Nas últimas décadas do século XX a investigação das operações comerciais que a “nação” italiana mantinha com Portugal foi objecto de vários estudos, sendo dada a conhecer a rica documentação dos arquivos italianos. Esta possibilitou desvendar as teias negociais onde participavam mercadores italianos, quer florentinos, quer genoveses, assim como mercadores portugueses.

Devemos ainda referir o precioso contributo do professor José da Costa Miranda que, enquanto impulsionador do intercâmbio e divulgação da cultura italiana em Portugal, dedicou um interessante artigo à figura de Carlo Antonio Paggi<sup>106</sup> agente consular da República de Génova, o qual veio a Portugal em 1656.

Os comércios luso-florentinos de meados do século XV foram aflorados com o levantamento dos registos da companhia comercial Da Colle de Pisa efectuada por Marcello Berti no Archivio Salviati de Pisa<sup>107</sup>. Além de dados quantitativos, o Fondo Salviati, composto por 11 registos, evidencia, através do estudo sobre o comércio luso-florentino desta casa comercial, a pluralidade de produtos que era transaccionada.

O levantamento deste fundo permitiu traçar o panorama das relações italianas com Portugal, conhecendo-se a colónia italiana através dos nomes dos correspondentes da companhia Da Colle em Portugal, pois estes eram exclusivamente italianos, nomeadamente genoveses e florentinos. Além disso, os diversos contratos de compra e venda deram a conhecer as modalidades dos negócios empreendidos, confirmando uma estrutura bem definida de importações

---

<sup>106</sup> José da Costa Miranda, “Carlo Antonio Paggi, italiano, tradutor de Camões: um genovês na corte de Lisboa”, in *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, 1982-83-84, nrs. 45-46-47, pp. 63-86.

<sup>107</sup> Marcello Berti, “Le aziende Da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento”, in *Toscana e Portogallo Miscellanea Storica nel 650° anniversario dello Studio Generale di Pisa*, Pisa, ETS, 1994, pp.57-106.

e exportações: couros, grã, sal, escravos de Portugal; papel, lã e seda de Florença. Em consequência destas frequentes trocas comerciais entre Itália e Portugal era natural que se viesse a precisar de seguros e de letras de câmbio.

As comemorações do V centenário da Descoberta da América incrementaram o interesse pela investigação direccionada para o espaço atlântico.

É, de facto, o novo mundo da rota do Cabo que atrai a atenção de Marco Spallanzani, que, com base em fontes essencialmente italianas, dedica o seu estudo aos mercadores florentinos que no primeiro quartel de Quinhentos viajaram até a Ásia ou ao Extremo Oriente<sup>108</sup>. A correspondência, particular e comercial, publicada em apêndice, evidencia, mais uma vez, intensas relações entre os dois países envolvendo mercadores italianos e portugueses. Descreve o autor uma Lisboa das primeiras décadas do século XVI extremamente efervescente, espaço onde operavam importantes casas comerciais que deram valiosos contributos para as expedições portuguesas, disponibilizando não apenas os seus excelentes conhecimentos técnicos e os seus notáveis meios financeiros, mas também contribuindo com “material humano”. Marco Spallanzani deu relevo a operadores que, como Giovanni Buonagrazia e Leonardo Nardi, estiveram directamente envolvidos nas grandes viagens para a Índia no princípio do século XVI. De facto, Giovanni Buonagrazia foi nomeado capitão da nau armada por Bartolomeu Marchionni em 1502 e Leonardo Nardi partiu com a expedição de João da Nova de 1501, exercendo o cargo de feitor de Marchionni na Índia.

O historiador italiano reproduz os movimentos e os contactos entre estes mercadores assinalando as diversas motivações que estimulavam viagens tão perigosas, Spallanzani conseguiu aprofundar os conhecimentos relativos à colónia italiana em Lisboa no período das primeiras viagens ultramarinas. Com a

---

<sup>108</sup> Marco Spallanzani, *Mercanti fiorentini nell'Asia Portoghese (1500-1525)*, Firenze, S.P.E.S., 1997.

revisão de fontes documentais já publicadas assim como com a utilização dum *corpus* de fontes inéditas o historiador italiano esboça as biografias de um grupo de florentinos que, passando algum tempo em Lisboa, partem para o Oriente encontrando fortuna. Entre estes jovens mercadores e viajantes, Spallanzani elabora uma exaustiva biografia de Giovanni da Empoli<sup>109</sup>, que, ao longo de quinze anos, entre 1503 e 1517, viajou três vezes para o Oriente. Além dos contornos biográficos deste mercador, o autor consegue delinear eficazmente o quadro das relações entre Giovanni da Empoli e os seus conterrâneos em Lisboa, assim como contextualizar a vivência do mercador florentino nos anos em que o império português estava a ser criado.

Em 1992, uma tese de licenciatura na Universidade de Bolonha, Faculdade de Ciências Políticas, elaborada por Pierluigi Bragaglia<sup>110</sup> tendo como orientador português o professor Joel Serrão, explora o estabelecimento italiano nos Açores e na Madeira, sistematizando e reunindo a informação espalhada relativamente à presença duma comunidade italiana em Lisboa. Apesar de apresentar fontes inéditas apenas sobre a presença italiana nos Açores e na Madeira, a volumosa obra de Bragaglia, quase uma ampliação da obra de Prospero Peragallo e de Carlos Passos actualizada, tem o mérito de oferecer uma visão de conjunto da actividade italiana nas ilhas atlânticas e no Continente até 1583.

No âmbito do diálogo intercultural luso-italiano é de realçar o valioso contributo da historiadora Carmen Radulet perspectivando as relações estabelecidas entre o reino de Portugal e a Itália do ponto de vista cultural e comercial em épocas diferentes. De facto, a professora da Universidade da

---

<sup>109</sup> M. Spallanzani, *Giovanni da Empoli un mercante fiorentino nell'Ásia portoghese*, Firenze, S.P.E.S., 1999.

<sup>110</sup> Pierluigi Bragaglia, *Os Italianos nos Açores e na Madeira, das origens da colonização a 1583 (Conquista espanhola da Terceira)*, tese de Licenciatura em História Moderna, Universidade de Bolonha, Faculdade de Ciências Políticas, 1992, Texto policopiado.

Tuscia debruçara-se sobre a “filiera italiana” do período das primeiras viagens ao Oriente distinguindo a figura do florentino Girolamo Sernigi<sup>111</sup>. Ao sublinhar que após a abertura do caminho marítimo para a Índia “ (...) si nota una trasformazione del ruolo e del peso che ebbero gli italiani attivi in Portogallo (...)”<sup>112</sup>, a estudiosa italiana avança no tempo até a segunda metade do século XVI destacando a figura do engenheiro militar florentino Baccio da Filicaia que, após breve permanência em Lisboa transferiu-se para o Brasil onde viveu até 1607.<sup>113</sup> Dois momentos importantes emergem deste trabalho. O primeiro tem a ver com a certeza de que Lisboa “ (...) constituiu para Florença uma chave de acesso para o Atlântico, uma possibilidade de alargar a sua influência (...) em direcção à Europa do Norte, (...) para as ilhas atlânticas e para as costas da África, (...) para o mítico Oriente e para o Novo Mundo.”<sup>114</sup> O segundo diz respeito à escolha do tema a analisar, uma figura do fim do século XVI, período da monarquia dualista, em que Florença “ (...) após um momento de crise, tentou novamente encontrar um espaço próprio no contexto da política ultramarina europeia.”<sup>115</sup> Motriz incansável na realização de colóquios internacionais dedicados às relações luso-italianas Carmen Radulet presidiu, em Setembro de 1998, ao encontro intitulado *Case commerciali, banchieri e mercanti italiani in Portogallo*. O encontro, sob o patrocínio do Ministero degli Affari Esteri Italiano, teve lugar no Instituto Italiano de Cultura em Lisboa e reuniu

---

<sup>111</sup> Carmen M. Radulet, “Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente”, sep. *Revista da Universidade de Coimbra*, 1985, pp. 67-77. Devemos também evidenciar a importância da publicação de cartas de Girolamo Sernigi e Guido di Tommaso Detti por parte da autora no volume *Vasco da Gama. La prima circumnavigazione dell’Africa (1497-1499)*, Reggio Emilia, Diabasis, 1994, pp. 169-198. Sucessivamente em tradução portuguesa, Carmen M. Radulet e Luís Filipe F.R. Thomaz, “Fontes italianas para a História dos Portugueses no Índico 1497-1513. Códice Riccardiano 1910 de Florença”, em *Mare Liberum*, n. 18-19, pp. 247-340.

<sup>112</sup> Carmen M. Radulet, “La filiera italiana”, in *Lisbona oltre le mura*, Edizioni Frassinelli, 1994, p. 110.

<sup>113</sup> Carmen M. Radulet, “Baccio da Filicaia: um florentino entre Portugal e o Brasil em finais do século XVI e princípios do século XVII”, in *Anais de história de além-mar*, Universidade Nova de Lisboa, CHAM, 2002, vol. III, pp. 65-77.

<sup>114</sup> Carmen M. Radulet, “Baccio da Filicaia, *op. cit.*, p. 65.

<sup>115</sup> *Idem*, p.70.

investigadores italianos e portugueses contribuindo para o aprofundamento deste tema central dos interesses científicos de Cármen Radulet. Em 1992 a historiadora italiana tinha sido a artífice do colóquio *Scoperte portoghesi e l'Italia*, em colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e, em 1997, a mesma temática foi reproposta por Carmen Radulet no Congresso Internacional *L'epoca delle grandi scoperte geografiche. Problemi e metodologie della ricerca storico-letteraria, della didattica e della divulgazione*, continuando a colaboração com a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Como se pode depreender destas páginas, a bibliografia tocante às relações luso-venezianas, se confrontadas com a bibliografia referente às relações luso-florentinas, é relativamente modesta. Por isso, a publicação em 1997 da colectânea de fontes históricas venezianas de autoria de J. Teixeira Marques de Oliveira<sup>116</sup>, deve ser considerada ferramenta de trabalho indispensável para o estudo dos laços políticos e económicos entre Portugal e a Senhoria de Veneza do século XVI. À luz das fontes documentais venezianas e valendo-se da bibliografia mais actual, a autora apresentou, em finais dos anos 90, um estudo em que são investigadas as relações políticas e económicas entre Portugal e a Sereníssima ao longo dos reinados de D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião, integradas no contexto europeu<sup>117</sup>.

Na segunda metade do século XVI o casamento da infanta Maria de Portugal com Alessandro Farnese em 1565 estreitou as relações entre Itália e Portugal contemplando nomeadamente no que concerne o rico ducado do norte de Itália. Além do facto de muitos dos membros do séquito português da princesa de Parma se terem casado com italianos ou italianas, extremamente importante

---

<sup>116</sup> Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997 (a partir daqui será citado como *FDVRP*)

<sup>117</sup> Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

foi o fluxo de notícias que circulava entre a corte portuguesa e o ducado de Parma, frequente etapa dos embaixadores portugueses dirigidos a Roma, de modo que “Parma era diventata una sosta privilegiata in Italia per i portoghesi che si recavano o tornavano da Roma (...)”<sup>118</sup>.

O colóquio organizado em Parma a 25 de Setembro de 1999, “ideale continuazione” do seminário ocorrido no Porto em Maio de 1998 sob o título “*D. Maria de Portugal Princesa de Parma (1565-1577) e o seu tempo. As relações culturais entre Portugal e Itália na segunda metade de Quinhentos*”, aprofundou o conhecimento dum figura, na altura ainda pouco estudada, cujo papel foi relevante nas relações luso-italianas da segunda metade do século XVI. O levantamento da documentação do Archivio di Stato di Parma assim como as fontes dispersas relacionadas com a Princesa de Parma foram recolhidas no volume “*D. Maria de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma. Monumenta sparsa*”. O período da História de Portugal que vai desde 1576, ano da morte de D. Duarte, irmão da princesa de Parma, até 1580, é reconstruído através de material inédito do fundo dos Farnese que se encontra no Archivio di Stato di Napoli na óptica de “ (...) restituire alle pretese farnesiane nella successione al trono portoghese un ruolo di primo piano, fino ad oggi trascurato o sottovalutato.”<sup>119</sup>

Com a morte do rei D. João III, em 1557, começa uma fase absorvente para Portugal que deve confrontar-se com dificuldades em áreas diferentes da estrutura do estado, todas, porém, igualmente problemáticas. É a partir destes anos que o caminho para tentar reorganizar um quadro o mais possível completo

---

<sup>118</sup> Giuseppe Bertini, “La vita e la corte di Maria di Portogallo a Parma”, in *Maria di Portogallo sposa di Alessandro Farnese – Principessa di Parma e Piacenza dal 1565 al 1577*, Atti della giornata di Studio, Parma 25 settembre 1999, Parma, Ducati Editore, p. 110.

<sup>119</sup> Antonio Ernesto Denunzio, “Strategie diplomatiche e vicende dinastiche: le pretese dei Farnese nella successione al trono di Portogallo (1578-1580)”, in *Maria di Portogallo sposa di Alessandro Farnese-Principessa di Parma e Piacenza dal 1565 al 1577*, Atti della giornata di Studio, Parma 25 settembre 1999, Parma, Ducati Editore, p. 225.

da comunidade italiana presente em Lisboa debate-se com lacunas, não havendo estudos específicos sobre o desempenho da comunidade italiana em Lisboa.

Assim, falecidos os grandes protagonistas italianos da primeira metade do século XVI, pouco ou quase nada se sabe quer da actividade dos seus descendentes quer de outros italianos que entretanto se tinham mudado para a capital portuguesa.

Apesar da historiografia portuguesa e estrangeira reconhecer o papel extremamente relevante da participação italiana, quer a nível humano, quer a nível de investimento de capitais, na realização do ‘milagre’ económico dos novos comércios, e apesar de, nos últimos tempos, se terem desenvolvido estudos sobre a influência italiana durante o século XVI, permanecem, contudo, falhas que se tornam particularmente profundas principalmente a partir da segunda metade de Quinhentos, validando-se a afirmação do historiador C. Verlinden o qual avaliava que “ (...) le rôle des marchands Italiens au Portugal n’occupe la place qui lui revient ni dans l’histoire du commerce italien, ni dans celle de l’économie portugaise(...)”<sup>120</sup>.

Após a apresentação, nestas páginas, dos principais estudos que se debruçam sobre as relações luso-italianas, verificámos que os séculos XIV, XV e as primeiras décadas século XVI foram investigados do ponto de vista das relações políticas culturais e económicas, registando-se, porém, uma escassez de contributos a partir da segunda metade do século XVI e de todo o século XVII.

A partir do fim do reinado de D. João III, podendo até recuar aos anos quarenta do século XVI, o interesse dos historiadores para com a comunidade italiana em Lisboa parece ter decaído, sobretudo quando observamos os anos da monarquia dual. Apesar de estudos pontuais, sobre figuras que se destacaram particularmente nas áreas da literatura, pintura e arquitectura, não há, até agora,

---

<sup>120</sup> C. Verlinden, “*Le colonie italienne de Lisbonne...*”, p..624.

qualquer obra que focalize o contributo italiano na sociedade portuguesa da segunda metade do século XVI e, sobretudo, não há qualquer estudo que se debruce sobre a comunidade italiana em Lisboa no período da monarquia dual.

Nas últimas duas décadas o período em que o destino de Portugal se uniu ao de Espanha, durante muito tempo negligenciado, foi objecto de renovado interesse por parte de estudiosos portugueses assim como da comunidade académica internacional<sup>121</sup>. Este interesse concretizou-se na realização de encontros científicos proporcionando o conhecimento das novas perspectivas de análise e de diferentes abordagens metodológicas. As linhas de investigação que foram surgindo nestas últimas duas décadas, salientando os aspectos mais relevantes da História de Portugal e do seu império ultramarino durante o período Filipino, fazem com que a trajectória histórica do Portugal dos Áustrias (1580-1640) se torne melhor conhecida. Efectivamente, o facto de terem faltado estudos sobre os reinados dos Filipes em Portugal, penalizou um possível enfoque sobre as comunidades estrangeiras que operavam na altura em Portugal. Já temos, de facto, evidenciado, relativamente a este período, uma escassez de estudos sobre as relações entre Itália e Portugal<sup>122</sup>.

Nesse sentido, a visão da Itália sobre Portugal, é-nos proporcionada principalmente pelas relações dos embaixadores venezianos, genoveses e florentinos que, apesar de instalados na corte de Madrid, nunca deixavam de transmitir informações sobre os acontecimentos portugueses visto o interesse que o comércio com o Oriente despertava nas cidades italianas.

---

<sup>121</sup> Assinalamos, só a título de exemplo, os estudos de M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994; de Fernando Bouza Alvarez, *Portugal no tempo dos Filipes – Política, Cultura, Representações, (1580-1640)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000; Leonor Freire Costa, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002; o congresso “A União Atlântica e o Mundo Atlântico”, Alvor 2-3-4-Maio 1996; Carlos Margaça Veiga, *A Herança Filipina em Portugal*, CTT Correios de Portugal, 2005.

<sup>122</sup> Referimos, contudo, o contributo de Maria Emília Madeira Santos, *Relações Diplomáticas entre Portugal e Veneza (1641-1649)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.

Além disso, muitas cartas quer publicadas como inéditas, enviadas por italianos residentes em Lisboa, fornecem-nos uma outra dimensão dos acontecimentos portugueses como é o caso das missivas enviadas à Sereníssima pelo cônsul veneziano em Lisboa Giovanni dall’Olmo, também autor duma informação, datada de 1584, sobre o comércio dos venezianos em Lisboa e sobre os meios mais convenientes para o restaurar.

Um elucidativo artigo da historiadora italiana Carmen Menchini<sup>123</sup> visa identificar as razões do silêncio da historiografia portuguesa na abordagem dos acontecimentos das seis décadas da dominação espanhola, e ao mesmo tempo destaca a forma como foi contada, por autores coevos aos factos, a história da sucessão portuguesa. O facto da historiografia portuguesa não se ter debruçado, feitas algumas ressalvas, sobre este período da História de Portugal, foi tomada como ponto de partida pela historiadora italiana para defender que encontra na historiografia coeva idêntica atitude. As vozes que narram os factos são estrangeiras, nomeadamente italianas<sup>124</sup>.

Com efeito, era inconveniente por qualquer autor português que não quisesse incorrer no exílio<sup>125</sup>, historiar os eventos. Abrira-se, portanto, espaço para os italianos escreverem sobre a matéria que interessava a Europa inteira como demonstrado pelas numerosas edições da obra de Conestaggio e de Viperano e pelas cópias de manuscritos relativos a estes eventos dispersos nas bibliotecas europeias.

---

<sup>123</sup> Carmen Menchini, “Storiografia Italiana e Storia Portoghese tra Cinque e Seicento: Gerolamo Conestaggio de’ Franchi e Giovanni Antonio Viperano”, in *Studi Secenteschi*, Olschky Editore, vol. XLIX, 2008, pp. 148-183.

<sup>124</sup> A autora examina a obra do mercador genovês Jerónimo de’ Franchi Conestaggio “*Dell’Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia. Istoria del sig. Ieronimo de Franchi Conestaggio Gentilhuomo genovese*” publicada em Genova em 1585, assim como a obra do literado siciliano Giovanni Antonio Viperano chamado à corte de Madrid por Filipe II em qualidade de historiador de corte “*De obtenta Portugalia a Philipo rege catholico*”, publicada em Madrid em 1583 e em Nápoles em 1588.

<sup>125</sup> Recordamos a obra do frei dominicano José Teixeira, partidário de D. Antonio prior do Crato, exilado em França, sobre a qual veja-se Carmen Menchini, *op. cit.*, p. 180, n. 108.

O interesse italiano pelos acontecimentos portugueses manifestava-se a vários níveis, sendo a condição da Península italiana similar à de Portugal no sentido em que “Il Portogallo rappresentava la parabola politica di uno stato a stretto contatto con la monarchia spagnola: un paese che per una cattiva politica matrimoniale ed una pessima politica militare viene incorporato dal gigante spagnolo.”<sup>126</sup> Além disso, devemos voltar a salientar que dois dos pretendentes ao trono português eram das famílias italianas dos Sabóia e Farnese.

Contudo, e analisando-se os circuitos comerciais que se mantinham entre os mercadores do eixo Espanha – Portugal – Itália no último quartel do século XVI, devemos salientar o trabalho de Gentil da Silva<sup>127</sup>, precioso instrumento que, pela escassez já referida, contribui para o estudo da comunidade italiana em Lisboa na época da monarquia dual. A obra reúne a correspondência entre Lisboa e Medina del Campo efectuada por Fernando de Morales e o irmão dele Tristão, assim como as missivas mercantis dos Rodrigues d’Evora e Veiga no período que medeia entre 1595 e 1607<sup>128</sup>.

Uma ampla perspectiva dos negócios efectuados entre mercadores espanhóis e italianos, nomeadamente genoveses, e sobretudo florentinos, está traçada na obra de Felipe Ruiz Martin que, ao utilizar a correspondência do mercador Simón Ruiz com o seu correspondente em Florença, constrói um minucioso percurso relativamente ao desenvolvimento da economia da península ibérica, salientando a participação de italianos e a sua intervenção na vida financeira de Espanha e Portugal<sup>129</sup>.

---

<sup>126</sup> Carmen Menchini, *op. cit.*, p. 181.

<sup>127</sup> J. Gentil da Silva, *Lettres de Lisbonne 1563-1578*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1961.

<sup>128</sup> J. Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607 – Lettres Marchandes des Rodrigues d’Evora et Veiga*, Paris, Librairie Armand Colin, 1956.

<sup>129</sup> Felipe Ruiz Martin, *Pequeño Capitalismo, Gran Capitalismo – Simón Ruiz y sus negocios en Florencia*, Barcelona, Editorial Critica, 1990.

## **Capítulo II**

### **Percursos da presença italiana em Portugal no século XV**

O objectivo de enquadrar a presença e a actividade das famílias italianas em Portugal nos séculos XVI e XVII exige uma prévia e ainda que sintética visão do modo como esta comunidade se estabeleceu em Portugal no século XV, visando-se encontrar mudanças e persistências. Extrapolar a vivência do grupo de mercadores italianos na Lisboa de Quinhentos do seu percurso secular em Portugal, sem ter em atenção este contexto provocaria um corte temporal, descontextualizando esta comunidade de um tempo-longo que é o da sua permanência neste espaço.

Dos numerosos vestígios documentais ressoam continuamente episódios e eventos anteriores ao período que nos propomos analisar, pelo que se torna obrigatório esboçar quadros de longa duração que espelhem o desenvolvimento social e, sobretudo, económico da comunidade italiana em Lisboa.

Temos também que chamar a atenção para a fragmentação do território italiano do ponto de vista político e administrativo, elemento marcante que desde logo deve ser assinalado para que se possa compreender o teor das atitudes dos italianos face aos acontecimentos portugueses. Deve-se também ter em atenção

seja a estrutura interna dos estados italianos, seja a sua evolução, e distinguir os contactos que Portugal teve com as várias cidades italianas, realçando a postura delas face aos diversos acontecimentos políticos ou comerciais com que se viram confrontadas. Atente-se que as rivalidades intestinas, praticamente ininterruptas, entre as cidades italianas, determinaram a atitude dos mercadores italianos face às relações económicas com o estrangeiro. Estes, enquanto comunidade no espaço externo à península itálica, revelaram objectivos comuns entre os quais se distinguia a habilidade de constituir “ (...) colonie commerciali fra popoli d’altra stirpe e d’altra religione; colonie che diventarono altrettanti novelli centri di vita, cultura ed attività italiana, ampio campo all’operosità dei loro cittadini (...) ”<sup>130</sup>.

Wilhelm Heyd<sup>131</sup> salientava essa peculiaridade numa série de textos publicados entre 1859 e 1864 ao debruçar-se sobre as colónias italianas no Oriente, isto é, no Império Bizantino, Palestina, Síria, Egipto, Chipre e África. Nos mesmos verifica que, ao impor o predomínio no Mediterrâneo, as cidades italianas marítimas souberam criar, fortalecer e manter um comércio extremamente rentável com os países do Levante.

Uma sucinta exposição dos factores nucleares caracterizadores do desenvolvimento político e social das principais cidades italianas permite-nos um melhor entendimento das atitudes e comportamentos que estes estrangeiros seguiram na sua terra de adopção. É bem verdade que desde a Idade Média os caminhos de Génova, Florença, Veneza, Milão, Plasência seguiram rumos políticos próprios, e é também verdade que a sua posição geográfica constituiu elemento fundamental na especialização das actividades económicas desenvolvidas. Com esta premissa pretende-se, neste capítulo, esboçar

---

<sup>130</sup> Cf., L.T. Belgrano na recensão à obra de Wilhelm Heyd, *Le Colonie commerciali degli Italiani in Oriente, nel medio evo, Dissertazioni del prof. Guglielmo Heyd, recate in italiano dal prof. Giuseppe Muller*, in *Archivio Storico Italiano*, n. 52, 1868, p. 148.

<sup>131</sup> W. Heyd, *Histoire du commerce du Levant au Moyen Age*, Leipzig, 1885-1886, 2 vols.

brevemente o quadro cultural e social que serve de pano de fundo para projectar a(s) realidade(s) transalpina em Portugal.

## **2.1 Da chegada a Portugal de Genoveses, Venezianos, Milaneses, Florentinos**

À luz dos estudos sinalizados no capítulo 1 que se debruçaram sobre as relações luso-italianas e sobre os agentes comerciais italianos em Lisboa, podemos afirmar que foram principalmente três os espaços italianos que incidiram profundamente no desenvolvimento da sociedade portuguesa do século XV e primeira década do XVI, nomeadamente, Génova, Veneza e Florença.

As favoráveis posições marítimas de Génova e Veneza determinaram que os seus habitantes, desde o período das cruzadas, estivessem ligados com a navegação. Génova, com o seu porto natural no Mediterrâneo, tornou-se numa potência marítima desde os meados do século XI quando o incremento da marinharia genovesa revitalizara o comércio marítimo<sup>132</sup>. No ocaso deste século “(...) una esplosione di floridezza di Genova e del suo mondo economico e marinaro (...)”<sup>133</sup> fez com que o papa Urbano pedisse à cidade para participar, com as suas prestigiosas forças marítimas, na cruzada que entretanto tinha sido proclamada. Génova responde ao apelo do papa e inicia a sua aventura no Levante com a conquista de Antioquia em 1098. As sucessivas expedições genovesas em Terra Santa, regulares desde 1099 até 1110, além da conquista de importantes cidades portuárias, provocaram um rápido desenvolvimento do comércio que, em poucas décadas, alcançou uma intensidade que tornou necessário o cunho da primeira moeda genovesa em 1139.

---

<sup>132</sup> Cf. Gino Benvenuti, *Le Repubbliche Marinare – Amalfi, Pisa, Genova e Venezia*, Roma, Newton Compton, 1989, p. 33.

<sup>133</sup> Teofilo Ossian De Negri, *Storia di Genova*, Firenze, Giunti Martello, 1986, p. 222.

Devido à própria natureza que os levava a privilegiar o comércio marítimo face ao terrestre, os genoveses “ (...) si affidano facilmente alle vie di terra, ma si sentono soprattutto sicuri per mare (...)”<sup>134</sup>, e é sulcando o mar que refinam a sua maneira de conceber o seu dia-a dia, desenvolvendo uma mentalidade pragmática que favorecia a iniciativa individual.

Ao longo dos séculos, o comércio genovês vai-se desenvolvendo unicamente no mar, assim como foi através do mar que se estabeleceram relações culturais e económicas com os outros espaços. É folheando o *Codice diplomatico della Repubblica di Genova*<sup>135</sup>, que nos deparamos com uma série de tratados celebrados no intuito de alcançar a liberdade de comércio, procurando criar “(...) una politica di libertà delle vie commerciali (...)”<sup>136</sup>, que os levará a alcançar os mercados marroquinos desde o fim do século XII<sup>137</sup>. No Norte de África o comércio genovês era rico e variado: em Fez os genoveses praticavam o câmbio e o empréstimo<sup>138</sup>; em Arzila, Larache e Salé, possuíam *fundacos*<sup>139</sup>, e ainda no Egipto, em Messa e em Tarkuku<sup>140</sup> traficavam em açúcar, cobre, escravos e ouro, sendo este último o produto mais atractivo, cuja procura atraía mercadores oriundos de diferentes partes.

---

<sup>134</sup> *Idem*, 259.

<sup>135</sup> *Codice Diplomatico della Repubblica di Genova*, (a cura di ) C. Imperiale di Sant'Angelo, Roma, 1936-1942, vol. I, p. 57, n. 47 e p. 73, n. 62.

<sup>136</sup> Cesare Cattaneo Mallone, “Pubblico e privato nella Genova dei mercanti”, sep. *Storia dei Genovesi*, Genova, 1991, vol.XI, p.5

<sup>137</sup> Cf., H.C. Krueger, “Genoese trader with Northwest Africa in the XIIth century”, in *Speculum*, 1933, t. VIII; id., “The routes of commerce between Genoa and North-West during the late twelfth century”, in *The Mariner's Mirror*, 1933, t. XIX.

R. Ricard, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955

<sup>138</sup> Cf., Fr. João Álvares, *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, ed. Mendes dos Remédios, 1911, ch. XIII, p. 32 e ch. XIV, p. 36.

<sup>139</sup> Os *fundacos* eram edifícios onde, sob autorização do senhor local, os mercadores estrangeiros depositavam as suas mercadorias, conduziam os negócios e viviam.

<sup>140</sup> Cf. R. Ricard, “Contribution à l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)”, comunicação apresentada pelo autor no Congrès National des Sciences Historiques (Montpellier, 6-9 de Maio de 1937).

É através destes percursos que as práticas e conhecimentos adquiridos pelos mercadores no domínio da arte da navegação e do comércio se reforçaram notavelmente, permitindo-lhes acumular uma bagagem de ferramentas a utilizar para a sobrevivência nos momentos de crise<sup>141</sup>.

Quando a conquista turca começa a prejudicar os tradicionais mercados orientais, os mercadores italianos deslocam-se para o Ocidente à procura de novas rotas comerciais e novos produtos cuja produção – recordamos o açúcar – foi incentivadora no achamento de novas terras necessárias ao seu cultivo. Este dinamismo impulsionou, como bem salienta Vitorino Magalhães Godinho, a primeira fase das viagens de descobertas<sup>142</sup>, incrementando o mercado com negócios paralelos, a grande procura de escravos para o cultivo da cana-de-açúcar, altamente remunerativos.

Com a perda de S. Giovanni d’Acri, último reduto cristão no Levante conquistado pelo sultão egípcio, acaba a liberdade de comércio numa das vias marítimas mais frequentadas que ligava os portos do Mar Negro, da Síria e do Egipto com o Ocidente. Da Pérsia, da Índia e da China chegavam até Trebizonda, Alexandria e Caffa, “ (...) il centro propulsore degli affari amministrativi genovesi sul Mar Nero (...)”<sup>143</sup>, as especiarias, perfumes, tecidos e pedras preciosas que, carregadas nas naus italianas, eram transportadas para os portos mediterrâneos da Grécia, Itália, Espanha, Bretanha e Flandres.

Juntamente com outra república *marinara*, Pisa, Génova expande a sua actividade comercial no Mediterrâneo, desenvolvendo a sua actividade no Ocidente provençal e catalão, ao contrário de Pisa que se volta principalmente para o Tirreno meridional.

---

<sup>141</sup> Alberto Tenenti, *L’età moderna – XVI-XVIII secolo*, Bologna, Il Mulino, 1980, pp. 34-35.

<sup>142</sup> Cf., Vitorino Magalhães Godinho, *História da expansão no mundo*, Lisboa, 1938.

<sup>143</sup> Raffaele Belvederi, “Genova e Mediterraneo nei secoli XVI-XVIII”, in: *Portugaliae Historica*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1991, 2ª série, vol.I, p.367.

Vamos encontrar em Sevilha, após a sua conquista pelos cristãos em 1248, genoveses que, gozando de privilégios desde 1251 outorgados pelo monarca Fernando III <sup>144</sup>, contribuem para o avanço na técnica da navegação. Foi, de facto, um genovês, Ugo Vento, que, pela primeira vez, recebeu o título de almirante em terra ibérica concedido pelo rei Afonso X (1252-1284). O rei Sancho IV, em 1291, ofereceu o cargo de “almirante mayor de la mar” a Benedetto Zaccaria, também este genovês, o qual ficava obrigado a ter sempre um navio armado para defender a barra do Guadalquivir <sup>145</sup>.

Do ponto de vista estratégico, a posição geográfica da Andaluzia com o seu litoral de portos naturais, (ex. Málaga, Cádiz e Sevilha), aliciava os genoveses que aí podiam fazer escalas e abrigar-se das intempéries. Como comprovam os registos da alfândega de Southampton, o estabelecimento de famílias de mercadores genoveses em Sevilha, de onde podiam controlar o circuito de mercadorias para o Norte de Europa, nomeadamente para a Flandres e Inglaterra, marcou o início da constituição duma colónia “ (...) che avrebbe avuto, soprattutto nella seconda metà del Quattrocento, una forte incidenza all’interno della vita economica cittadina e dell’intero paese.”<sup>146</sup> Navios genoveses passaram o Estreito de Gibraltar rumo ao Norte Europa desde 1277, ano em que teve lugar a primeira expedição comercial das galés de Nicolosio Dego Spinola nas Flandres. Marinheiros e *patroni* genoveses encontram-se nos mares do Norte, logo seguidos por construtores de navios e calafates ao soldo dos monarcas franceses que lhes adjudicam a construção do “Clos des galées” de

---

<sup>144</sup> Cf., Luisa D’Arienzo, “Mercanti italiani fra Siviglia e Lisbona nel Quattrocento”, in *La presenza italiana in Andalusia nel basso medioevo*, Roma, 25-27 maggio 1984, pp. 35-49.

<sup>145</sup> Cf., Luisa D’Arienzo, “La presenza italiana in Portogallo e nella Spagna meridionale all’epoca di Cristoforo Colombo”, in *Due mondi a confronto – Cristoforo Colombo e l’apertura degli spazi*, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1992, vol. 2, p. 538.

<sup>146</sup> Anna Unali, *Mercanti e artigiani a Cordova nella seconda metà del Quattrocento*, Bologna, Cappelli Editore, 1984, p. 51.

Rouen.<sup>147</sup> Outras galeras navegaram rumo ao Norte em 1281, 1287, 1304 e 1306, e os navios venezianos seguem a mesma rota desde 1293,<sup>148</sup> trocando assim a via terrestre, de Marselha até a Flandres, pela rota marítima que contornava a península ibérica, evidenciando, como sublinha Luís de Albuquerque, “ (...) a grande importância do Mediterrâneo no comércio português.”<sup>149</sup>

É importante ter em atenção que a fortuna genovesa em Andaluzia, que desde o século XIII associa o destino de Génova à Espanha, teve importantes repercussões no fortalecimento da colónia genovesa em Lisboa consolidando o eixo das ligações comerciais luso-andaluzas. Não era apenas Sevilha o ponto nevrálgico dos comércios dos genoveses que, a partir da segunda metade do século XIV, utilizavam também os portos de Cádiz e Puerto de Santa Maria para introduzir no mercado do Mediterrâneo as mercadorias provenientes da África e das ilhas Atlânticas, assim como através do porto de Málaga comerciavam com os muçulmanos. A estreita conexão entre Mediterrâneo e Atlântico desde a segunda metade do século XIV é, segundo a opinião de F. Melis, simultaneamente, a consequência duma incisiva presença italiana na península ibérica e premissa para as empresas oceânicas<sup>150</sup>. Assim, na segunda metade do século XV, paravam no sul de Espanha, segundo documentação do Arquivo de Protocolos de Córdoba, muitos mercadores genoveses, 50 num total de 71 italianos. Em segundo lugar encontravam-se os toscanos, seguidos pelos lombardos e napolitanos, enquanto que contavam-se apenas 1 bolonhês, 1 siciliano e 1 veneziano<sup>151</sup>. Além do comércio de variadas mercadorias, os genoveses destacavam-se também no ramo da actividade bancária e a praça financeira mais relevante, Sevilha, era a sede dos bancos genoveses dos Spínola,

---

<sup>147</sup> Pierangelo Campodonico, *op. cit.*, p. 267

<sup>148</sup> Baylei W. Diffie, *Dois documentos referentes ao comércio luso-veneziano...*, p.6.

<sup>149</sup> Luís de Albuquerque, “Diálogo luso-italiano nos séculos XV e XVI”, in *Mare Liberum*, 1991, n. 2, p. 97.

<sup>150</sup> F. Melis, “Gli italiani e l’apertura delle vie atlantiche...”, p. 172

<sup>151</sup> Cf., Anna Unali, *op. cit.*, p. 47-48.

Grimaldi, Centurione que continuaram a se reforçar após as viagens das descobertas portuguesas. Banqueiros e comerciantes, os homens de negócios genoveses encontravam-se enraizados na economia espanhola, exercendo um papel relevante nas operações de câmbio, de empréstimo e na cunhagem de moedas<sup>152</sup>.

Podemos, neste sentido, indentificar uma primeira etapa da chegada dos genoveses à península ibérica que, ao procurarem uma contrapartida às oportunidades perdidas no Mediterrâneo oriental, vão construindo na península ibérica “ (...) un puente que les permita un tráfico com los países del norte y sobre todo un tráfico que les permita tener disponibilidades monetárias en el norte.”<sup>153</sup> Nesta altura, porém, estes mercadores ainda não tinham alcançado a importância na economia ibérica que iriam atingir a partir das primeiras décadas do século XVI<sup>154</sup>.

A documentação dos arquivos espanhóis revela frequentes relações comerciais entre Sevilha, Málaga e Córdoba, onde, desde as últimas três décadas do século XV, se assiste a uma florescente actividade comercial testemunhada pelo estabelecimento na cidade de famosas famílias genovesas, entre as quais os Spínola, cuja fortuna tinha tido a sua origem em Sevilha. Os Spinola, de facto, mantinham desde a segunda metade do século XV uma posição de proeminência no reino de Granada onde detinham o monopólio da exportação de frutos secos

---

<sup>152</sup> Os Cattaneo e os Grimaldi procediam à cunhagem de moedas espanholas e portuguesas na *Zecca* que tinha sido fundada em 1462 em Coca na Nova Castilha. Os Centurione carregavam em Cadis, em 1450, 18 sacos de moedas brancas espanholas com valor de 54.000 maravedís. Cf. Anna Unali, *op. cit.*, p. 82.

<sup>153</sup> Felipe Ruiz Martin, “Los hombres de negocios genoveses de España durante el siglo XVI”, in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel*, hrg. von Hermann Kellenbenz, Köln-Wien, Bohlau Verlag, 1970, p. 87.

<sup>154</sup> Fontes dos arquivos alemães reproduzidas por Mark Häberlein informam acerca das complexas operações bancárias e da regular cooperação que os Welser mantinham com bancos italianos estabelecidos em Espanha, entre os quais os genoveses Centurione, Spinola, Salvago, Grimaldi. Cf. Mark Häberlein, “Merchant Practices and the Spatial Organisation of Trade in the Sixteenth Century: the Welser Company of Augsburg on the Iberian Peninsula”, in *Lieux, Places, Espaces. Pratique merchants en Méditerranée*, (hg. von) W. Kaiser, Paris, 2008/9, p. 11. Agradeço ao Prof. Mark Häberlein a disponibilização do texto antes da sua publicação.

destinados aos mercados das Flandres e Inglaterra, e simultaneamente actuavam no âmbito financeiro principalmente nos anos 1484-1493, aquando da guerra de Granada<sup>155</sup>.

No que diz respeito à presença genovesa em Portugal, sabemos que em 1113 o arcebispo de Compostela, Diego Gelmirez, enviava uma embaixada a Pisa e Génova para convidar construtores e homens, “*nautica artis periti*”, que fossem à Galiza construir galeras<sup>156</sup>. O mesmo convite veio a repetir-se em 1120 e 1126 e foi em 1147 e, com a ajuda de navios genoveses, que D. Afonso Henriques conseguiu conquistar Lisboa. Entre os genoveses estavam provavelmente presentes alguns pisanos vista a intervenção dum engenheiro cidadão de Pisa construtor de uma torre em madeira, “admirável machina” que contribuiu eficazmente para a conquista de Lisboa<sup>157</sup>. No entanto, é no final do século XIII que é documentada a presença italiana em Lisboa como revela uma fonte referente ao mercador genovês Vivaldo Vivaldi. Naturalizado português em 1278 e casado com D. Inês Fernandes, natural das Astúrias que mandou construir o mosteiro de Santa Clara em Lisboa em 1282, Dom Vivaldo residia em Lisboa “ (...) por respeito de mercantia que chamou a esta cidade muitos cidadãos nobres das Republicas Italianas.”<sup>158</sup> O mercador genovês era um dos nobres que participaram na confirmação da doação que D. Afonso III fez da Vila de Lourinhã ao seu próprio filho a 5 de Fevereiro de 1278 e foi testemunha, a 14 de Maio de 1281, juntamente com o cavaleiro Rodrigo de Lemos, da troca que “Orraca Pires freira de Santos fez com Lourenço Martins a que deu hua herdade

---

<sup>155</sup> *Idem*, p. 74.

<sup>156</sup> Cf., Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria. Utopia e práctica de navegar sécs. XIII-XVII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 196.

<sup>157</sup> C.A. Gerbaix de Sonnaz, *op. cit.*, p.8.

<sup>158</sup> Fr. Francisco Brandão, *Monarchia Lusytana*, Lisboa, Na Officina de Paulo Craesbeeck, 1650, V parte, Livro XVI, p.49.

em Loyras”.<sup>159</sup> Em 1294, Dom Vivaldo “cidadão honrado de Lisboa”<sup>160</sup> já tinha falecido.

Assinalamos que Stefano Eanes Vivaldi, neto de Vivaldo, se tornou famoso por ter descoberto como obter a grã da cochinha e com o irmão Pietro ficaram conhecidos como os *da Grã* perdendo o apelido Vivaldi. Contudo, passados uns anos, como veremos, outros Vivaldi chegaram a Portugal mantendo o apelido original.

A certeza da presença de genoveses em Marrocos bem como em Lisboa torna plausível uma troca de informações e notícias acerca da navegação e do comércio com o Norte de África. Assim, é lícito supor que este fluxo de notícias possa, de algum modo, ter contribuído para a decisão de se tentar a grande aventura de alcançar o Oriente circum-navegando África procurando-se um caminho alternativo ao bloqueio turco empreendido em 1291.

Este projecto genovês que tinha em vista chegar aos reinos de Calecut foi, na sua origem, uma aventura comercial concebida pelo genovês Tedisio Doria que armou duas galeras, *San Antonio* e *Allegrancia*, cujos capitães, Ugolino e Vadino Vivaldi, quiçá da mesma família do acima citado Vivaldo Vivaldi, deviam contornar as costas da África ocidental<sup>161</sup>. As duas galeras partiram em Maio de 1291 com dois frades franciscanos mas, depois de terem enviado notícias de Ceuta, nada mais se soube da expedição. Apesar de não ter tido o êxito esperado, esta empresa denuncia o interesse dos genoveses pela navegação para o Oriente e para o Ocidente.

Preocupada com a influência genovesa no Levante, a República de Veneza, em 1099, resolve também responder ao apelo do Papa e toma parte na cruzada à Terra Santa. Tenta assim contrabalançar a preponderância de Génova e

---

<sup>159</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>161</sup> Sobre a viagem dos irmãos Vivaldi cf., João Freitas Ribeiro, “Ligeiro comentário à tentativa de viagem dos genoveses irmãos Vivaldi”, in *Boletim da Sociedade de Geografia*, 1939, p. 533.

Pisa. As sucessivas campanhas na Terra Santa enriqueceram a cidade lagunar e confirmaram a sua importância como potência económica e marítima. De facto, se é verdade que na metade do século XII a supremacia marítima e a potência política e militar da Sereníssima, consolidadas através do controlo de territórios, privilégios e portos francos, projectaram Veneza para os primeiros lugares da cena europeia, foi, contudo, em 1203, com a chegada dos paladinos da IV cruzada a Constantinopla, que Veneza “(...) assistiu ao engrandecimento do seu império de Oriente.”<sup>162</sup>

Os contactos regulares com os portos do Mediterrâneo Oriental forneciam mercadorias que as frotas venezianas transportavam, a partir de finais do século XIII, para os países do Norte da Europa de onde, entretanto, traziam outras mercadorias. Por isso, Veneza tinha constantes contactos com os portugueses, sendo Lisboa “(...) o primeiro porto cristão em que os venezianos podiam tocar depois de saírem do Mediterrâneo(...)”<sup>163</sup>, e veremos quanto a amizade da “rainha do Adriático” foi importante e nalguns momentos, vital, para o reino português.

Apesar do combate naval contra Génova, em 1306, pela supremacia do comércio do Mar do Norte, um regular negócio com as Flandres será mantido por Veneza desde 1314, impondo-se necessariamente uma navegação ao longo das costas portuguesas. Inevitáveis foram os conflitos devidos à competição comercial entre as duas cidades, cuja história vai sendo construída fora dos espaços da península italiana.

Podemos, neste ponto, verificar que a rede de colónias estabelecida pela Itália medieval através do comércio no Levante, quer pela presença genovesa nos mercados marroquinos desde o século XII deve ser tomada em atenção aquando da avaliação dos processos de estabelecimento da comunidade italiana na

---

<sup>162</sup> Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal no século XVI.*, p. 39.

<sup>163</sup> Conde de Tovar, *op. cit.*, 6.

península ibérica ao tempo dos Descobrimentos portugueses. A capacidade de estes mercadores terem conseguido manter uma rede de colónias durante o período medieval, juntamente com o facto de terem tomado posse de posições-chave, quer na península ibérica quer no Norte de África, podem, de facto, ser factores que expliquem a influência da presença italiana na expansão portuguesa<sup>164</sup>.

Seguindo as pisadas do seu homólogo castelhano, o rei D. Dinis, como já adiantámos, ao conferir o título de almirante ao nobre Manuel Pessagna, garante, desde 1317, a presença de um grupo de genoveses peritos na arte da navegação, entre os quais, passadas duas décadas, se destacará Lanzarotto Maloncello que desembarca nas Canárias em 1336.

Do valor e do mérito do Almirante Manuel Pessagna são testemunhos inúmeros documentos, entre os quais podemos salientar a Bula do Papa Bento XII “*Gaudemus et exultamus in Domino*” dirigida ao Rei de Portugal, em que, aludindo à acção do almirante genovês ao serviço de Portugal se afirma que “(...) mandou construir galés e outros navios apropriados, e tornou a gente portuguesa tão experimentada e audaz nas coisas pertencentes à guerra naval, pela prática e exercício delas, que dificilmente se poderia então encontrar outro povo mais competente não só para a defesa dos ditos reinos, mas também para a vigorosa repulsão dos ditos inimigos.”<sup>165</sup> Os descendentes de Manuel Pessagna ficaram com o título durante 130 anos até Lanzarotto ser investido no cargo hereditário

---

<sup>164</sup> Cf., C. Verlinden, “Le influenze italiane nella colonizzazione iberica (Uomini e metodi), in *Nuova Rivista Storica*, Roma-Napoli-Città di Castello, 1952, fasc. VI, p. 255.

Cf. do mesmo autor sobre o mesmo assunto, “The rise of Spanish trade in the middle age”, in *The Economic History Review*, Londra, 1940, t. 10; “Le problème de l’expansion commerciale portugaise au moyen âge”, in *Biblos*, Coimbra, 1948; “Deux aspects de l’expansion commerciale du Portugal: Harfleur au XIV siècle, Middelbourg au XIV et au XV siècle”, in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1951

<sup>165</sup> João Martins da Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, vol.I, pp.70-71.

em 13 de Agosto de 1444 obtendo uma nova confirmação de 11 de Novembro de 1448<sup>166</sup>.

Se a fortuna de Génova e Veneza surgiu também graças à posição geográfica que as mantinha isoladas e ao abrigo das disputas entre Imperadores, e Papas, protegida, a primeira, pelas montanhas, e protegida, a segunda, pela laguna “(...) quell'intrico di sabbie di cui solo i suoi ammiragli conoscevano i fondali (...)”,<sup>167</sup> diferente era a situação de Florença, cidade do interior, que, abalada continuamente pelas lutas entre os Guelfi e Ghibellini estava também sacudida pelas revoltas sociais. Ia-se afirmando a burguesia mercantil e bancária, e as companhias comerciais, constituídas pelo património de sólidas famílias que “ (...) univano all'attività mercantile anche quella manifatturiera e finanziaria(...)”<sup>168</sup>, começaram a aceitar, e desde muito cedo, a entrada de pessoas e capital fora da família. A *Arte del cambio*, era, de facto, uma das *corporações* cujo prestígio aumentara consideravelmente a partir de 1252 quando os banqueiros da cidade cunharam o *fiorino* de ouro, a famosa moeda de Florença com uma flor-de-liz na cara e o nome latim da cidade, *Florentia*, na coroa. A falta de acesso ao mar, resolvido sucessivamente com a posse dos portos de Pisa e Livorno, não impediu os florentinos de praticarem um comércio muito rentável, utilizando embarcações alugadas aos genoveses, venezianos e pisanos. A sua situação de cidade do interior impelia-a a se expandir para o exterior para alcançar uma posição significativa do ponto de vista financeiro. Recorde-se que, após os genoveses, foram os florentinos, ou melhor, os toscanos que se estabeleceram em Lisboa.

Intimamente ligada à prosperidade de Génova, a fortuna da cidade de Piacenza, cujos banqueiros e mercadores conseguiram afirmar-se no porto de

---

<sup>166</sup> Cf. Luigi Tommaso Belgrano, “Documenti e genealogia dei Pessagno genovesi. Ammiragli del Portogallo”, sep. *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, Genova, 1881, vol. XV, pp.13-18.

<sup>167</sup> Indro Montanelli e Roberto Gervaso, *L'Italia dei secoli d'oro*, Milano, Rizzoli, 1967, p. 47.

<sup>168</sup> Carlo M. Cipolla, *Tre storie extra vaganti*, Bologna, Il Mulino, 1994, p. 13.

Génova emprestando dinheiro, deveu-se à sua capacidade de criar uma rede comercial com Génova. Desde o século XII, de facto, encontravam-se muitos prazentins e milaneses em Génova<sup>169</sup>, mas, a partir dos meados do século XIII, devido à instabilidade política e a conjunturas internas, o desenvolvimento de Piacenza perde peso e é ofuscado pelo progresso de Milão e Cremona. Por isso, as famílias prazentinas que chegaram a Espanha e Portugal tinham procurado a fortuna no estrangeiro.

Relativamente à cidade de Milão, deve-se considerar que, face às outras cidades acima mencionadas, o atraso no desenvolvimento económico prendeu-se quer com a sua posição geográfica inacessível às vias de comunicação marítimas e terrestres, quer com razões políticas “ (...) che si possono far risalire alla crisi del regime comunale e alla rottura dell’equilibrio interno (...)”<sup>170</sup>. No entanto, o forte impulso à economia que o governo dos Visconti proporcionou à cidade, teve como consequência a maciça presença dos mercadores milaneses nos circuitos económicos europeus. No que diz respeito à península ibérica, Sevilha regista a presença de lombardos entre o fim do século XIII e início do século XIV. Em território português, os privilégios outorgados em 1341 ao prazentim Alberto Mancassola são alargados aos mercadores genoveses e lombardos.<sup>171</sup> Ainda, a carta régia de 4 de Dezembro 1365 proibindo que “ (...) prazentijns genoeses lonbardos millaneses catellaaes e franceses nã podessem reuender na minha terra as mercadorias (...)”,<sup>172</sup> indica a importância do grupo oriundo da região lombarda e evidencia a diferenciação entre “mercador lombardo”, proveniente da área da Lombardia, e “mercador milanês”, proveniente da cidade

---

<sup>169</sup> Cf., Giuliana Albini, “Famiglie piacentine nella società spagnola e portoghese dei secoli XIV e XV...”, p.72.

<sup>170</sup> G. Soldi Rondinini, “Le vie transalpine del commercio milanese dal sec. XIII al XV”, in AA.VV., *Felix Olim Lombardia. Studi di storia patria dedicati dagli allievi a Giuseppe Martini*, Alessandria, Ferraris, 1978, p. 352.

<sup>171</sup> J. Martins da Silva Marques, *op. cit.*, p. 75-76.

<sup>172</sup> *Idem*, p. 231.

de Milão. Também na Catalunha, e principalmente em Barcelona onde a presença milanesa assume um peso relevante<sup>173</sup>, a expressão genérica “*mercator Lombardus*” será substituída, ao longo do século XIV, pela expressão “*mercator Mediolani*”.

Com a subida ao trono da dinastia de Avis (1385), as melhorias das técnicas de navegação, cujo aperfeiçoamento permitiu que Portugal explorasse com sucesso as ilhas do Atlântico e a costa ocidental africana, impulsionaram o comércio, criando as condições para a concretização da chegada ao Oriente por mar. O facto de a expansão ser realizada com o entendimento entre a autoridade régia e o poder económico, fez com que o rei se tornasse “ (...) promotor de uma série de grandes iniciativas económicas – precisamente as grandes descobertas – numa estreita aliança com os maiores detentores da riqueza”<sup>174</sup>, entre estes os italianos. Assim, “ (...) antes de a Europa cair francamente para o lado da imensidão atlântica, tinham-se apoderado (os mercadores italianos) de posições decisivas: bastou-lhes explorá-las para defender a sua intervenção nos novos tráficos”<sup>175</sup>.

A praça de Lisboa era um mercado concorrido no ocaso do século XIV, como demonstram as cartas de Bartolomeo Manni, florentino, correspondente da Companhia dos Alberti em Bruges, enviado para a capital portuguesa com o objectivo de conhecer o mercado lisboeta. Na carta de 5 de Junho de 1399, de facto, lê-se que “Di qui si tragono grande quantità di chuoia: e sono grandi e buone (...); e simile di pregio di montonine e cordovani di qui, di Lisbona. Or trasi di qui olio e mele(...). el sale si trae di qui è perfettissimo sale: è bianco e

---

<sup>173</sup> A primeira casa comercial documentada é a *societas Catellogne*, constituída à volta de 1395 por Marco Serraineri. Cf., Franco Spinelli, *I Lombardi in Europa. Nomi, sedi, operatività, rapporti con le autorità*, Milano, Franco Angeli, 2006, p. 63. Sobre a presença de mercadores lombardos em Espanha cf. Patrizia Mainoni, *Mercanti lombardi tra Barcellona e Valenza nel basso medioevo*, Bologna, 1982.

<sup>174</sup> Giuliana Albini, “Para uma história dos italianos em Portugal: o arquivo de nossa Senhora do Loreto”, in: *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, Instituto Italiano de Cultura, 1980-1981, n. 43-44, pp. 239-250.

<sup>175</sup> F. Braudel, *O modelo italiano*, Lisboa, Teorema, 1997, p.61.

buono, come apreso quello di Alesandra. (...) qui si fa grande quantità di sardine afumate, come aringhe, e sono grandi, che le 2 o 2 ½ fanno per un'aringa.(...)”<sup>176</sup>.

Na verdade, conscientes dos limites, a que um reino tão pequeno como Portugal estava submetido para garantir o abastecimento e o escoamento das mercadorias, os reis portugueses tentaram, através de privilégios e regalias, recorrer a mercadores estrangeiros, libertando-os das inúmeras restrições de que eram vítimas. Além disso, esperava-se numa política de reciprocidade logo que mercadores portugueses visitassem outras terras. Como sustento desta teoria, que vê um desenho bem definido da coroa portuguesa no acolhimento de estrangeiros em Portugal, contamos com uma considerável oferta de privilégios aos estrangeiros à medida que os sucessos da expansão se vão acumulando. Genoveses e florentinos na sua esmagadora maioria, os italianos constroem grandes fortunas na Lisboa do ocaso de Quatrocentos ligadas ao comércio de escravos, do coral, da cortiça e à produção e comércio do açúcar, entre outros produtos. A importação e produção do açúcar da Madeira, era um negócio em que os genoveses detinham uma forte presença, ainda que outros grandes mercadores, entre os quais o conde João Francisco Affaitati de Cremona, entre outros, se entregassem, como veremos, com sucesso a este comércio. No que diz respeito ao negócio da cortiça, a sua exportação estava nas mãos de Marco Lomellini, genovês, que ao assinar o contrato de monopólio a 21 de Junho de 1456, criou uma rede comercial e financeira de extrema importância. A história deste contrato contém um pequeno mistério que tem a ver com outro contrato estipulado a 7 de Junho de 1456 concedendo o monopólio da cortiça ao mercador

---

<sup>176</sup> A carta foi transcrita por Virginia Rau, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini di Prato”, in *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, p. 60.

Martim Leme originário de Bruges, “*nosso natural*”<sup>177</sup>. No contrato celebrado com Marco Lomellini não se fazia nenhuma referência ao anterior, “ (...) quando é certo que n’elle se estabelecia uma forte penalidade se por ventura fôsse quebrantado ou rescindido por parte del-rei”<sup>178</sup>, o que leva a supor que houve uma desistência por parte de Martim Leme ou que foi celebrado um acordo entre as partes que no novo contrato eram exclusivamente italianas, Marco Lomellini e Domenico Scotto (Ezcoto) genoveses, e Giovanni Guidetti florentino. Neste acordo se estabelecia ficar um com a exportação da cortiça para Bruges, e outro para Génova<sup>179</sup>. As cláusulas do contrato demonstram amplamente quanto a família genovesa gozava da confiança régia. De facto, esta estava isenta de todos os tributos excepto a sisa e a intervenção da justiça sempre que Lomellini a pedisse. Além disso, é de salientar a confiança que o rei depositava nas mãos dos contratantes, pelo facto de não ter posto qualquer oficial da fiscalização a controlar as contas<sup>180</sup>.

Já assinalámos a presença da família Vivaldi desde o século XIII em Portugal e antecipámos a vinda de membros da mesma família nos séculos seguintes. As autoridades de Génova enviaram, com carta credencial de 4 de Maio de 1435, Demetrio de Vivaldis como embaixador junto ao rei D. Duarte<sup>181</sup>, e como manifestação do apreço que a família gozava perto da corte portuguesa citámos a entrega, a 10 de Julho de 1440, da carta régia que garantia segurança aos genoveses Tropel Vivaldi e Marco Lomellini bem como às suas mercadorias<sup>182</sup>. É de 27 de Janeiro de 1444, a garantia concedida a Tropel Vivaldi e Marco Lomellini de poder este percorrer livremente a cavalo todos os

---

<sup>177</sup> Sousa Viterbo, “ O monopólio da cortiça no século XV”, in: *Arquivo Historico Portuguez*, vol. II, p. 42.

<sup>178</sup> *Idem*, p. 44.

<sup>179</sup> Cf., A. Braamkamp Freire, “ A feitoria de Flandres”, in: *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, p. 324.

<sup>180</sup> Sousa Viterbo, “O monopólio da cortiça...”, p. 42.

<sup>181</sup> ASG, Archivo Segreto, *Litterarum Registri*, 1783, fl.132, n. 275.

<sup>182</sup> IAN/TT, *Chanc. D. Afonso V*, L.20, fl. 73v.; publicada por Virgínia Rau, “Uma família de mercadores italianos em Portugal...”, p. 42.

montes do reino<sup>183</sup>. Ainda em 1446 Tropel de Vivaldi encontra-se em Lisboa onde emite letras de câmbio para Bruges e temos conhecimento que conduziu várias operações financeiras internacionais juntamente com Federico Cancelmo, Benedito Leocardio, João de Palma e com o rei D. João I<sup>184</sup>. Em 1446, um decreto emanado de Évora, a 8 de Outubro, pelo rei D. Afonso V, autoriza Desiderio Vivaldi a praticar livremente o comércio em Lisboa<sup>185</sup>. Outros membros da família Vivaldi operavam em Portugal no século XV: Dario, Francesco, Galeazzo, Giovanni Pietro, Raffaele e Tommaso<sup>186</sup>.

Voltando aos Lomellini, constata-se que com o passar dos anos a sua fortuna tinha crescido consideravelmente até que, em 1471, foi emitida uma carta de naturalização para Marco e Battista Lomellini e Francesco Calvo “jeneses nosos serujdores”<sup>187</sup>, bem sucedidos produtores de açúcar ainda que, como afirmam em 1472, “ (...) o açúcar é mantimento voluntário e nom necessário (...)”<sup>188</sup>. Um ramo da família Lomellini, os irmãos Baptista e Urbano, transfere-se para a ilha da Madeira, dedicando-se ao comércio do açúcar. Os seus descendentes irão ser riquíssimos<sup>189</sup>. Recordamos o facto de, nas últimas três décadas do século XV, a produção de açúcar, após terem sido resolvidas as dificuldades técnicas, de equipamento e de mão-de-obra, ter crescido rapidamente<sup>190</sup>, apesar de periódicas quebras de preço devido à produção excessiva e à falta de escoamento. A promulgação de cartas régias tenta minimizar os danos, intervindo sobre a produção e preços.

---

<sup>183</sup> V. Rau, *idem*, p.40

<sup>184</sup> M. Do Rosários, *Privilégios dos genoveses...*, p.9.

<sup>185</sup> Cf. P. Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana...*, p. 164.

<sup>186</sup> Heers, *Genês au XV siecle*, p.66, 114,122,125, 182,188, 414.

<sup>187</sup> IAN/TT, *Chancelaria D.Afonso V*, L. 29, fl. 53v.

<sup>188</sup> Carlos Montenegro Miguel, “O Açúcar. Sua origem e difusão”, sep. *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, 1962, doc. III.

<sup>189</sup> De facto, “A cultura de açúcar da Madeira era florescente em 1472 e o seu tráfico em mãos de Genoveses e Judeus”. Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2ª edição, tomo X, p.149.

<sup>190</sup> Sobre o assunto cf. Vitorino Magalhães Godinho, V. Rau e J.Macedo, F. Mauro, entre outros.

Casado com uma portuguesa, Marco Lomellini teve dois filhos, Duarte e Francisco que por terem nascido em Lisboa de mãe portuguesa se tornaram, por direito, naturais do reino, dando, assim, início ao aportuguesamento da estirpe de mais uma família italiana, como já estava a acontecer com os Pessagna.

Em Lisboa temos notícia de que Bartolomeo Lomellini, além de se dedicar à actividade mercantil, se ocupava, também, do comércio do dinheiro, tratando de operações de empréstimos, cobrando rendas e adjudicando contratos<sup>191</sup>, faceta, esta, comum, como veremos, a muitos mercadores italianos que, não se limitando a um comércio especializado, experimentavam uma vasta gama de produtos que podiam dar lucros diversificados e, por outro lado, salvaguardavam as situações de risco face à queda da procura. Ao longo do século XV, os membros da família dos Lomellini vão aumentando o próprio capital gozando da protecção régia sob forma de cartas de segurança emitidas quer para as pessoas, quer para as mercadorias<sup>192</sup>.

Além da família Lomellini, as famílias genovesas dos Calvo, Cattaneo, Salvago, Spinola<sup>193</sup>, Pessagna, Centurione<sup>194</sup>, entre outras, engrossavam as fileiras da comunidade italiana em Lisboa, criando uma articulada rede comercial

---

<sup>191</sup> Cf. Virgínia Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in: *Estudos de História*, Porto, Editorial Verbo, 1968, p. 136.

<sup>192</sup> Cf., Virgínia Rau, “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV...”, pp. 13-57

<sup>193</sup> Sobre a família Spínola, aristocráticos genoveses, e as suas diversas ramificações, cf., Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana...*, pp. 159-162; António de Villas Boas e Sampaio, *Nobiliarchia Portugueza*, Amstradam, 1754, de onde extraímos este breve excerto na p. 274: “Procedem de Luciano Espinola que se passou de Génova a este Reyno pelos annos de 1513”.

<sup>194</sup> Luigi Centurione, que era correspondente do Banco dos Medicis em Génova, cidade em que a casa florentina não tinha filiais, decidiu ocupar-se pessoalmente dos seus negócios em Portugal para onde se mudou nos primeiros meses de 1480. Logo, com o genro Baptista Spínola, obteve um salvo-conduto do rei D. Afonso V para si e para as suas mercadorias, de molde a poder comerciar livremente em Portugal durante cinco anos. Os interesses da família Centurione, além dos ligados ao trato do açúcar, dirigiam-se, também, para a rota da Índia, donde se destaca Paolo Centurione “*que offerce (...) p<sup>a</sup> qualquer embarcação em calma poder andar duas legoas em cada hora em 1512*”, como se lê no reverso do documento referente à proposta do genovês ao rei de Portugal conservado na Torre do Tombo, *Gaveta 15*, Maço 21, n.20 e publicado por Prospero Peragallo, *Lettere di A. De Brito e di P. Centurione*, Roma, Presso la Società Geografica Italiana, 1892, pp.14-15.

com os genoveses, frequentemente membros das mesmas famílias, residentes na Andaluzia.

Menos numerosos, mas igualmente activos e empreendedores, os florentinos na Andaluzia apostaram no comércio, o qual estava ligado à praça de Lisboa, ainda que com uma diferente organização na estrutura da companhia comercial. As sociedades ou “companhias” comerciais florentinas, diferiam das casas comerciais genovesas, que contavam sobretudo com os membros da família. As casas florentinas eram constituídas por numerosos empregados. Eram um organismo colectivo onde os sócios desenvolviam actividades específicas não ligadas apenas à prática do comércio. O aperfeiçoamento das técnicas financeiras, tais como os seguros e as operações de câmbio, faziam parte activa do quotidiano das companhias florentinas que, dotadas de avultados capitais, se tornaram centros de coordenação e organização de diferentes praças comerciais entre as quais primavam Sevilha e Lisboa.

Rapidamente, novos elementos se vão juntando à esta comunidade, os quais procuram novos comércios.

Temos conhecimento de que a 16 de Junho de 1443 foi outorgada carta de privilégio a Bartolomeo Florentim<sup>195</sup> e João Forbim de Marselha, ambos residentes em Lisboa, para que pudessem explorar durante cinco anos, conforme tinham solicitado, a recolha do coral nos mares portugueses<sup>196</sup>. Nas disposições do dito privilégio constava serem os ditos Bartolomeo Florentim e João Forbim

---

<sup>195</sup> Bartolomeo Florentim foi confundido, durante muito tempo, com Bartolomeo Marchionni, também florentino e residente em Lisboa. A evidente discrepância temporal já tinha alertado Sousa Viterbo e Prospero Peragallo que hipotisaram a existência de duas pessoas distintas. Contudo, a resolver o equívoco foi V. Rau no seu estudo “Bartolomeo di Jacopo di ser Vanni mercador-banqueiro “estante” em Lisboa nos meados do século XV..., *passim*.

<sup>196</sup> As condições eram as seguintes: “Ninguém, salvo eles ou quem eles quisessem, poderia pescar coral; ser-lhes-ia quite metade da dízima e poderiam exportar o que lhes aprouvesse sem nada mais pagar; do que vendessem no reino pagariam a sisa; as redes, enxárcia e aparelhos das barcas que mandassem vir não pagariam dízimas, nem portagem nem outro algum direito.”, in: João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, Suppl. ao vol. I, p. 523.

os verdadeiros pioneiros desta actividade em Portugal<sup>197</sup>. Além de ser representante e procurador dos Cambini em Lisboa, Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni exercia também funções de intermediário entre a praça portuguesa e a das Flandres, agindo também na área financeira como resulta das letras de câmbio produzidas por ocasião do casamento que teve lugar em Siena em 1452 entre a irmã de D. Afonso V, a Infanta D. Leonor, com Federico III<sup>198</sup>.

Outros florentinos aparecem ligados às operações bancárias de Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni. É o caso de Cosimo Boni que, residente em Lisboa, obteve licença, com a carta régia de 12 de Julho de 1454, para poder circular livremente e em segurança com as suas mercadorias no reino de Portugal<sup>199</sup>. Outro florentino, Pietro Moscini, aparece associado ao nome de Bartolomeo Florentim no documento de 13 de Setembro de 1447. Este recibo é o da cobrança pelos dois florentinos relativo a um valor emprestado ao prior do convento do mosteiro de Alcobaça.

Em meados do século XV, a actividade de Bartolomeo estendeu-se à área das importações e exportações associando-se ao florentino Giovanni Guidetti, também ligado aos Cambini. Grã e couros eram as mercadorias mais exportadas para a Itália, sendo a primeira utilizada para tingir os panos e a segunda no artesanato florentino. De Itália exportavam-se sedas, damascos, tafetá, objectos de prata, de ouro, livros, entre outras mercadorias.

A variedade de interesses que ressalta na breve exposição sobre a actividade de Bartolomeo Florentim, não era prerrogativa exclusiva deste mercador, mas constituía uma característica comum aos mercadores florentinos

---

<sup>197</sup> Cf. Sousa Viterbo, “A pesca do coral no século XV”, in: *Arquivo Histórico Português*, vol.I, pp. 315-318.

<sup>198</sup> As letras de câmbio foram passadas por Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni nos anos 1451-1452 a D. Afonso, Marquês de Valência e Conde de Ourém, que tinha conduzido a Infanta D. Leonor a Itália; a Lopo de Almeida que fazia parte do conselho do rei de Portugal que acompanhava a Infanta e a João Fernandes de Silveira que se tinha ocupado das cerimónias antecedentes ao matrimónio. Cf, Virginia Rau, *op. cit.*, p.108

<sup>199</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Afonso V*, L.34, fl.181; L.3, fl.173v.

que, como veremos, manter-se-á nos anos seguintes. O já mencionado Giovanni Guidetti não escapa à regra e encontramos-lo, simultaneamente, empenhado na sociedade com Bartolomeo no comércio de importações e exportações, e com os Lomellini no contrato de monopólio na exportação da cortiça e na pescaria do mugem. Um documento publicado por António Braamcamp Freire e conservado na Torre do Tombo, revela que Giovanni Guidetti compra, em 1460, de D. Afonso V, a sétima parte do fundo que constituía o depósito que o rei D. João I tinha entregue em 1409 no Monte di Firenze e que tinha um valor actualizado de 42.582 florinos<sup>200</sup>.

Outro exemplo significativo da diversificação das actividades destes mercadores é confirmado pela actividade da casa comercial dos Da Colle, situada em Colle Val d'Elsa na Toscânia. Esta companhia, produtora de papel, estende progressivamente os seus negócios, comprando e vendendo variadas mercadorias. Além do papel, inicia a exportação de tecidos e importa grã e couros. A tradição na área da indústria do corte do couro de Florença, de facto, tornava necessário um notável abastecimento do dito material, assim que Lisboa se transformou num grande empório de couro. A praça de Lisboa disponibilizava também o prezado couro irlandês desconhecido no Mediterrâneo antes do século XV, e, portanto, era inevitável que os mercadores florentinos residentes em Lisboa se entregassem também a este comércio. Temos notícia do florentino Lorenzo Berardi num documento de 1451 relativo a um pagamento antecipado para a compra de couros. O pagamento foi concluído com o rei português D. Afonso V<sup>201</sup>, que, a 18 de Agosto de 1450, outorgara ao mercador florentino um

---

<sup>200</sup> IAN/TT, *Extras*, L.1, fl.46v.-47; publicado por A. Braamcamp Freire, “Notícias da feitoria das Flandres”, in: *Arquivo Histórico Portuguez*, vol.VI, p.71.

<sup>201</sup> Cf., Marcello Berti, “Le aziende Da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento...”, p.78.

salvo-conduto para poder comerciar livremente no reino de Portugal e para sair do país com as suas mercadorias sempre quisesse.<sup>202</sup>

Outros florentinos que aparecem ligados à companhia dos Cambini, cujos registos constituem fonte importante para definir cronologicamente os movimentos destes mercadores, em Lisboa entre 1459 e 1472, são Piero Ghinetti que, juntamente com Giovanni Guidetti, enviava para Florença grandes quantidades de couros<sup>203</sup>, e que substituirá o Guidetti após o falecimento deste ocorrido em 1473, e Giovanni di Corrado Berardi; dos livros mestres dos Martelli sobressai o nome de Francesco Muccini, cujos negócios em Lisboa contemplavam relações com os Medici e Portinari de Bruges e Martino Lem “un Flamand de Bruges”<sup>204</sup>.

A quantidade e variedade de operações efectuadas pelos florentinos na primeira metade do século XV determina um quadro bastante claro da mentalidade empreendedora desta comunidade, focalizada na descoberta e exploração de mercados lucrativos, indicando as bases a partir das quais se preparava o período áureo da actividade florentina em Portugal.

Ao averiguar uma notável presença genovesa e florentina na Lisboa no século XV, não devemos esquecer o contributo dos mercadores milaneses na península ibérica.

De facto, em 1457, na sequência da abertura em Barcelona de uma filial do banco dos Borromeo, o peso da finança milanese nesta cidade fortalece-se. O gerente da filial, Cristoforo Panigarola, pertencia a uma famosa família lombarda e, como era comum entre estes mercadores, abriu a sua própria casa comercial desfrutando da experiência adquirida.

---

<sup>202</sup> IAN/TT, *Chancelaria D.Afonso V*, L.15, fl.90v.

<sup>203</sup> Cf. Federigo Melis, “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo, nel secolo XV...”, p.59.

<sup>204</sup> C. Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne...”, p. 622.

Outros mercadores milaneses que se estabeleceram em Barcelona em 1454 colaborando com a casa comercial do milanês Taddeo Vismara, foram Alberto e Giacomo Litta, que, no entanto, em 1458 abrem a sua própria casa comercial. Activos quer no comércio de mercadorias quer nos seguros, os irmãos Litta mantinham negócios também em Valência onde tinham nomeado procuradores Missaglia, Galassino e Rottole que eram simultaneamente os gestores da filial<sup>205</sup>. Exportavam da Espanha para Génova lã, seda e grã e importavam produtos em metal<sup>206</sup>. Os Litta, em 1479, regressaram a Milão para dividir o património e em 1487, ano da morte de Alberto Litta, um dos seus quatro filhos, Gerolamo, estabeleceu negócios com o rei de Portugal D. João III emprestando-lhe dinheiro. Os dois filhos de Gerolamo, Giovanni Battista e Agostino, acumularam uma fortuna em Portugal para onde se tinham mudado no século XVI após terem herdado do pai uma importante fortuna composta por terras, bens de raiz e rendas de diferentes proveniências. Este capital foi consideravelmente aumentado e os negócios consolidados através de sociedades concluídas com Pietro e Ludovico Visconti, e com Cesare Negrolo. No presente trabalho limitar-nos-emos a referir a actividade dos irmãos Litta em Lisboa, remetendo para o estudo de Zanoli a participação desta família nos negócios italianos e espanhóis<sup>207</sup>.

A breve apresentação do quadro da expansão das principais cidade italianas no Oriente e no Ocidente depois do ano Mil, evidencia o grande dinamismo dos mercadores italianos ao seguir um projecto, que se mantém constante, o da abertura dos caminhos do mundo. O facto de estes mercadores não se contentarem com os sucessos comerciais no Levante, agindo igualmente

---

<sup>205</sup> Cf., Franco Spinelli, *op. cit.*, p. 72 e seg. Em Valência, entre 1421 e 1435, contavam-se 12 casas comerciais milanesas.

<sup>206</sup> Cf., H. Kellenbenz, “I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi”, in *S. Carlo e il suo tempo-Atti del Convegno Internazionale nel IV Centenario della morte*, Milano 21-26 Maggio 1984, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1986, pp.823 e seg.

<sup>207</sup> P. Zanoli, “Il patrimonio della famiglia Litta sino alla fine del Settecento”, in *Archivio storico lombardo*, XCVIII-XCIX, 1971-1973.

no Ocidente, disseminados pela Península Ibérica, Londres, Bruges e França, permitiu-lhes criar um sistema empresarial que iremos observar em detalhe.

## 2.4 Das casas comerciais

Estranha personagem, “tenaz, inteligente, muitas vezes detestado, sempre suspeito e indispensável”<sup>208</sup>, o mercador italiano trabalhava em Portugal desde o século XIV. Já referimos, a este respeito, a casa comercial dos florentinos Bardi, uma das mais ricas e potentes companhias de Florença, cujas filiais, além de Lisboa, se encontravam espalhadas por Barcelona, Bruges, Chipre, Constantinopla, Jerusalém, Marselha, Nisa, Paris, Rodes, Sevilha e Tunes<sup>209</sup>.

Assunto demasiado vasto, o estudo da organização e estrutura das companhias comerciais italianas do Renascimento não pode ser tratado exaustivamente no presente trabalho. No entanto, não podemos deixar de esboçar alguns dos traços peculiares destas companhias de molde a compreender as suas capacidades operativas. Podemos afirmar que à estrutura da organização comercial, chamada “compagnia”, presidia a família que fornecia capital e recursos humanos. No entanto, rapidamente, as companhias começaram a alargar a participação a outros membros e a aceitar quotas de capitais. A casa dos Bardi é um exemplo desta transformação, considerando que, em 1310, entre os 24 sócios que compunham a Companhia apenas 10 eram oriundos da família.

Os italianos estabelecidos em Lisboa no último quartel do século XV, donos de conceituadas casas comerciais, banqueiros e comerciantes, alargavam o seu campo de acção na Europa e no Levante adoptando técnicas que serviam os

---

<sup>208</sup> Fernand Braudel, *O modelo italiano...*, p. 15.

<sup>209</sup> Cf., Carlo M. Cipolla, *Tre storie extra vaganti*, Bologna, Il Mulino, 1994, p. 19.

seus interesses comerciais. Mais uma vez, a posição geográfica imprimia um cunho distintivo no tipo de organização das casas comerciais, numerosas e pequenas as das cidades marítimas, de notáveis dimensões e com numerosos participantes as das cidades do interior. Nos dois casos, o objectivo era limitar os eventuais riscos através do fraccionamento das quotas.

Se diferente era o tipo de organização comercial dos grupos de comerciantes, semelhante era a estratégia no que diz respeito às parcerias dos contratos, facto este que levou o historiador Vitorino Magalhães Godinho a inserir o impacto do capitalismo estrangeiro, nomeadamente italiano, “num complexo de iniciativas e explorações quer da coroa, quer das casas senhoriais e ordens religioso-militares, quer dos mercadores portugueses”<sup>210</sup>, reconhecendo o valor de algumas iniciativas estrangeiras e o correspondente investimento de capitais - já mencionámos o comércio do coral, da cortiça e do açúcar - não reconhecendo, porém, que tivesse havido um afluxo maciço de capital italiano visto que sempre houve parceria com portugueses. De facto, ao investigar os contratos do século XV dos Lomellini, Grimaldi, entre outros, assim como, mais tarde, os contratos dos Giraldi, Rovellasco, verifica-se a constante presença de sócios portugueses e estrangeiros.

Outro elemento importante a ter em atenção é a versátil adaptação às conjunturas económicas dos mercadores italianos que “(...) cuando advirtieron el marasmo de finales de Duecento, anuncio de la depresión del Trecento, estaban preparadas para maniobrar y lo hicieron tan atinadamente que sortearan con êxito las dificultades, aunque para agilizarse en tales trances hostiles se hubieron de reformar en su constitución y distanciar sus reductos.”<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> Vitorino Magalhães Godinho, “*Os Descobrimentos... op. cit.*, vol.III, p. 192

<sup>211</sup> Federigo Melis, *Mercaderes italianos en España (siglos XIV-XVI)*, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, N.1 1978, Introdução de Felipe Ruiz Martin, p. XXII

Já comprovámos ser prática comum na actividade dos mercadores italianos estabelecidos na Península Ibérica comercializarem diferentes produtos. Regra geral, os mercadores, mesmo os mais abastecidos, não se limitavam à comercialização de apenas um produto, não perseguiram a especialização. O objectivo era a procura de lucro no comércio de produtos que a área geográfica oferecia.

Ao nível das empresas, principalmente as florentinas, a versatilidade surge na habilidade de se reorganizar, de remodelar as companhias num *sistema di aziende*, isto é, em companhias comerciais autónomas coordenadas por um *maggiore* mas com sistema administrativo próprio que, em caso de falência evitasse o efeito “dominó” circunscrevendo o dano. Este sistema vai substituir o sistema de ramificação em filiais que por um lado ajudava a superar as dificuldades conjunturais e por outro lado, em caso de falência de uma delas prejudicava a companhia. Se nos debruçarmos sobre as grandes companhias comerciais constituídas por mercadores capazes e banqueiros experientes, nomeadamente os florentinos, residentes em Lisboa nas últimas décadas do século XV até a primeira metade de Quinhentos, constatamos que o “*cabedal*” florentino primava em “*sicurezza, durata ed economicità*”, qualidades que permitiram um enorme desenvolvimento destas casas<sup>212</sup>.

Tal como as companhias florentinas também as genovesas têm como base um sistema familiar que, aliás, é peculiaridade da política genovesa. O forte sentido de autonomia enraizado nas famílias genovesas, cuja interferência na gestão política estava profundamente dominada pelas iniciativas particulares, fazia com que, utilizando as palavras de Vito Vitale “*i nobili erano mercanti e i*

---

<sup>212</sup> Federigo Melis, “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo nel XV secolo...”, p. 58.

mercanti erano nobili”<sup>213</sup>. A recusa de Génova em adoptar uma oligarquia de cunho veneziano ou uma corte de cunho florentino, manteve-se fiel a um *unicum legislativo e costituzionale* confiando a sua existência enquanto República “ (...) a singoli mercanti, ad ambasciatori di questo o quel casato nobiliare, a personaggi eminenti per esperienza e per acume, a governatori di colonie d’Oltremare, ad operatori del Banco di S. Giorgio ed a residenti ad Anversa, a Norimberga, a Siviglia, a Lisbona, a Barcellona, a Roma, a Cracóvia, a Praga ed a Napoli.”<sup>214</sup>

Apesar de diferentes, estas são duas formas eficazes de organização comercial, a genovesa e a florentina, as quais servem durante séculos os Reis ibéricos.

### 2.3 Das relações luso-italianas

Apesar de não terem sido, como é óbvio, os italianos os únicos homens de negócios em Portugal, deles dependia, segundo o historiador português A.H. de Oliveira Marques, boa parte da “ (...) organização técnica do comércio português que, aliás, só por seu intermédio se pudera expandir e manter”<sup>215</sup>. De resto, as garantias que Portugal oferecia aos mercadores estrangeiros, em particular aos italianos, constituem um claro indício da importância que esta comunidade devia ter para a sustentação, ou, pelo menos para o bem-estar da economia portuguesa, e embora se pudessem verificar algumas restrições, as regalias outorgadas facilitavam a vida dos mercadores estrangeiros.

---

<sup>213</sup> Vito Vitale, *Breviario della storia di Genova. Lineamenti storici ed orientamenti bibliografici*, Genova, 1955, p. 124

<sup>214</sup> Raffaele Belvederi, “Genova e Mediterraneo nei secoli XVI-XVIII...”, p.364.

<sup>215</sup> A.H. de Oliveira Marques, *Ensaio de história medieval portuguesa*, Lisboa, 1980, p. 238.

É interessante, a este propósito, considerar as reflexões dos historiadores portugueses I. Castro Henriques e A. Margarido<sup>216</sup>. De facto, o próprio título do estudo dá como adquiridos dois elementos fundamentais: a expansão foi um projecto português e os estrangeiros, neste caso os italianos, entram nele porque a administração do país lhes oferecia condições favoráveis para investir as suas fortunas no comércio a longa distância. Embora pequeno, o reino de Portugal não era um espaço onde todos pudessem actuar desregradamente e também não era um país a colonizar. Por esse motivo os estrangeiros que ali se instalavam ficavam sujeitos ao controlo da autoridade portuguesa e dependentes das normativas vigentes. Isto explica os elos de cumplicidade e solidariedade que rapidamente se instauravam entre os pertencentes às diferentes colónias estrangeiras.

Os monarcas portugueses tinham consciência de que os conhecimentos técnicos dos italianos bem como a sua fluidez monetária eram importantes para a economia do reino, e, por isso, tentavam oferecer-lhes direitos e benefícios.

A força financeira dos mercadores genoveses motivou a entrega, por parte dos Reis Ibéricos, de salvo-condutos a favor destes italianos cujos capitais muito cedo se tornaram indispensáveis. No entanto, era preciso ter em atenção a antipatia dos naturais pelos estrangeiros. As cartas de naturalização, outorgadas pelo rei, tornavam o estrangeiro num natural, com os benefícios que esse estado lhe trazia; contudo, nem sempre era possível obtê-las, sendo necessário, para que fossem concedidas, uma série de requisitos que nem todos possuíam. Estes conflitos, presentes nas relações entre mercadores estrangeiros e naturais, assumiam, às vezes, proporções graves, e obrigavam a intervenção do monarca. Recordamos, entre outras, a carta régia de 26 de Junho de 1395 com que D. João I exigiu que fosse dado bom tratamento aos mercadores prazentinos e genoveses,

---

<sup>216</sup> Isabel Castro Henriques e Alfredo Margarido, “Os italianos como revelador do projecto político português nas ilhas atlânticas (séculos XV e XVI)”, in *Ler História*, 1989, n. 16, pp. 29-50.

moradores em Lisboa, prometendo castigo a quem infringisse a disposição<sup>217</sup>. É do mesmo ano a lei que regula o comércio a retalho e por grosso exercido por mercadores estrangeiros em Portugal, nomeadamente em Lisboa, no Algarve e nos demais lugares do reino, sob pena, para quem não respeitasse a ordenação, de perder as mercadorias<sup>218</sup>.

Uma série de ordenações, disposições e cartas régias foram aprovadas neste final do século XIV para resolver os problemas que inevitavelmente iam surgindo, com o intuito de proteger os nacionais ao mesmo tempo que se fazia o controlo do mercado português. De facto, os reis portugueses, a partir de D. Dinis- considerado o impulsionador da vinda dos italianos para Portugal, passando por D. João I e D. Alfonso V- procuraram salvaguardar os mercadores estrangeiros resguardando, contudo, os interesses dos naturais do reino de Portugal que lamentavam a pesada ingerência estrangeira no mercado interno.

A concessão de regalias era o inevitável recurso para assegurar, por um lado, a presença de mercadores estrangeiros nos portos de Lisboa, e, por outro lado, esta generosidade visava outro objectivo: esperava-se que os mercadores portugueses que visitassem outras terras fossem igualmente alvo de idênticos benefícios<sup>219</sup>. No entanto, estes favores eram também fonte do crescente protesto por partes dos nacionais que invocam, nas Cortes de 1459, a expulsão dos florentinos e genoveses do reino, acusados de prejudicar a economia do país e de não trazer benefício nenhum senão a si próprios<sup>220</sup>. As reclamações continuam nas Cortes de 1472-73 e 1481-82, sendo o teor dos problemas expostos sempre relativo à premente necessidade de os governantes tomarem precauções para

---

<sup>217</sup> Cf. João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, vol. I, p. 206.

<sup>218</sup> *Idem*, pp. 204-205.

<sup>219</sup> Referimos, como exemplo, a carta enviada pelo rei D. João II a Piero de' Medici em 4 de Maio de 1494, exprimindo calorosos agradecimentos pela protecção oferecida a mercadores portugueses. A carta encontra-se na versão integral in: Gustavo Uzielli, *Colloquio avvenuto in Firenze nel luglio del 1459 fra gli Ambasciatori del Portogallo e Paolo dal Pozzo Toscanelli*, Roma, presso la Società Geográfica Italiana, 1898, pp.18/19.

<sup>220</sup> Cf. João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, sup. vol.I, p.362.

evitar a excessiva saída do país do ouro e da prata, frisando como tal medida fosse natural nos “(...)mais reinos e senhorios do mundo que são bem regidos e governados.”<sup>221</sup>

Para completar o quadro da vivência italiana em Portugal nos séculos precedentes aos que são objecto do nosso estudo, falta traçarmos as linhas essenciais das relações diplomático-culturais luso italianas neste período.

Ao citar os contributos que se debruçam sobre os italianos em Portugal averiguámos quer a longa duração quer a solidez das relações políticas, económicas e sociais que portugueses e italianos procuravam manter, a começar pelos próprios monarcas, particularmente a partir do século XIV.

Recorde-se que as boas relações diplomáticas entre Lisboa e Florença vigoravam há muito tempo, e que foram reforçadas nas primeiras décadas do século XV, como testemunha a carta enviada pela Senhoria de Florença ao rei D. João I, a 9 de Janeiro de 1430, na qual, além dos agradecimentos pelo bom acolhimento dado às galés florentinas de regresso das Flandres no porto de Lisboa, pedia-se que fossem outorgados aos florentinos os mesmos privilégios que tinham sido concedidos aos venezianos em 1406. Este tipo de correspondência entre a Senhoria de Florença e o reino de Portugal mantém-se, intensificando-se, nos anos seguintes. Criam-se fortes laços<sup>222</sup> que se concretizam

---

<sup>221</sup> Henrique Gama Barros, *História da Administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 2ª ed. s.d., tomo X, p.192.

<sup>222</sup> Lembramos, como mais um exemplo o episódio da morte do cardeal D. Jaime de Portugal ocorrida a 28 Agosto de 1459 em Florença em casa de Niccolò Cambini, mercador florentino e banqueiro do rei de Portugal. As cartas de agradecimento enviadas pelo rei D. Afonso revelam que todas as despesas referentes ao funeral foram sustentadas por Florença. Nas cartas de resposta, a Senhoria de Florença pedia protecção para as embarcações que faziam escala no porto de Lisboa, como se lê numa carta de 11 de Outubro de 1460 enviada de Florença: “Regi Portugallie. Quamquam virtus et probitas vestra nec non eximius amor vester in Rempublicam nostram iamdiu perspectus spem nobis non dubiam prebeant Celsitudinem Vestram triremes nostras que ad Occidentem navigant in regno ac portubus vestris benigne clementerque recepturam, nec passuram ut qui eas ducunt cives nostri molestiam aliquam patiantur, tum ne illarum duces vacui literis nostris ad Maiestatem venirent vestram, quasi eiusdem non ut decet memoriam teneremus, has breves Celsitudini Vestre scribere instituímus, orantes atque obsecrantes, ut qua consuevit semper benevolentia et caritate cives nostros suscipiat et ab omni molestia tueatur; existimetque non minorem de his triremibus nos curam habere quam si de salute urbis nostre ageretur

na constituição de uma vigorosa colónia de mercadores florentinos em Lisboa. Este tipo de intercâmbio foi apoiado principalmente pelo rei D. João II (1481-1495) e sustentado por Lorenzo de' Medici que “ (...) aprì la strada alla nuova arte occidentale della politica estera”<sup>223</sup>. De facto, eram recebidos em Portugal homens de cultura italianos, entre os quais mencionamos o siciliano Cataldo Parísio Sículo<sup>224</sup>, chegado a Portugal em 1485 a convite do rei D. João II para educar o seu filho bastardo, D. Jorge. Simultaneamente eram patrocinados estudantes portugueses em Itália pedindo protecção a senhores italianos.<sup>225</sup> Foi ainda D. João II que mandou vir de Itália Andrea Sansovino para que “addestrasse agli splendori della Rinascita gli artisti portoghesi che ancora indugiavano nelle stanche forme del gótico moribondo”,<sup>226</sup> e foi o mesmo rei que entrou em contacto epistolar com Poliziano,<sup>227</sup> importante humanista italiano, querendo confiar-lhe a tradução das crónicas dos Reis de Portugal em língua latina ou italiana e prometendo-lhe uma lauta recompensa pela aceitação do cargo.

---

quam sospitem esse ac felicem vos cupere multa inditia iamdiu demonstrarunt” In: Gustavo Uzielli, *Colloquio avvenuto in Firenze, op.cit.*, p. 17.

<sup>223</sup> Bernard Lewis, *Culture in conflitto*, Roma, Donzelli, 2007, p. 31

<sup>224</sup> Cataldo Parísio Sículo tinha-se doutorado em Ferrara em 1484 em Direito Pontifício e Direito Cesáreo mas tinha um vasto conhecimento nas Humanidades. Chegado a Portugal ainda novo, não tinha sequer trinta anos, o literato siciliano passou aqui o resto da sua vida até 1517, ano do seu falecimento. Autor de uma vasta obra literária que, por ser em parte autobiográfica, nos revela aspéctos da vida da corte deste período. Do humanista siciliano ocupou-se Américo da Costa Ramalho que procedeu à fixação do texto latino, prefácio e notas de algumas cartas de Cataldo Sículo. Cf. “Epístolas-II parte”, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, assim como cf., A. Da Costa Ramalho, “A 2ª edição dos *Poemata* de Cataldo e a Inquisição”, in *Inquisição Portuguesa – Tempo, Razão e Circunstância*, (coord.) Luis Filipe Barreto, José Augusto Mourão, Paulo de Assunção, Ana Cristina da Costa Gomes, José Eduardo Franco, Lisboa-São Paulo, Prefácio, 2007, pp. 357-362

<sup>225</sup> Cf. Manuela R.C. Mendonça de Matos Fernandes, “Relações de Portugal com a Itália nos últimos 25 anos do século XV”, A autora transcreve algumas das cartas enviadas por D. João II pedindo protecção para estudantes portugueses.

<sup>226</sup> Guido Battelli, “La corrispondenza del Poliziano col Re Don Giovanni II di Portogallo”, estratto de *La Rinascita*, num. 6, aprile 1939, p. 283

<sup>227</sup> Foi Lourenço de' Medici, em cuja família Poliziano foi educado, em despertar nele o entusiasmo pelo rei D. João II. Cf., G. Carlo Rossi, *A Literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Porto, Telos, s.d. (Tradução de Giuseppe Mea), p. 37, n.3

Sempre houve disponibilidade para o diálogo entre Portugal e as potências italianas ao longo dos séculos. Testemunha-o, entre outros exemplos, o episódio referente à questão da marca de Treviso reclamada por D. Pedro enquanto doação recebida do imperador alemão Sigismundo. Francesco Foscari, na altura doge da Sereníssima, afirmava a “historicidade” do domínio veneziano sobre Treviso, alertando para o facto de a cidade ter sido concedida a Portugal quando Sigismundo se encontrava em guerra com Veneza. A vinda a Lisboa do embaixador veneziano Nicolau de Canali com documentos comprovativos da soberania de Veneza sobre Treviso e com instruções que visavam aumentar a antiga amizade entre a corte portuguesa e a Senhoria de Veneza, foi apreciada por Dom Pedro que se disponibiliza a mostrar a carta de doação confirmando a posse de Treviso. A mesma disponibilidade não é visível na atitude do embaixador veneziano, que se recusa a entregar as cópias das escrituras do doge. Dom Pedro dispensa o embaixador com carta para o doge datada de 20 de Setembro de 1445, na qual se demonstra firme em agir com justiça, solicitando-lhe igual atitude, na esperança que “(...) non solum prisca nostra amicitia (sic) conseruabitur, sed etiam augebitur”<sup>228</sup>.

Sinais de antigas relações luso-italianas são também os da presença duma comunidade portuguesa em Roma desde o século XIII que se vai fortalecendo ao longo dos tempos através da criação de três instituições de assistência aos peregrinos e residentes portugueses. Com a intervenção do bispo de Silves, Álvaro Pais, estas vão reunir-se em 1467, altura em que também é criado o Hospital de S. António dei Portoghesi com Igreja anexa, reconhecida pela bula do papa Paulo I *Superne dispositionis*. A constituição do Hospital com a promulgação dos Estatutos em 1486 e a concessão em 1506 por parte do Papa

---

<sup>228</sup> Nicolau de Canale foi nomeado pelo Conselho da República de Veneza, a 10 de Abril de 1445, embaixador a el-rei de Portugal, devendo seguir nas galés da Flandres, capitão Mauro Mauroceno.

A carta, assinada por Dom Pedro, consta no ASV, *I Commemorali*, liv.13, doc. 274, fl. 175, e faz parte de *Monumenta Henricina*, Coimbra, 1968, vol. IX, pp. 68-72.

Giulio II da criação da confraria de S. António, com bula *De salute fidelium omnium*, fez com que “ (...) i membri della confraternita furono per lo più espressione del mondo dei religiosi e dei mercanti lusitani che gravitavano attorno alla Curia romana”.<sup>229</sup> Não podemos deixar de reflectir sobre estas palavras, recordando que, sensivelmente uma década após a instituição da confraria de S. António dos Portugueses em Roma, os mercadores italianos resolvem construir na capital portuguesa, à sua custa, a Igreja dos Italianos.

O sucinto percurso que traçámos acerca das origens da vinda dos italianos para Lisboa, das peculiaridades comerciais que caracterizaram a sua actuação na península ibérica, das suas relações com os mercadores portugueses e das relações entre os dois países, fornece-nos a necessária linha de continuidade para desenvolver o trajecto e a vivência destes mercadores em Lisboa. Salientamos que, no início do século XVI, a comunidade italiana em Lisboa era maioritariamente composta por florentinos.

---

<sup>229</sup> Gaetano Sabatini, “La comunità portoghese a Roma nell’età dell’unione delle corone 1580-1640”, in C.J. Hernando Sánchez (a cura di ), *Roma e España: un crisol de la cultura europea en la edad moderna*, Madrid, 2007, p. 2.

### **Capítulo III**

#### **A hegemonia florentina na Lisboa de Quinhentos: mercadores, diplomatas e capitães**

A cidade de Lisboa do século XVI tinha, como define António Borges Coelho, um significado distinto para cada elemento de cada grupo social, assim “Para o rei, a cidade era a sede dos seus palácios, da Casa da Índia com os seus armazéns e a sua riqueza (...). Para os mercadores, valia tanto que, posto o Reino de um lado e Lisboa do outro, a balança penderia para o segundo prato da balança. Para muitos cristão-novos, Lisboa figurava como a Babilónia do cativo espiritual mas cujas riquezas faziam esquecer a lembrança de Sião. Para muitos pobres, era o paraíso das ilusões perdidas. Para os escravos, a terra estranha da pena, do ferro e também de uma vida nova. Para alguns políticos do tempo filipino, Lisboa tinha um destino: ser a capital natural dos Estados ibéricos pela posição geográfica, pelas riquezas naturais, por deter a chave dos

oceanos.”<sup>230</sup> Estas linhas sintetizam a aceleração do desenvolvimento da cidade no século XVI ao evidenciar como até as classes menos privilegiadas e as minorias encontravam nas riquezas e no esplendor de Lisboa o reverso positivo das suas misérias. Protagonistas e também actores deste crescimento os italianos destacaram-se entre os grupos de estrangeiros que pululavam na cidade ribeirinha cujo fascínio os tinha atraído desde há muito e que se tinham organizado na órbita de importantes casas comerciais, a maioria delas florentinas, cuja opulência garantia à coroa portuguesa um forte apoio financeiro.

De facto, após a descoberta do caminho marítimo para a Índia, tornara-se difícil para a coroa aguentar os pesados custos que implicavam uma constante disponibilidade financeira de somas avultadas necessárias para a compra das mercadorias orientais, tendo em conta que tanto dinheiro ficava imobilizado durante o tempo correspondente à duração da viagem de ida e volta dos navios, só circulando na praça após muitos meses. Isto na melhor das hipóteses, pois podiam verificar-se, como de facto acontecia, naufrágios, ataques de corsários ou, ainda, prejudiciais condições de compra<sup>231</sup>. Por isso, no lapso do tempo entre a partida e a torna viagem da armada, a falta de dinheiro constrangia o recurso aos empréstimos. Nesta conjuntura, o rei D. Manuel, após a resolução de exercer o monopólio da carreira da Índia, não estava em condições de desdenhar as ajudas substanciais, que os mercadores florentinos, bem abastecidos e com uma reconhecida e estimada actividade de banqueiros, podiam oferecer para a boa andança deste novo comércio ultramarino.

A chegada a Lisboa de um número considerável de mercadores, portugueses e estrangeiros, que, sozinhos ou como feitores de companhias comerciais, tentaram aproveitar as enormes oportunidades que o novo comércio oferecia, levou a que vigorasse uma liberdade quase completa no que diz respeito

---

<sup>230</sup> António Borges Coelho, *Quadros para uma viagem a Portugal*, Lisboa, Caminho, 1986, p.299-300.

<sup>231</sup> Cf., F. Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...*, vol. 1, p.424.

às modalidades comerciais, tornando necessária a intervenção do estado para que as contas da fazenda régia não sofressem danos irreparáveis.

Embora o rei D. Manuel tivesse tentado definir algumas linhas gerais para garantir um equilíbrio deste regime mercantil, instituindo, entre outras medidas, a obrigação da autorização régia para participar no tráfico das especiarias<sup>232</sup>, os primeiros cinco anos, desde 1499 até 1504, foram algo desregrados e vividos com crescente preocupação por parte do rei que estava consciente da necessidade de introduzir normas reguladoras.

A difícil situação da estrutura do comércio português com o Oriente era minuciosamente relatada nas relações dos embaixadores venezianos residentes na corte de Madrid. Estes apresentavam notícias extremamente precisas relativamente a todos os passos deste comércio. É interessante, para ter a noção da mudança que houve ao longo das décadas no que diz respeito à regulamentação da carreira da Índia, considerar duas relações que demarcam o período que vai de 1506 até 1570, anos do monopólio régio das especiarias e do controlo, em fases mais ou menos agudas, do Estado<sup>233</sup>. Nestas relações é apresentado o evoluir do modelo da intervenção do estado no comércio de longa distância, na tentativa de regulamentar o trato, corrigindo, através da aplicação de normas, a estrutura do novo comércio.

Como consequência da ausência de qualquer tipo de restrição e da não existência dum tabelamento dos preços, verificou-se uma grave instabilidade dos

---

<sup>232</sup> A autorização régia era concedida aos mercadores portugueses ou estrangeiros desde que estivessem estabelecidos há muito tempo em Portugal. Cf., Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a economia mundial...*, vol.III, p.58.

<sup>233</sup> Vejamos, como exemplo elucidativo, uma carta do rei dirigida a Afonso de Albuquerque datada de 3 de Abril de 1511 em que o monarca português manda “(...) ao feitor e oficiais das feitorias de cochy e de cananor que da pymenta, drogarias e todas e quaesquer outras mercadorias que esteuerem compradas em nosas feitorias, ou posto que dentro neellas nam esteem, como esteuerem compradas pêra nos, nam dêem cousa alguma a neenhum capitam, nem outra pessoa, em pagamento daquello que de nos ouuerem daveer, neem por qualquer outra maneira, neem lho vendam, posto que a direito lho queyram comprar, e tudo se caregue e emvie pêra nos”, in *Cartas de Affonso de Albuquerque*, (dir. Raymundo António de Bulhão Pato), Lisboa, Academia Real das Sciencias, tomo III, 1903, p. 213.

preços nos anos 1499-1504. O facto de ser permitido a qualquer um vender a sua mercadoria ao preço que achasse melhor, causara uma preocupante oscilação nas vendas, provocando enormes prejuízos pelo receio dos compradores em se abastecerem com grandes quantidades de mercadoria. Era premente a necessidade de tomar medidas que remediasses a instabilidade que se tinha instalado rapidamente. Um novo regime comercial começou a tomar forma a partir de 1504, visando promover a segurança entre os mercadores, afugentando o receio da incerteza provocada pelos preços extremamente flutuantes. As medidas introduzidas não foram, no entanto, suficientes para incrementar uma rápida compra de produtos, pois ainda não tinha passado muito tempo desde que “ (...) in Alemagna, Fiandra, e in altri luoghi dove si vendono le spezie e si consumano, sono falliti molti mercadanti dei piú grossi, solo per la instabilità del prezzo che hanno tenuto i Portoghesi fino al 1504 (...)”<sup>234</sup>.

Para obviar à oscilação dos preços, mantê-los fixos e precaver os problemas produzidos pela participação selvagem no dito comércio, era necessário que o rei procurasse consolidar o monopólio régio de modo a “(...) mandar a tuor in India tutte le spezie per suo conto, e non lasciare che mercadante alcuno più ne mandi a tuor nè con navi nè per altra via, volendo far per suo conto tutte le spese, sì dell’armare come del carico; e questo il re desidera per poter tenere i prezzi fermi a modo suo senza mala contentezza de’ mercadanti.”<sup>235</sup> Vincenzo Quirini, embaixador veneziano em Madrid, refere, na sua relação ao Senado de Veneza, as novidades introduzidas na compra das especiarias e a inserção de normas que, por um lado, visavam melhorar e corrigir falhas da organização, e, por outro, procuravam manter vivo o interesse dos comerciantes. A ingerência régia era mitigada por concessões aliciantes para os

---

<sup>234</sup> Eugenio Albéri, *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto*, Firenze, tomo XV, 1863, p.14.

<sup>235</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 15.

mercadores a quem era pedida uma taxa de 50 ducados por cada cântaro de mercadoria que entrava no armazém da Casa da Índia, mas nada lhes era pedido para a mercadoria que saía do dito armazém. A descarga cuidadosa e controlada da mercadoria nos amplos armazéns da Casa da Mina – cada porta estava marcada com o sinal das naus cuja mercadoria tinha sido aí armazenada – visava evitar acções de contrabando<sup>236</sup>.

Aparentemente simples nas suas linhas essenciais, o regime de monopólio régio continua basicamente o mesmo até a reforma de 1570, apesar de acusar repetidas excepções na sua aplicação à realidade quotidiana. Com efeito, continuavam a existir regalias ou licenças de importação, como é comprovado pelas chamadas “quintaladas”, pagamento dos serviços dispensados ao monarca sob forma de licenças de importação de fardos de pimenta. Por outro lado, os direitos outorgados foram notavelmente reduzidos até serem completamente abolidos em 1510, no que diz respeito aos simples funcionários e, em 1517, relativamente a todos os outros funcionários<sup>237</sup>. Contudo, a necessidade de manter aliciante o serviço nas armadas da Índia levou a coroa a outorgar mais isenções e aumentar as concessões. Assim, no regimento dado a D. Francisco de Almeida em 1505 era estabelecida a liberdade de comprar e transportar “(...) toda

---

<sup>236</sup> “ (...) si discaricano nella Casa della Mina, che è un luogo fatto dal re come la dogana, pieno di magazzini di gran tenuta, e sopra le porte dei magazzini dove si mettono le spezie sono i contrassegni delle navi che le hanno portate; e usasi in questo discaricar gran diligenza che non sia fatto contrabbandando, e che tutte le spezie sí del re come de’ mercadanti siano messe nella detta casa. Delle quali spezie quelle che sono de’ mercadanti, e portate dalle navi del re, pagano nell’entrare ducati 50 per cantaro, e oltre questo diritto pagano altrettanto per la fabbrica di un monastero in Lisbona; ma nell’uscire niuna sorte di spezie paga dazio alcuno; e questo è fatto acciò che i compratori tanto più volentieri abbiano a venire a comprare.” In E. Albéri, *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato durante il secolo decimosesto...*, pp. 13 e seg.

<sup>237</sup> *Regimento das Cazas das Índias e Minas*, alvará de 17-VIII-1517, pp. 131-137.

Numa carta enviada a Afonso de Albuquerque a 3 de Abril de 1511, o rei D. Manuel manda “ (...) ao feitor e officiaes das feitorias de cochy e de cananor que da pymenta, drogarias e todas e quaesquer outras mercadorias que esteuerem compradas em nosas feitorias, ou posto que deentro neellas nam esteem, nam deem cousa alguma a neenhum capitam, nem outra pessoa, em pagamento daquello que de nos ouerem daveer, neem por quelquer outra maneira, neem lho veendam, posto que a direito lho queyram comprar, e tudo se caregue e emvie pera nos”, *Cartas de Affonso de Albuquerque (dir.) Raymundo Antonio de Bulhão Pato*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1903, t. III, p. 213.

a sorte de pedrarya perlas aljôfar cheiros panos toucas e outras de qualquer sorte que seja que ouver nas ditas partes.”<sup>238</sup>

Não obstante o controlo régio, sempre que alguém dispusesse dos meios necessários, podia armar ou fretar navios e, sobretudo, podia livremente exportar e importar qualquer tipo de mercadoria que estava sujeita apenas ao pagamento dos direitos aduaneiros e que transitava em Lisboa na Casa da Mina, então com funções exclusivamente de alfândega e de armazém.

Assim, mesmo durante os anos de monopólio régio não se deixou que fosse excluída a participação de agentes particulares que importavam e redistribuíam as mercadorias nos mercados europeus. Por isso, podemos constatar que a decisão, tomada pelo rei D. Sebastião em 1570, de mudar o regime comercial da carreira da Índia, outorgando liberdades de importação e de preço de todas as espécies de mercadorias orientais, foi, simplesmente, a de adaptar a lei à realidade, legitimando as inúmeras infracções que constantemente ocorriam.

As frequentes intervenções da coroa portuguesa, desde o rei D. Manuel, através de normativas para a regulamentação do comércio, visavam criar e manter o equilíbrio num império marítimo “quase sem territorialidade”;<sup>239</sup> recordamos, como exemplo, a promulgação de alvarás que, para a salvaguarda da segurança do trato, mandavam regrar o carregamento dos navios para que não

---

<sup>238</sup> IAN//TT, *Leis*, maço 2, doc. 13 “Regimento do capitão-mor D. Francisco de Almeida”, Lisboa, 5 de Março de 1505, publicado em *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central: 1497-1580*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, vol. I, p. 220.

<sup>239</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “O Império português em meados do século XVI”, in *Anais de história de além-mar*, Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 87.

andassem perdidos<sup>240</sup>, ou, ainda, mandavam armar os navios com artilharia e com soldados para se defenderem dos ataques de corsários<sup>241</sup>.

A difícil conjuntura dos anos do reinado de D. João III que herdara o trono português em finais de 1521, após a fulminante doença que vitimou o pai, foi marcada por importantes acontecimentos que ultrapassavam a cena nacional, constituindo pesados condicionamentos para a política interna de Portugal.

Além disso, os encargos e as dificuldades provenientes dos reinados anteriores, tal como as dívidas resultantes dos gastos constantes para o abastecimento de trigo e para o desenvolvimento do novo comércio a longa distância, juntamente com a perda de navios sobrecarregados, enfraqueceram economicamente o país que, porém, nunca aceitou as condições impostas por Veneza, a qual queria adquirir a totalidade da especiarias orientais e distribuí-las nas praças europeias. De facto, a embaixada veneziana capitaneada por Alessandro da Pesaro em 1522 teve como resposta declarações de amizade do rei português para com a Sereníssima e a confirmação de privilégios aos mercadores venezianos “ (...) de non pagar decima sisa ne alcuno altro dretto delle mercantie che portarono (...)”<sup>242</sup>, sendo, contudo, recusado o pedido de contrato.

Nos últimos anos da segunda década do século XVI as complicações financeiras do reinado de D. João III sobressaem nas cartas que o rei português

---

<sup>240</sup> BNL, *Fundo Geral*, Mss. 207, n. 45, Alvará de D. João III de 16 de Março de 1557: “ (...) mandei que se tivesse praticar com alguns mestres e pilotos sobre a maneira que as ditas naus devião de vir carregadas, para com maior seguridade poderem fazer suas viagens”.

<sup>241</sup> Ainda no tempo de D. Sebastião, como refere Manuel Severim de Faria, “Além das armadas que os Reis mandavão fazer em defesa dos seus vassallos, ordenou o rei D. Sebastião hum regimento para com maior segurança se poder navegar. Por isso mandou que os navios Portugueses que partissem deste Reyno o de suas conquistas a comercio fossem armados de armas e de gente para sua defesa, de maneira que os navios de 200 o mais toneladas trouxessem 14 pessas de artelharia, e certo numero de piques e quintaes de polvora, e os de 150 até 200 toneladas onze pessas e as mais armas em sua proporção, e assi nas mais embarcações até as de 25 toneladas (...)”, BNL, Manuel Severim de Faria, *Fundo Geral* n. 917, fl.16v.

<sup>242</sup> ASV, *Commemoriali della Repubblica di Venezia*, Registro 20, fólio 111, Carta de D. João III aos mercadores venezianos, Lisboa, 2 de Janeiro 1522, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p.239.

envia a Carlos V,<sup>243</sup> e a concreta avaliação da situação do erário régio levava ao estabelecimento de uma política de concentração nas possessões orientais em detrimento dos domínios africanos.<sup>244</sup> De facto, a extensão do império português era também causa da sua fragilidade e o abandono das praças africanas de Safim, Azamor, Alcáçer-Cequer e Arzila entre 1542 e 1550 pareceu ser escolha inevitável, tendo em conta o avanço do império Otomano no Mediterrâneo e no Índico.

Cinquenta anos após a primeira viagem ao Índico transformara-se a realidade portuguesa, e o fecho da feitoria de Flandres, em 1549, era sintoma de uma forte preocupação.<sup>245</sup> No panorama deste reinado vivia-se sob a ameaça de uma crise dinástica devido à morte dos filhos e irmãos do rei, facto este que, tendo também em conta o advento do cisma protestante, tornava muito selectivas eventuais negociações de casamento com membros das cortes europeias.

Em 1557, ano da morte de D. João III, o neto D. Sebastião tinha apenas três anos; o filho D. João, jurado herdeiro em 1539, tinha falecido em 1554 e o reino de Portugal, sob a regência de D. Catarina, apesar de não sofrer alterações substanciais do foro económico, acusava, contudo, sintomas de progressiva deterioração. Na verdade, a soberana portuguesa provocara, entre os credores, na grande maioria genoveses, um sentimento de receio ao verem diminuir para

---

<sup>243</sup> A 12 de Setembro de 1528 D. João III escreve a Carlos V: “ Senhor, Quisera mais escrever-lhe esta carta sobre coussa que pudera fazer toda a seu contentamento porque esa fora de todo ho meu, e escusara de lhe dar conta de minhas necessidades em tempo que tanto folgara de poder acodir as suas que ei por propias minhas pelas muitas rezões que pera iso ha e (a)inda muito mor he a de minha vontade. E porque isto asi he lhe peço muito por merce que creia pois nisto nom faço mais he porque nam poso como compridamente lhe dira Antonio d’Azevedo meu embaixador a que me remeto. De Lisboa, a doze dias de setembro. A vosso serviço. Rey”, in Aude Viaud, *Lettres des Souverains Portugais à Charles Quint et à l’Impératrice*, Lisbonne-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1994, p. 112. A 22 de Março de 1529 D. João III escreve a Carlos V afligido por não poder ajudar o rei da Hungria ameaçado pelo Turco “por minhas necessidades serem tamanhas”. Idem, p. 126.

<sup>244</sup> Sobre as controvérsias que esta linha política gerou ver o estudo de Maria Leonor García da Cruz, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, in *Mare Liberum*, 1997, nr. 13-14, pp. 123-199 e pp. 117-198.

<sup>245</sup> Sobre os anos críticos do reinado de D. João III, cf. V. Magalhães Godinho, “ Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII”, in *Ensaio*, 2, Lisboa, Sá da Costa, 1968, pp. 176, 205.

metade os juros sobre o dinheiro emprestado à coroa<sup>246</sup> que, por sua vez, corria assim o risco de não poder contar com posteriores empréstimos<sup>247</sup>. A partir desta altura assiste-se a uma viragem na economia portuguesa que vai preparando o terreno para a hegemonia do capitalismo genovês de que trataremos no capítulo seguinte.

Entretanto, era necessário assegurar a sucessão à coroa de Portugal e desde logo, em 1559, aquando da presença em Paris do embaixador português João Pereira Dantas. Este, encontrando-se com o Cardeal de Lorena, Carlos de Guise, falava em nome do Cardeal D. Henrique sobre a possibilidade de ser realizado o casamento entre D. Sebastião e a princesa Margarida de Valois. Mau grado a premente intervenção do Papa Pio V favorável ao casamento entre D. Sebastião e Margarida de Valois, tal projecto não se concretizou por causa da determinação de D. Sebastião que, alegando a sua tenra idade e considerando o que tinha acontecido ao seu pai por ter casado muito novo, adiou o casamento<sup>248</sup>. Uma nova tentativa de casar D. Sebastião ocorreu em 1574, após a morte de Carlos IX. Ficando viúva a Rainha D. Isabel, segunda noiva oferecida anos atrás a D. Sebastião, intentou a irmã dela, Ana, Rainha de Espanha, em a casar com o rei de Portugal. Mais uma vez o projecto fracassou.

---

<sup>246</sup> Paulo Tiepolo, embaixador veneziano em Toledo, informa a Sereníssima com carta de 12 de Março de 1560 que o rei de Portugal tinha uma dívida com os mercadores “massimamente genovesi”, de cerca um milhão de ducados pagando 10 por cento de juros. “Hora ha dechiarito non voler pagar più di 5 affermando farlo per discarico di coscientia poiche i theologi sui l’aggravavano di questo peccato(...)”. Sensivelmente dois meses e meio mais tarde, a 1 de Junho de 1560, o embaixador volta a escrever à Sereníssima, rectificando a informação: a soma devida pelo rei alcançava os dois milhões de ducados. In: J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 268, doc. 112 e p. 269 doc. 114.

<sup>247</sup> Sobre os anos da regência portuguesa de 11 de Junho 1557, data do falecimento de D. João III até 20 de Janeiro de 1568, veja-se o exaustivo trabalho de Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião – Elementos para uma história estrutural*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., 2 volumes.

<sup>248</sup> O Archivo Secreto do Vaticano contém as cartas que o Papa enviou a D. Sebastião, a D. Catarina e ao Cardeal D. Henrique, bem como as respostas deles. Parte desta correspondência está publicada na obra de P. José de Castro, *D. Sebastião e D. Henrique*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, União Gráfica, 1942.

O falhanço contínuo dos projectos de casamento para D. Sebastião, apesar da intromissão do Papa Pio V, do seu sucessor Gregório XIII e de Filipe II de Espanha, determinou a crise sucessória de 1580. Poucas linhas para um assunto que na altura era recorrente nas cortes europeias, inclusive na Itália, por causa das alianças que o eventual casamento iria implicar. É preciso salientar a intervenção, no que diz respeito ao eventual casamento de D. Sebastião, de Filipe II de Espanha que, entretanto, já tinha contraído o primeiro dos quatro casamentos, com apenas 16 anos, com Maria filha de D. João III, sua prima, da qual teve um filho, D. Carlos, nascido a 8 de Julho de 1545<sup>249</sup>.

No breve período do seu reinado, D. Sebastião foi confrontado com as dificuldades financeiras oriundas do reinado do avô, com a peste avassaladora de 1569<sup>250</sup>, com a ameaça do turco e com as problemáticas ligadas ao seu casamento. Para precaver o descalabro total, o rei português resolveu promulgar uma lei em 16 de Janeiro de 1570, logo seguida por outra que a completava, em 30 de Julho do mesmo ano, em que eram previstas penas severas para quem desse ou tomasse dinheiro a câmbio<sup>251</sup>, e, não tendo as condições para suportar sozinho a despesa de armar cada ano navios e sustentar as fortalezas na Índia, o Rei resolveu aplicar “(...) um dazio di ducati venti per cântaro ai peveri e zenzeri, e di trenta alle cannelle e garofali, e al resto di mano in mano, dando

---

<sup>249</sup> O antagonismo geracional que caracterizou a relação entre D. Carlos e o pai, o rei Felipe II, do qual apenas 18 anos de idade o separavam, gerou uma série de repercussões diplomáticas que mudaram alguns acontecimentos. De facto, além de ter ficado órfão de mãe pouco depois de ter nascido, D. Carlos cresceu também sem a presença do pai, ausente entre 1548 e 1551 e de 1554 a 1559. Cresceu com as tias, Joana e Maria que, porém, o deixaram poucos anos depois para se casarem: Maria casou-se em 1548 com Maximiliano de Áustria, e Joana em 1552 com D. João, filho de D. João III de cujo casamento nasceu D. Sebastião. Sobre o assunto cf., Manuel Fernández Alvarez, *Felipe II y su tiempo*, Madrid, Espasa, 1998.

<sup>250</sup> As cartas do embaixador veneziano na corte de Madrid, Sigismondo Cavalli, relatavam com extremo realismo, desde Julho de 1569, o avanço da peste em Lisboa que em Novembro de 1569 já tinha causado a morte de 25.000 pessoas. Cf., J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 31 e seg.

A virulência da epidemia de 1569 é também mencionada por Filippo Sassetti que, ao comparar a peste de 1580 com a de 1569, escreve: “L’anno ’69 fu qui la peste molto di questa maggiore”, Carta de Sassetti a Baccio Valori de Lisboa a 10 de Janeiro 1580, in, Filippo Sassetti, *Lettere da vari paesi...*, p.246.

<sup>251</sup> BNL, “Regimento do trato da pimenta”, *Fundo Geral*, n. 801, fls. 22-30.

libertà ad ognuno di mandare alle Indie qualsivoglia sorte di mercanzia, e di condur liberamente da quella parte tutta sorte di spezi (...).<sup>252</sup>

O regresso à liberalização do comércio foi confirmada no *Regimento do Trato da Pimenta*<sup>253</sup> de 1570 que autorizava o livre comércio de qualquer mercadoria de e para a Índia. O embaixador veneziano na corte de Madrid, Sigismondo Cavalli faz o ponto da situação sobre as condições das novas normas introduzidas no comércio das especiarias na relação que redige em 1570 para o senado veneziano. Refere o embaixador que o rei português costumava armar, à sua conta e até aquele momento em cada ano quatro a seis navios que partiam de Lisboa, no fim do mês de Março e chegavam a Goa no início de Setembro. A preciosidade das mercadorias orientais não se esgotava nas especiarias e drogas, abrangendo pedras preciosas, panos finíssimos, porcelanas e produtos de botica<sup>254</sup> que eram carregados na costa do Malabar. O embaixador veneziano salienta que, embora houvesse no dito *Regimento* uma disposição que outorgava esta liberdade exclusivamente aos mercadores portugueses, não era, contudo, complicado contornar esta cláusula propondo ao rei um bom negócio e, sobretudo, “dandogli denari avanti tratto”<sup>255</sup>.

No tempo do Doge Aloysio Mocenigo, a falta de dinheiro do reino português impressionou o embaixador extraordinário António Tiepolo que, eleito a 4 de Março de 1571, recebeu, com deliberação da Sereníssima de 2 de Junho de 1571<sup>256</sup>, as instruções para a sua viagem à Península Ibérica. A comissão que lhe foi entregue apontava, entre outros assuntos, a necessidade de tratar com o rei D. Sebastião a matéria da sua participação na Liga contra o turco, tendo já sido estipulada, a 20 de Maio de 1571, entre o papa Pio V, o rei Filipe I de Espanha e

---

<sup>252</sup> Relação do embaixador Sigismondo Cavalli in Eugenio Albèri, *op. cit.*, vol. V, 1861, p. 168.

<sup>253</sup> BNL, *Fundo Geral*, n. 801.

<sup>254</sup> Sobre o assunto cf., Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia*, Instituto Cultural de Macau, 1994

<sup>255</sup> Relazione de Sigismondo Cavalli, in E. Albèri, *op. cit.*, vol.V, p. 168.

<sup>256</sup> A.S.V. Senato Secreta, Deliberazioni, registro 77, fl. 100, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 278.

os venezianos a “(...) liga perpetua ofensiva e defensiva contra los turcos y sus estados porellos posehidos comprehendidos en argel tunez y tripoli”<sup>257</sup>.

Detido em Madrid mais de um mês devido ao nascimento, a 4 de Dezembro de 1571, do príncipe Fernando, filho do casal real de Espanha, o embaixador veneziano visita Almeirim e Lisboa, regressando a Veneza em 1572.

Na informação de Antonio Tiepolo ao Senado veneziano<sup>258</sup> é noticiado o grave impacto que a corrupção exercia na economia portuguesa e a falta de autoridade do rei para impedir que ministros e capitães fossem subornados. O secretário que acompanhava Antonio Tiepolo escreve: “Queste tante mercantie, che dall’Indie, et dall’altre parti del mondo vengono in questa città, si spargono per tutta l’Europa, con grande utile de Portughesi, et del Re, il quale ha eletto di lasciar queste mercantie per esser troppo rubato da suoi ministri, et concede ad ogn’uno di poterle fare, riservandosi alcuni diritti, o datij, per i quali gli sono offeriti Ducati 500.000 l’anno, senz’altro impaccio.”<sup>259</sup>

No dia 1 de Junho de 1579, sob a regência do cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião, os três estados fizeram juramento relativamente à sucessão do reino: em caso de falecimento do rei sem deixar descendência, os três estados comprometiam-se a não reconhecer nem obedecer a pessoa alguma a quem, por justiça, não pertencesse o direito à sucessão<sup>260</sup>.

Assim, e no evoluir dos acontecimentos que irão culminar com a perda da independência em 1580, os documentos analisados revelam que a presença italiana foi constante, activa, empreendedora e heterogénea. De facto,

---

<sup>257</sup> BNL, *Fundo Geral*, Cód. 8920, fls. 119 e seg.

<sup>258</sup> As informações que Antonio Tiepolo envia de Almeirim à Serenissima a 19 de Janeiro 1572, 20 de Janeiro 1572, 26 Janeiro 1572, 2 de Fevereiro 1572, são publicadas por J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, pp. 61-69, p. 73, p. 76.

<sup>259</sup> O secretário do embaixador veneziano deixou-nos uma relação da viagem à península ibérica até agora inédita, encontrada na Biblioteca de Rimini, SC-Ms 485, *Relatione di Spagna, et Portugallo scritta dal s.... Il Segretario del Clariss.º sign.... tornato dalla sua Amb.ria L’anno.....*”.

<sup>260</sup> BNL, *Pombalina* 249, fls.399-403.

encontramos frequentemente membros de famílias que ao longo do século XVI, ao investir o seu cabedal na aventura do comércio com o Oriente, tinham obtido lucros extraordinários. Encontramos também novos membros que se vão juntar aos que já cá residiam, criando novas sociedades que facultavam benefícios ao rei que, por isso, lhes concedia os cobiçados monopólios.

### **3.1 Mercadores toscanos e lombardos no Atlântico e no Índico**

É importante frisar que, a partir do último quartel do século XV, assiste-se a um fluxo contínuo de mercadores provenientes da península italiana, que, ao serem informados das maravilhas que chegavam da Índia, queriam participar, fosse qual fosse a maneira, neste grande comércio. No entanto, apesar da pujante intromissão genovesa no mercado português e atlântico, foram os capitais acumulados nas mãos de famílias florentinas e lombardas estabelecidas em Lisboa que tiveram um forte impacto na economia portuguesa da altura.

As fontes consultadas apontam, de facto, para uma activa participação florentina nas viagens para o Oriente através dos capitais empregues na armação de navios e na compra das especiarias. Poucos genoveses, excepto alguns casos como o de Antonio Salvago, participaram de imediato no comércio de longa distância.

Ao analisar os métodos comerciais dos florentinos na praça de Lisboa em finais de Quatrocentos, F. Melis acentua a característica peculiar das empresas florentinas: a sua considerável dimensão permitia-lhes maior eficiência, maior volume de negócios, maior disponibilidade de capital e, principalmente, não as obrigava a apoiarem-se em empresas estrangeiras, o que quer dizer que podiam

praticar um comércio directo sem intermediários e, portanto, com menos custos<sup>261</sup>.

Os livros mestres das sociedades florentinas pertencentes aos Cambini, Martelli e Gondi, objecto da investigação de estudiosos italianos e portugueses, recordamos, entre outros, C. Verlinden, V. Rau, F. Melis, V. Magalhães Godinho, ao apresentar as contas de mercadores que representavam as ditas sociedades, nos deram a conhecer os métodos de acção adoptados pelos mercadores florentinos em Lisboa.

Ao assinalar as fases conhecidas da vivência e dos negócios destes empreendedores florentinos, apresentaremos, quando possível, documentos inéditos no intuito de, simultaneamente, averiguar a influência florentina na economia portuguesa das primeiras décadas do século XVI e delinear com mais precisão as figuras dos homens de negócios protagonistas destes anos e dos seus descendentes. Situaremos a intervenção dos mercadores florentinos no conjunto das operações comerciais da comunidade italiana em Lisboa no início de Quinhentos.

É claro que à luz do que já foi relatado, as fortes relações culturais, políticas e comerciais entre Portugal e Florença contribuíram notavelmente para que os mercadores florentinos encontrassem na Lisboa das descobertas atlânticas e orientais, terreno fértil e profícuo para uma mútua vantagem. É também de reiterar que a presença comercial dos florentinos no Atlântico e no Índico progride paralelamente e não em concorrência com a intervenção portuguesa.

Significativa é a presença de capitais lombardos, de Cremona e de Milão, que, respectivamente, nas primeiras décadas do século aquando da intervenção maciça de florentinos, e nas décadas sucessivas, aquando da preponderância

---

<sup>261</sup> Cf., F. Melis, “Di alcune figure di operatori ..”, p.63 e seg.

genovesa, com estilo diferente mas com fundos financeiros de análoga importância, caracterizaram caminhos no percurso económico de Portugal.

### 3.1.1 As casas Marchionni e Sernigi

É, de facto, nos registos da companhia Cambini que, a partir de 1 de Janeiro de 1473, aparece o nome de um dos mais famosos mercadores florentinos do fim do XV século, Bartolomeo di Domenico Marchionni. A sua actividade registada nos cadernos da casa comercial revela “ (...) un numero di operazioni impressionante per assortimento, per volume e per estensione geográfica(...)”<sup>262</sup> que Marchionni realizou com a companhia Cambini, mantendo, contudo, relações com outras companhias. De facto, passados alguns anos, em 1476-1477, o seu nome aparece nos livros mestres da companhia de Carlo di Ugolino Martelli e depois na contabilidade de Bernardo di Antonio di Leonardo Gondi<sup>263</sup>.

“*Verdadeira potência financeira da Lisboa Quinhentista*”<sup>264</sup>, o mercador-banqueiro florentino Bartolomeo Marchionni teve um papel extremamente importante na economia portuguesa de final do século XV e primeiras décadas do século seguinte. Juntamente com mais duas famílias italianas, os Sernigi e os Affaitati, Lafetá na documentação portuguesa, Bartolomeo Marchionni, associara-se a todos os grandes negócios da coroa portuguesa, entrando no trato de escravos africanos, no negócio do açúcar da Madeira e participando nas primeiras expedições para o Oriente.

---

<sup>262</sup> Idem, p. 59.

<sup>263</sup> Idem, pp. 56 e seg.

<sup>264</sup> António Baião, “O comércio do pau-brasil”, in: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, p. 317.

Cidadão português desde 1482<sup>265</sup>, o riquíssimo Marchionni, que em 1486 foi encarregue pelo rei de financiar a expedição de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva enviados régios ao Preste João na Etiópia<sup>266</sup>, encontrava-se em Portugal desde a segunda metade do século XV, tendo chegado a Lisboa por volta de 1468 como agente dos Cambini<sup>267</sup>, como ele próprio afirma num documento de 1508 em que, devido a um processo intentado no tribunal de Génova, devia atestar a sua cidadania portuguesa: “ (...) há quarenta anos que sou em estes Reinos e aqui tenho bens de raiz, casas em esta cidade, e quintas em Caparica, (...) e aqui tenho meus filhos.”<sup>268</sup>

Nesta altura, os primeiros anos do século XVI, a actividade e a fortuna de Bartolomeo Marchionni, como teremos possibilidade de verificar, estava no auge e a sua rede comercial estendia-se ao espaço extra-europeu. Na capital portuguesa era conhecido e apreciado quer pelos estrangeiros quer pelos naturais. A este propósito, recordamos o que Afonso de Albuquerque escreve de Goa a Duarte Galvão em 1514, “ (...) lá tenho escrito a elRei que creia mais no escritorio de bertolameu com lionardo soo nelle, que em quantas feitorias e quantos feitores quá tem na Índia (...)”<sup>269</sup>, visto que os feitores e escrivãos do rei “(...) nam sabem contar dez Reaes, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem emdereçar as mercadorias omde façam fruto, nem ho mamaram no leite, nem nunca ho aprenderam.”<sup>270</sup> Em Lisboa, Piero Vaglianti, no *”Elogio del re D.Manuel”*, apresenta-o como interlocutor junto do rei português das ideias do

---

<sup>265</sup> O rei D. João II com carta datada de 12 de Julho de 1482 concede-lhe a nacionalidade portuguesa, tendo assim acesso às vantagens comerciais dos mercadores portugueses no pagamento dos impostos e no despacho das mercadorias nas alfândegas.

<sup>266</sup> Carlos Passos, *op. cit.*, p.229.

<sup>267</sup> Cf. F. Melis, “ Di alcune figure di operatori...”, p.58.

<sup>268</sup> Morais do Rosário, “O português Bartolomeo Marchionni no tribunal de Génova...”, p.108.

<sup>269</sup> *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam...*, 1884, vol. I, pp. 404.

<sup>270</sup> *Idem*, *ibidem*.

florentino Paolo dal Pozzo Toscanelli<sup>271</sup>. Desde os primeiros anos de Quinhentos temos variados testemunhos que atestam a sua riqueza, João de Barros afirma que Marchionni era “ (...) morador em Lisboa, e o mais principal em substância de fazenda (...)”<sup>272</sup>, sendo que desde o reinado de D. João II<sup>273</sup> tinha monopolizado grande parte dos resgates africanos, com o trato dos escravos que lhe foi concedido até 1487 por 6.300.000 reais. Além disso, manteve o trato dos rios da Guiné pagando 1.100.000 reais pelo período entre 1490-92 e o dobro pelos dois anos seguinte<sup>274</sup>. Viveu em Almada onde possuía as quintas da Lagoa, Alfonsine e Vale da Torre, 25 vinhas, 4 oliveiras e muitas terras<sup>275</sup>.

A colocação dos escravos nas praças de Sevilha e Valência era assegurada, respectivamente, por Giannotto Berardi, também florentino, agente de Marchionni na cidade espanhola ligado aos Rondinelli, Nicolini, Capponi, até à morte ocorrida em 1495, e pelo outro agente de Marchionni, Cesare Barzi.<sup>276</sup> Juntamente com Giovanni e Giannotto Berardi, Bartolomeo Marchionni recebe a

---

<sup>271</sup> Transcrevo apenas o trecho relativo à presença de Marchionni junto da corte portuguesa, mostrando a consideração de que o florentino gozava: “ El perchè la suo Maestà da tutto ‘l popolo cristiano ha da esser lodato e favorito come fedele e buon cristiano e merita da tutto ‘l mondo di essere favorito e stimato come perfetto e buon cristiano e d’esser principio e causa d’esaltazione e bene d’essa fede, in modo che liberamente lui merita la corona che porta in testa. E di causa e opera n’è principal cagione uno dottore in medicina, nostro fiorentino, el quale prima di strologia e di segnali de’ cieli avendo in ciò molto perduto tempo, vidde e conobbe che non era sopra alla terra uomo che me’ potese in ciò travagliarsi con più suo comodità di tal viaggio fare e mettere in opera, che la Maestà de’ re di Portogallo: e questo fu maestro Pagolo dal Pozzo Toscanelli, uomo singularissimo, el quale avvisò a un nostro fiorentino era in suo corte, nominato Bartolomeo Marchionne, di tal tratto. E lui ne fece avvisato suo Maestà, in modo al di d’oggi ha fatto un’opera di tal natura che è da essere lodato da tutto ‘l mondo”. Piero Vaglianti, *Elogio do rei D. Manuel*, publicado por Carmen Radulet e Luis Filipe F.R. Thomaz, “Fontes italianas para a História dos Portugueses no Índico”, in: *Mare Liberum*, Dezembro 1999-Junho 2000, n. 18-19, pp.253-257

<sup>272</sup> João de Barros, *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946, livro V, cap. 10.

<sup>273</sup> Deve-se destacar que em termos de política externa, D. João II adoptara uma linha de absoluta defesa da costa atlântica e da rota da Guiné da qual “eram impiedosamente expulsos espanhóis, bretões, ingleses”, cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de forças*, Lisboa, 2ª ed., 2006, p. 104.

<sup>274</sup> Cf. V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol. III, pp. 195-196. O historiador português, baseando-se nas *Cartas de Quitação* de D. Manuel reconstituiu parte da actividade económica do empreendedor florentino.

<sup>275</sup> *Armorial Lusitano: Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Ed. Enciclopedia, 1961.

<sup>276</sup> Cf., Luisa D’Arienzo, “I toscani sulla via delle Indie...”, p. 322.

16 de Julho de 1486 pelos Reis Católicos carta de seguro e salvo-conduto para “ (...) venir e enbiar a estos nuestros reinos de Castilla e Aragón sus fustas e galeas e mercaduras e esclavos e esclavas, e trabtar e comprar e vender en ellos” com a condição “ (...) que non vayan ni pasen ni enbien mercaduras nin otras algunas cosas a los moros, enemigos de nuestra santa fee católica (...) y que non saquen nin puedan sacar nin levar oro nin plata nin moneda amonedada.”<sup>277</sup>

Apesar da indiscutível fortuna em terra hispânica, o sucesso do mercador florentino consolida-se na capital portuguesa onde a sua casa comercial gozava, desde 1475, dos favores da coroa portuguesa<sup>278</sup>. A sua casa, que operava em diferentes áreas comerciais, comércio das especiarias, do açúcar, dos escravos, constituindo ponte entre o Atlântico e o Índico, incluía pessoas de confiança entre as quais o sobrinho Benedetto Morelli, o empregado Lunardo Nardi<sup>279</sup>, e o genro Francesco Corbinelli<sup>280</sup> a quem o rei D. Fernando de Aragão tinha outorgado seguro e salvo-conduto, a 3 de Setembro de 1493, juntamente com mais dois mercadores florentinos moradores em Lisboa, Giuliano Giocondi, Giovan Battista Salvestri, para “ (...) tractar, comarcar, comerciar e negociar mercantilmente en e por nuestros reynos y tierras.”<sup>281</sup>

---

<sup>277</sup> Cf. Consuelo Varela, “El entorno florentino de Cristóbal Colón”, in: *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*, p.126.

<sup>278</sup> A 28 de Fevereiro 1475 o rei D. Afonso V outorgou uma carta de protecção a favor de “Bertolameu Marchionni”, IAN/TT, *Chancelaria Afonso V*, L.30, fl.68.

<sup>279</sup> Lunardo Nardi foi feitor de Bartolomeo Marchionni tomando parte na armada de João da Nova que foi para a Índia em 1501 num navio de Marchionni, e preparou a expedição de 1502. Mais tarde, Marchionni fê-lo seu agente e feitor na Índia onde foi elogiado por Afonso de Albuquerque. Sobre o contrato Sernigi, Corbinelli, Nardi cf., IAN/TT, *Corpo Cronologico* parte II, maço 8, doc.2. Foi naturalizado português, cf. IAN/TT, *Chancelaria D. João II*, L.2, fl. 165 e recebeu carta de cavaleiro, cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel*, L.11, fl.36.

<sup>280</sup> O exaustivo estudo de V. Rau, “Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa Francesco Corbinelli...”, evidencia, através da actuação do mercador florentino, o elo de ligação entre Sevilha e Lisboa e os negócios de Corbinelli na capital portuguesa, onde chega, muito provavelmente, em 1493, com Lunardo Nardi e Girolamo Sernigi. Na Índia desde 1508, desempenhou o cargo de feitor de Goa de 8 de Novembro 1510 até 20 de Dezembro de 1515 e de 10 de Março 1518 a 22 de Novembro de 1521. Apesar de não se conhecer a data certa, parece ter falecido na Índia por volta de 1525, visto uma carta de quitação de D. João III de 31 de Janeiro de 1526 passada aos herdeiros de Francisco Corbinelli.

<sup>281</sup> Cf., Virginia Rau, “Um florentino ao serviço da expansão ultramarina...”, p. 108.

Sensivelmente nove anos após o primeiro registo de Marchionni nos livros mestres dos Cambini, temos, em Fevereiro de 1483, nos mesmos livros, o nome de Girolamo di Cipriano di Chimenti Sernigi que frequentemente encontraremos como sócio de Bartolomeo Marchionni.

Nascido em Florença a 18 de Outubro de 1453, segundo a árvore genealógica reconstruída por Marco Spallanzani<sup>282</sup>, Girolamo Sernigi ocupa também um papel de destaque na economia portuguesa das descobertas, tendo tido, igualmente, o privilégio de navegar, em 1498, na Guiné com a sua própria caravela, como se lê numa carta de Simone Verde escrita de Cadiz a 2 de Janeiro de 1499.<sup>283</sup>

Com o sobrinho Benedetto Morelli<sup>284</sup>, da antiga casa dos Morelli de Florença<sup>285</sup>, cujo antepassado Giovanni di Paolo di Bartolomeo Morelli (1371-1444) foi autor de os “*Ricordi*”, memórias descritivas da vida do mercador italiano<sup>286</sup>, Bartolomeo Marchionni explora o comércio e a produção do açúcar na Madeira desde 1498, quando o rei D. Manuel, a 21 de Agosto do mesmo ano, dando a preferência aos mercadores nacionais, abre uma excepção para os dois

---

<sup>282</sup> Cf., M. Spallanzani, *Giovanni da Empoli...*, p.110.

<sup>283</sup> P.Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana...*, p. 155.

<sup>284</sup> Em 1477 houve o casamento entre Paolo di Benedetto di Bernardo Morelli com Lisabetta di Domenico Marchionne, ASF, *Carte Dei*, mss.399.

Que Benedetto Morelli fosse sobrinho de Marchionni está também referido na carta enviada de Lisboa a 19 de Outubro de 1501 pelo diplomático veneziano Pietro Pasqualigo aos seus irmãos. A carta consta em *Raccolta Colombiana*, vol. I, parte III, p. 89.

<sup>285</sup> Assim escreve Batista Dei a 26 de Agosto 1768 a propósito da família Morelli de Florença: “L’antica famiglia dei Morelli è fregiata di una nobiltà che la rende chiara e distinta al pari dell’altre più ragguardevoli di questa città di Firenze avendo ne tempi dell’Eccelsa repubblica fiorentina goduto de primi onori per la Classe Maggiore e specialmente per 37 volte ebbe la dignità al Priorato di Libertà e otto volte al Gonfalonato di Giustizia che erano i supremi onori e gradi in questa Repubblica (...) Tutto il pregio dell’albero di questa nobil famiglia che è l’antichissima sua origine riconoscer si deve dal suo degno e celebre antenato Giovanni di Paolo di Bartolomeo Morelli che l’anno 1393 della med.a sua famiglia scrisse la storia genealogica insieme con altri avvenimenti della città nostra.” ASF, *Carte Dei*, mss. 399.

<sup>286</sup> Cf., A.Giardina e A. J. Gurevic, *Il mercante dall’Antichità al Medioevo*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1994, pp.105 e seg. Ver também A. Saponi, “La cultura del mercante medievale italiano”, in *Gli orizzonti aperti – Profili del mercante medievale* (a cura di ) Gabriella Airaldi, Scriptorium, I Florilegi X, 1997, p.143.

florentinos Marchionni e Sernigi<sup>287</sup>. Devemos, contudo, voltar a salientar que nesta altura Marchionni, enquanto cidadão português, gozava dos privilégios concedidos aos nacionais, facto este que suprime a ideia de que foi aberta uma excepção.

Aliás, será legítimo conjecturar se a entrega da nacionalidade portuguesa ao homem de negócio italiano possa ter sido um estratagema do monarca português para obviar as queixas que os mercadores nacionais levantavam frequentemente contra a ingerência estrangeira nos mercados nacionais. Esta leitura valida a ideia de que a coroa portuguesa tinha como objectivo, através das cartas de legitimação e dos casamentos com mulheres portuguesas, “prender” os mercadores estrangeiros em Portugal para que estes sustentassem com injeções monetárias os desígnios expansionistas.

É verdade que o incremento da entrega de cartas de naturalização aos estrangeiros se intensifica a partir do século XV e os frequentes casamentos entre italianos e portuguesas levam-nos a considerar terem sido bastante pragmáticas estas medidas régias.

Mas regressemos a Benedetto Morelli, sobrinho de Marchionni de cuja casa comercial era membro. Não conhecemos a data certa da sua chegada em Lisboa. No entanto, é muito provável que a sua vinda possa ter ocorrido por volta de 1498, ano do acima citado regimento régio e no momento em que o uso do açúcar, e consequentemente a exploração e o comércio da dita mercadoria, vai aumentando consideravelmente. Sabemos, de facto, que no fim do século XV a ilha da Madeira exporta 120.000 ou 130.000 arrobas de açúcar, absorvidas

---

<sup>287</sup> “E apos os da dita ylha entraram hos mercadores nosos naturaes no comto nos quaees queremos e nos apraz que caybam bertalomeu froremtim e Jeronimo seruige e amtam entraram os estrangeyros naquella parte que lhe couber(...)”, in João Martins da Silva Marques, *Os Descobrimentos...*, vol. III, p.490.

Uma carta enviada de Cadiz por Simone dal Verde, a 2 de Janeiro de 1499, noticia o privilégio que o monarca português tinha outorgado a Girolamo Sernigi permitindo-lhe navegar com uma própria caravela nas costas da Guiné. Cf. P. Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana...*, p. 155.

principalmente pelas Flandres com 40.000 arrobas, por Veneza com 15.000 arrobas, Génova com 13.000, Livorno com 6.000 e Roma com 2.000<sup>288</sup>.

Nos primeiros anos de Quinhentos encontramos toda uma série de excepções às modalidades do monopólio régio, quer no que diz respeito ao comércio do açúcar e das especiarias, quer aos percursos comerciais e às mercadorias comercializadas. Contudo, os contratos estipulados, assim como os alvarás régios emanados nesta altura, permitem-nos desenhar a intensa intervenção das casas comerciais florentinas no trato do açúcar e das especiarias orientais, contribuindo para uma extrema dinamização nestes comércios.

Entre 1501 e 1503, Benedetto Morelli encontrava-se em Veneza para tratar dos negócios do tio, como nos é confirmado pela carta do próprio Marchionni escrita em Lisboa a 20 de Setembro de 1502<sup>289</sup> e também pela relação de Lunardo Chá Masser que, vindo “(...)come semplice merchadante(...)”<sup>290</sup>, isto é, movimentando-se como agente secreto a favor da Sereníssima, devia recolher notícias sobre as navegações e comércios com a Índia. Porém, a relação de Lunardo Chá Masser confere à ida de Benedetto Morelli a Veneza uma nuance mais subtil, visto ter estado intimamente ligada a negócios encomendados pelo rei de Portugal. De facto, mal chega a Lisboa, Lunardo Cá Masser é preso e interrogado repetidamente acerca da sua viagem. A informação que o veneziano teve foi que

“(...) li fu significato a Sua Altezza da Venezia da uno Benetto Tondo Fiorentino (nevodo de Bartolamio Fiorentino, el quale fa grandissime facende nella città di Lisbona), che el veniva uno ad instancia della Signoria de Veneza, e del Gran Soldano, per veder et intender quel cose de quel viaggio d’India nel suo regno, e che la Signoria de Venezia mandave due nave carghe d’artellarie al Gran Soldano per devedere a Sua Altezza il navegar loro.”<sup>291</sup>

---

<sup>288</sup> Cf., V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol. IV, p. 84. Sobre o açúcar da Madeira cf., também, entre outros, Virginia Rau e Jorge de Macedo, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV: problemas de produção e comércio*, Funchal, Junta Geral do Distrito Autónomo, 1962.

<sup>289</sup> Marino Sanuto, *I Diarii*, Venezia, Stabilimento Visentini, 1894, vol. IV, col.544-545

<sup>290</sup> J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 51

<sup>291</sup> Relação de Cá da Masser, in P. Peragallo, *Carta de el-Rei D. Manuel ao Rei Catholico*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1892, p. 70.

Com efeito, quando em Agosto de 1499 chegou, vinda do Cairo, a notícia que caravelas portuguesas tinham alcançado Calecut, a Sereníssima avança logo com medidas diplomáticas, enviando embaixadores extraordinários à corte de Portugal<sup>292</sup> e tomando toda uma série de medidas, como por exemplo a constituição da chamada *Additio speciarum*<sup>293</sup> de 5 de Dezembro de 1502, para exorcizar o iminente perigo que, de repente, incidia sobre o comércio das especiarias<sup>294</sup>. Devemos salientar que em Veneza os primeiros efeitos negativos da primeira viagem de Vasco da Gama se fizeram sentir a partir de 1502 até sensivelmente 1505, quando o carregamento das galés venezianas em Alexandria abrandou notavelmente, reduzindo até a metade a carga de especiarias face a 1501, e em Beirute, nos mesmos anos, em lugar dos 33000 quintais importados em 1501, apenas foram carregados respectivamente, 7000, 3500 e 12000 quintais<sup>295</sup>.

O interesse no comércio do açúcar da Madeira continuava, contudo, a ser intenso e nos anos de 1509, 1510 e 1511 a exploração da ilha de Madeira foi concedida a Benedetto Morelli que, juntamente com o tio Bartolomeo, nomeia seus procuradores, a 15 de Junho de 1508, Feducho Lamaroto e Benoco Amador para que recebessem as 20.000 arrobas de açúcar que o rei lhe mandara pagar na

---

<sup>292</sup> O diplomático veneziano Pietro Pasqualigo, de facto, teve o encargo da Sereníssima a 8 de Junho de 1501 de se deslocar a Lisboa. Documento transcrito por J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p.211.

<sup>293</sup> Tratava-se de uma “comissão das especiarias” composta por 15 membros encarregue de encontrar uma solução ao problema recém-nascido.

<sup>294</sup> Sobre as medidas secretas levadas a cabo pela Sereníssima ver Paolo Preto, *I servizi segreti di Venezia – Spionaggio e Controspionaggio ai tempi della Serenissima*, Milano, Il Saggiatore, 2004.

Devemos também recordar que a 20 de Setembro de 1502 Bartolomeo Marchionni escreve de Lisboa que “Le nove son tanto e tante buone, che più dir non se ne pó”, *Diarii di Marino Sanuto...*, vol. IV, col.544

<sup>295</sup> Cf., Luís de Matos, *L’Expansion Portugaise dans la Litterature Latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 208.

A importância da rota do Levante para Veneza é continuamente salientada nos despachos ao Senado da Sereníssima, entre outros, e como exemplo, em Fevereiro de 1502: “Essendo el viajo nro da Damasco capo et principal de tutti li altri viagi per lo qual tutti li altri ne recebe beneficio et emolumento, che manchando quello per consequentia tutti li altri veneriano à patir grandemente”, in ASV., Senato Mar, registro 15, fólio 108, cf., J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 217.

ilha da Madeira<sup>296</sup>. A 10 de Março de 1509, uma provisão régia ordenava que Francisco Álvares, provedor da fazenda da Madeira, entregasse a Benedetto Morelli 20.000 arrobas de açúcar como parte das 40.000 arrobas que o mercador florentino devia receber como pagamento dos 1636 quintais, uma arroba, 14 arráteis e oito onças de pimenta<sup>297</sup>. Sensivelmente um ano depois, o alvará régio de 17 de Abril de 1509 manda entregar as 20.000 arrobas de açúcar que Marchionni e Benedetto Morelli ainda tinham para receber como conclusão do pagamento das 40.000 arrobas<sup>298</sup>.

A 19 de Julho de 1509, outro membro da família Morelli chega a Lisboa, Giovanni Morelli, e após um mês da sua chegada constata que se encontravam em Lisboa, além dos conhecidos e abastecidos mercadores florentinos, muitos jovens, também florentinos, à espera da sua oportunidade para seguir para a Índia<sup>299</sup>.

Nas cartas enviadas para Florença ao amigo Giansimone Buonarroti, Giovanni Morelli refere que Benedetto se encontrava, provavelmente, na Madeira por causa do negócio do açúcar: “ (...) che la tratta di detto zucchero è sua, che l’è chonperata dal re di Portoghallo per 3 anni.”<sup>300</sup> De facto, com uma procuração de 2 de Maio de 1509, Marchionni envia o sobrinho à Madeira para receber o açúcar que o rei lhe tinha desembargado<sup>301</sup>. Através da leitura dos alvarás régios passados aos contadores da fazenda da Madeira podemos concluir

---

<sup>296</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 14, doc. 150.

Recordamos que em 1507 uma sociedade composta por Benoco Amador, Quirio Catanho e alguns portugueses tinha arrendado a alfândega e os quartos da ilha da Madeira. Cf. V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol. IV, p.77.

<sup>297</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 17, doc. 14.

<sup>298</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 17, doc. 27.

<sup>299</sup> Cf., *Carteggio indiretto di Michelangelo...*, p. 16. Carta de 25 de Agosto 1509.

<sup>300</sup> As cartas encontram-se em Marco Spallanzani, *Mercanti fiorentini nell’Asia portoghese...*, pp. 42-46. Todas as cartas em *Carteggio indiretto di Michelangelo* (a cura di) R. Ristori- K.Loach Bramanti- P. Barocchi, I, Firenze, 1988, Carta de 25 de Agosto de 1509, p.15.

<sup>301</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 17, doc. 49.

A 15 de Setembro de 1509 Benedetto Morelli recebe 12.118 arrobas de açúcar por Fernão Gil, recebedor da alfândega do Funchal. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 18, doc. 123.

que Marchionni e Morelli depositavam pimenta na Casa da Índia contra pagamento em açúcar<sup>302</sup>.

No estudo de G. Pampaloni citado no primeiro capítulo do nosso trabalho, o autor identifica a grande casa comercial para onde Giovanni Morelli entrara, mal tinha chegado a Lisboa, como sendo a de Benedetto Morelli. É muito provável, no entanto, que a casa comercial fosse a de Marchionni, visto que Benedetto trabalhava para o tio e não parece ter possuído uma casa comercial própria.

Tenha-se igualmente em atenção que a actividade comercial do opulento mercador florentino abrangia o trato das especiarias da Índia, sendo interessante verificar os conhecimentos e as capacidades comerciais destes mercadores – mais uma vez realçamos o facto de a casa de Marchionni trabalhar por conta própria, contando com funcionários capazes – para estabelecer redes comerciais que acolhem produtos do Atlântico e do longínquo Oriente.

No sentido de se percepção a ingerência florentina no comércio oriental devemos ter em atenção a reacção de Florença face à abertura da rota do Cabo. De facto, se a nova rota marítima tinha surpreendido e preocupado Veneza que, a partir deste momento desenvolve uma potente máquina diplomática, Florença colaborava com a coroa portuguesa quer em termos de capitais disponibilizados, quer em termos de recursos humanos. A participação ao lado de portugueses nas numerosas expedições efectuadas após a viagem de Vasco da Gama, e a adopção

---

<sup>302</sup> Documentos do *Corpo Cronológico* corroboram a nossa afirmação: o alvará régio de 20 de Janeiro de 1510 para os contadores da fazenda levarem em conta aos almoxarifes da Madeira 13.042 arrobas e 18 arráteis de açúcar que entregaram a Benedetto Morelli, em parte das 20.000 arrobas que eram devidas pela pimenta que entregou na casa da Índia. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 29, doc. 65. A 22 de Fevereiro de 1510 foi dado conhecimento que Benedetto Morelli, através do seu feitor Bartolomeu Luís, recebeu de Antão Alvares almoxarife de Machico ilha da Madeira, 2446 arrobas e 23 arráteis de açúcar e as restantes de outros oficiais para perfazer a quantia em dívida. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 21, doc. 13. Ainda foi dado conhecimento, na mesma data, que Benedetto Morelli recebeu de Fernão Gil almoxarife dos quartos da ilha de Madeira, 12.118 arrobas e 24 arráteis de açúcar branco por conta da dívida da pimenta. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 21, doc. 14. O Rol dos produtores que pagavam o quarto a Benedetto Morelli em 1509-1511 encontra-se em IAN/TT, *Núcleo Antigo* 904.

de uma atitude de cooperação e participação, vencida a desconfiança, foi, muito provavelmente, uma das razões da preponderância da comunidade florentina do início de Quinhentos em Lisboa. De facto, ao longo das primeiras décadas do século XVI o comércio com o Oriente proporcionou lucros notáveis, e os mercadores que tinham arriscado participar com investimentos próprios, enriqueceram rapidamente. Por isso, apesar da instituição do monopólio régio a partir de 1506, destinado a regulamentar um comércio que se ia tornando anárquico, os mercadores florentinos, que dispunham de capitais e que os utilizavam para armar navios, não sofreram particularmente as consequências, visto que para eles eram abertas continuamente excepções.

A armada de 1501, capitaneada por João da Nova, era constituída por quatro naus, duas das quais pertenciam à coroa portuguesa, uma, a nau Anunziata, era de propriedade de Bartolomeu Marchionni contando com a participação de Girolamo Sernigi e o outro navio foi armado por Dom Álvaro, irmão do Duque de Bragança, e pelo genovês Antonio Salvago<sup>303</sup>. Nesta ocasião,

---

<sup>303</sup> Da famosa família genovesa dos Salvago, Antonio Salvago exerce uma actividade comercial em Lisboa estreitamente ligada aos florentinos, alcançando um grande sucesso. É possível reconstruir alguns dos momentos mais significativos da sua presença em Portugal através da documentação existente nos arquivos portugueses e italianos. De uma carta de João Francisco Affaitati a Domenico Pisani, embaixador veneziano em Espanha, datada de 26 de Junho de 1502, sabemos que A. Salvago foi, provavelmente, armador da expedição chefiada por Pedro Álvares Cabral, juntamente com “il signor Alvaro, in compagnia di de Bortolo fiorentino, et Hironimo, et uno genovês” in Marino Sanuto, *I Diarii...*, vol.IV, col.66. A actividade de Antonio Salvago em Lisboa é-nos confirmada por Lunardi Nardi, funcionário da casa comercial de Bartolomeo Marchionni que, através de uma carta de 20 de Setembro de 1502 informa que se estava à espera dum navio de Antonio Salvago “*biscainha de 250 a 300 toneli*”, in Marino Sanuto, *I Diarii...*, vol. IV, col. 547.

Homem de negócios, Antonio Salvago manteve cargos junto da coroa portuguesa sendo tesoureiro da rainha D. Maria, esposa do rei D. Manuel, como se lê na carta de quitação passada pelo rei D. Manuel, em 1520, em que se noticia a recepção de 10.553.600 reis por “ (...) Antonio Salvago, thesoureiro que foi da dita Senhora (...)”, in A. Braamkamp Freire, “Cartas de quitação del Rei D. Manuel”, in: *Arquivo Histórico Portuguez*, vol. I, p. 357. Antonio Salvago exercia função de cônsul da República de Génova em Lisboa, tendo uma boa relação quer com a coroa portuguesa quer com os seus conterrâneos em Lisboa. De facto, a 16 de Dezembro de 1516 uma carta do governo genovês exorta-o a pedir desculpas junto de D. Manuel pela captura dum navio de mercadorias português por parte dum navio pontifício capitaneado por Benedetto de Castiglione, e Quilico Cattaneo, morador em Génova, nomeiando-o seu procurador para tratar de questões relativas a negócios que mantinha na capital portuguesa. Cf., D. Giuffré, *Documenti sulle relazioni fra Genova e Portogallo...*, p. 247, 251.

Marchionni tinha organizado uma sociedade com os mais importantes homens de negócio de que foi eleito chefe.

Atento observador e diligente narrador, o mercador Girolamo Sernigi difunde em Itália, através de duas cartas enviadas de Lisboa, as primeiras notícias relativas ao regresso de Vasco da Gama da Índia. Nestas regista os lugares de abastecimento das mercadorias, os preços das mesmas, as moedas que circulavam naqueles lugares e as mercadorias mais procuradas<sup>304</sup>. A lucidez da relação de Girolamo Sernigi evidencia a intuição do mercador relativamente às potencialidades do novo comércio com o Oriente que, passados poucos anos, em 1510, alcançará Malaca. O facto de residir em Lisboa e de ter presenciado o sucesso da viagem de Vasco da Gama estimula a sua participação, como já adiantámos, na expedição de 1500 sob o comando de Pedro Álvares Cabral. Domenico Pisani, orador veneziano em Espanha, noticia, em 1501 à Senhoria de Veneza, a chegada ao porto de Lisboa do navio de Marchionni cujo carregamento constava de “ (...) piper, cantera 300; canella, cantera 120; lacha, cantera 60; benzui, cantera 15; garofali non hanno, perchè mori gli haveano levati; neanche zenzeri, perchè a Cuchin, dove hanno cargà, non ne hè, ma nasce a Caliquit.”<sup>305</sup>

A expedição de 1502 de Vasco da Gama conta com um navio do empreendedor florentino comandado por Giovanni Buonagrazia que, de Bruges, tinha chegado a Lisboa para trabalhar com Marchionni. No navio comandado

---

Uma carta de Antonio Salvago ao rei português salienta a capacidade do genovês na gestão dos negócios e o conhecimento do meio comercial em que estava envolvido. De facto, o genovês adverte o rei que “*acerca do negocio em que se praticara do gengibre se vender aos cordovezes se não fizera nada por serem homens que quanto elle entendia se acabava o negocio antes comesar*”. IAN/TT, *Cartas missivas*, maço 3 doc. 35 (Carta de 18 de Janeiro, ano ilegível). Por outro lado, os familiares de Antonio Salvago gozavam de posições privilegiadas em Portugal, sendo o irmão Nicolau cónego da Sé de Coimbra e outro irmão, Lucas Salvago, grande produtor de açúcar e procurador de Antonio na Madeira. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 6, docs. 1 e 31.

<sup>304</sup> A importância atribuída, na altura, às cartas de Sernigi é testemunhada pela sua publicação, em 1507, na colectânea de Francanzio de Montalboddo, *Paesi nouamente ritrovati & Novo Mondo da Alberico Vesputio Florentino intitulado*.

<sup>305</sup> Marino Sanuto, *I Diarii...*, vol.IV, col.104.

pelo capitão florentino, também embarcaram Matteo da Bergamo, agente do também muito rico João Francisco Affaitati<sup>306</sup>.

Em 1503 entra no porto de Lisboa a embarcação Anunciada, que João de Barros define como “(...) das maes fermosas velas que se vio em toda Europa (...)”<sup>307</sup> e que João Francisco Affaitati indica ter sido construída em Génova, “di 1400 botte e 800 tonelli”<sup>308</sup>. A 6 de Abril de 1503 encontramos o mercador florentino como armador dum navio da expedição de Afonso de Albuquerque na companhia de Girolamo Frescobaldi e Filippo Gualtierotti di Bruges. Na mesma frota de quatro navios, Santiago, Santo Espírito, São Cristóvão e Catherina Dies, ia embarcado um número significativo de mercadores florentinos. Ainda, a 25 de Março de 1505, um grupo de comerciantes italianos chefiados por Marchionni, participa, com um investimento de 29.400 cruzados, na equipagem de dois navios da expedição capitaneada por D. Francisco de Almeida.

Devemos aqui referir, comprovando-se a versatilidade nos negócios dos italianos, que Marchionni, a 30 de Junho de 1505, isto é, apenas alguns meses passados após ter participado na armação de dois navios para a Índia, concluía um contrato com o rei para a compra de barris de atum no valor de 1.310.504 reais, correspondendo acerca de 4730 atuns, uma quantia que, na avaliação de V. Magalhães Godinho, valia mais do que uma nau<sup>309</sup>.

Como já adiantámos, os capitais dos magnatas florentinos são investidos na armada de 1510 capitaneada por Diogo Mendes de Vasconcelos rumo a Malaca. Fontes italianas salientam o papel de Girolamo Sernigi nas quatro

---

<sup>306</sup> Cf. M. Spallanzani, *Mercanti Fiorentini...*, p.24.

<sup>307</sup> João de Barros, *op. cit.*, livro VI, cap. VII.

<sup>308</sup> Cf. P. Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana...*, p. 106, n. 3. A chegada dos navios da Índia carregados de especiarias é também noticiada ao Senado da Sereníssima a 7 de Outubro de 1503 com uma certa preocupação. ASV, Senato Mar, Registro 16, fólio 22, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugall...*, p.219.

<sup>309</sup> V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol. IV, p. 128.

naus<sup>310</sup> e afirmam que a bordo iam “ (...) chapitano el fratello di Chimenti Sernigi, e Lionardi Nardi va fattore di dette 4 nave, e Piero Strozzi va iscrivano d’una, e Cipriano Sernigi va iscrivano d’un’altra, che é fratello di Christofano Servigi (...)”<sup>311</sup>, todos eles florentinos. Na mesma expedição embarca Giovanni da Empoli que parte como feitor de Malacca com Lionardo Nardi a 16 de Março de 1510 “ (...) ed ebbono dal re un bellissimo partito, per essere paese nuovo, dove non s’era più navichato.”<sup>312</sup> O regresso de Giovanni da Empoli ocorreu a 22 de Agosto de 1514, “ (...) chon grande riqueza e con grande honore.”<sup>313</sup>

No testamento que Giovanni da Empoli redige a 4 de Abril de 1515, antes de iniciar a sua terceira longa viagem para o Oriente a bordo do navio Spera que o devia levar até Sumatra para exercer funções de feitor do rei de Portugal, o mercador florentino informa que o armador dos quatro navios da armada de Diogo Mendes de Vasconcelos, juntos a salvamento e carregados de pimenta, era, de facto, Girolamo Sernigi. O próprio Giovanni da Empoli tinha participado nesta viagem com 7.000 escudos de ouro. Nesta primeira década de Quinhentos a fortuna e a fama de Girolamo Sernigi era reconhecida também pelo rei de

---

<sup>310</sup> *Raccolta Colombiana*, Roma, 1892, parte III, vol. I, p. 215: carta enviada ao irmão Luigi a 17 de Junho de 1512 por Francesco Guicciardini: “Girolamo vi mandò 4 navi (a Malaca)”. Notícia recolhida em Carmen Radulet, *Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente...*, p.75, n. 41.

<sup>311</sup> Carta de 5 de Janeiro de 1510 escrita de Lisboa por Giovanni Morelli a Giansimone Buonarroti, in *Carteggio indiretto di Michelangelo...*, p. 18.

Queremos chamar a atenção para o facto de acharmos bastante improvável, de acordo com a sugestão de M. Spallanzani e C. Radulet, que o mencionado irmão de Chimenti, segundo sugere Giovanni Morelli na sua carta, fosse Girolamo Sernigi. As razões que nos levam a concordar com a hipótese sustentada pelos historiadores acima referidos, tem a ver, primeiro, com a idade avançada do comerciante florentino que, na altura com 57 anos, rico e afamado, não ia participar numa viagem cujos riscos se tinham revelado altíssimos; em segundo lugar, o próprio Giovanni Morelli escreveu a carta em Janeiro e, até a partida da armada, em Março, muita coisa podia ainda ter mudado; em terceiro lugar, é estranho que na relação de Giovanni da Empoli, embarcado na mesma armada, não apareça alguma referência à presença de Girolamo Sernigi. É portanto, mais provável, que o citado irmão de Chimenti, fosse, na verdade, Dionigi Sernigi, o irmão mais novo de Girolamo, na altura com 46 anos de idade. Esta hipótese é corroborada pela notícia que aparece na *Relação das Nãos e Armadas da Índia*, (leitura e anotações de Maria Hermínia Maldonado), Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, p. 25, onde se lê “Misser Cernige armador” sendo que a parte sublinhada *Misser* remete para a glosa marginal com a seguinte informação: “Outra relação lhe chama Diniz Cerniche armador da não em que ia”.

<sup>312</sup> M. Spallanzani, *Vita di Giovanni da Empoli...*, p. 106.

<sup>313</sup> *Idem*, p.107.

Portugal que, a 25 de Maio de 1511, lhe confere os privilégios dos naturais do reino pelo facto de o florentino residir há muito em Portugal e pelas óptimas informações sobre a sua linhagem<sup>314</sup>. Quatro anos mais tarde, a 4 de Julho de 1515, D. Manuel autoriza Girolamo Sernigi a utilizar o brasão de família, confirmando-lhe, a ele e aos seus descendentes, todos os privilégios concedidos<sup>315</sup>.

Apesar de a pimenta, logo seguida pelo gengibre, a canela, o cravo, a maçã e a noz, ser o principal produto do comércio indiano, havia uma quantidade de mercadorias miúdas que constituíam a carga de retorno das naus da Índia, cuja liberdade de compra foi reforçada com a carta régia de Junho de 1510 em que o rei, além do soldo mensal de 500 réis para alimentação, dava a oportunidade, aos que se embarcassem, de comprarem livremente: “ (...) todo aljofare, pedraria, panos de toda a sorte, posto que sejam de seda, allmiscar, ambre e benjoym, e porcelanas, e todas outras mercadoryas que na terra ouver (...)”<sup>316</sup>, com exclusão das especiarias, drogas, anil e lacre que eram de monopólio régio. Entre estas mercadorias, as pedras preciosas eram as mais procuradas. Salientemos que os rubis, com as suas variedades, as safiras, os jacintos, as turquesas, os topázios, os aljôfares e os diamantes constam, frequentemente, entre os bens que os mercadores deixavam em herança a seus familiares. Era, de facto, usual a compra, por parte de mercadores italianos, de jóias e pedras preciosas orientais

---

<sup>314</sup> “Havendo Nos respecto aos serviços que temos recebido, e ao diante esperamos receber de Geronjmo Cerniche, Frolemtim, morador estante nesta nosa cidade de Lixboa, e ao muito tempo que nella está, e isso mesmo polla emformaçam que temos de sua boa linhagem(...)temos por bem e fazemollo cidadão da ditta cidade(...)e lhe seram gardados seus privilegios, franquezas, honras, liberdades tam emteiramente, como os ditos cidadãos, e com as premynencias que eles teem e devem teer(...). E Nos praz que o dito Geronjmo Ceniche entre nos pelouros e regimento da camara da dita cidade pela propria maneira que costumam fazer os ditos cidadãos(...)”, IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel*, l.41, fl.30, in P. Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana...*, p.158.

<sup>315</sup> IAN/TT, *Livro 5º dos Místicos*, fl. 179v.

<sup>316</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 8, doc. 68, publicada por A.B. de Bragança Pereira in Arquivo Português Oriental (nova ed.), t. IV, vol. I, parte I, Bastorá, 1937, pp. 348-350. Sobre o assunto cf. Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia...*, 1º capítulo.

como se comprova no *Livro das Partes das Cousas Meudas (1506-1508)*<sup>317</sup>. Sabemos que o próprio Giovanni da Empoli tinha adquirido pedras preciosas e jóias<sup>318</sup>, e que também Giovanni Buonagrazia, o já mencionado feitor de Marchionni na armada de 1502, comprara pedras preciosas na sua viagem a Índia, nomeadamente granadas, topázios e jacintos<sup>319</sup>, que Piero Strozzi<sup>320</sup> entregou a Giovanni da Empoli o qual, por sua vez, as passou a Lucas Giraldi antes de deixar Lisboa, em Abril de 1515, para a sua última viagem ao Oriente.

Na costa do Coromandel, o porto de Pulicate era um importante centro de comércio de especiarias e de pedras preciosas e Andrea Corsali na sua carta de 6 de Janeiro de 1516 informa que Piero Strozzi comprou ali “ (...) un bellissimo diamante chiaro e netto in rocca, qual pesó caratti 23. ”<sup>321</sup>

---

<sup>317</sup> Registe-se a aquisição, a 30 de Julho de 1507, por parte de um veneziano cujo nome nunca é mencionado, de 254 jacintos de duas onças, três peças de âmbar, vinte meticais de aljófares, 366 jacintos de quatro onças e uma oitava, 91 jacintos de uma onça, 13 laquecas, 29 jacintos de oito onças, 5 safiras de água, 1 topázio encastonado num anel de prata, 27 topázios pequenos, 94 jacintos de uma onça e uma oitava, 60 graões de aljófares de vinte e dois quilates, 8 graões de aljófares de sete quilates, 14 turquesas pequenas, 18 topázios e 2 olhos-de-gato, 41 rubis finos, 68 espinelas, 3 turquesas, 3 diamantes falsos e 1 turquesa, 4 rubis de três quilates, 1 granada, 8 diamantes pequenos, 53 jacintos grandes e finos, 346 jacintos forados, 10 onças de aljófar, 3 onças e ¼ de onça de rubi *pera botyqua*, 20 jacintos de uma onça menos 1/8, além de panos, almíscar e aloé. Cf. Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia...*, pp. 24-56.

<sup>318</sup> “una coppa d’oro piena di rubini, turchine, diamanti, con una perla grossa di sopra et chon quarantadue perle piú pichole abasso (...). Simil una chrocie d’oro chon cimque perle et 5 rubini et piú diamanti (...). Simil dua topazi ghramdi in anelli d’oro et una turchina leghata in oro. Simil sedici anelli d’oro chon rubini ghramdi et picholi; et imtr’essi uno ochio di ghatta, et dua altri rubini in anelli et una zafira in anello et dua zafire ghramde scolte (...) et umdici perle ghrosse tomde et cimque piú pichole, et piú granate quatomila et piú perle trecento dicasette piú pichole (...), et piú un altro anello, chon uno rubino buono (...) et piú di rubini picholi di tre sorte undicimila quattrocento, et onze dodici perle da pigiare” In: A. Giorgetti, “Testamento di Giovanni da Empoli...”, p. 328. Sobre os diamantes importados das Índias portuguesas no séc. XVI cf., Nuno Vassallo e Silva, “The Portuguese Gem Trade in the Sixteenth Century”, in *Jewellery Studies*, 6, 1993, pp. 19-28. Pode-se calcular que, entre 1580 e 1640, as pedras preciosas representam o 14% do valor dos navios da carreira da Índia. Cf. Francesca Trivellato, “Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, hindous de Goa – Réseaux marchands et échanges interculturels à l’époque moderne”, in *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 2003/3, p. 591.

<sup>319</sup> Cf., A. Giorgetti, “Testamento di Giovanni da Empoli...”, p.328.

<sup>320</sup> Piero Strozzi, florentino, nascido a 11 de Março de 1484, parte para a Índia na armada de Março 1510, uma viagem bem documentada nas fontes portuguesas pela importância dos acontecimentos. Cf., Marco Spallanzani, *Mercanti fiorentini...*, pp.181-235.

<sup>321</sup> G.B. Ramusio, *Delle Navigazioni et Viaggi*, Venetia, Giunti, 1553, vol.I, fl.195.

Ao esmiuçarmos os comércios dos florentinos que orbitavam à volta da casa de Marchionni e ao verificarmos a intervenção do magnata florentino nos negócios portugueses, reconhecemos que a participação dos mercadores italianos neste espaço comercial abrangia sectores diferenciados, facto que, além de todas as vantagens que uma tal economia trazia, simplificava, por vezes, os circuitos de pagamento evitando o recurso ao dinheiro. Recordemos, com efeito, que o açúcar constituía meio de pagamento para a compra da pimenta e acrescentamos uma ordem do rei D. Manuel datada de 11 de Julho de 1511, informando o tesoureiro e escrivães da Casa da Índia sobre o acordo estipulado com Bartolomeo Marchionni que pagava em sedas, brocados e panos de lã, a compra de 8.500 cruzados de pimenta ao preço de 22 cruzados o quintal<sup>322</sup>. Um alvará de 2 de Abril de 1519 certifica que Marchionni também recebia uma parte na renda da sisa dos panos de Lisboa relativa ao ano de 1517<sup>323</sup>.

Estas notícias relativas ao comércio de Bartolomeo Marchionni no sector dos tecidos permitem-nos estabelecer a data da morte de Bartolomeo Marchionni por volta de 1537, avaliando, assim, a hipótese de Carlos Passos o qual afirma que o mercador florentino ainda vivia em 1532. Nesse sentido, podemos, eventualmente, considerar um lapso a nota do *Armorial Lusitano* ao referir o falecimento do mercador florentino em Outubro de 1527. De facto, a data de 1527 pode ter sido facilmente trocada por 1537. Atente-se que quando o rei D. João III, ao enviar presentes para o rei de Cambão, recomendou ao vedor da fazenda, o Conde de Castanheira, que também fosse enviado como presente uma meia dúzia de panos de armar. O vedor responde dizendo que tinha recebido por Bartolomeu Florentim três panos de armar representando o Papa com os cardeais e os profetas e que não achava conveniente oferecê-los aos mouros<sup>324</sup>.

---

<sup>322</sup> IAN//TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço10, doc.73.

<sup>323</sup> IAN//TT, *Cartas Missivas*, maço 3, n. 715.

<sup>324</sup> Cf. Sousa Viterbo, *Artes e artistas em Portugal*, Lisboa, Ferin, 1920, p. 93.

Bartolomeo Marchionni foi sepultado no Mosteiro de S. Domingos, na capela do Santo Cristo onde comprou jazigo perpétuo para si e seus descendentes.

Foi, portanto, um grupo de florentinos chefiados por Bartolomeo Marchionni e com a intervenção do lombardo João Francisco Affaitati “ (...) a cogliere le primizie dei commerci indiani, e sotto l’egida della bandiera reale del Portogallo.”<sup>325</sup> Estes mercadores intervieram primeiramente na praça de Lisboa de Quinhentos alargando, sucessivamente, a participação a outras casas comerciais, nomeadamente florentinas, espalhadas também no estrangeiro.

Não obstante terem-se casado com mulheres portuguesas, não há rastros significativos de descendentes de Bartolomeo Marchionni e Benedetto Morelli<sup>326</sup>. O que se sabe é que terão actuado, principalmente no Oriente português.

Vejamos um pouco em detalhe o que terá acontecido com os seus herdeiros. Maria Marchone, a filha que Marchionni teve de Catarina Dias<sup>327</sup>, mulher solteira, foi legitimada a 1 de Março de 1496<sup>328</sup>, e Pêro Paulo, o filho que teve de Leonor Eanes foi legitimado em 1506. No mesmo ano foram legitimados os outros filhos de Marchionni, Leonardo, Belchior e Domingos. Pêro Paulo em 1518 capitaneou a nau Anunciada que fazia parte da frota de Diogo Lopes de Sequeira na sua viagem para a Índia e deve ter ficado a residir em Mazagão<sup>329</sup>.

---

<sup>325</sup> Prospero Peragallo, *La Bibbia dos Jerónimos...*, p.24.

<sup>326</sup> No que diz respeito a Benedetto Morelli, um alvará passado por D. João III a 19 de Dezembro de 1537 notifica que os contadores da fazenda levassem em conta aos herdeiros de Benedito Morelli que foi rendeiro da Ilha da Madeira em 1516 e 1517, 500 arrobas de açúcar que o rei D. Manuel lhe perdoara. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 60, doc. 46.

<sup>327</sup> Note-se que o nome de Caterina Dies recorre frequentemente na vida de Bartolomeo Marchionni pelo que podemos hipotizar ter a mulher de Bartolomeo parte activa nos negócios do marido: recordamos o navio da armada de 1503 de seu nome Caterina Dies e referimos os créditos que a dita Caterina Dies mantinha com o genovês Cristoforo Imperiale que a 27 de Setembro de 1514 nomeia seus procuradores em Lisboa Giovanni de Odonio e Battista Grimaldi para recuperarem o dinheiro. Anos mais tarde, a 15 de Abril de 1516, Cristoforo Imperiale adjudica a Nicola Doria os créditos que ainda mantinha com Caterina Dies. Cf. C. Giuffré, *op. cit.* p. 254 e 259.

<sup>328</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel, L. 1 de Legitimações*, fl. 125.

<sup>329</sup> BNCF, *Libri di Commercio Capponi*, L. 11, fl.317.

Na armada de 10 de Março de 1551 para a Índia, Pero Paulo é capitão da Nau Santa Cruz<sup>330</sup>.

Nos *Libri di Commercio* dei Capponi, aparece o nome de um herdeiro de Bartolomeu, Marchione Marchionni<sup>331</sup>, e a documentação consultada aponta para o facto de os descendentes de Marchionni terem ido para a Índia. De facto, os filhos Belchior e Duarte navegaram para a Índia, respectivamente em 1530 e 1533, e a Belchior Marchionni, filho de Pêro Paulo foi concedido o título de Fidalgo escudeiro a 4 de Março de 1553<sup>332</sup>. Pensamos que devem ter permanecido no Oriente e aí criado família porque temos conhecimento de que foi entregue a Francisco Marchone a capitania de Barcelor (1617?) e que foram concedidas a Maria Marchone, por carta de 23 de Março 1601, duas viagens de Maluco “ (...) pelos servjços que fés na índia seu marido lionel de lima fidalgo que foj da caza.”<sup>333</sup> Deve tratar-se da mesma Maria Marchionni que, em 1613, era regente de um colégio em Goa<sup>334</sup>. Outro descendente de Bartolomeu Marchionni, Luís, fidalgo da Casa Real, era tesoureiro do fisco de Goa, cargo que ainda conservava em 1588 quando pede para o filho, Bartolomeo Marchionni, a sucessão no cargo aquando do seu falecimento, como se sabe através de uma carta que os inquisidores de Goa enviam, em 1588, a Sua Majestade para que “(...) fizese merce de favorecer a Luis Marchione fidalguo de sua caza que serve ha 18 anos ou 20 de tisoreiro do fisco da dita cidade tendo antes disso servido muitos anos nas cousas do estado a qual pede o dito officio pera soceder nelle depois de seu falecimento hum filho seu per nome bertolameu marchione.”<sup>335</sup>

---

<sup>330</sup> Cf., A. Braamcamp Freire, *Emmentia da Casa da Índia*, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1907, p. 19.

<sup>331</sup> BCNF, *Libri di Commercio Capponi*, L. 15, fl 28.

<sup>332</sup> BNL, *Fundo Geral, Livro das Moradias*, Cód. 10615, fl. 151.

<sup>333</sup> *Registo da Casa da Índia*, (intr. por Luciano Ribeiro), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, vol. 1, 1954, p. 466 e 343.

<sup>334</sup> Informação gentilmente cedida pelo Doutor Gonçalo Nemésio.

<sup>335</sup> BNL, *Pombalina* 644, fl. 234.

**Quadro 1** Actividades desenvolvidas pelos descendentes de Bartolomeo Marchionni

<b>Nome</b>	<b>Actividade</b>	<b>Lugar</b>	<b>Ano</b>
Bartolomeo Marchionni	Mercador-banqueiro	Lisboa	1468-1537
Pêro Paulo	Capitão	Índia	1518
	Capitão	Índia	1551
Belchior	Capitão	Índia	1518 e 1530
Duarte	Capitão	Índia	1530
Belchior (filho de Pêro Paulo)	Fidalgo escudeiro	Índia	1553
Luís Marchionni e filho Bartolomeo	Tesoureiro do fisco	Índia	1590
Maria Marchionni	Regente colégio de Goa	Índia	1613

Após o falecimento de Bartolomeo Marchionni, constatamos, (Cf. Quadro 1) que a famosa casa comercial florentina já não tinha o peso de outrora na economia portuguesa. Contudo, assiste-se a uma integração dos herdeiros de Bartolomeo Marchionni na sociedade portuguesa, nomeadamente porque vão ocupar lugares no sistema administrativo da coroa.

Como temos vindo a referir, a rede dos negócios florentinos ramificava-se através da casa Marchionni, em cuja órbita gravitavam mercadores particulares e familiares de Bartolomeo, e através de outras abastadas casas comerciais cuja estrutura e organização permitia uma estreita colaboração, alcançando-se deste

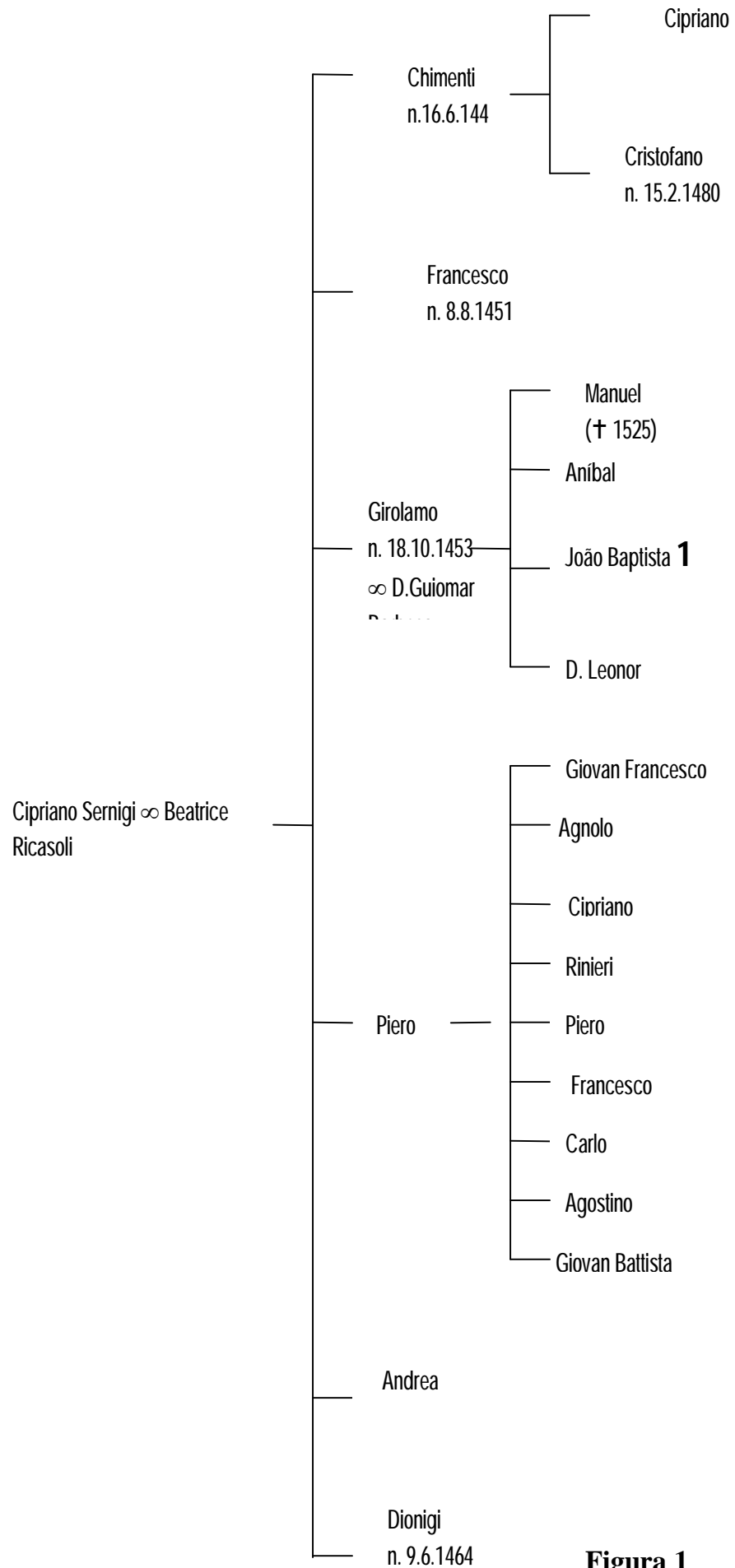
modo, os seus interesses comerciais. Já adiantámos a participação de Girolamo Sernigi em negócios com Marchionni, destacando-se a interligação dos capitais florentinos nos negócios portugueses. Uma das peculiaridades da casa Sernigi é representada pelo número de membros oriundos da mesma família que participam na casa comercial. Se, por um lado, este facto constitui um caso paradigmático de identificação entre casa comercial e família, por outro lado, torna necessário traçar um breve percurso das redes familiares que incluem, além dos directos descendentes de Girolamo Sernigi, um conhecimento da descendência dos irmãos de Girolamo. A família dos Sernigi, com efeito, contava em Lisboa com muitos elementos, e, além do conhecido Girolamo<sup>336</sup>, estavam estabelecidos na capital portuguesa três dos irmãos dele, Chimenti, Francesco<sup>337</sup> e Dionigi<sup>338</sup>, que deixaram uma numerosa descendência em terras portuguesas. Em Florença, terra natal dos Sernigi, ficaram os outros dois irmãos de Girolamo, Piero e Andrea Sernigi. (cf. Figura 1)

---

<sup>336</sup> Notícias sobre a genealogia da casa Sernigi em IAN/TT, *Genealogias Manuscritas*, 21- F- 25

<sup>337</sup> A 9-11-1514 temos conhecimento do substabelecimento que fez Francisco Sernige, dos poderes da procuração que lhe fizera Brites Álvares, para João Rodrigues receber do almoxarife de Lamego 49.700 reis. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 53, doc. 5.

<sup>338</sup> Através da árvore genealógica parcial da família Sernigi que M. Spallanzani apresenta no seu estudo *Giovanni da Empoli...*, p.110, temos conhecimento das datas de nascimento de alguns dos irmãos Sernigi: Chimenti 16 de Junho de 1448; Francesco 8. de Agosto de 1451; Dionigi 9 de Junho de 1464.



**Figura 1**  
Árvore Genealógica de  
Girolamo Sernigi e irmãos.

Fontes italianas confirmam a presença dos irmãos de Girolamo Sernigi em Lisboa, nomeadamente, a carta que o mercador Matteo da Bergamo escreve de Moçambique ao conde Giovan Francesco Affaitati, a 30 de Março de 1503, em que envia cumprimentos a Girolamo e Dionigi Sernigi<sup>339</sup> e a carta de 29 de Janeiro 1514 que Andrea Strozzi envia ao filho Piero, o qual se encontrava no Oriente há três anos, onde cumprimenta Girolamo, Dionigi, Cipriano, e Francesco Sernigi. Da análise desta documentação se infere que os irmãos Francesco e Dionigi eram mercadores activos na praça de Lisboa. Sabemos que Dionigi o é pelo menos desde 1503. No que diz respeito a Cipriano, sobrinho de Girolamo Sernigi, filho do seu irmão Chimenti, participou na expedição de 1510 tendo o cargo de escrivão, como aliás já referimos. Cipriano tinha mais um irmão, Cristofano. (cf. Figura 1)

Olhando para a descendência de Girolamo Sernigi, as fontes apontam para o afastamento dos seus filhos da actividade paterna que, no entanto, foi garantida por Francesco di Andrea Sernigi como evidenciado nos livros de comércio dos Capponi<sup>340</sup>. Encontrámo-lo, com efeito, em Lisboa, em 1544, onde mantinha relações comerciais com a Casa Affaitati sediada em Antuérpia<sup>341</sup>. Difícil averiguar a identidade de Francesco Sernigi que, contudo, podemos identificar como sendo sobrinho de Girolamo Sernigi, um dos numerosos filhos do irmão Andrea. (cf. Figura 1)

Do casamento com D. Guiomar Barbosa, filha de Gonçalo Froiz de Barbosa e de D. Brites Afonso Correa, Girolamo Sernigi teve quatro filhos: Manuel Sernigi, Aníbal Sernigi, João Baptista Sernigi e D. Leonor Sernigi<sup>342</sup>.

---

<sup>339</sup> Cf. P. Peragallo, “Viaggio di Matteo da Bergamo in India sulla flotta di Vasco de Gama (1502-1502)”, in *Bollettino della Società Geografica Italiana*, Serie IV, XXXIX, 1902, p. 124.

<sup>340</sup> BNCF, *Libri di Commercio Capponi*, L. 15, fl. 34.

<sup>341</sup> Cf. J. Denucé, *Inventaire...*, p.25.

<sup>342</sup> Cf. IAN//TT, *Genealogias Manuscritas*, 21 – F – 25.

Ao seguirmos o percurso vivencial dos filhos de Girolamo Sernigi, verificamos o interesse por caminhos diferenciados que se prendem com aquilo que era o desejo de muitos jovens na altura, isto é, a aventura no Oriente. De facto, as poucas notícias acerca de Manuel Sernigi, Comendador de Santa Maria de Arruda, o recordam caído em combate em Calecute onde faleceu em 1525 ao socorrer D. João de Lima, sem deixar descendentes.

Melhor documentado, nas fontes coevas portuguesas, o percurso na Índia de Anibal Sernigi, que embarcou na frota de Diogo Mendes de Vasconcelos em 1512, capitão da nau do seu pai Girolamo. Participou na conquista de Goa efectuada por Afonso de Albuquerque, percorreu os mares da Banda, de Malaca e das Malucas. Conflitos com Afonso de Albuquerque devido à sua recusa de ir à conquista de Ormuz, valeram-lhe a deportação para Portugal<sup>343</sup>. Em carta de 1 de Abril de 1512 Albuquerque faz queixa ao rei de alguns capitães, entre eles Aníbal Sernigi, pela sua negligência, indisciplina e rebeldia. Parece, no entanto, que D. Manuel, em vez de o castigar, lhe fez mercê de privilégios e lhe concedeu o título de fidalgo da casa real. Ainda sob o reinado de D. João III, a figura de Aníbal Sernigi parece gozar de bons relacionamentos na corte portuguesa visto que, a 27 de Março de 1528, lhe foi entregue o cargo de capitão-mor da armada de Maluco por três anos com 100.000 réis de ordenado<sup>344</sup>.

A filha de Girolamo Sernigi, D. Leonor Sernigi, foi também para o Oriente, tendo casado com Gonçalo Pereira de Miranda, capitão da fortaleza de Ternate onde foi assassinado em 1530 pelos portugueses a quem impedia, em cumprimento de ordens superiores, o rendoso tráfico do cravo.

Como se pode ver através da árvore genealógica de João Baptista Sernigi, um dos filhos de Girolamo Sernigi, (cf. Figura 2) este teve uma série de filhos. João Baptista segue a vida eclesiástica, tornando-se arquipreste e cónego na Sé

---

<sup>343</sup> Cf. C. Castanheda, *História do descobrimento e conquista da Índia*, 1928, III, 121-124.

<sup>344</sup> IAN//TT, *Chancelaria D. João III*, L. 14, fl. 74.

de Lisboa<sup>345</sup>. Para além de usufruir de uma renda de 5.000 mil cruzados, foi, por morte dos seus irmãos, senhor da casa de seu pai. Teve filhos bastardos com Antónia Freire: Tristam, Felipe, Anibal, Jerónimo, Paulo, Bernardo e D. Jerónima.

Os filhos Jerónimo, Bernardo e Aníbal seguiram o caminho paterno, tornando-se, o primeiro, arcipreste e cónego na Sé de Lisboa<sup>346</sup> com um padrão de juro de 9\$600,<sup>347</sup> entrando, o segundo, na ordem de S. Domingos, ocupando, o terceiro, o cargo de Prior-mor da Igreja Colegiada de S. Martinho da Cedofeita. Fidalgo da Casa Real, Aníbal Sernigi instituiu morgado, a 5 de Julho de 1599, em favor de seu filho Manuel Sernige<sup>348</sup>. Teve mais dois filhos, João e D. Guiomar freira em Monchique. (cf. Figura 2)

Através da única filha de João Baptista Sernigi, D. Jerónima Sernige, mulher de Rui de Azevedo, voltam a cruzar-se as redes familiares destas famílias italianas: a filha Antónia, bisneta de Girolamo Sernigi casa com João Francisco Lafetá, neto do Conde Affaitati. (cf. Figura 2)

No que diz respeito aos outros filhos de João Baptista Sernigi, as fontes indicam que Paulo Sernigi embarcou para a Índia no ano de 1551, na armada de Diogo Lopes e Sousa, a mesma onde ia Luca Giraldi com a nau Bom Jesús<sup>349</sup>, e que Tristam Cerniche foi moço fidalgo do rei D. João III e Comendador e Capitão da Mina. Casou com Brites (ou Maria) da Silveira, (cf. Figura 2) filha de Francisco da Silveira e D. Grimaneza e teve cinco filhos.

---

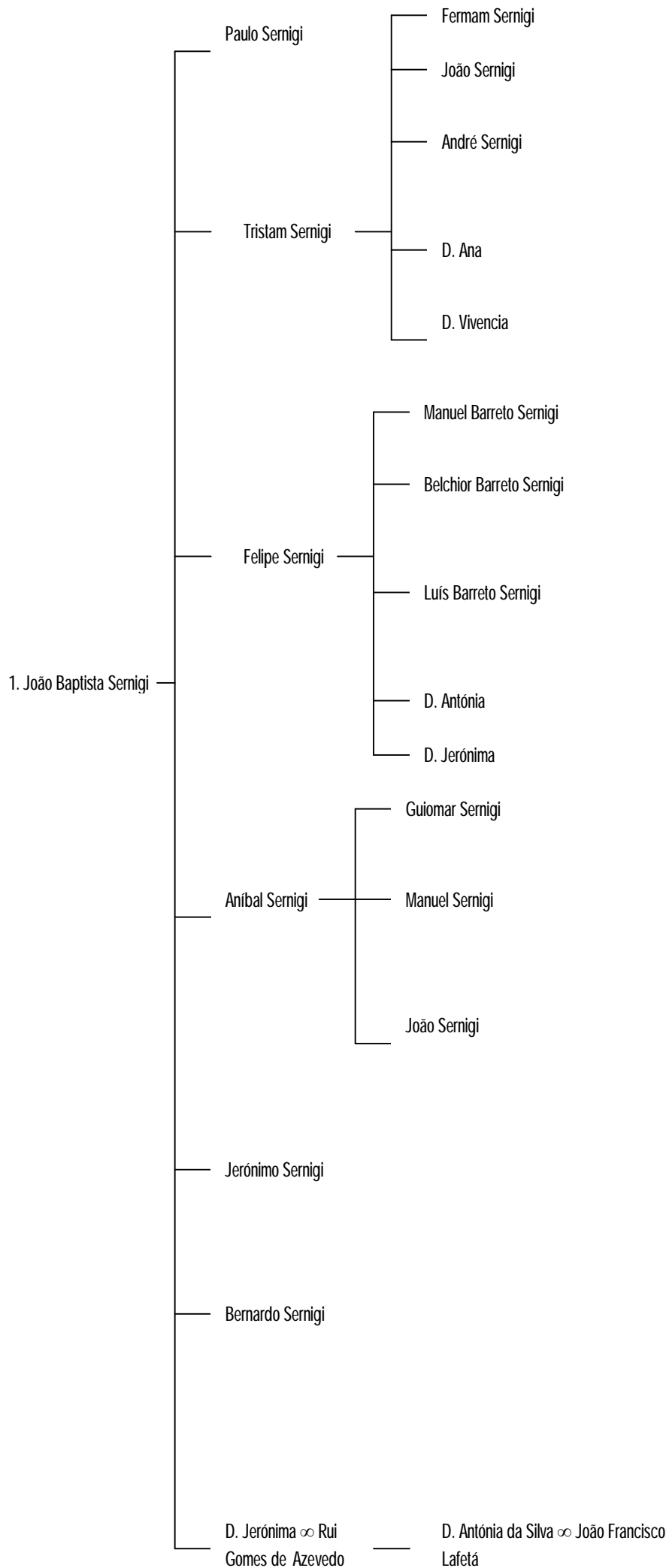
<sup>345</sup> Tudo o que segue respeito a João Baptista Cerniche cf., IAN//TT, *Genealogias Manuscritas*, 21-F-25

<sup>346</sup> Cf., E. Prestage e P. de Azevedo, *Registo da Freguesia da Sé...*, vol.I, p. 86.

<sup>347</sup> Cf., IAN//TT, *Chancelaria D. Filipe II*, L. 7, fl.170v.

<sup>348</sup> Cf., IAN//TT, *Núcleo Antigo*, 219, *Instituição de morgado de nomeação e uinculação de bens in perpetuum que fez Annibal sernige prior de cedofeita com Manuel sernige seu filho anno de 1599*

<sup>349</sup> BNL, *Pombalina 123* “Paulo Sernige filho de Joam Baptista cernige moço fidalgo p. mês 1\$”, fl. 111.



**Figura 2**

Árvore Genealógica dos descendentes de João Baptista Sernigi filho de Girolamo Sernigi

Relativamente a Filipe Sernigi, outro filho de João Baptista, encontramos testemunhos que o apresentam bem integrado na sociedade portuguesa. Casado com D. Inês Barreto, Filipe Cernige foi comendador da Ordem de Cristo como se depreende duma sentença julgada pelo Dr. António Toscano, deputado da Mesa da Consciência e Ordens e Juiz das Ordens Militares<sup>350</sup>. Em 1587, por falecimento da sua mulher, foi-lhe atribuído um padrão de juro de 60 mil réis “(...) Dos duzentos mil reis de tença de juro que por este padrão avia D. Ines Baretta mulher de Filipe Cernige e por outro padrão doutros que pertencerão ao dito F. Cernige e seus filhos”.<sup>351</sup> Filipe Sernigi e Inês Barreto tiveram cinco descendentes (cf. Figura 2): duas filhas, D. Antónia e D. Jeronima, freiras no convento da Rosa de Lisboa, e três filhos, Manuel Barreto Sernigi, Luís Barreto Sernigi, Belchior Barreto Sernigi.

Manuel Barreto Sernigi sucedeu na casa do seu pai, e, a partir de 1 de Janeiro do ano de 1594<sup>352</sup>, o rei de Portugal entrega-lhe “ (...) para sempre para elle e para todos seus filhos e filhas herdeiros e soccessores desendentes e ascendentes transversais legitimos e naturais, vinte mil réis de tença de juro cada ano.”<sup>353</sup>

Acerca de Luís Barreto Cerniche pouco sabemos: andou em várias armadas e pelejou na restauração da Bahía, pelo que obteve o hábito de Cristo. Morreu solteiro em 1627 na frota de dom Manuel de Meneses que se perdeu na costa de França.<sup>354</sup>

---

<sup>350</sup> Cf., IAN//TT, *Núcleo Antigo*, 245.

<sup>351</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Sebastião*, L. 11, fl. 167.

<sup>352</sup> Cf., IAN/TT, *Chancelaria D. Sebastião*, L. 11, fl. 167.

<sup>353</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, L. 27, fl. 167.

<sup>354</sup> Cf. IAN/TT, *Genealogias Manuscritas*, 21-F-25, fl.406.

### 3.1.2 A casa Affaitati

Ao estudar a presença italiana em Lisboa no século XVI, é frequente confrontarmo-nos com o nome da família italiana dos Affaitati. Apesar do importante e conhecido contributo económico dado por esta família para a *fazenda* portuguesa, há outros aspectos que um estudo mais aprofundado dos percursos destes mercadores italianos ajuda a desvendar, tais como os laços de parentesco entre os italianos residentes em Lisboa na altura, a intensa rede de negócios e de amizades entre eles, bem como as relações destes mercadores de amplos capitais com a nobreza portuguesa.

Compulsando as fontes italianas e portuguesas, conseguimos reconstruir, parcelarmente, a viagem feita por alguns membros desta família no império português ao longo do século XVI. O nosso propósito é ampliar os conhecimentos sobre esta família cujo envolvimento na sociedade portuguesa é possível traçar até ao primeiro quartel do século XVI.

Não faltam referências à família cremonesa dos Affaitati por parte dos historiadores portugueses e estrangeiros que se debruçam sobre a história portuguesa do século XVI, principalmente no que diz respeito às primeiras três décadas deste século, as quais abrangem os anos mais intensos do comércio com o Oriente e correspondem aos anos da actuação do mais conhecido entre os Affaitati, o conde João Francisco.

Originários de Cremona, os Affaitati, também Lafetá ou Lafetat, como muitas vezes aparecem na documentação portuguesa, mantinham, como demonstraremos, uma rede de negócios finamente estruturada, quer ao nível do espaço territorial, quer a nível dos interesses comerciais. Banqueiros opulentos, “ (...) muy arraigados en Amberes, del circulo predilecto de Maria de Hungria (...)”

En Flandres e en Castilla se recorria a ellos”<sup>355</sup>, as ramificações desta nobre e activíssima família alcançam, além da Itália, Espanha, Portugal e Antuérpia. Contudo, interessa-nos sobretudo perceber o ramo da família residente em Lisboa.

A origem da fortuna dos Affaitati em Lisboa passa pela figura do Conde João Francisco, irmão do mais velho conde Ludovico Affaitati residente em Madrid<sup>356</sup>, que, na capital portuguesa era, desde o fim do século XV, um respeitado e rico comerciante. À data do seu falecimento, Abril de 1529, tinha arrecadado “grocissimos cabedaes”<sup>357</sup> através de negócios que revelam simultaneamente a ousadia e a extrema aptidão comercial deste mercador. Perfeitamente integrado na sociedade portuguesa bem como no grupo de mercadores italianos que na altura gozavam dos significativos proventos possibilitados pelas novas descobertas, o conde Affaitati dedicou-se, no início, ao comércio do açúcar da Madeira, negócio particularmente rentável que sobreviverá à decadência do trato das especiarias<sup>358</sup>. Em 1502, de facto, em parceria com Girolamo Sernigi, contrata com a Coroa a compra de 18.000 arrobas de açúcar da Madeira, “a rezão de 440 rs. por arroba” por uma soma global de 7.920.000 réis e em 1504 celebra outro contrato pela compra de 3500 arrobas de açúcar por um total de 1.001.000 réis<sup>359</sup>.

---

<sup>355</sup> Ramón Carande, *Carlos V y sus banqueros. La Hacienda Real de Castilla*, Barcelona, Editorial Crítica, 1990, t.II, p. 462.

<sup>356</sup> Cf., Caetano de Sousa, *Genealogia portuguesa*, Tomo XII parte II, 1954, p.122.

<sup>357</sup> BNL, *Pombalina 688, Discurso histórico-jurídico sobre a pureza do sangue da família dos Lafeté*, fl. 342.

<sup>358</sup> Cf., Eddy Stols, “O doce nunca amargou...e nem em Flandres”. A dinâmica do novo açúcar brasileiro nas relações económicas de Portugal com Flandres na época de D. João III”, in: *D. João III e o império*, Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento, Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002, CHAL, 2004, pp. 453-483, um interessante estudo sobre o comércio do açúcar do Brasil e a importância da confeitaria no século XVI.

<sup>359</sup> Carta de Quitação do rei D. Manuel de 16 de Julho de 1507 in: *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, 1905, p. 393.

A seguir à abertura do caminho para a Índia, os negócios no Oriente vão acrescentar-se ao já variado leque das actividades dos Affaitati, consolidando o sucesso inicial. Segundo Ehrenberg<sup>360</sup>, João Francisco Affaitati foi o primeiro comerciante estrangeiro a tentar entrar directamente no comércio asiático, e apesar disto não ter sido possível devido ao monopólio régio, foi, contudo, o primeiro a concluir contratos muito proveitosos com o rei português que lhe garantiam um rentável monopólio da revenda da especiaria. De facto, os lucros foram significativos como testemunham as cartas escritas pelo feitor do conde Gian Francesco Affaitati, Matteo di Bergamo, assim como a carta que o próprio conde enviou ao irmão Luca, em Cremona, contando-lhe os grandes ganhos que tinha obtido na compra das especiarias e a sua participação na armação dos navios<sup>361</sup>.

A documentação encontrada relativa à figura do conde, quer a italiana quer a portuguesa, permite delinear o perfil e percurso deste enérgico homem de negócios, grande protagonista, juntamente com Marchionni, Sernigi e mais tarde, Giraldi, dos negócios portugueses do fim do século XV até 1529 ano da sua morte.

Nas informações enviadas de Medina del Campo a 18 de Setembro de 1504 por Leonardo Cá Masser aos *Capi* do Conselho dos X de Veneza aparece o nome de João Francisco Affaitati como tendo sido o informador da chegada das caravelas da Índia<sup>362</sup>. Com efeito, a existência duma variada correspondência patenteia a vasta rede de conhecimentos assim como a consideração de que o conde gozava, quer no meio florentino, quer no veneziano, quer ainda na corte portuguesa. Além disso, o facto de ter falecido deixando cinco filhos, três

---

<sup>360</sup> Utilizo a versão francesa da obra de Richard Ehrenberg, *Le siècle des Fugger*, Paris, SEVPEN, 1955, p. 155.

<sup>361</sup> Cf. Marino Sanuto, *I Diarii...*, vol. IV, col. 663-666.

<sup>362</sup> ASV, *Capi Consiglio dei X, Dispacci Ambasciatori*, Maço 29, fl. 4, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 224.

raparigas e dois rapazes, sem problemas de dinheiro e integrados na sociedade portuguesa, patenteia a figura de um verdadeiro *pater familiae*, atento à educação dos filhos, cuidadoso nos negócios e honesto nas relações com os seus conterrâneos.

João Francisco Affaitati foi uma sólida figura de mercador e banqueiro consciente de que a escassez de numerário impedia negócios vantajosos. Como se lê na carta escrita pelo mesmo de Lisboa a 26 de Setembro de 1502 a Pietro Pasqualigo, embaixador veneziano em Madrid, onde Affaitati justifica o baixo valor, apenas 4.000 ducados, das especiarias trazidas pelas 4 naus de João da Nova de Calecut bem como o contrato concluído entre o rei e alguns mercadores. De facto, escreve o conde cremonês que as naus chegaram meio vazias porque os mercadores “ (...) non portavano denari contanti li quali sono pochissimi in questo regno”<sup>363</sup> e por isso o rei pretendia armar no mês de Janeiro de 1503 outra frota, de 8 a 10 navios, a seu cargo. Dois navios da dita frota, nomeadamente “ (...) quella de 450 et de 350 tonelli”<sup>364</sup> estavam por conta de alguns mercadores que iriam investir muito dinheiro para que “ (...) ben le possino carichar de spiziaria.”<sup>365</sup> Nota-se, pela frequência de cartas enviadas pelo conde Affaitati a partir da capital portuguesa, que este mercador mantinha relações muito próximas com os representantes oficiais da República de Veneza junto da corte espanhola, aos quais enviava notícias detalhadas sobre a quantidade e qualidade das mercadorias indianas, assim como os informa acerca das diferentes conquistas e desenvolvimento do comércio estabelecido pelo Reino de Portugal<sup>366</sup>.

---

<sup>363</sup> Marino Sanuto, *I Diarii...*, tomo IV, col. 665.

<sup>364</sup> *Ibidem*

<sup>365</sup> *Ibidem*

<sup>366</sup> Cf., *Idem*, vol. VI, onde se encontram as cartas datadas de 7 de Abril 1504, 16 de Julho 1504, Agosto 1504, 11 de Setembro 1504 enviadas de Lisboa a Pietro Pasqualigo embaixador veneziano em Madrid. Igualmente referimos a carta de 19 de Julho 1505 enviada a Francesco Donado sucessor de Pasqualigo em Madrid.

A carta acima referida, para além de comprovar a natureza informativa das missivas, refere a existência de outras cartas: “Questo discorso ho facto a la magnificentia vostra, perchè quella dil tutto sij advisata particularmente, perchè inle altre che scrissi di questa materia non scrissi cossì largamente, perché ancor non se sape ala verità del tutto.”<sup>367</sup>

O envolvimento do conde Affaitati na economia portuguesa é comprovado pela carta de quitação de 22 de Outubro de 1520<sup>368</sup>. Neste documento lê-se que o mercador cremonês tinha recebido, desde 1508 até 1514, altura em que a hegemonia dos Affaitati é preponderante<sup>369</sup>, um valor total de 117.004.880 réis. Esta quantia foi-lhe entregue em partes assim divididas: 25.740.000 réis nos anos de 1508 até 1510 por 3.000 quintais de pimenta ao preço de 8.580 réis cada quintal que lhe fora entregue como cobertura do dinheiro que gastara nas despesas dos lugares de África e pelo pagamento dos mantimentos dos Desembargadores e dos oficiais da Casa da Suplicação e do Cível; 68.640.000 réis nos anos de 1511 até 1514 por 8.000 quintais de pimenta ao mesmo preço por quintal para cobrir o dinheiro adiantado pelos mesmos pagamentos; finalmente, em 1514 recebeu 22.624.880 réis para repor o que adiantara à coroa para remuneração dos guardas e caçadores.

No mesmo ano de 1514, o sobrinho e genro<sup>370</sup> do conde Affaitati, João Carlos Affaitati, filho de Tommaso Affaitati e irmão de João Baptista Affaitati<sup>371</sup>, estabelece-se em Antuérpia - sede, desde 1499, da Feitoria portuguesa da Flandres- onde, ultrapassando rapidamente as dificuldades, alcança uma posição de destaque. Um documento de 1532 refere a compra duma grande quantidade de especiarias feita por João Carlos e respectivo sócio, Diogo Mendes, ao rei de

---

<sup>367</sup> *Idem*, vol. IV, col.666.

<sup>368</sup> Carta de Quitação de D. Manuel in *Archivo Histórico Portuguez...*, vol. III, p. 393.

<sup>369</sup> Cf., A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no comércio das especiarias-O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549) Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Cosmos, 1993, p.22.

<sup>370</sup> João Carlos Affaitati casa com a prima Lucrezia, uma das três filhas do conde Affaitati.

<sup>371</sup> Cf., R. Ehrenberg, *op. cit.*, p.155.

Portugal D. João III. Acontece que Diogo Mendes, acusado de heresia, é preso e João Carlos procura garantir o contrato das especiarias em Lisboa por intermédio de Luca Giraldi que, em 1533, o consegue<sup>372</sup>. Mais uma vez o nome do riquíssimo mercador-banqueiro florentino Luca Giraldi, que dominará a cena económica portuguesa até 1565, ano do seu falecimento, aparece estreitamente ligado à família cremonesa e os laços familiares estreitar-se-ão após o casamento da neta do conde, Lucrezia Affaitati, com o filho de Luca Giraldi, o também afamado Francisco Giraldi.

O conde João Francisco Affaitati figura nas listas dos que tinham contratos com a Casa da Índia, e numa dessas listas, a de 1522, encontramos não apenas o comerciante cremonês nos contratos da pimenta, da malagueta e do cravo, mas também nos deparamos com o nome do seu feitor, o também cremonês Cristóvão Bocolli a quem foram concedidos pelo rei D. João III, a 22 de Dezembro de 1524, os mesmos privilégios dos comerciantes naturais do reino<sup>373</sup>. Cartas de quitação testemunham a presença de Cristóvão Bocolli na Madeira desde, pelo menos, 1508, na qualidade de feitor do Conde Affaitati que, a 17 de Maio de 1508, lhe passou procuração, em pública forma, para que, em seu nome, pudesse receber na Ilha da Madeira 11.450 arrobas de açúcar e 1.700.000 réis<sup>374</sup>.

A profunda influência do conde Affaitati no mercado português é nitidamente evidenciada por Lope Hurtado, embaixador espanhol em Lisboa, que escreve: “Acá no pueden hazer cosa buena sin ele”<sup>375</sup>. Na verdade, nenhum negócio rendoso escapava à intervenção do conde, presente também num

---

<sup>372</sup> Cf., IAN/TT, *Gaveta 15*, Maço 17, doc. 11.

<sup>373</sup> Cf., IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, L.4, fl.97.

<sup>374</sup> Cf., IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço16, doc. 30. A 31 de Março de 1509 foi passada pelo conde Affaitati outra procuração a Gabriel Affaitati, morador na Madeira, e Estevão Boguo para receberem 10.000 cruzados de açúcar, cf. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 16, doc.130 e 168.

<sup>375</sup> AGS, *Estado*, Legajo 368, doc. 173, in A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas...*, p. 50.

contrato de 600 “peças” de escravos feito entre Stefano Spínola e o rei, em 1526, pelas quais estava obrigado João Francisco Affaitati<sup>376</sup>.

Uma carta de Marino Sanuto a Gaspare Contarini, datada de 7 de Fevereiro de 1525 informa que Affaitati, juntamente com alguns alemães, tinha nas suas mãos a maior parte do mercado das especiarias, “(...) 13 milia cantara de piper a ducati 34 ¼ el cântaro; 400 cantara de garofoli a 50 ducati el cântaro; 700 cantara di canela a ducati 65; 2000 cantara di gengeri a ducati 30. Nè il Re può vendere piper dentro a uno anno se non a contadi; de la qual summa 7500 cantara di piper aspectano al Faità, et di resto secundo la instessa proportione.”<sup>377</sup>

Apesar da grande prosperidade do comércio das especiarias, os Affaitati não abandonaram o comércio do açúcar. Há, de facto, notícia de uma nau de João Francisco Affaitati que, em 1523, se dirigia para o Mediterrâneo carregada de açúcar, mas que fora tomada por corsários franceses<sup>378</sup>. Também sabemos que a 18 de Março de 1529 João Francisco Affaitati subscreve, através de Luca Giraldi a quem a 10 de Outubro de 1527 tinha assinado uma procuração, um contrato em que se obriga a comprar todo o açúcar do rendimento real desse ano na Madeira excepto a quantidade que era necessária para a despesa das casas do rei, rainha, infantes e esmolas, o que rondava mais ou menos 1600 arrobas<sup>379</sup>. Passado pouco mais de um mês, a 29 de Abril de 1529, morre Gian Francesco Affaitati, sendo, contudo, declarado válido o contrato, pelo rei D. João III, em nome dos herdeiros<sup>380</sup>.

---

<sup>376</sup> Cf., IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II maço 131, doc.154.

<sup>377</sup> Marino Sanuto, *I Diarii...*, IV, col. 203.

<sup>378</sup> Cf., V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol. IV, p. 87.

<sup>379</sup> Cf., António da Silva Rego (org), *As Gavetas da Torre do Tombo*, vols. I-XII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. V, pp.448-457.

<sup>380</sup> É de 12 de Março de 1530 o conhecimento de Cappelan de' Cappellani e de João Gonsalves procuradores dos herdeiros de João Francisco Affaitati em como receberam do almoxarife da capitania de Machico, Madeira, 3568 arrobas de açúcar em cumprimento do contrato feito com os Vedores da Fazenda. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 162, doc. 20.

Registe-se ainda que uma série de missivas escritas de Itália, nomeadamente de Florença, permitem-nos definir a personalidade multifacetada deste incansável empreendedor italiano.

Devemos, mais uma vez, recordar que um grande número de florentinos participou na grande aventura do Oriente, sobretudo nas primeiras décadas de Quinhentos, e, quer se tratasse de grandes companhias quer de mercadores particulares, numerosos eram os negociantes florentinos que residiam e trabalhavam em Lisboa ou que participavam directamente nas longas viagens em busca de fortuna. A este segundo grupo pertencia Piero di Andrea Strozzi, que, em 1510, parte para o Oriente na armada de Diogo Mendes de Vasconcelos.

Fontes portuguesas e italianas documentam o percurso deste mercador no espaço asiático, nomeadamente as suas viagens da Índia até Malaca e a sua actuação no Coromandel onde o encontramos em 1519 já muito rico. Contudo, a partir desta data, não possuímos grandes dados a não ser algumas referências numa carta do irmão Carlo escrita, em 1528, da cidade de Florença. Através dos livros de contas deste irmão, pode supor-se que a morte de Piero Strozzi tenha ocorrido a 22 de Outubro de 1522, ficando Carlo seu herdeiro universal. Recuperar a herança de Piero, revelou-se desde logo uma tarefa complexa. Carlo Strozzi percebeu que não podia tratar do assunto sem contar com a ajuda de pessoas de confiança que possuíssem contactos importantes no comércio lisboeta, visto que o património acumulado por Piero Strozzi na Ásia consistia, na sua quase totalidade, em pedras preciosas e especiarias que teriam sido vendidas pelos funcionários da Casa da Índia. Quem melhor do que o estimado conde Affaitati podia reunir estas qualidades? De facto, Carlo Strozzi de imediato contactou com João Francisco Affaitati, a quem escreve a 20 de Maio de 1525, contando que para recuperar a herança do irmão deixada na Índia e em Portugal tinha pensado enviar alguém com uma procuração ou, eventualmente,

tratar ele próprio do assunto, partindo imediatamente para o Oriente. Todavia, Bernardo Gondi tê-lo-ia aconselhado a entregar tal encargo a João Francisco Affaitati, evitando, desta maneira, a saída de Carlo Strozzi de Florença. Por isso, continua Carlo Strozzi na sua carta, “ (...) perchè la fede ch’io ò in voi è grande, di maniera siamo chonvenuti di dare questo charicho a voi (...)”<sup>381</sup>.

Uma longa troca de cartas entre João Francisco Affaitati e Carlo Strozzi, dão-nos informações não só sobre os detalhes do contrato estipulado entre os dois, mas também testemunham o considerável capital acumulado pelo defunto<sup>382</sup>. Menciona-se igualmente o reembolso, por parte de Carlo Strozzi, da quantia de 72.700 reais que Affaitati tinha antecipado a Piero Quaresma, nomeado no testamento de Piero Strozzi<sup>383</sup>. Depois da morte do conde, Carlo Strozzi nomeará seu procurador Luca Giraldi, o que evidencia as teias relacionais dos mercadores italianos em Lisboa.

O conde Affaitati nunca se casou, embora tenha tido 5 filhos. O mais velho, Agostinho Lafetá, nasceu da relação do conde com D. Guiomar Freire, “mulher nobre e de puro sangue”<sup>384</sup>, os outros quatro, Cosme, Lucrezia, Magdalena e Ignês, da relação com Maria Gonçalves de Carvalhaes ou Carvalhoza, “mulher humilde mas de sangue limpo”<sup>385</sup>. As dúvidas que existiam acerca da probabilidade de a mãe das quatro crianças ser Branca de Crasto, “murmurada de ser parte da Nação Hebraea”<sup>386</sup>, foram esclarecidas pela intervenção de testemunhas, entre as quais D. Diogo de Sousa, membro do Conselho de Estado e primo do pai de D. Leonardo de Sousa, marido de Ignês de

---

<sup>381</sup> ASF, *Strozzi Saccati*, 484, Debitori, creditori e ricordi di Carlo Strozzi, B, c. 181; a carta foi transcrita por M. Spallanzani, *Mercanti fiorentini...*, pp.222-224.

<sup>382</sup> A última carta foi escrita por Carlo Strozzi ao Conde Affaitati a 6 de Janeiro de 1628 e dá conta de alguns pormenores do contrato: 2/5 das somas recuperadas teriam sido entregue ao Affaitati. *Idem*, *Ibidem*.

<sup>383</sup> Cf., *Idem*, pp.228-230.

<sup>384</sup> BNL, *Pombalina 688*, fl. 343.

<sup>385</sup> *Idem*, fl.348v.

<sup>386</sup> *Idem*, fl.343.

Lafetá. Todas as testemunhas juraram ter conhecimento do facto de os quatro filhos de João Francisco Affaitati serem todos irmãos e nascidos duma única mãe, a última concubina do conde, Maria Gonçalves de Carvalhaes ou Carvalhoza. Decerto o conde Affaitati não teria designado o filho Cosme como primeiro administrador do copioso morgado que instituíra para conservar e para aumentar o esplendor da sua família se este não fosse puro de sangue. Além disso, como veremos, os casamentos dos quatro irmãos comprovam descendências ilustres. Sabemos que as filhas do conde Affaitati consolidaram a sua posição social através do casamento com membros de famílias da nobreza portuguesa. Da ligação de D. Ignês com D. Leonardo de Sousa nasceu D. João de Sousa que foi habilitado pela Mesa da Consciência e Ordens e recebeu o hábito da Ordem de Cristo a 12 de Dezembro de 1565 e teve uma Comenda da Ordem de Cristo em Tomar. Habilitados no mesmo tribunal foram o filho e o neto de D. João de Sousa, respectivamente João, pai da Condessa de Pontevel<sup>387</sup>, e Manoel de Sousa. Ambos tiveram a mesma comenda. Outro neto de Ignês de Lafetá e Leonardo de Sousa, filho de D. Rodrigo de Sousa e D. Joanna de Vasconcelos, com 20 anos de idade, foi habilitado pelo mesmo Tribunal com sentença aprovada a 28 de Abril de 1604, tendo como testemunhas D. António de Ataíde, Ferrão de Mendonça e Diogo Velho<sup>388</sup>.

Magdalena de Lafetá, outra filha do conde Affaitati, foi mãe de D. Francisco de Sande, clérigo e mestre de escola na Catedral da Guarda, e em 1575 no Colégio de São Pedro da Universidade de Coimbra até se tornar deputado da Mesa da Consciência<sup>389</sup>.

---

<sup>387</sup> De facto, D. Elvira torna-se Condessa de Pontevel ao casar-se com Nuno da Cunha, Conde de Pontevel e familiar do Santo Ofício.

<sup>388</sup> Diogo Velho foi vedor da fazenda na Índia em 1574; autor da compilação dos vários regimentos conhecida por *Regimentos das fortalezas da Índia*, 1574. Cf., Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia...*, p.63.

<sup>389</sup> Notícias recolhidas ao longo do documento já citado da BNL, *Pombalina* 688.

Acerca da filha Lucrezia sabe-se que tinha casado com o primo João Carlos Affaitati de quem teve a filha Lucrezia que, por sua vez, casou com Francisco Giraldi. A filha do casal, Maria, bisneta do Conde João Francisco Affaitati e simultaneamente neta de Luca Giraldi, casa com Francisco de Sá e Meneses, que tinha sido escolhido por D. Sebastião, com carta régia de 13 de Junho de 1578, juntamente com o Arcebispo de Lisboa, Pêro de Alcáçova e João de Mascarenha, para governar Portugal durante aquela que pensava tratar-se de uma breve ausência. Tal aconteceu “ (...) pela grãde confiança que delles tenho, e muita experiênciã que elles tem das cousas do mesmo governo, em que há muitos anos que delles me sirvo no meu conselho de estado (...)”<sup>390</sup>.

Do casamento de Maria Giraldi com Francisco de Sá e Meneses nasceu Sebastião de Sá e Meneses que foi Commendador e Alcaide-mor de Sines e que faleceu em 1665<sup>391</sup>.

O irmão das três raparigas, Cosme Affaitati, ou Lafetá, como aparece na documentação portuguesa, tinha comprado, a 22 de Novembro de 1527, o ofício de vedor-mor de todas as artilharias, armazéns e taracenas do reino a Jorge de Azambuja<sup>392</sup> e, tendo herdado somas consideráveis do pai, movimentava-se à vontade no meio da alta sociedade portuguesa. Um alvará régio de 8 de Julho de 1528 manda o almoxarife da cidade do Funchal pagar a Cosme de Lafetá 70.000 rs de uma tença<sup>393</sup>. O facto de ter contraído matrimónio com D. Joanna de Noronha, filha de D. Francisco de Sousa, da linhagem dos Sousa do Prado, introduziu-o na alta sociedade portuguesa, e denuncia a consideração de que era alvo. Não tiveram filhos, embora outras fontes assinalem dois filhos ilegítimos de

---

<sup>390</sup> E. Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa...*, t. I, p. 603.

<sup>391</sup> Em documentos avulsos do Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa, Sebastião de Sá e Meneses é muitas vezes apelidado de “sucessor de Lucas Giraldi”.

<sup>392</sup> Cf. V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Luca Giraldi...”, n. 24, p. 22.

<sup>393</sup> IAN/TT, *Corpo Cronologico*, parte II, maço 150, doc.4.

Cosme Affaitati, Lourenço de Lafetá e D. Luiza, que se tornou freira em Odivelas<sup>394</sup>.

Na carta iniciada a 20 de Dezembro de 1545 e terminada por volta de 15 de Março de 1546, Luca Giraldi dá notícias ao seu bom amigo D. João de Castro, vice-rei da Índia desde 2 de Setembro de 1545, dos irmãos Affaitati, Cosme e Agostinho. Ligado há muito tempo à família Affaitati, como já se referiu, Luca Giraldi informa D. João de Castro das vicissitudes dos irmãos Cosme e Agostinho Affaitati contando-lhe que Agostinho teria permanecido durante algum tempo em Itália aonde tinha ido para curar uma doença. Giraldi assegura que “ (...) tanto que estiver são trabalharei por ho rrecolher pêra casa que estar sem vosa Senhoria e sem elle nã compadece (...)”<sup>395</sup>. Este facto leva-nos a considerar que talvez D. João de Castro fosse amigo ou pelo menos tivesse relações chegadas com os irmãos Affaitati.

No que diz respeito a Cosme Affaitati ou Lafetá, temos notícia de que este tinha comprado as casas de D. Antão de Abranches, capitão-mor do Reino, no Rossio e que tinha surgido uma disputa, logo resolvida, com o barão de Alvito, D. Rodrigo Lobo, devido à precedência na compra das ditas casas<sup>396</sup>. Tinha sido estipulado um contrato enfiteutico com Nicolau d’Alter em 1554 pela compra de um vasto terreno com casas, mais precisamente “ (...) noventa chãos além de S.Roque (...)”<sup>397</sup>, em troca duma renda anual em dinheiro ou em mercadoria, tendo este moradia como fidalgo da casa real. De facto, a princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião, numa carta à rainha D. Catarina de 1563, pede “ (...) de

---

<sup>394</sup> Cf. Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, Porto, Livraria Fernando Machado, tomo II, vol. I, pp.158-160. O autor relata também que “Lourenço de Lafetá f.o B. deste teve de hua m.er de hu Moleiro que dizem recebeo a hora da morte: Cosme de Lafetá, Ag.o de Lafetá, Octavio de Lafetá, D.....” É igualmente esta fonte que afirma que, apesar de ser bastardo, Octávio de Lafetá vai casar com D. Eugenia Telles filha de Manuel Telles de Távora.

<sup>395</sup> A carta foi integralmente transcrita por V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Luca Giraldi ...”, pp.20-35.

<sup>396</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>397</sup> *Arquivo Histórico Portuguez*, vol.I, p.17.

aseinalar al nicolao la moradia de Cosme de lafetati e la de joanna de Sousa.”<sup>398</sup>  
Trata-se, mais uma vez, dum membro da família Giraldi, Nicolao Giraldi, irmão do famoso Luca, a quem, por alvará de 23 de Maio de 1561, o rei faz mercê “ (...) pellos serviços que lhe tinha feitos de o tomar por fidalgo de sua caza, com a moradia que lhe mandara declarar a seu tempo.”<sup>399</sup>

Além da família Giraldi, os Affaitati mantinham óptimas relações com as famílias italianas mais conceituadas da altura, tais como os famosos Bardi, florentinos, e Lomellino, genoveses. Com efeito, membros destas famílias, nomeadamente Jacome de Bardi, de quem nos ocuparemos mais detalhadamente ao longo deste trabalho, e Antónia Lomellini, comadre de Maria de Carvalhosa e João Francisco Affaitati, foram testemunhas nas declarações da pureza de sangue dos filhos do Conde Affaitati.

Após o falecimento de Cosme de Lafetá, o morgado entrou na posse da irmã D. Ignês, sendo este contestado pelo sobrinho, João Francisco, filho do meio-irmão Agostinho e D. Maria de Távora. A sentença, dada em 1585 e confirmada em 1587, foi a favor de D. Ignês<sup>400</sup>.

O filho varão do conde Affaitati, Agostinho Affaitati, tinha herdado do pai 5 contos de réis e, como acima referimos, tinha casado com D. Maria de Távora, filha de Rui Lourenço de Távora comendador na Ordem de Cristo de Miranda, que em 1538 foi à Índia como capitão dum navio e, ao regressar ao Reino em 1540, foi trinchante do rei D. João III. O casal teve três filhos, João Francisco de Lafetá, pretendente do morgado disputando-o com a tia D. Ignês, Cosme de Lafetá e Cristóvão de Lafetá, e três filhas, D. Margarida de Távora, D. Magdalena e D. Joana<sup>401</sup>.

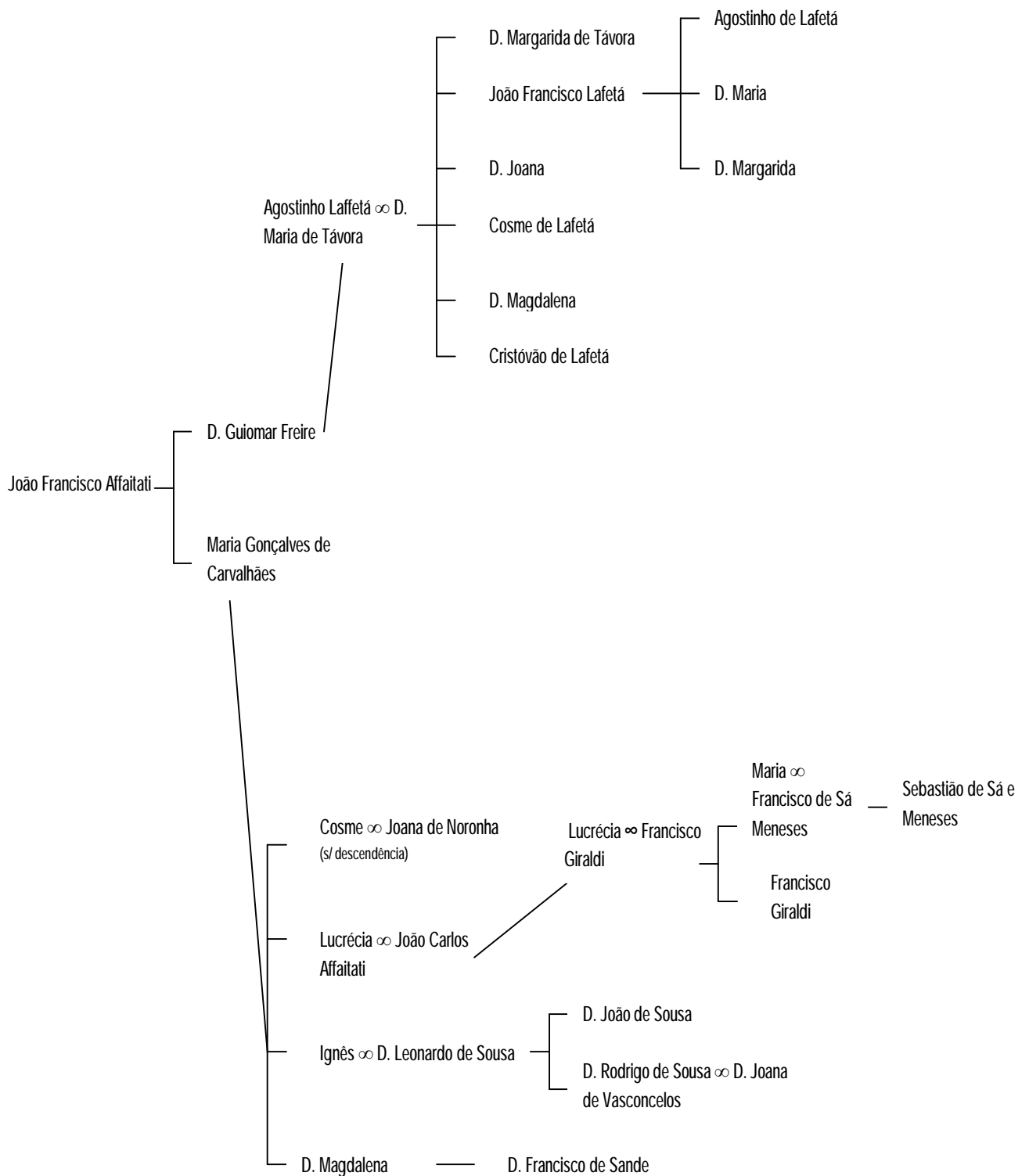
---

<sup>398</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte III, maço 18, doc.77.

<sup>399</sup> BNL, *Pombalina* 647, fl. 18.

<sup>400</sup> Cf., BNL, *Pombalina* 688, fl. 349v.

<sup>401</sup> Cf., A. Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo XII, p.I, 1953, p. 56.



**Figura 3**

Árvore genealógica parcial família Affaitati

Cada vez mais, se entretecem as ligações íntimas entre a nobreza portuguesa e os ricos mercadores italianos. (cf. Figura 3) Veja-se como a irmã de D. Maria de Távora, D. Catarina de Távora, era mãe de Cristóvão de Távora do Conselho de Estado e estribeiro-mor do rei D. Sebastião que lhe fará mercê da capitania da fortaleza de S. Sebastião da Caparica<sup>402</sup>. Além de se tornar sobrinho de Agostinho Affaitati, Cristóvão de Távora estabelece laços de parentesco com outra importante família de mercadores genoveses, ao casar-se com D. Francisca Calvo, filha do respeitado mercador Antonio Calvo.

É evidente que tais parentescos eram extremamente vantajosos para os negócios dos mercadores italianos. A esse propósito citamos a intervenção de Cristóvão de Távora na entrega do arrendamento das alfândegas a Stefano Lercaro, em 1575, rico mercador genovês amigo de Antonio Calvo “(...) sin aguardar los requisitos que se suelen guardar en las semejantes cosas que ell sr. Cristovan de Távora, jemro de Amtonio Callvo, se las quizo dar segun se entiende e supo hazerlo como convenia para que se le quedasen.”<sup>403</sup>

O facto de D. Manuel ter grandes dificuldades em suportar as enormes despesas necessárias ao sustento de um império espalhado pelos quatro continentes, Europa, Ásia, África e América, sendo urgente o recurso ao numerário vindo de particulares, o adiantamento de capital pelo conde Affaitati para liquidar pagamentos a que a fazenda real se tinha comprometido, enquadra-se nesta conjuntura. Apesar dos numerosos problemas inerentes à administração dum império tão extenso e à organização do novo tipo de comércio de longa distância, o rei D. Manuel será poupado a assistir às fases mais perniciosas que conduzirão ao desmoronamento da sua obra; vivia-se o momento áureo de Portugal, saboreava-se a concretização dum sonho num frenesim constante que

---

<sup>402</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parteI, maço111, doc. 31.

<sup>403</sup> Carta de Fernando de Morales a Medina del Campo a 24 de Dezembro de 1576, in J. Gentil da Silva, *Lettres de Lisbonne 1563-1578...*, p. 96.

alcançava o seu apogeu sempre que naus carregadas de especiarias, pedras preciosas, sedas e outras riquezas orientais chegavam ao porto da capital, e nunca Lisboa tinha sido tão procurada e tão cheia de movimento. Havia, porém, uma outra face desta moeda aparentemente brilhante e esplêndida, a dos enormes gastos e a do despovoamento do reino de Portugal.

A pesada situação financeira do reino de D. João III, e o endividamento da corte aumentava, assim como dilatado era o território do Império português, o que responsabilizava o monarca pelas posses do Norte de África e da costa oriental, das fortalezas do Oriente, bem como das terras do Brasil. Não devemos esquecer os reforços na segurança e defesa das ilhas atlânticas, nomeadamente dos Açores que, no seu papel de apoio à Carreira da Índia, estavam a sofrer repetidos ataques dos corsários franceses<sup>404</sup>, os quais cobiçavam as preciosas mercadorias. D. João III tinha consciência da dificuldade de cuidar dum império tão vasto cujos alicerces começavam a dar sinais de ruptura iminente. Desde 1534, o monarca interpela os vários conselheiros acerca da melhor escolha: se abandonar algumas praças de Africa e virar-se para o Oriente ou desistir do Oriente em favor do reforço das posições portuguesas em África<sup>405</sup>. Prevaleceu a primeira hipótese e foi assim que a partir de 1541 até 1550, Portugal escolheu as praças africanas mais frágeis e difíceis de defender e abandonou Safim, Azamor, Alcácer Cequer e Arzila, ficando apenas com a fortaleza de Mazagão, entre as praças do sul, e as fortalezas de Ceuta e Tânger, entre as do norte África.

Embora a escassez de dinheiro já se fizesse sentir anteriormente, acentuara-se rapidamente desde os primeiros anos do reinado de D. João III. Devido à hemorragia constante de metais preciosos para fora do país para importar tudo o que interiormente já não se produzia por falta de população, em

---

<sup>404</sup> Sobre este assunto cf., José Guilherme Reis Leite, “Aspectos da política joanina com reflexos nos Açores”, in *D. João III e o Império...*, pp. 197-203.

<sup>405</sup> Cf. Maria Leonor Garcia da Cruz, “As controvérsias ao tempo de D. João III ...”, *passim*.

parte dizimada pela fome e peste, em parte embarcada para o Oriente, e devido também às vultuosas despesas da corte, à cobiça e corrupção dos funcionários régios que, ao administrar as finanças nas fortalezas ultramarinas, nem sempre agiam nos interesses da fazenda real, o rei foi obrigado a pedir dinheiro emprestado, facto que, pelos elevados juros a pagar, piorava a situação financeira do Reino, como tinha apontado, com clarividência, o bispo da Guarda que numa carta de 7 de Outubro de 1537 avisava o rei de não “(...) tomar cada hora dinheiros ao interesse de mais de 24%.”<sup>406</sup>

Apesar da riqueza que através das mercadorias orientais chegava ao reino, a falta de dinheiro era, contudo, de tal maneira preocupante e as dívidas tão elevadas que, mesmo pagando algumas delas, “ (...) os interesses as tornariam em breve tempo a poer no estado em que estão (...)”<sup>407</sup>. Por isso, de vez em quando, resolvia o rei D. João III pedir aos seus vassallos dinheiro emprestado, “ (...) pollos grandes proveitos que a elles e a meus reinos se seguirão de as ditas dividas serem pagas”<sup>408</sup>, retribuindo os favores monetários com facilidades na entrada no comércio das especiarias. A situação, grave, foi-se precipitando até que, com o alvará régio de 22 de Fevereiro de 1560, o rei tenta remediá-la mandando que o tesoureiro não “ (...) tome a intarese mais dinheiro algum nem do que ate gora tem tomado se pague mais algum interesse”<sup>409</sup>, por outras palavras, prejudicando os credores principalmente genoveses, alegando motivações religiosas e de consciência “ (...) poiche i theologi sui l’aggravavano di questo peccato.”<sup>410</sup>

---

<sup>406</sup> Armando de Castro, “A economia da expansão ultramarina”, in: José Hermano Savaiva (dir.), *História de Portugal*, Publicações Alfa, 1983, p. 648.

<sup>407</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>408</sup> BNL, *Fundo Geral*, Cód. 8920, fl.50.

<sup>409</sup> *Collecções de Leis da Divida Publica Portuguesa*, pela Junta Do Credito Público, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p.149.

<sup>410</sup> A.S.V. *Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori*, Spagna, maço 4, fólio 15, carta de Paolo Tiepolo de 12 de Março de 1560. In J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p.268.

Pouco tempo após a promulgação do dito alvará, Paolo Tiepolo, embaixador veneziano em Toledo, informa, através de duas cartas enviadas desta cidade a 12 de Março de 1560 e a 1 de Junho do mesmo ano, o senado veneziano sobre a situação bastante delicada que existia entre a regente D. Catarina e os credores do rei, na esmagadora maioria genoveses. As cartas referem a intenção da soberana de baixar para 5% os juros que até então tinham sido de 10%, assegurando, porém, aos maiores mercadores estabelecidos em Lisboa, que “ (...) il Rè attenderà loro quanto è stato promesso et che saranno di certo pagati del tratto del pevere, che in grandíssima quantità deve giunger colla flotta che di giorno in giorno si aspetta.”<sup>411</sup> Em carta datada do mês de Junho do mesmo ano, o embaixador insiste nos juros de 5% sobre o débito que o rei tinha com os mercadores de dois milhões de ouro, acrescentando que, para satisfazer os credores, oferecia “ (...) libertà a loro di entrare nella compagnia di quelli che levano le spitiarie.”<sup>412</sup>

Neste clima de insegurança financeira, os Affaitati, que, entre 1542 e 1558 tinham acumulado uma grande fortuna, foram atingidos pela crise da década de 60 e obrigados a liquidar os seus negócios em Medina del Campo e Sevilha. Uma carta de 3 de Outubro de 1567 declara-os insolventes.<sup>413</sup> Apesar da conjuntura pouco favorável e da falência, conseguiram, contudo, manter-se no circuito económico, adaptando-se a um mercado em recessão. Documentos das chancelarias régias, comprovam, de facto, que a casa dos Affaitati ainda intervinha em negócios com a corte. Veja-se, com efeito, o padrão de juro entregue a Agostinho Affaitati, o filho mais velho do conde, a quem o rei D. Sebastião tinha contraído dívidas<sup>414</sup>. Na carta enviada a Medina del Campo a 4 de

---

<sup>411</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>412</sup> A.S.V., *Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori*, Spagna, maço 2, fólio 26, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p.269.

<sup>413</sup> Cf., J. Gentil da Silva, *Banque et crédit en Italie au XVII siècle...*, p. 624, n. 123.

<sup>414</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique*, L. 16, fls. 101-104v.

Abril 1577<sup>415</sup>, Fernando de Morales informa da dívida que o rei D. Sebastião tinha com os Affaitati e do negócio que o rei pensava contrair com os seus credores: se eles adiantassem a quantidade de dinheiro correspondente à dívida que o rei devia, este obrigava-se a restituir o dinheiro no prazo de um ano, “(...) en el contrato de la pimenta, sobre Nataniel y Jacome de Bardi, en cuja cabeza esta ell comtrato.”<sup>416</sup>

Da terceira geração dos Affaitati, os filhos de Agostinho, João Francisco, Cosme e Cristóvão, dedicar-se-ão principalmente ao serviço da coroa assegurando os seus negócios ultramarinos.

O primeiro, João Francisco Affaitati, neto do conde Affaitati e filho de Agostinho Affaitati e Maria de Távora, sendo, recordamos, primo de Cristóvão de Távora, pertencera aos círculos próximos do rei D. Sebastião, que acompanhando-o na batalha de Alcácer-Quibir. Alí foi preso tendo, contudo, maior sorte do que o rei e o próprio Cristóvão<sup>417</sup>. Teve a Comenda de S. Maria de Mirandela no arcebispado de Braga, que foi avaliada, em 1584, em 150.000 cruzados<sup>418</sup>, e, ao casar-se com D. Antónia da Silva, filha de Rui Gomes de Azevedo, Capitão da Mina e alcaide-mor de Alenquer, e de Dona Jerónima Sernigi, neta de Girolamo Sernigi<sup>419</sup>, deu origem, com o nascimento de três filhos, Agostinho de Lafetá<sup>420</sup>, D. Maria e D. Margarida, a uma descendência

---

<sup>415</sup> Cf. J. Gentil da Silva, *Lettres de Lisbonne...*, T. III, p.119.

<sup>416</sup> *Idem*, p.121.

<sup>417</sup> João Francisco Affaitati foi resgatado como plebeu juntamente com outros cento e um cativos que, apesar de serem fidalgos, não se podiam descobrir por causa do preço do resgate. Cf., Queiroz Velloso, *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946, p. 34.

<sup>418</sup> Figueiredo Falcão, *Livro de toda a fazenda*, Lisboa, 1859, p. 213.

<sup>419</sup> Cf., figura 2.

<sup>420</sup> Agostinho de Lafetá casou com D. Maria Violante de Vilhena irmã de Pedro Jacques de Magalhães e filha de Henrique Jacques de Magalhães, tiveram cinco filhos. Cf., Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana...*, pp. 158-160. A um dos filhos, Christovão de Lafetá e Sande, foi feita mercê de mil reis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia: “Ouue Magestade por bem fazer merce ao dito Christovão de Lafetá de o tornar no mesmo foro de seu moço fidalgo com mil reis de moradia per mes, e hu alqueire de cevada por dia paga segundo ordenança e he o foro e moradia por quanto dito seu Pay lhe pertence e o Alvará foi feito a 24 de Dezembro de 708”, IAN/TT, *Registo Geral de Mercês, D. João V*, Livro 3, fl.24v.

que, simultaneamente une as casas Affaitati e Sernigi com as casas da nobreza portuguesa dos Távora. Há notícia duma verba de oitenta mil rs. de tença “(...) que por este padrão avia dona Margarida de Távora<sup>421</sup> contenda nesta Registro, pertencerão a Agostinho de Lafeta<sup>422</sup> seu sobrinho como se vyo por certidão de justificação do pimeiro dia de Junho deste ano, de q eu Jorge da Cunha escrivão da Torre do Tombo pus aqui esta verba por despacho do cons.o da faz.a deste anno, em Lix.a a dezoito de Junho de 633.”<sup>423</sup>

A família Affaitati, como ressalta destas páginas, teve um peso importante na sociedade portuguesa quer ao nível económico quer ao nível de relações com os círculos próximos da corte. Veja-se que os membros desta família se relacionam com pertencentes aos círculos da nobreza portuguesa e com os membros de outras famílias abastadas italianas, entre as quais destacamos a família Giraldi cujo percurso na praça de Lisboa importa agora conhecer.

---

A mesma mercê foi reservada ao filho de Cristóvão de Lafetà, Bernardo de Lafetà: “Ouue Magestade por bem fazer merce ao dito Bernardo Lafetà de o tornar no filhamento do mesmo foro de seu moço fidalgo com mil reis de moradia por mez, e hu algueire de cevada por dia paga segundo ordenança e he o foro e moradia por quanto o dito seu Pay lhe pertence e o Alvará foi feito a 3 de Janeiro de 709”, IAN/TT, *Registo Geral de Mercês, D. João V*, Livro 3, fl.25.

<sup>421</sup> Trata-se de D. Margarida de Távora, irmã de João Francisco Lafetá. Cf. figura 3.

<sup>422</sup> Filho de João Francisco Lafetá e D. Antónia da Silva. Cf. figura 3.

<sup>423</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, L. 28, fl.342

### 3.1.3 A casa Giraldi

Nos primeiros anos de Quinhentos, o nome de outro florentino, Luca Giraldi, começava rapidamente a circular, quer entre os seus conterrâneos, quer entre as altas esferas da nobreza portuguesa.

Segundo afirma o tio de Giovanni da Empoli ao escrever a história da vida do sobrinho, as primeiras notícias que temos da presença em Lisboa de Luca Giraldi remontam a 27 de Dezembro de 1502, quando, a pedido dos Gualterotti e Frescolbaldi, mercadores-banqueiros florentinos nas Flandres, Giovanni da Empoli, após uma permanência de 9 meses na dita casa comercial, foi escolhido para ser enviado para Lisboa como agente da companhia florentina na Flandres. De Lisboa, Giovanni da Empoli devia embarcar para Calecut. Chegado à capital portuguesa, Giovanni da Empoli viveu em casa de João Francisco Affaitati “grandissimo merchadante in Lisbona” onde encontra o jovem Luca Giraldi que também trabalhava para os Gualterotti<sup>424</sup>. Devemos, contudo, supor que o autor da *Vita*, na altura com 89 anos, tenha confundido a primeira vinda de Giovanni da Empoli a Lisboa com as seguintes. De facto, seguindo fontes italianas, Luca Giraldi nasceu a 25 de Fevereiro de 1493, filho primogénito de Niccoló di Giovanni Giraldi, e de sua mãe Margherita di Luca di Agostino Capponi<sup>425</sup>, duas famílias abastadas de mercadores. Devemos, por isso, concordar que o encontro entre Giovanni da Empoli e Luca Giraldi deu-se sensivelmente uma década mais tarde, em 1514.

Certo é que a amizade entre os dois mercadores florentinos foi longa, sendo tal dado confirmado pelas disposições do testamento de Giovanni da

---

<sup>424</sup> Cf. *Vita* di Giovanni da Empoli escrita pelo tio Girolamo em 1530. Utilizo a transcrição de Marco Spallanzani, *Giovanni da Empoli-mercante navigatore fiorentino...*, p.102.

<sup>425</sup> ASF, *Carte Dei*, Ms. 390, *Documenti E Provanze Albero della nobil famiglia de' Giraldi*, fl. 69.

Empoli, datado de 5 de Abril de 1515<sup>426</sup>. De partida para a terceira viagem ao Oriente para ocupar o cargo de feitor em Sumatra sob pedido do rei D. Manuel, Giovanni da Empoli decide, “perché l’uomo non sa della vita nè della morte”<sup>427</sup>, finalizar as numerosas operações ligadas às várias partilhas dos capitais investidos pelos financiadores da segunda viagem concluída apenas há cerca de 7 meses, em Agosto de 1514. Não tendo conseguido, por falta de tempo, resolvido todas as questões, e considerando que o encargo previa provavelmente uma estada prolongada, Giovanni da Empoli deixa disposições relativamente ao pagamento de débitos e liquidação de créditos. Apesar de deixar tudo ao pai, Leonardo, o extremo zelo do mercador florentino leva-o a escolher Luca Giraldi como depositário dos dois livros de contas, e a entregar-lhe uma quantidade de jóias de sua propriedade que tinha trazido da Índia, e mais preciosidades pertencentes a outros mercadores florentinos no Oriente, nomeadamente Piero Strozzi e Giovanni Buonagrazia, na altura já falecido.

Muitos exemplos de solidariedade para com os seus conterrâneos caracterizam o percurso vivencial de Luca Giraldi em Lisboa, e a humanidade que sempre distinguiu a sua atitude para com os amigos é-nos testemunhada nas palavras de Francesco Sansovino que, a propósito dos florentinos que se tinham distinguido no comércio, escreve: “Luca Giraldi fece in Lisbona risplendere al cospetto degli huomini di quel regno il nome fiorentino poichè vivendo signorilmente e alla grande in quelle parti diede gran saggio al mondo della sua molta prudenza.”<sup>428</sup> Recordámos que Giraldi foi escolhido por Carlo Strozzi como procurador para tratar da herdade do irmão falecido na Índia em substituição do conde Affaitati, aquando da morte deste, e lembramos a confiança e amizade que D. João de Castro, vice-rei da Índia, sentia em relação

---

<sup>426</sup> Cf., Testamento em A. Giorgetti, “Nuovi documenti su Giovanni da Empoli...”, pp. 322-329.

<sup>427</sup> *Idem*, p. 325.

<sup>428</sup> ASF, *Carte Dei*, Ms. 390, fl. 70.

ao mercador florentino ao nomeá-lo seu testamenteiro e deixando nas mãos dele “(...) todo o dinheiro que em minha terça acontecer.”<sup>429</sup> Além disso, outro episódio evidencia a sua compaixão para com as calamidades sofridas pelo povo português e “(...) em hum anno de gravissima fome neste R.no mandou vir por sua conta sete naos de trigo que mandou vender ao povo pello mesmo custo, sem nenhum ganho, e duas naos de senteio que graciosamente mandou repartir com os pobres.”<sup>430</sup>

Os manuscritos do Archivio di Stato de Florença elucidam-nos acerca da genealogia da antiga casa dos Giraldi florentinos e oferecem-nos dados relevantes para esclarecer como se estabeleceram os Giraldi em Portugal. De facto, as relações entre os membros da família Giraldi em Florença e os que se tinham mudado para Lisboa continuaram a manterem-se, entrelaçando-se os interesses financeiros desta casa comercial que actuava em diversos estados europeus. Muitas cartas enviadas de Lisboa foram conservadas, juntamente com outros escritos, no arquivo de Alessandro Giraldi em Florença, servindo de suporte para a redacção de relações manuscritas e, até ao momento, inéditas, que procuram reconstruir a história desta família.

No que diz respeito ao ramo dos Giraldi estabelecido em Portugal, debatemo-nos com alguns erros referentes, em particular, aos apelidos das famílias portuguesas que tiveram relações comerciais ou de parentesco com estes italianos.

Uma carta de 10 de Março de 1627 enviada de Madrid por Monsenhor Averardo Medici ao arcebispo de Pisa, insiste no bom nome dos dois irmãos

---

<sup>429</sup> A. Cortesão e L. de Albuquerque, (ed.), *Obras Completas de D. João de Castro*, IV vols. 1978-1982, vol. III, p.63, doc. 59 *Testamento de D. João de Castro*

<sup>430</sup> IAN/TT, *Genealogias Manuscritas*, 21-E-4, fl.265.

Giraldi, Luca e Nicolao, e no facto de continuarem a ser lembrados, recordando a sua distinta descendência<sup>431</sup>.

Luca Giraldi teve, como aliás já referimos, um mestre na sua formação financeira e comercial, o conde João Francisco Affaitati em cuja casa viveu durante algum tempo, estreitando laços de profunda amizade com os filhos do mercador lombardo.

Rapidamente, o sucesso nos negócios e a sua personalidade tornaram Luca Giraldi num homem rico e estimado e é importante sublinhar uma série de circunstâncias favoráveis que, sem dúvida, ajudaram o rápido sucesso deste florentino. Por outro lado, Luca Giraldi conhece três reinados, desde os anos da opulência do governo de D. Manuel, podendo ser estes considerados os anos da aprendizagem comercial do mercador florentino, passando pelos anos do reinado de D. João III, da regência de D. Catarina e do Cardeal D. Henrique. Morre Luca Giraldi, a 13 de Dezembro de 1565.

---

<sup>431</sup> Cf. a carta de Monsenhor Averardo de Medici a qual se reproduz neste espaço na integra pelas notícias sobre Luca, Nicolò e os seus descendentes:

“Il conte di castro é un cavaliere portoghese molto principale, mi há pregato a farli avere l’albero de Giraldi della qual famiglia Luca e Niccolò da 70 anni in qua passarno a Lisbona e dica al signor Jacopo Giraldi che farà gran servizio a questi suoi parenti perché questo conte deve aver pensiero d’imparentarsi com loro.

In questo regno di portogallo vennero due fratelli gentiluomini fiorentini, uno si chiamava Luca Giraldes il quale era il piú vecchio, e l’altro Niccoló Giraldes. Il Luca Giraldes fu uomo di gran denaro e molta mercanzia, non fu mai maritato, com tutto cio ebbe duoi figliuoli una maschio e l’altra femmina. Il maschio si diceva Francesco Giraldes il quale nel tempo de Re Portughesi stette per Ambasciatore in Inghilterra e dopo fu pró Vicerè al Brasil, ove há avuto una Capitania, se bem mi ricordo, dos Ilheos. La figliola di Luca sorella sua si maritó com Don Fran.co Portogallo fratello del Conte de Vimioso. Fu cavallerizzo maggiore del re Don Sebastião, il d.to Don Francisco ebbe alcuni figlioli, i cui nipoti sono oggidi vivi, come é la moglie di Don António Dalmada. Di Francesco Giraldes figlio di Luca ci é una figliola maritata com Francesco di Sa di Meneses fratello del Conte di Matosinhos, e nipote di questo, che oggi di vive, il quale é maritato com la figliuola del Conte da Toughia. Di Niccoló Giraldes fratello di Luca é stata una buona generazione. Molte figliuole che sono monache in Arura. Una si maritó com Don Giovanni di Castro signore di Resende appresso a Lamego, dal quale ebbe una figliuola che adesso si sposa com D. Girolamo figlio di D. António da Taide Conte da Castaddiro(sic). Lucas Giraldes figliuolo di Niccoló non fu maritato. Lasció per erede a questa nipota, chiamata D. Elena de Sousa che si marita com Don Jerónimo che aveva una gran dote.

Fu la moglie di Niccoló Giraldes nipota di Tomaso de Sousa parente della Casata di Castagneira.”, ASF, *Carte Dei*, Ms.390.

As estreitas relações de Giraldi com a família dos Cavalcanti e Affaitati permitiram-lhe construir uma considerável fortuna, permitindo-lhe alcançar um vasto espaço de acção na sua actividade de banqueiro e homem de negócios. Na verdade, Giraldi esteve associado ao banco de Roma de Giovan Battista Cavalcanti,<sup>432</sup> mercador florentino casado com uma sobrinha de Luca, facto que lhe possibilitou a criação duma rede de relações entre a Itália e Portugal através dos empréstimos aos embaixadores em Roma junto da Santa Sé. Vários testemunhos ao longo das décadas dos anos 40 e 50 de Quinhentos, corroboram a intensidade do negócio de Giraldi enquanto agente financeiro da Santa Sé. Para citarmos alguns exemplos, referimos a carta de 27 de Novembro de 1543 onde Baltasar de Faria, embaixador de Portugal em Roma, escreve ao Conde da Castanheira, informando-o sobre o cardeal Farnese, com quem o Conde de Castanheira mantinha relações muito amigáveis, e sobre as vicissitudes de D. Miguel da Silva, que se tinha refugiado em Itália. Na carta menciona que, no que diz respeito ao dinheiro, “ (...) se tomou aqui com trabalho e nam se achou menos de iiii e L por cruzado nem este respodente de Lucas o quis dar menos se Vosa Senhoria la nam ordena nele outra cousa.”<sup>433</sup> Anos mais tarde, em carta de 4 de Abril de 1554, o comendador-mor em Roma queixa-se ao rei de ter sido forçado a utilizar dinheiro do seu próprio ordenado e a ter de se dirigir a outro

---

<sup>432</sup> Membros da família Cavalcanti fizeram grandes fortunas no Brasil na produção do açúcar. Em 1578, Filippo Sassetti informa de Lisboa o amigo Baccio Valori que se encontrava no Brasil “Filippo Cavalcanti, irmão di Guido e Stiatta, il quale ha grandissime faccende alle mani, e é uomo di grande autorità e quasi soprastante a tutto, infino al próprio governatore. Dicono che e’ tiene gran corte com molti paggi e cavalli e spende l’anno in sua casa meglio di scudi cinquemila; e’ suoi negozi sono ingegni di zuccheri”, Filippo Sassetti, *Lettere da vari paesi...*, p. 218.

<sup>433</sup> *Colecção de São Lourenço* (prefácio e notas de Elaine Sanceau), Lisboa, Centro de Estudos Historicos Ultramarinos, 1973, p. 60. A 26 de Setembro de 1546 uma carta do rei D. João III a Baltasar de Faria dá-lhe conhecimento que o pagamento do pedido da dispensa papal pelo casamento de “Pero Jacome fidalgo da minha casa” seria feito através dum correspondente de Luca Giraldi em Roma. *Corpo Diplomatico Portuguez*, Tomo VI, 1884, p. 73.

banco porque “(...) os de Lucas nom mo quiseram dar dizendo me que ninhum aviso tinham disto.”<sup>434</sup>

Lourenço Pires de Távora, ao chegar a Roma, a 8 de Junho de 1559, devendo substituir o comendador-mor e tratar, junto da Santa Sé, da resolução de importantes assuntos portugueses, tais como a conservação da Inquisição em Portugal, bem como impedir a vinda do núncio apostólico ao reino de Portugal, informa o rei de Portugal, em carta de 8 de Setembro do mesmo ano, que “ (...) João Baptista Cavalcanti mercador florentino de grão credito e casado com sobrinha de Lucas Giraldes fez elle e outros hum contrato com este collegio e camara appostolica de hua somma de dinheiro para socorro das necessidades desta see vacante (...)”<sup>435</sup>. Na mesma carta afirma igualmente que “(...) não há nesta cidade quem queira dar dinheiro para la senão estes Cavalcantes”<sup>436</sup>. Reunidos em conclave para a eleição do novo Papa, que ocorreu a 25 de Dezembro de 1559 com a nomeação do cardeal de’ Medici, o colégio dos cardeais concedia a João Baptista Cavalcanti pelos seus empréstimos e serviços, “ (...) tudo o que nesses reynos de Vossa Alteza for devido a see appostolica assi de meas annattas, como de quindenios”<sup>437</sup>, sendo colector Nicolao Giraldi.

A correspondência de Lourenço Pires de Távora com o rei de Portugal, nos anos da sua permanência em Roma, oferece um quadro bastante claro de quão complicada era a questão financeira dos diplomatas no estrangeiro, nomeadamente, em Roma. As diligências exigidas de Lisboa para a toma de dinheiro do tesoureiro da Casa da Índia eram de tal maneira restritivas que dificilmente os mercadores podiam cumprir. Cavalcanti, escreve ainda Távora, era o único que estava disponível para emprestar dinheiro, desde que o

---

<sup>434</sup> *Corpo Diplomatico Portuguez*, t. VI, 1884, p. 339.

<sup>435</sup> *Idem*, t. VIII, p. 219.

<sup>436</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>437</sup> *Idem*, *ibidem*.

pagamento fosse feito em pimenta na Casa da Índia de acordo com Giraldi<sup>438</sup>. O banco dos Cavalcanti encontrava-se ainda associado ao dos Affaitati em Antuérpia, e podemos, portanto, imaginar o volume das informações e a dimensão dos negócios que estavam entre as mãos destes homens poderosos, Luca Giraldi inclusive.

Devemos referir que foi em Lisboa, ao serviço do Conde João Francisco Affaitati, que Luca Giraldi deu os primeiros passos nos negócios portugueses, através da constituição de sociedades com outros membros da família Affaitati. Deste modo conseguiu expandir e reforçar os seus negócios em toda a Península Ibérica. Tornou-se procurador, como anteriormente referimos, do Conde Affaitati no contrato que este tinha estipulado com o rei a 18 de Março de 1529, pouco antes de falecer, e que foi apresentado por Capelan de' Capelani<sup>439</sup>, mercador residente na cidade de Funchal onde teve lugar a apresentação.

A partir de 1530, a actividade comercial de Luca Giraldi vai-se rapidamente desenvolvendo, assim como a integração nos circuitos da corte portuguesa. Um dos importantes testemunhos da rede comercial criada pela família Giraldi é constituído pelos livros de contabilidade da casa comercial dos Affaitati estabelecida em Antuérpia e chefiada por João Carlos Affaitati,

---

<sup>438</sup> *Idem*, p. 413.

Devemos assinalar a carta de 12 de Agosto de 1562 enviada pelo Cardeal Farnese à rainha D. Catarina em que o eclesiástico, apesar de confirmar o costume de utilizarem os serviços de Luca Giraldi, se queixa, contudo, da atitude de Lucas Giraldi “Serenissima Regina. Siccome io desidero sempre occasione di poter servir Vostra Maestà così nelle occorrenze mie mi pare poter ricorrere confidentemente al suo gratioso favore la onde vengo ora à supplicarla che le piaccia d’esser servita di commandare che il notario, che altre volte si rogò di certo instrumento trà Luca Giraldi et alcuni miei agenti, sia astretto come ogni ragion vuole à doverlo dare in forma autentica al mio procuratore Nunno Diaz satisfacendolo del suo diritto, acciò si possa procedere à nome mio contra il detto Giraldi per alcuni interessi, che io pretendo haver con lui, che lo riceverò in luogo di singularissima gratia da V.M., la quale Nostro Signore Iddio sia pregato à conservar lungamente come ella desidera.

Di Caprarola a 12 Agosto 1562” *Corpo Diplomatico Portuguez*, 1981, vol. X, p.6.

<sup>439</sup> Em 1568 Cappelán de' Capellani ainda produzia açúcar que fornecia às companhias dos Affaitati e sócios disseminadas pela Europa. De facto, no fim da sua vida, Jean-Charles Affaitati estabelece em Antuérpia uma das maiores refinarias de açúcar conhecida durante séculos com o nome de “Balbani’s suikerhuis”. Mais tarde, a sociedade estabelecida em Antuérpia recebe o açúcar e o melaço de Francisco Nardi na Madeira. Cf. Denucé, *Inventaire...*, pp.17 e 18.

sobrinho do conde Affaitati, cuja publicação ocorreu em 1934 por J. Denucé. O *Inventaire* do ramo da família Affaitati em Antuérpia, apresenta o manancial informativo extraído dos *Grands Livres*, tornando, assim, possível a reconstituição da rede de negócios que a casa comercial mantinha com os mercadores lisboetas. Através da relação de nomes e listas dos clientes de Lisboa que tinham uma conta em Antuérpia, dos nomes das companhias que faliram e, finalmente, dos nomes dos fundadores de novas *dinastias* de comerciantes, ressalta, do Inventário da companhia Affaitati de Antuérpia, um quadro preciso dos circuitos e da mobilidade dos bens deste tempo.

O estabelecimento em Antuérpia, no ano de 1514, de João Carlos Affaitati, sobrinho do Conde Affaitati, foi o momento que marcou toda a futura e intensa cooperação entre os mercadores italianos que residiam em Lisboa e a sede da casa comercial Affaitati em Antuérpia. Conhecedor do meio comercial europeu, João Carlos Affaitati fez a sua aprendizagem comercial no circuito estabelecido entre Cremona, Veneza e Lisboa onde frequentemente se deslocava para tratar dos seus negócios e onde entreteceu laços de amizade com os ricos cristãos novos Mendes, cuja família também tinha membros estabelecidos em Antuérpia desde 1512.

A colaboração entre os Affaitati e os Mendes foi concretizada devido ao comércio das especiarias, como documenta uma fonte do arquivo de Antuérpia de 1532<sup>440</sup>, patenteando que Diogo Mendes e João Carlos Affaitati compraram, ao rei de Portugal, uma grande quantia de especiarias no valor de 12.000.000, com a condição de que o rei não as vendesse senão a eles. Mendes e Affaitati coligaram-se então com um grupo de seis a doze mercadores que contribuíram,

---

<sup>440</sup> *Bulletin des Archives d'Anvers*, t. VII, pp. 215 e seg. O contrato das especiarias tinha sido efectuado pelo feitor do rei de Portugal, Manuel Cirne, com João Carlo Affaitati, por um lado, e, por outro, Diogo Mendes e Gabriel de Negro.

cada um, com 10-12.000 ducados<sup>441</sup>. Porém, quando em 1532 foi espalhada em Lisboa a notícia de que Diego Mendes tinha sido preso por heresia, D. João III, receando os prejuízos a que não se podia permitir, “ (...) pois eram eles que, em grande parte, lhe forneciam o capital e as mercadorias necessárias à manutenção do comércio Oriental”<sup>442</sup>, intervém junto de Carlos V para que se proceda à libertação de Diogo Mendes. Contudo, apesar destas diligências, os Mendes ficaram momentaneamente comprometidos. Para não perder o negócio das especiarias, João Carlos Affaitati associa-se a Luca Girdali e a um grupo de judeus constituído por Antoine Fernandes, Loys Fernandes, Ruy Perus, Diego de Camergo, Steven Perus, Fernande de Espagne, Emanuel Sarrano, os filhos de Gonsale Fernandis, Rodrigo de Peris, Diego Dies, Loys de Cyvilia, Gabriel de Negro e o próprio Diogo Mendes. Entre o grupo de cristãos novos em Lisboa contam-se Francisco Mendes, irmão de Diogo, Antonio Martines, Nunes Henricus, Henrico Noenes, Alonche de Torris, Diego de Torris, George Vixorda, Thomas Sarrano.

Assim, a partir de 1533, Luca Girdali entra no comércio das especiarias sob os melhores auspícios porque, como refere, a 19 de Setembro de 1533, D. João III ao vedor da fazenda, D. António de Ataíde, conde da Castanheira, o tempo era favorável para o despacho e o preço da pimenta visto que de Alexandria não tinha vindo pimenta nenhuma<sup>443</sup>. A 6 Agosto 1533, Girdali obteve a cobiçada carta com os privilégios dos mercadores alemães<sup>444</sup>.

Luca Girdali viajou, mais do que uma vez, para a Índia, capitão da nau Urca em 1540 e da nau Bom Jesus em 1551<sup>445</sup>. Foi armador da nau Espírito Santo em

---

<sup>441</sup> Cf., J. Denucé, *Inventaire...*, p. 20.

<sup>442</sup> A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no comércio da especiarias...*, p. 46.

<sup>443</sup> Cf., *Letters of John III King of Portugal, 1521-1557*, Cambridge, 1931, pp. 142-143.

<sup>444</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, L. 45, fl. 51v.

<sup>445</sup> Cf., BNL, *Pombalina* 123, fl. 111: na armada de 1551, capitão-mor Diogo Lopez e Sousa, iam os seguintes capitães: Diogo de Almeida, que vai provido da capitania de Dio, Lopo de Sousa, Aires Moniz, Jacome de Mello, Lucas Girdales, Francisco Lopez de Sousa.

1544 juntamente com Álvaro Barradas e, em 1553, os irmãos Girdali, Luca e Nicolau, armaram a nau Nossa Senhora do Loreto, também chamada Rosário<sup>446</sup>.

Comercializando vários produtos, o que diminuía o risco de falência caso houvesse uma queda nas vendas dum produto, Luca Girdali entrega-se, de facto, ao exercício de múltiplas actividades: ao comércio de escravos, de armas, de cereais, para além do açúcar e das especiarias, e não se preocupa com o facto de comerciar com os mouros, com quem manteve, durante anos, um comércio intenso que lhe deve ter proporcionado largos lucros apesar de, como de facto aconteceu, tal lhe ter causado problemas com a Inquisição<sup>447</sup>.

Os reconhecimentos régios que lhe foram outorgados em 1550 e 1557<sup>448</sup>, confirmam que o banqueiro-mercador florentino tinha chegado ao apogeu da sua fortuna, após décadas de negócios arriscados mas rentáveis e uma constante colaboração com a coroa portuguesa<sup>449</sup>.

Confirmando o luxo em que vivia o rico mercador-banqueiro florentino em Lisboa, possuímos, numa lista de palácios apresentada ao cardeal D.

---

<sup>446</sup> Cf. A. Braamkamp Freire, *Emmenta da Casa da Índia...*, pp. 46 e 58.

<sup>447</sup> Isaías da Rosa Pereira no seu estudo “Lucas Girdali, mercador florentino, na Inquisição Portuguesa,...”, pp. 289-314, refere um processo apresentado a 23 de Janeiro de 1553, em que Luca Girdali é acusado de fazer comércio com os mouros no Norte de África “*de dez anos a esta parte*”. As testemunhas chamadas a depor confirmaram que Luca Girdali levava, de facto, mercadorias a lugares de África, Tarudante e Marrocos. Lacre, roupa da Índia, barretes e cravo eram as mercadorias frequentemente comercializadas, que pertenciam a Luca Girdali e a Rui Lourenço de Távora. Este último, contudo, segundo refere o próprio Girdali, tinha uma licença escrita pelo rei. O desenvolvimento do processo revela-nos a despreocupação de Luca Girdali face ao Santo Ofício: dois anos e oito meses depois da sua autodefesa, que ocorreu a 7 de Fevereiro de 1553, chamado para que viesse “alegar na causa em que havia muito tempo se não falava”, Girdali respondeu que teria nomeado um procurador para tratar disso. A partir deste momento parece que dos dois lados o assunto não foi tocado, não existindo qualquer documento acerca do processo. Este episódio, contudo, não prejudicou de maneira nenhuma a figura do rico comerciante.

<sup>448</sup> Em 1550 obteve a legitimação dos filhos Francisco e Luisa, IAN/TT, *Chancelaria D. João III, Perdões e Legitimações*, L. 17, fl. 91v.-92; em 1557 foi-lhe concedido usar o seu brasão, cf. P. Peragallo, *Cenni intorno alla colônia italiana...*, p. 85.

<sup>449</sup> Em muitas ocasiões o rei D. João III valeu-se dos serviços financeiros de Luca Girdali: recordamos, a título de exemplo, a carta régia de 10 de Setembro de 1537 em que o rei manda que Luca Girdali passasse uma letra de crédito a João Vaz de Caminha para que este pudesse receber em Génova 15.000 cruzados para despesas de certas coisas do serviço do rei, IAN//TT, Corpo Cronológico parte I, maço 59, doc.62; mais, no mês de Junho de 1545 o rei D. João III escreve a Luca Girdali para emprestar a Onorato Cays “hum conto de prata”. IAN//TT *Colecção de S. Vicente*, vol. III, fl.61.

Henrique para a instalação do seminário arquiépiscopal, a referência ao grandioso palácio em que morava Luca Girdali, contíguo ao de Lourenço de Sousa, dos Sousa aposentadores mores<sup>450</sup>. Morava, Luca Girdali, nas casas da freguesia da Sé<sup>451</sup>, uma das freguesias que reunia os homens e mulheres mais abastados de Lisboa<sup>452</sup>, e precisamente “ (...) no Largo do Correio mor as quaes tem um letreiro que diz Giraldez de Florença.”<sup>453</sup> Sabemos que também possuía casas junto à porta de Santa Catarina, “ (...) da banda de dentro (...) que vay da ditta porta para a Trindade ao longuo dum muro, e são as primeiras que tem hum pateo grande e dentro tem duas moradas de cazas grandes e por detrás vay hum quintal (...)”<sup>454</sup>. Estas pertenciam a Álvaro Roiz em 1484 e, depois de seu falecimento, ficaram para o sobrinho dele, Duarte de Azevedo, casado com Dona Antónia de Ataíde a quem, com escritura efectuada no mês de Outubro de 1552, Luca Girdali comprou as casas com a declaração que havia de pagar 547 réis cada ano de foro à cidade de Lisboa, e que, depois do seu falecimento, as casas passassem ao filho Francisco<sup>455</sup>.

A sociedade com os Affaitati manteve-se até a morte de Luca Girdali e foi constelada por acções de alta finança. Após o falecimento de João Carlos, ocorrido a 24 de Agosto de 1555, foi estipulado, em 1559, o contrato das especiarias que pertencia a uma sociedade de que faziam parte João Baptista Affaitati, António e Jerónimo del Rio, os herdeiros de Luiz Perez, e António de

---

<sup>450</sup> E. Prestage e P. de Azevedo, *Registo da Freguesia da Sé, Lisboa*, 1924, vol. I, p. 130.

<sup>451</sup> ANSL, Caixa IX, doc. 1b “ (...) na freguesia da See nas cazas em que pouza o dito Lucas Girdales”

<sup>452</sup> Cf. A. Borges Coelho, *Quadros para uma viagem a Portugal...*, pp. 92 e seg.

<sup>453</sup> IAN/TT, *Genealogias Manuscritas* 21-E-4, fl. 268.

<sup>454</sup> ANSL, *Livro dos Registos das propriedades foreiras à Igreja*, fl.11.

<sup>455</sup> ANSL, *idem*. Relativamente à propriedade destas casas, o doc. 118, Caixa XIX, apresenta a “Certidão authentica do reconhecimento do Senhorio direito a favor do Senado da Camara feito em 1557 por Lucas Giralde de huma caza ao longo e dentro do muro da cidade às Portas de Santa Catharina, na Travessa que ia para a Trindade, e contíguas à Igreja do Loreto, as quaes pagavam de juro annual ao Senado de Lisboa 547 reis, e eram de Sebastião de sà de Menezes em Maio de 1652, quando esta certidão foi passada.”

Salazar. Os correspondentes em Lisboa destes contratadores eram Luca Giraldi, Manuel Cirne, Alonso de Sottres e Diogo de Castro<sup>456</sup>.

A Rainha D. Catarina informa o duque de Bragança do contrato que se tinha feito, em nome do rei D. Sebastião, com Luca Giraldi e Diogo de Castro sobre a pimenta da Índia, pedindo o seu parecer sobre o dito negócio. O contrato obrigava os contratadores a trazerem “ (...) das ditas partes de trinta para quarenta mil quintões, comprado la na India por seu dinheiro, e trazido a seu risco, e a sua custa e despesa a esta cidade, na qual ele El Rey meu neto há de mandar pagar por cada quintal a nove cruzados.”<sup>457</sup> A Rainha considerou estipular o dito contrato devido às dificuldades em que se encontrava a fazenda real. De facto, para encontrar o dinheiro necessário à compra das especiarias, era necessário recorrer aos empréstimos, o que causava enormes prejuízos para a fazenda real<sup>458</sup>. Os contratadores, Lucas Giraldi, Diogo de Crasto<sup>459</sup>, Diogo Martins<sup>460</sup> e B. Barretto obrigavam-se a enviar em cada ano para a Índia até 1564 data prevista para o fim do contrato, cinco navios, sendo que o rei podia enviar apenas dois navios. Além disso, prometiam enviar cada ano 100.000 cruzados para a compra da pimenta, tendo a possibilidade de “ (...) mandar mais para a compra o cabedal da dita pimenta nas mãos das ditas 5 armadas tudo o coral que quizesse, lavrado ou par lavar, e azougue vermelha, pedra hume, e todas as mais mercadorias que lhes parecesse, não sendo chumbo, estanho, marfim, nem mais cobre que o que fosse necessário para compra da dita pimenta, nem poderão

---

<sup>456</sup> J.A. Goris, *Etudes sur les Colonies marchandes meridionales à Anvers de 1488 a 1567*, Louvain, 1925, p.202.

<sup>457</sup> BNL, *Fundo Geral*, Caixa 201, doc.141.

<sup>458</sup> BNL, *Fundo Geral*, mss.201-141.

<sup>459</sup> Diogo de Crasto tinha uma sociedade com Manuel Caldeira e Bento Roiz já antes de 1556 para os tratos de S. Tomé e Cabo Verde, no que concerne o tráfico negreiro com as Índias de Castela, Cf., Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, Lisboa, Colibri, 1999, p. 78.

<sup>460</sup> Diogo Martins, Luca Giraldi, Jacome Bardi e outros homens de negócios foram testemunhas em 1562 da *carta de poder* de Rodrigues e M. Caldeira a Manuel Henriques para que os representasse na cobrança de todos os direitos em Sevilha, Cádiz ou Castela. Cf. Maria da Graça A. Mateus Ventura, *op. cit.*, p. 79.

mandar artelharia nem armas para lá as vender.”<sup>461</sup> O contrato, contudo, não correu como previsto e, apesar de os contratadores serem homens bem abastecidos, no quarto ano conseguiram enviar apenas uma nau e pediram a desobrigação para o último ano<sup>462</sup>.

Houve um momento, em meados da década de 40, em que Luca Giraldi ficou desiludido com o comércio das especiarias “ (...) a cousa vay já tanto em perdiçã asy pera o nosso contrato como pera a fazenda de Sua Alteza por que pasado ho nosso tempo era neçesario que Sua Alteza mande dar setas drogas de graça (...)”<sup>463</sup>. Esta foi, provavelmente, a altura em que Giraldi se interessa pelo Brasil, nomeadamente para S. Jorge dos Ilhéus obtendo, a 26 de Março de 1547, do capitão donatário dos Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correia, a concessão duma sesmaria que começava “ (...) de vinte braças da parte do sull da boca da barra domde entra o Rio de Taype no mar”. Juntamente com Jorge de Figueiredo Correia, Mem de Sá e Fernão Alvarez, Giraldi apetrecha, em 1550, pelo menos três engenhos em torno da vila de S. Jorge dos Ilhéus, e, em 1561, compra a capitania dos Ilhéus, pela quantia de 4.825 cruzados, a Jerónimo de Alarcão de Figueiredo<sup>464</sup>. A decepção do mercador florentino face ao comércio das especiarias é testemunha, de facto, da crise dos anos 1545-1550.

O incremento do comércio do pau-brasil e da indústria da cana-de-açúcar são, de facto, próprios destes anos de meados de Quinhentos em que o fecho da feitoria de Antuérpia<sup>465</sup> é a prova concreta da crise financeira do reino de

---

<sup>461</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 11410, em anexo, doc.2.

<sup>462</sup> BNL, *Pombalina* 644, fl. 396.

<sup>463</sup> Carta de Luca Giraldi a D. João de Castro escrita de Lisboa a 15 de Março de 1546, in V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro...”, p. 31.

<sup>464</sup> IAN//TT, *Chancelaria D. Sebastião*, L. 17, fls. 89v e 81, in V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro...”, pp. 13 e 15.

<sup>465</sup> Com carta de 15 de Fevereiro de 1549 o rei mandou regressar o feitor das Flandres, como informa o embaixador veneziano em Madrid a 25 de Fevereiro do mesmo ano “Ricevessimo li di passati piu mano di lettere nostre, et per quelle de 25 del preterito havemo inteso, come il fattor del Ser.mo Rè di portogallo, il qual teniva la casa in Anversa, era per levarla di li et di ordine di Sua M.tá partise, havendo

Portugal e em que a recuperação do trato do Levante, como noticiado ao Senado veneziano, concorria perigosamente com a Rota do Cabo.”<sup>466</sup> Para além de mais, a falta de trigo que fustigava Portugal levou a rainha D. Catarina, com carta de 15 de Março de 1546, a dispor que a Câmara de Lisboa permitisse a saída “ (...) d’uma porção de trigo, no valor de mil cruzados (...)”<sup>467</sup>. Este tinha sido mandado comprar por Luca Girdali para abastecer algumas cidades do Algarve particularmente indigentes, “(...) vista esta necessidade tão grande em que estão estes meus lugares.”<sup>468</sup> Uma carta de 25 de Março do mesmo ano de Baltazar de Faria ao rei D. João III, comunica que Luca Girdali se preocupa com a importação de trigo para Lisboa<sup>469</sup>.

Estimado e apreciado pelas personalidades mais brilhantes da altura – a amizade com o Bispo de Angra, D. Rodrigo Pinheiro<sup>470</sup>, e a já citada intimidade com João de Castro são apenas alguns exemplos – muito bem integrado no seio da sociedade portuguesa, Luca Girdali participa na festa de recepção da Princesa D. Joana que a 3 de Dezembro de 1552 tinha chegado ao Barreiro. O príncipe D.

---

essa deliberato, che chi vorà specie vadi à pigliarle à Lisbona (...)” ASV, *Senato Secreta, Deliberazioni*, Registro 66, fólio 70v. In J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 262.

<sup>466</sup> “Di quanta utilità sia sempre stata la navigatione delle galee nostre al viaggio di Alessandria si alla Sig.ra nra, come alli nostri mercadanti cada uno di quello consiglio lo può saper et havendosi havuti diversi avisi che al presente di quelli parti si attrova molta robba et massimamente specie è cosa conveniente per li sopraddetti rispetti far navicar hora à quel viaggio una muda di galee il che è stato et consigliato dalli Savii nri sopra la mercantia St. Piero. L’anderà parte che col nome del Spirito Santo al detto viaggio di Alessandria siano poste galee doi ciò è la conserva ultimamente ritornata da Barutto et una vecchia che al presente si conzia nell’Arsenal le quali debbano essere date dalli patroni del detto Arsenal e spediti per li 18 de luglio pross. venturo, sotto pena de ducati”, ASV, *Mar, Incanti di Galere*, volume 2, folio 76 in J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 261.

<sup>467</sup> E. Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*, tomo I, p.545.

<sup>468</sup> *Idem*, ibidem.

<sup>469</sup> “Duas naos de floremtis sam partidas pera Lisboa avera XV dias com trigo. Hua não que se dis a Galega por mestre Arnao Fernandes de Lucas Girdaldes aribou aqui com atuns e partio avera 8 dias pera Cecilia carregar de trigo pera Lisboa. Carta de Roma a XXV de março de 1546” in: *Corpo Diplomático Portuguez*, Lisboa, Typographia Real das Sciencias, 1884, vol. 6, p.32.

<sup>470</sup> O Bispo de Angra, juntamente com o Padre dos Carmelitas e o Prior do Convento de Palmela, foram enviados, a 1 de Setembro de 1535, pelo Monsenhor R. Marco Vigerio, Bispo e Conde de Senigallia, Nuncio Apostólico a Latere, para vigiar que os confrades italianos cumprissem os preceitos estabelecidos nas Bulas papais. Foi, supomos, nesta altura, que se iniciou a amizade entre o Bispo de Angra e Luca Girdali. Cf. ASNL, Caixa I, *Fatto Lauretano 1728*.

João, filho de D. João III, a 5 de Dezembro de 1552 foi receber a noiva ao Barreiro com uma “caravela muito rica”. Voltou acompanhado pelos batéis da cidade, da Casa da Índia, do Armazém, da Alfândega, de Luca Giraldi e sua casa “ (...) com toldo de seda e os remeiros de libré amarela e branca com suas bandeiras do mesmo teor”, Diogo Martins e sua casa “ (...) com toldo de seda amarela, branca e azul, com remeiros do mesmo teor (...) Diogo de Castro e sua casa levava outro batel da mesma maneira.”<sup>471</sup> Também participaram, com os seus batéis, Marco Antonio juntamente com os refinadores de açúcar e *Miçer Bernardo*<sup>472</sup>. Luca Giraldi já tinha feito referência, na carta ao amigo vice-rei D. João de Castro, a “ (...) estes venezeanos que refinã hos açuquares, meus amigos (...)”<sup>473</sup> e que podemos identificar com Marco Antonio Priuli, veneziano, filho de Antonio Priuli, o qual foi recomendado através de uma carta do *doge* de Veneza, Pietro Lando, a João III para que fosse bem recebido em Lisboa onde tinha sido enviado com a missão de abrir uma actividade comercial<sup>474</sup>. Na mesma carta de

---

<sup>471</sup> *Lembrança das festas que se fizeram em Lisboa ao recebimento do Príncipe D. João, filho de el Rei D. João o 3º que casou com a Princesa D.ª Joana, filha do Imperador Carlos V*, in Ana Maria Alves, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizontes, 1986, p.77.

Devemos sublinhar que no ensaio de Eddy Stols, “O doce nunca amargou...e nem em Flandres”. A dinâmica do novo açúcar brasileiro nas relações económicas de Portugal com Flandres na época de D. João III..., na p.477, está, erroneamente, assinalado que os flamengos foram os únicos estrangeiros que participaram nas festividades que se desenrolaram no rio Tejo a 3 de Dezembro de 1552 em ocasião do casamento de D. Joana com D. João.

<sup>472</sup> É muito provável tratar-se do florentino Bernardo Nasi irmão de João Baptista Nasi da nota casa comercial Nasi de Lyon.

<sup>473</sup> Carta de Luca Giraldi, escrita de Lisboa a 15 de Março de 1546, in V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro...”, p. 37.

<sup>474</sup> Veneza, 1 de Agosto 1541 “Serenissimo et excellentissimo Domino Joanni Dei gratia regi Portugalliae et Algarviorum citra et ultra mare in Africa domino quo Guineae et conquestae navigationis ac commercii Aethiopiae Arabiae Persiae et Indiae. Illustrissimo Petrus Leando Dei gratia dux Venetiarum etc salutem et prosperorum successuum incrementa. Qui Maiestati Vestrae has litteras reddet Marcus Antonius Priolus est dilectissimi nobilis nostri Antonii Prioli procuratoris Sancti Marci filius quem pater cum in negotium mittere vellet nihil habuit antiquiusquam ut in nobilissimus istud regnum sese conferet atque Ulisponae totius occidentis emporio domicilium sibi collocaret. Nos vero quem adolescentem optimis moribus ornatum vel sua vel patris prestantissimi viri causa vehementer amamus charumque habemus eum non potuimus proficiscentem non hisce litteris prosequi. Quibus Majestatem Vestram ex animo rogamus pro antiqua mutuaque benevolentia nostra ut eum atque Joannem de Ulmo nostrorum hominum consulem quibuscumque in rebus aequis juvare et facilem se atque proclivem in eorum commoda et beneficia

1541, o doge apadrinhou, além de Marco António Priuli, o veneziano Giovanni dall’Olmo que, desde 1546 até a morte, ocorrida em 1588, desempenhará as funções de cônsul dos venezianos em Lisboa. Entre os venezianos de nobre descendência residentes em Lisboa destaca-se Fabrizio Bembo, filho de Stefano Bembo, a quem o rei D. João III concedeu a 24 de Novembro de 1545 a faculdade de usar o seu brasão. Ao filho de Fabrizio, Alfonso Bembo, foi renovado, a 28 de Janeiro de 1563, o privilégio e confirmado em 1584. Ambos mantiveram frequentes relações comerciais com a casa Affaitati de Antuérpia entre 1548 e 1558<sup>475</sup>. Afonso Bembo exerceu, em 1605, ainda o cargo de mordomo na Igreja do Loreto<sup>476</sup>.

Por seu turno, na segunda década de Quinhentos, a comunidade italiana em Lisboa vive um dos seus momentos mais importantes, sendo Luca Giraldi um activo participante. Em 1518, a esmagadora maioria da comunidade italiana em Lisboa resolveu mandar erigir uma Igreja dos Italianos que fosse isenta da jurisdição do Patriarca de Lisboa, incorporada no Capitulo de S. Giovanni in Laterano e “imediatamente sojeita ao Romano Pontífice”<sup>477</sup>. Apesar da confirmação dos privilégios pelo papa Leone X e Clemente VII, estas prerrogativas criaram, desde logo, uma série de incidentes com a Mitra Patriarcal de Lisboa.

A Igreja do Loreto foi, ao longo dos tempos, atingida por inúmeros flagelos, recordamos o saque de 24 de Agosto de 1580, o incêndio de 1651 e o

---

praebere velit jubeatque ut immunitatibus et privilegiis omnibus quae nostris hominibus largita sunt frui possint quem admodum apud nos lusitani omnes fruuntur quod nobis summopere gratum erit.

Datae in nostro ducali palatio die primo Augusti Indictione xiiij M.D.xxxxi.

Joannes Franciscus Ottholonus secretarius.

Carta de recomendação do doge de Veneza a el-rei, a favor de Marco Antonio Priuli, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, IV, p. 493, doc. 3447.

<sup>475</sup> J. Denucé, *Inventaire.....*, p. 206.

<sup>476</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 4.

<sup>477</sup> ANSL, Caixa I, doc. 15. Sobre a história da Igreja do Loreto desde a sua fundação até ao ano do incêndio de 1651, cf. Nunziatella Alessandrini, “A alma italiana no coração de Lisboa: a Igreja de Nossa Senhora do Loreto”, in *Estudos Italianos em Portugal*, Nova Série, n. 2, 2007, pp. 163-184.

terremoto de 1755, que despojaram o Templo das preciosidades acumuladas ao longo dos anos, entre as quais podemos incluir telas de Tiziano colocadas no altar da capela mor, além de pratas e variados ornamentos<sup>478</sup>, e causaram graves prejuízos à estrutura do templo. A constância com que os mercadores italianos providenciaram, com taxas sobre os seus rendimentos, com legados e com generosas ofertas, à recuperação dos estragos causados por calamidades naturais ou acidentes, manteve a Igreja do Loreto como pólo aglutinador dos Italianos em Lisboa ao longo de séculos. Contudo, problemas de natureza económica sempre atormentaram o templo italiano e, em 1551, a capela-mor ainda não estava acabada devido à interrupção das obras por falta de verbas<sup>479</sup>. Luca Girdi, nesta altura já abastecido mercador, assumiu o encargo de acabar à sua custa a capela-mor com a condição de a poder decorar com as armas da sua casa para ali ser sepultado, assim como os seus descendentes. O contrato, estipulado a 2 de Março de 1551, sancionou, portanto, a posse da capela-mor por Luca Girdi após pagamento de três mil cruzados<sup>480</sup>. Presentes como testemunhas do contrato, encontramos alguns membros da Confraria, amigos e familiares de Luca Girdi, homens de negócio bem influentes na Lisboa de Quinhentos.

Reformadores da Confraria como João dall’Olmo, veneziano, e Jacome Bardi, florentino, merecem uma atenção particular. Deixemos por agora a vivência e o percurso comercial de Jacome de Bardi, que segue muito de perto a actividade comercial de Luca Girdi nos anos de 1560, e abordemos parte do longo percurso de João dell’Olmo em Lisboa.

Como já assinalámos, o doge Pietro Lando escreve, em 1541, ao rei de Portugal recomendando Marco Antonio Priuli e João dell’Olmo que, segundo informa o próprio João dall’Olmo, tinham em Lisboa, no ano de 1547, uma

---

<sup>478</sup> ANSL, *Caixa V*, doc. 12.

<sup>479</sup> ANSL, *Caixa IX*, doc. 1b.

<sup>480</sup> *Idem*

Companhia comercial, sendo “ (...) mio maggiore il Cl.mo sig.r Antonio di Priuli e Sig.r Matteo (*engano por Marco?*) suo figliolo e fattore”<sup>481</sup>. À dita companhia tinham sido outorgados os privilégios dos Alemães “ (...) li quali privilegii, dall’anno 1572 a questa parte, ad istanza del detto Michiel Giacomo de Luna che serviva per provveditore della dogana restarono in alcuna cosa sospesi, ma non annichilati”<sup>482</sup>. Deve ser esta a companhia de venezianos mencionada por Luca Giraldi na carta de 1546 a D. João de Castro, “ (...) mandam la (a Índia) hum homem seu com mercadorias, eu amdo me tiramdo das cousas da Yndia e eles querem comesar, não sey qual aserta de nos.”<sup>483</sup> De facto, em Fevereiro de 1548<sup>484</sup> Antonio Priuli, na altura em Veneza, foi logo informado pelo embaixador veneziano em Madrid do encerramento da feitoria de Antuérpia por parte de D. João III que queria, com tal estratagem, desviar para Lisboa a compra e venda das especiarias.

Os contactos comerciais entre João Dall’Olmo e Antonio Priuli<sup>485</sup> remontavam, pelo menos, ao ano de 1542, quando, em Granada, João Dall’Olmo descobriu a cochinha que foi introduzida em Veneza através de Antonio Priuli<sup>486</sup>.

A 16 de Julho de 1546, o doge Pietro Lande dá conhecimento ao rei D. João III de querer nomear o côsul dos venezianos em Lisboa “ (...) havendo

---

<sup>481</sup> *Informazione di Giovanni Dall’Olmo console veneto in Lisbona sul commercio dei veneziani in Portogallo e sui mezzi più adatti a ristorarlo (1584, 18 maggio)*..., p. 27.

<sup>482</sup> *Idem*, ibidem.

<sup>483</sup> Carta de Luca Giraldi a D. João de Castro escrita de Lisboa a 15 de Março de 1546, apud V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro, *op. cit.* p. 37.

<sup>484</sup> ASV, Senato Secreta, Deliberazioni, Registro 66, fólio 70v. Apud, J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal no século XVI*, *op. cit.*, p. 262.

<sup>485</sup> Nascido em 1496, Antonio Priuli desempenhou cargos importantes em Veneza e no estrangeiro. Em 1528 foi eleito Procurador de S. Marco. Faleceu em 1563.

<sup>486</sup> “Quanto al negozio della Cocciniglia, che in Venezia dicono cremisi, da me scoperto nell’anno 1542 a Granata, et introdotto a quella città per le mie distinte relazioni dal clarissimo Sr. Antonio di Priuli el procurator, di questo bisogna da Siviglia provvedersi”, *Informazione di Giovanni Dall’Olmo console veneto in Lisbona sul commercio dei veneziani in Portogallo e sui mezzi più adatti a ristorarlo (1584, 18 maggio)*...,p. 9.

havuto ottima relation da molti nobili et cittadini nostri della vita ee prudentia del Fidel.mo nostro Joanne da l’Olmo.”<sup>487</sup> Mais uma vez os *Grands Livres* da casa Affaitati de Antuérpia ajudam-nos a delinear os percursos lisboetas: de facto, encontram-se, entre os clientes de Lisboa, João Dall’Olmo com o irmão Vincenzo Dall’Olmo e Marcantonio Priuli, validando a afirmação de Giraldi quanto ao interesse da companhia pelas especiarias. Mais adiante voltaremos a debruçar-nos sobre a figura deste diplomata-mercador veneziano e sobre o seu percurso lisboeta.

Entre os confrades presentes no contrato de 1551 concluído entre a Mesa do Loreto e Luca Giraldi pela posse da capela-mor, encontramos o irmão de Luca Giraldi, Nicolau Giraldi, que contribuiu para a consolidação da fortuna dos Giraldi, sendo representante em Valladolid da filial da sociedade Affaitati de Antuérpia. Em 1556 é credor do rei de Castela juntamente com Juan Bautista Affaitati, filho de Tomaso Affaitati e irmão de Jean Charles Affaitati<sup>488</sup>.

Ao mencionar as partes que constituíam a companhia, após o falecimento de João Carlos Affaitati, o *Inventaire* refere 12 partes para os herdeiros de João Carlos, 50 partes para Luca Giraldi e herdeiros, 23 partes para Nicolao Giraldi, Jacome de’ Bardi recebeu 11 partes e Luigi Sangiuliano 1 parte<sup>489</sup>. Como se pode verificar, os Giraldi e Bardi acabam por acumular a maior parte da sociedade. Resulta, isto, em boa verdade, do facto de, nos anos 70 de Quinhentos, o filho de João Carlos, César, que tinha vindo para a Península Ibérica para tratar das contas da casa, tratar de negócios exclusivamente com Jacome Bardi com quem se correspondeu durante alguns anos<sup>490</sup>.

---

<sup>487</sup> ASV, *Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori, Spagna*, maço 19, fólio 14. In J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p.322.

<sup>488</sup> R. Carande, *Os banqueiros de Carlos V...*, p. 492.

<sup>489</sup> Cf., J. Denucé, *Inventaire...*, p. 24.

<sup>490</sup> *Idem*, p. 26.

Por seu turno, Nicolau Giralddi, casa com Catharina de Sousa, dama da Infanta D. Maria, irmã do rei D. João III, filha de Henrique Pereira, Corregedor das Ilhas, e de D. Helena de Távora<sup>491</sup>, sendo seus filhos Juliana de Sousa<sup>492</sup>, Lucas Giraldes, que a 4 de Junho de 1556 foi feito moço fidalgo<sup>493</sup>, Francisco Giralddi, João de Sousa, Nicolao Giraldes, D. Catharina de Sousa<sup>494</sup>.

Reconhecimentos são-lhe atribuídos pela corte portuguesa e espanhola; o rei de Portugal fez-lhe mercê, como já referimos, de o tomar como fidalgo de sua casa em 1561, e D. Joana de Espanha, em 1563, intercede junto da Rainha para que lhe seja concedida a moradia de Cosme de Lafetà. Não sabemos a data certa do falecimento de Nicolao Giralddi, mas sabemos que sobreviveu ao irmão através das contas presentes no *Inventaire* e por uma letra de câmbio de 1569 passada por António Pinto sobre o tesoureiro da casa da Índia para se pagarem 400 ducados a Nicolao Giralddi e Jacome de' Bardi<sup>495</sup>.

O terceiro grande nome ligado aos negócios dos Giralddi e Affaitati em Lisboa foi o já mencionado mercador florentino Jacome de' Bardi, da família dos banqueiros de' Bardi estabelecidos em Lisboa desde o século XIV, que em 1551 encontramos na Confraria de Loreto. Após o falecimento de Luca Giralddi, em 1565, de quem será seu testamenteiro<sup>496</sup>, juntamente com D. Francisco de

---

<sup>491</sup> O casamento é posterior a 1546, segundo podemos confirmar pela carta de Março 1546 que Luca Giralddi escreve a D. João de Castro.

<sup>492</sup> Giuliana di Niccoló di Niccoló Giralddi foi herdeira do pai e casou em segundas núpcias com D. João de Castro, senhor de Roris e Almirante de Portugal. Do casamento nasceu Helena de Castro que, por volta de 1627, casou com Jerónimo de Castro, segundo Conde de Castro Dairo e quinto de Castanheira, e foi herdeira do tio Lucas Giralddi, filho de Nicoló Giralddi, que morreu sem descendentes. ASF, *Carte Dei*, ms. 390 *Documenti E Provanze Albero della nobil famiglia de' Giralddi*).

<sup>493</sup> Mais uma confirmação do círculo de amizade dos Giralddi com D. João de Castro é a notícia que também o filho de D. João de Castro, D. Miguel, foi feito moço fidalgo a 6 de Fevereiro de 1554. BNL; *Fundo Geral, Cód. 10615 Livro das Moradias*, fl.117.

<sup>494</sup> A. Caetano de Sousa, vol. XII, parte II, p. 249 e ASF, *Carte Dei*, ms. 390. Neste documento recolhe-se igualmente a informação que Catarina de Sousa casou com João Álvares de Paiva.

<sup>495</sup> Cf. *Corpo Diplomatico Portuguez*, t. X, p. 322.

<sup>496</sup> E. Prestage e P. de Azevedo *Registo da Freguesia da Sé*, vol. I, p. 130. Identificámos *dom fr.co e jacome* como sendo D. Francisco de Portugal, marido da filha Luisa, e Jacome de' Bardi amigo e colega de muitos negócios.

Portugal, genro de Luca, Jacome de' Bardi será o responsável, no que diz respeito à praça de Lisboa, da sociedade da casa Affaitati.

Casado com Antónia de Azevedo e morador no Terreiro de S. Mamede, Jacome de' Bardi teve 4 filhos<sup>497</sup>, e até ao fim da vida, fará parte, como veremos, do círculo dos poderosos homens de negócio lisboetas. Virá a falecer a 31 de Março de 1588<sup>498</sup>.

Deste grupo de florentinos activos em Lisboa em meados de Quinhentos e Confrade da Igreja do Loreto, assinalamos Benedetto Uguccioni que, enquanto comerciante e homem de negócio recebe, em 1541, os privilégios dos alemães pelo rei D. João III “Para ele e um seu feitor enquanto tivesse seu trato e negócio na cidade de Lisboa. Nas cousas que despachasse na alfândega para despesas de sua casa só era isento de direitos até 20.000 rs. por ano.”<sup>499</sup> Exerceu, igualmente, actividade bancária. Quitações de 1554 informam sobre as operações de câmbio de Benedetto Uguccione “ (...) mercador morador nesta cidade(...)”<sup>500</sup>. Disponibilizou, a 20 de Julho 1554, 263 escudos de ouro “ (...) a quinhentos e corenta rs por escudo” por certas coisas que a Rainha encomendou de Roma, que lhe foram pagos a 25 de Novembro de 1554 e, em Novembro de 1554, passou letra de câmbio de 142.020 rs ao “ (...) comendador mor Dom Afonso embaixador del Rey meu Snr em Roma (...)”<sup>501</sup>. Da antiga família dos Uguccione, Benedetto, segundo fontes italianas, nasceu em Espanha em 1517, onde o seu pai Giovan Battista tinha casado com Costanza di Simone Spagnola. Em 1543, Benedetto recebe do Duque Cosimo I a confirmação da nobreza da sua

---

<sup>497</sup> Sabemos que a 22 de Maio de 1567 foi baptizado o filho; a 18 de Julho de 1573 foi baptizada a filha Maria; a 31 de Dezembro foi baptizada uma filha; a 11 de Fevereiro de 1579 foi baptizada uma filha. Cf. E. Prestage e P. de Azevedo, *Registo da Freguesia da Sé...*, vol.I, pp. 36, 65, 72, 161.

<sup>498</sup> *Idem*, vol. II, p. 40. Foi sepultado na Igreja de S. Francisco.

<sup>499</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, L. 50, fl. 238v.

<sup>500</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 94, doc. 9.

<sup>501</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço 94, doc. 9.

família.<sup>502</sup> As mesmas fontes informam que o tio de Benedetto, Carlo, nascido em 1480, era casado com Maria di Leonardo Gondi<sup>503</sup>. O cruzamento com fontes do Archivo de Protocolos de Sevilla trazidas à luz pela historiadora Consuelo Varela, confirma a presença em Espanha de Carlo e Giovan Battista Ugucione que, em 1508, outorgam a Piero Rondinelli, estabelecido em Sevilha, o poder para cobrar do Adelantado Mayor de Andalucia 369.000 maravedis<sup>504</sup>, confirmando, mais uma vez, as ligações da rota comercial e financeira Lisboa-Sevilha. Trabalhavam, Carlo e Giovan Battista Ugucione, supostamente, para a companhia de Antonio Gondi em cujo registo aparece o nome de Giovan Battista Ugucione<sup>505</sup>. Também recordamos Bernardo e Giovan Battista Nasi da Companhia Nasi estabelecida em Lyon desde, pelo menos, a segunda metade do século XV como se tem conhecimento por um documento de 7 de Fevereiro 1487 relativo a uma reunião de cidadãos florentinos em Lyon na casa da “chonpagnia di Bernardo erede di Bartolomeo Nasi”. Na reunião encontravam-se presentes outros membros da família Nasi, “Piero Nasi chamarlingo”, Luttozzo Nasi e Dionigi Nasi<sup>506</sup>. Em Lisboa, desde o início do século, tomaram parte no comércio da rota do Cabo<sup>507</sup>.

A análise do percurso das grandes casas comerciais italianas, em particular florentinas e lombardas, que, injectando numerário, tinham controlado a circulação de mercadorias num mercado-mundi, apresenta, a partir da terceira década de Quinhentos, uma substancial diminuição da sua intervenção na economia portuguesa.

---

<sup>502</sup> ASF, *Carte Dei*, ms. 416.

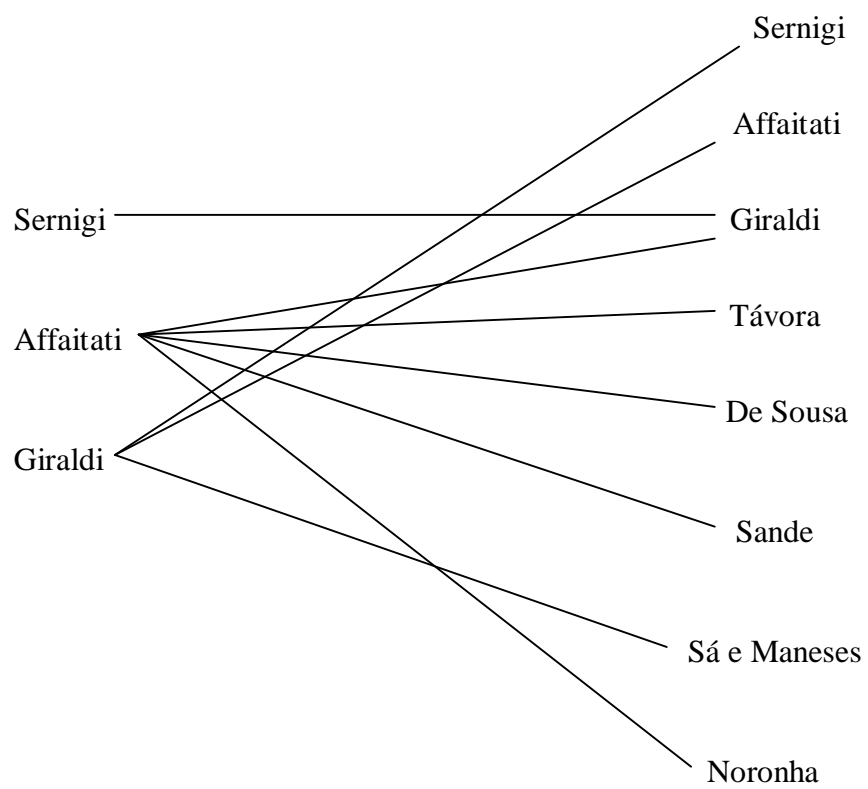
<sup>503</sup> *Idem*.

<sup>504</sup> Cf. Consuelo Varela, *Colón y los florentinos*, Madrid, Alianza Editorial, 1988, p. 117. A autora percorre o caminho dos irmãos Rondinelli, Piero, Juan e Rinaldo, estabelecidos respectivamente em Sevilha, Cádiz e Málaga.

<sup>505</sup> Cf. F. Melis, “*Gli italiani e l’apertura delle vie atlantiche...*”, p. 172.

<sup>506</sup> Gino Masi, *Statuti delle colonie fiorentine all’estero*, Milano, Giuffrè Editore, 1941, p.199.

<sup>507</sup> Giovanni da Empoli menciona, no citado testamento, a intervenção dos Nasi no comércio das especiarias “Et li Nasi di Lione temghono di parte reali cimquecentosettanta abbattutone le spese”, in A. Giorgetti, *op. cit.*, p. 325.



**Figura 4**  
Redes de Parentesco

Ressentem-se, assim, do início da crise económica que teve o seu ponto mais crítico na década de 50. As fontes consultadas, de facto, apontam para uma dissolução do agregado comercial destas famílias, cujos descendentes, como tivemos oportunidade de averiguar no que diz respeito aos Marchionni, Sernigi e, em parte, aos Affaitati, seguem caminhos diferentes, deslocando-se para o Oriente.

Podemos individuar as causas desta mudança de objectivos dos membros das abastadas famílias acima mencionadas na mudança dos tempos que, de resto, foi assinalada pelos mercadores daquela altura. Pensamos em Luca Giraldi, que desde 1545 se apercebeu da crise que pairava sobre a economia portuguesa e que se tornara bem visível com o fecho da feitoria de Antuérpia em 1548. Desde o ano de 1545, de facto, com a diminuição do número de navios que comerciavam com a feitoria régia, a distribuição de mercadorias nos mercados no Norte, especiarias, açúcar da Madeira, entre outros produtos, assim como a chegada a Lisboa de metais, armas, panos e trigo provenientes das praças do Norte de Europa tinha sofrido uma brusca paragem. A situação não era melhor nas praças portuguesas do atlântico – em S. Tomé e Príncipe a produção açucareira era prejudicada pelas revoltas dos escravos e pelos conflitos entre os senhores dos latifúndios e o poder régio, o Brasil enfrentava as falências das capitánias-donatárias – e do Oriente<sup>508</sup>.

A presença florentina continua com a grande casa dos Giraldi, último exemplo da força dos capitais italianos dos anos 60 desta centúria. Como confirmação desta mudança, assiste-se à constituição de casas de proporções menores e à actuação de mercadores particulares ou associados a casas comerciais estabelecidas no estrangeiro, que se adaptam às novas condições com a mesma mobilidade relativamente aos espaços e interesses comerciais.

---

<sup>508</sup> Sobre o assunto, cf. V. Magalhães Godinho, “Flutuações económicas...”, pp. 189 e seg.

### 3.2 Diplomatas ao serviço da coroa portuguesa

A importância da figura do embaixador em Portugal vai-se moldando proporcionalmente ao crescimento do território do império português, cuja vastidão precisava de uma diplomacia mais complexa que acompanhasse os novos desafios e o novo panorama da política externa. De facto, se no século XV as missões diplomáticas se ocupavam principalmente de questões ligadas a casamentos entre membros das casas reais e da resolução de conflitos militares, a partir dos anos em que D. João III governou Portugal, 1521-1557, a diplomacia tornou-se num instrumento de importância notável sendo usada em matérias diversificadas. É este, para Portugal, “um período de charneira”<sup>509</sup>, começando-se a organizar um quadro diplomático alargado. As constantes interferências nas rotas marítimas portuguesas, nomeadamente nas costas da África e do Brasil, assim como no mais longínquo Oriente, constituíam uma grave ameaça ao trato das mercadorias e a vigilância contínua obrigava a despesas militares altamente dispendiosas. A figura do diplomata reveste-se, nesta altura, de contornos bem definidos, com poderes e direitos peculiares, e do seu ofício esperava-se, além da recolha de notícias, a habilidade de “espionar” honradamente.

A antiga e comprovada experiência italiana na área da diplomacia – em muitas cidades italianas, desde o século XIII, regista-se a presença de espões e de agentes secretos<sup>510</sup> – foi, provavelmente, o motivo que levou os monarcas portugueses a utilizar os serviços de italianos como embaixadores nas delicadas relações diplomáticas com o turco.

---

<sup>509</sup> Pedro Cardim, “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o império e a reputação”, in *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM, 2004, p. 627.

<sup>510</sup> Cf. Paolo Preto, *op. cit.*, passim.

### 3.2.1 Nicolao Pietro Coccino

Relativamente às negociações político-comerciais entre o império português e o otomano durante os reinados de D. João III e D. Sebastião temos conhecimento de dois momentos em que intermediários italianos estiveram ao serviço da coroa portuguesa. O primeiro momento, em princípio dos anos 40 de Quinhentos, teve como protagonista o genovês Duarte Catanho e o contexto em que se desenvolveu o acontecimento teve como pano de fundo a primeira grande incursão otomana no Índico de 1538 com a expedição de Suleimão Pacha contra Diu, incursão que termina com a conquista de Bassorá em 1546, tornando Ormuz mais vulnerável e obrigando os portugueses a “ (...) redefinir a sua política em relação às suas zonas de influência estratégica.”<sup>511</sup> Apesar de a expedição contra Diu ter sido favorável aos portugueses – o cerco turco foi levantado após dois meses de tentativas falhadas – o receio de outros ataques mobilizou a rede de informadores do rei português entre os quais fazia parte, desde 1540, o genovês Duarte Catanho<sup>512</sup>. A missão que lhe foi entregue pelo rei D. João de recolher informações sobre o Turco e de negociar com Solimão um tratado de paz de uma suposta duração de 15 anos tem um antecedente que explica, em parte, a ambiguidade que acompanhou o cargo de intermediário do genovês: em princípio de 1538 Duarte Catanho tinha desembarcado em Diu e, estando então presente de visita a essa praça Nuno da Cunha, governador da Índia, foi-lhe referido, pelo genovês, o teor da sua missão enquanto agente

---

<sup>511</sup> Dejanirah Couto, “No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho”, in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 491.

<sup>512</sup> Sobre a figura de Duarte Catanho cf. António da Silva Rego, “Duarte Catanho, espião e embaixador (1538-1542)”, in *Anais*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1953, pp. 119-139; Dejanirah Couto, “No rasto de Hadim Suleimão Pacha” in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp.500 e seg.; idem, “L’espionnage portugais dans l’Empire Ottoman au XVIe siècle”, in *La Decouverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988, Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, pp.243-267.

secreto enviado de Solimão II com o fim de verificar o estado dos preparativos portugueses face a um ataque turco. Trazia consigo, também, uma proposta de Solimão II para negociar um tratado de paz durável com os portugueses com a condição de que estes se obrigassem a fornecer anualmente 5000 quintais de pimenta. Com estas notícias Duarte Catanho chegou a Lisboa onde o rei D. João III, além de numerosas mercês régias, lhe dá instruções para tratar com o Turco. A primeira fase da missão de Duarte Catanho levou-o a Roma, Veneza, Ragusa e Constantinopla de onde enviava cartas informando o rei D. João III. Rapidamente, contudo, foi revelado que o genovês servia Solimão II e o rei português logo o mandou prender.

O dinheiro e a fazenda de Catanho foram entregues a Luca Giraldi que, ao informar o amigo D. João de Castro na Índia, admite que embora “ (...) as culpas não são certas, pode ser que não será nada e todavia cubiça e muito falar faz dano.”<sup>513</sup>

Outro momento importante das relações entre os monarcas portugueses e otomano teve lugar em finais da década de 50 de Quinhentos com a actuação de Nicolao Pietro Coccino que, nascido por volta de 1529, teve um percurso directamente ligado aos acontecimentos portugueses. De facto, Nicolau Pedro Coccino, no tempo em que Lourenço Pires de Távora era embaixador em Roma, ofereceu-se para, em nome de Sua Majestade, tratar da paz com o turco<sup>514</sup>. Devemos salientar a particular atenção que sempre foi dada ao relacionamento com Roma no quadro das relações diplomáticas portuguesas: aqui, de facto, convergia muita informação sobre tudo o que se passava no Mediterrâneo Oriental, na Índia e no império otomano. O embaixador permanente estava em constante contacto com o monarca português e foi assim que, a 1 de Setembro de

---

<sup>513</sup> Carta de Luca Giraldi a D. João de Castro de 1545-46, in V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro...”, p. 30.

<sup>514</sup> IAN/TT, *Colecção de São Vicente*, vol. III, fl. 306.

1563, o embaixador português em Roma, D. Álvaro de Castro, escreve de Roma a Lourenço Pires de Távora comunicando que tinha “ (...) despachado para Costantinopla Nicolao Petro Choxino (...)”<sup>515</sup>, e, a 11 de Dezembro, escreve ao rei D. João III juntando uma carta de Nicolao Pietro Coccino a informar Sua Majestade da sua chegada a Constantinopla<sup>516</sup>. Estes factos documentam a importância que gozava junto da corte, conhecendo os segredos da diplomacia portuguesa. Chegado a Constantinopla a 12 de Outubro de 1563, Coccino informa da sua chegada D. Álvaro de Castro através de uma carta de 29 de Outubro, dando-lhe conta que tinha mandado traduzir as cartas que trazia consigo do rei de Portugal e do próprio embaixador e que já as tinha entregue<sup>517</sup>. A 12 de Fevereiro de 1564 Giovanni Comelino escreve de Roma ao rei D. Sebastião noticiando o regresso de Constantinopla de Nicolao Petro Cocchino, realçando a “ (...) vertu habilita destrezza e gran prattica che esso Monsignor Nicolo la come si la da trattare col turco per la lunga esperienza et maneggio che ha havuto com essi in quelle parti.”<sup>518</sup>

A propósito destas negociações portuguesas com os turcos, o embaixador veneziano em Espanha informa a Sereníssima, a 25 de Março de 1564, que é “(...) cosa certissima che il Re di Portogallo tratta pace com il Sig.re turco e per questo effetto ha mandato uno à Cost.li il quale essendo ritornato e passando per Saragosa quelli datari, secondo il solito volsero vedere tutto quello che lui portava, e tra le altre cose che ritrovavano fu una borsa d’oro, e giudicando que fusse dentro alcuna cosa di molto valore la volsero aprire et videro una lettera del Sig.re turco e mi è stato affermato che questo negotio va avanti si come va ancora quello delli Sig.ri genoesi, li quali medesimamente trattano accordo con il

---

<sup>515</sup> Cf., *Corpo Diplomatico Português...*, 1891, vol. X, p.113.

<sup>516</sup> Cf. *Corpo Diplomatico Português...*, vol. X, p. 155.

<sup>517</sup> IAN/TT, *As Gavetas da Torre do Tombo*, XI, p.102.

<sup>518</sup> *Idem*, p.101-102.

detto Sig.re turco.”<sup>519</sup> Tratar-se-á de Nicolau Pietro Coccino em viagem para Portugal? Certo é que Nicolao Pietro Coccino, logo de regresso de Constantinopla, parte em direcção a Portugal, como relata a carta do Duque de Sabóia ao rei D. Sebastião escrita de Nisa a 21 de Fevereiro de 1564, “ (...) entendiendo que es persona particular com quien se deve tener toda cuenta y consideracion (...)”<sup>520</sup>. Além disso, na citada carta de Giovanni Comelino afirma-se que “ (...) essendo ritornato da Costantinopoli Monsignor Nicolo Petro Cocchino con il spaccio conforme il desiderio nostro et venendo daquella per portarglielo”.

Assim, podemos supor que Nicolao Pietro Coccino estava em Portugal já em 1565 onde viveu muitos anos desempenhando funções de relevo na administração do estado. De facto, através da carta de 3 de Julho de 1578, foi nomeado pelo rei D. Sebastião, Provedor da Casa da Índia,<sup>521</sup> cargo que voltou a ocupar após o seu regresso da Índia. Em 1577, Coccino fazia parte da Mesa da Igreja do Loreto e juntamente com outros italianos, entre os quais destacamos o bolonhês Filippo Terzi, o genovês Stefano Lercaro e o veneziano Giovanni Dall’Olmo, assina o traslado da escritura relativa ao derrube da torre que estava diante da porta principal da igreja dos italianos de Nossa Senhora do Loreto. Este compromisso com o governo português tinha sido confirmado através do alvará régio de 10 de Julho de 1573<sup>522</sup>. Em 1581 foi administrador da Igreja do Loreto em Lisboa à qual enviou de Cochim, em 1587, um fardo de anil pelo valor de 72\$350 reis, sendo administrador nesse ano Giovan Battista Rovellasca<sup>523</sup>.

---

<sup>519</sup> A.S.V., *Archivio Proprio Spagna*, registro 4, fólio 152, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 276

<sup>520</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço106, doc. 123.

<sup>521</sup> IAN/TT, *Chancelarias de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, L. 43, fl. 41

<sup>522</sup> E. Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa...*, vol. V., p.347-350

<sup>523</sup> ANSL, *Livro Mestre da Receita e Despesa de Janeiro de 1619 a Setembro de 1659*, fl. 6

A partida de Coccino para a Índia ocorreu em 1582 quando, pela carta de 1 de Abril 1582, foi nomeado vedor da fazenda em Cochim<sup>524</sup>. A gestão financeira da Fazenda Real no Oriente no período filipino caracterizava-se pela autonomia financeira em relação à coroa portuguesa e centrava a sua dependência na Fazenda Real de Goa que impunha normas de acordo com o regimento. O vedor da Fazenda de Goa, cargo a que, em 1581, foi acumulado ao de provedor-mor da Casa dos Contos, tribunal fiscalizador da contabilidade do Estado, era responsável pela execução financeira, “ (...) visava o cumprimento do disposto nos regimentos e outras ordens subsidiárias”<sup>525</sup>, e dispunha de instrumentos de controlo dos feitores podendo accionar os mecanismos judiciais dos organismos locais. A redacção dos orçamentos de estado, verdadeiros relatórios de contas que continham a receita e despesa de todas as fortalezas, era tarefa de responsabilidade do vedor que devia possuir dotes de contador perito. Confrontando os dados dos orçamentos de 1581, precedente à chegada de Coccino a Cochim, com o orçamento de 1588<sup>526</sup>, altura em que o funcionário italiano já trabalhava na Índia, temos a percepção da sua operacionalidade embora, como é evidente, outros factores, nomeadamente conjunturas desfavoráveis ou negligências dos funcionários, tenham contribuído para o saldo positivo ou negativo das feitorias. Contudo, merece salientar que as contas da receita e despesa do Estado da Índia em 1581 apresentavam a feitoria de Cochim com um saldo negativo no valor de 5571\$960, enquanto que, em 1588, a mesma consta entre as seis feitorias, Baçaim, Chaul, Diu, Malaca e Ormuz, que fecham com saldo positivo<sup>527</sup>.

---

<sup>524</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, L. 6, fl. 37-38.

<sup>525</sup> Cf. Catarina Madeira Santos, *Goa é a chave de toda a Índia – Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*”, Lisboa, CNCDP, 1999, p.192.

<sup>526</sup> Seguimos de perto Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia...*, no capítulo “A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)”, pp. 61 e seg.

<sup>527</sup> A feitoria de Cochim fecha com um saldo positivo de 7309\$400, tendo tido uma receita de 16050\$000, cf., *Idem*, pp.75 e 76.

A actividade de Nicolao Pietro Coccino na Índia prolonga-se, sensivelmente, durante uma década ao longo da qual desempenha o cargo que lhe foi atribuído com integridade e proficiência. Muitos são os documentos que nos comprovam a alta consideração em que era tido o funcionário régio italiano, começando por uma carta enviada pelo rei de Portugal, a 16 de Março de 1585, ao vice-rei da Índia, Dom Duarte de Meneses, em que o monarca manda que se empreguem 75.000 cruzados em pimenta informando “Nicolao Petro Cochino (...) do qual confio que fará effectuar tudo como conuem a meu serviço.”<sup>528</sup>

Os mercadores em Portugal olhavam esperançosos as diligências de Coccino e confiavam que grandes carregamentos de especiarias sriam transaccionadas<sup>529</sup>.

O próprio vice-rei informara Filipe I, em 1586, que “(...) as matérias da pimenta são da obrigação de Nicollao Petro Cochino, Veedor da fazemda de Cochim, e elle nellas proceda com diligencia e zello (...)”<sup>530</sup>. Coccino negociava com o rei de Cochim e com os outros reis locais sobre o abastecimento da pimenta<sup>531</sup>, tendo em conta que, como relata em 1585 o escrivão da feitoria de Cochim, Francisco da Costa, “(...) a pimenta tinha encencivas quebras (...)”<sup>532</sup>.

Contudo, a atitude de integridade e honestidade de Coccino para com os negócios do reino português prejudicou o resultado do seu pedido de regressar ao reino. De facto, o rei, a 6 de Fevereiro de 1587, informa Dom Duarte de Meneses, vice-rei da Índia, que Nicolao Pedro Coccino tinha pedido licença para

---

<sup>528</sup> *Archivo Portuguez Oriental...*, 1861, fascículo 3, p.51.

<sup>529</sup> João dall’Olmo na sua *Informazione* de 1584 confia no bom êxito do trabalho de Nicolao Coccino na Índia, “Vedremo con questa flotta che si aspetta, il frutto che avrà fatto la diligenza di Nicolò Petro Cochino Sciotto, uomo di confidenza che a questo effetto fu da S. Maestà espedito con gran poteri perchè venghi gran somma di spiciarie a questo regno; cosí piaccia a Dio che segua”, *Informazione* di Giovanni Dall’Olmo, *Informazione...*, p. 9.

<sup>530</sup> *Archivo Portuguez Oriental...*, 1861, fascículo 3, p. 52.

<sup>531</sup> *Idem*, p. 67.

<sup>532</sup> Cf., *Relatório sobre o trato da pimenta*, *Archivo Geral de Simancas, Secretarias Provinciales, Cod. 1571*, in: *Documentação Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, vol.III, p.313.

voltar para Portugal, mas graças à “ (...) boa imformação que tenho de como procede bem nas obrigações de seu carguo, ouue por meu serviço suspenderlha.”<sup>533</sup> Assim, o rei tenta tornar menos amarga a recusa de regresso presenteando o vedor italiano, fazendo-lhe mercê de 1000 cruzados pagos pelo feitor de Cochim a 30 de Julho de 1588, “ (...) pello cuydado que tem de procurar pimenta pera a carga das náos, e despessa que fez nas ydas do Canará e Coullão”.<sup>534</sup>

Francisco Pais, provedor-mor dos contos de Goa, estava de acordo com o rei em não deixar sair Coccino da Índia, o que é patente na carta de 10 de Novembro de 1588, onde, para defender os interesses da coroa, aconselha o rei a recusar a licença de regresso ao reino de Portugal a Nicolao Pietro Coccino “(...) porque serve seu carguo, com muito zello, e delligentia, e inteireza, e sem nenhum modo de cobiça, que he cousa que se acha em poucos”.<sup>535</sup>

O cargo de vedor em Cochim comportava uma constante preocupação em que os contratadores e os naturais não prejudicassem a fazenda real e, por vezes, outras questões aumentavam as responsabilidades, procurando-se manter boas relações diplomáticas com as outras instituições portuguesas. Houve, de facto, uma controvérsia entre Nicolau Pietro Coccino e o Bispo de Cochim.

Referindo-se à relação do Governador Manoel de Sousa, o rei português Filipe I escreve de Lisboa ao vice-rei da Índia, Mathias de Albuquerque, a 12 de Janeiro de 1591 relatando de conhecimento que “ (...) o Bispo de Cochim Dom Frei André de Santa Maria escomungára publicamente a Nicolao Pietro Cochino Veador da fazenda da cargua das náos por naõ lhe pagar à risqua seus ordenados, pelo que vos emcomendo trateis com o dito Bispo que de tal maneyra proceda assy no que toca à christandade como a tudo o mais, que seja conforme a sua

---

<sup>533</sup> *Archivo Portuguez Oriental...*, 1861, fascículo 3, p. 88.

<sup>534</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>535</sup> Carta reproduzida por Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia*, op. cit., pp. 83-89. O original encontra-se em: AGS, *Secretarias Provinciales*, cód. 1551, fls. 491-494v.

obrigação, e lhe estrangeyres escomungar o Veedor da fazenda por casso tão leue como foi o de seu pagamento, de que me espantey muito asy pola qualidade do casso como por se emtender das partes do Bispo que tiuesse nele outra consideração.”<sup>536</sup>

Coccino deverá ter regressado a Portugal no início da década de 90, pois encontramos-lo, em 1593, como provedor da igreja de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa<sup>537</sup>, voltando a desempenhar o seu antigo cargo de provedor da Casa da Índia. Em 1602, de facto, com 75 anos de idade, ainda trabalhava Casa da Índia<sup>538</sup>.

Um documento de 26 de Abril de 1603 redigido na residência de Coccino, situada na paróquia de São Sebastião da Pedreira, fora dos muros de Lisboa, informa que Nicolao Pietro Coccino mantinha negócios em Itália, nomeadamente em Génova, onde tinha adquirido uma quantidade de *luoghi*<sup>539</sup> cujos rendimentos podiam ser levantados na Casa de S. Giorgio. Até àquela altura, Coccino tinha entregue uma procuração a Lorenzo e Cesare Carderina para que, em nome dele, pudessem levantar os proventos. Através do documento citado, Coccino passa a procuração a Geronimo de’ Franchi Conestaggio, na altura já residente em Génova. A amizade entre Coccino e Conestaggio vinha desde os anos 80 de Quinhentos, ambos confrades da Igreja de Loreto; o autor de *Dell’unione del regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*, desempenhou o cargo de Provedor

---

<sup>536</sup> *Archivo Portuguez Oriental, cit.*, fasc. 3, p.283.

<sup>537</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e das Despesas*, fl.6.

<sup>538</sup> Cf. Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: Contributo ao estudo da história da administração e do comércio do ultramar português nos princípios do século XVII*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, pp. 48-49.

BNL, *Fundo Geral* Cód. 6909, fl. 20. Ressalta deste documento a honestidade deste funcionário da coroa que não aprovava a atitude dos tesoureiros que obrigavam os mercadores a comprarem os sacos para a pimenta vendidos exclusivamente por eles. Quer Manoel Pinto, tesoureiro ao tempo de D. Sebastião, quer Bertolameu Caldeira, tesoureiro actual, vendiam sacos a doze ou treze vinténs cada um e não aceitavam os sacos que os mercadores traziam de casa.

<sup>539</sup> Trata-se de títulos de dívida pública pontifícia: sempre que os papas precisavam de dinheiro emitiam um empréstimo público, dividido em pequenas quotas para o tornar acessível também aos pequenos investidores. Estas emissões chamavam-se *Monti* e cada um dos títulos *luoghi di Monte*.

em 1586, e dedicou a Nicolao Pietro Coccino um pequeno volume *Relatione dell'apparecchio per sorprendere Algieri*, publicado em Génova em 1601.<sup>540</sup>

### 3.2.2 Francisco Giraldi

Após a missão diplomática de Nicolao Pietro Coccino a Constantinopla, outro italiano foi escolhido pelo rei português como embaixador do reino de Portugal em Inglaterra e, sucessivamente, em França.

Filho de Luca Giraldi, Francisco Giraldi juntamente com a irmã Luísa, nasceu bastardo de uma mulher solteira identificada com Margarida Paez, filha de Bernardim Paez ou como filha de um alfaiate chamado o Corta agudo.<sup>541</sup>

Os consistentes capitais de Luca Giraldi constituídos por bens de raiz e rendimentos variados provenientes dos seus negócios, das tenças e padrões de juro<sup>542</sup>, levaram a que o mercador florentino a pedisse a legitimação dos dois filhos de modo a lhes deixar o seu património. A 5 de Setembro de 1550, o rei D. João III, “ (...) querendo fazer graça e mercê a Francisco, filho que se diz ser do dito Lucas Giraldo, de minha certa ciência e poder absoluto dispenso com ele e o legitimo e habilito e faço legítimo por informação (...)”<sup>543</sup>. Com a mesma carta, o rei legitima Luísa, filha dos supracitados.

---

<sup>540</sup> Cf., Nello Avella, “Gerolamo de’ Franchi Conestagio, um mercador-intelectual na corte de D. Sebastião”, in *Case Commerciali Banchieri e Mercanti Italiani in Portogallo*, Lisboa, Istituto Italiano di Cultura, 1998, p. 12.

<sup>541</sup> IAN/TT, *Genealogias Manuscritas*, 21-E-4, fl. 266.

<sup>542</sup> Entre outros, podem-se consultar IAN/TT, *Chancelaria de D. Sebastião*, L. 7, fl. 89 (padrão de juro de 70.973 rs.); fl. 110 (padrão de juro de 85.384 rs.); fl. 185v. (padrão de juro de 13.987 rs.); L. 5, fl. 163v. (padrão de juro de 74.615 rs.); L. 8, fl. 129 (padrão de juro de 72.387 rs.).

<sup>543</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, L. 17, fl. 91v-92. A carta foi publicada por Isaía da Rosa Pereira em “Lucas Giraldi, mercador florentino, na Inquisição de Lisboa...”, p. 314.

Enquanto, em 1560, o pai assinava o contrato das especiarias, o filho Francisco encontrava-se, a 30 de Julho de 1560 em Florença, provavelmente para tratar de assuntos ligados à companhia Giraldi em Itália, morando na casa do primo Vincenzo Giraldi que nomeou seu procurador<sup>544</sup>. Não sabemos quanto tempo ficou em Florença e não conhecemos documentação portuguesa relativa a este período. É provável ter ficado alguns tempos em Itália visto as condições em Portugal não se apresentarem particularmente favoráveis aos negócios; o fracasso do contrato estipulado pelo pai era um sinal de tempos difíceis, e o embaixador veneziano em Madrid informava que a carga das especiarias vindas da Índia tinha sofrido, em 1569, uma diminuição considerável<sup>545</sup>. Além disso, a peste continuava a matar seis a oito pessoas por dia, uma vez que, aparentemente debelada, o regresso das pessoas à cidade reactivava a doença<sup>546</sup>. Após o falecimento do pai, Francisco, que herdara a capitania dos Ilhéus através de carta de confirmação régia de 23 de Fevereiro de 1566<sup>547</sup>, foi também elevado à condição de cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real<sup>548</sup>. Em 1571, Francisco Giraldi foi escolhido pelo rei D. Sebastião para uma missão diplomática a Inglaterra no intuito de resolver e concluir negociações que se arrastavam há anos. Não obstante a vontade dos respectivos monarcas em manter as relações de amizade, as disputas pela posse dos espaços animavam as

---

<sup>544</sup> ASF, *Carte Dei*, ms.390.

<sup>545</sup> Carta de Sigismondo Cavalli de Madrid a 23 de Novembro de 1569 “Era gionto à Lisbona una sola nave de India, ne delle altre tre che partirono prima si sapeva nova, tiensi per certo, quando sieno salve, che inverneranno à Mozambiche. Tutto il carico di queste navi, è, stato di dodecimille cantara di pevere, ma era verde, che condotto à Lisbona venirà seco à calar piu di un terzo, et tre milla cantara di cannela, ne altra speciaria han carricato per causa della guerra di Malagha, che ha impedito il commercio delle Monluche, per il qual effetto, et perche questa sol nave ne ha condotto pocca quantità, la speciaria farà per questa parte mirabil crescere” ASV, *Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori*, Spagna, filza 7, folio 38. In J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.332.

<sup>546</sup> Informação enviada de Madrid pelo embaixador Sigismondo Cavalli a 4 de Novembro de 1569. In ASV, *Archivio Proprio Spagna*, Registro 4, folio 302, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 31.

<sup>547</sup> Cf., IAN/TT, *Chancelaria D. Sebastião*, L. 17, fl.249.

<sup>548</sup> Cf., IAN/TT, *Genealogia Manuscritas* 21-E-4, fl.267.

discussões entre Portugal e Inglaterra. Os embaixadores portugueses enviados a Inglaterra na década de '60 de Quinhentos, tinham tentado clarificar os pontos nevrálgicos das pretensões lusitanas relativas aos domínios portugueses, sem, contudo, conseguirem chegar a um acordo final. Era evidente o interesse dos ingleses pela zona da Mina, Guiné e mares das ilhas, e na embaixada de 1562 o diplomata português João Pereira Dantas esclareceu a posição de Portugal face aos seus territórios. A rainha Isabel I, se por um lado salientava a amizade que ligava os dois países, por outro lado criticava as restrições a que eram submetidos os seus súbditos e pedia que fosse reduzida a vastidão dos territórios sobre os quais Portugal alegava ter direitos<sup>549</sup>. Esta atitude da Rainha não mudou com o passar dos anos e, apesar desta proibir a armação de navios, nos portos ingleses havia frequentemente grandes navios prontos para ir à Mina e Guiné. Foi, assim, enviado Francisco Giraldi, “ (...) que na altura assistia em Flandres e que tinha a reputação de ser hábil negociador (...)”<sup>550</sup>, a Inglaterra no intuito de reiterar com firmeza a proibição de os ingleses frequentarem e comerciarem nas costas da Guiné e da Mina. As negociações encetadas em Junho de 1571 estavam, passados apenas dois meses, no bom caminho e o embaixador confiava na possibilidade de um ajuste nas relações entre Portugal e Inglaterra. A 7 de Abril de 1572 o rei D. Sebastião outorgara a Francisco Giraldi, na qualidade de embaixador português na corte de Londres, o pleno poder para concluir e assinar o tratado com a Inglaterra<sup>551</sup>, que, porém, se prolongou ainda até Outubro de 1576<sup>552</sup>. Entretanto, em Londres, no ano de 1576, o diplomata florentino tinha

---

<sup>549</sup> Sobre o assunto, entre outros, cf. Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na Menoridade de D. Sebastião...*, vol. II, p. 175 e seg.

<sup>550</sup> Cf., Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo, desde o princípio da Monarquia Portuguesa ate os nossos dias*, Lisboa, 1865, vol. XV, p. CXLIII.

<sup>551</sup> *Idem*, p. 266.

<sup>552</sup> *Idem*, p. 299.

casado com Lucrezia de Lafetá, neta do Conde Affaitati<sup>553</sup>. De Inglaterra, Giraldi enviava informações detalhadas sobre o decurso da sua missão a que juntava presentes para o rei de Portugal<sup>554</sup>.

Ainda residente na corte britânica, Giraldi recebe a nomeação de D. Sebastião para desempenhar a mesma função na corte de Paris aonde tinha que se deslocar. O cargo foi-lhe confirmado pelo Cardeal D. Henrique, agora rei de Portugal e, após o falecimento dele, pelos Governadores do reino. A 22 de Agosto de 1579, Giraldi escreve de Paris ao rei de Portugal dando-lhe conta de ter recebido diversas quantias de dinheiro para a viagem de Inglaterra até França e pede que lhe possa ser adiantado dinheiro, correspondente a seis meses do seu ordenado, para poder viver com honra e decoro sem recorrer a empréstimos. Refere também a possibilidade de serem utilizados dinheiros seus de juros devidos pela Casa da Índia<sup>555</sup>.

Para seguir o andamento dos negócios em Itália, Francisco Giraldi tinha nomeado como seu procurador o senhor Elizo de Portugal “secretario della Camera di sua santità” para examinar e fechar as contas com o primo Vincenzo Giraldi e com a companhia de Roma “ (...) per la parte et portione de dieci mille scudi d’oro del sole ch’el quond. Sig. Luca giraldi di buona memoria padre di d.o signore costituente aveva in fondo di detta compagnia Cavalcanti.”<sup>556</sup>

Contudo, o rápido evoluir dos acontecimentos que, após a derrota africana de D. Sebastião e o governo do Cardeal D. Henrique e dos Governadores conduziu à invasão espanhola, prejudicou a vivência francesa de Francisco

---

<sup>553</sup> Uma carta enviada de Florença pelo primo Vincenzo Giraldi a 12 de Julho de 1576 a Lucrezia de Lafetá em Londres, expressa congratulações pelo casamento. ASF, *Carte Dei*, ms. 390.

<sup>554</sup> Numa carta ao primo Vincenzo Giraldi em Florença, Francesco escreve “Il mio segretario giunse a Lisbona et al re mio signore fu gratissimo il presente che per esso gli mandai dal signor conte di Childera nostro parente. Ho lettere adesso d’irlanda nelle quali mi scrive tener pronto per mandarmi due rubini e 4 levrieri e astori bellissimi. Questo signore é in effetto del nostro sangue e della nostra casa de Giraldi e fa la nostra stessa arme, V.S. fará bene a scriverli quattro versi.” ASF, *Carte Dei*, ms. 390, fl.75.

<sup>555</sup> IAN/TT, *Corpo Cronológico*, parte I, maço111, doc.71.

<sup>556</sup> ASF, *Carte Dei*, ms 390, fls. 74-75v. Parigi, 3 Ottobre 1579.

Giraldi como se apreende das informações que o próprio escreve ao Grão-Duque de Toscana a 12 de Janeiro de 1581<sup>557</sup>. Retirou-se da corte de Paris, transferiu-se para uma vila não muito longe de Paris (Nozay?) a 15 de Agosto de 1581 devido ao “ (...) disordine in che il s.or Dom Antonio aveva posto quel Regno, Si bene desiderasi lui che cy restasy per suo Menistro (...)”<sup>558</sup>. Aqui recebeu, a 21 de Setembro, uma carta dos Governadores, a comunicar-lhe que devia reconhecer como Rei e Senhor a D. Filipe II de Espanha e que não devia de exercer o cargo de embaixador sem a prévia autorização do novo monarca português. Em Novembro do mesmo ano, Francisco Giraldi teve conhecimento de uma carta que lhe tinha dirigido de Badajoz por Filipe II de Castela em que este o convidava a sair do reino de França e a voltar para Portugal onde seria recompensado pelos serviços feitos. Alegando dificuldades familiares – a esposa Lucrezia estava grávida de seis ou sete meses e ele não achava conveniente deixá-la sozinha no meio do inverno e na situação em que o país se encontrava – Giraldi, numa carta enviada ao secretário de estado Idiaquez, confessava ter problemas financeiros por via de dívidas que tinha em Paris resultantes de despesas efectuadas ao serviço de D. Henrique. Ao rei exprimia o desejo de ser autorizado a sair de França mantendo a reputação que tanto trabalho e despesa lhe haviam custado, mantendo-se sempre fiel servidor do rei português durante os dez anos que duraram as duas embaixadas. Além disso, pedia que lhe fosse atribuída alguma “(...) onorata comenda o Mercede.”<sup>559</sup>

No regresso a Portugal Francisco Giraldi foi bem recebido, e um alvará régio de 20 de Dezembro 1584 manda que possa “ (...) trazer das partes da India tantas drogas e outras fazendas das que não fazem defesas no que trata das que

---

<sup>557</sup> Carta de Francisco Giraldi ao Graõ-Duque de Toscana de 12 de Janeiro de 1581. Cf. Anexo doc.10.

<sup>558</sup> *Idem*

<sup>559</sup> *Idem*

possa tirar no Reino”<sup>560</sup>, recompensa pelos serviços como embaixador de Inglaterra e França.

Foi nomeado governador da Bahia<sup>561</sup>, e a 1 de Novembro de 1586, Giraldi coloca-se ao serviço do grão-duque de Toscana, solicitando “ (...) se in quele bande cy sara cosa del suo servitio”.<sup>562</sup>

Parte para o Brasil, chega à vista da costa brasileira mas o vento impele-o até às Antilhas<sup>563</sup>. Regressa a Portugal onde morre na Freguesia da Santíssima Trindade a 21 de Outubro de 1588, sendo sepultado na Igreja do Loreto<sup>564</sup>.

Do casamento com Lucrezia de Lafeté nasceram os filhos Maria e Francisco. Maria Giraldi herdou de seu pai e foi senhora da capitania dos Ilhéus<sup>565</sup>, e como já adiantámos, foi casada com Francisco Sá e Meneses que, na qualidade de camareiro-mor, entregara o ceptro a D. Henrique no dia da sua aclamação a 28 de Agosto de 1578 na Igreja dos Hospital de Todos os Santos em Lisboa<sup>566</sup>. Desta união nasceu Sebastião de Sá e Meneses que, por não ter reedificado a capela mor da igreja do Loreto adquirida pelo bisavô Luca Giraldi

---

<sup>560</sup> IAN/TT *Chancelaria D. Filipe I*, L. 8, fl. 100.

<sup>561</sup> Com carta de 12 de Março de 1588, o rei informava o vice rei da Índia, Duarte de Meneses, do envio de Francisco Giraldi como Governador da costa do Brasil, “Mando ora dar ordem como na povoação da costa do Brasil se faça o que conuem a seu beneficio pera todos os bons efeitos, e vão ora alguns moradores aquellas partes com Francisco Giraldes que enuio por Governador dellas”, *Archivo Portuguez Oriental*, fasc.3, p.142.

<sup>562</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, ms.784, fl. 56.

“Ser.mo S.r

Mandandomy Sua Maestà al Brasile per suo vicere mie parso farlo a sapere a v.A. poy my resultara di honor y favor grande se in quele bande cy sara cosa del suo servitio. Per tanto prego a v.a. che del myo animo acette la volonta che o dedicata un gran tempo fa al suo glorioso nome. E sy bem sia di lontano lo ricordero sempre a v.a. con le mie lre se mi sara concieso il farlo con le cose nuove e variable che il paese da di se. Et credo che al marzo sara il tempo in che debbo partire. Con che bascio la mano a v.a. preghando a nostro sg.re che in vita e statto acreschy la sereníssima persona di v.a. come da tutty y suoi e desiderato. Di Lisbona al primo di nobr.e 1586

Devotíssimo servitor

F.o Giraldi” (autógrafo).

<sup>563</sup> Cf. Rocha Pombo, *História do Brasil*, vol.III, p. 644.

<sup>564</sup> E. Prestage e P. de Azevedo, *Freguesia da Sé...*, vol.II, p. 80.

<sup>565</sup> ASF, *Carte Dei*, ms.390, fl.77.

<sup>566</sup> Queiroz Velloso, *O reinado do Cardeal D. Henrique – A perda da independência*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946, vol. 1, p. 12.

em 1551 e destruída pelo incêndio de 1651, perdeu a posse “ (...) da capela Mor com hua casa pia a sua tribuna”, ficando anulado o contrato, como consta da sentença lavrada no *Livro do Inventário* da Igreja do Loreto. Por isso foi necessário reunir a Junta para decidir sobre a petição de Maria Girdali, que, moribunda em 1658, mandou dizer aos confrades do Loreto que desejava ser sepultada na capela-mor ao lado dos seus antecessores<sup>567</sup>.

Relativamente ao filho de Francisco Girdali, “ (...)fidalgo cavaleiro filho natural de Francisco Girdali” sabemos que embarcou na armada de 1612, sendo capitão-mor D. Hieronimo de Almeida, com um ordenado de 1\$133<sup>568</sup>. António Bocarro confirma a data de partida da armada em que ia Francisco Girdali<sup>569</sup> que, em 1614, ainda se encontrava na Índia<sup>570</sup>.

### 3.3 Capitães ao serviço da coroa portuguesa

Ao desvendarmos os percursos dos descendentes das ricas famílias italianas que monopolizaram a cena económica das primeiras décadas de Quinhentos, verificamos a presença de capitães que se aventuraram nas águas do Atlântico e do Índico em socorro das posses ultramarinas da coroa portuguesa ameaçadas pelo curso inglês e holandês.

A navegação da Rota do Cabo decorrerá até 1586 sem grandes perigos, sendo as zonas onde a pirataria inglesa actuava as mesmas do curso tradicional,

---

<sup>567</sup> Cf., Nunziatella Alessandrini, “A alma italiana no coração de Lisboa: A Igreja de Nossa Senhora do Loreto...”, p.174.

<sup>568</sup> BNL, *Pombalina* 123, fl. 366 é mencionada a partida de Francisco Girdali para a Índia na armada de 20 de Março 1611, capitão-mor António de Atáide. No fólio 370 é ainda mencionado o nome de Francisco Girdali, filho natural de Francisco Girdali, na armada de Março de 1612 com o mesmo ordenado.

<sup>569</sup> António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1876, p. 9

<sup>570</sup> *Idem*, p.271.

perto da costa portuguesa. Nas águas ao largo da costa ainda se continuava a gozar de relativa segurança, poucos perigos ameaçavam os navegantes como nos confirma Filippo Sassetti ao contar a aventura da viagem para a Índia em 1582, “Pericolo nessuno non avevamo passato in tutto il cammino (...)”<sup>571</sup>.

A partir desta altura, meados da década de 80, os ataques ingleses começaram a provocar danos que determinaram uma certa “ (...) anemia do tráfico devida à eventualidade do perigo”<sup>572</sup>. Isto porque, como bem sublinha V. Magalhães Godinho, os subterfúgios utilizados para lidar com o medo dos ataques dos piratas – partidas atrasadas, rotas desviadas, entre outros expedientes - causavam prejuízos enormes quer devido à perda de navios, quer pelos atrasos motivados pelas invernadas<sup>573</sup>.

As informações que os embaixadores venezianos periodicamente enviavam ao Senado da Sereníssima, informavam sobre o perigo da pirataria inglesa que infestava as costas de Portugal, semeando o receio entre os navegantes. Estas notícias registavam as preocupações dos portugueses que se queixavam de os ataques ingleses terem aumentado consideravelmente após a união das coroas. As queixas referiam que “ (...) erano meglio et piu sicuramente guardati nel tempo del Re Don Sebastiano (...)”<sup>574</sup>. A perda diária de mercadoria, a falta de disposições por parte do governo e a preocupação, causava nos portugueses “ (...) poco rispetto verso li ministri principali di questa M.tà”.<sup>575</sup> É verdade que após a união das coroas, Portugal foi envolvido nas hostilidades de Filipe II com Inglaterra e Holanda, mas também devemos destacar que os ingleses tinham manifestado desde os anos 60 de Quinhentos o seu interesse pela zona da Mina, debatendo-se contra as pretensões de monopólio portuguesas na

---

<sup>571</sup> Carta de 24 de Setembro de 1582, Cf. Filippo Sassetti, *Lettere da vari paesi...*, p. 315.

<sup>572</sup> V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol. III, p. 46.

<sup>573</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>574</sup> Carta de Vincenzo Gradenigo, Madrid 8 de Março 1586 in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 505.

<sup>575</sup> *Idem*.

costa de África, e obrigando Portugal a uma série de operações diplomáticas para resolver a questão.

No final do século XVI a situação agrava-se, os ataques ingleses multiplicam-se assim como os bloqueios da barra do Tejo,<sup>576</sup> e sente-se a ingerência holandesa através dos ataques às ilhas de S. Tomé e Príncipe em 1598-1599. Nesta altura, o estabelecimento por parte de ingleses e holandeses de ligações regulares com a Ásia através da rota do Cabo e a constituição da East India Company (EIC) em 1600 e da Verenigde Oost- Indische Compagnie (VOC) em 1602, as companhias das Índias orientais inglesa e holandesa, decretam a expansão nas posses portuguesas da Holanda e Inglaterra.

### **3.3.1 Paulo e Vasco da Gama**

No nosso projecto de traçar o percurso de italianos na sociedade portuguesa do século XVI, não podia passar despercebida a vivência e a descendência de Luísa Giraldi, filha de Luca Giraldi, legitimada, juntamente com o irmão Francisco, em 1550. Não sabemos quando casou, mas sabemos que em 1545-46 ainda vivia em casa do pai e, provavelmente, o casamento teve lugar após o pedido de legitimação. O marido, D. Francisco de Portugal, era filho de D. Francisco da Gama, 2º conde de Vidigueira, e da Condessa D. Guiomar de Vilhena, e neto do descobridor do caminho para a Índia, Vasco da Gama. D. Francisco de Portugal foi estribeiro mor do príncipe D. João, mantendo o cargo junto de D. Sebastião<sup>577</sup> de quem foi também vedor da fazenda<sup>578</sup>. Mandou

---

<sup>576</sup> Encontramos múltiplas referências aos ataques dos ingleses registadas pelo embaixador veneziano Agostino Nani em 1598. Cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 682-684.

<sup>577</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Sebastião*, L. 7, fl. 133-133v.

<sup>578</sup> Cf., I. M. Correia Alves, *op. cit.*, p.218.

construir a matriz de Fronteira em 1571, a qual foi concluída pelo filho D. Lucas de Portugal<sup>579</sup>.

Juntamente com três dos seus filhos, nomeadamente D. Lucas de Portugal, D. João de Portugal e D. Filipe de Portugal – a esposa Luísa Giraldi já tinha falecido a 28 de Janeiro de 1578<sup>580</sup> – D. Francisco de Portugal tomou parte na expedição de D. Sebastião a África que partiu do porto de Lisboa a 25 de Junho de 1578 composta por “ (...) cinco Galeões, cinquenta navios bem armados e mais novecentos vasos menores (...)”<sup>581</sup>, em que se reunia grande parte da nobreza do reino. O trágico desenlace da batalha de Alcácer Quibir, seguido pelo cativo de 80 fidalgos portugueses, levou Mulei Ahmede a entrar em negociações com os cativos, exigindo um resgate cujo montante atingia um elevado valor. Entre os cativos de Fez constavam os nomes de D. Felipe de Portugal<sup>582</sup> e D. João de Portugal<sup>583</sup>, filhos de Luísa Giraldi e D. Francisco de Portugal que, entretanto, tinha falecido devido a ferimentos recebidos na batalha<sup>584</sup>. Em Arzila encontrava-se preso o irmão, D. Lucas de Portugal, juntamente com mais quatro dezenas de nobres portugueses. Queirós Velloso descreve-nos alguns momentos do cativo dos portugueses através de notícias extraídas da *Chronica d’El-Rei D. Sebastião*, da *Jornada de Africa* de Jerónimo de Mendonça, de *Portugal cuidadoso e lastimado* de P.e José Pereira Baião, desenhando um quadro curioso da nobreza portuguesa em África. É igualmente salientada a dificuldade do Reino em disponibilizar numerário para o resgate. De

---

<sup>579</sup> *Idem*, ibidem.

<sup>580</sup> Luísa Giraldi foi sepultada na Igreja de S. Roque em Lisboa. Cf. SCML, *Repertório das Covas e Catálogo singelo de todos os padres e irmãos desta casa no ano e dia em que faleceram: 1601-1650*, fl.96.

<sup>581</sup> *Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, Lisboa, Livro Aberto, 2004, p.16.

<sup>582</sup> Foi resgatado e morreu em Tânger, cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa...*, vol.X, pp. 360.

<sup>583</sup> Morreu em Fez, cf. *Idem*, p. 359.

<sup>584</sup> Cf., Queiroz Velloso, *op. cit.*, p. 19.

facto, as famílias que tinham familiares cativos em África contribuía com peças artísticas ou jóias preciosas que, não encontrando compradores no Reino, deviam ser transportadas e vendidas em Ceuta a mouros e judeus.

D. Lucas de Portugal foi o único que regressou a casa da jornada de África. Herdara o título do pai de Comendador da Fronteira e, a 10 de Agosto 1584, foi emitido um alvará pelo rei D. Filipe II, em que autorizava “ (...) D. Lucas de Portugal, fidalgo da minha casa e alm. na jornada de Africa com o Snr. Rei D. Sebastião meu sobrinho, filho de D. Francisco de Portugal (...)”<sup>585</sup> a mandar vir fazendas da Índia.

Da numerosa descendência de Luísa Giraldi, além de D. Sebastião de Portugal, que faleceu muito novo, destacamos o percurso de D. Vasco da Gama e D. Paulo da Gama na Índia Portuguesa. A 10 de Abril de 1596, Paulo da Gama foi para a Índia com o primo, o Conde de Vidigueira, D. Francisco da Gama,<sup>586</sup> que na altura tinha trinta e um anos de idade “ (...) havendo pouco que viuvára de huma filha de D. Duarte de Menezes (...)”<sup>587</sup>. Embarcaram na nau Nossa Senhora de Guadalupe, sendo capitão da mesma D. Luís da Gama, irmão de D. Francisco da Gama e primo de Paulo da Gama. Eram os três bisnetos do almirante Vasco da Gama.

Chegados à fortaleza de Mombaça a 4 de Dezembro de 1596, sendo já passada a monção para ir até Goa, a armada invernou e voltou ao mar a 12 de Abril de 1597, sendo capitão de um dos dois navios, D. Paulo da Gama. A

---

<sup>585</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, L. 11, fl. 11.

<sup>586</sup> D. Francisco da Gama tinha recebido, a 29 de Fevereiro de 1596, um alvará que lhe permitia enviar anualmente seis caixas de mercadorias para o Reino, BNL, *Fundo Geral*, cod. 2298. Contudo, as andanças orientais deste vice-rei foram acompanhadas por antipatias que são evidentes nas cartas do bispo de Goa D. Frei Aleixo de Meneses, sendo motivo do ostracismo a que o condenou D. Filipe III e que o manteve na penumbra política até 1621. AHU, *Documentos Avulsos da Índia*, Caixa 1, doc. 15.

<sup>587</sup> Diogo do Couto, *Da Ásia de Diogo de Couto Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente. Década Duodécima*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1788 (Edição da Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1974), L. 1, cap.I.

chegada a Goa ocorreu a 22 de Maio<sup>588</sup>. É provável que o irmão de D. Paulo, D. Vasco da Gama, já se encontrasse na Índia e, após a tomada de posse do vice-rei D. Francisco da Gama a 27 de Junho de 1597, foi, este, nomeado capitão de uma das quatro galés da armada que a 3 de Novembro de 1597 foi enviada em demanda de corsários<sup>589</sup>. D. Vasco da Gama casou duas vezes, e do segundo casamento na Índia, com D. Joana da Silva, nasceu D. Paulo da Gama que, segundo a reconstrução genealógica dos Gama efectuada por Ivone Maria Correia Alves<sup>590</sup>, foi sucessor do morgado da Boavista no termo de Palmela.

Regressemos agora ao filho de Luísa Giraldi, D. Paulo da Gama, irmão de D. Vasco da Gama, cujo percurso indiano é-nos referenciado por Diogo de Couto que dedica páginas da *Década XII*<sup>591</sup> à actividade deste italiano. A amizade de Diogo de Couto com Paulo da Gama é declarada na carta que, a 27 de Dezembro de 1607,<sup>592</sup> Diogo do Couto escreveu ao Conde Almirante, pedindo que fosse feita mercê a D. Luísa da Silva, viúva de Paulo da Gama. Estes estiveram casados apenas durante dez meses, e foi ao longo deste período que se consolidou a amizade entre o cronista português e o capitão de origem italiana. No entanto, a amizade de Couto à mulher de Paulo da Gama tinha origem antiga, como o próprio explica na carta<sup>593</sup>.

Em Maio de 1605 partiu da Holanda uma armada de nove naus capitaneada pelo almirante Cornelio Matelief com instruções para tomar a cidade e fortaleza de Malaca, na altura governada por André Furtado, onde desembarcaram sem grande resistências em Maio de 1606. O cerco durou quase

---

<sup>588</sup> Cf. Diogo do Couto, *op. cit.*, L.1, cap. II.

<sup>589</sup> Cf. Diogo do Couto, *op. cit.*, L. 1, cap. VIII.

<sup>590</sup> Cf., *op. cit.*, p. 196.

<sup>591</sup> O capítulo XI do livro II é quase inteiramente dedicado a Paulo da Gama.

<sup>592</sup> IAN/TT, Convento da Graça, Caixa 19 tomo I-II-E, fl.377, encontra-se na íntegra em C.R. Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça 1558-1610*, Agência Geral do Ultramar, 1955, pp. 137-140.

<sup>593</sup> D. Luísa da Silva era filha de uma amiga de longa data da mulher de Diogo do Couto. Cf. *Idem*, p. 137.

quatro meses, recebendo os inimigos mais duas naus de reforço a 14 de Julho. A resistência de André Furtado foi premiada com a notícia da chegada de uma armada de socorro de Goa, em que ia o próprio vice-rei, D. Martim Afonso de Castro, o que obrigou os holandeses a levantar o cerco. Nesta armada ia Paulo da Gama “ (...) para hir fazer a viagem de Japão que foi do senhor Dom Francisco seu pai em hua não de mais potentes que vinha a jndia que lhe Custou mais de trinta simquo mil Crusados posta a vella (...)”<sup>594</sup>. O capitão italiano seguiu a estratégia do vice-rei de desembarcar em Achem, na ponta da ilha de Sumatra, em vez de navegar directamente para Malaca. O atraso da paragem em Achem deu a possibilidade a Matelief de se organizar para ir à procura da armada portuguesa. Na batalha de Cabo Rachado, ocorrida a 18 de Agosto de 1606, foi vencido pelo vice-rei o qual entrou vitorioso em Malaca, rejeitando, este, a proposta de André Furtado de perseguir o inimigo<sup>595</sup>. Sete naus da armada portuguesa ficaram em Malaca à espera das naus da China, entre as quais se encontrava a nau de Paulo da Gama. O regresso de Matelief a Malaca foi um golpe mortal para as pouca embarcações da armada portuguesa que lá tinham ficado. Três embarcações foram destruídas a 22 de Outubro pelo almirante holandês, outras três foram mandadas queimar pelo vice-rei para que não caíssem nas mãos dos holandeses. Entre as naus queimadas encontrava-se a de Paulo da Gama, sendo que “(...) dalj a poucos dias veo este fidalguo adoecer de huãs febres malinas cauzadas de desgostos e trabalho que leuou em huãs fortificassõis que fez o Viso Rey em que quiz acarretar tudo as costas, veo a falecer con grande sentymento de todos.”<sup>596</sup>

---

<sup>594</sup> C.R. Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça...*, p.137.

<sup>595</sup> Cf. *Idem*, p.68.

<sup>596</sup> *Idem*, p.138.

### 3.3.2 Cosme de Lafetá

O nome de Cosme de Lafetá aparece, desde 1581, ligado quase indissoluvelmente a dois nomes de famosos capitães portugueses, nomeadamente, André Furtado e Matias de Albuquerque. De facto, apesar de se ter perdido parte da Década IX de Diogo de Couto correspondente aos anos 1576-1581 e a Década XI, o que nos privou duma quantidade incalculável de informações sobre os acontecimentos do período entre 1588, ano em que faleceu D. Duarte de Meneses, até 1597, ano em que teve início o governo de D. Francisco da Gama. No entanto, seguindo os rastros de André Furtado e Matias de Albuquerque, encontramos a presença constante do capitão italiano Cosme de Lafetá no Oriente português. Para suprir a falta de informações em Diogo de Couto, são particularmente importantes, entre outros testemunhos, dois documentos que se guardam na Biblioteca de Évora. Um deles existe também no Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, “*Vida e Acções De Mathias de Albuquerque cappitao e Vis Rey Do Estado da India Em que se conta todas suas acções, e as Dos Insignes feitos que se obráao na memorável tomada do Morro de Chaul*”<sup>597</sup>. Apesar de não se conhecer o seu autor, segundo nos informa Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, parece ser esta obra escrita em vida do próprio Matias de Albuquerque<sup>598</sup>.

O segundo documento, cujos 24 capítulos são inteiramente dedicados a tomada do Morro de Chaul pelo capitão-mor Cosme de Lafetá, corrobora a grandiosidade da empresa, sendo datado 14 de Agosto 1635 e escrito pelo

---

<sup>597</sup> BNL, *Fundo Geral*, Cód. 482, Cópia de 1749. Foi transcrito por Antonella Vignati, *Vida e acções de Mathias de Albuquerque*, in: *Mare Liberum*, n. 15-17 (1998-1999).

<sup>598</sup> Cf., Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Catalogo dos Manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborensis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, T.I, p. 315.

Licenciado António Barbosa. Este foi cónego na Sé de Goa e ofereceu o seu escrito ao Vice-Rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares<sup>599</sup>.

Repare-se, ainda, que as notícias dos primeiros serviços dos capitães André Furtado e Cosme de Lafetá na Índia remontam ao ano de 1581, sendo capitão-mor do Malabar Matias de Albuquerque que, a 15 de Outubro de 1581, nomeou capitão das fustas aprestadas para fazer guerra ao Samorim, Cosme de Lafetá e enviou André Furtado “ (...) o mais venturoso e insigne capitão deste tempo nas partes da Índia” com 8 ou 10 navios para que queimasse uma nau que estava a carregar no rio de Chalé<sup>600</sup>. A partir deste momento até a primeira década do século XVII, o caminho dos três homens irá cruzar-se várias vezes.

As mercês concedidas a Cosme de Lafetá, fidalgo da casa real, a 4 de Março e a 11 de Abril de 1588 patenteiam-nos algumas das empresas do capitão italiano. Como retribuição por ter participado no cerco de Ceilão cometido pelo Rajú desde 27 de Abril de 1579 até 18 de Fevereiro de 1581 e por ter servido no “anno de 1586 por capitão de hu gallião darmada”<sup>601</sup>, as mercês lhe concediam a capitania de 100 soldados para a Índia e a capitania de Diu.

Cosme casou com D. Brites de Pina de quem não teve filhos ou, segundo outras fontes, terá tido o ilegítimo Agostinho de Lafetá<sup>602</sup>. Cristóvão, segundo a mesma fonte, morreu solteiro na Índia vítima de uma bombarda, andando por Capitão de um navio de Malabar,<sup>603</sup> como se lê na mercê duma viagem da China

---

<sup>599</sup> “Breve Tratado da Victoria do Morro de Chaul. Descrição do sitio, e fortaleza delle, e de alguns bem afortunados successos, que os Portuguezes tiverão neste cerco, composto pelo L.do António Barbosa Portuguez, nascido em Chaul, Cónego que foi na Sé de Goa, e ao presente Vigario confirmado na Igreja Parochial do Apostolo S. Thomé della, e Desembargador da Relação do mesmo Arcebispado.” Biblioteca Évora, cód. CXVI\_\_1-4

<sup>600</sup> BNL, *Fundo Geral*, Cód. 482, fl. 32v.

<sup>601</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, L. 18, fl. 108.

<sup>602</sup> Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, Edição de Carvalho de Bastos, 1992, 3ª ed., vol. VI, p.132.

<sup>603</sup> *Idem*, *ibidem*.

feita a Cosme em 1588<sup>604</sup> pelos “ (...) serujcos de seos jirmãos cristovam e João Francisco de lafetá e assim pela morte do dito cristovam de lafeta.”<sup>605</sup> Temos poucas notícias dos serviços de Cristóvão de Lafetá, mas sabemos que embarcou com o irmão Cosme na armada de treze naus capitaneada por Jorge da Silva que foi para a Índia no ano 1578 e que tinha uma moradia de 3\$00, a mesma da do irmão<sup>606</sup>. Encontramo-lo, além disso, como testemunha, juntamente com João Furtado e André Furtado, que já estavam na Índia desde 1576<sup>607</sup>, das injustiças cometidas pelo ouvidor Isidoro de Lemos de Mesquita nas terras de Salsete, provavelmente por volta de 1583<sup>608</sup>.

Voltando a Cosme de Lafetá, podemos acrescentar que, depois dos referidos serviços regressou ao reino, ficando, contudo, pouco tempo em Portugal. De resto, verificamos que foi exactamente o que aconteceu aos seus companheiros de batalhas, André Furtado e Matias de Albuquerque. Na verdade, sabemos que André Furtado regressou ao reino em 1585 para requerer o despacho de seus serviços; sabemos também que lhe foram feitas mercês no mês de Março, antes de embarcar de novo para a Índia na armada de 1588. Através de uma carta régia de 28 de Março de 1588 é-lhe entregue “ (...) a capitania de Rachol e terras de Salcete enquanto não entrar na capitania de Malaca de que lhe ora fiz mercê por outra carta (...) e haverá em cada um ano que servir 100.000 reais de ordenado (...) e de uma viagem da China de que lhe mandei passar

---

<sup>604</sup> “Li viaggi di gratie che fa il Re a i suoi gentil’huomini, sono quello della China e dalla China al Giapan e dal Giapan di ritorno alla China e dalla China in India ed il viaggio di Bengala a Sonda com carico de panni fini e d’ogni sorte di bombaso”. *Viaggio di M. Cesare de I Fedrici nell’India Orientale et oltra l’India*, Venezia, 1587. Utilizei a edição (a cura di) Olga Pinto, *Il Nuovo Ramusio IV*, Roma, Istituto Poligrafico dello Stato, 1962, p. 33.

<sup>605</sup> *Registo da Casa da India* (intr. Luciano Ribeiro), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, vol. I, p.266.

<sup>606</sup> BNL, *Pombalina 123*, fl. 231-232.

<sup>607</sup> Os três irmãos Furtado de Mendonça, André, João e Jorge, tinham embarcado na armada de Rui Lourenço de Távora em 1576. *Ibidem*, fl. 223.

<sup>608</sup> BNL, *Fundo Geral*, Cód. 11410, fls. 165-167v.

provisão”<sup>609</sup>. Note-se a coincidência das mercês régias que, mais uma vez, confirmam que os destinos de André Furtado e Cosme de Lafetá no oriente português corriam paralelos e, apesar da enorme fama adquirida pelo *cabo afortunado*, ou *Grão Capitão* como foi apelidado André Furtado de Mendonça, a documentação existente revela uma série de importantes empresas levadas a cabo pelo capitão Cosme de Lafetá.

Cosme de Lafetá e André Furtado de Mendonça voltam a embarcar para a Índia na mesma armada de cinco naus de 1 de Abril de 1588, sendo capitão-mor João de Tovar Caminha, com o cargo de capitães de Infantaria juntamente com os capitães “João de Brito, João Furtado de Mendonça, Manoel Furtado de Mendonça, L.co de Brito fidalgo, António Per.ra, João Gomes de Azevedo fidalgo (...)”<sup>610</sup>. Consta que o ordenado de Cosme de Lafetá alcançava 3\$400 e o de André Furtado 2\$080<sup>611</sup>.

No que diz respeito ao terceiro elemento desta companhia de capitães, Matias de Albuquerque, sabe-se que regressou ao reino de Portugal depois de ter saído da fortaleza de Ormuz em 1585, “ (...) por se não oferecer naquele tempo na Índia ocupação digna de emprego de sua pessoa (...)”<sup>612</sup>, regressando à Índia na armada de cinco naus de 8 de Maio de 1590 com o cargo de vice-rei. Chegado a Goa a 15 de Maio do ano seguinte, governará a Índia até 1597. De novo os três capitães juntos no Estado da Índia ao serviço do rei de Portugal. É nestes anos do vice-reinado de Matias de Albuquerque que Cosme de Lafetá vai ter o seu momento de glória enquanto capitão.

Mal tomou posse, o novo vice-rei Matias de Albuquerque decidiu dar prioridade a uma questão que ameaçava gravemente a presença portuguesa em Ceilão, e que tinha a ver com a atitude do Rei de Jafanapatão que, ao favorecer o

---

<sup>609</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, L. 15, fls. 459 e 459v.

<sup>610</sup> BNL, *Pombalina* 123, fl. 267.

<sup>611</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>612</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 482, fl.48.

Rajú em detrimento dos portugueses e ao ter-se aliado com o Cunhale, prejudicava a segurança na ilha. André Furtado de Mendonça, que “ (...) já então se podia intitular, sem arrogância, capitão de capitães”<sup>613</sup>, foi nomeado capitão-mor da empresa. Foi-lhe entregue uma armada com “ (...) 20 fustas com soldados necessários, moniços, oficiais e mantimentos”<sup>614</sup> para ir em busca do Cunhale e “ (...) deu tão boa conta de sua jornada que por hua não nossa que nos queymarao da China, tomou três de Meca, matando e castigando muitos Mouros”<sup>615</sup>. Após ter derrotado o corsário malabar, André Furtado volta à fortaleza de Manar, e, reunido o conselho, foi aberto o regimento secreto, “ (...) bem mutrado com o selo Real (...)”<sup>616</sup>, que o capitão trazia consigo, onde estavam as instruções para castigar o Rei do Jafanapatão. O referido regimento dava indicações muito precisas acerca de como se devia proceder, quantos homens eram necessários, quais os capitães-mores das armadas bem como quem os devia substituir caso um dos capitães falecesse. O nome de Cosme de Lafetá

---

<sup>613</sup> Manuel de Faria e Sousa, *op. cit.* p., 121.

<sup>614</sup> BNL, Fundo Geral, cód. 482, *cit.*, fl.53.

<sup>615</sup> *Ibidem.*

<sup>616</sup> Fernão de Queyroz, *Conquista temporal e espiritual de Ceylão*, 1688, publicada em Calumbo 1916 fl.200: Regimento secreto que André Furtado levava consigo: Como tiueres desbaratado o Inimigo, e sua armada; achando uos cõ 600 homes, q.’ tome armas, hireys â fortaleza de Manar; e em presença do Capitaõ dela Nuno Fernandez de Ataíde, Cosme de Lafetar, q.’ ora mando p.r Capitaõ mor de Candea, e Matheus Mendez de Vasconcelos, Joseph Barreto, Nicolao Rodriguez de Castanheda, Francisco da Silua Arcalao, Fernão de Melo e Castro, Fernão de Melo de S. Payo, q.’ já será vindo de Candea. Com todos estes Capitaõs, escolhereys 20 casados dos m.s velhos dessa Fortaleza e juntos em concelho assentaraõ; q.’ auendo mil Portuguezes, se dê hu castigo ao Rey de Jafanapatão; e do q.’ sahir em conselho, se fará hum assento p.lo P.e guardião Fr. Duarte Chanôca, e se Commissario, o P.e Fr. Francesco do Oriente; e isto feyto: Mando q.’ o Capitaõ da fortaleza Nuno Fernandez de Ataíde, uâ cõ toda esta armada, p.r Capitaõ mor dela; e uõs hireys na uaõguara cõ Cosme de Lafetar, Fernão de Melo, Mathias de Melo de Vasconcelos; e na dianteyra, hirâ, Francisco da Silua, com a gente de Manâr. Sendo caso, q.’ Deos não queyra, morra o Capitaõ mor, hireys uõs em seu lugar. Falecendo uõs, Cosme de Lafetar. Falecendo ele, Fernão de Melo de Sam Payo; e na dianteyra, morrendo Francisco da Silua, hirâ Fernão de Melo; morrendo ele, Fernão Rodrigues de Sâ; e quando Nuno Fernandez de Ataíde não possa hir, p.r ser de 80 annos, ou p.r q.’ lhe importe, estar vigilante em sua fortaleza, p.los inim.os q.’ tem uizinhos, cõ q.m brigando venço; em tal caso (como se não fora previsto tal caso) uõs hireys p.r Capitaõ mor de toda a frota, e leuareys com vosco Cosme de Lafetar, e o Capitaõ mor q.’ mandey uir do Reyno de Candea, e na dianteyra hirâ Francisco da Silua, cõ a gente de Manar; na uaõ guarda Fernão de Melo de S. Payo, Fernão Rodriguez de Sâ, Matheus Mendez de Vasconcelos, D. Francisco de Souza, Diogo de Miranda Henriques, Francisco Pereyra Velho, Ruy Dias de S. Payo, D. Fernando Lobo. (Com declaração, q.’ morrendo q.al q.r deles, suçeda logo o nomeado).

aparece entre os protagonistas, sendo nomeado capitão-mor de Cândia e substituto de André Furtado caso este morresse. Além disso, o capitão-mor tinha a ordem de prover Cosme de Lafetá dos soldados necessários para ir em socorro de Cândia e “ (...) posto que Cosmo de Lafetá não tinha obrigação de obedecer a André Furtado, todavia por lograr da boa ocasião que se offerencia de asenalar sua pessoa, na quella empresa se meteu debayxo de sua bandeira.”<sup>617</sup>

A 26 de Outubro de 1591 parte de Manar a expedição para Jafanapatão e, apesar de André Furtado ter efectuado a missão com êxito, foi pesadamente reprovado pelo vice-rei Matias de Albuquerque devido à alegada barbaridade da sua conduta face aos inimigos, ou, assim como supõem alguns historiadores, devido à tentativa de emular o vice-rei. Facto é que André Furtado recolheu a Goa onde ficou durante quase dez anos sem quaisquer funções militares<sup>618</sup>. Entretanto, a situação em Columbo degenerava, a impopularidade do Capitão da fortaleza, Simão de Brito de Castro, quer entre os moradores quer entre a soldadesca, tornou necessária uma intervenção diplomática por parte do vice-rei. Há, de facto, elogios na carta de 1 de Março de 1594 escrita de Lisboa pelo rei de Portugal ao vice-rei pela diplomacia com que “ (...) mandastes que Cosme de Lafetá que estava em Manar fosse tirar Simão de Brito da fortaleza de Ceillaõ por se ordenarem contra elle alguns motins.”<sup>619</sup> Com efeito, André Furtado foi obrigado a aprestar outra armada para socorrer Columbo e o capitão Simão de Brito de Castro foi forçado a regressar a Goa, supostamente por motivos de saúde após ter sido alvejado num braço<sup>620</sup>, ficando Cosme de Lafetá na fortaleza até a chegada de Pedro Homem Pereira.

---

<sup>617</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 482, fl. 54.

<sup>618</sup> Cf. C.R. Boxer e Frazão de Vasconcelos, *op. cit.*, pp.18-19; Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a Historia Militar e Marítima da Índia*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930, p.282.

<sup>619</sup> *Archivo Portuguez Oriental...*, fasc.3, p.425.

<sup>620</sup> Fernão de Queyroz, *op. cit.*, fl.209.

Em Dezembro de 1591 aparecem pela primeira vez navios ingleses em Ceilão, e, no início de 1593, enquanto ainda governava Cosme de Lafetá em Ceilão, o Rajú, “grandissimo inimico de’ portoghesi”<sup>621</sup> invadiu as Quatro Corlas, depois de ter procurado celebrar uma trégua com os portugueses que lhe foi recusada.

Precisou mais uma vez o vice-rei Matias de Albuquerque dos serviços de Cosme de Lafetá, “ (...) após ele o melhor dos fidalgos soldados da Índia 8... )”,<sup>622</sup> na empresa do cerco e da tomada do Morro de Chaul, sendo impedido ele próprio pelas “ (...) necessidades gerais do Estado, Conquista de Ceylão e revolução do Concelho, (...) com muita magoa e repugnância sua (...)”<sup>623</sup>, de participar pessoalmente na dita guerra. Foi nomeado capitão da empresa “ (...) o famoso Cosme de Lafetá, /que/ com admirável indústria e esforço incrível a prosequio até alcançar tão famosa vitória.”<sup>624</sup> Parece que a escolha recaiu sobre Cosme de Lafetá quer devido ao sucesso das suas empresas quer à amizade que existia entre ele e o Capitão Diogo de Sá sob cuja jurisdição ficavam os casados e moradores de Chaul<sup>625</sup>. Ao aviso da chegada de Diogo de Sá a Chaul- a 6 de Maio de 1593- já o capitão Cosme de Lafetá tinha deixado Goa com 6 navios armados dos quais eram capitães D. Pedro Manoel António Telles, Manoel de

---

<sup>621</sup> Carta de Filippo Sassetti a Francesco de’ Medici, grão-duque de Toscana, escrita de Cochim a 11 de Fevereiro 1585, in: Filippo Sassetti, *op. cit.*, p. 446.

<sup>622</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 482, fl. 58.

<sup>623</sup> *Idem*, fl. 79.

<sup>624</sup> *Ibidem*.

<sup>625</sup> É preciso recordar que nestes anos André Furtado estava em Goa “desempregado” e desgostado com a atitude do vice-rei Matias de Albuquerque, e, coincidência, existe um documento sem data e sem assinatura mas datável provavelmente nos anos a seguir a tomada do morro de Chaul em que são reportadas umas queixas contra o tirano Matias de Albuquerque. Entre as muitas críticas que lhe são dirigidas, duas têm a ver com o nosso capitão italiano. Transcrevo os trechos do documento que nos interessam: “Item. Perguntem lhe Porque contra parecer da Rolação tirou seilao a Mateus pereira de sampayo sendo provido dele por Sua Magestade por ho dar a Cosmo de lafeita que ho não era. (...) Item. Perguntem lhe porque proveo hos trabalhos de Chaul com Cosmo de Lafeta mais podroso que Ruy Gonçalves e mais enfermo que o próprio espirital quando tinha eu guoa fidalguos de mais calidade e de mor entendimento e de mais anos, curso, expiriencya de gerra e tam difirente delle para isto como do séo a terra”. BNL, *Fundo Geral*, Mss. 207, doc.162.

Magalhães, Rui Dias de Sam Payo e Jorge da Motta. O número dos inimigos, segundo a relação dos espiões que foram enviados por três vias diferentes, sem saberem uns dos outros, foi calculado em mais de 6000 de pé e 1500 de cavalo, sem contar os que estavam espalhados pelas aldeias circundantes. As instruções dadas a Cosme de Lafetá apontavam para que o capitão-mor ocupasse o Morro antes que o fizessem os inimigos, mas também continham a cláusula que o não faria sem o parecer do capitão da cidade, Diogo de Sá, e de outras pessoas que tivessem experiência e entendimento nas coisas da guerra. Por isso, reunido o conselho em que estavam presentes D. António de Lima, Sebastião de Sousa, Simão de Mendonça, optou-se pela não ocupação do Morro.

Era o chamado Morro de Chaul uma perigosa fortaleza, “ (...) hua das mais inexpugnáveis do Universo (...)”<sup>626</sup>, que o Melique tinha fortalecido com muita artilharia despertando, por isso, grandes preocupações ao Rei que, como se lê nas cartas de 18 e 26 de Fevereiro de 1594<sup>627</sup>, insistia com o Vice-rei que a mandasse tomar e destruir. Aconteceu que o Melique não ficou à espera do ataque português, abrindo ele a guerra que se desencadeou, ao que parece, pelo facto de Matias de Albuquerque ter roubado ao Melique uma nau ricamente carregada<sup>628</sup>. De Abril até Setembro, isto é, durante todo o período do Inverno, resistiram os portugueses com menos de mil homens comandados por Cosme de Lafetá.

Depois de ter ganho a fortaleza do Morro, a 2 de Setembro de 1594, e ter deixado o presídio, o capitão-mor foi recebido com todas as honras quando desembarcou no cais da cidade. Daqui, Cosme de Lafetá recolheu a Goa, tendo grassado a peste em Chaul<sup>629</sup>. Em Goa, para festejar a vitória contra os infiéis foi

---

<sup>626</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 482, fl. 133.

<sup>627</sup> *Arquivo de Marinha e Ultramar*, L.º 281, fls. 297 e 317.

<sup>628</sup> Cf. Alfredo Botelho de Sousa, *op. cit.*, p. 299.

<sup>629</sup> Biblioteca Évora, cód. CXVI\_1-4, cap. 19-22.

assente que a 2 de Setembro de cada ano teria lugar uma procissão “ (...) em fazimento de graças por a vitória do morro de Chaul.”<sup>630</sup>

Uma notícia curiosa é-nos dada por P. Peragallo o qual alude a uma legenda em língua italiana que aparece num elegantíssimo croché do tamanho de 2,60m. vezes 2,75m. confeccionado pelas mulheres portuguesas que viviam em Malaca no século XVII e que narra, em breves palavras, a empresa de Cosme de Lafetá: Cosimo Lafetá fece cadere in potere dei portoghesi il monte di Chaul.<sup>631</sup>

Cosme de Lafetá regressa ao reino de Portugal com a armada de 1596, como informa a Cidade de Goa numa carta ao rei, “ (...) por estar muito endividado (...)”<sup>632</sup> e para pedir a recompensa pelos seus serviços. A mesma recompensa, de resto, era pedida pelos que participaram na tomada do dito morro de Chaul e que pretendiam a confirmação dos alvarás de cavaleiros que Cosme de Lafetá tinha conferido aos “ (...) cassados e moradores daquela cidade que se acharão na tomada de Morro”<sup>633</sup>. Não sendo possível, porém, para cada um deles vir ao reino requerer a confirmação dos ditos alvarás, o rei solicita ao vice-rei que “ (...) me aviseis dos que são, e com vosso parecer lhos mandar confirmar.”<sup>634</sup>

No que diz respeito à recompensa pelos serviços de Cosme de Lafetá na Índia e “ (...) ao que particularmente me servio nellas sendo capitão mor no cerco de Chaul e na tomada da fortaleza que os Mouros edificarão no morro de

---

<sup>630</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 482, 2ª parte, fl.149v.

<sup>631</sup> P. Peragallo, *La colonia italiana...*, p. 31. O autor refere ter encontrado a sua fonte na coleção artística do Duque de Luynes cf., *Encyclopedie des Beaux Arts Plastique*, Paris, Imprim. Viéville et Copiomont, vol. II, p. 2065.

<sup>632</sup> Aqui o excerto da carta que diz respeito ao capitão italiano:” Cosmo de Lafetá vai a esse Reino a pedir e requerer a V. Magestade satisfação de seus serviços; e porque geralmente em todos os homens se ouve que não vinha elle respondido conforme a elles, e a seus merecimentos, e que o que se lhe tirava emportava mais, por lhe caber o entrar na mercê que já tinha, mais cedo; pelas quaes rezões, e por estar muito endividado, ouvemos que compria ao serviço de V. Magestade fazermos-lhe esta lembrança. V. Magestade nos faça mercê de aver por bem o fazermos-lha, pois também nos manda que de tudo lhe façamos.” In: *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. I parte II, doc.3.

<sup>633</sup> Carta do rei de Portugal a D. Francisco da Gama Conde de Vidigueira vice-rei da Índia de 12 de Fevereiro de 1597. In. *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. 3, doc. 243.

<sup>634</sup> *Idem*, ibidem.

frontera da dita cidade”<sup>635</sup>, foi-lhe entregue, através de alvará régio de 6 de Março de 1598, a capitania de Sofala, “ (...) que he hua das mais soberbas que El rey tem na Índia.”<sup>636</sup> Estava também previsto que, na eventualidade dele falecer antes de entrar na dita fortaleza, podia “ (...) nomear a capitania de Dio que tem per minha patente por tempo de três anos em hu seu filho ou para casamento de hua sua filha legítimos E nao tendo filhos o possa nomear em hu sobrinho seu filho de João Francisco de Lafeta seu irmão.”<sup>637</sup> Existia, porém, a condição que o escolhido tivesse servido na Índia pelo menos seis anos. Além disso, foi-lhe feita mercê da Comenda da Quintella da Ordem de Christo, de duas viagens da China, especificando, contudo, que “ (...) hua para a deixar a hua pessoa não a fazer elle (...)”<sup>638</sup> e de cem mil réis de tença até entrar na fortaleza de Sofala ou até ser provido de comenda no valor de 400 mil réis.

Tendo sido avisado, pelos menos desde 1595, da presença de navios holandeses no sul da Índia, resolveu o rei de Portugal mandar, em 1598, uma nave a Malaca, recomendando que “ (...) Cosmo de Lafetá (...) devia ir na dita não de Malaca emcarregado de acodir a esta necessiidade tão presente, e de tanta importância como he o castigo dos ditos Olandesses”.<sup>639</sup> Foi entregue, portanto, a Cosme de Lafetá a capitania da nau S. Simão que fazia parte da armada de Jerónimo Coutinho, com a instrução relativa ao cabedal que ia embarcado, dezoito mil duzentos e cinquenta cruzados, que “ (...) se procederá conforme a ordem que pera isso se dara a Cosmo de Leffetá, que vai por Capitão nella (...)”<sup>640</sup>. No Regimento que lhe foi entregue a 17 de Março de 1598 para

---

<sup>635</sup> *Registo da Casa da Índia, op. cit.*, p. 325.

<sup>636</sup> *Idem*, p.119.

<sup>637</sup> IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, L. 29, fl.364 e 364v.

<sup>638</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>639</sup> Carta de 17 de Março 1598 do rei ao Conde de Vidigueira vice-rei na Índia, in: *Archivo Portuguez Oriental...*, fasc.3, doc. 331.

<sup>640</sup> Carta do rei ao vice-rei de 30 de Março 1598, in *Idem*, doc. 336.

Não posso deixar de fazer uma pequena observação acerca do parentesco e da amizade entre as ilustres famílias portuguesas e italianas: o conde de Vidigueira, Francisco da Gama viaja para a Índia com o

embarcar “ (...) em direitura daqui a fortaleza de Malaca”<sup>641</sup>, estava, de facto, prevista a possibilidade de não encontrar o inimigo em lado nenhum, pelo que a embarcação podia regressar ao reino carregada de especiarias. No entanto, além das indicações para efectuar uma viagem o mais breve e segura possível, seguiam instruções para o caso de avistar holandeses na costa de Sumatra ou à volta de Malaca. A palavra de ordem era juntar todos os navios de alto bordo e de remos para impedir, principalmente, duas eventualidades: que o inimigo desembarcasse e erigisse fortificações e que carregasse drogas, pimenta e outra mercadoria. Foram também atribuídos a Cosme de Lafeté 400.000 réis de “entretenjmento na jndia”<sup>642</sup> até lhe ser provida uma Comenda.

A armada, porém, foi impedida de partir por causa do bloqueio da barra do Tejo em 1598<sup>643</sup>. As implicações decorrentes do impedimento da partida da armada de 1598 são sublinhada pelo Almirante Alfredo Botelho de Sousa visto tratarem-se de navios de alto bordo, os únicos capazes de lutarem eficazmente com os europeus, nomeadamente os holandeses, cujo aparecimento na Índia preocupava seriamente o rei de Portugal.

---

primo dele, Paulo da Gama, filho de D. Francisco de Portugal e Luísa Giraldi. Já temos lembrado a amizade que existia entre as famílias Giraldi e Affaitati, e muito provavelmente a escolha de Cosme de Lafeté, além das suas qualidades e experiência como capitão, teve a ver com a intervenção directa do vice rei Conde de Vidigueira, como se lê na carta que o rei de Portugal lhe escreve a propósito de Cosme de Lafeté “*que este anno torna a essas partes, como volo escrevo por outra carta em resposta da lembrança que sobre ele me fazeis na vossa de Monbaça*”, Carta escrita de Lisboa a 17 de Março 1598.

<sup>641</sup> IAN/TT, *Regimento que El Rey deo a Cosme de Lafeté para hir a Fortaleza de Malaca impedir o Comercio dos Olandezes. 17 Março 1598* in: *Corpo Cronológico*, I/114/19.

<sup>642</sup> *Registo da Casa da India*, p. 334. (27 de Fevereiro 1598).

<sup>643</sup> Francesco Soranzo escreve de Madrid a 6 de Julho de 1598, “Le vasseli inglesi che guidati dal Conte Camerlant hanno travagliato li mesi passati le marine di Portogallo ancora non si sono partiti da quelle coste, anzi hanno di nuovo preso quattro urche, che venivano nel regno d’Aragon, cariche di formento, però non sono ancora partite le cinque navi grassi, che con pressidio di soldati et con monitioni dovevano partire fino à Aprile passato per l’Indie Orientali et stanno tuttavia sequestrate per il timore de nemici nel porto di Lisbona anzi che sua M.tà ha ordinato che non vadino piú per quest’anno”, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 683.

Quanto tempo ficou a armada inglesa, de 20 grandes navios<sup>644</sup>, na costa portuguesa? Há uma controvérsia nas fontes: Faria e Sousa afirma que a esquadra inglesa comandada pelo Duque de Cumberland “ (...)que estava na bôca do Tejo, e esteve tantos dias que se passaram os desta navegação (...)”<sup>645</sup>, pelo contrário, Diogo de Couto afirma que os ingleses só ficaram no Tejo durante o mês de Março tendo sido possível para a armada portuguesa sair em Abril<sup>646</sup>. Por outro lado, na *Relação Das Nãos e Armadas da Índia*, lê-se que “ (...) estas naus fizeram-se às velas a 4 de Abril e surgirão em Bethlem, e depois em sancta Catharina a não sahirão a barra pella ter tomada hua armada inglesa de que era capitão-mor o conde Comorlão, e a 14 de Maio tornarão para sima e se desarmarão e não forão este ano nãos à Índia.”<sup>647</sup> Por seu lado, Ignacio da Costa Quintella afirma que a armada inglesa “ (...) dilatou-se todo o mês de Março na Costa de Portugal”<sup>648</sup>. Por isso, uma vez desaparecida das costas portuguesas esta ameaça não teria existido qualquer obstáculo para as naus não partirem juntas ou separadas a não ser a falta de zelo ou o “*terror panico*”<sup>649</sup>. Seja qual for o motivo, medo ou falta de tempo, a armada de Jerónimo Coutinho partiu com quatro navios um ano depois, a 10 de Fevereiro de 1599, sendo capitão da nau S.Simão Diogo de Sousa. A dita armada carregou em Cochim, em Dezembro de 1599, e no dia de Natal iniciou o regresso para o reino.

Cosme de Lafeté embarcou na nau S. Francisco, da companhia de Aires de Saldanha, que tinha sido escolhido para substituir no cargo de vice-rei, o Conde de Vidigueira. A armada de quatro naus, cujo capitão-mor era Fernão Rodrigues

---

<sup>644</sup> Ignacio da Costa Quintella, *Annaes da Marinha Portugueza*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1840, T. II, p.113.

<sup>645</sup> Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, Livraria Civilização, vol. V, p. 214.

<sup>646</sup> Diogo de Couto, *op. cit.*, Livro II, cap.I.

<sup>647</sup> British Library, Códice Add. 20902, *Relação Das Nãos e Armadas da India Com os successos dellas que se puderem saber, Para Noticia e instrucção dos curiosos, e amantes Da Historia da India*, por Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, 1985, p. 102.

<sup>648</sup> Ignacio da Costa Quintella, *op. cit.*, pp. 112-113.

<sup>649</sup> *Idem*, *ibidem*.

de Sá, deixa Lisboa a 4 de Abril de 1600<sup>650</sup>. Ao longo da viagem ocorre o falecimento do capitão-mor e Cosme de Lafeté é escolhido para o substituir. A nau S. Francisco chega à barra de Goa a 3 de Outubro do mesmo ano e, narra Diogo de Couto que a mulher de Cosme de Lafeté, D. Brites, tinha sido avisada por um religioso da ordem de São Domingos que “ (...) na primeira não que chegasse à barra de Goa viria seu marido.”<sup>651</sup> De facto, Cosme de Lafeté vinha “(...) despachado com a Fortaleza de Çofala, e huma Commenda, e viagem da China, e outras mercês, que por seus serviços merecia bem.”<sup>652</sup>

A 25 de Dezembro de 1600 toma posse no cargo de vice-rei Aires de Saldanha, com o qual Cosme de Lafeté irá debater os principais problemas que alarmavam o estado da Índia e o Mar do Sul em geral, no sentido de encontrar a melhor solução para estes males. Deve-se, à luz destes acontecimentos, reflectir sobre a vagarosa demora entre as primeiras informações acerca da navegação holandesa no sul da Índia, a tomada de consciência da gravidade do perigo, a entrega de instruções relativas ao adequado castigo e, finalmente, a execução das mesmas. Com efeito, a 4 de Março de 1601 o rei escreve de Lisboa à Cidade de Cochim acerca dos graves danos devidos à navegação holandesa nas partes do sul, informando que “ (...) resolvi em mandar acudir a ellas com a maior força e poder que pareceo necessario.”<sup>653</sup>

Nesta altura encontra-se Cosme de Lafeté em Cochim de regresso de Goa onde tinha acordado com o vice-rei Aires de Saldanha ser necessário enviar 400 homens com Diogo Moniz Barreto de socorro a Ceilão para finalizar a sua conquista. De Cochim, a 25 de Janeiro de 1602, escreve Cosme de Lafeté uma

---

<sup>650</sup> Diogo do Couto, *op. cit.*, livro V, cap. VIII. Outras fontes entre as quais F. Falcão, *Livro de toda a fazenda*, referem a data da partida da armada de Aires de Saldanha a 22 de Abril de 1600.

<sup>651</sup> *Ibidem.*

<sup>652</sup> *Ibidem.*

<sup>653</sup> Carta conservada no Cartório do Governo Geral do Estado da Índia, em Nova Goa, transcrita por Panduronga Pissurlencar, “Rivalidade Luso-Holandesa na Índia Durante a Dominação Filipina”, in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1941, n. 49, p. 55.

carta ao rei para lhe dar conta da situação, e menciona ter enviado em 1601 uma longa carta a Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, contando o estado mísero em que se encontrava a Índia para que o rei fosse informado e pudesse assim pôr remédio<sup>654</sup>. Não tendo tido, provavelmente, resposta alguma, resolveu escrever directamente ao rei. Dos graves problemas que afligiam a Índia um tinha a ver, escreve Cosme de Lafetá, com as elevadas despesas, nomeadamente as decorrentes da conquista de Ceilão por Jerónimo de Azevedo, e cortá-las era uma das sugestões que o capitão italiano propunha ao rei de Portugal<sup>655</sup>. Um alvará régio de 19 Fevereiro de 1603 parece ter sido a resposta ao dito problema, mandando o rei que não houvesse na Relação de Goa mais de dez Desembargadores, “ (...) seis delles officiaes, os quatro extravagantes (...)”<sup>656</sup>. O outro grande problema, como já foi referido, era a necessidade de controlar o Mar do Sul, pelo que, como escreve o próprio Cosme de Lafetá ao rei, resolveu-se, de acordo com o vice rei, aprestar uma armada para Sunda, tendo por capitão- mor André Furtado de Mendonça, “(...) eleição benemerita e muj bem asertada.”<sup>657</sup> Foi assim que, passados muitos anos, o *Grão Capitão* voltou a participar nas empresas da Índia depois dos desentendimentos, de que já temos dado conhecimento, com o vice-rei Matias de Albuquerque.

Através de carta régia de 4 de Março 1603 o rei, procurando melhorar a justiça e a guerra, aponta para a nomeação para o cargo de Conselheiro de Estado da Índia várias pessoas, e a escolha recai sobre Cosme de Lafetá, André Furtado de Mendonça e D. Jerónimo de Azevedo<sup>658</sup>. Nos anos seguintes, e presumivelmente até ao seu falecimento, continua o capitão italiano a defender o

---

<sup>654</sup> IAN/TT, Carta de Cosme de Lafetá ao Rei de Portugal de 25 de Janeiro 1602, *Corpo Cronológico*, parte I, maço114, doc.53, em anexo, doc. 21.

<sup>655</sup> Na referida carta, Cosme de Lafetá pretende do rei um alvará para não depender, “*no esencial*”, da vontade dos vice-reis que muitas vezes antepunham “sua obrigação a pretensões próprias.”

<sup>656</sup> *Legislação do Estado da Índia*, in: Cunha Rivara, *op. cit.*, vol.I, p.374.

<sup>657</sup> *Ibidem*.

<sup>658</sup> *Documentos Remettidos da Índia ou Livro das Monções*, (dir.) R. A. De Bulhão Pato, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, vol. II, p. 185.

ultramar português da ameaça holandesa, ficando em Goa, Chaul ou Cochim, sempre onde fosse necessária a sua presença. Em Fevereiro de 1605 ocupava Cosme de Lafetá o cargo de escrivão da fazenda em Goa como se depreende de uma provisão do vice-rei Aires de Saldanha<sup>659</sup>.

Através de uma carta régia de 15 de Março de 1605 dirigida ao novo vice-rei, D. Martim Afonso de Castro, o rei de Portugal, preocupado com a segurança dos mares do Sul, manda que o vice-rei “ (...) passe pessoalmente à cidade de Malaca e partes do Sul com huma armada bastante pera fazer a guerra aos ditos inimigos (...)”<sup>660</sup>, acrescentando que “ (...) possa levar consigo à dita empresa os que entender que serão pera isso mais a propósito.”<sup>661</sup> Resolveu o vice-rei deixar na cidade de Goa por conselheiros do arcebispo primaz o Capitão da cidade de Goa, o vedor da fazenda, o Chanceler e Cosme de Lafetá<sup>662</sup>.

Sabemos, porém, através duma carta recebida pelo rei da cidade de Chaul enviada com a armada de torna viagem de 1606, que sete navios holandeses tinham chegado à barra de Goa e que o vice-rei Aires de Saldanha enviara Cosme de Lafetá a Chaul onde tinha armado um galeão apetrechando-o de tudo quanto fosse indispensável para fazer frente aos navios inimigos. A cidade de Chaul pedia ao rei que mandasse devolver à cidade as treze peças de artilharia que Cosme de Lafetá tinha tirado dos baluartes da fortificação<sup>663</sup>.

O falecimento do capitão italiano deve ter acontecido por volta de 1610 como se apreende da carta de 28 de Fevereiro de 1612 em que o rei D. Filipe II de Portugal, escrevendo ao vice-rei da Índia D. Jerónimo de Azevedo, menciona estarem vagos os três lugares de Conselheiro de Estado da Índia devido ao

---

<sup>659</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 2702, fl. 42 (Provisão do Vice rei Ayres de Saldanha feita em Goa a 23 de Fevereiro 1605).

<sup>660</sup> *Archivo Oriental Portuguez...*, vol. VI, doc. 949.

<sup>661</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>662</sup> Carta do rei de Portugal ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro de 18 de Janeiro 1607, em que o rei concorda com as escolhas do vice-rei. In: *Archivo Oriental Portuguez...*, vol. I, p. 100.

<sup>663</sup> *Idem*, vol. I, 1880, p. 129 (carta ao Viso Rey de 27 de Janeiro 1607).

falecimento de Cosme de Lafetá e de André Furtado de Mendonça<sup>664</sup> e ao ter assumido o cargo de vice-rei D. Jerónimo de Azevedo<sup>665</sup>. Possuímos igualmente outro documento, datado de 9 de Fevereiro de 1611, que menciona a entrega dum tenção de 300 xerafins à D. Brites de Pina, mulher de Cosme Lafetá “ (...) pelos servços de seu marido Cosme de Lafeta fidalgo da casa e do concelho que foi na Índia adonde faleceu”<sup>666</sup>, confirmando o lugar, a Índia, e o ano, 1610, do falecimento de Cosme Lafetá.

---

<sup>664</sup> Sobre a figura e as empresas de André Furtado de Mendonça ver a obra de C.R. Boxer e Frazão de Vasconcelos, *André Furtado de Mendonça*, Lisboa, Agência geral do Ultramar, 1955. Neste estudo cita-se o diário de bordo da viagem da nau “Nossa Senhora da Penha de França” partida de Goa em 2 de Janeiro de 1610 em que se tinha embarcado André Furtado de Mendonça que adoece ao longo da viagem. A 30 de Março o sota-piloto escreve: “*O nosso governador vay muito mal primita Dios darlhe saúde*”. Dois dias depois, porém, a 1 de Abril, André Furtado morre.

Salienta-se, também, que a referida obra segue a crónica do padre jesuíta Fernão de Queyroz, *História da conquista espiritual e temporal da ilha de Ceilão*, 1688. Publicada em Calumbo em 1916.

<sup>665</sup> *Documentos Remettidos da Índia*, vol.II, p. 185

<sup>666</sup> *Registo da Casa da Índia*, op. cit., p. 427.

## Capítulo IV

### **A hegemonia genovesa na Lisboa de 1580 a 1680: permanências e novos percursos.**

Nos últimos trinta anos de Quinhentos, após o falecimento de Luca Giraldi em 1565 e a insolvência da casa Affaitati em 1568, assiste-se a uma “remodelação” da comunidade italiana em Lisboa numa altura em que eventos políticos e transformações na área da economia portuguesa determinaram uma mudança na atitude comercial dos homens de negócio italianos.

Na vida económica de Portugal já se perfilavam no horizonte transformações profundas desde a década de '70 quando, devido a situações conjunturais internas e externas, a posição dos genoveses no mercado financeiro da Europa alcança a primazia. O clima instaurado pela política económica do rei D. Sebastião, concentrada em recolher dinheiro para a campanha de África, ofereceu a possibilidade a mercadores florentinos e milaneses de avançar com propostas de contratos lucrativos. Por isso, apesar de o enorme investimento

genovês, não podemos deixar de referir os importantes contributos dos outros mercadores italianos.

Interessa verificar que no momento do crescimento da economia milanesa, entre 1540 e 1584, as modalidades comerciais dos mercadores lombardos assentavam no reforço das estruturas de produção e de distribuição que já faziam parte dos recursos financeiros da cidade lombarda: comércio, organização dos transportes e actividades financeiras alcançam, nestes anos, uma sólida organização iniciando uma fase ascendente. No entanto, a partir dos anos 70 de Quinhentos, devem-se assinalar algumas inovações no que diz respeito ao sector financeiro com a introdução de técnicas que modificaram o mercado ao revigorar os mecanismos de oferta e procura. A mobilização de capitais e mercadorias permitia aos banqueiros-mercadores milaneses atrair e, sucessivamente, reutilizar o dinheiro em vários investimentos. Tal sistema financeiro era sustentado por um grupo de mercadores-banqueiros<sup>667</sup> que se preocupavam em dinamizar o mercado, interligando os fluxos do dinheiro provenientes de diferentes fontes, desde os que investiam pequenas somas, entregues por viúvas e igrejas, aos que o faziam por conta de antigas famílias, passando pelos que investiam capitais de mercados e pelos que os emprestavam a príncipes e reis. Tal diversificação permitia uma flexível e articulada adaptação às conjunturas.

Outro elemento importante para o qual queremos chamar a atenção diz respeito às ligações de parentesco entre as famílias dos grandes mercadores milaneses, que para aumentar e consolidar a sua fortuna seguiam uma política de casamento entre os seus próprios membros, garantindo, assim, disponibilidade de capital que podia ser investido quando se apresentavam boas ocasiões

---

<sup>667</sup> Constituiu-se nas últimas décadas de Quinhentos a agregação dos “Mercanti Banchieri et Negocianti de Cambi”, cuja primeira notícia remonta a 1582. Cf. Giuseppe de Luca, *Commercio del denaro e crescita economica a Milano tra Cinquecento e Seicento*, Milano, ed. Il Polifilo, 1996, p. 15, n.1. Seguimos de perto este estudo inovador no que diz respeito às vicissitudes italianas dos Litta e dos Rovellasca.

comerciais. É bom termos presentes estas premissas e verificarmos qual a sua incidência na actividade dos mercadores milaneses em Lisboa. Além disso, outros factores de cariz económicos e, desta vez, inerentes à Península Ibérica, influenciaram, a nosso ver, o rápido aumento da preponderância de famílias milanesas e genovesas na economia portuguesa do último quartel do século XVI. Para além do mais, não podemos deixar de assinalar a capacidade empreendedora destes mercadores.

Se analisarmos as razões da vinda de Espanha para Portugal de dois mercadores, Giovan Battista Rovellasca e Stefano Lercaro, que, ao longo de algumas décadas vão ter nas suas mãos os maiores negócios portugueses, veremos que coincide com dois momentos peculiares da vida económica castelhana e portuguesa: a bancarrota de Filipe II em 1575 e a reorganização do monopólio régio português de 1577.

No que diz respeito ao impacto que a presença genovesa teve no sistema económico da monarquia dos Habsburgos, tornando-se “ (...) en el punto neurálgico del sistema imperial español”<sup>668</sup>, temos que ter em atenção a estrutura política interna de Génova e a sua actuação económica na Europa. Estas duas dimensões, local e europeia, “ (...) cosi diverse, in apparenza con destini inconciliabili sul piano storiografico, (...) finivano per pulsare al’unisono, influenzandosi reciprocamente in profondità.”<sup>669</sup> O alcance da posição hegemónica que Génova manteve na península ibérica durante mais de uma centúria não foi um acaso, mas resultado de uma política interna estritamente ligada a uma política económica baseada nas relações com os estados europeus. Assim se pode compreender como uma pequena república, cuja “ (...) importanza politica e la sua efficienza militare non s’elevarono al di sopra d’una

---

<sup>668</sup> M. Herrero Sánchez, “Una república mercantil en la órbita de la monarquía católica (1528-1684). Hegemonia y decadencia del agregado hispano-genovés”, in Bruno Anatra e Francesco Manconi (org.) *Sardegna, Spagna e Sati italiani nell’età di Carlo V*, Roma, Carocci, 2001, p. 186.

<sup>669</sup> A. Pacini, *La Genova di Andrea Doria nell’Impero di Carlo V*, Firenze, L. Olschki, 1999, p. 20.

decorosa mediocrità (...)”<sup>670</sup>, conseguiu impor-se e tornar-se necessária para a economia do extenso território da monarquia hispânica.

A ascensão dos genoveses está ligada à acção do almirante Andrea Doria que, em 1528, deu início à primeira etapa de um processo que iria transformar profundamente a organização política genovesa. De facto, no decorrer dos meses de Agosto e Setembro desse ano, a política interna e externa de Génova muda radicalmente de rumo com a implementação de um novo regime político e com a entrada de Génova na esfera da influência castelhana através do acordo celebrado entre Carlos V e Andrea Doria que punha ao serviço do rei de Castela as suas galeras. Carlos V, em contrapartida, assumiu-se como garante da liberdade da república de Génova, assegurou o abastecimento de trigo vindo da Sicília e concedeu privilégios aos genoveses nos seus domínios<sup>671</sup>.

A reformulação da política genovesa levada a cabo por Andrea Doria através da convergência num único grupo de nobres, *antigos* e *populares*, se, por um lado, alargou “ (...) in modo uniforme le prerogative dell’aristocrazia alla vasta classe dei popolari (...)”<sup>672</sup>, por outro lado criou uma cisão entre a nobreza e as classes populares, quebrando a simbiosi col ‘populus’”<sup>673</sup>. Esta conduta visava acabar com as lutas intestinas entre os nobres e reconstituir um grupo dirigente que, postas de lado as divergências, governasse em paz e com autonomia. Para unificar a classe dirigente, de modo a que os nobres *antigos* e *populares* pudessem igualmente ser escolhidos para o governo, foi necessário

---

<sup>670</sup> R. Lopez, “ Il predominio economico dei Genovesi nella Monarchia Spagnola”, in *Giornale Storico e Letterario della Liguria*, Anno XI, 1936, p. 66.

<sup>671</sup> A importância da influência genovesa no império de Carlos V é salientada por E. Otte que afirma ser mais correcto referir-se ao império de Carlos V como “Império genovês”. Cf, E. Otte, “El império genovês, 1522-1556”, in *Banchi pubblici, Banchi privati e monti di pietà nell’Europa preindustriale. Amministrazione, tecniche operative e ruoli economici*. Atti della Società Ligure di Storia Patria, XXXI, 1991, pp.247-263.

<sup>672</sup> T. Ossian de Negri, *op. cit.*, p.667

<sup>673</sup> Edoardo Grendi, *La Repubblica aristocratica dei genovesi –Politica, carità e commercio fra Cinque e Seicento*, Bologna, Il Mulino, 1987

intervir na antiga instituição dos “alberghi”<sup>674</sup>, que, criados como livres associações de famílias nobres, vão, a partir desta altura, assumir importância institucional.

As linhas políticas traçadas por Andrea Doria tiveram fortes repercussões na vida económica e política quer da cidade quer de toda a península italiana, uma vez que a integração de Génova na órbita de Carlos V significava o estabelecimento da hegemonia espanhola nesta península. No entanto, é importante ter em atenção que a atitude de Génova para com os reis de Castela nunca será servil, pelo contrário, como bem sublinha Roberto Lopez, a cidade “(...) non sacrifica l’onore al quieto vivere e (...) sostiene i propri diritti in faccia alla potenza egemone con coraggiosa dignità.”<sup>675</sup> A consciência da indispensabilidade dos seus serviços fazia com que os genoveses não se sentissem súbditos de outra potência.

O facto de possuírem galeras próprias constituía um forte vantagem para as famílias genovesas que, através do seu arrendamento, garantiam entradas substanciais. O arrendamento das 12 galeras garantiu a Andrea Doria uma entrada de 72.000 ducados anuais e, em 1530, quando o número das galeras subiu até 15, alcançou os 90.000 ducados<sup>676</sup>. O *asiento* “ (...) testo fondamentale che definiva i rapporti tra la Repubblica e Carlo V”<sup>677</sup>, que ligava Andrea Doria

---

<sup>674</sup> Os “alberghi” são mencionados, pela primeira vez no século XIII relativamente às famílias Spínola, Grimaldi e Doria. No início do século XIV, aparecem os “alberghi” dos Salvago, Cattaneo, Gentile, Imperiale e, no fim do século XIV, em 1392, contamos com 97 “alberghi”, entre os quais o “albergo” dos Centurione (1378). Para sintetizar a pertença das famílias genovesas aos vários “alberghi”, referirimos a divisão efectuada por E. Grendi em quatro grupos em ordem de importância: 1) as quatro grandes famílias dos Doria, Spinola, Fieschi e Grimaldi; 2) os grandes “alberghi” dos Cattaneo, Gentile, Lomellini, Salvago, Pinelli; 3) os médios “alberghi” dos Centurione, Grillo, Imperiale, Italiano, Lercari, Marini, Negro, Cibo, Vivaldi, Negroni; 4) os pequenos “alberghi” dos Mari, Calvi, Cigala, Camilla, Pallavicino, Squarciafico, Usodimare, Serra, Colonne, entre outros. Cf. E. Grendi, *op. cit.*, p. 70.

<sup>675</sup> R. Lopez, “Il predominio economico dei Genovesi...”, p. 66.

<sup>676</sup> Cf., Giorgio Doria, “Conoscenza del mercato e sistema informativo: il know-how dei mercanti-finanzieri genovesi nei secoli XVI e XVII”, in *La repubblica internazionale del denaro tra XV e XVII secolo*, *Atti della settimana di studio 17-22 settembre 1984*, Bologna, Il Mulino, p. 66.

<sup>677</sup> A. Pacini, *La Genova di Andrea Doria...*, p. 49.

ao rei Carlos V, constituía um verdadeiro investimento financeiro no qual também estava incluída uma *licença de saca* sendo permitido exportar do País, prata e ouro. O *asiento* das galeras constituía um negócio como qualquer outro e quem geria o negócio de Andrea Doria era o mercador-banqueiro Adamo Centurione cujo filho, Marco Centurione, era lugar-tenente do Almirante italiano<sup>678</sup>. A acção empreendedora de Andrea Doria teve seguidores, e, a partir de 1528, outras famílias genovesas entraram no negócio dos contratos de *asiento*. As galés dos Grimaldi, De Mari, Sauli, Imperiale, Lomellini, Cicala, Negrone vão engrossar as fileiras das galeras genovesas ao serviço de Castela, chegando ao número de 27 em 1533, oscilando entre 26 e 33 desde meados do século até 1575, contando entre 15 e 22 nos anos 1576-1620<sup>679</sup>.

A fortuna acumulada pelas famílias genovesas precisava de ser investida fora da pequena cidade de Génova que não oferecia grandes oportunidades, e é precisamente este contraste entre a riqueza individual e os fracos recursos internos que deu origem ao movimento de dispersão dos genoveses pela Europa, tornando-os numa potência económica<sup>680</sup>.

Além do aproveitamento da marinha mercante, os genoveses passaram a fazer parte, desde a terceira década de Quinhentos, do circuito financeiro que emprestava à coroa de Castela. Tornaram-se senhores dos pagamentos internacionais, protagonistas das feiras de câmbio que, enquanto mercados do crédito da finança europeia, produziam ganhos elevados com a transferência de grandes quantidades de dinheiro numa praça para a outra. Quatro vezes por ano, (no período da Aparição, da Páscoa, em Agosto e pelos Santos) e durante oito dias, estes mercadores-banqueiros operavam no circuito do crédito, recebendo o

---

<sup>678</sup> Cf., E. Grendi, *La repubblica aristocratica dei genovesi...*, p.153.

<sup>679</sup> Cf. G. Doria, *op. cit.*, p. 67.

<sup>680</sup> “Esisteva infatti una vasta e qualificata “diaspora” genovese che aveva assunto una nuova connotazione già verso la fine de Quattrocento”, *Idem*, p. 78.

dinheiro das letras de câmbio e investindo-o em novas operações cujos lucros iam ser cobrados na feira seguinte ou nas maiores praças comerciais europeias.

Porém, o abandono, por parte dos genoveses, nas primeiras décadas de Quinhentos, das feiras de Lyon devido à hostilidade dos Sabóias, do rei de França e dos mercadores franceses e italianos determinou o destino da actividade comercial deste grupo de italianos, obrigados, desde então, a organizar os encontros de negócios em sedes diferentes como Monluel, Lons-le-Saunier e Chambéry<sup>681</sup>. Seguem-se anos de uma certa precariedade enquanto se procurava de uma sede estável para as feiras<sup>682</sup>. A viragem decisiva data de 21 de Novembro de 1579, “ (...) episódio principal da fortuna genovesa”<sup>683</sup>, aquando da passagem das feiras para Piacenza no território do duque de Parma, Ottavio Farnese, que oferecia privilégios e salvo-condutos para a segurança dos bens e pessoas, reconhecendo as vantagens económicas que advinham da presença destes encontros no seu território. Uma certa estabilidade parecia ter sido alcançada após os anos da crise que teve o seu apogeu no ano de 1575, data da guerra civil genovesa entre os nobres, antigos e populares, e da bancarota de Filipe II de Castela com a consequente suspensão dos pagamentos aos credores. Entre estes, os genoveses “ (...) erano interessati per il 63,2% dei prestiti colpiti dal decreto”<sup>684</sup>.

No entanto, e apesar dos golpes sofridos nas bancarotas de 1596, 1607 e 1627, que determinaram outras tantas suspensões temporárias do pagamento dos interesses, os genoveses souberam lidar com a situação, mostrando também a ineficácia da estratégia do Conde Duque de Olivares. De facto, à conjuntura

---

<sup>681</sup> Cf. C. Marsilio, *Dove il Denaro fa Denaro. Gli operatori finanziari genovesi...*, p.56, que seguimos de perto no que diz respeito à organização das feiras dos genoveses.

<sup>682</sup> Houve uma certa estabilidade com a instituição das feiras de Besançon em 1534. Depois os genoveses transferiram as suas feiras para Poligny, em 1568, e para Chambéry, mantendo-se, contudo, na órbita de Lyon. Cf. F. Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...*, vol. I, p. 553.

<sup>683</sup> *Idem*, *ibidem*

<sup>684</sup> G. Doria, *op. cit.*, p. 69.

económica negativa, juntava-se a política do Conde Duque de Olivares que visava substituir os homens das finanças genoveses pelos portugueses, cuja rede de relações internacionais, porém, se apresentava pouco eficaz na recolha, redistribuição e investimento dos capitais. Os homens de negócio portugueses, ainda que possuíssem capital para entrar nos *asientos*, não dispunham da rede organizada de agentes activos nas diferentes praças internacionais e, por isso, viam-se obrigados a dirigir-se aos banqueiros genoveses, figuras centrais no funcionamento das feiras e dos pagamentos internacionais.

#### **4.1 O último quartel de Quinhentos e a perda da independência**

Quando o mercador florentino Filippo Sassetti chega a Lisboa “meravigliosa per il sito, senza pari nel mondo”<sup>685</sup>, em Outubro de 1578, já tinha ocorrido a tragédia de Alcácer Quibir. Lisboa chorava os seus mortos e o seu rei e, após a aclamação do Cardeal Dom Henrique, a 28 de Agosto do mesmo ano, preparava-se para enfrentar um caminho repleto de incógnitas. O clima de incerteza e de sofrimento que se vivia na capital do reino foi relatado com clareza e uma ponta de ironia nas cartas do mercador florentino que na península ibérica tentava encontrar uma solução para os seus problemas económicos. É esclarecedor o facto de a ajuda ter vindo da parte do mercador milanês Giovan Battista Rovellasca, anunciando-se assim o declínio das finanças florentinas. No entanto, uma apreciável comunidade de mercadores florentinos ainda comerciava em Lisboa apesar de os mais importantes negócios da coroa estarem nas mãos de genoveses e milaneses.

---

<sup>685</sup> Carta de Lisboa ao amigo e mestre Pier Vettori de 6 de Março 1579 (ao mencionar as cartas de Filippo Sassetti farei, doravante, referência à edição de V. Bramanti (org.), “*Lettere da vari paesi*”, Milano, Longanesi, 1970), p. 231.

Personagem de relevo na passagem da preponderância florentina à milanesa e genovesa foi o mercador florentino Jacome de Bardi que até ao seu falecimento, ocorrido em 1588, dominou a cena económica portuguesa. Após a sua participação nos proveitosos negócios em parceria com as famílias Giraldi e Affaitati com quem mantinha também relações de amizade, Jacome de Bardi apresenta-se nesta época como a referência para os mercadores que pretendiam entrar nos negócios portugueses. Estes mercadores que vão integrar a fileira italiana em Lisboa, confrontados com uma conjuntura política importante continuam a investir o seu capital no comércio com o Oriente, com a África e Brasil, criando sociedades que, ao facultarem benefícios ao rei, recebiam em troca os cobiçados contratos de monopólio.

Nos relatos dos embaixadores venezianos na corte madrilena surge um quadro bem definido do reino de Portugal do último quartel de Quinhentos, quer na perspectiva das relações de Filipe II com os estados italianos, quer do ponto de vista da situação económica e social.

Matteo Zane<sup>686</sup>, embaixador veneziano que vai ocupar o lugar de Giovan Francesco Morosini em 1580 na corte de Madrid, com a acuidade que o caracterizava, detectava para além da aparente amizade de Filipe II com a Santa Sé, a devoção do grão-duque de Toscânia para com o rei. Assinalava também a desconfiança que Filipe II sentia relativamente ao duque de Parma e o seu interesse pela República de Génova. Através dos seus *dispacci*, informava a Sereníssima da chegada dos navios carregados de especiarias ao porto de Lisboa, da resistência na Ilha Terceira, da carestia que se fazia sentir no Reino de Portugal, das incursões inglesas ao longo da costa portuguesa. Os perigos do Atlântico e a falta de trigo eram problemas que se acentuavam nos próximos

---

<sup>686</sup> Relazione di Matteo Zane, 1584, in E. Albéri, *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato*, Firenze, vol. V, 1861, pp. 341-385.

anos causando nos portugueses “mala satisfatione.”<sup>687</sup> As frequentes incursões dos corsários ingleses e franceses prejudicavam o comércio com a Índia e com Brasil e impeliam, por parte da coroa, ao apresto de armadas defensivas.

Neste último quartel de Quinhentos o Estado afasta-se da exploração directa da rota do Cabo, adoptando o sistema de celebrar contratos com sociedades de mercadores, em que os italianos ocupavam um lugar de proeminência. O tráfico das especiarias, apesar de alguma contracção, mantinha um peso considerável na economia do país. A chegada, em 1584, de navios da Índia “ (...) ricchissime per la quantità delle peveri et altro in modo che passano per la commune opinione cinqui milioni d’oro”<sup>688</sup> era a confirmação de que o negócio merecia uma atenção especial. Por um lado, o rei escolhia com cuidado os contratadores e, por outro lado, os mercadores, ou as respectivas sociedades, propunham as suas condições.

A explosão do comércio do açúcar do Brasil na década de 80 abriu novas perspectivas e novas tipologias comerciais, direccionando a atenção para o Atlântico. Os italianos souberam aproveitar a estrutura peculiar deste comércio que, ao quebrar a exclusividade do porto de Lisboa revigorou os outros portos do reino, alargando, assim, a participação no trato de frotas de mercadores particulares.

---

<sup>687</sup> Carta de Vincenzo Gradenigo ao Senado da Sereníssima de 10 de Julho 1584, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 484.

<sup>688</sup> Carta de Vincenzo Gradenigo de 9 de Julho 1584, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 483.

#### **4.1.1 A percepção italiana da passagem da soberania portuguesa à castelhana.**

Os acontecimentos portugueses, logo após o desaire de Alcácer Quibir, tiveram uma grande ressonância em Itália pois, de repente, a questão portuguesa voltou a ocupar o primeiro plano nas cortes italianas, não obstante tratar-se de um evento desligado do contexto italiano. Nestes anos difíceis e de grande incerteza, Portugal atrai a atenção dos estados italianos que olhavam para o pequeno país com o mesmo interesse de quando, há oito décadas, este tinha tornado viável o caminho marítimo para a Índia. Contudo, deve-se salientar que os estados italianos, mesmo os que não estavam directamente sob o seu domínio, não podiam deixar de sentir a opressão de Espanha sobretudo após a paz de Cateau Cambresis em 1557 quando Nápoles, Sicília e o ducado de Milão caíram na órbita da dominação espanhola. A probabilidade de Filipe II anexar também o reino de Portugal ao seu já vasto território era cuidadosamente analisada por cada um dos estados italianos que procurava nas vicissitudes portuguesas a sua possível fortuna.

Em pouco mais de dois anos, desde 1578 até a ocupação espanhola, Portugal sofreu muitas mudanças e o rápido evoluir dos acontecimentos mantinha em estado de alerta príncipes, duques e clero italianos. Nos poucos momentos em que o fluxo dos eventos parecia abrandar, deixando algum espaço para reflectir sobre as consequências das possíveis tomadas de posição aproveitava-se, através de missões diplomáticas, tentar analisar *in loco* uma situação para a qual não se adivinhava o desfecho.

A Santa Sé não escapava à regra; aliás, as divisões no seio do clero italiano tornavam as intervenções sobre esta matéria ainda mais complicadas e

delicadas. A “questão portuguesa” foi, nestes anos, merecedora de extrema atenção junto da cúria romana e as ligações dos vários eclesiásticos com personalidades que tinham todo o interesse em que a direcção dos eventos tomasse um determinado caminho, foram motivo de “ (...) una difficile sincronia tra l’organizzazione di un’efficace battaglia contro l’eresia e la preoccupazione di non alterare troppo gli equilibri tra le potenze cattoliche.”<sup>689</sup> A situação era ainda dificultada pelo problema que acompanhava a presença de um núncio apostólico em Lisboa, sobretudo após a nomeação permanente do Cardeal D. Henrique: Júlio III concedeu a dita nomeação, Paulo IV revogou-a, Pio IV restabeleceu-a, limitando-a às questões da Inquisição e da defesa da doutrina. No entanto, a falta de um núncio apostólico não impedia a Santa Sé de se rodear de funcionários experientes com o cargo de colectores apostólicos.<sup>690</sup> A função do colector apostólico, de facto, ganhará amplas competências, antigamente limitadas às de contabilista e de supervisor, alargando a sua influência ao âmbito das informações e das relações com a Santa Sé e garantindo a continuidade na intermitência das nunciaturas<sup>691</sup>.

Não podemos neste trabalho tratar em maneira exaustiva as informações que a Santa Sé recebia através dos colectores apostólicos, mas debruçar-nos sobre como o cruzamento de informações revela os diferentes níveis de interesses na sucessão de Portugal.

A derrota de Alcácer Quibir com o desaparecimento do jovem rei, abriu caminho para discussões políticos-jurídicas<sup>692</sup> relativas à sucessão portuguesa e

---

<sup>689</sup> Stefano Andretta, “La Curia Romana e la questione portoghese”, in, *Religione Cultura e Politica nell’Europa dell’Età Moderna*, Firenze, Leo Olschki, 2003, p. 213.

<sup>690</sup> Sobre a reforma da nunciatura apostólica cf. L. von Pastor, *Storia dei papi*, IX, Roma, 1955, pp. 44-50

<sup>691</sup> Cf. S. Andretta, *op. cit.*, p.215.

<sup>692</sup> O aspecto jurídico da questão foi tratado, entre outros, por J. Veríssimo Serrão, “Fontes de Direito para a História da Sucessão de Portugal”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, 1960, vol. 35; F. Bouza Álvarez, *Portugal en la Monarchia Hispánica (1580-1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, Madrid, 1987, 2 vols.(Teses Doutoramento); Carlos, J. Margaça Veiga,

veio desvendar a teia de relacionamentos que, na altura, existiam entre as cortes italianas e as cortes da península ibérica. No dia em que se celebravam, em Roma, a 11 de Outubro de 1578, as exéquias do rei português, o cardeal Alessandro Farnese escrevia ao irmão, o duque Ottavio, sogro de D. Maria princesa de Parma, informando-o da conversa que tinha tido com o Papa no intuito de conhecer a posição de Gregório XIII acerca da questão portuguesa. Tendo apurado que o Papa pendia para Ranuccio Farnese, filho da princesa Maria e do príncipe Alessandro Farnese, o cardeal Farnese achava urgente enviar um homem de confiança ao reino de Portugal para ter conhecimento das normas daquele País, tendo em conta que os pretendentes eram cinco: “Il re cattolico, il duca di Savoia, don Antonio (...) Ranuccio e la duchessa di Braganza”<sup>693</sup>. Este não era se não o último acto de uma trama que o Cardeal Farnese tinha vindo a tecer, desde há mais de um ano atrás, mostrando uma intuição deveras singular.

Não era segredo, de facto, que a estratégia do Papa visava limitar o poderio de Filipe II evitando uma possível hispanização de Portugal, e apesar de ser difícil avaliar a atitude papal para com os acontecimentos portugueses<sup>694</sup>, pode-se suspeitar de uma propensão do pontífice para as pretensões de D. António, Prior do Crato e, pelos vistos, de Ranuccio Farnese<sup>695</sup>. De parecer contrário, o Secretário de Estado, cardeal de Como, Tolomeo Gallio, “potente e

---

*Perda da independência, 1578-1583*, Matosinhos, Quidnovi, 2006.

<sup>693</sup> A carta do cardeal Alessandro Farnese ao duque Ottavio, escrita de Roma a 11 de Outubro de 1578, encontra-se no Archivio di Stato di Napoli, *Archivio Farnesiano*, fascio 254/255, fascicolo 7, c.774r e seg., e foi transcrita por Antonio Ernesto Denunzio, “Strategie Diplomatiche e vicende dinastiche: le pretese dei Farnese nella successione al trono di Portogallo (1578-1580)”, in *Maria di Portogallo sposa di Alessandro Farnese. Principessa di Parma e Piacenza dal 1565 al 1577. Atti della giornata di Studio*, Parma 25 settembre 1999, Roma, Ducati Editore, pp. 245-247

<sup>694</sup> A atitude do Papa manifestava, de facto, a tendência a se manter o mais possível neutral para não limitar o seu raio de acção. Por um lado, recomenda ao Núncio apostólico de o manter informado sobre as andanças portuguesas mas, ao mesmo tempo, manda que não se intrometa “ne poco, ne molto in sí fatto negotio”; por outro lado, não favorece os nomes propostos pelo Cardeal Farnese na nomeação a núncio apostólico. Cf. A. E. Denunzio, *op. cit.*, p.223

<sup>695</sup> Lembramos um dos poucos estudos sobre as pretensões de Ranuccio Farnese ao trono de Portugal, de autoria de G. Battelli, “La candidatura di Ranuccio Farnese al trono di Portogallo (1578-1580)”, in *Aurea Parma*, XIV, 1930, pp. 56-60.

saldo punto di riferimento di Filippo II a Roma”<sup>696</sup>, ligado ao jesuíta Francisco de Toledo, concretizava a sua propensão para Espanha nas nomeações de cardeais. Assim, quando, em Março de 1580, o Papa Gregório XIII enviou a Portugal o cardeal Alessandro Riario *legato a latere* com a missão de evitar a guerra, a oposição de Tolomeo Galli não se fez esperar, boicotando a legação de Riario.

O levantamento da documentação do Arquivo de Estado de Nápoles, efectuado por historiadores italianos no fim da década de 90 do século passado, tendo como objectivo estudar o perfil da infanta D. Maria, princesa de Parma e esposa de Alessandro Farnese, é de fundamental importância para entender a intensa comunicação entre Portugal e a corte de Parma desde os anos que precedem a expedição africana de D. Sebastião. Revela também que, apesar da aparente tranquilidade registada após a eleição do Cardeal Dom Henrique, os ânimos não ficaram apaziguados. Devido à idade avançada e ao precário estado de saúde do novo rei, foram tomadas toda uma série de iniciativas diplomáticas, por aqueles que pensavam ter algumas possibilidades na sucessão alegando uma descendência, directa ou indirecta, com o falecido rei. O período de governo do Cardeal Dom Henrique serviu, portanto, como preparação para as ditas reivindicações.

Efectivamente, o casamento entre D. Maria, sobrinha de D. João III, e o príncipe Alessandro Farnese estreitou as relações entre o ducado de Parma e Piacenza com Portugal, criando no ducado italiano um espaço de acolhimento de diplomatas portugueses, que, de passagem para outras cidades italianas, criavam constantes laços com o reino de Portugal. Por ocasião do casamento, celebrado solenemente em Lisboa a 22 de Maio de 1565, tiveram lugar na capital portuguesa e em Itália grandes festas que foram narradas pelo capitão bolonhês

---

<sup>696</sup> S. Andretta, *op. cit.*, p. 216

Francesco de' Marchi, o qual assistiu ao casamento em Lisboa relatando igualmente a ida da princesa para Itália<sup>697</sup>.

As fontes recentemente publicadas patenteiam a perspicácia do Cardeal Alessandro Farnese que, ainda antes da morte de D. Sebastião, sugeria, numa carta de 16 de Fevereiro de 1577, ao irmão Ottavio em Parma, a hipótese de a princesa Maria se transferir por um breve período para Portugal com o pequeno Ranuccio, prevendo que, caso tivesse acontecido alguma coisa a D. Sebastião, como de facto se verificou, e “ (...) intendendosi per cosa certa che le donne succedono nel regno di Portogallo non meno che li maschi (...)”, seria melhor ela estar no país pronta para qualquer eventualidade. A estratégia do Cardeal estava pormenorizadamente definida: este aconselhava, de facto, que fosse o marido, o futuro duque Alessandro Farnese, a propor a viagem à esposa e, ainda, para não despertar suspeitas no cardeal Dom Henrique, sugeria que fosse o próprio Cardeal a convidar a sobrinha a regressar ao país natal<sup>698</sup>.

Deve referir-se aqui que, entretanto, a 28 de Novembro de 1576, tinha falecido o irmão da princesa D. Maria, D. Duarte, e que, em Janeiro de 1577, a notícia da morte do duque de Guimarães ainda não tinha sido recebida no ducado de Parma. Tudo indica que a rapidez com que o Cardeal Farnese preparara o seu plano fosse, em parte, devido à notícia da morte de D. Duarte que ele decerto já conhecia. O Cardeal Farnese preparava, a partir de Roma, uma fina estratégia política que, como é evidente, não era bem vista pela parte espanhola sendo um

---

<sup>697</sup> *Narratione/particolare/del Capitan Francesco de' Marchi da /Bologna, /del gran feste, e trionfi/ fatti in Portogallo/ ed in Fiandra/ nello sposalitio dell' Illustrissimo, & Excellentissimo Signore/ il Sign Alessandro farnese, Prencipe di Parma,/ e Piacenza e la Sereniss. Donna Maria/ di Portogallo./ Con licentia de' Superiori./ In Bologna/ Apresso Alessandro Benaci/ MDLXVI, foi, em parte, traduzido e recolhido em *Cartas Bibliográficas* por F.T., Coimbra, Imprensa da Universidade, segunda série, 1877, pp. 50-62.*

<sup>698</sup> Cf., A carta encontra-se no Archivio di Stato di Napoli, *Archivio Farnesiano*, fascio 252 I, Fascicolo 6, c.406 e foi transcrita por Antonio Ernesto Denunzio, “Strategie Diplomatiche e vicende dinastiche: le pretese dei Farnese nella successione al trono di Portogallo (1578-1580), in *Maria di Portogallo sposa di Alessandro Farnese. Principessa di Parma e Piacenza dal 1565 al 1577. Atti della giornata di Studio*, Parma 25 settembre 1999, Roma, Ducati editore, p. 243.

familiar do cardeal, Ranuccio Farnese, um dos prováveis pretendentes ao trono português. Provavelmente, se a morte da princesa D. Maria não tivesse ocorrido sensivelmente quatro meses depois, a 8 de Julho de 1577, o plano do Cardeal Farnese teria avançado.

A própria princesa D. Maria, quando teve conhecimento da morte do irmão, presumivelmente não antes de Junho de 1577, isto é, meses depois do falecimento deste<sup>699</sup>, vai modificar o testamento que, aprovado a 26 de Fevereiro de 1577, ainda contemplava o irmão Duarte<sup>700</sup>. Em finais de Junho a princesa D. Maria nomeia o Conde Emilio Dal Pozzo seu procurador e envia-o a Portugal com uma missiva dirigida ao rei D. Sebastião, talvez o último escrito da princesa de Parma ao primo, reivindicando para si e Ranuccio o direito à sucessão do ducado de Guimarães que pertencera ao irmão D. Duarte. Falecendo a princesa D. Maria poucos dias depois da partida de Emílio Dal Pozzo, este teve que regressar a Parma, voltando a Lisboa dias depois com cartas de Alessandro e Ottavio Farnese, anunciando a morte da princesa. Emilio Dal Pozzo regressou a Parma em Fevereiro de 1578 com uma série de cartas em que, além das condolências pela morte da princesa D. Maria, se mencionavam os direitos que Ranuccio adquirira com a morte da mãe. A questão do ducado de Guimarães não estava a ter o resultado pretendido, e os funcionários que se dedicaram a este assunto, entre os quais Diego de Lescano que tinha servido a princesa, referiam os insucessos ao duque Ottavio<sup>701</sup>.

Entretanto, o Cardeal Alessandro Farnese continuava a confrontar-se com os diplomatas estrangeiros tentando conhecer as possibilidades de Ranuccio se

---

<sup>699</sup> Sobre o assunto cf. Luís F. de Sá Fardilha, “Nuovi documenti di e sopra Maria di Portogallo”, in *Maria di Portogallo sposa di Alessandro Farnese. Principessa di Parma e Piacenza dal 1565 al 1577. Atti della giornata di studio*, Parma 25 settembre 1999, Roma, Ducati Editore, pp. 208-223

<sup>700</sup> Testamento publicado in *D. Maria de Portugal (1538-1577), Principessa di Parma. Monumenta sparsa*, Porto 1999, p. 145.

<sup>701</sup> Numa carta enviada a Ottavio Farnese a 26 de Julho de 1578, Diego de Lescano refere que o Duque de Bragança disponibilizava-se a oferecer a Ranuccio 12.000 escudos. Cf. A. E. Denunzio, *op. cit.*, p. 230, e n. 24

tornar rei de Portugal. Evidentemente, Juan de Zuñiga, embaixador de Filipe II de Espanha, reivindicava os direitos do seu senhor. A sua juventude, o facto de ser filho varão da princesa D. Maria, filha do infante D. Duarte, e ainda o apoio da igreja, indicavam-no como favorito, apesar de viver longe do reino de Portugal. Contudo, a condição de filho de um súbdito de Filipe II inviabilizavam o plano do Cardeal Farnese.

A partida para Lisboa de Monsenhor Alessandro Frumenti, consultor do Santo Ofício, a 7 de Janeiro de 1579, e do Cardeal Antonio Maria Sauli a 10 de Janeiro do mesmo ano, é um sinal explícito de que os acontecimentos portugueses estavam sob o olhar vigilante da cúria romana. A presença dos emissários pontifícios, Sauli e Frumento, em Lisboa na Primavera de 1579 assegura um interessante retrato dos humores da população portuguesa desta altura. De facto, a percepção de Sauli era que

“Molti huomini giuditiosi qui credono per molte congetture che il desiderio et volontà del Re sia tutto nel far succedere a questo regno l’infanta donna Caterina, et sia poiché S.M. creda che tenga miglior ragione de li altri, o perché crede esser più a proposito per beneficio del regno o perché lo tenga maggior inclinatione, o per tutto queste ragioni congiunte insieme”,

e ainda

“Tutti d’accordo sono in non volere il Re Cattolico per loro re, a tal che molta ruina et guerra soprasta a questo povero regno, perché se in vita del re non si dichiara il suo successore, al sicuro dopo morte dichiarando li giudici l’Infanta Caterina, il populo eleggerebbe don António, et divisi fra di loro potriano esser preda del Re Cattolico”.<sup>702</sup>

É evidente o receio da nobreza e do Clero face a uma guerra com Espanha que só podia ser evitada com uma descendência do Cardeal.

As notícias enviadas por Alessandro Frumenti referem, de um modo sintético e preciso, as rupturas que se viviam na sociedade portuguesa ao longo destes anos e as diversas facções e interesses que se tinham criado. Assim,

---

<sup>702</sup> ASVaticano, Segreteria di Stato, *Nunziatura di Portogallo*, 8, c. 66-75, de Lisboa, sem data, in Carmen Menchini, *op. cit.*, p.189 e S. Andretta, *op. cit.* p. 219.

escreve Frumento, o rei e o seu *entourage*, juntamente com os prelados, os populares, os mercadores e cristãos novos estavam do lado de D. António enquanto que os nobres estavam “ (...) occupati da doni et promesse del Re Cattolico assai alla scoperta (...)”<sup>703</sup>.

Na mesma altura em que o Papa mandara para Portugal Frumenti e Sauli, o duque Ottavio contacta o bispo de Parma, Ferrante Farnese, que a 11 de Fevereiro, após ter sido recebido por Filipe II em Madrid, chega a Lisboa. Recebido por Dom Henrique foi, no entanto, rapidamente despachado com a doação de um presente. Regressa a Madrid e depois, em Maio de 1579, está novamente em Lisboa onde fica até Dezembro do mesmo ano. A preocupação que a “embaixada” dos Farnese tinha suscitado nas altas esferas madrilenas é relatada por Luigi Dovara, agente do grão-duque de Toscana, Francesco I, que, de Madrid, comenta: “Qui hanno sentito male quel mandare in Portogallo del cardinal Farnese et il caso suo non si sente bene per qua.”<sup>704</sup> É verdade que os movimentos dos Farnese interessavam também aos Medici na altura em conflito com os duques de Parma devido a questões de herança, pois Margherita, esposa de Ottavio Farnese, era viúva de Alessandro de’ Medici. Além disso, questões do foro político envenenavam as relações entre o ducado e o grão-ducado. Por isso, o embaixador florentino, assim como os agentes particulares do grão-duque de Toscana na corte de Madrid, assinalavam detalhadamente as manobras do Cardeal Farnese<sup>705</sup>.

Fontes não oficiais informavam os diversos estados italianos acerca da precária situação portuguesa. A correspondência entre o grão-duque de Toscana e Luigi Dovara, seu agente em Madrid, evidencia a presença de informadores dos

---

<sup>703</sup> ASVat., Segreteria di Stato, *Nunziatura di Portogallo*, 7, c. 33. de Lisboa 19 de Maio 1579 *apud* Carmen Menchini, *op.cit.*, p.191.

<sup>704</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 4910, carta de 25 de Fevereiro de 1579.

<sup>705</sup> Cf., ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 4910, as cartas do embaixador Baccio Orlandini ao grão-duque.

Medicis em todos os pontos-chaves da política ibérica, e permite traçar um quadro das relações entre personagens e acontecimentos cujas consequências tiveram um papel importante na Península Ibérica. Nos anos mais problemáticos da questão portuguesa, Florença contava com a presença em Madrid do embaixador Baccio Orlandini que desempenhou o cargo de 1575 até 1580 e de Bernardo Canigiani que o substituiu no cargo de 1579 até 1583. Além da informação oficial garantida pelos embaixadores, outras informações eram enviadas pelos agentes e gentis-homens que o grão-duque enviara à corte de Madrid: Prospero Colonna em 1578, e Luigi Dovara enviado por duas vezes, em 1579 e 1580, para a Península Ibérica.

Devemos salientar que a situação do embaixador florentino junto da corte de Madrid era diferente, no que diz respeito às questões dos títulos, da do embaixador de Veneza. De facto, desde 1536, aquando da instalação do primeiro diplomata florentino residente em Madrid, este não podia apelar-se de “embaixador”, título atribuído apenas ao diplomata veneziano e aos diplomatas dos outros reinos, “ (...) li altri dice che non li tiene né vuole trattare come ambasciatori, ma come agenti et simplici ministri di principi.”<sup>706</sup>

O embaixador era acompanhado por um secretário que, simultaneamente, tinha o encargo de o ajudar no despacho de questões burocráticas assim como de “vigiar”, por conta do príncipe, o embaixador. No caso de Baccio Orlandini, o secretário era Giambattista Lupi e no caso de Bernardo Canigiani, Curzio Picchena. Averiguámos, assim, que em 1579 se encontravam na corte de Madrid, seguindo de perto os movimentos de Filipe II, embaixadores, secretários e agentes particulares, desempenhando o papel de informadores do grão-duque de Toscana. Definitivamente ao lado de Felipe II, o grão-duque Francesco I “ (...) non potria far più di quello che fa per conservarsi la grazia di S.M., mostrando

---

<sup>706</sup> Carta de Baccio Orlandini de Madrid de 12 de Agosto de 1579. ASF, *Mediceo del Principato*, 4910.

dipender da lei in tutto e per tutto.”<sup>707</sup> O embaixador veneziano na corte de Madrid, Giovan Francesco Morosini, informa, em Fevereiro de 1580, que mal se teve conhecimento da morte do Cardeal D. Henrique, Luigi Dovara apresentou-se ao rei e ofereceu-lhe, em nome do grão-duque, mais 4.000 soldados e qualquer outra necessidade que tivesse ao seu alcance para a empresa de Portugal<sup>708</sup>.

Homem de confiança dos Medici em cuja casa se formou, Luigi Dovara nascido em 1535, seis anos mais velho do que o grão-duque Francesco I, foi enviado à corte de Filipe II com o pretexto de apresentar as condolências pela morte, ocorrida a 18 de Outubro de 1578, do filho primogénito do rei. Dovara tinha sido encarregue de encontrar um posto para D. Pietro, irmão do grão-duque, cuja presença na Toscânia era motivo de problemas, e estava incumbido de oferecer como empréstimo 400.000 escudos ao rei católico. Assim, Luigi Dovara parte em Janeiro de 1579, sendo recebido a 25 de Fevereiro por Antonio Perez, secretário de Filipe II tendo tido a 18 de Março audiência junto ao rei. Expressa ao grão-duque a sensação de que o rei de Castela e os seus ministros “ (...) disegnano servirsi delle galere di V.A. ma per anco non vanno se non discorrendo, e io li lascio discorrere e in tutte le cose metto difficoltà e nelle cose di V.A. stò sul generale infino che loro non vengono al particolare; ben sempre mostro la intera devozione che V.A. porta al servizio di Sua Maestà.”<sup>709</sup>

A atitude de Dovara junto do rei Filipe II transparece nas cartas enviadas ao grão-duque. Ele sentia uma certa desconfiança ou, melhor, estava constantemente alertado relativamente às decisões que, mesmo indirectamente, tivessem alguma coisa a ver com os negócios do seu senhor<sup>710</sup>.

---

<sup>707</sup> *Relazione di G. Francesco Morosini 1581*, in Eugenio Albèri, *Le Relazioni degli Ambasciatori veneti...*, 332.

<sup>708</sup> G. Francesco Morosini ao Senado veneziano de Madrid a 15 de Fevereiro de 1580, cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.195.

<sup>709</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 4910, carta de Dovara ao grão-duque de 19 de Março de 1579.

<sup>710</sup> A 19 de Março escreve: “Mi pare che disegnano servirsi delle galere di V.A. ma per anco non vanno se non discorrendo, e io gli lascio discorrere e in tutte le cose metto difficoltà e nelle cose di V.A. stó sul

Se no início de Março de 1579, antes da abertura das Cortes de Lisboa, a situação ainda não era bem definida e exigia cautelas – o embaixador veneziano em Madrid, G. Francesco Morosini, dava, a 7 de Março, os primeiros palpites acerca da invasão de Portugal por Filipe II camuflada pelos preparativos duma expedição a Berbéria “ (...) però con il tempo si scoprirà la verità”<sup>711</sup>, – em finais do mês, a 31 de Março, Luigi Dovara, de Madrid, informava que a guerra estava a ser seriamente ponderada pelos ministros do rei que, segundo a sua opinião, excepto no caso de António Perez, “ (...) sono tutti un mondo di asini.”<sup>712</sup> O ponto de vista de Dovara relativamente à possibilidade de uma guerra contra Portugal era “ (...) cosa ridicolosa a vedere i modi che tengono a volere fare questa guerra di Portogallo e si há da avere gran compassione a vedere quanto è mal servito questo Re, ed i modi con che questi ministri procedono.”<sup>713</sup>

Entretanto em Lisboa, neste Março de 1579, chegava Carlo della Rovere, Conde de Vinovo, enviado pelo duque Emanuele de Sabóia para tratar dos direitos da sua sucessão ao trono de Portugal<sup>714</sup>. A peste ainda grassava na cidade e exigia o seu tributo quotidiano grande ou pequeno que fosse<sup>715</sup>. Em Junho de 1580, a doença grassava de tal modo que os Governadores tinham deixado Almeirim, rumo a Setúbal<sup>716</sup>. A peste e a probabilidade do deflagrar da guerra pela sucessão da coroa de Portugal, tinham-se tornado as duas desgraças com que o povo português, segundo afirmava Filippo Sassetti, mercador florentino em

---

generale infino che loro non vengono al particolare; ben sempre mostro la intera devozione che V. A. Porta al servizio di Sua Maestà”, ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 4910

<sup>711</sup> De Madrid a 7 de Março de 1579, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.133.

<sup>712</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 4910, carta de Dovara de 31 de Março de 1579.

<sup>713</sup> *Idem*

<sup>714</sup> Recordamos que o duque de Sabóia não se tinha mostrado favorável à empresa de África de D. Sebastião, e tinha respondido negativamente ao pedido de vitualhas e homens feito em Fevereiro de 1578, pelo secretário do embaixador português em Roma, Antonio Pinto.

<sup>715</sup> Carta de Filippo Sassetti de Lisboa de Outubro-Dezembro 1579 ao amigo Francesco Bonciani, in Filippo Sassetti, *op. cit.*, p.240.

<sup>716</sup> Carta do embaixador genovês em Madrid, Lorenzo Spinola, a 13 de Junho de 1580, ASG, *Lettere Ministri Spagna*, 2417.

Lisboa nesta altura, tinha aprendido a conviver, de modo que, como escreve ao amigo Baccio Valori a 15 de Junho de 1580 “ Le cose della peste e della guerra in questo paese ci sono fatte familiari, sì che non se ne ragiona più.”<sup>717</sup>

A iminência, ou pelo menos, a previsão de que a guerra teria sido a solução mais provável para solucionar a questão portuguesa, tornou-se numa certeza logo nos primeiros meses após a morte do Cardeal Dom Henrique. De facto, em Junho de 1580, Sasseti informa o amigo Francesco Valori de que o medo da guerra tinha sido uma constante a partir do momento em que ocorre o falecimento do cardeal D. Henrique, “ultimo de’ re portoghesi”<sup>718</sup>. Em Madrid, numa carta datada de 15 de Fevereiro de 1580, o embaixador genovês Francesco Fieschi, ao informar a República de Génova sobre a morte do Cardeal Dom Henrique, refere que era uma convicção comum o provável início duma guerra contra Portugal<sup>719</sup>. Contudo, apesar deste pensamento pessimista, ainda uma ténue esperança de poder evitar o recurso às armas transparece nas palavras que Francesco Fieschi, a 21 de Março de 1580, dirige ao senado genovês: para ele o encontro entre o rei e os embaixadores portugueses em Guadalupe constituía uma última tentativa de chegar a um acordo pacífico<sup>720</sup>. Passado apenas um mês, em Abril de 1580, esta esperança já se tinha desmoronado, “ (...) tutto par volto alla guerra, non essendosi preso com questi Ambasciatori Portuguesi alcun concerto

---

<sup>717</sup> Filippo Sasseti, *op. cit.*, p. 254.

<sup>718</sup> *Idem*, p. 258.

<sup>719</sup> “Morse, come ho detto, il Re di Portogallo, a l’ultimo del passato, et per li avisi che si hanno non si è fatto di là alcun rumore ma pacificamente governano i cinque Governatori, già dichiarati dal Re morto, i quali han fatto intender a questa Maestá, che manderanno qui due Ambasciatori a negoziar. Non si manca di far giuditio da speculatorij et questa sia arte de Portughesi per pigliar tempo, et percio pare che questo Re sia risolutissimo d’andar à quei confini, et ha dato di molti ordini perche si aprontino l’armi, alle quali ogniun crede, che alla fine s’habbi a venir. Nostro senhor Dio si degni porvi la sua santa mano, et proveda al bene della Cristianità”. ASG, Archivio Segreto, *Lettere Ministri Spagna* 2417.

<sup>720</sup> “Il Re et la Reina principe principesse et infanta, si trovano, à Guadalupe, ove sono andati i due Ambasciatori Portughesi che dovevano venir qui, si fa giuditio universale, che le cose di Portogallo habbino da pigliare qualche accomodamento senza venire alle armi, Nostro Signore Dio vi ponga la sua santa mano e lasci seguir quello, che ha da esser piu quiete della Cristianità”. ASG, *Lettere Ministri Spagna*, 2417.

di accomodamenti (...)”<sup>721</sup>. A realização de uma guerra contra os portugueses apresentava-se como uma decisão imprudente considerando a falta de soldados “(...) poi che li tedeschi, et li italiani sono morti la maggior parte.”<sup>722</sup>

No que diz respeito a Veneza, os *dispacci* e as relações dos embaixadores residentes na corte de Madrid, assim como as comunicações dos enviados especiais que a Sereníssima sempre colocava nos lugares onde os acontecimentos os requeriam, registavam, como de costume muito detalhadamente, os movimentos de Felipe II relativamente à questão da Coroa Portuguesa. A 15 de Fevereiro de 1580, duas semanas depois do falecimento do rei cardeal D. Henrique, G. Francesco Morosini informa o senado da Sereníssima que tinham chegado forças italianas e que “ (...) s’attende con diligentia alle preparazioni della guerra.”<sup>723</sup>

#### **4.1.2 Os desenhos do grão-duque de Toscânia e os florentinos em Lisboa no último quartel de Quinhentos**

Como é visível nestas páginas, a intromissão do grão-duque de Toscânia nas questões da Península Ibérica tinha um carácter principalmente económico. De facto, a política interna do grão-duque visava “ (...) tenere la scala di Livorno come piú comoda d’ogni altra”<sup>724</sup>, de modo a que o porto de Livorno, comprado aos genoveses em 1421 por 100.000 ducados<sup>725</sup>, se tornasse num empório. Por isso, era necessário entrar nos comércios da Península Ibérica e tentar estabelecer acordos com os monarcas destes reinos. Já tinha experimentado entrar no

---

<sup>721</sup> Carta de Francesco Fieschi de Madrid a 18 de Abril de 1580. ASG, *Lettere Ministri Spagna*, 2417.

<sup>722</sup> *Idem*

<sup>723</sup> J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP*..., p.195.

<sup>724</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl.8. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque de Toscânia, de Lisboa, 10 de Setembro de 1576.

<sup>725</sup> Cf., Riguccio Galluzzi, *op. cit.*, vol. XV, p. 291 e seg.

contrato da pimenta ao tempo do rei D. Sebastião enviando para Lisboa, em 1576, o seu agente Antonio Vecchietti no intuito de encetar negociações com o rei de Portugal. Muito cuidadoso, Vecchietti, aquando da sua chegada a Madrid, a 30 de Março de 1576, apresenta-se, juntamente com o embaixador florentino residente na capital madrilena, Landino, e o secretário Liverotto, ao embaixador português sediado naquela cidade. Os enviados do grão-duque são bem acolhidos pelo embaixador português, que, no entanto, os informa que o rei português já tinha concluído com os alemães um contrato de quatro anos com a cláusula de que não poderia celebrar contratos da pimenta durante este tempo. Aconselha, portanto, Vecchietti a deslocar-se o mais rapidamente possível a Lisboa, visto o rei querer começar a “(...) pratica com V. A. Serenissima e con i suoi fiorini.”<sup>726</sup> Vecchietti chega em Lisboa a 9 de Abril de 1576 e contacta de imediato Jacome de Bardi a quem mostra a carta do grão-duque relativa à possibilidade da celebração do contrato das especiarias com as indicações das condições sobre a quantidade e o preço das mercadorias. A experiência de Jacome de Bardi nos negócios portugueses era já longa, desde a sociedade com Luca Giraldi, até ao contrato da Mina que lhe foi atribuído em Março de 1575, contrato que, juntamente com o da alfândega, eram as coisas “mejores que ay en este reino”<sup>727</sup>. O mercador florentino reconhece de imediato que este era um negócio difícil de concluir considerando “ (...) la mente di questo Re et de contrattatori.”<sup>728</sup> Tal perplexidade acerca do bom sucesso das negociações é evidente na carta que Vecchietti envia, a 9 de Abril, ao grão-duque onde são expostas as reservas, partilhadas com Jacome de Bardi, sobre a conclusão do contrato. O rei precisava de dinheiro líquido e, apesar de também precisar de trigo, preferia “ (...) danari

---

<sup>726</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms.683, Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque de Toscânia. Madrid a 30 de Março de 1576.

<sup>727</sup> Carta de Fernando de Morales de 19 de Março de 1575 in J. Gentil da Silva, *Merchandises et Finances...*, III, p.96.

<sup>728</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms.684 Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque. Lisboa 20 de Abril de 1576.

contanti piú che in altre mercantie.”<sup>729</sup> Por isso, o acordo teria sido mais simples se o grão-duque tivesse disponibilizado algum numerário que pudesse ser logo investido, porque “(...) al presente non ciè danari.”<sup>730</sup> Vecchietti informa o grão-duque do contrato que um grupo de mercadores em Lisboa, entre os quais, como já assinalámos, um dos principais era Jacome Bardi, tinham concluído com o rei. As cláusulas do contrato obrigavam a compra de todas as especiarias que chegavam da Índia e “ (...) che altri che loro non possa comprare (...)”<sup>731</sup>. Uma vez em Lisboa, as mercadorias eram vendidas todas de imediato para se assegurar o êxito do negócio.

Apesar de não ter conseguido o contrato, o grão-duque demonstra a sua satisfação pelo andamento do mesmo e expressa o seu contentamento pelo trabalho de Bardi e Vecchietti relativamente ao movimento comercial que vinha sendo registado no porto de Livorno. De facto, em Setembro de 1576 duas cartas, uma de Vecchietti e outra de Bardi dão conta do bom andamento do negócio e da partida, em finais de Agosto, de 1500 cântaras de pimenta na nau Fantona e do apresto de um carregamento de 2500 cântaras na nau Bellina Raugea, “ (...) et massime se v.a. manderá qua uno de suoi vascelli a levarlij.”<sup>732</sup>

O carregamento da pimenta tinha seguido a 23 de Agosto 1576 para Livorno na nau Fantona como foi confirmado pela carta do feitor do grão-duque. Na mesma carta é noticiado que a firma Bardi Giraldi tinha prometido conseguir diamantes não trabalhados, vindos nas naus da Índia, que o grão-duque encomendara<sup>733</sup>. A 23 de Setembro 1576 Jacome de Bardi agradece ao grão-duque de Toscânia por se ter mostrado contente pelo trabalho feito e informa-o

---

<sup>729</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms.684, Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque. Lisboa 9 de Abril de 1576.

<sup>730</sup> *Idem*, *ibidem*

<sup>731</sup> *Idem*, *ibidem*

<sup>732</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, 689, fl.8. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque. Lisboa, 10 de Setembro 1576.

<sup>733</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl. 89, Carta ao grão-duque enviada de Florença pelo seu feitor a 26 de Setembro de 1576.

que era possível recolher mais pimenta e enviá-la ao porto de Livorno se o grão-duque disponibilizasse as suas galés<sup>734</sup>.

A necessidade de dinheiro que angustiava D. Sebastião tendo em vista a preparação da campanha de África, contribuiu para que a relação entre Florença e Portugal se tornasse ainda mais próxima. De facto, o rei português mandou, em Outubro de 1577, que o seu embaixador em Roma, D. Gomes da Silva, fosse até Florença ter com Francesco I para lhe apresentar cumprimentos por ocasião do nascimento do filho. Devia, nesta altura, o embaixador testar a disponibilidade do grão-duque em relação a eventuais ajudas para a campanha de África. Em Fevereiro de 1578 propostas concretas são apresentadas à corte dos Médicis pelo embaixador extraordinário António Pinto, enviado de D. Sebastião. As ajudas pretendidas visavam um empréstimo de 300.000 escudos “ (...) ad interesse annuale honesto (...)”, que seria pago nos anos vindouros, sendo permitido aos mercadores florentinos exportar livremente do porto de Lisboa para o porto de Livorno “ (...) una buona quantità di spetierie”. Além disso, o rei português pretendia 2000 soldados, vitualhas para o seu mantimento, mil cântaras de biscoito e mil cântaras de munições<sup>735</sup>.

Segundo informa Matteo Zane, a oferta de 3.000 soldados, navios e munições por parte do grão-duque não era suficiente para o monarca português que “ (...) pretendeva piú oltre da questa amicitia (...)”<sup>736</sup>. O rei pretendia o

---

<sup>734</sup> ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl.3 Atente-se no que é referido na carta de Jacome Bardi ao grão-duque de Toscânia de Lisboa de 23 de Setembro de 1576. “(...) davvero gli restiamo tutti e contrattanti in perpetuo obrigo come quelli che facciamo molto capitale del favor suo, et per dar materia che V.A. usi dela sua solita magnanimita habbiamo comiciato a navicar alcuni pepi al porto di Livorno et siamo per farlo grossamente se S.A. ne fará gratia di mandarci le sue galeaze com brevitá come crediamo sia seguito dipoi che V.A. habbi inteso le partite che si van mandando (...)”.

<sup>735</sup> A carta do embaixador extraordinário António Pinto dirigida ao grão-duque de Toscânia Francesco I a 6 de Fevereiro de 1578, encontra-se no ASF, *Strozzi*, serie I, 32, c. 174, e foi reproduzida integralmente por Guido Battelli, “Relazioni fra il Portogallo e la Toscana in occasione della impresa d’Africa del Re D. Sebastiano (1578)”, in: *Archivio Storico Italiano*, anno XCIX, 1941, vol. II, pp.123-124.

<sup>736</sup> ASV, *Collegio, Relazioni Ambasciatori*, Busta 26, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.353.

dinheiro que o grão-duque recusava. Este episódio arrefeceu a amizade entre o grão-duque e o rei D. Sebastião pois o rei português pedia uma ajuda maior do que aquela que o grão-duque queria oferecer.

A persistência com que o grão-duque queria manter a sua presença nos negócios da península ibérica caracterizava as relações entre Filipe II e o grão-duque. Consciente do facto de que estava a tratar com um comerciante interessado em manter abertas as frutíferas relações económicas através da adopção de uma política filo-espanhola, Filipe II relacionava-se com cautela e “(...) cuida mucho de mantener la distancia que le separa, de arriba abajo, del hijo de Cosme de Medici.”<sup>737</sup> No entanto, não deixava, de vez em quando, de lhe outorgar privilégios<sup>738</sup>.

As negociações encetadas pelo grão-duque contavam, como já assinalámos, com a mediação de um grupo de mercadores florentinos que residiam na corte portuguesa. Apesar de integrados na sociedade portuguesa, neste último quartel de Quinhentos os mercadores florentinos não tinham o peso económico dos Sernigi, Marchionni e Giraldi cuja influência nas decisões da coroa se tinha revelado, frequentemente, relevante.

Já afirmámos que Jacome de Bardi, desde a primeira metade de Quinhentos – em 1543 o seu nome era mencionado na lista das entregas de ouro

---

<sup>737</sup> F. Ruiz Martin, *Pequeño capitalismo, gran capitalismo-Simón Ruiz y sus negocios en Florencia*, Barcelona, Editorial Critica, 1990, p. 44.

<sup>738</sup>Cf., BCABO, “*Discorso sopra le prerogative del ser.mo Gran Duca di Toscana appresso la Maestà del Ré Cattolico*”, A. 2828, “Erasmi dal Re Cattolico nell’anno 1579, come si raccoglie dal Dispaccio del Sig.re Amb.re Orlandini de’ 12 d’agosto di quell’anno, fatta una proibizione, che niuno potesse valersi dell’uso della gualdrappa andando a cavallo, riservata questa onoranza a pochi personaggi, et a soli Ambasciatori delle Corone e di Venezia, Sua Maestà si compiacque che il Signore Bernardo Canigiani Ambasciatore del Granduca godesse tal prerogativa, et egli con sua lettera de 23 febbraio 1580 scrisse sopra di ciò le seguenti parole: S. M. mi ha fatto intendere di poter andare a cavallo con Gualdrappa, del qual favore, fatto sin ad ora a Savoia, io non ne ho fatta istanza alcuna, e tanto viene ad esser maggiore per l’A.V.”

da Casa da Moeda com um montante de 53 marcos – <sup>739</sup> continua a gravitar à volta dos maiores negócios que são celebrados em Lisboa.

Foi possível reconstituir o grupo dos florentinos activos nesta altura na capital portuguesa através do *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, o qual nos proporciona o movimento da praça de Lisboa e dos italianos aí residentes. Como a administração da Igreja mudava anualmente a 8 de Setembro, temos uma rotação de nomes o possibilita a reconstituição do grupo de italianos. Assim, pelos anos de 1580 até cerca de 1617, como assinalamos no Quadro 2, repetem-se, no desempenho dos cargos de provedor, mordomo e escrivão os mercadores que, quando confrontados com as informações de arquivos italianos e portugueses conseguimos identificar, atribuindo, em alguns casos, a sua proveniência.

Seguindo as informações que Ruggiero Romano fornece relativamente ao desenvolvimento da economia europeia das últimas década de Quinhentos e das primeiras duas décadas do século seguinte, regista-se um movimento económico constelado por momentos de recessão e de retoma que culmina na crise de 1619-1622. São estes os anos, como bem salienta o historiador italiano, que determinaram “(...) il carattere del nuovo secolo(...)”<sup>740</sup>, marcando uma ruptura com o século anterior e criando as características peculiares do novo século.

Ao analisarmos os percursos económicos dos mercadores italianos em Lisboa no tempo que decorre, sensivelmente, entre o último quartel do século XVI e os anos imediatamente anteriores à crise dos anos Vinte de Seiscentos, encontrámos, de facto, as oscilações intermédias de crise com a falência de algumas companhias nos anos entre 1600 e 1605, e diagnosticámos uma importante inflexão nos rendimentos a partir de 1619. A partir deste ano, o

---

<sup>739</sup> Cf. V. Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos...*, vol. III, p.201.

<sup>740</sup> Cf. R. Romano, “Tra il XVI e il XVII secolo: la crisi economica del 1612-22”, in *La crisi generale del XVII secolo* (org.) G. Parker e L. M. Smith, Genova, ECIG, 1988, pp.219.

pagamento da taxa de ¼ por cento que os mercadores entregavam à Igreja do Loreto para a sua manutenção, apresenta, de facto, valores muito inferiores aos anteriormente conferidos.

Resolvemos, portanto, de acordo com esta análise, agrupar, no Quadro 2, os italianos activos em Lisboa neste espaço de tempo, procurando traçar de que modo se assiste ou não a uma continuidade nas permanências das famílias que aparecem no século XVI e que permacem ou se diluem no tempo, nomeadamente nas primeiras décadas do século XVII.

**Quadro 2** Italianos residentes em Lisboa nos anos 1580-1617ca. que ocuparam cargos na Confraria do Loreto

ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*

Nomes	Origem	Provedor	Mordomo	Escrivão
Raffaele Fantoni	Florentino	1580 1584 1594 1602		
Sebastião Lercaro	Genovês		1580 1583 1587 1590	
VincenzoDel Drago	Romano			1580
Nicolao Pietro Coccino	Genovês (?)	1581 1593		
Luigi Vezzato	Veneziano	1583 1585 1591	1581	
Nicola Galetti	Florentino			1581 1583 1585
Giovanni Dall'Olmo	Veneziano	1582		
Pietro Milanise	Lombardo		1582	
Giulio Nessi	Florentino	1596 1612	1584 1586	1582

Bernardo Mayn	Turim (?)			1584
Gaspar Cadena	Veneziano	1603	1585 1598 1601	
Geronimo Franchi Conestaggio	Genovês	1586		
Carlo Velluti	Florentino	1597		1586
Gio Batta Rovellasco	Milanês	1587 1601		
Francesco Rovellasco	Milanês	1589		
Galeazzo Reina	Milanês		1589 1597	
Filippo Terzi	Bolonhês	1590 1592 1595		
Gio Batta Litta	Milanês		1590	1592
Jerónimo Stella	Veneziano	1599 1600	1591	
Stefano Centurione	Genovês	1598 1606		
Emílio Manucci	veneziano			1598 1602
Francesco della Pigna		1604	1599 1600	
Francesco della Corona	Genovês (?)	1607 1610 1613	1604	1599 1600
Carlo Franchi	Genovês			1601
Iuseppe Rossi			1602	
Ângelo Stella	Veneziano	1605 1609 1614	1603	
Francesco Studendoli				1597 1603
Antonio Bazanti			1611	1604 1607
Afonso Bembo	Veneziano		1605	
Giacomo Chisali	Veneziano	1617	1610	1605
G. Galetti	Florentino			1606
Hettor Anna (?)			1606	
Carlo Franceschi			1607	
Gio Maria Cornari	Veneziano	1608 1611 1615		
LuísTomas Comincioli			1608	
Gio di Strada	Genovês			1608 1616

Gio.Maria Chiappe <sup>741</sup>	Genovês		1609	
Francesco Morelli	Florentino		1613 1616	1609
Francesco Chiesa	Genovês			1610
Giacomo Milchiori				1611
Bertolameo Mora	Veneziano			1613
Giorgio Unselo	Veneziano		1616	1614
Pietro Cornaglia(?)			1614	
Giuseppe Riciò			1615	
Fran.co Batta Zanolini				1615
FabioAccoramboni	Marche	1616		
Francesco Baron				1617

Por quatro vezes provedor da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Raffaele Fantoni, além de mercador conceituado, era recordado como “ (...) amico de’ ministri apostolici.”<sup>742</sup> O nome deste mercador aparece com frequência nos relatórios de Giambattista Confalonieri que se tornou, ao serviço da cúria romana, especialista nas questões portuguesas. A primeira experiência de Confalonieri em Portugal remonta à última década de Quinhentos, tendo sido secretário do Colector geral Fabio Biondo nos anos de 1592-1596<sup>743</sup>. Uma vez regressado a Roma, devido aos seus conhecimentos sobre a realidade portuguesa, foi-lhe pedido que redigisse relatórios sobre o estado de Portugal, no intuito de informar os colectores que partiam para Lisboa. No relatório que Confalonieri redige em 1598 para Monsenhor Decio Carafa, Colector em Lisboa, Raffaele

<sup>741</sup> Gio Maria Chiappe era filho de Agostinho Chiappe e Maria Cornari. Em 1621 casa com Maria Cornari, filha de Gio Maria Cornari (cf. quadro 2) e de Isabel de Ulheta. Maria Cornari nasceu em Madrid, facto este que implica uma permanência de Gio Maria Cornari em Madrid ante de se transferir a Lisboa.

<sup>742</sup> Louis Demoulin, “Le Portugal, son économie et son trafic d’outre-mer vers 1600, vus par le Florentin Raffael Fantoni”, in *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles-Rome, fascicule XLIV, 1974, p. 160.

<sup>743</sup> Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 28, encontramos uma referência a “Gio batta gonfalonero di Roma” que devia a 2 de Janeiro de 1619 a quantia de 57\$296 pagamento da taxa de ¼ por cento.

Fantoni é mencionado, juntamente com o amigo, o também florentino Giulio Nessi, como mercador florentino contratado nas alfândegas de Castela. Em 1601 o nome de Raffaele Fantoni ainda aparece nas informações destinadas ao Colector Gaspare Paoluccio Albertoni como sendo “ (...) buono amico, e huomo leale.”<sup>744</sup> Em 1614, na relação composta para o colector Ottavio Accoramboni,<sup>745</sup> aparece mais uma vez o nome de Raffaele Fantoni na altura “ (...) vecchio di età.”<sup>746</sup>

Confalonieri baseava-se, para a redacção dos seus textos, nas relações escritas por italianos que moravam em Lisboa, entre eles, Raffaele Fantoni. Nesse sentido, é lícito supormos que a relação de Raffaele Fantoni sobre Portugal tenha sido preparada a pedido de Confalonieri, ainda no tempo em que este esteve em Lisboa<sup>747</sup>. Apesar de não ter qualquer data assinalada, a relação de Fantoni parece não ser posterior a 1598, não sendo nela mencionado o ataque holandês de 1598-99 a S. Tomé e Príncipe para onde ainda partiam de Lisboa todos os anos, entre meados de Dezembro e meados de Janeiro, “ (...) dalle xv alie venti nave (...)”. Estas, regressando no ano seguinte entre Agosto e Setembro traziam “ (...) 3 o 4 mila schiavi e 200 à 220 mila arove di zuccheri.”<sup>748</sup> Podemos, portanto, datar esta relação por volta de 1595-96.

---

<sup>744</sup> Louis Demoulin, *op. cit.*, p. 160.

<sup>745</sup> Ottavio Accoramboni, bispo de Fossombrone desde Maio de 1579 até 1610, foi Colector apostólico em Portugal de 1614 até 1621 e, constatando o pouco conhecimento que havia em Portugal dos santos italianos, nomeadamente S. Carlo Borromeo, Arcebispo de Milão, e Santa Francisca Romana, há pouco tempo canonizada pelo Papa Paulo V, resolveu erigir, no primeiro ano da sua colectoria, à sua custa, uma sumptuosa capela dedicada aos dois santos na Igreja do Loreto dos Italianos. No ano seguinte fez uma soleníssima procissão em honra dos ditos santos na qual participaram, segundo documentos da época, mais de 800.000 pessoas, vindas até dos reino vizinhos. Esta procissão aumentou a devoção dos fiéis a estes santos em Lisboa e tornou a Igreja do Loreto ainda mais frequentada, mandando Monsenhor Accoramboni constituir uma irmandade de S. Carlo composta por italianos e portugueses nobres e plebeus e uma irmandade feminina de S. Francisca Romana. Regressou a Itália em finais de 1621. Foi nomeado arcebispo de Urbino, cargo que manteve durante dois anos. Cf., Nunziatella Alessandrini, “A alma italiana no coração de Lisboa: A Igreja de Nossa Senhora do Loreto...”, p. 173.

<sup>746</sup> Louis Demoulin, *op. cit.*, p. 160.

<sup>747</sup> Archivio Vaticano, *Fondo Confalonieri*, 34, fls.158-160v., *Relatione del Regno di Portogallo fatta da Raffael Fantoni Fiorentino*, publicada por Louis Demoulin, *op. cit.*, pp.165-173.

<sup>748</sup> *Relatione del Regno di Portogallo fatta da Raffael Fantoni...*, p. 171.

Filho de Giovanni de Agostino Fantoni, Raffaele Fantoni provinha de uma família de nobres florentinos, tendo-se dedicado ao comércio, com os seus irmãos. A presença dos Fantoni em Portugal é pouco documentada, mas remonta ao início do século XVI como se depreende de uma carta de Francesco Guicciardini enviada ao irmão, de Valladolid, a 17 de Junho de 1513. Guicciardini informa que, de Lisboa, tinha chegado a notícia, através de Iacopo Fantoni, da vinda, a 20 de Maio de 1513, de uma das naus enviadas a Malaca na expedição de 1510<sup>749</sup>.

Em Lisboa, Raffaele Fantoni tinha uma sociedade com Giulio Nesi com quem mantinha também laços de parentesco, tendo este último casado com Esperança de Cáceres, sogra de Raffaele Fantoni<sup>750</sup>. Este episódio, contudo, pelo facto de Nesi ter mantido secreto o casamento, foi a razão da discórdia que estalou entre os dois amigos<sup>751</sup>, que, temporariamente, “ (...) e’ dovranno fornire di presente i negozi, si come l’amicizia.”<sup>752</sup>

O movimento do porto de Livorno da década de 80 de 1500 evidencia o comércio com Lisboa de onde eram enviadas caixas de açúcar ao irmão de Raffaele, Francesco Fantoni, sendo que outro irmão, Agostino, era capitão de um navio. A irmã de Raffaele Fantoni, Lucrezia Fantoni, também residia Lisboa, “(...) moradora na sua quinta por cima do Convento de Chellas, lemite desta

---

<sup>749</sup> Carta de Francesco Guicciardini ao irmão Luigi, Valladolid 17 de Junho 1513, in M. Spallanzani, *Mercanti fiorentini...*, p. 106. A carta encontra-se em ASF, *I Serie Stroziana*, filza 129, c.25.

<sup>750</sup> ANSL, *Caixa IX*, doc.4.

<sup>751</sup> “Fra detto Fantoni e ‘l suo compagno Giulio Nesi vai ‘l diavolo, per essersi quest’altro maritato con la suocera del Fantoni senza avergleine dato parte, con occasione che e’ li potesse disturbare”, Carta de Filippo Sasseti ao amigo Francesco Valori. Lisboa 18 de Outubro de 1582, in Filippo Sasseti, *op. cit.*, p. 217.

<sup>752</sup> *Idem*, *ibidem*. No entanto, os problemas deviam ter sido ultrapassados porque em 1592, a 5 de Agosto, Raffaele Fantoni e a sogra Esperança de Cáceres foram padrinho do baptizado de Marta “(...) filha de Baltezar Roiz Santiago mercador e de sua molher Maria Natalia”. *Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castello...*, vol.I, p.331.

cidade (...)”<sup>753</sup>, e era casada com o capitão Giacomo Tatti, como se lê na escritura de 13 de Fevereiro de 1661 que obrigava à missa quotidiana.

A nau Fantona, propriedade da família Fantoni, era utilizada para o carregamento das mercadorias até ao porto de Livorno<sup>754</sup>, e, segundo informa Filippo Sasseti na cartas enviadas da Índia, Raffaele Fantoni e Giulio Nessi tinham-se disponibilizados para serem intermediários na entrega da mercadoria da Índia aos amigos florentinos<sup>755</sup>.

Em 1589, Raffaele Fantoni juntamente com Giulio Nessi<sup>756</sup> e Alvise Vezzato<sup>757</sup>, veneziano, subscreveram, adiantando mais de 100.000 ducados, o contrato da pesca do atum no Algarve auferindo de condições deveras vantajosas, pelo que, como o próprio Alvise Vezzato informa “ (...) fummo invidiati da tutta questa gente (...)”<sup>758</sup>. No entanto, nos seis anos da duração do contrato, os primeiros cinco foram “ (...) li piú sterili che à ricordo d’uomo sia mai seguito (...)”<sup>759</sup>, tendo havido uma perda de mais de 90.000 ducados. Teria sido possível evitar a falência se os navios que se esperavam das Índias, Brasil e S. Tomé, nas quais seguiam mercadorias suas, tivessem chegado ao porto de Lisboa, sendo que, como A. Vezzato informa, “ (...) si aspettavano grossi capitali.”<sup>760</sup> No

---

<sup>753</sup> ANSL, *Livro dos treslados das escripturas de compras (1634 a 1790)*, fl. 94.

<sup>754</sup> Cf. ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 2080.

<sup>755</sup> Cf. Filippo Sasseti, *op.cit.*, pp. 316-317-372.

<sup>756</sup> Na transcrição dos documentos relativos aos negócios dos três italianos envolvidos na pesca do atum, J. Teixeira Marques de Oliveira apresenta estes nomes: Raffaele Fantoni, Giulio Negri, Alvise Vezzato. Acreditamos que o nome Negri deva ser substituído por Nessi, sendo este o apelido do sócio de Raffaele Fantoni que encontramos noutros documentos. Cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, pp. 630-634.

<sup>757</sup> Alvise Vezzato tinha sofrido um saque na sua habitação durante a ocupação da cidade de Lisboa em 1580, facto, este, que o Senado veneziano, informado pelo embaixador G. Francesco Morosini, desaprovava e mandava fazer “(...) ogni efficace officio con questo Ser.mo rè per il rifacimento delle robbe saccheggiate nella presa di Lisbona in casa di Alvise Vezzato (...) che non le pareva honesto, che essendo state rispettate le case dei propri portoghesi, una suoi venetiani sai stata a peggior conditione di loro(...)”. In J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.242.

<sup>758</sup> Carta de A. Vezzato ao embaixador veneziano em Madrid de 28 de Dezembro de 1593, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 631.

<sup>759</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>760</sup> *Idem*, p. 632.

entanto, os corsários, “ (...) questi maledetti ladri (...)”<sup>761</sup> arruinavam qualquer tipo de negócio. A falência desta sociedade ocorreu em 1593 com a perda da importante quantia de 150.000 ducados. Na altura cônsul dos venezianos em Lisboa, Alvise Vezzato, procurou, através da intervenção do embaixador veneziano em Madrid, que lhe fosse concedido um salvo-conduto para as dívidas que tinha com o rei e com os particulares de modo a que pudesse tratar calmamente da questão do seu cargo diplomático, o consulado, que queria manter. O embaixador veneziano não tinha recebido qualquer ordem do Senado da Sereníssima relativamente ao cônsul sediado em Lisboa e, apesar de não se querer intrometer em questões alheias, pensava que o consulado “(...) possa difficilmente esser piu essercitato da lui (...)”<sup>762</sup>.

Outro mercador florentino activo em Lisboa neste final de século foi Carlo Velluti, nascido a 9 de Setembro de 1557, filho de Piero de Raffaello Velluti e primo de Filippo Sassetti por parte da mãe que era da casa dos Gondi<sup>763</sup>. Carlo casa em Madrid onde nasce o filho Piero, cavaleiro da Ordem de Santiago, que, em 1624, vai a Florença conhecer os parentes. Notícias sobre a origem nobre da família Velluti e do respeito que gozavam na corte dos Medici são-nos proporcionadas por documentos do Archivio di Stato di Firenze<sup>764</sup>. Da antiga

---

<sup>761</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>762</sup> *Idem*, p. 634.

<sup>763</sup> “ (...) Carlo Velluti mio cugino (...)”, escreve Filippo Sassetti a Baccio Valori de Cochim a 6 de Janeiro de 1587, in Filippo Sassetti, *op. cit.*, p.536-537.

<sup>764</sup> “(...)l’origine di questa famiglia si tiene per certo che sia di un luogo della Valdelsa chiamato Semifonte Terra grossa, nella quale erano più famiglie nobili e molti cavalieri a spron d’oro e nell’undecimo secolo reggevasi in libertà a modo di Repubblica; ma perché i Fiorentini ne temettero l’ingrandimento procurarono d’impadronirsene a forza d’armi ed ottenutala a patti e capitolazioni l’anno 1201 la disfecero intieramente e fecero legge che mai più in quel luogo si potesse per alcuno edificare; riceverono però molte di quelle nobili famiglie nella loro città di Firenze e le ammisero al godimento de primi Onori e Magistrati della medesima, fra le quali contansi quelle nobilissime degli Ammirati Pitti, Da Bagnano, Barberini, Velluti ed altre.

Gli uomini della famiglia Velluti ebbero gran parte nel Governo della Repubblica: dal 1283 al 1519 ottennero il Priorato 29 volte e 4 volte il Gonfalonierato di Giustizia. 24 volte fecero parte dei Dodici Buonomini e 19 volte dei 16 Gonfalonieri e sempre per la Classe Maggiore e per il quartiere di Santo Spirito dove abitavano.” ASF, *Carte Dei*, Ms.416, filza 51, n.8.

família florentina dos Velluti “ (...) sono usciti molti baroni insigni, e chiari nelle virtù, stimati e amati da noi, e da nostri serenissimi Predecessori.”<sup>765</sup>

Mercador-banqueiro, a actividade de Carlo Velluti, associado à casa dos Aldana de Milão, pode ser reconstruída através da correspondência de Simon e Cosme Ruiz a qual se debruça fundamentalmente sobre as feiras de câmbio.

Para melhor enquadrar a actividade deste grupo de mercadores, devemos deter-nos sobre uma série de conjunturas desfavoráveis, ocorridas em Portugal assim como em Florença, que influenciaram negativamente o andamento dos negócios.

Relativamente à situação económica e política de Florença neste fim de século, uma breve análise mostra-nos que se vivia numa fase descendente da economia e que se tinham mudanças nas relações estabelecidas entre Florença e Portugal após o falecimento do grão-duque Francesco I, a 19 de Outubro de 1587.

Com efeito, no fim do século XVI, Florença parecia um “ (...) velho centro industrial (...)”<sup>766</sup>, bem diferente da florescente economia genovesa. A indústria da lã sofreu uma profunda contracção num processo de decadência que, a partir de 1575, passou a produzir metade dos panos que era costume fornecer. Uma subsequente quebra de produção manifestou-se por volta de 1615, altura em que a produção passara das 13.000 peças, produzidas após a redução dos anos 80 de Quinhentos, para apenas 6.000 peças<sup>767</sup>.

---

<sup>765</sup> ASF, Carte Dei, Ms.416, filza 51, n.8. Carta de 18 de Junho de 1604 enviada de Florença pelo grão-duque Ferdinando I ao rei de Portugal. Em anexo, doc. 22.

<sup>766</sup> F. Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...*, vol.I, p. 478.

<sup>767</sup> Cf. Paolo Malanima, “L’industria fiorentina in declino fra ’500 e ’600”, in *Firenze e la Toscana dei Medici nell’Europa del ’500- Atti del Convegno Internazionale*, Firenze 9-14 giugno 1980, Olschki Editore, 1983, vol. I, p.296-297.

Sobre o assunto, entre outros, cf. R. Romano, “A Florence au XVIIe siècle. Industries textiles et conjonture”, in *Annales E.S.C.*, VII, 1952, pp. 508-512; Daniela Lombardi “ 1629-1631: crisi e peste a Firenze”, in *Archivio Storico Italiano*, 1979, pp. 3-50.

No que diz respeito à situação política, devemos salientar que a política filo-espanhola levada a cabo pelo grão-duque Francesco I sofreu uma inflexão de orientação com o seu sucessor, o irmão Cardeal Ferdinando I, prejudicando as relações com Filipe II de Castela. As linhas de força da estratégia política de Ferdinando I visavam alcançar a autonomia face à hegemonia castelhana e formar “ (...) una red de contactos com otros estados europeos de primer orden (...)”<sup>768</sup>, tentando, no entanto, manter boas relações com a corte madrilena. A percepção da atitude ambígua do grão-duque ressalta nas palavras do conde de Olivares que se apercebe de que “ (...) en las cosas del servicio de Su Magestad no muestra aquella afición que es obligado con el socorro que tan al descubierto a dado a los reyes de Provença (...)”<sup>769</sup>. Ferdinando I vai definir claramente a sua política no momento de encetar laços matrimoniais, recusando casar-se seja com a filha do duque de Bragança seja com uma das filhas do arquiduque Carlos de Áustria. A escolha recai sobre Cristina de Lorena, sobrinha de Caterina de’ Medici, rainha de França. Tal casamento provocou em Filipe II uma profunda insatisfação ao ponto de este se opor à confirmação da investidura da cidade de Siena ao grão-duque. Desde 1555, de facto, a cidade de Siena tinha sido entregue por Filipe II ao duque de Toscana, Cosimo I, sendo sucessivamente reconfirmada a Francisco I. A não confirmação da investidura punha em risco a posse da cidade por parte do grão-duque que, em 1598, com a morte de Filipe II, tenta voltar a estabelecer relações com Felipe III e com o valido do rei, o Duque de Lerma.

Em 1604, a tensão nas relações entre Florença e Madrid vai-se reduzindo após a morte de D. Pietro de’ Medici, irmão de Francesco I e de Ferdinando I. Bem relacionado nas cortes de Filipe II e Filipe III, D. Pietro não mantinha

---

<sup>768</sup> Paola Volpini, “Toscana y España”, in *La Monarquía de Felipe III: Los Reinos*, Madrid, Instituto de Cultura, 2008, p.1134.

<sup>769</sup> *Idem*, *ibidem*.

relações amigáveis com o irmão Ferdinando I e era considerado o provável candidato à investidura da cidade de Siena. A sua morte desbloqueou essa questão e Ferdinando I conseguiu a confirmação da posse da cidade de Siena.

Estas dificuldades em terra italiana podiam não interessar directamente aos florentinos que residiam e negociavam em Lisboa, mas temos que ter em atenção tais problemáticas, e principalmente as tensões diplomáticas entre o grão-duque e os reis de Castela, em cujo domínio Portugal estava incluído. Na verdade, quando no início do século XVII alguns mercadores florentinos entraram em falência, a intervenção do grão-duque Ferdinando I não serviu de grande ajuda.

No reino de Portugal, de resto, a situação não se apresentava serena. A bancarota de Filipe II em 1596 determinou, através da promulgação de um decreto régio, a suspensão do pagamento de juros. A falta de liquidez, derivada desta medida régia, e o encerramento, no primeiro dia, da feira de câmbio de Novembro de 1596, produziram efeitos negativos no circuito financeiro. Os negócios pararam e Carlo Velluti, impossibilitado de pagar as letras de câmbio, arriscava ser preso.<sup>770</sup> No entanto, é-lhe concedida a autorização para se encontrar com o seu associado, Cristóvão Aldana, em Castela. Em Agosto de 1597 o decreto relativo à suspensão dos pagamentos ainda vigorava e, além de mais, a peste grassava na capital portuguesa, obrigando os homens de negócios a afastarem-se da cidade e a deslocarem-se para os arredores, Carnide, Odivelas, Loures, Santo Antonio do Tojal, Seixal, Montijo, entre outras localidades. A cidade de Lisboa vai-se despovoando até Abril de 1599, altura em que a situação sanitária parece melhorar.

Entretanto, em Setembro de 1598, ocorre o falecimento de Filipe II e ao dar a notícia da morte do rei de Castela ao Senado da Sereníssima, o embaixador

---

<sup>770</sup> Cf. J. Gentil da Silva, *Stratégie dès Affaires...*, pp. 165 e seg.

veneziano em Madrid, Francesco Soranzo, refere que a coroa somava uma dívida de “ (...) cento milioni d’oro.”<sup>771</sup>

A desconfiança era generalizada, em 1601 era “ (...) impossible d’arranger les affaires de Carlo Velluti (...)”<sup>772</sup>, e a falência do mercador florentino afectou bastante o círculo comercial lisboeta<sup>773</sup>.

Em 1604, quando as relações entre Florença e Filipe III estavam a tornar-se mais desanuviadas, o grão-duque Ferdinando I escreve para que “ (...) i Chiarissimi Magistrati e stimati Consiglieri, che amministrano la giustizia di qualunque ordine, che per nostro rispetto e grazia voglino fare à detto Carlo Velluti il favore convenevole come per il suo onore, ed utile perché tutto il favore che li si farà perpetuamente ne avremo memoria (...)”<sup>774</sup>.

Um ano depois, em 1605, Giulio Nessi sofre mais uma falência e, a partir de então, como se detecta através do pagamento da taxa de ¼ por cento paga à Igreja do Loreto sobre as mercadorias vendidas, o percurso económico destes florentinos ao longo das primeiras duas décadas de 1600 é relativamente modesto. Foram, provavelmente, as dificuldades económicas que obrigaram Giulio Nessi a vender a capela de Santa Catarina, na Igreja do Loreto. Esta pertencia à sua mulher Esperanças de Cáceres desde 1582, ano da sua compra por 160.000 rs.<sup>775</sup> A capela foi vendida a Francesco de la Corona, através de uma escritura de 20 de Abril de 1618, pela quantia de 300.000 rs.<sup>776</sup>

Em 1619, regista-se a última presença de Raffaele Fantoni na documentação do Arquivo da Igreja do Loreto. Ele faz parte dos nomes que

---

<sup>771</sup> J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 686.

<sup>772</sup> J. Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires...*, p. 70

<sup>773</sup> Cf., *idem*, p. 222.

<sup>774</sup> Carta do grão-duque de Toscânia de 18 de Junho 1604, em anexo, doc. 22.

<sup>775</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.6.

<sup>776</sup> Cf. ANSL, *Caixa IX*, doc. 4. No *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.7, a despesa é assim discriminada: “E per 301\$100 contanti a Julio Nissi per compra della capella di Santa Caterina cioè rs. 300\$ e \$100 al tabalione Manuel Figueira da Silveira per costo della scrittura oturgata 20 aprile 1618.”

pagavam  $\frac{1}{4}$  por cento à Igreja, e o valor pago naquele ano somava 17\$140<sup>777</sup>. Giulio Nessi, que morava na Rua Larga perto da Igreja do Loreto,<sup>778</sup> pagava, no mesmo ano de 1619, 4\$42<sup>779</sup>. Nesse ano de 1619, por ocasião da vinda a Lisboa do rei Filipe III, os italianos reúnem-se, sendo chamados pela Câmara de Lisboa juntamente com os mercadores de todas as nações e naturais do reino de Portugal, para erigirem o próprio arco triunfal. Os Italianos fizeram o arco “(...) a porta da see que tomava todo o frontespício da porta principal te chegar as torres dos sinos con tantas deuersidade de figuras como as dos milhores arcos.”<sup>780</sup>

Uma outra actividade em que os italianos se envolviam frequentemente era, como já assinalámos nos capítulos anteriores, o comércio das pedras preciosas e do coral. O coral mediterrânico, proveniente principalmente de Génova e Barcelona, era muito procurado na Índia, para onde eram enviadas avultadas quantidades. Sendo um comércio rendoso, estava submetido ao monopólio régio, e, devido à preciosidade da mercadoria e à sua grande procura, o rei D. João III tinha introduzido normas relativas às taxas aduaneiras, visando facilitar a sua introdução no mercado indiano. Assim, em lugar do pagamento do 20%, estabeleceu uma taxa de 16 ducados por cada quintal de coral de primeira qualidade, de 4 ducados pelo de segunda qualidade e de 3 ducados pelo de terceira qualidade<sup>781</sup>. Trabalhado ou em bruto, o coral era muito procurado e era

---

<sup>777</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.36. Ao querermos estimar quantitativamente a abastança dos mercadores italianos, seguimos os escalões de riqueza indicados por A. Borges Coelho que estabelece a classe média entre 50.000 até 100.000 rs. exclusive. Acima dos 100.000 rs. se tratava de um capital apreciável, “(...) situando-se os avaliados em conto e mais no cume da pirâmide do capital”. A. Borges Coelho, *Quadro para uma viagem a Portugal...*, p. 92 e seg.

<sup>778</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.10. O mercador florentino viveu, pelo menos desde 1609 até 1624, em casas arrendadas à Igreja do Loreto pagando uma renda de 25\$ cada ano.

<sup>779</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 3.

<sup>780</sup> *Memorial de Pêro Roiz Soares...*, p. 418

<sup>781</sup> O coral de 1ª qualidade era denominado *bianca*, o de 2ª qualidade *toro*, o de 3ª qualidade *bastardo*. Cf. *Informazione di Giovanni dall'Olmo...*, p. 17.

frequente que mercadores particulares “ (...) li fanno venire di fuori per suo conto e per il medesimo li mandano segretamente nelle Indie (...)”<sup>782</sup>.

No que diz respeito ao comércio das pedras preciosas, nomeadamente diamantes, estudos recentes evidenciam a existência de uma rede bem estruturada que juntava elementos de etnias e religiões diferentes, tendo como único objectivo o sucesso comercial<sup>783</sup>. Uma rede que tem as suas origens na expulsão dos judeus do reino de Portugal em 1496. O episódio da conversão forçada sob o reinado de D. Manuel e a instalação da Inquisição efectuada, em 1536, no reinado de D. João III tiveram um papel fundamental na diáspora judaica portuguesa que encontra na Itália uma terra prometida. Os que preferiram fugir e não se submeter à conversão, “ (...) engendraram planos criativos de fuga, saindo por Vigo, Corunha, Bilbao, la Rochelle, para Livorno, Génova, Florença, Veneza, Ferrara, Ancona e o Estado Pontifício (...)”<sup>784</sup>. Os marranos portugueses que por via da perseguição religiosa encontraram refúgio em Itália, apesar de um ou outro motivo de intranquilidade, puderam contar com uma série de privilégios, quer por parte do Papa quer por parte de alguns duques, nomeadamente o duque de Ferrara, Ercole II, e da Toscânia, Cosimo I. Tais privilégios permitiam-lhes residir, na década de 40 de 1500, na cidade de Ancona, onde se constituiu a primeira comunidade marrano-portuguesa, que, em 1553, recebe privilégios do Papa Giulio III. O jesuíta Simão Rodrigues escreve

---

<sup>782</sup> *Idem*, p.18.

<sup>783</sup> Sobre o assunto cf. os estudos de Francesca Trivellato, “Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, Hindous de Goa. Réseaux marchands et échanges interculturels à l’èpoque moderne”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2003/3, pp. 581-603; “Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the early Modern period”, in *Commercial Networks in the Early Modern World*, (edited by Diogo Ramada Curto and Anthony Molho), Badia Fiesolana, San Domenico, 2002/2, pp. 59-89; “From Livorno to Goa and Back: Merchant Networks and the Coral-Diamond Trade in the Early-Eighteenth Century”, in *Portuguese Studies* (ed. Helder Macedo), 2000, 16, pp. 193-217.

<sup>784</sup> Elvira Cunha de Azevedo Mea, “A problemática do judaísmo (séculos XVI-XVII), in *Inquisição Portuguesa – Tempo, Razão e Circunstância...*, p. 131.

de Veneza ao rei uma carta, datada de 10 de Julho 1554, referindo que em Ancona viviam entre 2500 a 3000 judeus portugueses<sup>785</sup>.

No que diz respeito à República de Veneza, no período de tempo entre 1550, ano da expulsão dos judeus, e 1589, ano da concessão da autorização de permanência, a política adoptada é a do compromisso, visando atrair para a cidade lagunar, sob promessa de um salvoconduto, os judeus portugueses e espanhóis expulsos pelo duque de Sabóia em 1573. É a partir de 1589 que Veneza se torna num dos centros de atracção dos judeus que consideravam a Sereníssima como espaço de passagem para o Levante onde, protegidos pelo Sultão, podiam voltar ao judaísmo.

Pelo seu lado, a política dos Medici em Florença apontava para agregar no seu território os judeus. A estes era garantida protecção contra os processos da Inquisição. Dois são os momentos fundamentais deste processo de atracção dos judeus sefarditas. O primeiro ocorreu em 1549, quando o duque de Toscânia, Cosimo I, concedeu privilégios aos judeus provenientes “(...) ex regnis civitatibus et locis Lusitaniae, quam Portugalliam dicunt, sive orti, sive oriundi, sive ibi larem habuerint, undecumque ad quaevis nostri huius ducalis imperii loca praecipue ad civitatem nostram Pisarum eiusque agrum habitaturi domicilium pervenerit”<sup>786</sup>, garantindo-lhes protecção contra a Inquisição. O segundo momento surgiu em 1591 quando o grão-duque Ferdinando I promulgou as chamadas *Livornine* que, ao conceder privilégios a todos os mercadores, inclusivé aos judeus, constituiu no porto de Livorno a maior colónia sefardita de toda a península itálica.

Esta compacta comunidade mercantil sefardita no porto de Livorno mantinha relações comerciais com os italianos de Lisboa que se tornam

---

<sup>785</sup> Cf., *As Gavetas da Torre do Tombo*, I, p. 655.

<sup>786</sup> O dito privilégio encontra-se em ASF, *Miscellanea Medicea*, 23, ins. 9 e foi publicado por L. Frattarelli Fischer, “Gli ebrei, il principe e l’Inquisizione”, in *L’Inquisizione e gli ebrei in Italia*, a cura di M. Luzzati, Roma-Bari, Laterza, 1994, p.228-231.

intermediários entre os mercadores hindu de Goa, que procuravam diamantes brutos destinados a serem trabalhados, e os judeus espalhados na Europa.

As fontes levantadas por F. Trivellato nos registos notariais de Amsterdão e Livorno atestam estas redes de relações em que estavam envolvidos os mercadores italianos residentes em Lisboa, encontrando, em 1623, os florentinos Francesco Morelli e Giacomo Tatti<sup>787</sup>, este último cunhado de Raffaele Fantoni, agentes de Felipe Henriques de Amsterdão. Das disposições testamentárias de Francesco Morelli, de facto, é evidente que este mercador se dedicava ao comércio do coral que enviava para a Índia de onde recebia diamantes que exportava para Veneza<sup>788</sup>. Veja-se que a quantia entregue à Igreja pelo pagamento da taxa de ¼ por cento sobre “ (...) quello che viene negoziato (...)”<sup>789</sup>, revela, ainda que aproximadamente, as linhas gerais do modo como se desenvolviam os negócios de Giacomo Tatti, evidenciando um crescimento nos anos em que este era correspondente com a praça de Amsterdão<sup>790</sup>. De facto, em 1625, Morelli devia à Igreja do Loreto 131\$992 rs., quantia significativamente superior às dos anos anteriores<sup>791</sup>.

Casado com uma portuguesa, Simoa dos Santos<sup>792</sup>, Francesco Morelli, provavelmente descendente de Giovanni Morelli, estava também envolvido no

---

<sup>787</sup> Jacome Tatti, morador na Rua Quinta dos Olivares, era casado com Lucrezia Fantoni e era capitão de infantaria. Faleceu em 1655 e foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Loreto. Cf. IAN/TT, Registo Geral de Testamentos, Livro 18, n. 15. Foi provedor da Confraria do Loreto em 1621. Cf. ANSL, *Caixa IX*, doc.4.

<sup>788</sup> Cf. ANSL, *Caixa IX*, doc.37.

<sup>789</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 39.

<sup>790</sup> Em 1622 Jacome Tatti devia à Igreja do Loreto 225\$485 “(...) da tutto il tempo che sta in Lisbona sino al primo di novembre del 1621.”; de 1621 até 1624 devia 114\$968 reis; de 1 de Janeiro 1625 até 17 de Abril 1627 devia 34\$923 reis; de 17 de Abril até 19 de Agosto de 1628 devia 23\$625 reis; de 29 de Agosto até 8 de Maio 1629 devia 65\$652 reis. Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas...*, fls. 12,13,39.

<sup>791</sup> No quinquénio 1613-1618, a taxa paga por Morelli somava 83\$662 reis; em 1621 era de 18\$976 reis e em 1622 de 46\$110 reis. Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fls. 12-13.

<sup>792</sup> Simoa dos Santos e Francesco Morelli casam em 1627. Após a morte do mercador florentino em 1629, a viúva volta a casar, em 1630, com o mercador alemão Cristóvão Mayer residente na freguesia de São Julião. Informação gentilmente cedida pelo Doutor Gonçalo Nemésio.

comércio das especiarias como atesta o *Livro Mestre das Receitas e Despesas*<sup>793</sup>. Faleceu em Agosto de 1629, deixando à Igreja do Loreto um legado de 9.000 rs de rendimento para rezarem duas Missas cada semana e para despesas de sacristia<sup>794</sup>.

#### 4.2 Capitais milaneses e genoveses no Portugal de Filipe I

Se a cidade de Florença, neste último quartel de Quinhentos, tinha perdido o seu antigo brilho, a florescente economia de Milão e Génova espelhava-se também fora da península itálica. Os mercadores milaneses e genoveses começam a dominar o comércio português, participando em todos os negócios de vulto.

Acontecimentos políticos externos criaram conjunturas favoráveis para que a presença destes mercadores em Lisboa se reforçasse. Recordamos, entre outros factos, que nos anos 70 de Quinhentos, o comércio das especiarias do Levante estava fortemente abalado devido à guerra de Veneza contra os Turcos e o comércio do Mar Vermelho tinha sofrido uma interrupção por via da insurreição árabe contra os otomanos. Isto causava danos na praça de Veneza que ficava desprovida de especiarias. Os mercadores que costumavam abastecer-se na praça de Veneza socorrem-se da praça de Lisboa onde o cônsul da nação veneziana, Giovanni dall’Olmo, tinha apresentado uma petição à fazenda Real,

---

<sup>793</sup> Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.28. “A 7 di gennaio 1620 per Franc.co Morelli corr.te rs. 55\$458 et sono per resto de rs.123\$791 che li offitali dell’anno 1615 desborsorno per datij e spese a fardi 32 di canilla dispacchiorno per questo conto dalla casa d’India, che detto Morelli continuó sopra cambij, sino a 12 di marzo de 1618 in che vi fu di danno rs. 46\$528 come dal conto che dete si vede; nil qual tempo imbolsò rs. 114\$861 dalla Misericordia di questa città per denari che stavano in deposito in detta caza per canilla che per questo conto fu venduta, e per resto de rs. 123\$791 si devono rs. 8\$930”.

<sup>794</sup> Cf. ANSL, *Caixa XV*, doc. 16.

em 1577, propondo que, por um lado, se melhorasse o comércio português e, por outro lado, se favorecesse a entrada no porto de Lisboa de navios venezianos. A estes navios deviam ser concedidos privilégios de modo a “ (...) accrescerli la volontà di tal viaggio(...)”. Lisboa podia tornar-se o palco principal do comércio que Veneza mantinha com a Inglaterra, para onde a Sereníssima exportava vinhos e passas e onde comprava panos, metais e ferramentas, caso se oferecessem condições favoráveis aos navios venezianos para ali descarregarem as suas mercadorias. Os benefícios para a fazenda real seriam evidentes, “ (...) li datij di Vostra Altezza crescevano, e la terra abbonderebbe con commodo e profitto universale del Popolo e mercanti (...) perche donde viene gran quantità di mercanzie per vendere, e che se ne trovano altre per comprare, sempre il negotio sta in alto, ed il denaro non si cava dal Regno, come si fanno in tanta copia.”<sup>795</sup> Uma condição fundamental para que os navios venezianos parassem no porto de Lisboa, era, segundo a proposta do cônsul veneziano, modificar as taxas sobre a venda das mercadorias. Era necessário, ainda, alargar o tempo previsto para os mercadores venderem a sua mercadoria, que de três meses, como no presente acontecia, devia passar a um ano. Caso a mercadoria fosse vendida dentro do tempo previsto, os mercadores pagariam uma taxa de 4%, enquanto que, após o prazo estipulado, a taxa aumentava até ao 20%. Isto garantia à fazenda real o 4% e, simultaneamente, alargando o tempo de venda, beneficiava os mercadores.

Em 1577, na reorganização do monopólio português, foram introduzidas modificações às normas que vigoravam desde 1548 e que obrigavam ao pagamento de 4% aos navios que chegassem ao porto de Lisboa, limitando o tempo de venda das mercadorias a 3 meses se os mercadores quisessem ficar

---

<sup>795</sup> Cf., *Petição que o cônsul dos venezianos em Lisboa, João Dall’Olmo, fez à Fazenda Real em 1577*. Anexo doc. 6.

isentes do pagamento de mais 4%<sup>796</sup>. Além disso, a partir de então, as companhias de mercadores estavam autorizadas a concluir com o rei os dois contratos das especiarias: no contrato asiático os contratantes particulares deviam providenciar o abastecimento dos navios à sua custa, bem como a compra da pimenta na Índia; no contrato europeu, os contratadores empenhavam-se em comprar as especiarias e em revendê-las no mercado continental. No meio estava o rei que recebia toda mercadoria na Casa da Índia, pagando-a a um preço fixo e revendendo-a a mais do dobro<sup>797</sup>.

#### **4.2.1 Giovan Battista e Francesco Rovellasca mercadores milaneses em Lisboa (1575-1600 ca.)**

Como já referimos no capítulo II, os milaneses exerceram um papel importante na economia da Península Ibérica.

Os irmãos Litta, Giovanni Battista e Agostino, transferem, no século XVI, a sua actividade para Lisboa onde se especializam no comércio das especiarias com a Índia. A dificuldade de se abastecer na praça de Veneza, obriga Bassano Porrone, o comerciante que aprovisionava Milão de especiarias e que tinha sido antigo cliente de Veneza, a utilizar a pimenta que chegava de Lisboa ao porto de Livorno. O pagamento da mercadoria era efectuado através letra de câmbio sobre Alberto Litta, residente em Milão e correspondente do primo Giovanni Battista Litta em Lisboa. A pimenta enviada por Giovanni Battista Litta a Porrone

---

<sup>796</sup> Na *Informazione di Giovanni dall'Olmo*..., p. 23 lê-se que desde 1548 até 1577 se introduziu a taxa de 4% para todos os navios que entrassem no porto de Lisboa. Aqui, ao descarregar todos os açúcares provenientes de S. Tomé, os mercadores eram obrigados a pagar o 4% que somava 22 ½ reais por arroba. Além disso, tinham três meses para vender a mercadoria. Passado este tempo deviam pagar mais 4%. A partir de 1577 foi dispensado o direito de 4%, pagando os mercadores 35 reais por arroba, dilatando-se o tempo concedido para a venda da mercadoria. Além de mais, se a mercadoria fosse vendida no país, em lugar dos 35 reais podiam pagar o 20% de direitos ordinários.

<sup>797</sup> Cf. J. C. Boyajian, *op. cit.*, pp. 18-21

provinha de um pagamento em mercadoria para a liquidação de um empréstimo que Gerolamo Litta, o pai, tinha efectuado a D. João III.

A possibilidade de se apoiar em agentes *in loco* e usufruir, assim, de formas de pagamento vantajosas e seguras, era uma mais valia para levar a cabo negócios rentáveis. Este facto explica a rápida fortuna dos mercadores banqueiros que podiam contar com redes financeiras e familiares. Em 1577, quando a necessidade de dinheiro para a expedição africana impeliu D. Sebastião de reorganizar as modalidades dos contratos das especiarias, os Litta começaram a participar activamente e com sucesso no mercado português.

Para percebermos o teor do sucesso comercial das famílias milanesas em Lisboa neste último quartel de Quinhentos, assim como as suas ligações com os capitais da mãe-pátria, devemos delinear as circunstâncias da chegada a Lisboa de outro mercador milanês, cuja actuação na capital portuguesa deste final de século será preponderante. Trata-se de Giovan Battista Rovellasca, filho de Gerolamo Rovellasca, mercador milanês estabelecido em Antuérpia sensivelmente a partir de 1543. A partir do fim do século XV até à segunda metade do século XVI, o desenvolvimento das técnicas de distribuição das mercadorias acelerou notavelmente, e o transporte individual via terra foi substituído por empresas comerciais que, ao lado da sua própria actividade enquanto casas comerciais, se ocupavam do negócio dos transportes das mercadorias de particulares. Contavam-se seis empresas de transportes em Antuérpia, duas das quais milanesas, a de Giovanni Angelo d'Annoni e a de Gerolamo Rovellasca. As rotas para a Itália eram duas: uma para a Suíça, abastecendo principalmente Milão, e outra para a Áustria, abastecendo principalmente Veneza. Gerolamo Rovellasca, cujos clientes na esmagadora maioria eram italianos, utilizava a rota para a Suíça expedindo para Ancona, Milão e Veneza. Os produtos com que operavam eram principalmente têxteis,

embora comercializassem pimenta oriunda do mercado português bem como lã inglesa na percentagem de, respectivamente, 3,7% e 2,2% do total da mercadoria exportada. É interessante notar que, num total de 300 mercadores apenas 43 exportavam pimenta e 27 lã, e entre eles encontram-se nomes de famílias de mercadores conhecidos em Lisboa tais como Lomellino e Affaitati, e também Gerolamo Rovellasca<sup>798</sup>. Em 1558, devido ao transporte de um carregamento de armas de Milão para França, Gerolamo Rovellasca entrara em contacto com as casas comerciais que o milanês Cesare Negrolo dirigia em Paris e Lyon. Foi nas empresas de Negrolo que o filho de Gerolamo Rovellasca, Giovan Battista, aprendeu as técnicas comerciais e desenvolveu os seus conhecimentos nesta área. Anos mais tarde, Cesare Negrolo e Giovan Battista Rovellasca estreitam a sua aliança através do casamento de Giovan Battista com a filha de Cesare, Clementia. Conhecido no comércio de armas, tecidos e armaduras que o tio fabricava em Milão, Cesare Negrolo aí regressa em 1574 com 35.000 escudos tendo assim a possibilidade de aumentar o seu património, entrando no circuito do crédito, através do qual os mercadores “(...) potevano dominare un’area che si estendeva fino a Lisbona, Anversa, Danzica (...)”<sup>799</sup>. Deste modo tornou-se num dos maiores homens de negócio milaneses da segunda metade de Quinhentos.

A actividade de Giovan Battista Rovellasca na Península Ibérica deve ser considerada à luz das modalidades financeiras próprias da sociedade lombarda do seu tempo e pode-se constatar que a sua vinda para Lisboa coincidiu com as modificações nas normas do monopólio régio introduzidas por D. Sebastião em 1577, o que tornavam os negócios mais apetecíveis. Acerca da actividade de G. Battista Rovellasca em Lisboa, apesar de não serem desconhecidos os seus proveitosos negócios com a coroa portuguesa aos estudiosos de história

---

<sup>798</sup> Sobre o comércio de Antuérpia para a Itália veja-se Wilfrid Brulez, “L’Exportation des Pays-Bas vers l’Italie par voie de terre au milieu du XVIe siècle”, in *Annales E.S.C.*, 1959, pp.461-491.

<sup>799</sup> Giuseppe de Luca, *op. cit.*, p. 77.

económica, falta, uma sistematização do labor deste mercador milanês que, ao longo de duas décadas, foi um dos protagonistas da cena económica portuguesa.

Efectivamente, Giovan Battista chega a Lisboa em 1577 juntamente com Febo Roque no intuito de “ (...) negociar com Jacome de Bardi (...)”<sup>800</sup> e tomar em seu nome uma dívida de 15 contos que o rei tinha com os Litta. Na capital portuguesa instala-se na Freguesia da Sé<sup>801</sup>, onde tinham habitado os grandes mercadores João Francisco Affaitati e Luca Giraldi<sup>802</sup>.

É sabido quanto D. Sebastião precisava de dinheiro para a empresa de África, pelo que entregou o contrato da pimenta a um grupo de contratadores entre os quais Giovan Battista Rovellasca que, juntamente com Giovan Battista Litta e Jacome de Bardi possuíam 3.5 quotas num total de 12. O maior accionista era Konrad Rott com 5 partes, sendo que António Fernandes d’Élvas, Thomas Ximenes de Aragão e Luís Gomes d’Elvas fruía do restante 3.5<sup>803</sup>. As condições do contrato obrigavam os contratadores a enviar todos os anos para a Índia o dinheiro para a compra de trinta mil quintais de pimenta, dos quais 15 mil podiam ser por eles vendidos a quem quisessem. Os restantes quinze mil pertenciam ao rei que os vendia aos contratadores pela quantia de 32 cruzados cada quintal. As condições, particularmente favoráveis aos contratadores, não podiam ser mantidas após a tragédia de Alcácer Quibir, pelo que o contrato foi

---

<sup>800</sup> Carta de Fernando de Morales de 11 de Fevereiro de 1577, in José Gentil da Silva, *Merchandises et Finances...*, p. 105-106.

<sup>801</sup> Cf., E. Prestage e P. d’Azevedo, *op. cit.*, vol. I, p. 460.

<sup>802</sup> A Freguesia da Sé, juntamente com as freguesias da Madalena, São Julião, São Nicolau e Santa Justa, Mártires, Santa Caterina, Santo Estêvão e Loreto, era habitada, segundo informa A. Borges Coelho, por homens e mulheres mais abastados. Cf. *Quadros para uma viagem a Portugal*, Lisboa, Caminho, 1986, pp. 92 e seg.

<sup>803</sup> James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore and London, The John Hopkins University Press, p. 20 e n. 2 p. 265. A 5 de Outubro de 1578 escreve Fernando Morales: “(...) Juan Bautista Rebelasco, mi amigo, a tomado la quarta parte deste contrato aunque esta secreto y tiene mucho contento de averlo tomado y quisiera la mitad y tuvo tiempo para tomarlo todo, com muy mayor comodidad y bien pudiera yo tener una partezilla se yo quisiera, o el sr. Simon Ruiz me lo mandara”, in J. Gentil da Silva, *Merchandises et Finances...* III, p. 188.

suspensão durante uns tempos, voltando de novo vigorar a partir de 1579 até 1584<sup>804</sup>.

Através da *Informazione* de Giovanni dall'Olmo sabemos que a exploração dos contratos vigorava a partir do mês de Janeiro do ano imediatamente seguinte à celebração do contrato. Por isso, o contrato celebrado por Rovellasca com o rei D. Henrique a 7 de Outubro 1578, só entrava em vigor em Janeiro 1579<sup>805</sup>.

Mas recuemos um pouco e recordemos que as prioridades do governo do Cardeal Dom Henrique, como relata Matteo Zane na sua relação de 1579, orientavam-se em três direcções: o problema da sucessão da coroa de Portugal era, evidentemente, a primeira preocupação, seguida da do resgate dos presos da jornada de África e, finalmente, a preocupação de defender o reino de Portugal dos corsários ingleses e franceses que infestavam as águas portuguesas<sup>806</sup>. Nesta escala de preocupações deve ser entendida, muito provavelmente, a reposição em vigor do contrato de Rovellasca e companhia, assim como a assinatura, a 8 de Janeiro de 1579, do contrato da *trazida* das outras especiarias com Fernão Lopez e Diogo de Barreira. As cláusulas deste contrato obrigavam os contratadores a trazer anualmente da Índia para o reino de Portugal 1.100 quintais de gengibre e 400 quintais de noz-moscada, pagando de direitos e licenças na Casa da Índia 18\$00 reis por quintal de noz e 7\$000 reis por quintal de gengibre. Todas as despesas de fretes, seguros e obras pias eram por conta dos contratadores que, para além disso, eram obrigados a ter sempre dinheiro na Índia para a compra das

---

<sup>804</sup> Escreve o rei a 26 de Março de 1585 a Dom Duarte de Meneses, vice-rei na Índia, a propósito do precedente contrato “ (...) comesarão ho anno de blxxx e acabarão por vimda das nãos que vierão ho anno passado de blxxxiiij”, in *Archivo Portuguez Oriental*, fasc.3, 1861, p. 52.

<sup>805</sup> Giovanni dall'Olmo, erroneamente, atribui a ratificação deste contrato ao rei D. Sebastião na altura já falecido em Alcácer-Quibir. Cf. *Informazione di Giovanni dall'Olmo...*, p.26.

<sup>806</sup> Cf. *Relatione del Clarissimo Matteo Zane dell'ambasceria di Portogallo*, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 332-334.

drogas. Nos dois tipos de contratos, o rei não devia adiantar nem investir qualquer dinheiro<sup>807</sup>.

Regressando aos primeiros anos da permanência em Portugal de Rovellasca, deve-se destacar que o mercador milanês, além de continuar a intervir nos negócios que a sua cidade de origem lhe proporcionava<sup>808</sup>, representava, em Lisboa, os interesses dos principais homens de negócios milaneses que lhe facultavam financiamentos importantes sustentando, deste modo, a sua participação nas oportunidades comerciais que a praça de Lisboa oferecia. Na primeira fase da sua actividade em Lisboa, Rovellasca podia contar com importantes quantias de dinheiro, no valor de 250.000 escudos, disponibilizadas por uma companhia que o sogro, Cesare Negrolo, tinha constituído juntamente com os magnatas da finança da altura, entre os quais, Giovanni Battista Melzi, por sua vez sogro de Cesare Negrolo. É importante salientar que os Melzi, assim como os Porrone, estavam envolvidos na distribuição da pimenta adquirida na praça de Veneza, e, como os Porrone se tinham dirigido aos Litta de Lisboa uma vez que em Veneza havia falta de pimenta, da mesma maneira os Melzi podiam adquirir a pimenta da praça de Lisboa através de Giovan Battista Rovellasca.

Ao adquirir a coroa do reino de Portugal, Filipe II de Espanha não intervém nos contratos já assinados visto que em 1581, na nau S. Pedro, os contratadores da pimenta, entre os quais Giovan Battista Rovellasca, continuam a enviar o *cabedal* previsto pelo anterior contrato para a compra da pimenta<sup>809</sup>. Após a declaração de falência de Conrad Rott em 1582, Filipe II deixou que o

---

<sup>807</sup> Cf., J. Gentil da Silva, “Contratos de trazida de drogas no século XVI”, sep. *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1949, pp. 5-28. Nas pp. 16-21 encontra-se a transcrição dos termos do contrato.

<sup>808</sup> ASM, *Fondo Notarile*, cart. 14944. É documentada a participação de Giovan Battista Rovellasca em Janeiro de 1582 no negócio do imposto da mercadoria de Milão, cf. Giuseppe de Luca, *op. cit.*, p.96, n.4.

<sup>809</sup> AHU, *Relação das nãos e galeões que forão em direitura para Malaca*, ms. N. 143

mercador milanês incorporasse as 5 quotas do mercador alemão<sup>810</sup>. Rovellasca obrigava-se assim a pagar “ (...) 250.000 cruzados em três pagamentos a saber 83.333 y un terzo al final del año 1584, 83.333 y un terzo al final del año del 1585 y 83.333 y un terzo al final del 1586.”<sup>811</sup>

O florentino Filippo Sassetti foi o feitor de Rovellasca na Índia chegando à Península Ibérica em Abril de 1578, procurando negociar ao serviço dos Capponi. Francesco Capponi, de facto, tinha-o enviado até Medina del Campo porque a casa comercial dos Malvenda queria abrir uma filial em Lisboa dirigida pelos Capponi<sup>812</sup>. O negócio, contudo, não correu segundo as expectativas ansiadas e Sassetti resolveu escrever “(...) a Lisbona a certi amici, che sempre che e’ mi avessero trovato un partito ragionevole non che buono, che io mi sarei risoluto a pigliarlo per andare lá.”<sup>813</sup> O “partito ragionevole” apresentou-se na figura de Giovan Battista Rovellasca que, informa Sassetti, “(...) aveva tanta necessità de’ casi mia, stando le cose in Índia nel termine che elle stanno, che io non so chi se lo avesse potuto più satisfare di quello che dovrei poterlo satisfare io.”<sup>814</sup> Assim, de Sevilha, onde se encontrava, Sassetti desloca-se para Lisboa tendo já combinado com Rovellasca os termos do contrato. Quando Filippo Sassetti celebra o contrato com Giovan Battista Rovellasca, este tinha-se tornado no maior accionista do contrato, ocupando um papel predominante na gestão do comércio da pimenta da Ásia e da Europa.

Após uma primeira tentativa falhada em 1582, Filippo Sassetti chega à Índia em Novembro de 1583, depois de ter embarcado em Lisboa a 8 de Abril de 1583. Segundo o contrato, Giovan Battista Rovellasca pagara a viagem e os mantimentos a Sassetti e seus companheiros, por uma quantia de acerca de 600

---

<sup>810</sup> AHU, Índia, caixa 323.

<sup>811</sup> Cf. G. de Luca, *op. cit.*, p. 94, n.3.

<sup>812</sup> Carta de Filippo Sassetti a Francesco Valori, de Madrid a 26 de Junho 1581, in Filippo Sassetti, *op. cit.*, p 266-267.

<sup>813</sup> Filippo Sassetti, *op. cit.*, p. 286.

<sup>814</sup> Carta de Filippo Sassetti a Francesco Valori de Lisboa, Março 1582, in Filippo Sassetti, *op. cit.*, p.309.

ducados, dos quais 200 ducados destinados para “ (...) tre braccia quadre di luogo sulla nave dove noi passiamo (...)” e o resto para adquirir mantimentos. Na Índia, Sasseti devia comprar a pimenta por parte de Rovellasca que lhe pagava anualmente um ordenado de 1000 ducados mais provisões por cada negócio concluído. Juntamente com Sasseti iam, ao serviço de Rovellasca, Orazio Neretti e Giovanni Buondelmonti. Na Índia, Filippo Sasseti concluía pequenos negócios particulares investindo em mercadorias as quantias de dinheiro entregues pelos amigos em Florença, entre os quais o grão-duque Francesco I<sup>815</sup>. Uma vez embarcadas nos navios para o reino de Portugal, as mercadorias chegavam a Florença de Lisboa através de Raffaele Fantoni e Giulio Nessi.

Uma discordância nas datas do falecimento dos irmãos Litta, torna difícil perceber a passagem das companhias dos Litta nas mãos do Rovellasca. De facto, segundo as informações encontradas no estudo de G. de Luca<sup>816</sup>, o falecimento em Lisboa de Giovan Battista Litta e do irmão Agostino ocorreu respectivamente a 26 de Dezembro 1582, e em Janeiro de 1583. Seguidamente, o filho de Agostino, Pompeo, resolveu vender a Rovellasca as quotas de seu pai e tio pela quantia de 87.500 cruzados e anos mais tarde Rovellasca comprou todas as companhias dos irmãos Litta por um valor de 519.000 ducados a pagar ao longo do ano de 1587, sendo que em 1593 ainda este valor não estava pago. No entanto, como se depreende do Quadro 2, Gio Batta Litta ainda serviu como mordomo em 1590 e escrivão em 1592.

Em Julho de 1593 apresentou-se a ocasião de Giovan Battista Rovellasca poder também adquirir a quota de António Fernandes d’Elvas que, enquanto

---

<sup>815</sup> O grão-duque tinha entregue a Sasseti uma quantia de 800 ducados para compras na Índia. Cf. Filippo Sasseti, *op. cit.*, p.347. Sobre a mercadoria enviada ao grão-duque cf. Barbara Karl, “*Galanterie di cose rare...*” Filippo Sasseti’s Indian Shopping List for the Medici Grand Duke Francesco and His Brother Cardinal Ferdinando”, in *Itinerario*, n.3, 2008, pp. 23-42.

<sup>816</sup> Cf. G. de Luca, *op. cit.*, p.94-95, n.5.

sócio, possuía 3.5 do contrato. No entanto, por motivos de saúde, Rovellasca não conseguiu concretizar este intento.

São estes, de facto, os anos de maior sucesso de Giovan Battista Rovellasca que além do contrato das especiarias tinha arrendado, em 1582, a alfândega por 262.000 escudos<sup>817</sup>, – segundo refere Duarte Gomes Solis, tinha ganho entre 400.000 e 500.000 ducados<sup>818</sup> – e estava envolvido no comércio do açúcar de São Tomé. Nas últimas décadas do século XVI a produção de açúcar de São Tomé não era certamente de menosprezar. Recordamos que, em 1579, o rei D. Henrique, para continuar a construção da igreja de S. Sebastião que o seu sobrinho, o rei D. Sebastião, tinha mandado começar, doou anualmente um conto de reis “ (...) no crecimento que ouue no direito dos açucares da Ilha de Santomé, que se paga na alfandega desta cidade de Lixboa.”<sup>819</sup> Ainda, Filippo Sasseti escrevia em 1581 a Francesco Valori a propósito do açúcar de S. Tomè “ (...) mercanzia sospettosissima e richiesta per tutto il mondo.”<sup>820</sup> O sucesso desta mercadoria que, até aos primeiros anos do século XVII, todos os anos 20 navios carregavam 20000 arrobas cada um, era, em parte, devido, ao declínio da produção do açúcar da Madeira e à concorrência de preço com os açúcares da Madeira e do Brasil: 600 rs. contra os 1400 rs. do Brasil e os 2400 rs. da Madeira<sup>821</sup>. Em 1587 Giovan Battista Rovellasca tinha comprado 6000 arrobas deste açúcar a 530 rs cada arroba<sup>822</sup>. Ainda, as facilidades introduzidas em 1577

---

<sup>817</sup> Matteo Zane na carta ao Senado de Veneza enviada de Madrid a 17 de Janeiro 1582 escreve: “Sua M.tà ha di novo affittate le Doane del regno di Portogallo alla compagnia di Rovelaschi mercanti milanesi per 262 m. scudi, che è con qualche argumento, rispetto alli anni passati: li medesimi mercanti hanno anco concluso col Re il partito della spiciaria d’Italia, et levata le gabella delli negri, che vengono dall’isola di S. Thomè, che sono tutte imprese grandi, et maneggi molto importanti”, in J. Teixeira Marques de Oliveira., *FDVRP...*, p. 306.

<sup>818</sup> Duarte Gomes, *Discursos sobre los comercios de las dos Indias*, (org.) Moses Bensabat Amzalak, Lisboa, 1943, p. 174.

<sup>819</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Município de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1887, vol. II, p.366n.

<sup>820</sup> Filippo Sasseti, *op. cit.*, p. 285.

<sup>821</sup> Cf., F. Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico...*, pp. 251-252.

<sup>822</sup> BNL, *Fundo Geral*, 637, fl. 16.

contribuíram para que este comércio florescesse. Nos *Rendimentos da casa da Índia, Mina, Brasil, Ilha de S. Thome, Cabo Verde, Angola*, de 1588, é visível que Giovan Battista Rovellasca participava com 3 contos e 180.000 rs. no negócio “(...) da novidade dos açucares da ilha de Sam Thome e do Príncipe, orçada em seis mill arrobas cadano pagas quinhentos trinta rs. a roba (...)”<sup>823</sup>. Tendo conhecimento de que, em Maio de 1584, um navio do mercador milanês chegava de São Tomé com um carregamento de açúcar que seria vendido a 700rs cada arroba<sup>824</sup>, e tendo em atenção que os contratos costumavam ter uma duração de cinco anos, podemos concluir que o acordo tinha sido finalmente celebrado por volta de 1583-84. Na quinta dos Rovellasca, situada em Lisboa, entre Alcântara e o mosteiro de Bélem, havia “ (...) fermosas cannas de açúcar (...)”<sup>825</sup>, e era esta requintada habitação que hospedava frequentemente diplomatas provenientes de outros reinos<sup>826</sup>.

Ainda em 1584, Giovan Battista Rovellasca tinha investido 4 contos e 400.000 rs. no contrato dos escravos que vigorava até 1589<sup>827</sup>. Extremamente rentável, o comércio dos escravos conheceu um importante crescimento no último quartel de Quinhentos, e, como refere o padre Garcia Simões numa carta ao padre Luis Perpilhão, escrita de Angola a 7 de Novembro de 1575, “ (...) são tantos os escravos que saem daqui cada ano comprados e vendidos, que ordinariamente são 12 mil peças e êste ano passado, com 4 mil que morreram, foram 14 mil.”<sup>828</sup> Os escravos adquiridos nas costas africanas e transportados

---

<sup>823</sup> BNL, *Fundo Geral*, 637, fl. 16.

<sup>824</sup> Cf. *Informazione di Giovanni dall’Olmo...*, p.13.

<sup>825</sup> Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1610, p. 61.

<sup>826</sup> “(...) neste tempo e nesta era de 616 – ueio a esta cidade hum embaxador de Ingalaterra em tres galiois mto fremosos com mto grande acompanhamto de gente Ingreza fidalgos mto Ricamte traiados entrou dia de santa Cna mandaraõno agazalhar na quinta do Roualhasques em alcantara o qual foi agazalhado como a pesoa delRey com ho mais Rico aparato de armasois de cassas que se tinha uto e daqui se foi caminho de castela sem nuca saberem o a que este embaxador ueyo” M. Lopes de Almeida, *Memorial de Pero Roiz Soares*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1953, p.410

<sup>827</sup> BNL, *Fundo Geral* 637, fl. 15.

<sup>828</sup> Gastão Sousa Dias, *Relações de Angola*, Coimbra, Imprensa Nacional, 1934, p.74.

para São Tomé, não pagavam qualquer taxa aduaneira<sup>829</sup> contudo os escravos provenientes das ilhas de Cabo Verde pagavam direitos aduaneiros do 10%. Por isso, Giovan Battista Rovellasca envolveu-se no comércio dos escravos de São Tomé e em 1588 pediu “(...) desconto por causa das provisões paradas para não irem de Samthome a resgatar a Angola nem a Amboino.”<sup>830</sup>

É evidente que só havia tanto dinheiro disponível graças ao apoio do círculo dos homens de finanças de Milão. De facto, como bem salienta G. de Luca, “ (...) non si trattava dell’affermazione di una forza finanziaria personale, (...) era piuttosto la vittoria di un circuito finanziario al culmine della sua potenza.”<sup>831</sup> De resto, bem conhecidos eram os projectos de Giovan Battista Rovellasca no meio da comunidade italiana em Lisboa. Sinteticamente resumidos por Frà Mariano Azzaro numa carta de 1586 enviada de Madrid a Antonio Maria Ragona, estes projectos visavam “ (...) ponere un capitale in Malacca per farsi signore assoluto del commercio in Levante (...)”<sup>832</sup>.

Em 1584, ano em que o contrato da pimenta caducava, começaram as negociações para a confirmação do novo contrato. Não estava, Filipe II, satisfeito com a actuação dos contratadores que “(...) non hanno compiti gli obblighi a che erano tenuti della quantità, che è riuscita minore (...)”<sup>833</sup>. A não observância da *trazida* da quantidade de especiaria prevista no contrato condicionava, de facto, o andamento dos preços que subitamente encareciam quando a quantidade era modesta.

Através da carta de 10 de Março de 1584 foram entregues, pelo senado veneziano, instruções ao embaixador veneziano em Madrid, Vincenzo Gradenigo, para que indagasse “(...) se le cose di quei paesi, rispetto alla

---

<sup>829</sup> *Informazione di Giovanni dall’Olmo...*, p. 24.

<sup>830</sup> BNL, *Fundo Geral* 637, fl. 16v.

<sup>831</sup> G. de Luca, *op. cit.*, p. 95.

<sup>832</sup> ASV, *Archivio Proprio Contarini*, Registro 9, folio 54 in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVPR...*, p.724.

<sup>833</sup> *Parere de’ clarissimi Antonio Bragadino e Jacopo Foscarini...*, p. 10

mercantia, et alle altre circostantie a quella pertinenti, si ritrovano a questi tempi in stato tale, che vi sai opportuna occasione di mandar l'anno venturo le dette nostre galee grosse(...)<sup>834</sup>. Tal interesse mostrava o desejo de Veneza no reatar, embora prudente, das ligações comerciais com Portugal. A 18 de Abril Gradenigo responde que estava a tratar da questão e que estava à espera de uma informação de Giovanni dall'Olmo. A 18 de Maio de 1584, este redige a conhecida *Informazione* comercial sobre o reino de Portugal, extremamente detalhada no que diz respeito aos preços das mercadorias<sup>835</sup>.

A 1 de Junho de 1584 Vincenzo Gradenigo notifica, de Madrid, que tinha sido celebrado um acordo entre Rovellasca e o rei português. A notícia tinha chegado a esta cidade através das cartas do cônsul veneziano em Lisboa Giovanni dall'Olmo e do mercador veneziano Luigi Vezzato<sup>836</sup>. Tal acordo, no entanto, não estava referido na já mencionada *Informazione* de Giovanni dall'Olmo datada de 25 de Maio de 1584, pelo que podemos considerar que este acordo ainda não se encontrava em fase de conclusão, sendo susceptível de mudanças por parte do rei de Portugal. Além do mais, para se decidirem os termos do contrato estava-se à espera dos navios vindos do Oriente, os quais chegaram em Julho do mesmo ano carregados de especiarias e mercadorias num valor calculado em cinco milhões de ouro<sup>837</sup>.

O manancial de informações sobre as vicissitudes da celebração deste contrato evidenciam a importância deste negócio em que, no entanto, “(...)

---

<sup>834</sup>ASV, *Senato Secreta, Deliberazioni*, Registo 84, c.81 in I. Cervelli, “Intorno alla decadenza di Venezia-Un episodio di storia economica, ovvero un affare mancato”, in *Nuova Rivista Storica*, 1966, p. 600.

<sup>835</sup> Destacamos que o mercador veneziano residente em Lisboa, Alvise Vezzato, apresentava, numa carta 5 de Maio de 1584, uma lista de mercadorias, preços e quantidades que corroboram a *Informazione* de dall'Olmo. Cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 706-712.

<sup>836</sup> Cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.482.

<sup>837</sup> Cf. *Idem*, p. 483.

Rovellaschi è quello che al presente ha il partito di sollicitar la rinovazione, et (...) ha la compagnia con il gran duca di Toscana.”<sup>838</sup>

A partir deste momento, foram sendo firmadas, desde 1584 até 1588, extenuantes negociações entre o Senado veneziano e Filipe II.

O projecto de Filipe II, era, desde que se apoderara do reino de Portugal e, conseqüentemente, de todas as possessões que o constituíam, incentivar o comércio das especiarias, atraindo para a sua órbita a cidade de Veneza entregando-lhe a distribuição da pimenta, criando deste modo, como escrevia Antonio Maria Ragona “(...) una indissolubile amicizia di utile, di honore, e di sicurezza” entre Espanha e a Sereníssima.”<sup>839</sup> Além disso, bem conhecidas eram a reputação e a experiência comercial da república veneziana que tinham sido adquiridas durante os anos do florescente comércio que levou a cidade lagunar à hegemonia económica no Adriático. O rei visava, deste modo, não apenas fortalecer o comércio das especiarias como tornar Lisboa na única sede de distribuição dos produtos orientais, em prejuízo da rota do Levante.

A atitude de Veneza, face à proposta do rei de Portugal, foi marcada por uma extrema perplexidade, o que era perfeitamente compreensível se consideramos que a presença veneziana na península ibérica era, nesta altura, exígua, enquanto que viviam no Cairo, Alexandria e Damasco muitas famílias venezianas que enriqueciam com o comércio<sup>840</sup>. Deve-se também ter em atenção a postura divergente do Senado veneziano com a dos mercadores e diplomatas residentes na Península Ibérica que, pelo contrário, se mostravam favoráveis à retoma de uma ligação comercial com a praça de Lisboa.

A habilidade com que o Senado veneziano conduziu as negociações optando por uma estratégia que visava a evolução do processo negocial sem dar

---

<sup>838</sup> Vincenzo Gradenigo ao Senado de Veneza de Madrid a 25 de Agosto 1584, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.485.

<sup>839</sup> I. Cervelli, *op. cit.*, p. 607.

<sup>840</sup> Cf., J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 146.

resposta às solicitações propostas, revela uma cuidadosa e astuta estratégia diplomática. Sabia, Veneza, que uma recusa ostensiva podia ofender Filipe II, e conduzir a consequências pesadas e nefastas. Era necessário, por isso, “(...) stancare l’interlocutore, sottoponendolo ad una attesa sempre piú pesante ed inconcludente, scoraggiandolo progressivamente, senza ricorrere a dinieghi ufficiali e categorici (...)”<sup>841</sup>, de modo a que o rei português fosse obrigado a escolher outra solução sem, no entanto, ter recebido qualquer recusa por parte de Veneza. Interlocutor no negócio das especiarias entre o rei católico e o senado veneziano, o Padre Mariano Azzaro, que mantinha contacto entre o governo espanhol e o da Sereníssima, justificava a demora das negociações devido à importância do negócio.

A 11 de Janeiro de 1585 o Padre Mariano Azzaro desloca-se a Madrid para explicar a situação ao embaixador veneziano Gradenigo – que depois a reporta ao senado veneziano – no intuito de o encorajar a envolver-se no negócio. Para convencer o senado relativamente à excelente oportunidade e aos ganhos importantes que o negócio oferecia, Mariano Azzaro apresenta números e contas, referindo que os contratadores eram obrigados a comprar, com o seu próprio dinheiro, a pimenta da Índia ao preço de cinco ou seis cruzados aos quais acresciam os custos do seguro, dois cruzados e os custos do aluguer dos navios, quatro cruzados. O preço final de cada quintal de pimenta somava, assim, 12 cruzados. Seguidamente, o rei, a quem era destinada a totalidade da pimenta, pagava aos contratadores 16 cruzados por cada quintal, de modo a que o lucro sobre 30 mil quintais fosse relevante.

Gradenigo, no seu relato ao Senado veneziano, junta a carta de Mariano Azzaro datada de 11 de Janeiro de 1585 em que o padre, para delinear o estado

---

<sup>841</sup> *Idem*, *ibidem*.

actual do comércio das especiarias, traça uma breve história deste comércio desde D. Manuel<sup>842</sup>.

Em 1584, o rei precisava de celebrar um contrato para a distribuição, nos seus armazéns, da pimenta que chegava da Índia e que precisava de ser colocada nas praças europeias. Segundo Mariano Azzaro, o rei tinha pensado na república de Veneza pois reconhecia-lhe uma grande experiência no comércio das especiarias. Além disso, Veneza dispunha de navios bem apetrechados para este objectivo. No entanto, a firmeza do Senado veneziano em deixar que os acontecimentos se desenvolvessem naturalmente, contrastava com a atitude dos diplomatas e mercadores venezianos que se esforçavam por convencer o governo da Sereníssima a aceitar as propostas de Filipe II.

O contrato definitivo foi, então, celebrado com Giovan Battista Rovellasca a 15 de Fevereiro de 1586 e em Abril associaram-se ao mesmo os Welser. No entanto, devido à natureza destes contratos, já desde finais de 1585, após a chegada dos navios da Índia carregados de especiarias<sup>843</sup>, tudo apontava para que Rovellasca e os Welser fossem os contratadores. Devemos assinalar que a fortuna de Rovellasca sofreu um grande prejuízo com a falência do sogro, Cesare Negrolo, em 1585. Este facto privou a companhia que disponibilizava dinheiro a Rovellasca de “un anello strategico importante”<sup>844</sup>.

Entretanto, na Índia, a 20 de Janeiro de 1586, o feitor de Rovellasca, Filippo Sasseti, estava à espera de notícias sobre a resolução do contrato. Teria, de facto, ficado mais dois anos na Índia “(...) se il signor Giovanbatista Rovelasco sarà tornato a pigliare parte nel contratto de’ pepi (...)”<sup>845</sup>, caso contrário teria regressado a casa até porque uma série de novas disposições

---

<sup>842</sup> Cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.500-504.

<sup>843</sup> Carta de Vincenzo Gradenigo de 23 de Agosto de 1585, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVPR...*, p. 493.

<sup>844</sup> Giuseppe de Luca, *op. cit.*, p. 99.

<sup>845</sup> Carta a Francesco Valori de Cochim a 20 de Janeiro de 1586, in Filippo Sasseti, *op. cit.*, p.486.

tornavam inviáveis os pequenos negócios particulares que, no entanto, produziam lucros razoáveis<sup>846</sup>.

A situação das negociações, contudo, estava longe de ser resolvida considerando que o rei de Portugal continuava a manter viva a esperança de que os venezianos decidissem entrar no negócio. Desta maneira o rei terá conseguido manter sob a sua supervisão um inimigo comercial que reputava de perigoso e, por outro lado, ter-se-á livrado de mercadores cujo trabalho não apreciava. Em Setembro de 1586 o embaixador Hieronimo Lippomanno, que desde Julho 1586 substituíra no cargo, em Madrid, Vincenzo Gradenigo, refere ao Senado da Sereníssima que o Padre Azzaro tinha ido à corte madrilenha como enviado de Filipe II para conhecer a resposta do Senado veneziano. Ele escreve que o rei de Portugal “ (...) darà ogni sorte di satisfattione alle SS.VV. Ill.me (...) Et perche, non gli manca diversi che lo solecitano, dice che aspetterà quattro mesi per la risposta, per concluder poi non venendo, con chi gli parerà meglio degl'altri.”<sup>847</sup> O ultimatum não sortiu qualquer efeito, e em Janeiro de 1587 o rei ainda não sabia “ (...) per qual causa à Venetia non s'abbracci con prontezza quest'utilissimo negotio (...) che genovesi, portughesi et fiorentini ancora offeriscono ogni ragionevol partito, ma che sua Maestà non vuol altri che SS.ri venetiani.”<sup>848</sup>

De facto, era conhecida a intenção de Giraldo Paris, “ (...) compagno de Belzeri e Rovelasco”<sup>849</sup> de participar, juntamente com os sócios, no contrato da

---

<sup>846</sup> “ (...) e stante certe nuove leggi di questi signori, che non vogliono che si negozi per nessuno di questi luoghi, dove si facevano guadagni ragionevoli, perché essi dicono che rimanevano senza tratto veruno, è la cosa peggiorata di molto”. Carta a Francesco Valori de 20 de Janeiro de 1586, Filippo Sasseti, *op. cit.*, p. 485.

<sup>847</sup> Carta de Hieronimo Lippomanno de Madrid a 10 de Setembro de 1586, in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.519.

<sup>848</sup> Carta de Hieronimo Lippomanno de Madrid a 23 de Janeiro de 1587, *idem*, p. 527-528.

<sup>849</sup> Carta de Hieronimo Lippomanno de 15 de Dezembro de 1586, *idem*, p. 525.

distribuição da pimenta “(...) negotio di grandissima utilità (...) per la terza parte con honesti conditioni (...)”, eventualmente em sociedade com os venezianos<sup>850</sup>.

Em Maio de 1587 as negociações ainda decorriam e o rei não desistia do propósito de obter uma resposta afirmativa dos venezianos; nesse sentido, confirmava às galés venezianas os antigos privilégios, acrescidos da promessa de nunca embargar os navios venezianos no porto de Lisboa<sup>851</sup>. No entanto, o prolongado silêncio da República de Veneza face a esta questão, obrigou o rei de Portugal a tomar uma resolução e a 22 de Outubro de 1588 Lippomano escreve ao senado informando que os Welser e Rovellasca tinham ido visitá-lo a Madrid para o informar de que o rei de Portugal lhes tinha concedido a distribuição de toda a pimenta pedindo para que agradecesse ao senado veneziano que, segundo as informações de Padre Azzaro, estava disposto em favorecê-los. Por isso, prometiam enviar a Veneza 6.000 cântaros de pimenta, que, juntamente com outras especiarias, iriam ser carregadas em navios venezianos<sup>852</sup>.

O contrato, celebrado em Madrid, provavelmente nos primeiros meses de 1589, entre Giraldo Paris e D. Cristóvão de Moura, estabelecia que a pimenta se havia de vender ao preço que o rei ordenasse. Como Giraldo Paris remeteu a ratificação do contrato aos seus companheiros em Lisboa, o rei enviara uma carta, datada de 26 de Março de 1589, a João Gomes da Silva para que este interpelasse os contratadores sobre a aceitação do contrato. Rovellasca e os Welser acharam inaceitável venderem a pimenta ao preço estabelecido pelo rei “(...) pello tempo que era passado depois que se isto tratava, por terem com muita perda sua provido os cabedais pera a pimenta e pera os seus alvitres (...)”<sup>853</sup>.

---

<sup>850</sup> Carta di Geraldo Paris ao embaixador Lippomanno de 15 de Janeiro 1587, *idem*, p. 528.

<sup>851</sup> Cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *Veneza e Portugal...*, p. 331.

<sup>852</sup> Cf. Carta de Lippomanno a Veneza de 22 de Outubro de 1588 in J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 565-566.

<sup>853</sup> BNL, *Colecção Pombalina*, 644, fls. 106-107.

A 11 de Abril de 1590 Tomaso Contarini informa, de Madrid, o senado veneziano sobre a situação do negócio das especiarias que “ (...) si va concertando com li Revelaschi (...)”<sup>854</sup>. No entanto, a disponibilidade financeira de Giovan Battista Rovellasca, faltando a injeção dos capitais da sua terra de origem, já não tinha condições para sustentar o contrato da distribuição da pimenta. Em sociedade com Giraldo Paris, Giovan Battista Rovellasca possuía apenas 4 das 32 quotas e em 1593 declara falência<sup>855</sup>.

Como se depreende destas páginas, o envolvimento de Giovan Battista Rovellasca nos negócios portugueses era muito abrangente, ficando, no entanto, ainda disponível o contrato da Mina e Axem. Através do *Rendimento da casa da Índia, Mina, Brasil, Ilha de S. Thome, Cabo Verde, Angola* de 1588, sabe-se que a Mina “(...) ha dous anos não hee beneficiada né ate ora hee contratada(...)”<sup>856</sup>. O vazio deste contrato foi preenchido pelo irmão mais novo de Giovan Battista Rovellasca, Francesco Rovellasca, cuja data certa de chegada a Lisboa desconhecemos mas que deve ter ocorrido por volta de 1586-87, visto que em 1585 ainda residia em Milão<sup>857</sup> e em Abril de 1589 tinha contratado, por nove anos, o comércio das fortalezas da Mina e Axem com a concessão de “(...) hum mes pera poder gastar as mercadorias que tivesse nas ditas fortalezas.”<sup>858</sup> A vinda de Francesco Rovellasca para Lisboa coincide com o enfraquecimento financeiro do irmão Giovan Battista; encontramos-lo activo na praça de Lisboa em sociedade com os Carnesecchi e Strozzi de Florença na exportação do açúcar para Veneza onde, em 1601, exercia actividade comercial<sup>859</sup>. Ambos os irmãos Rovellasca faziam parte da confraria da igreja do Loreto onde tiveram o cargo de provedor da igreja, G. Battista em 1587 e 1601 e Francesco em 1589. A última notícia que

---

<sup>854</sup> J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.601.

<sup>855</sup> Cf. G. de Luca, *op. cit.*, p.101.

<sup>856</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 637, fl. 16.

<sup>857</sup> H. Kellenbenz, *I Borromeo e le casate mercantili milanesi...*, 825

<sup>858</sup> BNL, *Pombalina*, 644, fl. 18.

<sup>859</sup> Cf. G. de Luca, *op. cit.*, p. 101, n.3.

temos da presença de G. Battista Rovellasca em Lisboa remonta, de facto, ao ano de 1601.

Já despertámos a atenção para o facto de os italianos assinalados no Quadro 2 não exaurirem de todo a comunidade deste estrangeiros em Lisboa. Entre os lombardos presentes em Lisboa nesta altura, embora com negócios muito mais modestos se comparados com os dos irmãos Rovellasco, indicamos Júlio e João Bocolli, naturais da cidade de Cremona, descendentes de Cristóvão Bocolli, feitor do Conde Affaitati. Cristóvão Bocolli tinha deixado um legado à Igreja do Loreto “(...) sopra il suo Mayorazgo e de suoi descendenti che sono di 1\$500 rs. l’anno in perpetuo.”<sup>860</sup> Júlio Bocolli paga o legado até 1623 e a partir de então paga João Bocolli.

#### **4.2.2 A ascensão dos genoveses no panorama da economia portuguesa do último quartel de Quinhentos: Stefano e Sebastião Lercaro.**

Ao traçarmos o quadro do percurso da comunidade italiana em Lisboa no período filipino, deparamo-nos com a presença de um grupo de mercadores determinados em aproveitar os negócios do grande circuito comercial indiano e atlântico. Juntando-se em parcerias diferenciadas, florentinos, milaneses, venezianos, entraram, com mais ou menos sucesso, nos contratos mais apetecidos que a coroa oferecia. (cf. Quadro 3)

Entre estes mercadores, e a partir desta altura, os genoveses vão-se tornando protagonistas da cena económica da Península Ibérica. Devido às recorrentes bancarrotas da monarquia espanhola foram obrigados a arquitectar

---

<sup>860</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.16.

uma estratégia alternativa que vão afinando nas últimas décadas de Quinhentos e primeiras duas décadas de Seiscentos. A dívida de Filipe II para com os genoveses somava, em 1575, 17 contos de ouro e 750.000rs, sendo o seu maior credor o príncipe de Salerno Grimaldi a quem o rei devia 5 contos de ouro e 500.000rs.<sup>861</sup>.

No que diz respeito ao reino de Portugal é preciso recordar que a intromissão genovesa nas finanças portuguesas remontava ao tempo do reinado de D. João III, que, para sanar as “feridas” que martirizavam a fazenda real, recorria a injeções de dinheiro que os genoveses disponibilizavam sob forma de tenças. A título de exemplo mencionamos a compra, em 1556, por parte de Ieronimo Grimaldi, residente em Génova, de 3 contos e 200.000 rs. de tença ao preço de 12.500 rs o milheiro que, por sua morte, teria passado ao filho Baptista também residente em Génova<sup>862</sup>.

A compra de tenças da fazenda real manteve-se durante o reinado dos Filipes e as fontes documentais apresentam uma forte incidência de famílias genovesas, Pallavicino, Spínola, Baliano, Lomellini, Raggio, Gentile, Centurione, neste processo<sup>863</sup>.

Aquando da bancarrota de 1575, entre os mercadores credores de Filipe II de Castela encontra-se o genovês Stefano Lercaro a quem o rei devia 400.000 réis<sup>864</sup>. Este mercador mantinha, como já referimos anteriormente, relações comerciais e de amizade com o genovês António Calvo, residente em Lisboa pelo menos desde 1563. As relações com a nobreza portuguesa eram muito

---

<sup>861</sup> Cf. BNL, *Fundo Geral*, Cód. 8920, fl.187v.

<sup>862</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria D. Filipe I*, Doações, Livro 26, fl. 15v.-26v.

<sup>863</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria Filipe II*, livro 4, fl. 129 e seg.; 131,146v. livro 11, fl.11, 54, 57,58; livro 17, fl.176,176v.

<sup>864</sup> Os restantes credores eram: João de Espinosa 2 contos de ouro e 800.000rs; Joam Curiel de la Torre 2 contos de ouro e 800.000rs.; Agostin Espindola 1 conto de ouro e 500.000rs.; Estevam Grillo 1 conto de ouro e 800.000rs.; Lourenço Espindola 800.000rs.; Agostinho Gentile 800.000rs.; os Cattaneo 400.000rs.; Baltasar Cattaneo 400.000 rs.; André Lomellino 400.000 rs.; Tomaso Grimaldi 500.000 rs.; Vincenzo Grimaldi 500.000rs.; Stefano Lomellini 500.000 rs.; cf. BNL, *Fundo Geral*, Cód. 8920, fl. 187v.

próximas – a filha, Francisca Calvo<sup>865</sup>, tinha casado com Cristóvão de Távora – e tal ligação facilitou os negócios. Antonio Calvo, de facto, além de se ter introduzido no comércio das especiarias<sup>866</sup>, tinha o contrato das naus “(...) de cinco armadas e de quatro nãos en cada huma com lhes dar à fazenda do Rej as primeiras duas armadas postas a vella E a sua custa (...),<sup>867</sup> e, no período entre 1571-1576, detinha o contrato de arrendamento da alfândega juntamente com Manuel Caldeira.

### Quadro 3 Contratadores italianos no último quartel de Quinhentos

	Mina	Alfândega	Açúcar	Escravos	Pimenta	Câmbios	Atum
1571		Calvo, Caldeira					
1575	J.Bardi						
1577		Lercaro			Rovellasca, Litta,Bardi, Rott		
1582		Rovellasca					
1584			Rovellasca	Rovellasca			
1585					Rovellasca		
1587						Spinola, Lercaro	
1589	F.Rovellasca				Rovellasca,Welser Paris		Fantoni,Nessi, Vezzato

<sup>865</sup> Após a morte de Cristóvão de Távora, Francisca Calvo casou com D. Pedro de Castelobranco. Francisca Calvo faleceu a 25 de Outubro de 1586 e foi sepultada na Igreja de São Roque. Cf. SCML, *Repertório das Covas e Catálogo singelo de todos os padres e irmãos desta casa no ano e dia em que faleceram: 1601-1650*, fl. 105.

<sup>866</sup> Cf. J. Denucè, *op. cit.*, pp. 201, 203, 208, 209 *passim*

<sup>867</sup> BNL, *Pombalina* 644, fl.396. Em Anexo, doc.5.

Calvo deve ter falecido por volta de 1576, altura em que Stefano Lercaro chega a Lisboa, vindo de Espanha, para tratar de assuntos que tinham ficado pendentes após o falecimento do amigo.

A amizade com Antonio Calvo foi a razão para que o arrendamento da alfândega fosse entregue a Stefano Lercaro por 93 contos e meio e decorresse até 1582 (Cf. Quadro 3).

Corria voz que Stefano Lercaro queria ficar a morar na capital portuguesa<sup>868</sup>, e que, juntamente com Jacome de Bardi, quisesse estabelecer feiras de câmbio em Lisboa<sup>869</sup>. O negócio não se realizou, mas, enquanto arrendatário da alfândega, Lercaro aumentou consideravelmente os direitos aduaneiros de modo a que Fernando de Morales escreve a propósito deste facto: “(...) no se como se a de poder sufrir (...)”<sup>870</sup>.

Tal como muitos dos mais abastados mercadores italianos, Stefano Lercaro ficou a residir na freguesia da Sé, como é do nosso conhecimento devido a uma escritura lavrada pelo provedor e irmãos da Confraria do Loreto em 29 de Janeiro de 1577 na residência do mercador genovês Stefano Lercaro. Nesta escritura os confrades do Loreto obrigaram-se a cumprir uma directiva régia de 10 de Julho de 1573<sup>871</sup> emitida pelo rei D. Sebastião que concedia à Nação Italiana a faculdade de demolir a torre norte da Porta de Santa Catarina que estava em frente da porta principal da Igreja do Loreto. Tendo a torre uma função principalmente defensiva, foi imposta, no entanto, a condição que, por motivos de segurança e em caso de necessidade, a Confraria de Nossa Senhora do Loreto

---

<sup>868</sup> Cf. J. Gentil da Silva, *Merchandises et Finances...*, III, p.64.

<sup>869</sup> Cf. Carta de Fernando de Morales de 11 de Fevereiro de 1577, in J. Gentil da Silva, *Merchandises et Finances...*III, p.104.

<sup>870</sup> Carta de Fernando de Morales de 12 de Março de 1577, in J. Gentil da Silva, *Merchandises et Finances...*III, p.114.

<sup>871</sup> Alvará régio de 10 de Julho de 1573, in Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. V, p.348.

tivesse a obrigação de entulhar a igreja até a altura necessária de molde a garantir a defesa da cidade.

Antes de a torre ser demolida, estava prevista, numa das cláusulas da escritura, uma vistoria por parte do vereador da cidade que, a 24 de Abril de 1577, conferenciou com o provedor e irmãos da confraria sobre o modo como se devia prolongar e dar serventia à porta principal, para garantir a defesa da cidade. Neste documento noticia-se a presença de “(...) mice felipe terzo<sup>872</sup>, arquiteto ytaliano e forteficador, e asi Benito de morales, outrosi arquiteto, e João dolva (sic) outrosi arquiteto, e asi dom Ir<sup>o</sup> de Meneses (...)”, os quais unanimemente concordaram que a igreja fosse alongada “ (...) asi e da manr<sup>a</sup> como está a traça e prampta p.lo s<sup>o</sup>r vreador e arquitetos e dom Ir<sup>o</sup> asinada”<sup>873</sup>. Ainda em 1578 encontramos Lercaro, juntamente com Raffaele Fantoni e o veneziano Gaspar Cadena<sup>874</sup>, como assinante das actas relativas ao testamento de Aldonça Rodrigues<sup>875</sup>.

Já desde 1578 estava Stefano Lercaro a auferir grandes capitais tendo tomado também o contrato dos portos secos e “(...) en esta allfamdega a de hazer

---

<sup>872</sup> Encontramos Filippo Terzi entre os administradores da Igreja do Loreto a partir de 1590, cf., ANSL, *Livro Mestre da Receita e Despesa 1619-1651*, fl.8.

<sup>873</sup> Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol.V, p. 349.

<sup>874</sup> Gaspar Cadena, rico mercador veneziano estabelecido em Lisboa, foi recebedor da ilha de São Tomé nos anos de 1589-1592. Casou em Lisboa com Ângela Margarida Villa Sante da casa nobre de Espinosa de los Monteros de quem teve cinco filhos que serviram todos nas conquistas de Portugal e nas Índias. Entre eles, recordamos Constantino Cadena Villasanti, baptizado a 8.8.1582 na Igreja de Nossa Senhora do Loreto. Foi Sargento-mor do Castelo de S. Jorge em 1640, por ocasião da restauração de Portugal, oficial do exército em 1642, cavaleiro da Ordem de Cristo por carta de 5 de Fevereiro de 1654. Serviu na Índia, Angola, Brasil. O irmão Pedro Cadena de Villa Santa, baptizado a 21 de Setembro de 1584 na freguesia de Nossa Senhora do Loreto, em 1638 foi provido no cargo de Provedor-mor do Brasil e teve uma comenda por se ter distinguido no cerco da Bahia; depois de 1640 não continuou ao serviço de Portugal. Casou no Brasil com D. Beatriz Bandeira de Melo. Outro filho de Gaspar Cadena, Jerónimo Cadena, foi um dos três governadores nomeados para resistir aos Holandeses na Paraíba, sendo que, pelos azares da guerra, fora refugiar-se na capitania de Pernambuco, em cuja restauração tomou parte. Ali vivia em 1653 como senhor de engenho. Casou com D. Maria Bandeira de Melo sobrinha de D. Beatriz Bandeira de Melo, cunhada do noivo. Juntamente com Giulio Nessi, Geronimo Stella, Galeazzo Regna e Emilio Manucci, foi testemunha, em 1607, no casamento de Paulo Serra com D. Barbara na Igreja de Nossa Senhora do Loreto. Agradeço estas informações ao Doutor Gonçalo Nemésio.

<sup>875</sup> Cf. ANSL, *Livro dos traslados das escrituras de compras (1634-1790)*, fl. 59.

grande hazienda, segun parece, aunque mas gueras aya en Flandes porque sera aqui todo ell comercio dela(...)"<sup>876</sup>. Na capital portuguesa casou com Dona Paula com quem teve uma filha, Maria Joanna<sup>877</sup>, e, em 1592, comprou, uma casa de propriedade da Igreja do Loreto situada “ (...) in la Rua larga, gionto al corredore di detta Chiesa (...)”<sup>878</sup> pela quantia de 347 cruzados e 747 reis.

O percurso deste mercador em Lisboa desenvolveu-se não só no espaço económico como também no diplomático, exercendo funções de pró-cônsul para a República de Génova. Neste campo ocupava-se de assuntos delicados despachados com o rei de Portugal. Assuntos importantes relacionados com o controlo dos fluxos das informações e com o comércio do sal, ressaltam da correspondência de Stefano Lercaro com a República de Génova. Em 1582, o problema da regulamentação do Correio Mor na cidade de Génova ocupa uma parte importante desta correspondência evidenciando, por um lado, o propósito do senado genovês que “ (...) vol sapere chi entra e chi esce et ogn'altra menudenza (...)”<sup>879</sup>, e, por outro lado, a má disposição da corte de Castela, na pessoa de D. João de Ydiaquez, em conceder as requeridas limitações ao exercício do Correio Mor do rei e a proceder à substituição no cargo de Niccolo Fabiano “(...) per non esser la sua persona accetta al senato, nè alla Republica(...)”<sup>880</sup>.

Na mesma altura em que estava a tratar do assunto do Correio Mor, Stefano Lercaro recebeu o aviso do senado genovês de intervir junto do rei para que “(...) le Navi che il Magnifico ufficio del sale manda à Cuissa (sic) per Sali

---

<sup>876</sup> Carta de Fernando de Morales de 16 de Janeiro 1578, in J. Gentil da Silva, *Merchandises et Finances...*III, 159.

<sup>877</sup> Cf. *Registo da freguesia da Sé...*, vol. I, p.453.

<sup>878</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.8.

<sup>879</sup> Carta de S. Lercaro de 26 de Março de 1582. Em anexo, doc. 12

<sup>880</sup> Carta de Stefano Lercaro ao Senado de Génova. Lisboa 2 de Julho 1582. Em anexo, doc. 15.

non sieno imbargate né impedita da quel governatore (...)”<sup>881</sup>. Lercaro, tendo em consideração que o pedido do Papa, “ (...) de che Sua Magestà tem molto conto (...)”<sup>882</sup>, de não embargar os navios que levavam alúmen à Inglaterra e à Flandres e que paravam nos portos de Espanha, tinha sido sempre recusado, considerava, enganando-se, que dificilmente o negócio teria tido êxito.

A influência de Stefano Lercaro na corte portuguesa torna-se evidente quando, em 1587, juntamente com o genovês Giulio Spinola,<sup>883</sup> obteve autorização régia para abrir, na cidade de Lisboa, um banco de câmbio com a cláusula de que nenhum outro mercador podia abrir semelhante banco no prazo de 10 anos<sup>884</sup>. No entanto, podemos presumir que a sociedade entre os dois genoveses vigorasse pelo menos até a primeira década de 1600, como se depreende da correspondência com Cosme Ruiz em Madrid e em Valladolid. De facto, ainda em 1600, encontramos Stefano Lercaro e Giulio Spínola a oferecerem os seus serviços financeiros a Cosme Ruiz em Madrid, assegurando que “(...) siempre sea bien servido de nos.”<sup>885</sup> A 28 de Outubro de 1606, o

---

<sup>881</sup> ASG, *Lisbona Lettere Consoli-Archivio Segreto*, 2659. A resposta positiva do rei, em carta de 24 de Outubro de 1582 :”Noble y amado nro Governador dela ysla de Yuiça Don Hernando Canegura; Por parte de Steuan Lercaro en Numbre dela Rep.ca de Génova, me há sido fecha relacion q haviendome dado aviso los dias pasados q en essa ysla havian sido embargadas algunas nãos que el Magistrado dela sal dela dicha Rep.ca embió ay à cargar de sal y suplicandome fuese havido de mandarlas dezimbargar y que adelante las que constase que el Magistrado dela sal dela dicha rep.ca ymbiase à cargar della no fuesen embargadas por ser cosa muy ymportante para el bien dela dicha Rep.ca el negocio dela dicha sal, Mandè por una mi cédula que fuesen relaxadas las que estavam ymbargadas y quando acacciese outro embargo se me hiziese saber para mandarlo remediar, suplicandome que porque agora el dicho senado le scrive en cartas de 17 de Agosto pasado que haviendo ymbiado de nuevo a la dicha ysla outra nao ha sido embargada fuese havido de mandar que se dezimbargue y dexé libré para cargar y llevar a dicha sal y de aqui adelante no se haga delas que el magistrado dela saldela dicha Rep.ca ymbiare a cargar della en essa ysla y teniendo consideracion à ello y por la voluntad que tengo de cumplazer ala dicha Rep.ca he acordado y os encargo y mando que se la dicha nao no huvieredes hecho dezimbargar para el dicho effeto la dezimbargueys y dexeys libré para ello, fecha en Lixboa á 24 de otubre de 1582. Yo El Rey” ASG, *Litterarum*, 1971.

<sup>882</sup> Carta de Stefano Lercaro de 21 de Maio de 1582. Em anexo, doc.14.

<sup>883</sup> Sobre o sistema operativo da família Spínola e a sua organização de redes comerciais cf. C.A. Noyal, Luca Lo Basso, C. Marsilio, “La rete finanziaria della famiglia Spinola: Spagna, Genova e le fiere dei cambi (1610-1656)...., *passim*.

<sup>884</sup> Cf. J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP*..., p. 544. Carta do embaixador Lippomanno ao Senado de Veneza de 26 de Agosto de 1587.

<sup>885</sup> J. Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires*..., p.364.

veneziano Gio Maria Cornari, residente em Lisboa onde tinha constituído uma companhia comercial, faz referência a uma letra de câmbio remetida “(...) a Lercaro y Spínola(...)”<sup>886</sup>.

Atente-se que outro membro da família Lercaro, Sebastião, “(...) mercador estrangeiro italiano com “(...) groço trato e negocio de muitas mercadorias de que paga os direitos a sua magestade(...)”<sup>887</sup>, recebeu, em 1587, privilégios do rei de Portugal, sendo testemunhas os cavaleiros fidalgos André Soares<sup>888</sup> e Francisco da Cunha, juntamente com Ambrosio Cantello. Casado em Lisboa com Isabel Bisata, Sebastião Lercaro teve um filho, João Baptista Lercaro.

A 22 de Julho de 1589, ao saber da morte do cônsul veneziano em Lisboa, Giovanni dall’Olmo, o embaixador veneziano em Madrid, Tommaso Contarini, informa o senado que havia em Lisboa apenas duas pessoas idóneas para o cargo, Sebastião Lercaro e Hieronimo Vezzato “(...) ambedue persone honorate e di buon nome(...) molto sperimentati delli negozi et delle differenze che tra i mercanti vogliono nascere(...)”<sup>889</sup>.

No entanto, a proposta de eleger Sebastião Lercaro cônsul dos venezianos em Lisboa foi prontamente posta de lado, sendo ele genovês, para não desapontar os mercadores venezianos. Por outro lado, o mercador veneziano Hieronimo Vezzato, que “ (...) abbraccia grandissima parte di tutti i negozi mercantili (...)”<sup>890</sup>, irmão de Alvise Vezzato, era estimado pelos homens de negócios e estava interessado no cargo. Contudo, o embaixador expressa a possibilidade de entregar o cargo de cônsul dos venezianos a uma terceira pessoa, Hieronimo Lombardini, capitão de navios, que, residente há alguns anos na corte lisboeta,

---

<sup>886</sup> *Idem*, p. 374.

<sup>887</sup> BNL, *Fundo Geral*, cód. 11197/4. Em anexo, doc.16.

<sup>888</sup> Trata-se, provavelmente, do mesmo André Soares que teve o contrato do pau-brasil por 13 contos e 600.000 rs. que acabava em 1592. CF. BNL, *Fundo Geral*, cód. 637, fl.15v.

<sup>889</sup> J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p. 593.

<sup>890</sup> *Idem*, *ibidem*.

era a pessoa certa para tratar dos problemas relativos aos navios venezianos no porto da capital portuguesa.

Em Outubro de 1592 o senado genovês resolveu enviar uma carta aos gentis-homens genoveses residentes fora da cidade, considerando ser de extrema utilidade ter notícias do que acontecia fora da república genovesa e, escolhendo entre os residentes genoveses nas diversas cortes os que pareciam mais “(...) interessati d’amorevolezza e d’effetto nella Repubblica (...)”<sup>891</sup>. O senado pedia-lhes que o informasse através de missivas ou de ordinários “(...) purchè sia senza spesa alcuna(...)”<sup>892</sup>. Tais cartas foram enviadas a Stefano Giustiniano, residente em Ancona, a Giulio Rapallo, residente em Florença, a Pelegro Dória, residente em Milão, a Gio Batta Giustiniano, residente em Londres, a Niccolo Spínola, residente em Saragoza, a Gio Batta Merillo, residente em Barcelona, a Agostino Aijolo, residente em Sevilha, a Andronico de Benedetti, residente a Lyon e a Stefano Lercaro, residente em Lisboa.

Na resposta de 23 de Janeiro de 1593<sup>893</sup>, Stefano Lercaro disponibiliza-se, mais uma vez, em servir o senado genovês, sublinhando, no entanto, de ser de Madrid que provinham as principais notícias. A preocupação que transparece nas palavras do mercador genovês diziam respeito ao pulular dos corsários ingleses nos mares portugueses “(...) li quali sono in tanto numero e tanto repartiti che fanno e hanno comodità di fare infinitissimi danni (...)”<sup>894</sup>. Além disso, corria a notícia de que em Inglaterra estavam a ser armados mais de oitenta navios para atacarem a armada que chegava da Índia. As medidas que o rei de Castela preparava para assegurar o comércio pareciam, segundo a opinião de Stefano Lercaro, demasiado lentas e pouco eficazes apesar de o rei ter entregue o

---

<sup>891</sup> ASG, *Archivio Segreto Litterarum* 90/1866, p. 148.

<sup>892</sup> *Idem*

<sup>893</sup> Cf. Anexo, doc. 20.

<sup>894</sup> *Idem*.

comando de navios, que deviam escoltar as armadas rumo às Índias Ocidentais, a Francesco Colonna.

A escolha de Stefano Lercaro, por parte do senado genovês, não foi casual. O mercador genovês, segundo refere, a 17 de Agosto de 1591, o embaixador veneziano em Madrid Tommaso Contarini, era “(...) homo astuto, sagace ma di mala coscienza et genovese(...)<sup>895</sup>. Com dois portugueses, Duarte Fernandes e Manuel Caldeira, Lercaro fazia parte do Consulado e Casa de negócio mercantil que o rei Filipe II, consciente do problema da segurança dos mares, “(...) e sendo informado de algunas anos a esta parte que o comercio vai em diminuição por falta de ordem e pela muitas perdas que no mar ocorrem por causa dos corsários (...)”<sup>896</sup>, resolveu constituir através de um alvará datado de Outubro de 1592. O consulado devia providenciar à justiça entre as disputas dos mercadores e seus feitores, assim como à segurança da navegação comercial. Este seria constituído por um Juíz de apelação, um Prior, dois cônsules, um letrado, quatro conselheiros, um escrivão da mesa do consulado, um visitador do mar, um tesoureiro, um feitor de mantimentos e munições e um porteiro público das audiências.

Além disso, e segundo a informação de Contarini datada de 1591, o rei decidiu aumentar os impostos sobre as mercadorias no intuito de armar navios contra os ataques dos corsários. De modo a que esta obrigação não causasse problemas entre os mercadores, o rei pensava nomear um magistrado que intervisse nas eventuais disputas que pudessem surgir entre os mercadores. Por seu turno, importa ter em atenção que o apetrechamento dos navios teria sido pago com a introdução de uma taxa de 2½ por cento sobre a entrada e saída das mercadorias do porto de Lisboa. No entanto, quando, em Outubro de 1592, a

---

<sup>895</sup> J. Teixeira Marques de Oliveira, *FDVRP...*, p.613

<sup>896</sup> *Dissertações Chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal* publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1819, tomo IV, parte I, p. 199.

provisão foi aprovada, a taxa imposta tinha aumentado até 3% e os navios a armar até doze<sup>897</sup>.

As informações enviadas por Stefano Lercaro ao senado genovês a 23 de Janeiro de 1593 sobre a instituição do Consulado são extremamente precisas e mostram a esperança de esta medida poder ser a solução para tornar o comércio mais seguro. O dinheiro que entraria nos cofres do Consulado rondaria, cada ano, segundo os cálculos do mercador genovês, os duzentos mil ducados podendo-se armar e apetrechar doze a quinze navios para escoltar a armada que partia para a Índia. No primeiro ano "(...) Sua Mag.tà si é obligata di dar quest' Armata posta alla vela, a carrico del consolato será solamente provederla del soldo, delle genti di guerra e di mare e de vettuaglie e mantimenti/ questa parte sarà pronta, espero che lo sarà la parte che tocca a sua Magestá."<sup>898</sup> Passado, sensivelmente, um mês, a 20 de Fevereiro de 1593, Stefano Lercaro informa a república de Génova que a armada estava a ser preparada "(...) com molta diligenza(...)"<sup>899</sup>.

Importa igualmente ter em atenção que entre os mercadores genoveses que no último quartel de Quinhentos dominaram a praça de Lisboa em termos financeiros se destaca o nome de Octávio Centurione<sup>900</sup>. Este mercador alcança o sucesso nas primeiras décadas de Seiscentos enquanto figura significativa das

---

<sup>897</sup> "E para pagamento das armadas, do dia da publicação do alvará se pague de todas as mercadorias que entrarem no reino da Índia, Mina, Brasil, Cabo Verde, São Tomé, e de todos os outros lugares e assim das que saírem deste reino para as ditas partes e de tudo o que vier fora dos ditos meus reinos e senhorios por mar, a rezão de três por cento de entrada e outros três por cento de saída, mas de todo o trigo, armas livros e mais cousas que até agora forão forras de pagar direitos, se não pagará cousa alguma, que as ditas despesas. E o três por cento pagarão todas as pessoas de qualquer qualidade salvo os ecclesiasticos . E serão exceptuadas do dito três por cento toda a fazenda que vier ou sair por conta da minha fazenda. Nem também pagarão mantimentos, enxárcias, munições e matérias para elas, como cobre, ferro, aço, estanho e chumbo e as mais cousas necessárias para meu serviço." In *Dissertações Chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudência ecclesiastica e civil de Portugal* publicadas por ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1819, tomo IV, parte I, p. 204.

30. 10.1592

<sup>898</sup> Em anexo, doc.20.

<sup>899</sup> Em anexo, doc. 19.

<sup>900</sup> Octavio Centurione aparece, em 1598, como padrinho de um baptizado nos registos paroquiais da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, cf. *Registo dos Baptismos* 21 de Junho de 1598, fl. 24.

finanças espanholas. Asientista, em 1601, de Filipe III de Castela juntamente com os outros genoveses Giulio Spínola, Carlo Spínola, João Benedito Spínola, João Jacome e Domingo Dória, Fábio e Lélío Deodati, Caetano Serra e Augusto Ragio<sup>901</sup>, Octávio Centurione acresce os próprios negócios sob o reinado de Filipe IV de Castela devido à crescente necessidade da coroa em Itália e nas Flandres<sup>902</sup>.

### **4.3 Fracassos e sucessos: percursos italianos no século XVII em Lisboa**

Apesar de a denominação *século dos genoveses* assinalar uma centúria de hegemonia das finanças genovesas, a qual se começa a afirmar a partir da terceira década de Quinhentos, é difícil estabelecer a data certa de início e do fim desta forte ingerência dos mercadores-banqueiros genoveses nos circuitos financeiros europeus. É evidente que a bancarota castelhana de 1627 seguida da insolvência dos pagamentos prejudicou, em muito, estes mercadores banqueiros, infligindo importantes perdas de capitais. No entanto, e de acordo com F. Braudel que manifestava algumas perplexidades sobre a cronologia do século dos genoveses, alargando a sua duração até aos anos 40 e 50 de Seiscentos, encontramos em

---

<sup>901</sup> Cf. V. Rau, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*, Lisboa, 1951, p. 149.

<sup>902</sup> O mesmo percurso é comum aos banqueiros residentes na corte madrilena que tinham sido assentista de Filipe III: Vincenzo Squarciafico, Lélío Invrea, Agostino Giustiniani, Stefano Spínola, Antonio Balbi, Gio F. e Gio Andrea Strata, Francesco Serra, Bartolomé Spínola, Carlo Strata, Paolo Giustiniani, Gio Girolamo Spínola, Ottavio M. e Gio M. Cavana. Cf. C. A. Noyal, *Los Banqueros de Felipe IV y los metales preciosos americanos (1621-1665)*, *Estudios de Historia Económica*, n. 36, Banco de España-Servicio de Estudios, 1997, p.24.

Lisboa uma vigorosa comunidade genovesa<sup>903</sup>. Esta não se deixa abater pelas circunstâncias negativas e sabe reagir à crise da década de 20.

Ultrapassada a crise gerada pela conjuntura económica que acomunou todos os países europeus e superada a crise produzida pela bancarota de Filipe IV de Castela, os genoveses na Península Ibérica continuam a ser protagonistas do mercado financeiro. Permanecem senhores das feiras internacionais como é visível nas escassas palavras que o senado genovês dirige, através do embaixador em Madrid Costantino Pinelli, ao rei Filipe IV de Castela que, no ano crítico de 1627, nomeia o genovês Bartolomeo Spinola, *factor general* da coroa:

“(…) noi siamo padroni delle fere e come tali facciamo loro le leggi, le dichiariamo, le interpretiamo, e revochiamo a benepiacito, eleggiamo il Magistrato, delle cui sentenze a noi s’appella, proroghiamo il tempo delle fere, trasportiamo i debiti d’una in un’altra e le habbiamo fatte fare fuor d’Italia in varij luoghi, et in Italia, in Asti, Invrea, Piacenza, Spezza, Bisagno et Albaro secondo che meglio ci è piaciuto.”<sup>904</sup>

Estes genoveses conseguiram, de facto, como bem analisa F. Braudel, “(…) impor durante muito tempo as suas leis à riqueza da Europa e portanto, para além da Europa, à riqueza do mundo.”<sup>905</sup>

Em Lisboa, as frequentes ligações familiares e comerciais com os genoveses residentes na corte madrilena e com os residentes em Génova, fizeram com que se mantivesse um ritmo negocial constante.

---

<sup>903</sup> A fortuna dos genoveses, “(…) não termina de modo algum em 1627, por ocasião da quinta ou sexta bancarrota castelhana (...). Génova continua a ser ainda durante muito tempo um dos eixos da finança internacional.” F. Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico...*, vol.I, p.548.

<sup>904</sup> Carta de instruções ao embaixador em Madrid Costantino Pinelli de 4 de Fevereiro 1622. ASG, *Archivio Segreto, Litterarum*, 1889, n.31.

<sup>905</sup> F. Braudel, *O modelo italiano...*, p.10.

### **4.3.1 Italianos em Lisboa na primeira metade do século XVII**

O quinquénio de 1618-1623 foi, no que diz respeito à economia do reino de Portugal, algo problemático. A perda de Ormuz em 1622 e da Bahia em 1624 provocara uma contracção das operações comerciais no Índico e no Atlântico onde a momentânea descida do preço do açúcar dava alarmantes sinais de crise do comércio com o Brasil. Uma crise de curta duração mas que, no entanto, trazia à superfície um quadro pouco favorável da economia brasileira, alertando para a presença de problemas que pediam solução urgente.

Apesar destas conjunturas problemáticas os italianos, principalmente genoveses, mantiveram um percurso negocial constante em Lisboa, sendo possível, através da documentação do Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, seguir os rastros de alguns mercadores genoveses que se tornaram poderosos na segunda metade do século XVII.

Já assinalámos os percursos de alguns mercadores que na primeira década de 1600 eram activos tanto em Lisboa como nos contactos estabelecidos com as praças de Madrid e Valladolid; já verificámos, também, através do rendimento de  $\frac{1}{4}$  por cento entregue à Igreja do Loreto, que os negócios lisboetas se ressentiram das bancarrotas do estado e da crise generalizada que se abatera sobre a Europa. Contudo a forte relação entre os mercadores italianos em Lisboa e os seus conterrâneos, alguns deles espalhados na Península Ibérica, foi fundamental para resistir às adversidades conjunturais. Estes laços, como veremos, manter-se-ão ao longo de toda a centúria e o seu fortalecimento estará na base do sucesso comercial destes mercadores que constituirão uma grande rede de correspondentes nas principais praças internacionais.

Entre os mercadores italianos activos na Lisboa das primeiras décadas de Seiscentos recordamos, além dos já mencionados Francesco Morelli e Giacomo Tatti, Francesco de la Corona, provavelmente genovês, embora a sua proveniência

não conste na documentação compulsada no arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto. Casado com Clara Thomé, Francesco de la Corona morava na freguesia de S. Mamede<sup>906</sup> e tinha quatro irmãs também residentes em Lisboa. É através do testamento de uma das irmãs de Francesco de la Corona, Lucrezia de la Corona, que temos dados relativos à família deste mercador, cujo falecimento ocorreu, provavelmente, à volta de 1622, último ano de referência nas suas notícias.

Casada em segundas núpcias com o abastado mercador alemão João Filtre, Lucrezia de la Corona, moradora na freguesia de São Julião, encontrando-se doente, redige, a 20 de Outubro de 1626, o seu testamento<sup>907</sup>. Nesta altura o irmão Francesco já tinha falecido, tendo sido enterrado em hábito franciscano na Igreja de Nossa Senhora do Loreto. Sabemos que o património de Lucrezia de la Corona, além de dinheiro líquido, constava também de algumas casas situadas na Rua de Lemos da dita freguesia que valiam 20.000 rs. Os rendimentos destas casas deviam ser usufruídos pelo marido, enquanto este estivesse vivo, devendo depois ser entregues à capela de S. Bartolomeo da Igreja de São Julião. Lucrezia de la Corona tinha um filho do matrimónio anterior, Júlio de Moura, casado e com uma filha, de seu nome Lucrezia a quem a avó deixara 50.000 rs.

No entanto, a maior parte da herança foi entregue a uma das irmãs de Lucrezia de la Corona, Caterina de la Corona, que tinha casado, em 1601, com João Mendes e que vivia na freguesia de Santa Justa. As notas testamentárias revelam que Caterina de la Corona tinha contraído um empréstimo a João Filtre de 169.000 rs. dos quais lhe foram quitados 100.000 rs. Para além disso, Caterina recebeu mais 30.000 rs. da herança. Aos dois sobrinhos, filhos de Caterina, Luísa e Francisco, foram entregue 50.000 rs. cada um.

---

<sup>906</sup> Cf. ANSL, *Caixa IX*, doc. 4.

<sup>907</sup> Cf. IAN//TT, *Registo Geral de Testamentos*, L. 16, n.76.

Tal como o irmão, Lucrezia de la Corona exprimiu o desejo de ser sepultada, em hábito franciscano, na Igreja de Nossa Senhora do Loreto, à qual deixou 10.000 rs. de esmola.

Estas breves anotações sobre a família de Francesco de la Corona confirmam a vasta rede de relações que os italianos mantinham na capital portuguesa, onde era usual celebrarem casamento quer com naturais do reino quer com membros pertencentes a grupos de outras comunidades estrangeiras. Apesar dessa circunstância estes mercadores mantêm sempre uma forte ligação com a família de origem.

No que respeita aos pagamentos de ¼ por cento à Igreja do Loreto podemos concluir que eles atestam um discreto volume de negócios de Francesco de la Corona que, recordamos, podia contar com o apoio do cunhado, o mercador alemão “privilegiado”<sup>908</sup>, João Filtre. De facto, Francesco de la Corona, entre Janeiro de 1615 e Setembro de 1619 devia à Igreja 475\$680 e entre Setembro 1619 e Setembro 1621 devia 142\$216<sup>909</sup>, o que dava uma média anual de 103\$000. No entanto, uma importante inflexão nos seus rendimentos é evidente no pagamento relativo aos negócios de 1621 que atingia 45\$936<sup>910</sup>.

O mesmo percurso verifica-se nos negócios do veneziano Jacome Quisali, tesoureiro da Confraria de S. Carlo e Santa Francisca Romana. Morador no Corpo Santo, Jacome Quisali recebeu, através de Pero Gonçalves e Francisco Nogueira, tripulantes do navio Conceição da armada de 24 de Março de 1602, aljofre de botica e almíscar<sup>911</sup>. O volume negocial deste mercador impunha, pelo período entre 30 de Abril de 1615 e Setembro 1619, um pagamento de 305\$983 relativo a ¼ por cento devido à Igreja de Loreto. Uma forte inflexão verifica-se no pagamento efectuado a 20 de Março de 1622, relativo ao ano de 1621, em que

---

<sup>908</sup> *Idem.*

<sup>909</sup> Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.13.

<sup>910</sup> Cf., *idem*, p.45.

<sup>911</sup> A. Teodoro de Matos, *op. cit.*, p.246

paga apenas 8\$288<sup>912</sup>. Assiste-se a uma pequena retoma nos anos seguintes, considerando que pelos negócios desenvolvidos entre 17 de Junho 1621 até 6 de Abril 1624 o pagamento da taxa à Igreja somava 156\$937. De 6 de Abril 1624 até 6 de Maio de 1625 Jacome Quisali paga 39\$885<sup>913</sup>, enquanto que de 24 de Abril de 1625 até 10 de Maio de 1627 encontrámos Gio Batta Quisali que paga 90\$506<sup>914</sup>.

As dificuldades económicas em que o governo filipino se debatia, eram também sentidas entre o grupo de mercadores italianos. A percepção da crise transformou-se muito cedo em realidade com a perda de posições importantes do império português. A ocupação de Bahia por parte dos holandeses, apesar de ser efémera, obrigou a mais um esforço financeiro da já exausta fazenda real<sup>915</sup>. Faltava também o dinheiro para aprestar as armadas da Índia e o rei viu-se constrangido a vender padrões de juro da fazenda real. A ocupação holandesa de Pernambuco em 1630 fomentou a introdução de medidas, por parte do Conde Duque de Olivares, visando financiar a defesa do Brasil. Uma ordem do governo de 6 de Fevereiro de 1631 mirava recolher 100.000 crusados “(...) para principiar a fabrica da armada(...)”<sup>916</sup> na restauração de Pernambuco. Tal quantia devia ser recolhida “(...) por venda de juros do real dagua, que fizessem a dita contia, e que para isso pasasse S. M.de prouisão, para se uenderem de 16 até 20 o milhar (...)”<sup>917</sup>.

Tendo conhecimento da venda do dito juro, João Baptista Quisali, na altura provedor da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, Domenico Micone e Paulo Valerio, também oficiais da dita igreja, notificaram ao Senado da Câmara da Cidade de Lisboa que queriam comprar “(...) quinze mil reis do dito iuro nas

---

<sup>912</sup> Cf., *idem*, p.45.

<sup>913</sup> Cf. *idem*, p.12.

<sup>914</sup> Cf. *idem*, *ibidem*.

<sup>915</sup> Cf., Alvará régio de 16 de Fevereiro de 1624, in E. Freire de Oliveira, *op. cit.*, III, p. 85.

<sup>916</sup> *Idem*, p. 411.

<sup>917</sup> *Idem*, *ibidem*.

ditas maiorias do que trece a vinte milhar pagos na imposição do real dagoa a retro aberto na forma do dito alvará de Sua Mag.de o qual iuro compravão para missas da capella que na dita Igreja de nossa Senhora do Loreto deixava Gaspar Fernandes Ferrador(...).<sup>918</sup> A escritura da compra dos quinze mil reis de juro foi lavrada a 16 de Janeiro de 1631.<sup>919</sup>

Participação activa na reconquista de Pernambuco teve o napolitano João Domingo Moncherio. Temos conhecimento dos factos através do testamento que este italiano lavrou a 30 de Dezembro de 1637 nas suas casas situadas em frente da Igreja da Magdalena. João Domingo Monchiero, sargento mor originário de Averca, no Reino de Nápoles, encontrando-se na cama doente e sendo testemunha o capitão Francesco del Pino morador na Rua das Flores, pede de ser sepultado na Igreja de Nossa Senhora do Loreto com o hábito capucho do monsteiro de S. António dos Capuchos de Lisboa. João Domingo tinha servido o rei de Portugal nas armadas reais do Mar Oceano, sendo-lhe o rei devedor de 1700 ducados. Moncherio serviu o rei nas guerras de Pernambuco com o cargo de sargento-mor devendo receber 820\$560 “(...) em vinte e quatro folhas a rezão de vinte e quatromil e cento e noventa reis cada folha (...)” de que somente foi cobrada uma dellas. Com o dinheiro que ainda tinha em Cadiz e outro dinheiro que tinha em poder do Governador Nicolas Massobrach, raguseo, “(...) duzentos e sincoenta patacas em reales de oito e de quatro em prata e em poder do mesmo governador tenho mães cento sincoenta cruzados que hua e outra quantia lhe forão remettidos da dita cidade de Cádiz por o dito João Bolheti (...)”, mandou que se comprasse pelo seu testamenteiro “(...) juro ou bens livres.”<sup>920</sup>

Veja-se que, na terceira década de Seiscentos, as redes negociais tecidas pelos mercadores italianos em Lisboa, apesar de não alcançarem a amplitude e a

---

<sup>918</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 41.

<sup>919</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>920</sup> ANSL, *Caixa IX*, doc. 9.

pujança caracterizadora de meados do século XVII, apresentam, no entanto, um discreto sucesso. É nesta altura que surgem nomes de famílias italianas que, após um início algo decepcionante, desenvolverão negócios extremamente lucrativos na segunda metade do século.

Já mencionámos Domenico Micone, mercador genovês de que temos notícias desde 1622 quando desempenhava funções de escrivão na Igreja de Nossa Senhora do Loreto. O mesmo cargo foi-lhe atribuído em 1629 e 1630<sup>921</sup>, enquanto que, em 1631 e 1632, exerceu funções de mordomo<sup>922</sup>. Sobrinho de Nicolao Micone, de quem trataremos mais detalhadamente, Domenico Micone, após uma permanência em Lisboa – morava na Rua da Barrera freguesia de Nossa Senhora do Loreto – tornou-se cónego da Sé de Braga. Em Lisboa tinha exercido algum comércio, como demonstra o pagamento de ¼ por cento<sup>923</sup>. Domenico Micone deve ter falecido entre 1671, ano em que foi redigido o testamento de Nicolao Micone onde Domenico ainda estava contemplado como herdeiro, e 1674, ano da morte de Nicolao Micone. De facto, no inventário dos bens pertencentes a Nicolao aparece um legado que lhe foi deixado pelo sobrinho Domenico, nomeadamente as casas que possuía em Lisboa na freguesia de Nossa Senhora do Loreto.

O grupo de mercadores genoveses em Lisboa aproveita o facto de, na capital madrilena, e não obstante a estratégia do Conde Duque de Olivares<sup>924</sup>, serem ainda influentes os banqueiros genoveses: Carlo Strata, Ottavio Centurione, Luigi e Benedetto Spinola, Alessandro e Gio Luca Pallavicini, Lelio

---

<sup>921</sup> Cf., ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 84.

<sup>922</sup> *Idem*, p.87, 92,97.

<sup>923</sup> Em 1621 Domenico Micone tinha pago à Igreja 4\$ e, em 1623, 20\$. *Idem*, fls. 45 e 50.

<sup>924</sup> Sobre a importância do papel do Conde Duque de Olivares no governo da monarquia hispânica, escreve o embaixador genovês em Madrid, Gio Batta Saluzzo, na sua relação de 25 de Outubro de 1622 “Il moderno Re per quanto si conobbe in 7 mesi circa che mi trattenni in corte doppo la sua assunzione al Regno non rassomiglia al padre in nessun'altra cosa, solo nel lasciarsi guidare a fare le risoluzioni in tutto e per tutto da quelli che maneggiano li negotij hora era Olivares hora era Don Baldasare(...)”, ASG, *Relazioni dei Ministri*, 2718.

e Giovanni Stefano Invrea. A maior parte deles irá falecer entre 1639-41. Entre estes banqueiros, Gio Luca Pallavicini<sup>925</sup>, activo na corte madrilena desde o início de Seiscentos, solicita, em 1635, o sobrinho Paolo Gerolamo Pallavicini a participar nos *asientos* para entrar em relação com Carlo Strata, que, na altura, ocupava um lugar importante enquanto banqueiro do rei e homem de confiança do Conde Duque de Olivares. Como testemunho da proximidade e das óptimas relações que corriam entre o banqueiro genovês e a corte madrilena referimos a sumptuosa festa que Carlo Strata organizou em 1637 na sua residência na calle de San Jerónimo em que foram convidados Filipe IV e o Conde Duque de Olivares. O banqueiro genovês, além de suportar os onerosos custos do evento, ofereceu ao rei alguns dos preciosos objectos que decoravam a sua casa e que, a partir daquela altura, passaram a ornamentar o Palácio del Buen Retiro<sup>926</sup>.

Manifestando alguma perplexidade e receio devido aos pesados empréstimos concedidos à coroa e à notória hostilidade que o Conde Duca de Olivares mantinha em relação aos genoveses, Paolo Girolamo Pallavicini aconselha o tio a seguir uma atitude cautelosa, recordando que, na altura da bancarrota de 1627, Carlo Strata tinha reembolsado os Pallavicini com juros, em lugar de dinheiro líquido, causando perdas importantes. Na correspondência de Paolo Girolamo Pallavicini com o tio é evidenciada uma importante rede de correspondentes nas principais praças internacionais. No que diz respeito à praça de Lisboa, eram correspondentes dos Pallavicini os genoveses Gio Ambrogio Salvago em 1628<sup>927</sup> e, entre os anos 1636 -1638<sup>928</sup>, Gio Batta e Bartolomeo

---

<sup>925</sup> As notícias relativas a Gian Luca e Paolo Girolamo Pallavicini são extraídas do texto de C. Marsilio, *Dove il Denaro fa Denaro...*, pp. 151 e seg.

<sup>926</sup> Cf. M. Herrero Sanchez, “Génova y el sistema imperial hispánico”, in *La Monarquía de las naciones-Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España* (ed.) A. Alvarez-Ossorio Alvarino y B.J. Garcia Garcia, Fundación Carlos Amberes, 2004, p.544.

<sup>927</sup> Gio Luca Pallavicini com carta de 1 de Julho de 1628, pergunta ao sobrinho Paolo Girolamo notícias acerca do andamento do negócio do açúcar, informando-se também sobre o seu fornecedor de açúcar em Lisboa, Ambrogio Salvago. Cf., Archivio Durazzo Giustiniani Genova, *Archivio Pallavicini*, ramo

Laviosa que lhes forneciam o açúcar. Esta mercadoria, juntamente com a lã, eram, segundo as palavras de Gio Luca Pallavicini, as únicas mercadorias com que se podia esperar “(...) fare arbitrio di somma considerabile.”<sup>929</sup> Nestes mesmos anos, os Laviosa mantinham, juntamente com Francesco Bresciani, oriundo de Brescia, e Nicolao Micone, interesses no comércio com a Índia. A 28 de Junho de 1638, estes mercadores deram “(...)poder e autoridade a Bertolameo Laviosa pera que possa despachar na Casa da Índia (...) os saquos de Coqua(sic) que nella estão vindos de Mallaga pera que depois de despachardos fazeremos antre nos repartição conforme a falta que a cada huma falta da que nos vinha da Índia na Camera do mestre(...)”<sup>930</sup>.

Segundo uma relação enviada a Génova em 1647 a pedido do senado da República de Génova para que se fizesse alguma “(...) recognitione delli nomi che si son firmati sotto la supplica mandata dalla natione genovese di Lisbona e presentata al Serenissimo Senato pochi giorni sono per l’elettione del console(...)”<sup>931</sup>, os irmão Laviosa são apresentados como sendo mercadores residentes em Lisboa “(...) con poche faccende(...)”<sup>932</sup>. No entanto, os contributos pagos à Igreja do Loreto evidenciam que o volume dos negócios destes mercadores se enquadrava dentro da média<sup>933</sup>.

---

primogenito, registro 303, copialettere di Paolo Gerolamo I Pallavicini, “lettere che si scrivono in Spagna per conto di sigurtà (1628-1634). Agradeço o Doutor Marsilio pela informação.

<sup>928</sup> Cf. C. Marsilio, “Nel XVII secolo dei genovesi. La corrispondenza commerciale di Paolo Gerolamo Pallavicini nel triennio 1636-1638”, in *Storia Economica*, Anno VIII, n. 1, 2005, p. 105. Agradeço o Doutor Marsilio por me ter disponibilizado informações por ele encontradas no Archivio Durazzo Giustiniani de Génova.

<sup>929</sup> Carta enviada ao sobrinho Paolo Girolamo Pallavicini de Madrid a 8 de Abril de 1634. Archivio Durazzo de Génova, *Archivio Pallavicini*, ramo primogénito, busta 220.

<sup>930</sup> ANSL, *Documento Avulso* Masso I.

<sup>931</sup> ASG, *Giunta di Marina*, Consoli, filza 3.

<sup>932</sup> *Idem*.

<sup>933</sup> Ao confrontarmos os rendimentos do ano de 1638, verificamos as seguintes quantias: Carrega e Micone 40\$ e 19\$; Giobatta Laviosa 30\$; Francesco Bressani 40\$; Marco Aurelio Martini 10\$; Francesco Mora 12\$; Antonio Maria Conti 4\$; Stefano Ruggero 1\$600. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 103.

À semelhança de muitos dos seus conterrâneos residentes em Lisboa, Bartolomeo Laviosa casa, em 1636, com uma mulher portuguesa, Maria Correia, morando na freguesia da Sé. Gio Batta Laviosa casa com Maria da Costa de quem teve uma filha, Catarina Laviosa. Esta, em 1652, casa com o genovês residente em Lisboa, João António Fresco, filho de João Baptista Fresco e de Lucrezia Spínola<sup>934</sup>.

Homens de negócios “di credito e verità”<sup>935</sup>, os irmãos Laviosa, assim como o genovês Antonio Maria Conti Ventimiglia, estavam envolvidos no comércio do açúcar e especiarias, “Pepi e Cannelle”<sup>936</sup>, que enviavam de Lisboa para serem vendidas na cidade de Génova e noutras. Em Génova, um agente se encarregava de receber, controlar e distribuir a mercadoria.

O traslado de uma carta apresentada, em 1641, pelo mercador Antonio Maria Conti Ventimiglia, elucida-nos sobre este tipo de comércio. Este mercador tinha enviado 19 caixas de açúcar para Génova, 17 com o navio Hendever e 2 com o Hendimion. Algumas das caixas deviam ter prosseguido a viagem para serem vendidas em Roma a Niccolò del Negro. No entanto, tendo sido descarragada a totalidade das caixas, por engano, em Génova, ali foram vendidas para não pagar mais taxas de embarque. Das 19 caixas de açúcar, 16 eram de açúcar branco e 6 de mascavado. O agente que recebia a mercadoria de Ventimiglia em Génova era Pelegro Peretti que, ocasionalmente, também trabalhava para os Laviosa. Pelegro conhecia, assim, os preços a que era vendido o açúcar pelos Laviosa que em Génova podiam contar com o primo Gio Tomaso Laviosa. Relativamente à qualidade da mercadoria, o agente refere que o preço de venda rondava as 76 liras de Génova para o açúcar branco, enquanto que o mascavado vendia-se a 48 liras. No entanto, se o açúcar fosse de qualidade

---

<sup>934</sup> Agradeço as informações ao Doutor Gonçalo Nemésio.

<sup>935</sup> ANSL, *Caixa I*, doc. 21, Carta de Pelegro Peretti a Antonio Maria Conti de 17 de Dezembro de 1641.

<sup>936</sup> *Idem*.

superior, branco e seco, podia ser vendidos a um preço mais alto<sup>937</sup>. No que diz respeito ao envio de especiarias, “(...)cannelle fine, pepi (...)”<sup>938</sup>, o agente de Génova garantia a sua venda.

Por outro lado, Pellegro enviava de Génova, com o mesmo navio Henderver – após ter ido a Livorno carregar cereais, o navio regressava ao porto de Génova – laços de seda, corais, “ (...) telette, rasi, o altro dico che averò modo di servirvi della fabrica che ha impreso il mio figlio maggiore, e che haverete roba di ogni bellezza e bontà dico che nelli pregi restarete vantaggiato (...)”<sup>939</sup>. Conhecido produtor de tecidos e laços de seda em Génova era Angelo Maria Ferrari que exportava quantidades da sua prestigiada mercadoria para Lisboa e que encontramos entre os devedores da sociedade Micone-Carrega-Ghersì a quem devia 5.786 reis<sup>940</sup>.

A mercadoria recebida por Antonio Maria Conti Ventimiglia de Génova, como relatado na factura incluída na carta, somava um valor de 6542 liras, 18 soldos e 6 dinheiros. Considerado que em moeda local, a lira genovesa valia à volta de 130 reis<sup>941</sup>, a mercadoria alcançava um valor de 850.460 reis<sup>942</sup>.

A 10 de Setembro de 1651, Antonio Maria Conti doou para a fábrica da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, que tinha sido atingida pelo fogo em Março do mesmo ano, a dívida que Pellegro Perretti lhe devia no valor de 6.200 lire de Génova<sup>943</sup>.

---

<sup>937</sup> “ (...) se detti zuccheri fossero stati asciutti e bianchi li haverei venduti a Lire ottanta, ma per la loro qualità, l’uno per l’altro li ho venduti assaj bene, e questi Laviosa che ne hanno ricevuti partita con dette navi, li vendono il medesimo pretio.” *Idem*.

<sup>938</sup> *Idem*.

<sup>939</sup> *Idem*.

<sup>940</sup> Cf. ANSL, *Inventario dos bens e testamento de Nicolao Micone*. Em anexo, doc. 25.

<sup>941</sup> Cf. *Idem*.

<sup>942</sup> Pelos seus negócios, Antonio Maria Conti Ventimiglia pagava a Igreja os seguintes contributos: em 1638, 4\$; em 1642, 16\$105; em 1655, 20\$. Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas...*, fl. 103; *Masso I*, n.1.

<sup>943</sup> “Digo eu Antonio Maria da Conti que Pelegro Peretti morador em Génova me deve L. 6200 de seguros que lhe mandej fazer ou tomou sobre si e de contas que com elle tenho de que tudo faço pura e enrevogavel doação ao Provedor e officiais da Igreja de Nossa Snra do Loreto pera a fabrica e

De facto, quando a 28 de Março de 1651, “(...) quarta-feira da Semana da Paixão chamada dos Sinaes”<sup>944</sup>, um pavoroso incêndio destruiu a Igreja dos Italianos em Lisboa fazendo desaparecer as riquezas acumuladas ao longo de século e meio entre as quais

“Pitture di molta stima et alcune del famoso Tiziano, che stavano collocate nell’altare della Cappella Maggiore; Tutti gli Ornamenti di Broccato, Argenti, Lampade, Candelieri et molte altre cose di valore e finalmente il Tetto Fabricato di grossi Travi del famoso Architetto Filippo da Tresio (sic); l’Archivio, in cui erano racchiuse molte scritture d’importanza e questo si custodiva nella Casa e Oratório di detta Chiesa, oltre le Bolle e Privilegii concessi da Sommi Pontefici, con altre molte scritture antiche e moderne, fra’ quali il compromesso de’ Statuti e solamente fu salvata la Pisside con le Particole consacrate dal Padre Emmanuelle de Souza Lopez, Parrocho di quel tempo e da esso trasportata Sotto la sua Cotta al Convento dei Padri della SS.ma Trinità e depositata nella Cappella delli Confratri di detta Parrochia”<sup>945</sup>,

os italianos residentes em Lisboa participaram com generosas ofertas para a sua reedificação.

O caso de Gonsalo Unselo, veneziano, filho de Jorge Unselo e de D. Bastiana da Silva, foi significativo. A 4 de Agosto de 1651, em Lisboa, junto a Ermida de Nossa Senhora do Alecrim na habitação de Paulo Valerio – na altura Provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Loreto – o capitão Gonsalo Unselo, de trinta anos de idade, não casado, “(...) considerando o lastimoso suseso do incendio da dita igreja (...)”<sup>946</sup>, fez doação de tudo o que tinha recebido da herança de seu pai, em Veneza, a favor da reedificação da Igreja de Nossa Senhora do Loreto. A Mesa do Loreto fez duas procurações, uma a 4 de Agosto de 1652 e outra a 12 de Janeiro de 1652, a João Baptista Quisali Bomfadim

---

Redificação da ditta Igreja = e os faço procuradores en cauza própria pera mandaren cobrar a ditta divida e a averão a seu poder por orden sua pera o que lhe entreguej os documentos e darej os mais que foren necessarios e lhe farej escriptura todas as vezes *que* os dittos Provedor e officiais quizeren pera constar a todo o tempo co’ mais evidencia desta cessão e doação e se cobrar com effejto o dito debitto visto ser pera cauza tão poca e assim mais concinto no meijo por cento sobre todos os negócios de comissão e próprio *que* fizer de entrada e mais de saija em lugar do quarto por cento *que* ate agora pagava pera a dita igreja Lixboa des de Setembro de 1651 anno” ANSL, *Caixa I*, doc. 21.

<sup>944</sup> ANSL, *Caixa I*, doc.8.

<sup>945</sup> ANSL, *Caixa V*, doc. 16.

<sup>946</sup> ANSL, *Caixa IX*, doc. 39.

residente em Veneza para que cobrasse o que pertencia à herança do capitão Unselo. No tempo da segunda procuração, provedor da Igreja do Loreto era Francisco André Carrega e mordomo Antonio Maria Conti.

Muitos foram os contributos oferecidos para a reedificação da Igreja do Loreto. Recordamos, entre outros, o testamento de Domingos Serviello, morador ao Corpo Santo, que foi redigido a 28 de Junho de 1651 e aberto a 12 de Agosto de 1653, data do seu falecimento. O testador, nomeando seus testamenteiros Francisco André Carrega e Jacques Anselmo, deixara à Igreja do Loreto 700.000 reis para a sua reedificação<sup>947</sup>.

Os trabalhos de restauro e reedificação foram extremamente onerosos. Logo a seguir ao incêndio, o provedor e irmãos da confraria do Loreto “(...) como determinavão continuar com as obras da dita igreja e reformar a fabrica della que se lhe queimou no incêndio a qual se havia de fazer com esmolas que algumas pessoas deixarão(...)”<sup>948</sup>, tendo notícia que o rei vendia os foros das propriedades que lhe eram foreiras, resolveram apresentar pedido de compra ao senado da cidade de Lisboa. De facto, havia propriedades “(...) na Rua Larga de São Roque(...) e na travessa que vay das ditas portas para a Igreja da Trindade(...)”<sup>949</sup> que pagavam, em conjunto, 6.998 reis à cidade. A escritura de compra foi celebrada a 16 de Maio de 1662. Na Junta de 22 de Setembro de 1658, assinalou-se “ (...) visto il bisogno grande che vi è di giontar denari per poter proseguire la fabrica (...)” a importância de receber as dívidas do pagamento do meio por cento pago à Igreja “(...) sopra li negotij di compre e vendite che si fanno.”<sup>950</sup> As obras foram executadas rapidamente sendo que na

---

<sup>947</sup> Cf., ANSL, *Caixa IX*, doc. 30. Assinalamos outros contributos: Luigi Scarlatti e Francesco Pardini, florentinos, contribuíram com 300.000 reis; Natale Mora, veneziano, com 2.000 reis; Nicolao Micone, Francesco André Carrega e Gio Girolamo Ghersi com 10.000 cruzados. Cf. ANSL, *Livro das Juntas*, Junta de 16 de Abril de 1651.

<sup>948</sup> ANSL, *Caixa XVII*, doc.4.

<sup>949</sup> *Idem*.

<sup>950</sup> ANSL, *Livro das Juntas*

viagem que Cosme de' Medicis efectuou a Lisboa em 1669, é registada a visita a Igreja a 24 de Janeiro, e sabemos que já se efectuavam enterramentos desde 1663. A 7 de Setembro de 1676 “(...) si trasportò il SS.mo dalla Capella di N.ra S.ra do Alecrim dove vi era custodito”<sup>951</sup>, e o dia seguinte “(...) che cadeva la festa di N.S. fece Monsignor Nunzio Pontificale con la presenza di sua Altezza Reale il Principe D. Pietro con tutta la sua Corte e durò la festa tre giorni nell'ultimo dei quali intervenne la Maestà della Regina ed ambedue furono convidati dal signor Cesare Gheresi Proveditore di quel tempo.”<sup>952</sup>

Na altura em que os italianos estavam a trabalhar assiduamente na reedificação da Igreja do Loreto, foi enviado de Génova, para exercer o cargo de cônsul da nação genovesa em Lisboa, Carlo Antonio Paggi. Este manteve o cargo até 1666 como se depreende na reunião da Junta de 4 de Dezembro de 1668 em que se refere o regresso a Itália do mercador-literato genovês. A sua intervenção relativamente ao jus padroado da Igreja do Loreto foi fundamental para que fosse possível extinguir o contrato estipulado em 1551 com o Cabido de Lisboa Oriental. Tratava-se, de facto, de uma nova igreja, tendo, a velha, sido destruída pelo fogo. Das sessões da Junta ressalta que os italianos tinham enviado à Universidade de Coimbra um quadro da situação. O papel, assinado por Carlo Antonio Paggi, fundamentava os direitos dos italianos com as disposições do Concílio Tridentino no sentido em que “(...) todos que dotarem e fundarem e fabricarem Igrejas compete não por privileggio mas de jure, o jus padroado da

---

<sup>951</sup> ANSL, *Caixa I*, doc. 11.

<sup>952</sup> *Idem*. A Caixa I, doc. 8 contém a petição que a Confraria do Loreto dirigiu ao Rei de Portugal para que lhe concedesse licença para a festa “Dizem o Provedor, e Officiais da Irmandade da Igreja do Loreto desta Cidade, que elles tem devoção de passar o Santissimo sacramento da Igreja do Alicrim donde está para a dita Igreja do Loreto em outo do mez de Setembro proximo vindouro, cuja festa hão de fazer com toda a celebridade e porque para maior honra e gloria do dito Senhor determinão fazer alguns fogos por tempo de quatro dies que hão de começar em a noite de sete do dito mez, os quais querem fazer assim na rua como na torre da dita Igreja, o que não pode ser sem preceder Licença de V.A. Pera a V.A. lhes faça merce conceder Licença para fazerem os ditos fogos em as noite sobreditas.”

dita Igreja e conseqüentemente apresentar livremente o Cura delle e fazer os mais actos, concedidos aos Padroeiros.”<sup>953</sup>

Ressalta, nas fontes levantadas, que sempre ocorreram boas relações entre os membros da comunidade italiana no século XVII<sup>954</sup>, embora se devam assinalar alguns episódios desagradáveis. Entre outros, mencionamos o que ocorreu por ocasião da contrução do arco triunfal para celebrar a entrada em Lisboa, em 1668, do rei D. Afonso e da Rainha Maria Francisca de Sabóia. O arco, erigido “ (...) de frente a porta travessa do Loreto (...)”<sup>955</sup>, tinha tido um custo total de 1205\$870 reis. No entanto, nesta ocorrência, os florentinos não se tinham unido ao resto dos italianos e tinham pedido ao senado que“(...) permitisse que elles pudessem fazer um arco por si só, divididos dos italianos(...)”<sup>956</sup>. A autorização não deve ter sido concedida, tendo em atenção o facto de, em 1687, o cônsul da nação florentina em Lisboa, Lorenzo Ginori, referir que cada italiano, florentinos inclusive, tinha pago naquela altura 3.000 cruzados.

---

<sup>953</sup> Junta de 4 de Janeiro de 1663.

<sup>954</sup> Corrobora esta ideia o testamento do capitão Bartolomeo Patti, mercador veneziano falecido em Lisboa em 1647. Morador na rua dos Remolares, o capitão Patti nomeou tutor testamentário das suas duas filhas, Cecília e Letizia, ambas residentes em Veneza, o amigo mercador italiano Paulo Valério. A filha Cecília foi nomeada herdeira de todos os bens que o pai possuía fora do reino de Portugal, enquanto que Letizia foi nomeada herdeira de todos os bens que o pai possuía na cidade de Lisboa. No entanto, para a filha tomar posse dos ditos bens devia casar com Paulo Valério, caso contrário “(...) lhe nam deixo cousa alguma e a hei por desherdada he deixo toda a minha fazenda que possuo nessa cidade dentro do reino de Portugal ao mesmo Paulo Valerio(...)”. ANSL, *Caixa IX*, doc. 38.

<sup>955</sup> Cf., ANSL, *Caixa II*, doc. 2. O documento “*Pranta do principio do arco triunfal que a Nação Italiana fez na Rua de frente a porta travessa do Loreto, anno de 1668 a entrada do rei D. Afonso e da Rainha Maria Fran.ca de Sabóia*” apresenta detalhadamente as despesas que a nação italiana sustentou para erigir o dito arco: “Importa a despeza que fiz com o Arco triunfal da Nação Italiana p.a a entrada da raynha nossa Senhora pelos dois Carpynteiros e Pintores 1160\$225 reis /Despendi mais que dei aos mariolas por conta dos seus carretos 14\$400 /Dei ao sojeito que fez os Emblemas 7\$200 /Despendi mais em varias miudezas 23\$820 /Importa toda a despesa que fiz 1205\$645 /Importa o dinheiro que recebi por varias vezes 1196\$870 /Resta-me a dever 8\$773 /Tezoureiro do Loreto /Ferrão Barrozos”

<sup>956</sup> Consulta da câmara a el-rei em 27 de Junho de 1687, in E. Freire de Oliveira, *op. cit.*, IX, p. 9.

### 4.3.2 A rede comercial genovesa em Lisboa: Nicolao Micone, Francesco André Carrega e Gio Girolamo Gherisi.

Como temos vindo a assinalar ao longo destas páginas, os mercadores genoveses em Lisboa tinham constituído um grupo activo no comércio do açúcar brasileiro das especiarias asiáticas e dos tecidos italianos. Entre estes mercadores vão-se destacando figuras que dominarão os negócios portugueses na segunda metade do século XVII. Já temos mencionado alguma participação, em 1638, do mercador genovês Nicolao Micone em parceria com genoveses e italianos oriundos de outras regiões, no comércio indiano. No entanto, as primeiras referências a Nicolao Micone remontam a 8 de Maio de 1628 quando, juntamente com um cidadão flamengo, João Als, o mercador genovês foi padrinho de baptismo de Mariana, filha de Simão de Sespedes e Madanela de Sespedes<sup>957</sup>.

Amigos e sócios nos comércios, os genoveses Nicolao Micone e Francesco André Carrega<sup>958</sup> viveram juntos a vida toda nas casas situadas sobre o muro dos Cubertos, e o desenvolvimento dos seus negócios é testemunhado através das contribuições da taxa de ¼ por cento que se manteve até ao incêndio ocorrido na Igreja do Loreto em 1651 passando, a partir desta altura, a ½ por cento. A 16 de Abril de 1651, de facto, a Junta reunida estabeleceu que “(...) em todos os negócios que daquelle dia em diante fizessem os Italianos tanto de entrada como de sahida pagarião a dita sua Igreja meyo por cento em lugar de hum quarto que antecedentemente pagavão(...)”<sup>959</sup>.

Numa primeira análise dos dados verifica-se uma nítida inflexão positiva dos valores pagos a partir de 1648. De facto, até 1625 a taxa paga por Nicolao

---

<sup>957</sup> *Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castello...*, p. 153.

<sup>958</sup> Francisco André Carrega exercia o cargo de escrivão da Confraria do Loreto em 1633. Cf. ANSL, Caixa B, doc. 27, fl.2. Em 1641 e 1643 Carrega desempenhava a função de Provedor. Cf. *Idem*, fl.22.

<sup>959</sup> ANSL, *Caixa IV*, doc. 5.

Micone não passava dos 20\$<sup>960</sup>. Em 1635 chegava a 14\$<sup>961</sup> e em 1638 o rendimento que o mercador genovês devia à Igreja do Loreto era de 19\$. No mesmo ano de 1638 Francesco André Carrega pagava 40\$<sup>962</sup>. A partir desta altura os dois mercadores genoveses já tinham formado uma sociedade, como demonstram os pagamentos da taxa conjunta de ¼ por cento em 1641, no valor de 177\$87 e em 1642, no valor de 87\$268<sup>963</sup>. No entanto, nestes anos 40 de Seiscentos, os negócios pareciam não ser ainda satisfatórios e, a certa altura, Francisco André Carrega considera, tendo sido dissolvida a companhia, mudar-se para Cádiz, para onde se tinha transferido o irmão Inocêncio<sup>964</sup>, após uns tempos passados em Lisboa<sup>965</sup>. Na cidade de Cádiz, onde desde o último quartel de Quinhentos vivia uma compacta comunidade genovesa, estavam também estabelecidos os outros irmãos de Francisco André Carrega, Thomas Carrega, Dona Madalena Carrega e Simão Carrega que, aquando do falecimento de Francisco André Carrega ocorrido em 1676, já haviam igualmente falecido. Parte da herança de Francisco André Carrega será deixada aos sobrinhos, filhos de Simão Carrega, Diogo Carrega, Dona Madalena e Dona Ana Maria Carrega.

Na já citada relação de 1647 lê-se que Nicolao Micone “(...) sono più di 25 anni che habita in Lisbona et è già di età, ama il riposo e la quiete(...)”<sup>966</sup>. Através deste relato o senado genovês queria conhecer os eventuais candidatos ao cargo de cônsul da nação genovesa na capital portuguesa. No que dizia respeito a Nicolao Micone, o relato refere que, segundo a impressão do irmão

---

<sup>960</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.13.

<sup>961</sup> ANSL, *Idem*, p.122

<sup>962</sup> *Idem*, fl. 103.

<sup>963</sup> ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 103.

<sup>964</sup> Na já mencionada relação de 1647, lê-se a propósito de Francisco André Carrega: “(...) è compagno del d.o Micone e da quanto s’intende la loro compagnia è finita e sta il d.o Fran.co André Carrega di passarsene in Cadice chiamato da un suo fratello che collà habita.” ASG, *Giunta di Marina*, Consoli, filza 3.

<sup>965</sup> Em 1630 Inocencio Carrega ainda se encontrava em Lisboa e pagava à Igreja a quantia de 6\$460. Cf. ANSL, *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl.88.

<sup>966</sup> ASG, *Giunta di Marina*, Consoli, filza 3.

Bartolomeo Micone, residente em Génova, Nicolao não tinha propensão para o exercício de cargos diplomáticos<sup>967</sup>. Escolhido será o próprio Francesco Bresciani, eleito cônsul a 20 de Maio de 1647, e a 19 de Dezembro do mesmo ano será eleito Gio Girolamo Gheresi, residente em Lisboa desde 1641-42<sup>968</sup>.

Deve-se aqui realçar a importância de a república de Génova ter representantes diplomáticos em Lisboa, considerando que nesse ano de 1647 foi constituída em Génova uma companhia de navegação para o comércio nas Índias. A notícia chegou a Portugal em 1647 através da informação do cônsul português na Holanda, Francisco de Sousa Coutinho. Enviado para a Holanda em 1643 com a missão de *cativar* o inimigo dos Filipes e negociar uma paz que determinava a restituição de Pernambuco ao império português, o diplomata informa que mercadores genoveses, com o apoio do cônsul holandês residente em Génova, estavam prestes a constituir uma companhia de navegação para os mares do Sul<sup>969</sup>. Sousa Coutinho refere que os dois navios que a companhia genovesa pretendia enviar para percorrer rota comercial “(...) se fabricão duas legoas de Astartam para dahi partir a Itália em segredo, e della a Índia com cargação.”<sup>970</sup> Na percepção de Sousa Coutinho o empreendimento genovês seria votado ao insucesso porque na eventualidade de os genoveses insistirem na companhia, “(...) acharão contra si portuguezes e holandeses.”<sup>971</sup>

---

<sup>967</sup> ASG, *Giunta di Marina*, Consoli, filza 3.

<sup>968</sup> Cf. Vito Vitale, “Diplomatici e Consoli della Repubblica di Genova”, in *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, Genova, 1934, p.203.

<sup>969</sup> A 20 de Setembro de 1647 o rei português escreve ao vice-rei da Índia: “(...) pella copia da carta que com seta se vos remete de Francisco de Souza Coutinho meu embaixador aos estados das Províncias Unidas, vos sera presente o intento que alguns mercadores de Génova tem de inviarem embarcações a esse estado; encomendo vos muito, que com a atenção que este negocio deis a ordem necessária pera que pellas vias que poder ser e se vos offereçerem façais impedir esta navegação e comercio(...)”. IAN/TT, *Documentos Remetidos da Índia*, n. 58, fl.16.

<sup>970</sup> E. Prestage e P. de Azevedo, *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a sua embaixada em Holanda*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, vol. II, p. 151. Carta de 24 de Junho de 1647.

<sup>971</sup> *Idem*, p. 81.

A rápida organização da presença holandesa no Mediterrâneo, imponente a partir de 1591-93 com os navios holandeses a visitarem frequentemente os seus portos, e a sua crescente fortuna comercial, implicaram a necessidade de nomear cônsules holandeses residentes nas principais cidades italianas. Assim, em Livorno, a nomeação de um cônsul holandês residente ocorreu em 1612, em Veneza em 1614, em Génova em 1615 e na Sicília em 1617.<sup>972</sup>

No que diz respeito à cidade de Génova, os interesses económicos e a perspectiva de ganhos elevados juntaram rapidamente mercadores experientes como os genoveses e os holandeses. Para além de mais, o cônsul holandês residente em Génova, Henrique Mulman, era irmão do conceituado mercador holandês Guilherme Mulman. Foi este que escreveu ao irmão para que verificasse a possibilidade de se encontrarem em Génova “ (...) pessoas que quizezem armar hua companhia, pera ir tratar nas Índias Orientaes (...)” empenhando-se ele a “ (...) a dar dous homens grandes Pilotos (...)”<sup>973</sup> Assim, as duas naus, São João Bautista e São Bernardo, apetrechadas “(...) a fim de mandarem descobrir novas terras não habitadas nem comerciadas de alguas das Nações de Europa, juntamente para a comerciarem(...)”, deixaram o porto de Génova em Março de 1648<sup>974</sup>.

Entretanto, no reino de Portugal, após a aclamação de D. João IV<sup>975</sup>, as negociações de paz com a Holanda dependiam das resoluções tomadas relativamente à questão do Brasil. A tentativa de compra do território do nordeste brasileiro, tão importante para a economia portuguesa, não teve qualquer efeito, e apenas em 1648, quando se resolveu desistir da posse de Pernambuco, reconhecendo-o possessão holandesa, foi possível redigir uma primeira proposta

---

<sup>972</sup> Cf. R. Romano, “Tra il XVI e il XVII secolo: la crisi economica del 1619-22...”, p. 229-231.

<sup>973</sup> IAN/TT, *Documentos Remetidos da Índia*, “Relação sobre as duas Nãos Genovesa que chegarão aos Mares do sul este anno de 649”, n.58, fl.55.

<sup>974</sup> *Idem*, *Ibidem*.

<sup>975</sup> Cf., anexo, doc. 23.

de um tratado de paz. No entanto, a partir de 1645, os habitantes da região do nordeste brasileiro insurgiram-se contra os holandeses e, com a ajuda dos capitais dos senhores dos engenhos e dos mercadores mais abastados, conseguiram reconquistar, em 1654, as últimas posições holandesas.

É neste contexto que se constitui a Companhia Geral do Comércio do Brasil, cuja gênese “(...) foi consequência do primado do açúcar nas receitas alfandegarias (...) mas foi sobretudo instrumento de oposição à entrega de Pernambuco aos holandeses.”<sup>976</sup> É através de uma petição, analisada pelo Conselho a 31 de Outubro de 1652, que sabemos da participação italiana nesta Companhia. Os genoveses Nicolao Micone, Francisco André Carrega e Gio Geronimo Gheresi eram accionistas com 3.000 cruzados, sendo que a quantia estava dividida entre Micone e Carrega<sup>977</sup>. Por seu turno, Francesco e Bartolomeo Mora, venezianos, participaram com 2.000 cruzados e os florentinos Luigi Scarlatti e Francesco Pardini com 500.000 reis. Na referida petição os mercadores solicitavam que não lhes fosse aplicado o decreto que tinha sido emanado a 18 de Setembro de 1652<sup>978</sup>, devido aos problemas surgidos com os italianos, principalmente genoveses, que iam para o Brasil vender a sua fazenda vinda de Itália. Os motivos das queixas dos mercadores nacionais diziam respeito ao facto daqueles introduzirem as suas mercadorias por um preço mais baixo, prejudicando as vendas dos portugueses, súbditos do rei “(...) que são os que suportam as necessidades publicas(...)”<sup>979</sup>. Para além disso, os clientes gastavam todo o dinheiro nas mercadorias vindas de Itália, tecidos, rendas, ourivesaria, sedas e roupa.

---

<sup>976</sup> Leonor Freire Costa, *O Transporte no Atlântico...*, p.483.

<sup>977</sup> Cf. ANSL, Caixa 12, doc.126 *Inventário dos bens e testamento de Nicolao Micone*. Em anexo, doc.25.

<sup>978</sup> AHU, *Baía*, 1475.

<sup>979</sup> AHU, *Baía*, 1591

Pediam, estes italianos, que lhes fossem reservados os direitos dos portugueses e que os seus feitores, os genoveses João Jacome Gheresi<sup>980</sup> e João Paulo Ruffo, enviados para o Brasil, não fossem obrigados a regressar a Portugal sem terem vendido a mercadoria<sup>981</sup>. Para corroborar a justiça da sua petição, estes mercadores apresentaram documentos que demonstravam a grande utilidade que os seus comércios garantiam à coroa, entre os quais certidões dos oficiais da alfândega, do consulado e da junta das dízimas que atestavam os rendimentos provenientes das suas mercadorias. Além desses documentos, Francisco André Carrega apresentou uma carta sua de familiar da Inquisição da cidade de Lisboa.

A lúcida análise, por parte destes mercadores, dos graves prejuízos derivados do regresso forçado dos seus feitores antes de terem despachado a mercadoria, apresentava elementos que o rei não podia subestimar. De facto, a fazenda real teria sofrido danos consistentes no caso em que se impedisse a venda da mercadoria. Este facto prejudicava também a estrutura da rede de distribuição que, assim, se veria interrompida. Na frota que, naquele ano, tinha ido para o Brasil, tinham sido enviados mais de 30.000 cruzados de mercadorias vinda de Itália a maior parte da qual teria sido vendida aos senhores dos engenhos que, frequentemente, pagavam em açúcar. Se tais vendas viessem a faltar, os mercadores envolvidos neste comércio já não teriam necessidade de mandar vir tanta mercadoria de Itália e o rei perderia importantes receitas alfandegárias. O Conselho teve em atenção tais motivações e resolveu conceder aos feitores genoveses no Brasil o tempo de um ano para venderem as

---

<sup>980</sup> João Jacome Gheresi tinha chegado a Lisboa em 1647, ainda menor, no intuito de “(...) *accudire alli negotij di Gio Geronimo.*” ASG, *Giunta di Marina*, Consoli, filza 3. A 24 de Outubro de 1674 foi eleito consul da nação genovesa pelo governo de Génova, cargo que o proprio João Jacome solicitou devido ao facto de que “(...) *non vi era da gran tempo persona che esercitasse quel consolato*”, provavelmente desde 1666 ano do regresso a Genova de Carlo Antonio Paggi. João Jacome exerceu o cargo durante cinco anos. Cf. ASG, *Archivio Segreto* 2659 Lettere Consoli Portogallo

<sup>981</sup> Os dois feitores, no tempo em que estiveram na Bahia, ficaram devedores de 275.378 reis a João Aguiar de Matos que transferiu a dívida para a conta dos créditos que entregara a Jerónimo Rogero, a maior parte dos quais pertencia à companhia Micone, Carrega, Gheresi. Cf. ANSL, *Caixa XII*, doc, 126. *Inventário dos bens e testamento de Nicolao Micone*. Em anexo doc.25.

mercadorias, passado o qual, deviam regressar ao reino respeitando as leis portuguesas.

É também verdade que a necessidade da Companhia em fretar navios genoveses no intuito de constituir a armada para o Brasil, impunha uma política de relações diplomáticas delicadas. Sabemos do contrato de fretamento firmado a 24 de Julho de 1654 entre o genovês Bernardo Morelo<sup>982</sup>, procurador do marquês Estêvão Pallavicini, e a Companhia<sup>983</sup>. Estavam presentes os genoveses Bertolameo Comforte, capitão da nau Santo Estêvão, e Vincenzo Mangiamarchi<sup>984</sup>, capitão da nau São João Baptista. O procurador obrigava-se, em nome do seu constituinte, equipar, ao longo do mês de Outubro do mesmo ano “(...) quatro nãos genovezas com todas as clauzulas e condiçais que no deto fretamento são expressas e declaradas que há por jncorporadas nesta escritura(...)”<sup>985</sup>. As cláusulas previam que 1/3 da capacidade dos navios fosse carregada com mercadorias pertencentes à Companhia e que, no regresso, teriam sido transportados 1000 quintais de pau-brasil. Em 1659 o contrato foi renegociado e, além do pau-brasil a Companhia carregaria também 100 caixas de açúcar<sup>986</sup>. Mais, a urgência de navios obrigava a Companhia a aceitar compromissos. Nesse sentido, uma carta enviada a 3 de Abril de 1660 pelo capitão do galeão S. Giuseppe, Constantino Caffarello, ao senado de Génova, salienta a premência da Companhia do Comércio que “(...) non haveva navi pronte per mandar flotta in questa stagione al Brasile.”<sup>987</sup> Era possível, por isso,

---

<sup>982</sup> Cf. L. Freire Costa, *O transporte no Atlântico...*, p. 554. A autora refere o nome como sendo Marcello e não Morelo.

<sup>983</sup> Estêvão Pallavicini terá sido, muito provavelmente irmão de Simão Pallavicini que, a 25 de Outubro de 1600 comprou 32.352 reis de tença da fazenda real. Ambos filhos de Estêvão Pallavicini. Cf. IAN/TT, Chancelaria Filipe II, L. 4, fl.129.

<sup>984</sup> Em 1658 o capitão Vincencio Mangiamarchi paga à Igreja do Loreto o ½ por cento no valor de 14\$. ANSL, *Masso I*, n. 1.

<sup>985</sup> IAN/TT, Cartório 3, Caixa 71, L. 259, fl.100.

<sup>986</sup> Cf. L. Freire Costa, *O transporte no Atlântico...*, p.554.

<sup>987</sup> ASG, *Lettere Consoli*, Portogallo, 2659.

negociar a melhor condição visto que “(...) li Deputati di questa Compagnia (...) vogliono tenere buona corrispondenza con noi comeche in questo trafico hanno di bisogno di vascelli armati non havendone loro a sufficienza(...)”<sup>988</sup>.

As boas relações que a Companhia queria manter com Génova derivavam do facto de terem sido algo problemáticas as negociações para o fretamento de navios ingleses. Estes mercadores causavam problemas devido à presença de “alcune furberie”. Assim, juntamente com o cônsul de Lisboa, Carlo Antonio Paggi, o capitão Caffarello apresentou-se à Companhia que, após licença régia, determinou que o navio S. Anna fosse até Rio de Janeiro e o galeão S. Giuseppe até Bahia com a condição que os capitães de Mar e Guerra fossem nomeados pelos genoveses. No entanto, e apesar do aparente parecer positivo da Companhia, o rei interveio com o propósito de ser ele a nomear os ditos capitães. As negociações chegaram ao acordo de o rei declarar os genoveses capitães do Mar e nomear um comandante “(...) che non si habbia da intromettere in cos’ alcuna salvo in caso di combattimento.”<sup>989</sup> Além disso, determinou-se que estas embarcações podiam gozar dos privilégios que o rei concedera aos navios de guerra genoveses. Fretar navios à Companhia era a maneira mais segura, apesar de não ser a mais rentável, de ir ao Brasil. Devia-se obedecer a uma normativa imposta mas, por outro lado, evitavam-se as incertezas derivantes de variáveis que nem sempre se podiam ter sob controlo. Quem quisesse ir ao Brasil sem fazer parte da armada da Companhia podia comprar esta viagem ao rei entregando, pelo menos, 3000 cruzados. Esta licença era outorgada aos navios “(...) che hanno capitale per fare almeno un terzo di carrica(...)”<sup>990</sup>. Desta maneira era possível partir por sua própria conta, sem frota, e regressar quando se quisesse. No entanto, as incógnitas eram demasiado numerosas devido à

---

<sup>988</sup> *Idem.*

<sup>989</sup> *Idem.*

<sup>990</sup> *Idem.*

ingerência da Companhia no comércio com o Brasil e, para além disso, teria sido necessário pedir emprestados os 3000 cruzados que, no regresso, com os juros, teriam aumentado até 5000. Tudo isto implicava a escolha de viajar com a Companhia e aproveitar carregar a maior quantidade de açúcar possível recolhido entre os devedores. O facto de os navios não poderem ficar no Brasil muito tempo, determinava a necessidade de utilizar uma pessoa residente em Lisboa para tomar conta das dívidas em atraso. Este assunto era tratado pelo cônsul genovês em Lisboa, Carlo Antonio Paggi.

Relativamente ao volume de negócios da sociedade constituída pelos três mercadores genoveses Micone, Carrega, Gheresi, algumas indicações nos são proporcionadas pelo pagamento do ½ por cento à Igreja do Loreto: em 1654 pagam 1200\$000; em 1655 pagam a mesma quantia e em 1658 entregam à Igreja 968\$330<sup>991</sup>. Devemos aqui salientar que o volume dos negócios dos mercadores interessados na Companhia Geral do Comércio do Brasil apresenta-se muito maior respeito aos mercadores que mantinham um comércio particular. Referimos, a título de exemplo, os rendimentos de 1654 em que se nota uma evidente discrepância de valores: Luigi Scarlatti e os irmãos Mora, participantes na dita Companhia, pagam, respectivamente, 800\$ e 200\$, enquanto que Paulo Valerio paga apenas 40\$<sup>992</sup>.

A sociedade Micone-Carrega-Gheresi vigorara até 1663<sup>993</sup>, altura em que acaba a Companhia Geral do Comércio do Brasil. No que diz respeito aos venezianos e florentinos que participavam na Companhia sabemos que Bartolomeo e Francesco Mora<sup>994</sup>, assim como Luigi Scarlatti, tinham regressado

---

<sup>991</sup> Cf., ANSL, *Masso I*, Ms. 1, folhas avulsas.

<sup>992</sup> *Idem*.

<sup>993</sup> Nessa altura Gio Girolamo Gheresi tinha regressado a Génova, cf., ANSL, Junta de 4 de Janeiro 1663.

<sup>994</sup> Na reunião da Junta de 22 de Abril de 1660 foi eleito cônsul de Veneza Francisco Mora que juntamente com Carlo Antonio Paggi, na altura cônsul de Génova, devia responder ao Conde de Cantanhede, Governador das Armas, o qual “(...) voleva che la nostra companhia andasse a fare le fortificazioni di questa città al posto di S. Gio de Bem Casados dove anco dovevano di andar ele altre 2

a Itália entre 1661 e 1662. Em 1665 constituiu-se outra sociedade genovesa cujos participantes eram Nicolao Micone, Francisco André Carrega e os irmãos César<sup>995</sup> e João Thomas Gheresi<sup>996</sup>. Gio Girolamo Gheresi regressa a Génova – na Junta reunida a 4 de Janeiro de 1663 resulta ausente – de onde continua a corresponder com a família em Lisboa. Em Génova residiam também o irmão de César e João Thomas Gheresi, Francesco, e o filho deste, Bartolomeu.

Os dados recolhidos acerca da figura de Nicolao Micone atestam que este tinha um irmão em Génova, Bartolomeo, e dois sobrinhos, João Baptista Micone e Nicolao Micone. É importante salientar esta rede familiar para se perceber o teor dos negócios destes mercadores. De facto, a mercadoria enviada de Génova pelos familiares dos mercadores residentes em Lisboa, que também operavam na área dos seguros<sup>997</sup>, certificava uma organizada estratégia familiar que estava na base do êxito comercial. Coral, seda, cetim, chamalotes, entre outras mercadorias, eram enviadas a Lisboa pelos irmãos e sobrinhos dos Gheresi e Micone que carregavam a mercadoria na nau Nossa Senhora do Loreto, capitão João Agostinho Germano, pertencente um quarto a Micone, um quarto a Carrega e metade aos Gheresi. A sociedade era também proprietária da nau Bom Jesús e Santo António, capitão Nicolao Papagianopoli, com as mesmas partilhas. De

---

compagnie Alemanni e Fiamminghi(...)”. Francisco Mora e Carlo Antonio Paggi, juntamente com outros oficiais da Junta do Loreto, replicaram a esta imposição apresentando o decreto promulgado pela Infanta Margarida – queimado no incêndio de 1651 – em que se estabelecia que a companhia italiana estava isenta de se apresentar às fortificações, “(...) anzi comandò che restasse nella città(...)”. O privilégio que concedia aos italianos a isenção do serviço militar fazia com que a Companhia Militar italiana tivesse um papel meramente decorativo.

<sup>995</sup> César Gheresi foi eleito escrivão e tesoureiro da Mesa do Loreto em Junta de 3 de Setembro de 1656 e reconfirmado na Junta de 16 de Setembro de 1657. Cf., ANSL, *Masso I*, ms.1, docs. avulsos. Exerceu o cargo de Provedor em 1673, 1676, 1681, 1682, 1683, 1687, 1694. Cf. ANSL, *Caixa B*, doc. 27.

<sup>996</sup> João Thomas Gheresi foi Provedor da Igreja do Loreto nos anos de 1677 e 1678. Cf., ANSL, *Caixa B*, doc.27.

<sup>997</sup> Através da leitura do testamento de Nicolao Micone, sabemos que foi ordenada, em 1666, uma “partida de seguros” a Francisco Gheresi em Génova com o navio Santa Maria Madagnella patrão Sebastião Lacasa que foi tomada pelos ingleses. Ficou para se cobrar 1950 escudos de ouros de asseguradores quebrados que foram: João Felipe Heirollo, Estêvão Lomellini, João Baptista Calvo, João Felis Bom. Cf. doc. 25 em anexo, p.177.

Lisboa, estas mercadorias seguiam para a Índia<sup>998</sup>, para a Bahia<sup>999</sup>, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paris, Londres, Amsterdão, Barcelona, Cádiz, La Rochelle, Caboverde, Madeira. O pagamento podia ser efectuado ao longo do tempo e em mercadoria<sup>1000</sup>.

O falecimento de Nicolao Micone ocorreu a 22 Abril 1675, tendo sido o testamento redigido a 21 de Setembro de 1671. Sensivelmente um ano depois, o companheiro e amigo de uma vida, Francesco André Carrega, em Junho de 1676 passa a melhor vida. Testamenteiros os irmãos César e Thomas Gheresi.

---

<sup>998</sup> José Serrão Pacheco de Goa devia à sociedade 172 xerafins e 59 reis para 8 massos de coral recebidos em 1673 na Nau Bom Jesus de São Domingos e na nau Nossa Senhora dos Cardaes. Considerado o valor de cada xerafim correspondente a 300 rs., era devedor de 351.659 rs. Cf., anexo, doc. 25.

<sup>999</sup> Jeronimo Rogero da Bahia devia 1 conto e 409.766 rs para um carregamento de chamalotes recebidos em 1674 na Nau S.Francisco 1674. Cf., anexo, doc. 25.

<sup>1000</sup> Como exemplo, citamos o caso de Francisco de Lima Pinto que paga a sua dívida com 5 caixas de açúcar branco de 144 arrobas por um valor de 296.132 reis. Cf, anexo, doc.25.

**Quadro 4** Famílias italianas residentes na corte de Lisboa em 1672ANSL, *Caixa D*, doc. 3

<b>Génova</b>	<b>Florença</b>	<b>Veneza</b>	<b>Sabóia</b>	<b>Turim</b>	<b>Roma</b>	<b>Milão</b>	<b>Nápoles</b>
Gheresi	Poltri	Turrini	Anselmo	Bayma	Lamparelli	Garno	J. Lélío
Castro	Galleani	Neri	Escosser			Manzoni	
Trensa	Ginori	Pavone					
Garibaldi	Bonsi	Bagar					
Casaregio	Boccarì	Segnini					
Granara	Pescioli						
De Ferrari	Buonaccorsi						
Callegari	Vittolini						
Viganego	Chiopi						
Rosso	Onorati						
Bonone	Beti						
Buonfiglio	Scarlatti						
Ravara	Bardi						
Bollero	Boccarì						
Cambiagio							
Sciafin							
Ventimiglia							
Castello							
Rapallo							
Vazio							
Molinari							
Mortora							
Conte							
Balbi							
Grandi							
Pincetti							
Marana							

Como temos vindo a mostrar ao longo destas páginas, uma família genovesa se destaca na sociedade lisboeta do século XVII pelo seu envolvimento na economia portuguesa. Trata-se da família Gheresi que, desde os anos 40 de Seiscentos mantém um forte ascendente entre os italianos em Lisboa, particularmente entre os seus conterrâneos oriundos da Ligúria. A família Gheresi surge representada, como já assinalámos, por Gio Girolamo Gheresi que nos anos sessenta de Seiscentos regressa a Génova. A sua actividade é continuada por César Gheresi e João Tomas Gheresi e, mais tarde, pelo sobrinho herdeiro de ambos, Bartolomeo Gheresi<sup>1001</sup>, filho do irmão Francisco, estes últimos dois residentes em Génova. Devemos frisar que a colaboração com a terra de origem sempre foi muito presente, e uma rica documentação testemunha este frequente intercâmbio que se desenvolvia a vários níveis<sup>1002</sup>. Por isso, é muito provável que, após a morte de César Gheresi, ocorrida em 1697, e de João Thomas Gheresi em 1700<sup>1003</sup>, o filho de Bartolomeo Gheresi, Francisco César Gheresi, se tenha

---

<sup>1001</sup> Encontramos Bartolomeo Gheresi em Lisboa juntamente com Gio Batta Micone, sobrinho de Nicolao Micone, testamentários de Giacomo Francesco Gheresi em 1701. ANSL, *Caixa XI*, doc.120.

<sup>1002</sup> A título de exemplo assinalamos uma carta enviada de Génova por Francesco Bartolomeo Gheresi em que é evidenciada esta colaboração. “Lisbona per Signori Proueditori et Ufficiali della Chiesa di Nostra Signora di Loreto di Lisbona. Il 22 Agosto. 1680. Genoua.

Facciamo con questa risposta alla cortesissima Loro di 22 maggio prossimo passato, informo Lo che diremo uedere haueuamo riceuuto dalla Naue Santa Rosa dell capitano Giouanni Giacomo Viuiano le Due Ancone una di Santo Antonio, e Laltra di Santo Giorgio, è le due statue di marmo, una di Santo Filippo, è Laltra di Santo Andrea, à poi hauiamo Riceuuto dalla Naue Nostra Signora di Loreto dell Capitano Giouanni Agostino Germano, Laltare di Pietra per La Cappella Maggiore, è Laltra statua di marmo, è sentiamo molto Gusto che detto Altare sia riuscito di Loro sodisfazione, è in appresso se le manderanno di ogni cosa il Conto, assieme nota di quello se le sara passato in credito dell rendimento delli reis 100\$00 che partecipauano nella partita di Grani che ci Adisorno di Corti Li Signori Cesare e Giouanni Tomaso Gheresi con la sudetta Naue Santa Rosa, è per il nostro auanzo, come ci Ordinano, se ne uerremo costi da Loro, al piu Utile, Lancona di Santo Carlo per esser stato Occupato il Pittore che la Trauaglia, non è per Anche finita, è la uaTrauagliando, è riesce bellissima, è stimiamo debba essere di tutta Loro sodisfazione, come<sup>1002</sup> suo tempo uederanno con che si offerciamo sempre prontissimo e Loro Piacere. Francesco Bartolomeo Gheresi”. ANSL, *Caixa D*, doc.3.

<sup>1003</sup> João Thomas Gheresi faleceu a 1 de Janeiro de 1700 deixando herdeiros os possuidores do morgado que instituiu com os próprios bens e com os do defunto seu irmão César, 150.000 cruzados, chamando por primeiro administrador o seu sobrinho Bartholomeu Gheresi, filho de seu irmão Francisco Gheresi. Foram testamentários o Padre Manoel Soares da Silva, pároco do Loreto, e Pedro Francisco Ravara sobrinho do testador. No testamento estava estabelecido que, por morte de Bartolomeo Gheresi e não

deslocado para Lisboa como atesta a entrega de uma carta de padrão de 12.000 reis “(...) cada anno em sua vida somente para os lograr a titulo do habito da ordem de Santiago (...) e os ditos 12.000 reis se lhe asseritarão em hu dos Almojarifados do Reino(...)”<sup>1004</sup>.

O último quartel do século XVII é dominado por César e João Thomas Gheresi e não é um acaso que em muitos documentos a eles referentes seja utilizada a palavra “ditadura” ou “tirania”. A leitura das fontes apresenta uma presença consistente e constante no âmbito da intervenção financeira dos irmãos Gheresi. Através de uma carta enviada de Roma a 3 de Abril de 1677 por D. Luís de Sousa, embaixador de Portugal na capital italiana entre 1675 e 1682, ao irmão D. Francisco de Sousa, capitão da guarda real, depreende-se que os Gheresi eram os responsáveis pelos câmbios da embaixada que, segundo as queixas de D. Luís de Sousa, eram pouco favoráveis: “Agora ueja Vossa Merce qual he a tirania de Gheresi, que he o único que leua cambios a 1400 reis ainda das letras que não tem paga prompta, e se não he o unico, tera so por companheiros aos que tomarão contrato a Sua Alteza que he couza lastimoza hauer de pagar estes cambios tão exorbitantemente imoderados.”<sup>1005</sup> Moradores nas casas sobre o muro dos Cubertos, os irmãos Gheresi, César e João Thomas, actuavam também como prestamistas de dinheiro como se lê numa escritura feita a 29 de Junho de 1674 em que se declarava o empréstimo de 1.600.000 reis dados a 6 ¼ de juro cada anno pelos irmãos Gheresi ao Dr. Sebastião Ruis de Barros, ao capitão-mor Cristóvão Fernão de Castel Branco e Manoel de Barros Fernão, “(...) todos irmãos fidalgos da caza de sua alteza e cavaleiros professos da Ordem de Christo(...)”<sup>1006</sup>, com hipoteca de 114 barris de anil ou de duas moradas de casas.

---

havendo sucessores machos ou fêmeas, fosse chamado a administrar o morgado o filho bastardo Mathias Thomas Gheresi. ANSL, *Caixa XI*, doc. 120

<sup>1004</sup> IAN/TT, *Registo Geral das Mercês*, D. João V, L. 1, fl.263v.

<sup>1005</sup> BA, Ms.51-V-25, fls.37v.-38.

<sup>1006</sup> ANSL, *Caixa XI*, doc.117.

A opulência dos irmãos Gheresi não oferece qualquer contestação tendo em conta os numerosos documentos do arquivo da Igreja do Loreto para cuja sustentação contribuíram de forma decisiva. Além da doação à Igreja de prédios nobres que possuíam em Lisboa<sup>1007</sup>, um “(...) no Terreirinho de S.to Estêvão n. 8, outros de frente do adro do dito nr.18 (...)”para a fundação de três capellas<sup>1008</sup>, os Gheresi intervieram para a regularização dos pagamentos do ½ por cento que alguns confrades recusavam pagar, tornando-se credores da Igreja de avultadas quantias<sup>1009</sup>. Este facto foi, provavelmente, a razão pela qual os Gheresi foram reeleitos várias vezes Proveditores da Igreja do Loreto, “(...) espécie de ditadura familiar(...)”<sup>1010</sup>.

O século XVII fecha-se com o falecimento de César Gheresi, ocorrido a 1 de Janeiro de 1700, sendo o sobrinho Bartolomeu Gheresi, filho do irmão Francesco morador em Génova, chamado como administrador de todos os seus

---

<sup>1007</sup> Cf. ANSL, *Caixa XI*, doc. 117. Um documento de 1783 nos elucida sobre o prégio destas casas. Lê-se que Antonio Roiz Ferreira desejava comprar “(...) hua propriedade de cazas nobres, sita nesta cidade, na Rua Direita que vai da Ermida de Nossa Senhora dos Remédios para a das portas da Cruz, freguesia de Santo Estevao do Bairro de Alfama, com serventia por baixo de outra propriedade mistica para de frente do Adro da mesma Parochia da Igreja de Santo Estevao, com hum pateo pertencente à mesma propriedade nobre. E tendo noticia que a referida propriedade nobre da Rua Direita de Nossa Senhora dos remédios, e seu pateo, he pertença de um vinculo de Cappella instituído por João Thomas Gheresi, de que he administradora esta illustre Igreja”. ANSL, *Caixa XI*, doc. 119.

<sup>1008</sup> ANSL, *Caixa XV*, doc. 18/2

<sup>1009</sup> “Alli 6 settembre 1676 Cesare e Giovanni Tomasi Gheresi restarono creditori di cinquemila novecento quarantaquattro cruciati, e 364 reis. Alli 6 settembre 1676 restarono creditori di dicinove mila ducento trentanove cruciati, e 306 reis. Alli 6 settembre 1679 restarono creditori di dicinovemila sessantotto cruciati, 101 reis. Alli 6 settembre 1680 restarono creditori di vintimila trecento trenta sei cruciati, e cent’ottantadue reis. Alli 8 settembre 1681 restarono creditori di dicisette mila cento dodici cruciati, e ducento sessanta reis. Alli 6 settembre 1682 restarono creditori di diciotto mila cento dodici cruciati, e trecento quattro reis. Alli 6 settembre 1683 restarono creditori di quindici mila cinquecentonovantotto cruciati, e centovinticinque reis. Alli 6 settembre 1684 restarono creditori di vintitre mila quattrocento vint’otto cruciati, e trecento trenta quattro reis. Alli 8 settembre 1686 poichè un libro di conti durò due anni, restarono creditori di vint’un mila ottocentonovantaquattro cruciati, e ducento ottantatre reis. Alli 8 settembre 1687 restarono creditori di della somma predetta. Alli 8 settembre 1689 perchè all’hora pure durò due anni il libro delli conti, restarono creditori di quindici mila ducentotrentadue cruciati, e ducento settantadue reis. Alli 8 settembre 1690 restarono creditori di quindicimila ottanta cruciati, e ducento settanta due reis. Quattrocento reis fanno 1 cruciato, et ogni cruciato può valutarsi per quarantacinque baiocchi romani considerandosi il valore intrinseco della moneta”. ANSL, *Caixa XI*, doc.50.

<sup>1010</sup> G. de Matos Sequeira, *op. cit.*, vol.II, p.233.

bens<sup>1011</sup>. Uma família genovesa, os Gheri, que, tal como as outras residentes em Lisboa nesta altura (cf. Quadro 4), não pertenciam à nobreza genovesa e vão ocupar um lugar importante na sociedade portuguesa através da constituição de uma sofisticada rede comercial em que a família de origem representa o ponto de força. Uma família cujo percurso lisboeta foi, nestas páginas, traçado nas suas linhas essenciais mas que merece um estudo aprofundado.

---

<sup>1011</sup> Nas notas testamentárias de César Gheri aparece o nome de Matthias Thomas Gheri, filho bastardo de César Gheri o qual, em caso de falecimento de Bartolomeo Gheri e “(...) por falência dos seus sucessores machos ou Femeas(...)” seria chamado ao Morgado. ANSL, *Caixa XI*, doc. 120.

## Conclusão

Como foi realçado na Introdução, o objectivo da nossa investigação pretendia desvendar a actuação da comunidade italiana em Lisboa nos séculos XVI e XVII através dos caminhos vivenciais de alguns dos seus membros. Ao finalizar este trabalho apresentamos, em síntese, as linhas de forças a este subjacentes.

Por motivos de homogeneização e tendo em conta estas directrizes, desenvolvemos o nosso trabalho ao longo de quatro capítulos tentando oferecer um quadro homogéneo, embora não exaustivo, da actuação da comunidade italiana em Lisboa e das relações que as diferentes cidades italianas mantiveram com o reino de Portugal ao longo de dois séculos que se revelaram fulcrais na história da Europa.

A documentação manuscrita encontrada durante a investigação permitiu avançar no conhecimento deste assunto, e a análise das fontes compulsadas em arquivos italianos e portugueses permitiu-nos acrescentar contributos importantes acerca do papel que estes estrangeiros desempenharam na sociedade portuguesa dos séculos acima mencionados. Apesar de este trabalho constituir apenas um subsídio para o conhecimento da realidade italiana em Lisboa nos séculos XVI e XVII, foi possível, no entanto, patentear e confirmar duas fases em que a preponderância económica dos grupos italianos residentes na capital portuguesa se manifestou claramente. De facto, a nossa abordagem foi efectuada através da definição das influências florentinas e genovesas, em cujos percursos verificámos a presença de algumas constantes de actuação.

O manancial documental levantado teria permitido esboçar um maior número de monografias de mercadores italianos relativamente ao que apresentámos, assim como as mesmas fontes teriam permitido uma redacção mais detalhadas das monografias que expusemos. No entanto, sendo o nosso principal propósito apresentar um quadro da actuação da comunidade italiana em Lisboa e a sua incidência na vida económica e social portuguesa destes séculos, resolvemos deixar para futuros trabalhos a redacção de monografias mais circunstanciadas, privilegiando, neste momento, alguns percursos biográficos específicos no intuito de destacar aspectos peculiares das modalidades das relações individuais e económicas tecidas pelos mercadores italianos em terra portuguesa.

À medida que a nossa investigação avançava e que os grupos de italianos oriundos das diversas regiões da Península Italiana iam tomando forma, acentuando cada um deles as suas características operacionais, verificámos que, corroborando as afirmações de Fernand Braudel e Felipe Ruiz Martin, era possível inserir o reino de Portugal na órbita dos estados onde, a partir de meados de Quinhentos, a predominância de capitais genoveses se revelou marcante. O chamado *século dos genoveses* patenteou personagens de relevo cujo labor merecia ser destacado.

Ao depararmo-nos com as poucas informações relativas ao papel que os italianos desempenharam na sociedade portuguesa principalmente a partir da segunda metade do século XVI, pretendemos, com o presente trabalho, preencher parte desse vazio, contribuindo, assim, para um melhor conhecimento da história portuguesa dos séculos XVI e XVII.

No primeiro capítulo, *Os Italianos em Portugal nos séculos XVI e XVII: panorama historiográfico e estado da arte*, partindo da revisão de alguma da bibliografia existente sobre o tema, pretendemos não apenas apresentar, em

traços gerais, a evolução desta, como também esclarecer o posicionamento teórico e a noção que orientou a pesquisa subsequente. Desta avaliação conferimos que, na evolução da historiografia, o estudo das comunidades estrangeiras em Portugal foi desenvolvido através de diferentes abordagens, privilegiando os aspectos económicos, sociais ou, ainda, culturais, da actuação estrangeira em Portugal prevalentemente nas últimas décadas de Quatrocentos e primeiras décadas de Quinhentos. No entanto, apesar de serem estes os anos mais estudados, anos que coincidem com o início das viagens de descobertas portuguesas, a atenção dada à intervenção italiana foi limitada a algumas personagens, sendo de assinalar a falta de estudos monográficos sobre famílias de mercadores italianos que nesta altura desempenharam um papel fundamental na economia portuguesa. Referimo-nos, principalmente, à falta de um estudo sobre o conde cremonês Gian Francesco Affaitati, cujo percurso português foi extremamente importante quer a nível de relações económicas quer sociais. Ao percorrer o trilho da historiografia referente às relações luso-italianas verificámos que o núcleo duro dos estudos sobre a comunidade italiana em Portugal refere-se aos anos 1480-1520 explicitado numa multiplicidade de abordagens.

Ao traçarmos o quadro da presença italiana em Lisboa nos séculos XVI e XVII não quisemos perder o contacto com o passado resolvendo manter uma continuidade que nos permitisse ter ferramenta de trabalho para avaliar o êxito destes estrangeiros em Portugal. Assim, no segundo capítulo, *Percursos da presença italiana em Portugal no século XV*, para além de delinear o historial da vinda dos italianos a Portugal, não deixámos de referir a sua integração na sociedade portuguesa. Pretendemos, neste capítulo, abordar os precedentes italianos em Portugal, principalmente no século XV, dando a conhecer, com um intuito meramente ilustrativo e sem preocupações de exaustividade, as primeiras

manifestações desta presença em terra portuguesa. Verificámos que a vinda dos italianos para Lisboa remonta a uma data remota, sendo que fontes documentais atestam a presença, em finais do século XIII, de “(...) muitos cidadãos nobres das Republicas Italiana.”<sup>1012</sup> No entanto, foi sob o reinado de D. Dinis, através do acordo de 1317 com o Almirante Pessagna, que se implementou a presença italiana em Lisboa com o estabelecimento permanente de vinte genoveses peritos na arte náutica. A partir desta altura a praça e o porto de Lisboa vão ser visitados por italianos que, sustentados por privilégios outorgados pelos reis portugueses, se inserem na vida económica de Portugal. Genoveses, florentinos, venezianos, milaneses, os italianos espalhados na Península Ibérica e organizados em casas comerciais criam articuladas redes económicas, sendo importante, neste sentido, salientar a numerosa presença genovesa em Andaluzia. Bem enraizados na economia espanhola, as famílias genovesas dos Spínola, Centurione, Grimaldi, entre outras, exerciam, a partir da segunda metade do século XV, um papel de relevo no âmbito das actividades financeiras e comerciais, atingindo uma posição de indispensável participação no erário da fazenda espanhola do século XVI.

Por outro lado, tivemos em atenção salientar que, apesar de a presença florentina em Andaluzia contar com um discreto número de mercadores, o seu sucesso comercial cumpriu-se na capital portuguesa.

A influência que os florentinos mantiveram em Lisboa até meados do século XVI constitui, de facto, o objecto do terceiro capítulo, *A hegemonia florentina na Lisboa de Quinhentos: mercadores, diplomatas e capitães*. Neste capítulo quisemos apresentar o importante percurso económico e social dos italianos na capital portuguesa, entre os quais os florentinos ocupam um lugar de proeminência, insistindo não apenas na sua intervenção enquanto financiadores ou prestamistas da coroa portuguesa, mas também expondo o seu *modus vivendi*

---

<sup>1012</sup> Fr. Francisco Brandão, *op. cit.*, p.49.

caracterizado por uma constante integração no círculo da nobreza portuguesa. Os laços pessoais que estes mercadores vão tecendo no seio da sociedade portuguesa ocupam um espaço considerável neste capítulo em que podemos verificar a importância das relações endogâmicas e com a elite local. Caso emblemático foi o da família Affaitati, ou Lafetá, de Cremona. Traçando o percurso lisboeta, na medida do possível, dos numerosos membros, masculinos e femininos, que constituíam a família Affaitati, tivemos a oportunidade de identificar padrões comportamentais que reconhecemos serem comuns às outras famílias italianas residentes em Lisboa nas primeiras décadas de Quinhentos. Verificámos a larga rede de laços de parentesco com famílias da nobreza portuguesa, os Noronha, Távora, Sande, De Sousa, testemunha do interesse de que estes ricos italianos eram alvo, e, segundo a nossa interpretação, razão do afastamento destes italianos do seu próprio grupo de pertença, criando um novo grupo social. Sempre nos questionámos, de facto, sobre a razão pela qual nenhum dos numerosos membros da família Affaitati, ou Lafetà, apareceu na documentação do arquivo da Igreja do Loreto. Uma das respostas pode residir na rede de relações matrimoniais que os filhos, filhas, netos e netas do Conde João Francisco Affaitati enredou com a nobreza portuguesa e que determinou o surgir de núcleos familiares cuja identidade já não precisava de se concretizar na pertença a uma confraria. O caso dos Affaitati não foi um caso isolado. Reparámos que, com algumas exceções<sup>1013</sup>, o afastamento da confraria do Loreto acontecia sempre que ocorria um casamento com um membro da nobreza portuguesa, fosse este masculino ou feminino.

Ao considerarmos o caso da família Giraldi, constatámos que Luca Giraldi, solteiro, continuou ligado à Igreja do Loreto até ao seu falecimento

---

<sup>1013</sup> Devemos aqui mencionar o caso de Maria Giraldi, bisneta do Conde Affaitati e neta de Luca Giraldi. Apesar do seu casamento com Francisco de Sá e Meneses, permanece ligada à Igreja do Loreto onde quis ser sepultada.

ocorrido em 1565. No entanto, nada se encontra no arquivo da Igreja do Loreto sobre a filha Luísa que, casada com Francisco de Portugal, será sepultada na Igreja de S. Roque. Podemos ainda citar o caso similar de Francisca Calvo, filha de Antonio Calvo, mercador genovês, e esposa de Cristóvão de Távora, também sepultada na Igreja de S. Roque. Não há qualquer dúvida que as relações matrimoniais destas famílias italianas das primeiras décadas de Quinhentos comprovam serem um forte elemento de coesão entre as mesmas e um forte elemento de promoção social e económica.

Os percursos vivenciais traçados evidenciam que vários foram os âmbitos onde, no século XVI, a influência italiana teve um papel de relevo. O impacto destes italianos na economia portuguesa de Quinhentos revelou-se fundamental para a fazenda real, sendo que a sua participação nos lucrativos comércios indianos e atlânticos se desenvolveu mantendo algumas constantes operacionais. De facto, uma primeira constatação prende-se com modalidades próprias relativas ao tipo de mercadoria a transaccionar. Especiarias orientais, açúcar do atlântico, escravos africanos, entre outras mercadorias, mostram uma grande diversificação no comércio que se torna elemento caracterizador da actividade destes mercadores. Frequentemente associados a mercadores judeus, modalidade, esta, que se manteve ao longo do século seguinte, os italianos agem segundo uma lógica que faz parte da dinâmica económica, agrupando-se com quem lhes podia garantir o êxito comercial.

Além da intensa intervenção no âmbito económico, os italianos deste período destacam-se também em cargos diplomáticos importantes que comprovam a confiança dos monarcas portugueses para com eles. Nesse sentido, pareceu-nos importante dar voz à figura de Nicolao Pietro Coccino, ao seu contributo enquanto diplomata e homem de confiança do rei português. A questão da criação de uma imagem que estes italianos tinham vindo a produzir ao

longo de décadas é um elemento a não subestimar. De facto, a actividade diplomática de Francisco Giraldi muito devia à sólida reputação construída pelo pai Luca Giraldi e pelo tio Nicoló Giraldi.

Um outro elemento importante que se pode extrapolar da relação do percurso vivencial das famílias italianas residentes em Lisboa, nas primeiras décadas de Quinhentos, é a frequência dos contactos com territórios do império português. Descendentes dos Giraldi, Sernigi, Marchionni e Affaitati viajaram frequentemente para a Índia e alguns deles radicaram-se no Oriente, como foi o caso dos filhos e netos de Bartolomeo Marchionni. Outros distinguiram-se nos serviços prestados ao rei português em defesa dos territórios asiáticos. Destacámos os capitães Vasco e Paulo da Gama, filhos de Luísa Giraldi e de Francisco de Portugal, assim como as figuras dos irmãos Cristóvão e Cosme de Lafetá descendentes do Conde João Francisco Affaitati. O percurso do capitão Cosme de Lafetá mereceu uma atenção particular enquanto fontes inéditas delinearam tratar-se de uma figura importante no desenvolvimento de acontecimentos ligados a figuras conhecidas da história portuguesa como André Furtado e Matias de Albuquerque.

Podemos, deste modo, constatar que as grandes famílias italianas “estantes” em Lisboa nas primeiras décadas de Quinhentos se integraram profundamente na sociedade portuguesa da altura quer a nível social, estreitando laços com a nobreza portuguesa, quer a nível económico, participando com avultados capitais nos mais rentáveis negócios do reino. Criou-se, assim, uma imagem do mercador italiano de absoluta confiança que permitiu a atribuição por parte dos monarcas portugueses, de importantes cargos diplomáticos e militares.

No entanto, a partir de meados de Quinhentos, assiste-se a um enfraquecimento da hegemonia florentina que se manifesta em toda a sua evidência com o falecimento de Luca Giraldi em 1565. Nesta mesma altura, os

problemas económicos da casa Affaitati assinalam uma mudança dos tempos em que se reconhece cada vez mais intensa a força da ingerência dos mercadores genoveses. Estes, bem instalados na Andaluzia e na corte madrilena, perfeitamente integrados através de uma política de casamentos e alcançado o sucesso económico, alargam e consolidam a sua presença em Portugal no último quartel de Quinhentos.

A mudança económica e política ocorrida em Portugal é analisada no quarto capítulo *A hegemonia genovesa na Lisboa de 1580 a 1680: permanências e novos percursos*.

Com a morte de Jacome de Bardi, em 1588, os florentinos que ainda residiam em Lisboa em finais do século XVI e no século XVII continuavam inseridos na vida económica portuguesa, sendo, porém, o volume dos negócios levados a cabo em nada comparável com o das poderosas famílias do início de Quinhentos.

A influência dos capitais genoveses já se tinha manifestado desde meados do século XVI com a intromissão de famílias de Génova na posse das tenças da fazenda real que o rei D. João III disponibilizava para arrecadar dinheiro nas exaustas caixas do reino. A partir deste momento, membros de antigas e nobres famílias genovesas consolidam em Lisboa os seus negócios, sustentados por privilégios régios. Foi salientada, no nosso trabalho, a actuação lisboeta de Stefano Lercaro que, pelas múltiplas funções da sua intervenção na economia portuguesa, apresenta um perfil mais complexo de homem de negócio. A articulação da sua posição no tecido social português é ilustrativa de um itinerário que abrange um projecto político – será escolhido pelo senado genovês na qualidade de procônsul – aplicado a fins económicos. Uma atitude que atesta a adaptação à nova conjuntura que Portugal vive a partir de 1580 aquando da sua incorporação na coroa de Castela.

A partida de D. Sebastião para a África, seguida pelas notícias da morte do rei e da destruição do exercito português, a aclamação do Cardeal Dom Henrique e a sua morte após ano e meio de governo, o clima de incerteza que se seguiu por via de quem iria governar o país, determinou que Portugal voltasse a ser alvo de atenção por parte das cortes europeias. Segundo as fontes consultadas, a percepção italiana dos acontecimentos que seguem à desfeita africana foca algumas das fases do rápido desencadear-se dos eventos através de canais informativos oficiais e oficiosos, sendo estes últimos representados quer por agentes enviados em missão especial quer por mercadores residentes em Lisboa que informavam o governo da própria cidade.

Do ponto de vista da estratégia económica, as fontes documentais atestam uma activa presença italiana nos contratos mais apetecidos da altura. Genoveses, Lercaro, Spínola, Calvo, milaneses, Rovellasca e Litta; venezianos, Vezzato; florentinos, Bardi, Nessi, Fantoni, estão envolvidos nos contratos da Mina, alfândega, escravos, açúcar, pimenta, câmbios e atum.

É no último quartel de Quinhentos que se situa a participação nos maiores negócios portugueses dos genoveses e da família milanese dos Rovellasco. Contudo, enquanto que a fortuna dos Rovellasco se vai exaurir ao longo de vinte anos, a presença genovesa mantém o seu vigor ao longo do século XVII, não obstante os entraves do Conde Duque de Olivares.

O impacto de Génova no sistema imperial hispânico, como bem salienta Manuel Herrero Sanchez, “(...)acarreó asimismo importantes cambios en los principales territorios de la Monarquia y actuo como uno de los factores medulares a la hora de fraguar un modelo social e cultural capaz de ejercer una influencia hegemónica en ele resto de Europa hasta bien entrado el siglo XVII.”<sup>1014</sup> No entanto, alguns elementos distintivos da actuação italiana em

---

<sup>1014</sup> M. Herrero Sanchez, “Génova y el sistema imperial hispánico...”, p. 541.

Lisboa no século XVII devem ser assinalados. Começamos pelo elemento mais evidente. A lista dos nomes que constitui a comunidade italiana na Lisboa da monarquia dual vai ser integrada por nomes de mercadores que não pertenciam ao patriciado italiano e, no caso genovês, não pertenciam a qualquer “alberghi”. De facto, os Micone, Carrega, Laviosa, Conti Ventimiglia, Ghersi, entre outros, todos genoveses, não faziam parte da nobreza genovesa. Eram mercadores que durante as primeiras décadas de Seiscentos viviam em Lisboa de um modesto comércio.

Outro aspecto distintivo relativamente ao grupo italiano da primeira metade do século é a inexistência de uma articulada rede de ligações matrimoniais que sempre se entendeu como sinónimo de poder.

Verificámos, no que diz respeito às relações sociais dos mercadores italianos do século XVII, a indiferença, se assim a podemos chamar, em se relacionar com a nobreza portuguesa recusando a forte promoção social e económica que, através destas ligações, poderiam ter alcançado. O objectivo destes mercadores parece focalizado exclusivamente na procura do êxito comercial. O caso da filha de Antonio Calvo, Francesca, que casa com Cristóvão de Távora, representa, em meados do século XVI, um caso isolado, podendo ser considerado um dos últimos exemplos da atitude que tinha caracterizado os percursos vivenciais das famílias italianas em Lisboa na primeira década de Quinhentos. Consideramos, agora, o caso de Stefano Lercaro que, apesar de ter sido favorecido pela sua amizade com Antonio Calvo, se estabelece em Lisboa e casa com uma mulher portuguesa, Paula, preocupando-se unicamente em agarrar as oportunidades comerciais que se lhe apresentavam. Mais, os casos de Micone e Carrega, bem como o dos Ghersi, são emblemáticos. Estes mercadores nunca se interessaram em se enraizar na sociedade portuguesa através do casamento com descendentes de casas ilustres, procurando obter licenças ou privilégios apenas

através do trabalho. Citámos ainda os irmãos Laviosa cujas esposas, portuguesas, também não pertenciam a famílias da nobreza.

Por outro lado, não podemos deixar de considerar um aspecto que, provavelmente, foi determinante na tomada de posição dos mercadores italianos em Lisboa no século XVII face ao seu percurso de relacionamento com a sociedade portuguesa. É perceptível a coincidência de que a modificação na escolha das relações matrimoniais tenha surgido entre os mercadores cuja linhagem não lhes permitia a pertença aos “alberghi” que incluíam a nobreza genovesa e que tinham vindo a Portugal enquanto espaço alternativo à Espanha, saturada de genoveses de antiga linhagem. Podemos ainda verificar que a atitude de se relacionar com membros da nobreza continuava a manter-se entre os círculos italianos residentes na corte de Castela, o que nos leva a concluir que houve, por parte da nobreza portuguesa, uma perda de interesse face a possíveis ligações matrimoniais com mercadores italianos, cuja imagem já não irradiava a força de outrora.

Como se depreende destas páginas, a presença italiana em Lisboa nos séculos XVI e XVII apresenta uma dinâmica complexa, quer a nível económico, quer a nível social, que, no nosso trabalho, quisemos focalizar enquanto subsídio para futuras investigações.

## Fontes documentais

### *Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*

*Caixa 1*, 20, 57, 86

*Caixa 4*, 41

*Caixa 9*, 143, 176, 186

*Baía*, 1474

*Baía*, 1591

*Índia*, caixa 323

*Conselho Ultramarino*, Códice 45

### *Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto (ANSL)*

*Caixa I*, 3, 8, 12, 14, 15, 16

*Caixa II*, 1, 2,

*Caixa III*, 1,6, 12,15, 16, 19, 20

*Caixa IV*, 5, 8, 15, 18

*Caixa V*, 12, 16,

*Caixa VII*, 35

*Caixa VIII*, 46,49

*Caixa IX*, 1b, 2, 4, 8, 8<sup>a</sup>, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 22, 24, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 42, 45

*Caixa XI*, 50, 108,114, 115, 116, 117, 118, 120

*Caixa XII*, 121, 124, 126, 130, 131,132, 133, 136

*Caixa XIII*,

*Caixa XV*, 1, 6, 13, 16, 17, 18, 21, 24, 27, 34, 36, 45, 49, 52, 67

*Caixa XVI*, 10,11,12

*Caixa XVII, 4*

*Caixa XXIII, 9*

*Caixa D, 3*

*Caixa E, 28,*

*Masso 27, Correspondência Prospero Peragallo*

*Livro Mestre da Receita e Despesa de Janeiro de 1619 a Setembro de 1651*

*Livros das actas das Sessões da Junta*

*Livros dos treslados das escrituras de compras. De 1634 a 1790*

*Masso I, Documentos avulsos*

*Masso II, Documentos avulsos*

### ***Archivio di Stato di Genova (ASG)***

*Archivio Segreto, Litterarum 1975*

*Archivio Segreto, Litterarum 1989*

*Archivio Segreto, Litterarum reg. 90/1866, p. 148*

*Archivio Segreto, Litterarum, 1889, n.31*

*Archivio Segreto, Lisbona Lettere Consoli 2659*

*Archivio Segreto, Lettere Ministri Spagna 8-2417*

*Archivio Segreto, Relazioni dei Ministri 2718*

*Giunta di Marina, Consoli, filza 3*

### ***Archivio di Stato di Firenze (ASF)***

*Carte Dei, Mss. 399, Mss. 387, Mss. 416*

*Carte Pucci, Mss. 596, Mss. 599, Mss. 603*

*Manoscritti*, n. 208, n. 288, n. 292, n. 293, n. 690,  
*Mediceo del Principato*, Mss. 2080, 3083, 5022, 4912  
*Miscellanea*, Mss. 742, Mss. 746

***Archivio di Stato di Milano (ASM)***

*Fondo Famiglie*, 183, 1  
*Potenze Estere Spagna*, 129  
*Potenze Estere Genova*, 29 (1601-1650)

***Biblioteca Comunale Archiginnasio Bologna (BCABo)***

Mss. A.473  
Mss. A.232  
Mss A. 2828  
Mss. A. 2799  
Mss. A. 1946  
Mss. A. 1143  
Mss. A. 2169

***Biblioteca Comunale Rimini (BCR)***

Ms. SC-MS. 485  
*Miscellanea*  
Ms. SC-MS. 528

***Biblioteca Oliveriana Pesaro (BOP)***

Ms. 1748 vol. I,

Ms. 1750, Busta 1580, fasc. I

**Museo Correr Veneza**

*Códice Cicogna 3036 / 6-10*

***Biblioteca Nacional de Lisboa- Secção de Reservados (BNL)***

*Fundo Geral* n. 801

*Fundo Geral*, n. 917

*Fundo Geral*, Cód. 8920, fl.44; fl.76; fl.119-121v. fl.187v.

*Fundo Geral*, Cód. 6909, fls.1-33

*Fundo Geral*, Cód. 439, fls. 45-52v.

*Fundo Geral*, Cód. 637, fls. 15 e seg.

*Fundo Geral*, Cód. 11197-4,

*Fundo Geral*, Cód. 2298, fl. 10, 75, 78

*Fundo Geral*, Mss. 201: doc.141

*Fundo Geral*, Mss. 207: doc.45; doc. 162

*Fundo Geral*, Mss. 675

*Fundo Geral*, Cód. 482

*Fundo Geral*, Cód. 10615

*Fundo Geral*, Cód. 2702

*Colecção Pombalina*, Ms. 641

*Colecção Pombalina*, Ms. 644

*Colecção Pombalina*, Ms. 249

*Colecção Pombalina*, Ms. 647 Fls. 8-41; fls. 210.219

*Colecção Pombalina*, Ms. 495, fl.77 e seg.

*Colecção Pombalina*, Ms. 688, fls.261-270 e fls. 342-361

*Colecção Pombalina*, Ms. 737, fls.345-349

*Colecção Pombalina*, Ms.123, fls.: 231-232 fl.267; fl. 420; fl. 366; fl. 370; fl.111; fl. 223.

***Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN//TT)***

*Chancelaria D. João II*, Livro 2, fl.165

*Chancelaria D. João II*, Livro 15, fl. 35

*Chancelaria D. Manuel I*, Livro 6, fl. 109v.

*Chancelaria D. Manuel I* Livro 15, fl. 90

*Chancelaria D. Manuel I. Perdões e Legitimações*, Livro 1, fl. 125v. e fl.1

*Chancelaria D. João III*, Livro 1, fl. 106, fl. 84v.

*Chancelaria D. João III*, Livro 2, fl. 100

*Chancelaria D. João III*, Livro 4, fl. 21/97/200

*Chancelaria D. João III*, Livro 29, fl. 49v.

*Chancelaria D. João III*, Livro 50, fl. 238v.

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 3, fl.175v.

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 5, fl. 249, fl. 249, fl. 163v.

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 7, fl. 11, fl. 89, fl. 85, fl. 185, fl. 170v.

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 11, fl.167, fl. 219, fl. 124,

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 13, fl. 353

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 16, fl.262

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 17, fl.81 e seg., fl. 222

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 23, fl. 44v., fl. 44v.

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 26, fl.253

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 27, fl. 144v.

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 30, fl.31v., fl. 32

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 32, fl. 40, fl.29, fl. 40, fl. 73

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 37, fl.279

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 43, fl. 63, fl. 45

*Chancelaria D. Sebastião*, Livro 56, fl.67

*Chancelaria D. Sebastião, D. Henrique e D. António. Perdões e Legitimações*, Livro 3, fl.275v.

*Chancelaria D. Sebastião, D. Henrique e D. António. Perdões e Legitimações*, Livro 22, fl. 118

*Chancelaria D. Sebastião, D. Henrique e D. António. Perdões e Legitimações*, Livro 23, fl. 67

*Chancelaria D. Sebastião, D. Henrique e D. António. Perdões e Legitimações*, Livro 39, fl. 409

*Chancelaria D. Sebastião, D. Henrique e D. António. Perdões e Legitimações*, Livro 40, fl. 119

*Chancelaria D. Sebastião, D. Henrique e D. António. Perdões e Legitimações*, Livro 16 fls. 101v.-104v.

*Chancelaria Filipe I*, Livro 6, fl. 37

*Chancelaria Filipe I*, Livro 7, fl. 135

*Chancelaria Filipe I*, Livro 8, fl. 100

*Chancelaria Filipe I*, Livro 17, fl. 178v.

*Chancelaria Filipe I*, Livro 26, fl. 54, , fls. 15v.- 26

*Chancelaria Filipe I*, Livro 27, fl. 167v.

*Chancelaria Filipe I*, Livro 28, fl. 342, fl. 70

*Chancelaria Filipe I*, Livro 29, fls.364 e 364v.

*Chancelaria Filipe I*, Livro 11, fl. 11

*Chancelaria Filipe I*, Livro 2, fl. 184  
*Chancelaria Filipe I*, Livro 15, fl.13  
*Chancelaria Filipe I*, Livro 35, fl 68  
*Chancelaria Filipe III. Doações*, Livro 28, fl.67v.  
*Corpo Cronologico*, I/59/62, I/59/63, I/94/9, I/103/64, I/103/65, I/108/94,  
I/108/109, I/111/69, I/111/71, I/111/72, I/111/73, I/111/78, I/111/31, I/111/110,  
I/114/19, I/114/53, II/131/154,  
III/18/77  
*Collecção de S. Vicente*, vol. III, fls. 61, fls. 305/307  
*Genealogias Manuscritas*, 21-F-25, 21-E-6, 21-E-5  
*Inventário do Núcleo Antigo*, Lisboa, 1995  
*Cartas Missivas*, Maço 3, 415  
*Cartas Missivas*, Maço 3, 35  
*Registo Geral de Testamentos*, Livro 16, (Lucrezia de la Corona)  
*Registo Geral de Testamentos*, Livro 105 (João Francisco Poltri)  
*Registo Geral de Testamentos*, Livro 18 (Jacome Tati)  
*Registo Geral de Testamentos*, Livro 150 (Lucas Salvago)  
*Registo Geral de Testamentos*, Livro 41 (Joaquim Bartholomeu Cartoregio)

*Registo Geral de Mercês, Ordens*, Livro 4, fl. 38v.  
*Registo Geral de Mercês, D. Pedro II*, Livro 3, fl.246  
*Registo Geral de Mercês, D. Pedro II*, Livro 9, fl.25  
*Registo Geral de Mercês, D. Pedro II*, Livro 15, fl 363  
*Registo Geral de Mercês, D. João V*, Livro 9, fl. 253-253v.  
*Registo Geral de Mercês, D. João V*, Livro 11, fl.116v.  
*Registo Geral de Mercês, D. João V*, Livro 3, fl.24v., 25

## ***Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)***

*Repertório das Covas e Catálogo singelo de todos os padres e irmãos desta casa no ano e dia em que faleceram: 1601-1650*

### **Fontes impressas**

ALBÈRI, Eugenio, *Le Relazioni degli Ambasciatori Veneti al Senato*, Firenze, vol. V, 1861

ALBUQUERQUE, Afonso de, *Cartas para el Rei D. Manuel*, Sá da Costa, Lisboa, 1957

ALMEIDA, M. Lopes de, *Memorial de Pero Roiz Soares*, Por Ordem da Universidade, 1953

*Archivo Historico Portuguez*, (dir.) Anselmo Braacamp Freire e D. José da Silva Pessanha, Lisboa, 11 vols., 193-1917; 1923-1925

*Armorial Lusitano: genealogia e heráldica*, Lisboa, Ed. Enciclopédia, 1961

BAROZZI, Nicolò e BERCHET, Guglielmo, *Relazioni degli Stati Europei Lette al Senato dagli Ambasciatori Veneti. Nel secolo decimosettimo*, Venezia, Pietro Naratovich Editore, 1857-1871, vols. I-II (Espanha e Portugal)

BARROS, João de, *Ásia – Dos Feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras no Oriente*, (anotada por Hernâni Cidade e Manuel Morial), 6ª ed. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945-1956

BOCARRO, António, *Década XIII da Historia da Índia*, por Rodrigo José de Lima Felner, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1876, 2 vols.

- *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, 2 vols.

BRAGADINO, Antonio e FOSCARINI, Jacopo, *Intorno a trattato fra Venezia e Spagna sul traffico del pepe e delle spezierie dell'Indie Orientali* (1585), Venezia, Tipografia del Commercio di Marco Visentini, 1870

BRANDÃO, João, *Grandezas e abastança de Lisboa em 1552*, (org) José da Feliciano Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

BRANDÃO, Mário, *Documentos de D. João III*, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1937-1941

BRUNETTI, Mario e VITALE, Eligio, (a cura di), *La Corrispondenza da Madrid dell'Ambasciatore Leonardo Donà (1570-1573)*, Venezia-Roma, Istituto per la Collaborazione Culturale, 1963, 2 vols

CARLETTI, Francesco, *Ragionamenti del mio viaggio intorno al mondo*, (a cura di) Adele Dei, Milano, Mursia, 1987

CARVALHO, Gonçalo Dias de, *Carta a El-rey D.Sebastião*, Edição fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1986

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, vol.III

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols, Porto, Lello e Irmão Editores, 1979

COELHO, José Ramos, *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892

*Collecção de Leis da Dívida Publica Portuguesa*, coordenada e publicada pela Junta Do Credito Publico, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883

*Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, por José Justino de Andrade e Silva, Lisboa, 1854

*Collecção de Monumentos Inéditos para a História das conquistas dos Portugueses em África, Ásia e América*, 16 vols., Lisboa, Acadameia das Ciências de Lisboa, 1858-1933

*Collecção de Notícias para a História e Geografia das nações Ultramarinas que vivem nos domínios portuguezes, ou que lhe são visinhas*, I-VII, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1812-1856

CONESTAGGIO, Girolamo, *Dell'Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia. Istoria del sig. Ieronimo de Franchi Conestaggio Gentilhuomo genovese* Venetia, Paolo Ugolino, 1592

CONTINI, A. e VOLPINI Paola (a cura di), *Istruzioni agli Ambasciatori e inviati medicei in Spagna e nell'Italia Spagnola" (1536-1648)*, Roma, Ministero per i Beni e le Attività Culturali-Direzione Generale per gli Archivi, 2007

*Corpo Diplomatico Portugues*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884-1891

CORREIA, Gaspar, *Crónicas de D. Manuel e D. João III*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992

- *Lendas da Índia*, 4 vols., Porto, Lello e Irmão Editores, 1975

CORTESÃO, Armando, *Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1978

COSTA, Abel Fontoura da, *Roteiros portugueses inéditos da Carreira da Índia do séc. XVI*, Lisboa, Agência Geral das Colónia, 1940

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Na Oficina Real Deslandesiana, 1712, t. III

COSTA, Cristóvão de, *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais*, Junta da Investigação do Ultramar, 1964

COUTO, Diogo de, *Da Ásia de Diogo de Couto Dos feitos, que os Portuguezes fizeram na conquista, e descobrimento das terras, e mares do Oriente. Década Duodécima.*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1788. (Edição da Livraria Sam Carlos, Lisboa, 1974)

*Emmenta da Casa da Índia*, por A. Braamcamp Freire, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1907.

FALCÃO, Luís de Figueiredo, *Livro em que se contém toda a Fazenda e Real Património dos Reinos de Portugal, Índia e Ilhas adjacentes e outras particularidades*, 2ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1859

FARIA E SOUSA, Manuel de, *Ásia Portuguesa*, Livraria Civilização

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Instituto Cultural Ponta Delgada, 1998

GALVÃO, António, *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos Feitos até a Era de 1550*, Porto, Livraria Civilização, 1987

GAMA BARROS, Henrique da, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 5vols., 1885-1934

GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa*, (trad. Raul Machado), Lisboa, frenesi, 2000

- *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1949-1955

*Informazioni di Giovanni dall'Olmo, console veneto in Lisbona, sul commercio dei veneziani in Portogallo, e sui mezzi più adatti a ristorarlo 1584, 18 maggio*, publicado por B.Ceccheti com notas de Federico Stefani, Venezia, Naratovich, 1869

IRIA, Alberto, *Da Navegação Portuguesa no Índico* – (Documentos do Arquivo Historico Ultramarino), Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1963

*Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, (por Júlio da Conceição Pedro e Fernando Calapez), Lisboa, Livro Aberto, 2004

LAPEYRE, H., *Une Famille de Marchands: Les Ruiz*, Paris, Librairie Armand Colin, 1955

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodriguez, 1610

*Letters of John III King of Portugal (1521-1557)*, by J.D.M. Ford, Cambridge, Harvard University Press, 1931

*Livro Das Cidades, E Fortalezas, Qve A Coroa de Portvgal Tem Nas Partes Da India, E Das Capitancias, E Mais Cargos, Qve Nelas Ha, E Da Importancia Delles*, in: Boletim da Universidade de Coimbra, 1944, vol. XXI

MAFFEI, Giordano Pietro, *Historiarum Indicarum Libri XVI*, Venitiis, Officina Damiani Zenarij, 1588

MALDONADO, Maria Hermínia, *Relação das Nãos e Armadas da Índia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985

MARCOBRUNI, Paolo Emilio, *Raccolta di lettere di diversi Principi et altri Signori, Che contengono negotij et complimenti in molte graui et importantissime occorrenze*, In Venetia, appresso Pietro Dusinelli, 1595

MARQUES, J. M. Silva, *Descobrimientos Portugueses*, I-III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1944-1971

*Memorial de Pero Roiz Soares*, (leitura e anotações) M. Lopes de Almeida, Coimbra, Atlântida, 1953

MONTALBODDO, Francesco da, *Paesi novamente ritrovati per la Navigatione di Spagna in Calicut*, Milão, 1508

*Monumenta Henricina*, (ed.) António Joaquim Dias Dinis, Coimbra, 1960-1965

MORAIS, Cristovão Alão de, *Pedatura Lusitana*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948

MORAIS DO ROSÁRIO, Fernando de, *Privilégios dos Genoveses em Portugal*, in Estudos Italianos em Portugal, Quaderno n. 2, Lisboa, Istituto Italiano di Cultura, 1983

*Obras completas de D. João de Castro*, Ed. Critica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, 4 vols., 1978-1982

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551-Sumário*, Lisboa, Livros Horizontes, 1987

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1882-1911

ORTA, Garcia da, *Coloquio dos Simples e Drogas da Índia*, (reprod. fac-similada da ed. de 1891 dir. e anotada pelo Conde de Ficalho), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987

PATO, Raymundo Bulhão, (dir. de) *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, 5 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias e Imprensa Nacional, 1876-1935

- *Cartas de Affonso de Albuquerque*, Academia Real das Sciencias de Lisboa, tomo III, 1903

PAXI, Bartholomeo de, *Tariffa di pesi e mesure corrispondente dal Levante al Ponente*, Venezia, 1503

PEREIRA, Duarte Pacheco, *O Esmeraldo de situ Orbis*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988

PEREIRA, Gabriel, *Roteiros Portuguezes da Viagem de Lisboa à Índia nos séc. XVI e XVII*, Lisboa, Sociedade de Geographia, 1898

PERES, Damião (por), *Regimento das Cazas das Índias e Mina*, Fac. de Letras da Universidade de Coimbra, 1947

PINTO, Olga (a cura di), *Viaggi di C. Federici e G. Balbi alle Indie Orientali*, Il Nuovo Ramusio vol. IV, Roma, Istituto Poligrafico dello Stato, 1962

PRESTAGE, Edgar e AZEVEDO, Pedro de, *Registo da Freguesia de Santa Cruz do Castello desde 1536 até 1628*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913

- *Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927

RAMUSIO, Giovan Battista, *Delle Navigationi et Viaggi*, In Venetia nella Stamperia Giunti, 1553

REGO, António da Silva, (dir. de), *As Gavetas da Torre do Tombo*, vols. I-XII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967

RIBEIRO, Luciano, *Registo da Casa da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, 2 vols

RIBEIRO, Vítor, *Obituários da Igreja e Casa Professa de São Roque da Companhia de Jesus – Desde 1555 até 1704*, Academia das Ciências de Lisboa, 1916

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (dir. de), *Archivo Portuguez Oriental*, 2ª ed. Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1877 (1ª ed. 1857-1867)

- *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborensis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850-1871

SANCEAU, Elaine (prefácio e notas), *Documentação Ultramarina Portuguesa – VI, Coleção de São Lourenço*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973.

SASSETTI, Filippo, *Lettere*, raccolte e annotate da Ettore Marcucci, Firenze, Le Monnier, 1855

SASSETTI, Filippo *Lettere da vari paesi*, (a cura di) Vanni Bramanti, Milano, Longanesi, 1970

*Sermão na Dedicção da Igreja de N. Senhora do Loreto Reedificada pela Naçam Italiana na corte de Lisboa, pela haver abrasado o fogo Pelo M.R.P.M. Fr. Antonio dos Arcanjos Em oyto de Setembro de 1676*, Lisboa, Na Officina de Joam Galram

SERRA, José Correia da (por), *Inéditos de História Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1793, v.III

SILVEIRA, Francisco Rodrigues, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996

SOLIS, Duarte Gomes, *Alegación en favor de la Compañia de la India Oriental. Comercios ultramarinos, que de nuevo se instituyó en el Reyno de Portugal*, (org.) Moses Bensabat Amzalak, Lisboa, 1955

TORRIANI Leonardo, *Descrição e história do reino das Ilhas Canárias*, (estudo e tradução de José Manuel Azevedo e Silva), Lisboa, edições Cosmos, 1999

*Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1862

*Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) Fontes italianas para a sua história*, ed. Carmen Radulet e L. F. Thomaz, Lisboa, CNCDP, 2002

## **Obras Gerais**

ALBUQUERQUE, Luis de, *Os Descobrimentos Portugueses*, Publicações Alfa, 1985

- *Introdução à história dos Descobrimentos Portugueses*, Mira-Sintra, Europa-América, s.d.

- *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994, 2 vols.

ANDRADE, A.A. Banha de, *Mundos Novos do Mundo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972

AA.VV., *Outro Mundo Novo Vimos*, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 21 Julho-4 Novembro 2001 Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa

AA.VV., *Il Viaggio-Mito e Scienza*, Comitato Nazionale per le Celebrazioni del IV Centenario della Morte di Ulisse Aldrovandi, Bologna, Bononia University Press, 2007

AA.VV., *The Splendour of the Medici – Art and Life in Renaissance Florence*, Museum of Fine Arts Budapest, 24 January – 18 May 2008

AZEVEDO, Lúcio de, *Épocas de Portugal económico*, Lisboa, Clássica, 1988, 4ªed.

- “Organização económica”, in: *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, s.l., s.d., v.III

BARRETO, Luís Filipe, *Portugal mensageiro do mundo renascentista*, Lisboa, Quetzal, 1989

- “Fundamentos da Cultura Portuguesa da Expansão”, in *Philosophica*, n. 15, 2000, pp. 89-115

- *Portugal Pioneiro do diálogo Norte/Sul: Para um Modelo da Cultura dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988

- *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma Análise Sociocultural*, Lisboa, Gradiva, 1987

- *Caminhos do Saber no Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *O Renascimento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980

CORTESÃO, Jaime, *Os descobrimentos portugueses*, Lisboa, Livros Horizontes, 1984, 4ªed.

DOMINGUES, Francisco Contente e BARRETO, Luís Filipe, (organização de), *A Abertura do mundo. Estudos de história dos descobrimentos europeus*, Lisboa, Editorial Presença, 1986

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 2ª ed., 4 vols.

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, Odivelas, Ulmeiro, 1983

LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos*, s.l., s.d., v.II

MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*, Editorial Estampa, 1997

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1983

PLACANICA, Augusto, *L'età moderna – Alle radici del presente: persistenze e mutamenti*, Milano, Mondadori, 2001

SARAIVA, António José, *História da cultura em Portugal*, Lisboa, Jornal Do Foro, 1950-1961 3 vols.

- (dir.) *História de Portugal*, Publicações Alfa, 1983, 3 vols.

SÉRGIO, António, *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1972

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1978

SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *História de Portugal nos séc. XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1967, vol. 4

TENENTI, Alberto, *L'età moderna*, Bologna, Il Mulino, 1997

### **Obras específicas**

AIRALDI, Gabriella, “L’eco della scoperta dell’America”, in: *Gli Orizzonti Aperti-Profilo del mercante medievale*, a cura di Gabriella Airdi, I Florilegi X

AA.VV., *Relazioni storiche fra l’Italia e il Portogallo. Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia d’Italia / Tipografia del Senato, 1940

AA.VV., *Le caravelle portoghesi sulle vie delle Indie - Le cronache di scoperta fra realtà e letteratura*, Atti del Convegno Internazionale, Milano 3-4-5 Dicembre 1990

AA.VV., *A Vertigem do Oriente* (organização de Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira), Lisboa-Macau, Edições Cosmos-Instituto Português do Oriente, 1999

AA.VV., *Os Portugueses e o Oriente*, (coord.) Rosa Maria Perez, Lisboa, Dom Quixote, 2006

AA.VV., *Cristoforo Colombo e l'Apertura degli Spazi- Due Mondi a Confronto (1492-1728)*, Comitato Nazionale per le Celebrazioni del V Centenario della Scoperta dell'America, Roma, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1992, 2 vols.

AA.VV., *Sights and Insights Interactive Images of Europe and the Wider World*, ed. by Mary N. Harris, Ed. Plus, Pisa, 2007

ALBINI, Giuliana, “Para uma história dos italianos em Portugal: o arquivo de Nossa Senhora do Loreto”, in: *Estudos italianos em Portugal* n. 43-44, Instituto Italiano de Cultura em Portugal, Lisboa 1980-1981

- “Famiglie piacentine nella società spagnola e portoghese dei secoli XIV e XV. Prime indagini.”, in: *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*, Atti del secondo convegno, Roma, 1984

ALESSANDRINI, Nunziatella, “A alma italiana no coração de Lisboa: a Igreja de Nossa Senhora do Loreto”, in: *Estudos Italianos em Portugal*, Revista Instituto Italiano de Cultura Lisboa, Nova Série n. 2, 2007, pp. 163-185

- “The Image of India through the eyes of Filippo Sassetti, a Florentine Humanist Merchant in the 16th Century”, in *Sights and Insights Interactive Images of Europe and the Wider World*, Pisa, Edizioni Plus, 2007, pp. 43-59

- “La presenza italiana a Lisbona nella prima metà del Cinquecento”, in: *Archivio Storico Italiano*, anno CLXIV, n. 607, disp. I, 2006, pp. 37-54

- “A comunidade florentina em Lisboa (1481-1557)”, in: *Clio*, Centro de História Universidade de Lisboa, vol. 9, 2003, pp.63-86

- *Na comunidade italiana os florentinos em Lisboa e a Igreja do Loreto (Subsídios para o seu estudo no século XVI)*, Lisboa, 2002, 2 vols. (texto policopiado)

ALMEIDA, A.A. Marques de, “Italianos em Portugal no Século XV. Mercadores e Letrados. Homens e ideias”, in *Italia Portogallo. Viaggio nella storia e nella cultura*, Viterbo, Sette Città, 2008, pp. 33-47

- “A Carreira da Índia entre 1580 e 1640. Dívida Pública, dinheiro e crédito no financiamento das Armadas”, in *Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 767-777

- “A formação do discurso científico no Portugal das Descobertas entre fins do século XV e meados de Quinhentos”, in: *Mare Liberum* (13), 1997, pp. 11-3

- “Dívida pública: técnicas e práticas de refinanciamento do estado no período da União Ibérica”, in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, (coord.) Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp.15-28

- “O Zangão e o mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séc. XV-XVII)”, in *Revista Oceano*, n.29, Lisboa, 1997, pp. 25-35.

- *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Cosmos, 1993

ÁLVAREZ, Manuel Fernández, *Felipe II y su tiempo*, Madrid, Editorial Espasa Calpe, 1998

ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizontes, 1986

ALVES, Ivone Correia, *Gamas e Condes da Vidigueira*, Lisboa, Colibri, 2001

AMARAL, Maria Valentina Cotta do, *Privilégios de mercadores estrangeiros no reinado de D.João III*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965

ANDRETTA, Stefano, “La Curia Romana e la Questione Portoghese”, in *Religione Cultura e Politica nell’Europa dell’Età Moderna*, (a cura di) Carlo Ossola, Marcello Verga, M. Antonietta Visceglia, Firenze, Leo S. Olschki, 2003, pp. 213-249

AMZALAK, Moses Bensabat, *Uma carta de Duarte Gomes ao Duque de Lerma*, Lisboa, 1943

ANGIOLINI, Franco, “Diplomazia e politica dell’Italia non spagnola nell’età di Filippo II. Osservazioni preliminari”, in: *Rivista Storica Italiana*, anno XCII, fasc. II, 1980, pp. 432-469

ARAÚJO, Maria Benedita de Almeida, *Campanhas da Índia - Sofala, Goa e Malaca 1501/1600*, Lisboa, Quidnovi, 2008

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parceria A.M., 1938, vol.V

ATANÁZIO, Manuel Cardoso Mendes, *A arte em Florença no séc. XV e a capela do Cardeal de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1983

AVELAR, Ana Paula, *Fernão Lopes de Castanheda. Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do Governo de Nuno da Cunha?*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

AZEVEDO, Lúcio de, “Viagens de um florentino a Portugal e à Índia”, in: *Novas Epanáforas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1932

AZEVEDO, Pedro A. de, “ Appellidos italianos em Portugal”, in *Revista Lusitana*, Lisboa, 1906

BAIÃO, António, “O comércio do pau-brasil”, in: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, vol. II, pp. 317-347

BARRETO, Luís Filipe, “Plínio e a História Natural na Cultura Portuguesa da Expansão: Elementos para um Estudo”, in NASCIMENTO, Aires Augusto (coord.), *Os clássicos no tempo: Plínio, o Velho, e o Humanismo Português. Actas do Colóquio Internacional Lisboa*, 31 Março 2006, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2007, pp. 181-200

- *Macau: poder e saber – séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 2006

- *Damião de Góis – Os caminhos de um Humanista*, Lisboa, CTT Correios, 2002
- *Lavrar o Mar-Os Portugueses e a Ásia (c.1480-c.1630)*, Lisboa, CNCDP, 2001

BASSO, Enrico, *Genova: un impero sul mare*, Cagliari, Edizioni dell'Istituto sui Rapporti Ítalo-Iberici, 1994

BATTELLI, Guido, "Relazioni fra il Portogallo e la Toscana in occasione della impresa d' Africa del Re D.Sebastião (1578)", in: *Archivio Storico Italiano*, anno XCIX, 1941, vol.II, pp.120-124

- "L'Abate Don Gomes Ferreira da Silva e i portoghesi a Firenze nella prima metà del Quattrocento", in: *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia D'Italia, 1940, pp. 149-163
- G. Battelli, "La candidatura di Ranuccio Farnese al trono di Portogallo (1578-1580)", in *Aurea Parma*, XIV, 1930
- *Filippo Terzi architetto e ingegnere militare in Portogallo (1577-97)*, Firenze, Tipografia Alfani e Venturi, 1935

BAYLY, C.A., *The Birth of the Modern World – 1780-1914*, 2005

BELGRANO, Luigi Tommaso, "Documenti e genealogia dei Pessagno genovesi. Ammiragli del Portogallo", sep. *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, Genova, 1881, vol. XV

BELVEDERI, Raffaele, "L'asse lusitano fra medioevo e età moderna dall' Atlantico al Pacifico", in: *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisbona, Istituto Italiano di Cultura, 1998

- "Genova e Mediterraneo nei secoli XVI-XVIII", in: *Portugaliae Historica*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2ª série, vol. I, 1991, pp. 361-375

BENNASSAR, Bartolomé, "Marchands flamands et italiens à Valladolid au XVIe siècle", in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel* (herausgegeben von) Hermann Kellenbenz, Koln-Wien, 1970, pp. 48- 55.

BENVENUTI, Gino, *Le Repubbliche Marinare – Amalfi, Pisa, Genova e Venezia*, Roma, Newton Compton Editori, 2005

BERTINI, Giuseppe, “La vita e la corte di Maria di Portogallo a Parma”, in: *Maria di Portogallo sposa di Alessandron Farnese – Principessa di Parma e Piacenza dal 1565 al 1577 Atti della giornata di studio Parma 25 settembre 1999*, Parma, Ducati Editore

BENVENUTI, Leo, *Dizionario degli italiani all'estero*, Firenze, 1980

BETTI, Gian Luigi, “Bologna al tempo dell’interdetto di Venezia (1606-1607) e una nota su Fulgenzio Micanzio”, in: *L’Archiginnasio*, Bologna, XCVII-2002, pp.159-182.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005

BITOSSÌ, Carlo, “Genova, Spagna e Mediterraneo nel secondo Cinquecento: bilanci e prospettive”, in: B. Anatra e F. Manconi (dir.), *Sardegna, Spagna e Stati Italiani nell’età di Filippo II*, Cagliari, AM&D Edizioni, 1999

BORGES, Nelson Correia, *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II*, Porto, Paisagem Editora, s.d.

BORNATE, C., “I negoziati per attirare Andrea D’Oria al servizio di Carlo V”, in *Giornale Storico e Letterario della Liguria*, XVIII/2 (1942)

BOUWSMA, William J., *L’autunno del Rinascimento 1550-1640*, Bologna, Il Mulino, 2003

BOUZA, Fernando Àlvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes – Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000

- *Cartas para Duas Infantas Meninas – Portugal na Correspondência de D. Filipe I para as Suas Filhas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998

- “Portugal en la política internacional de Felipe II *por el suelo el mundo en pedazos*”, in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, (coord.) Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 29-43.

- *Portugal en la Monarchía Hispánica (1580-1640). Filipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, Tese Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid, 1987
  
- BOXER, C.R., e VASCONCELOS, Frazão de, *André Furtado de Mendonça*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955
  
- BOXER, C. R., *Os Portugueses e o Oriente*, Lisboa, Dom Edições 70,

  - *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, s.d.

  
- BOYAJIAN, James C., *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore, London, The John Hopkins University Press, 1993
  
- *Portuguese bankers at the court of Spain 1626-1650*, New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press, 1983
  
- BRAGAGLIA, Pierluigi, “L’apertura della Frontiera Atlantica: La Presenza “Italiana” in Portogallo nel Due e Trecento”, in *Miscellanea di Storia delle Esplorazioni*, Genova, 1995, n. XX.
  
- *Lucas e os Cacenas. Mercadores e Navegadores de Génova na Terceira (sécs. XV-XVI)*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1994
  
- *Os Italianos nos Açores e na Madeira, das origens da colonização a 1583 (Conquista espanhola da Terceira)*, Tese de Licenciatura em História Moderna Universidade de Bolonha, Faculdade de Ciências Políticas, 1992 (texto policopiado)
  
- BRAMANTI, Vanni, “Lettere inedite di Filippo Sassetti”, in: *Giornale Storico della Letteratura Italiana*, anno LXXXIII, Fasc. 441, 1966, pp. 390-406
  
- BRANDÃO, Fr. Francisco, *Monarchia Lusytana*, Lisboa, Na Officina de Paulo Craesbeeck, 1650 (parte V)
  
- BRASIO, Padre António, “As «razões» de João das Regras nas Cortes de Coimbra”, in *Lusitania Sacra*, Lisboa, 1958, t. III, pp. 5-38
  
- BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*, Lisboa, Teorema, 1992

- *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, Lisboa, Dom Quixote, 1983-1984, 2 vols.
- *O Modelo Italiano*, Lisboa, Teorema, 1997
- “Note sull’economia del Mediterraneo nel secolo XVII” , in: *Economia e Storia*, Roma, anno II, fasc.2, 1955, pp.117-142 e sep.
- “La double faillite coloniale de la France aux XVe et XVIe siècles , in : *Annales*, 1949, 4

BRUNETTI, Mario ed VITALE, Eligio (a cura di), *La corrispondenza da Madrid dell’ambasciatore Leonardo Donà*, Venezia-Roma, Istituto per la collaborazione culturale, 1963

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005

BURKE, Peter, *Cultura e società nell’Italia del Rinascimento*, Bologna, Il Mulino, 2001

- *Il Rinascimento Europeo – Centri e Periferie*, Roma-Bari, Laterza, 1999

BUSCAGLIA, Maria Giuliana, “Echi archivistici genovesi per la storia della perdita dell’indipendenza portoghese”, Estratto da: *Genova, la Liguria e l’Oltremare tra Medioevo ed Età Moderna. Studi e Ricerche d’Archivio*, Genova, 1981, pp. 145-174

CADDEO, Rinaldo, (a cura di), *Le Navigazioni Atlantiche di Alvise da Mosto, Antoniotto Usodimare e Niccoloso da Recco*, Milano, Edizioni Alpes, 1928

CAMERANI, Sergio, « Contributo alla storia dei trattati commerciali fra la Toscana e i Turchi », in *Archivio Storico Italiano*, 1939, n.371, pp. 83-101

CANESTRINI, Giuseppe, « Intorno alle relazioni commerciali de’ fiorentini co’ portoghesi », in: *Archivio Storico Italiano*, Appendice Tomo III, 1846

- « Il Mar Nero e le Colonie degli’Italiani nel Medio Evo», in *Archivio Storico Italiano*, 1857, n. 9, pp. 3-28

CARACI, Luzzana Ilaria, “A Expansão do Mundo nos Planisferios da Biblioteca Estense Universitária de Modena”, in *As Novidades do Mundo*, (coord.) Maria da

Graça Mateus Ventura e Luís Jorge Semedode Matos, Lisboa, Colibri, 2003, pp.33-43

- Amerigo Vespucci, i mercanti italiani in Portogallo e la nascita del *Mundus Novus*”, in: *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisboa, Istituto Italiano di Cultura, 1998

CARANDE, Ramón, *Carlos V y sus banqueros*, Barcelona, Ed. Crítica, 1990

CARDIM, Pedro, « A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o império e a reputação », in *D. João III e o império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAm, 2004, pp.627-660.

- « Embaixadores e representantes Diplomáticos da Coroa Portuguesa no Século XVII », sep. *Cultura. Revista do Centro de História da Cultura*, UNL,n.15, Lisboa, 2002

- « D. João IV (1640-1656). A luta por uma causa rebelde », in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, vol. VIII, *O Antigo Regime*, coord. António Manuel Hespanha, Lisboa, Lexicultural, 2002, pp. 233-268

- *Cortes e cultura política no Portugal do antigo regime*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998

CARDINI, Franco, « I Fiorentini e l’espansione Europea », in : *Mare Liberum*, (2), 1991, pp.31-36

CAREY, Daniel (Ed. by), *Asian Travel in the Renaissance*, Blackwell Publishing Ltd, 2004

CARMONA, Maurice, « Sull’economia toscana del Cinquecento e del Seicento », in : *Archivio Storico Italiano*, 1962, anno CXX, pp. 32-46

CARNESECCHI, Carlo, “Paolo Toscanelli e gli Ambasciatori del Re di Portogallo nel 1459”, in: *Archivio Storico Italiano*, t. XXI, n.210, 1898, pp. 816-818

CARREIRA, António, *Tráfico português de escravos*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1979

CASTELLANO, Filippo, “Un banchiere genovese a Siviglia agli inizi del XVI secolo: Gaspare Centurione”, in: *Miscellanea di Storia Italiana e Mediterranea*, Genova, 1978, pp. 409-421.

CASTELLO BRANCO, Theresa M. Schedel, *Na Rota da Pimenta*, Lisboa, Editorial Presença, 2005

CASTRO, José de, *D. Sebastião e D. Henrique*, Lisboa, União Gráfica, 1942

CATZ, Rebecca, *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Lisboa, Editorial Presença/Biblioteca Nacional, 1983

CERVELLI, Innocenzo, “Intorno alla decadenza di Venezia – Un episodio di storia económica, ovvero un affare mancato”, in *Nuova Rivista Storica*, vol. L, anno 1966, pp. 596-642

CIASCA, Raffaele, (a cura di), *Istruzioni e Relazioni degli Ambasciatori Genovesi*, Roma, Istituto Storico Italiano per l’Età Moderna e Contemporanea, vol. I Spagna

CIBRARIO, Luigi, “Notizie di Matilde di Savoia, moglie d’Alfonso Henriquez, primo re di Portogallo”, in: *Memorie della Real Accademia delle Scienze di Torino*, Torino, 1851, serie II, Tomo I, pp.287-292

CIPOLLA, Carlo M., *Vele e cannoni*, Bologna, Il Mulino, 1999

- *Conquistadores, pirati, mercatanti*, Bologna, Il Mulino, 1996
- *Tre storie extra vaganti*, Bologna, Il Mulino, 1994
- *Il burocrate e il marinaio*, Bologna, Il Mulino, 1992
- *I pidocchi e il Granduca*, Bologna, Il Mulino, 1979

COELHO, António Borges, *Política, Dinheiro e Fé – Questionar a História V*, Lisboa, Caminho, 2001

- *Cristãos-Novos Judeus e os Novos Argonautas – Questionar a História IV*, Lisboa, Caminho, 1998

- *Duarte Gomes Solis: Portugal e o Império*, Lisboa, Academia da Marinha, 1996
- *Quadro para uma viagem a Portugal no sec. XVI*, Lisboa, Caminho, 1986
- *Clérigos, mercadores, «judeus», e fidalgos – Questionar a História II*, Lisboa, Caminho, 1988
- *O Tempo e os Homens – Questionar a História III*, Lisboa, Caminho, 1988
- *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Editorial Caminho, 1986
- *Questionar a História (Ensaio sobre a História de Portugal)*, Lisboa, Ed. Caminho, 1983

COELHO, Henrique Trindade e BATELLI, Guido, *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Itália*, Firenze, 1935

COGNASSO, Francesco, “Le relazioni tra lo Stato Sabauda ed il Portogallo nei secoli XVI e XVII”, in: *Relazioni Storiche fra l’Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia D’Italia, 1940, pp. 433-441

COLLO, Paolo, e CROVETTO, Pier Luigi, ( a cura di), *Nuovo Mondo-Gli Italiani*, Torino, Einaudi, 1991

CORREIA, Germano, *História da Colonização Portuguesa na Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950

CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda

CORTESÃO, Jaime, “A Expedição de Pedro Álvares Cabral e a família dos Marchioni”, in “Seara Nova” 15-2-1922, pp. 208-214

COSTA, João Paulo Oliveira e, “O Império Português em meados do século XVI”, in: *Anais de História de Além-Mar*, Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 87-123

COSTA, Leonor Freire, *Império e Grupos Mercantis – Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002

- *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa, CNCDP, 2002, 2 vols.
- “A Ribeira das Naus de Lisboa, a Rota do Cabo e os circuitos comerciais europeus no século XVI”, in *Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 239-255

COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008

COSTANTINI, Claudio, *La Repubblica di Genova nell'età moderna*, Torino, UTET, 1978

- “Genova e la guerra di Castro”, sep. *Studi e Documenti di Storia Ligure*, Genova, 1996, pp. 327-346
- 
- “L’istituzione del porto franco genovese delle merci”, sep. *Miscellanea di Storia Ligure IV*, Genova, 1966

COSTANZO, Giovanni, “Físicos italianos in Portugal”, in: *Relazioni Storiche fra l’Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia D’Italia, 1940, pp. 375-386

COUTO, Anabela Galhardo, “A festa como jogo de poder e de deslumbramento: presença de mercadores italianos na Lisboa festiva do período barroco”, in: *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisboa, Istituto Italiano di Cultura, 1998

COUTO, Dejanirah, *História de Lisboa*, Lisboa, Gótica, 2003

- “No rasto de Hadim Suleimão Pacha: alguns aspectos do comércio do Mar Vermelho”, in: *A carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp.483-508.
- “L’espionnage portugais dans l’Empire Ottoman au XVIe siècle”, in: *La Decouverte, le Portugal et l’Europe*, Actes do Colloque, Paris, les 26,27 et 28 mai 1988, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1990, pp. 243-268

COZZI, Gaetano, *Repubblica di Venezia e Stati Italiani*, Torino, Einaudi, 1982

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *A governação de D. João III: A fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001

- “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África”, sep. *Mare Liberum*, 13 e 14, Junho e Dezembro 1997

CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo, “A União Ibérica e o Mundo Atlântico. 1580 e o processo político português”, in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, (coord.) Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp.47-64

- *As regências na menoridade de D. Sebastião*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992

- “Os diplomatas portugueses em Roma no século XVI e as informações acerca do Turco e da Índia”, in *Portugaliae Histórica*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa-Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 2ª Série- volume 1, 1991, pp. 103-138

*Cultural links between Portugal and Italy in the Renaissance*, ed. by K.J.P. Lowe, Oxford, UP, 2000

CURTO, Diogo Ramada, “A restauração de 1640: nomes e pessoas”, in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n.0, 2003, pp. 321-336

DAMAS, Judite Maria Calado, *Italianos em Portugal nos séculos XIII a XV (1278/1460). Elementos para o seu estudo*, Dissertação de Licenciatura em História, Faculdade de Letras de Lisboa, 1971

D’ARIENZO, Luisa, “L’influenza culturale italiana alla corte portoghese nell’età delle scoperte”, separata *Mare Liberum* (2), 1991, pp.107-120

- “Nel cuore di Lisbona si parlava italiano”, in: *Euros*, anno II n.3/4 marzo-aprile, 1992, pp.78-81

- “La lettera Toscanelli-Martins e i mercanti fiorentini: la cultura toscana nel Portogallo delle scoperte”, in: *Toscana e Portogallo, Miscellanea*

*storica nel 650° anniversario dello Studio Generale di Pisa, Studi in onore del Dott. Mário Soares, Pisa, ed. ETS, 1994, pp.11-55*

- “La presenza italiana in Portogallo e nella Spagna meridionale all’epoca di Cristoforo Colombo”, in: *Due Mondi a Confronto*, pp.535-565
- “I Toscani sulla via delle Indie all’epoca di Cristoforo Colombo”, *Sep. Riv. Geogr. Ital. Annata del Centenario* 100, 1993, p.321-343
- “Mercanti italiani fra Siviglia e Lisbona nel Quattrocento”, in: *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*, Atti del secondo convegno, Cappelli Editore, Roma 1984
- “Veneziani in Portogallo e Portoghesi a Venezia nell’Età delle Scoperte”, in: *Bartolomeu Dias e a sua época Congresso Internacional Actas*, Porto, 1989, pp. 427-443
- “Banchieri e mercanti genovesi in contatto con Cristoforo Colombo in Portogallo”, in: *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisbona, Istituto Italiano di Cultura, 1998

D’ARIENZO, Valdo e DI SALVIA, Biagio, *Siciliani nell’Algarve*, Palermo, Sellerio Editore, 1990

DE LUCA, Giuseppe, *Commercio del denaro e crescita economica a Milano tra ‘500 e ‘600*, Il Polilifo, Milano, 1996

DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, Lisboa, Edições 70, s.d.

DEMOULIN, Luis, « Le Portugal, son économie et son trafic d’outre-mer vers 1600, vus par le Florentin Raffael Fantoni », in *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, 1974, pp. 157-173.

DE NEGRI, Teofilo Ossian, *Storia di Genova*, Firenze, Giunti Martello Editore, 1986

DENUCE, J., *Inventaire des Affaitadi Banquiers Italiens a Anvers de l’année 1568*, Anvers-Paris, 1934

- « Priviléges commerciaux accordés par le rois de Portugal aux Flamands et aux Allemands (XV et XVI<sup>e</sup> siècles) », in *Arquivo Historico Portuguez*, Lisboa 1909, vol.II

DENUNZIO, Antonio Ernesto, « Strategie diplomatiche e vicende dinastiche : le pretese dei Farnese nella successione al trono di Portogallo », in *Maria di Portogallo sposa di Alessandro Farnese – Principessa di Parma e Piacenza dal 1565 al 1577, Atti della giornata di studio Parma 25 settembre 1999*, Parma, Ducati Editore

DIAS, José Sebastião da Silva, *Portugal e a cultura europeia (séculos XVI a XVIII)*, Porto, Campo das Letras, 2006

DIAS, Manuel Nunes, « Dinâmica dos metais alemães na Rota do Cabo », in : *Bartolomeu Dias e a sua época Congresso Internacional Actas*, Porto, 1989, pp. 563-584

DIAS, Pedro, *Importação de esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*, Porto, Editorial Paisagem, 1982

DIFFIE, Bailey W. e WINIUS, George D., *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977 ( trad. port., *A Fundação do Império Português 1415-1580*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1993)

DIFFIE, Baylei W., «Dois documentos referentes ao comércio luso-veneziano no século XIV », in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1962

DISNEY, Anthony, « The gulf route from India to Portugal in the sixteenth and seventeenth centuries : couriers, traders and image-makers », in : *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 527-550

EHRENBERG, Richard, *Le siècle des Fugger*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1955

ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986

FARIA, Manuel Severim de, *Viagens em Portugal, 1604-1609-1625*, ed. e introd. por Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1974

- *História portuguesa e de outras provincias de Ocidente desde o anno de 1610 até o de 1640 da felice aclamação de el Rey Dom João o IV*, Fortaleza: typ. Studart, 1903

FARINELLI, Arturo, *Viajes por España y Portugal. Desde la Edad Media hasta el siglo XX. Nuevas e antiguas divagaciones bibliograficas*, I-II, Reale Accademia d'Italia, Roma, 1942; III, Accademis d'Italia, Firenze 1944; IV, póstumo, Accademia Nazionale dei Lincei, Roma 1979

FELGUEIRAS GAYO, Manuel José da Costa, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992

FERNANDES, R.C. Mendonça de Matos, “Alguns aspectos das relações entre Portugal e as Repúblicas italianas nos últimos 25 anos do século XV”, in: *Rapporti Genova-Mediterraneo-Atlantico nell'Età Moderna*, a cura di Roberto Belvederi, Genova, 1989, pp. 155-168

FEROS, Antonio, *Kingship and Favoritism in the Spain of Philip III (1598-1621)*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000

FERREIRA, J.G., *Portugal 1578-1668*, Porto, 1897

FERRERO, Ermanno, “Documenti sulle relazioni delle città toscane coll'Oriente Cristiano e coi turchi fino all'anno MDXXXI”, in *Archivio Storico Italiano*, n.119, 1880, p. 293

FERRO, Gaetano, “Per una geografia storica degli insediamenti liguri in Portogallo e nella penisola iberica meridionale, nell'età delle scoperte”, *Mare Liberum*, 2, 1991, pp. 37-41.

FILIPPI, Filippo de, *I Viaggiatori Italiani in Asia*, Roma, Istituto Italiano per il Medio ed Estremo Oriente, 1934

FITZLER, M.A. Hedwig, “Überblick über die portugiesischen Überseehandels-gesellschaften des 15.-18. Jahrhunderts”, in: *Vierteljahrschrift für Sozial-und Wirtschaftsgeschichte*, Stuttgart, 1931, pp. 282-298

FONSECA, L.A. da, CAEDDU, M.E., (a cura di) *Portogallo mediterraneo*, Cagliari, CNR, 2001.

FORMISANO, Luciano, “La geografia dei mercanti nella compilazione di Piero Vaglianti”, estratto da: *Columbeis V*, Università di Genova-Facoltà di Lettere, 1993

- “Aspetti della cultura di Andrea Corsali”, in: *Miscellanea storica della Valdelsa*, (3), 1992, pp.212- 223

FRANCO, Marisa Vega, *El trafico de esclavos con America (Asientos de Grillo y Lomelin, 1663-1674)*, Sevilla, Escola de Estudios Hispano-Americanos, 1984

FRATI, Lodovico, “La Spagna e il Portogallo alla fine del Seicento. Secondo il Diario inedito di un contemporaneo italiano”, in: *Nuova Antologia*, Roma, Soc. Nuova Antologia e Casa Editrice d’Arte Bestetti e Tuminelli, Serie VII, Fasc. n. 1336, 16 novembre 1927, pp. 231-238

FRATTARELLI FISCHER, Lucia, “Reti locali e reti internazionali degli ebrei di Livorno nel Seicento”, in *Commercial Networks in the Early Modern World*, (edited by Diogo Ramada Curto and Anthony Molho), Badia Fiesolana, San Domenico, 2002/2, pp. 148-175.

FREIRE, Braamkamp Anselmo, “A feitoria de Flandres”, in: *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, pp. 324-340

FUETER, Edoardo, *Storia del sistema degli stati europei dal 1492 al 1559*, Firenze, 1932

GALLUZZI, Riguccio, *Istoria del Granducato di Toscana*, Firenze, Gaetano Cambiagi Stampatore Granducale, 1781, 5 vols.

GARIN, Eugenio, *L’Uomo del Rinascimento*, Roma-Bari, Laterza, 2005

- *La cultura del Rinascimento*, Milano, Il Saggiatore, 2006

GASCON, Richard, *Grand commerce et vie urbaine au XVe siècle – Lyon et ses marchands (environs de 1520-environs de 1580)*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1971, 2 vols.

GIACCHERO, G., *Il Seicento e le Compere*, Genova, Sagep, 1979

GIARDINA, Andrea e GUREVIC, Aaron Ja., *Il mercante dall’Antichità al Medioevo*, Roma-Bari, Editori Laterza, 1994

GIOFFRÈ, Domenico, “Documenti sulle relazioni fra Genova e il Portogallo dal 1493 al 1539”, in *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, Bruxelles-Rome, 1961

GIORGETTI, A., “Lettere di Giovanni da Empoli e di raffaello Galli, in *Archivio Storico Italiano*, n. 119, 1880, pp. 165-174

- “Nuovi documenti su Giovanni da Empoli”, in: *Archivio Storico Italiano*, t. XIV, disp.IV, 1894, pp.322-329

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2007

- *Portugal A emergência de uma nação*, Lisboa, Colibri, 2004

- *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975

- *O papel de Portugal nos séculos XV-XVI Que significa descobrir? Os novos mundos e um mundo novo*, Editorial do Ministério da Educação, 1994

- *Mito e Mercadoria. Utopia e prática de navegar sécs. XIII-XVIII*, Lisboa, DIFEL, 1990

- *História económica e social da expansão portuguesa*, Lisboa, 1959 e 1962

- “Crises et changements géographiques et structureaux au XVIe siècle”, in: *Studi in onore di Armando Sapori*, vol.II, pp.981-998.

- *Ensaio II- Sobre História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 2ª ed. , 1978

- “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia”, in *Revista de História Económica e Social*, n.4 Julho-Dezembro 1979, Lisboa, pp.75-88

- “A Historiografia Portuguesa: orientações, problemas, perspectivas”, *Revista de História*, 1955, nrs. 21 e 22

GORIS, J.A., *Études sur les colonies marchandes méridionales*, Louvain, Librairie Universitaire, 1925

GRENDI, Edoardo, *La Repubblica aristocratica dei Genovesi*, Bologna, Il Mulino, 1987

GUEDES, Lívio da Costa, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII – A «Descrição» de Alexandre Massai (1621)*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1988, 2 vols.

GUICCIARDINI, Francesco, *Storia d'Italia*, a cura di C. Panigada, Bari, 1929

HÄBERLEIN, Mark, “Merchant Practices and the Spatial Organisation of Trade in the Sixteenth Century: The Welser Company of Augsburg on the Iberian Peninsula”, (no prelo)

- “Kreditbeziehungen und Kapitalmärkte vom 16. bis zum 19. Jahrhundert”, in *Soziale Praxis des Kredits – 16.-20. Jahrhundert*, Hannover, 2007, pp. 37-51

HALE, John, R., *Firenze e i Medici – Storia di una città e di una famiglia*, Milano, Mursia, 1980

- *L'Europa nell'età del Rinascimento 1480-1520*, Bologna, Il Mulino, 2003

HANSON, Carl A., *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*, Lisboa, Publicação D. Quixote, 1986

HEERS, Jacques, “I capitali internazionali nei viaggi di scoperta”, in: *Gli orizzonti aperti-Profilo del mercante medievale*, a cura di Gabriella Airaldi, 1994, pp. 207/224

- “Les hommes d'affaire italiens en Espagne au Moyen Age: le marché monétaire”, in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel*, (hrsg. von) Hermann Kellenbenz, Köln-Wien, Bolhau-Verlag, 1970, pp. 74-83

- “Il commercio nel Mediterraneo alla fine del sec. XIV e nei primi anni del sec. XV”, in *Archivio Storico Italiano*, 1955, n. 406, pp. 157-209

HENRIQUES, Isabel Castro e MARGARIDO, Alfredo, “Os Italianos como revelador do projecto político português nas ilhas atlânticas”, in: *Ler História*, vol.16, 1989

HERMANN, C.- MARCADÉ, J., *A Península Ibérica no século XVII*, Lisboa, Publicações Europa/América, 2002

HESPANHA, António Manuel, “Portugal y la politica de Olivares. Ensayo de análisis estructural”, in *Revueltas y revoluciones en la Historia*, Júlio Valdéon Baruque et alii, Salamanca Ediciones Universidad, 1994

- *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994

- “A Restauração portuguesa nos capítulos de cortes de 1641”, in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, 1993, n. 9/10, pp.29-62

- *Poder e Instituições no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992

HIBBERT, Christopher, *Ascesa e caduta di Casa Medici*, Milano, Arnoldo Mondadori Editore, 1988

HUETTER, Luigi, “Orme di portoghesi in Italia”, in: *Relazioni Storiche fra l’Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia D’Italia, 1940, pp. 489-510

JEANNIN, Pierre, *Os mercadores do século XVI*, Porto, Vertente, 1986

“Lisboa. Igreja de Nossa Senhora do Loreto”, in *O Panorama*, vol.12, n.1, Lisboa 1855

KAMEN, Henry, *Filipe I – O Rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008

KARL, Barbara, “*Galanterie di cose rare...*” Filippo Sassetti’s Indian Shopping List for the Medici Grand Duke Francesco and His Brother Cardinal Ferdinando”, in *Itinerario*, 3, 2008, pp.23-42.

KELLENBENZ, Hermann, “The Portuguese Discoveries and the Italian and German Initiatives in the Indian Trade in the first two Decades on the 16th Century”, in: *Bartolomeu Dias e a sua época*, Congresso Internacional Actas, Porto, 1989, pp. 609-623

- “I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi”, in *S. Carlo e il suo tepo-Atti del Convegno Internazionale nel IV Centenario della morte*, Milao 21-26 Maggio 1986, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1986

- “Les foires de Lyon dans la politique de Charles-Quint”, sep. *Cahiers d’Histoire*, Lyon, t.V, 1960
- “Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530”, sep. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1961, t.9
- “Vicissitudes de Jácome Fixer mercador alemão de Lisboa”, sep. *Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra, 1965
- “Zur Geschichte der portugiesischen Handelskompagnien”, in: *Wirtschaft, Geschichte und Wirtschaftsgeschichte*, Stuttgart, Gustav Fischer Verlag, 1966, págs. 99-118.
- “Fuggers em Portugal”, in: *Diccionario de História de Portugal*, (coord. Joel Serrão), Porto, Livraria Figuerinhas, vol. III, pp.84-86.

KIRK, Thomas, “A Little Country in a World of Empires: Genoese Attempts to Penetrate the Maritime Trading Empires of the Seventeenth Century”, in *The Journal of European Economic History*, Roma, Luigi de Rosa Editor, 1996, vol. 25, n.2, pp. 407-421.

KOENIGSBERGER, H.G., MOSSE, G.L., BOWLER, G.Q., *L’Europa del Cinquecento*, Bari, Laterza, 1999

LAPEYRE, Henri, *Une Famille de Marchands les Ruiz*, Paris, Armand Colin, 1955

LAVAGNINO, Gino, “Gli artisti italiani in Portogallo”, in *L’opera del genio Italiano all’estero*, Roma, La libreria dello Stato, 1940

LEAL, Augusto Soares Azevedo Barbosa Pinho de, *Portugal Antigo e Moderno*, Braga, Cota d’Armas Editores e Livreiros, 1990, v. IV

LE GOFF, Jacques, *Mercanti e banchieri nel Medioevo*, Messina-Firenze, Ed. G. D’Anna, 1976

- “Nel Medioevo: tempo della Chiesa e tempo del mercante”, in: *Gli Orizzonti Aperti-Profilo del mercante medievale*, a cura di Gabriella Airaldi, Florilegi X, pp.

LIMÃO, Paula Cristina de Paiva, “Companhias comerciais, banqueiros e mercadores italianos em Portugal no século XV”, in: *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisboa, Istituto Italiano di Cultura, 1998

LOBATO, Manuel, “A Carreira da Índia e a variante de Malaca (1507-1641)”, in: *Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 343-376

LOMBARDI, Daniela, “1629-1631: crisi e peste a Firenze”, in *Archivio Storico Italiano*, 1979, anno CXXXVII, pp. 3-50

LOPES, Edmundo Correia, *A escravatura: subsídios para a sua história*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1944

LOPEZ, Roberto S., “Le Marchand Génois. Un profil collectif”, in: *Annales E.S.C. Juillet/Sept.* 1958, pp. 501-515

- “Il predominio economico dei Genovesi nella Monarchia Spagnola”, in: *Giornale Storico e letterario della Liguria*, anno XI, fasc.II, 1936, pp. 65-74.

LOUREIRO, Rui, “O encontro de Portugal com a Ásia no século XVI”, in: *O confronto do olhar*, Lisboa, Editorial Caminho, 1991, pp. 155-211

LUZ, Francisco Paulo Mendes da, *O Conselho da Índia*, Lisboa Agência Geral do Ultramar, 1952

MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de força*, Instituto de Defesa Nacional, 1987

MADAHIL, António Gomes da Rocha, “O primeiro mês da Restauração contado em carta inédita de João Pinto Ribeiro e Vasco de Andrade”, in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, vol. VII, pp. 115-136

MAGGIOROTTI, Leone Andrea, “Architetti militari italiani in Portogallo”, in: *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia D'Italia, 1940, pp. 421-432

MAINONI, P., *Mercanti Lombardi tra Barcellona e Valentia nel basso medioevo*, Bologna, Cappelli, 1982

MALANIMA, Paolo, “L’industria fiorentina in declino fra Cinque e Seicento: linee per un’analisi comparata”, in: *Firenze e la Toscana dei Medici nell’Europa del Cinquecento*, Atti del Convegno Internazionale, Firenze 9-14 giugno 1980, Olschki Editore, 1983, vol.I, pp. 295-308

MALLONE, Cesare Cattaneo, “Pubblico e privato nella Genova dei mercanti”, sep. *Storia dei Genovesi*, vol. XI, Genova, 1990, pp. 3-22

MARCHESI, Vincenzo, “Le relazioni tra la Repubblica di Venezia e il Portogallo dall’anno 1522 al 1797”, in: *Archivio Veneto*, tomo XXXIII e XXXIV, 1887

MARQUES, A.H. Oliveira, *Ensaio de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas Editores, 1988

- “Uma descrição de Portugal em 1578-80”, in *Nova História*, n.1 Junho 1984

- *Ensaio da história medieval portuguesa*, Lisboa, Veja, 1980

MARSILIO, Claudio, ‘Dove il denaro fa denaro’. *Gli operatori finanziari genovesi nelle fiere di cambio del XVII secolo*, Novi Ligure, Città del Silenzio, 2008

- “Le fiere di cambio nel XVI e XVII secolo – Piacenza centro nevralgico del mercato del credito europeo”, in *L’Età farnesiana 1545-1732*, Piacenza, Storia Economica e Sociale di Piacenza e del suo Territorio, 2008, pp. 253-308

- “Le fiere di cambio tra il XVI e il XVII secolo: Piacenza nel cuore della finanza internazionale”, in *Bollettino Storico Piacentino*, anno CII, fasc.2, Luglio-Dicembre 2007, pp. 251-269

- “Nel XVII secolo dei genovesi. La corrispondenza commerciale di Paolo Gerolamo Pallavicini nel triennio 1636-1639”, in *Storia Economica* (dir Luigi Rosa), fasc. 1, vol. 1, 2005, pp. 101-119

MARTÍN, Filipe Ruiz, *Las finanzas de la monarquía hispánica en tiempos de Felipe IV (1621-1665)*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1990

- *Pequeño capitalismo, gran capitalismo*, Barcelona, Editorial Crítica, 1990

- “Los hombres de negocios genoveses de España durante el siglo XVI”, in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel*, (hrsg. von) Hermann Kellenbenz, Köln-Wien, Bolhau Verlag, 1970, pp. 84-99
- *Lettres marchandes échangées entre Florence et Medina del Campo*, Paris, S.E.V.P.E.N, 1965

MASI, Gino, *Statuti delle colonie fiorentine all'estero: sec. 15/16*, Milano, Giuffrè, 1941

- “Lettera di João II a Lorenzo de' Medici”, in *Biblos*, Coimbra, vol. V, n.9-10, 1929, pp.511-515

MATOS, Manuel Cadafaz de, “O Visitador das Índias Orientais, Pe. Alexandre Valignano, 1539-1606”, in *Estudos Italianos em Portugal* Revista do Instituto Italiano de Cultura de Lisboa, Nova Série, n. 2, 2007, pp. 185-229

MATTOSO, José, *História de Portugal-No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, s.l., Editorial Estampa, s.d.

MATOS, Artur Teodoro de, *Na Rota da Índia*, Instituto Cultural de Macau, 1994

MATOS, Luís de, *L'Expansion Portugaise dans la Litterature Latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991

MATHEW, K.S., “Indo-Portuguese trade under Dom Philip I of Portugal and the Fuggers of Germany”, in *Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 563-580

MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988

- *Études Économiques sur l'Expansion Portugaise (1500-1900)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970

- “L'Atlantique portugais et les esclaves 1570-1670”, in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, t. XXII, 2ª Série, n. 2, 1956 e sep.

MC ALISTER, Lyle N., *Dalla scoperta alla conquista. Spagna e Portogallo nel nuovo mondo. 1492/1700*, Bologna, Il Mulino, 1986

MECO, José, e ATAÍDE, M. Maia, *A Igreja de Nossa Senhora do Loreto*, Embaixada de Itália e Instituto Italiano de Cultura, Lisboa, 1986

MELIS, Federigo, “Gli italiani e l’apertura delle vie atlantiche”, in: F.Melis, *Mercaderes Italianos en España (siglos XIV-XVI)*, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, N°1, 1978, pp. 169/175

- “I rapporti economici fra la Spagna e l’Italia nei secoli XIV-XVI secondo la documentazione italiana”, in: F. Melis, *Mercaderes Italianos en España (siglos XIV-XVI)*, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, N.1, 1978, pp.177-199
- “Sul finanziamento degli allievi portoghesi del Real Colégio de España di Bologna nel XV secolo”, *Studia Albornotiana*, vol.XIII, 1973
- *Documenti per la storia economica dei secoli XIII-XVI*, Firenze, Leo S. Olschki, 1972
- “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo, nel secolo XV”, in: *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel*, (hrsg. von Hermann Kellenbenz), Koln-Wien, Bohlau Verlag, 1970, págs. 56-73
- “La situazione della marina mercantile all’inizio dell’epoca arricchita: fattori tecnici ed economici di sviluppo”, *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, Lisboa, 1961

MELLO, Evaldo Cabral de, *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*, Lisboa, CNCDP, 2002

MENCHINI, Carmen, “Storiografia Italiana e Storia Portoghese tra Cinque e Seicento: Gerolamo Conestagio de’ Franchi”, in *Studi Secenteschi*, Olschky Editore, vol. XLIX, 2008, pp. 148-183.

MODIGLIANI, Maria, “Note intorno al viaggiatore Paolo Centurione”, in: *Bollettino della R. Società Geografica Italiana*, serie VI, vol. IX, 1932, pp. 350-363

MONIZ, António Manuel de Andrade, *A História Trágico-Marítima-Identidade e condição humana*, Lisboa, Edições Colibri, 2001

MONTANELLI, Indro e GERVASO, Roberto, *L'Italia della Controriforma*, Milano, Rizzoli, 1968

- *L'Italia dei secoli d'oro*, Milano, Rizzoli, 1967

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003

MOREIRA, Rafael (dir. de), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989

MOTTA, Giovanna, “Presenze italiane nell’Atlantico portoghese”, in: *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisbona, Istituto Italiano di Cultura, 1998

MUSSO, Gian Giacomo, *Navigazione e Commercio Genovese con il Levante nei documenti dell’Archivio di Stato di Genova*, Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1975

NOGAL, C. Alvarez, “El factor general del Rey y las finanzas de la monarquía hispánica”, in *Rivista de Historia Economica*, XVII, 3, 1999

- *Los Banqueros de Felipe IV y los metales preciosos americanos (1621-1665)*, Estúdios de Historia Económicas, n. 36, Banco de España-Servicio de Estúdios, 1997

- *El crédito de la Monarquía Hispánica en el reinado de Felipe IV*, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1997

NOGAL, C. Alvarez, LO BASSO L., MARSILIO C., “La rete finanziaria della famiglia Spinola: Spagna, Genova e le fiere dei cambi (1610-1656)”, in *Quaderni Storici*, n.124, anno XLII, aprile 2007, pp. 97-109

OLIVEIRA, António de, *Filipe III*, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2005

OLIVEIRA, Julieta Teixeira Marques de, *Veneza e Portugal no século XVI: subsídios para a sua história*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, Lisboa, 1999 (Dissertação de doutoramento em História Moderna, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1995)

- *Fontes Documentais de Veneza referentes a Portugal (1566-1600)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997
  
- ORIGO, Íris, *Il Mercante di Prato. La vita di Francesco Datini – Alle Origini del Capitalismo Italiano*, Milano, Corbaccio, 1957
  
- OTTE, Enrique, “El império genovês, 1522-1556”, in *Banchi pubblici, Banchi privati e monti di pietà nell’Europa preindustriale. Amministrazione, tecniche operative e ruoli economici*. Atti della Società Ligure di Storia Patria, XXXI, 1991, pp.247-263.
  
- PACINI, Arturo, *La Genova di Andrea Doria nell’Impero di Carlo V*, Firenze, L.Olschki, 1999
  
- *I presupposti politici del secolo dei genovesi: La riforma del 1528*, Società Ligure di Storia Patria, 1990.
  
- PANELLA, Antonio, “Una Lega italiana durante la guerra dei Trent’anni”, in: *Archivio Storico Italiano*, vol. II, 1936, pp. 3-36
  
- PARKER, Geoffrey, (org.) *La crisis de la Monarquía de Felipe IV*, Santa Perpétua de Mogoda, Editorial Crítica, 2006.
  
- *Un solo re, un solo impero. Filippo II di Spagna*, Bologna, Il Mulino, 2005
  
- (a cura di), *La crisi generale del XVII secolo*, Genova, ECIG, 1988
  
- PASSOS, Carlos, “Relações históricas luso-italianas”, *Sep. dos Anais*, Lisboa, II série, vol.7, 1956
  
- PÀSTINE, Onorato, “Fiere di cambio e cerimonia secentesco”, in: *Giornale Storico e Letterario della Liguria*, fascicolo III, 1940, pp. 109-122
  
- “Rapporti tra Genova e Venezia nel sec. XVII e Gio. Bernardo Veneroso”, in: *Giornale Storico e Letterario della Liguria*, fascicolo I, 1938, pp. 190-210; 260-266.
- “Liguri pescatori di corallo”, in: *Giornale Storico e Letterario della Liguria*, 1931, pp.169-185; 287-310.

PAZZINI, Carlo, *L'avventuroso navigare di Giovanni da Verrazzano*, Bologna, Cappelli Editore, 1970

PELÚCIA, Alexandra, “Entre a honra e o proveito: nobres à margem do Estado Português da Índia na primeira metade do século XVI”, in: *Anais de História de Além-Mar*, Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 165-176

PERAGALLO, Prospero, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI*, Genova, Stabilimento Tipografico Ved. Papini e Figli, 1907

- *La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia di Clemente Sernigi*, Genova, Stabilimento Papini, 1901

- *Carta de el-rei D. Manuel ao Rei Catholico*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1892

PEREIRA, Isaiás da Rosa, “Lucas Giraldi, mercador florentino, na Inquisição de Lisboa”, in: *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, Sep. II série, vol.28, 1982

PERES, Damião, *História de Portugal – Sob o signo da Índia* (palestras na Emissora Nacional), Porto, Portucalense Editora, 1969, t. II

- *História monetária de D. João III*, Lisboa, 1957

- *1580 – O governo do prior do Crato*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1928

PICCININI, Prassitele, “Rapporti fra Italia e Portogallo nel campo delle scienze mediche”, in: *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia D'Italia, 1940, pp.387-401

PINTO, João Rocha, *A Viagem – Memória e Espaço*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989

PO, Guido, “La collaborazione italo-portoghese alle grandi esplorazioni geografiche ed alla cartografia nautica”, in: *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo-Memorie e Documenti*, Roma, Reale Accademia D'Italia, 1940, pp. 261-321

PISSURLENCAR, Panduronga, *Regimentos das Fortalezas da Índia*, Bastorá, 1951

- “Rivalidade luso-holandesa na Índia durante a dominação Filipina”, in: *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Bastorá, Tipografia Rangel, ns. 47 (1940) e 49 (1941).

PRETO, Paolo, *I Servizi Segreti di Venezia. Spionaggio e controspionaggio ai tempi della Serenissima*, Milano, Il Saggiatore, 2004

QUEYROZ, Padre Fernão de, *Historia da Conquista temporal e espiritual de Ceylão*, Columbo, 1916

QUINTELLA, Ignacio da Costa, *Annaes da Marinha Portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1840

RADULET, Carmen M., (a cura di) “L’Italia come archivio e cassa di risonanza della storia e della cultura portoghese”, in *Italia Portogallo. Viaggio nella storia e nella cultura* Viterbo, Sette Città, 2008, pp. 11-32

- “Cósimo III and the Portuguese Restoration: A Voyage to Portugal in 1668-1669”, in *E-journal of Portuguese History*, Brown University, Department of Portuguese and Brazilian Studies, 2003, vol. 1, n.2
- “Conservar e Coleccionar, Produzir e Divulgar em Itália Documentação sobre os Descobrimentos Portugueses”, in *As Novidades do Mundo*, (coord.) Maria da Graça Mateus Ventura e Luís Jorge Semedode Matos, Lisboa, Colibri, 2003, pp. 225-240
- “Baccio da Filicaia: um florentino entre Portugal e o Brasil em finais do séc. XVI e princípios do século XVII”, in: *Anais de História de Além-Mar*, Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp.65-77
- “Os Italianos nas rotas do comércio oriental (1500-1580)”, in: *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 257-267
- “Um retrato italiano do Reino de Portugal no século XVI”, in: *Mare Liberum*, (14), 1997, pp. 99-114
- “La filiera italiana”, in AA.VV. *Lisbona oltre le mura – Il mondo dei navigatori portoghesi nell’età delle scoperte*, s.l. ed. Frassinelli, 1994, pp. 105-114

(tradução italiana de *Lisbonne hors les murs*, Éditions Autrement, 1990)

- *Os descobrimentos portugueses e a Itália*, Vega, Lisboa, 1991
- “Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente”, in:  
*Os descobrimentos portugueses e a Itália*, Vega, Lisboa, 1991, pp.59-75
- *Documenti delle scoperte portoghesi-I Africa*, Adriatica Editrice, Bari, 1983

RADULET, Carmen e THOMAZ, Luis Filipe F.R., “Fontes italianas para a história dos portugueses no Índico”, in: *Mare Liberum*, Dezembro 1999-Junho 2000, n. 18-19

RAU, Virginia, “Cartas de Lisboa no Arquivo datini di Prato”, in: *Estudos de História, Lisboa*, Editorial Verbo, 1968, pp.59-74

- “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”, in:  
*Estudos Italianos em Portugal*, n. 24, Lisboa, 1965
- “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (século XV e XVI)”, in: *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, pp.131-173
- “Aspectos do pensamento económico português durante o século XVI”, in  
*Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, pp.203-280
- “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini”, in: *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, pp.13-57
- “Os Mercadores-banqueiros estrangeiros em Portugal no tempo de D. João III, (1521-1557)”, in: *Estudos sobre história económica e social do antigo regime*, Lisboa, Editorial Presença, s.d., pp. 67-82
- *A casa dos contos*, Coimbra, Tip. Atlântica, 1951
- “Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII”, in:  
*Revista Portuguesa de História*, sep., Coimbra, 1961, tomo VIII, pp.5-13

- “Feitores e Feitorias ‘Instrumentos’ do Comércio Internacional Português no Século XVI”, in: *Brotéria*, Lisboa, 1966, pp.5-24
- “Um florentino ao serviço da expansão ultramarina portuguesa Francisco Corbinelli”, in: *Memórias*, Centro de Estudos de Marinha, Lisboa, 1974, pp.107-141
- “Affaitati”, in: *Dicionário de História de Portugal* (coord. Joel Serrão) vol. I, pp. 33-34
- “Studenti ed eruditi portoghesi in Italia nel secolo XV”, in *Estudos Italianos em Portugal*, n.36, 1973, pp. 7-73
- “Notes sur la traite portugaise à la fin du Xve siècle et le florentin Bartolomeo di Domenico Marchionni”, sep. *Bulletin de l’Institut Historique Belge de Rome*, 1974, t. XLIV, pp. 535-543

REGLÀ, Juan, “Contribución al estudio de la anexión de Portugal a la corona de España en 1580”, in: *Hispania*, vol.XXI, 1961, pp.22-48

REGO, António da Silva, “Duarte Catanho, espião e embaixador (1538-1542)”, in: *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1953, II série, vol. IV, pp. 121-140

RENOUARD, Yves, *Les hommes d’affaires italiens du moyen age*, Paris, Librairie Armand Colin, 1949

- “Les hommes d’affaires italiens et l’avènement de la renaissance”, sep. de *O Instituto*, vol. 113, Coimbra, 1949
- “Le compagnie commerciali fiorentine del Trecento (Dai documenti dell’Archivio Vaticano), in *Archivio Storico Italiano*, n. 365 e 366, 1938, pp. 41-68 e 163-169

REPARAZ Júnior, Gonçalo de, “Portugueses e Italianos na Época das Descobertas”, in *Seara Nova*, 13 de Setembro 1928, pp.143-146

RIBEIRO, Vítor, *Privilégios de estrangeiros em Portugal (ingleses, franceses, alemães, flamengos e italianos)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917

RICARD, Robert, *Études sur l'Histoire dès Portugais au Maroc*, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955

RISTORI, R., BAROCCHI, P., BRAMANTE, K. Loach, ( a cura di), *Il carteggio indiretto di Michelangelo*, Firenze, S.P.E.S, I, 1988

ROSÁRIO, Fernando de Moraes do, *Genoveses na História de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio, 1977

- “ O português Bartolomeo Marchionni no tribunal de Génova”, in: *História*, 22/23, 1980, pp. 106/113

ROMANO, Ruggiero, “L’Italia nella crisi del XIV secolo”, in: *Nuova Rivista Storica*, Vol. L, anno 1966, pp. 580-595

- “Tra XVI e XVII secolo. Una crisi economica 1619-1622”, in: *Rivista Storica Italiana*, anno LXXIV, fasc.3, 1962, pp.480-531

- “Aspetti economici degli armamenti navali veneziani nel secolo XVI”, in: *Rivista Storica Italiana*, anno LXVI, fasc. I, 1954, pp.39-67

- “Banchieri genovesi alla corte di Filippo II”, in: *Rivista Storica Italiana*, anno LXI, fascicolo I, 1949, pp. 241-247

ROSA, João, *Alentejo à janela do passado – Breves notícias de Arte, Etnografia e História*, Lisboa, LCGG, 1940

RUSSO, Maria Grazia, “Un’edizione perduta, un manoscritto sconosciuto e una traduzione italiana inedita: i documenti della Década X di Diogo do Couto nella Biblioteca Angelica di Roma”, in: Carmen Radulet, (a cura di) *Italia Portogallo: Viaggio nella storia e nella cultura*, Viterbo, Sette Città, 2008, pp. 135-168

- “*Archivio Storico Italiano*: oltre centocinquant’anni di studi e ricerche sulla presenza dei banchieri e dei mercanti italiani in Portogallo”, in: *Case commerciali banchieri e mercanti italiani in Portogallo*, Lisbona, Istituto Italiano di Cultura, 1998

SÁ, A. Moreira de, *Humanistas Portugueses em Itália*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983

SABATINI, Gaetano, “La comunità portoghese a Roma nell’età dell’unione delle corone 1580-1640), in C.J. Hernando Sánchez (org.), *Roma e España: un crisol de la cultura europea en la edad moderna*, Madrid, 2007

SAMPAIO, António Villas Boas e, *Nobiliarquia Portuguesa*, Amstradam, 1754

SANCHEZ, M. Herrero, “Génova y el sistema imperial hispánico”, in *La Monarquía de las naciones-Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*, (ed.) A. Alvarez-Ossorio Alvariño y B. J. Garcia Garcia, Fundación Carlos Amberes, 2004, pp.527-562.

- “Una república mercantil en la órbita de la monarquía católica (1528-1684). Hegemonía y decadencia del agregado hispano-genovés”, in: B. Anatra e F. Manconi (org.), *Sardegna, Spagna e Stati Italiani nell’età di Carlo V*, Roma, Carocci, 2001, pp. 183-200

SANTARÉM, Visconde de, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o princípio da monarquia portuguesa, até ao nossos dias*, Paris, Lisboa: J.P. Aillaud, Tip. da Academia Real das Ciências, , 1842-1860

SANTOS, Catarina Madeira, «Goa é a chave de toda a Índia» *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999

SANTOS, Maria Emília Madeira, “Afonso de Albuquerque e os feitores”, in: *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Actas, Lisboa, 1985, pp. 202-226

- “O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620”, sep. *Revista da Universidade de Coimbra*, v. 32, 1985

- *Relações Diplomáticas entre Portugal e Veneza (entre 1641-1649)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1965.

SAPORI, Armando, *Il mercante italiano nel Medioevo*, Milano, Editoriale Jaca Book, 1983

- “La cultura del mercante italiano”, in: *Gli Orizzonti Aperti- Profili del mercante medievale*, a cura di Gabriella Airaldi, 1994

- “I primi viaggi di Levante e di Ponente delle Galere fiorentine, in *Archivio Storico Italiano*, 1956, n. 409 pp. 69-90
- “I primi viaggi di Levante e di Ponente delle Galere Fiorentine”, in *Archivio Storico Italiano*, anno CXIV, 1956, pp. 69-91
- “La Compagnia dei Frescobaldi in Inghilterra, in *Archivio Storico Italiano*, 1944, n. 389, pp. 3-81
- “L’interesse del danaro a Firenze nel Trecento (Dal testamento di un usuraio), in *Archivio Storico Italiano*, 1928, n. 328, pp.161-186
- “Le Compagnie dei Bardi e dei Peruzzi in Inghilterra nei secoli XIII e XIV, in *Archivio Storico Italiano*, 1922, n. 305-306, pp. 5-64

SCAMMEL, Geoffrey V., *Genesi dell’Euroimperialismo e sua espansione oltremare (1400-1715)*, Genova, ECIG, 2000

SCELLE, Georges, *La traite négrière aux Indes de Castille: contrats et traités d’asiento*, Paris: Sirey, 1906

SCHAUB, Jean-Frédéric, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, vol. I-II (1939); vol. III (1967), 2ª ed.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Ed. Colibri, 1994

- *Itinerário de El-rei D. Sebastião (1568-1578)*, Lisboa, 1987
- “O Surto Regional Português na Legislação dos Filipes (1581-1625)”, *Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1975
- “Fontes de Direito para a História da Sucessão de Portugal”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, 1960, vol. 35, pp. 92-229
- “Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião”, Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXIV, Coimbra, 1958

SILVA, Gentil da, *Banque et crédit en Italie au XVIIe siècle*, Paris, Editions Klincksieck, 1969, 2 vols.

- *Marchandises et Finances – Lettres de Lisbonne (1563-1578)*, Paris, S.E.V.P.E.N, 1961
- “Trafics du Nord, marches du «Mezzogiorno», finances génoises: recherches et documents sur la conjoncture a la fin du XVIe siècle”, in: *Revue du Nord*, n.162, Lille, Avril-Juin 1959
- *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607 – Lettres Marchandes*, Paris, Librairie Armand Colin, 1956
- “Estudos de História e Geografia da Expansão Portuguesa, in: *Anais*, Lisboa, t.II, 1950
- “Alegação a favor da Companhia Portuguesa da Índia Oriental”, separata do tomo VIII *Ciências Históricas e Filológicas*, Lisboa, 1950
- “Contratos da trazida de drogas no século XVI”, sep. *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1949

SILVA, Nuno J. Espinosa da, “João das regras e outros juristas portugueses da Universidade de Bolonha (1378-1421)”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 1960, v. XII, pp. 5-35

SMITH, David Grant, *The Portuguese Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*, Texas, Austin (Phd), 1975

SOLDI RONDININI, G. “Le vie transalpine del commercio milanese dal sec. XIII al XV”, in AA.VV., *Felix Olim Lombardia. Studi di storia patria dedicati dagli allievi a Giuseppe Martini*, Alessandria, Ferraris, 1978, p. 343-485.

SOMMI-PICENARDI, “Luigi Dovara Gentiluomo Cremonese – Agente medico alla Corte di Filippo II”, in *Archivio Storico Italiano*, 4ª serie, 1911, pp. 49-129

SONNAZ, Carlo Alberto, *Relazioni fra i Reali di Savoia ed i Reali di Portogallo (1146-1849)*, Torino, Fratelli Bocca Librai di S. M., 1908

SOUSA, Alfredo Botelho de, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia*, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1946-1955, 13 vols.

SOUSA, Manuel Jorge Nunes de, “A escravatura no início da Expansão. Métodos de aquisição e exploração do tráfico”, in: *Bartolomeu Dias e a sua época*, Congresso Internacional Actas, Porto, 1989, pp. 197-216

SOUSA VITERBO, Francisco Marques de, “A cultura intellectual de D. Affonso V”, in: *Arquivo Historico Portuguez*, v.II, pp.254-272

- *Trabalhos náuticos dos portuguezes nos séculos XVI e XVII*, Imprensa Nacional- Casa da Moeda
- *Artes e Artistas em Portugal*, Lisboa, Livraria Ferin Editora, 1920, 2ªed.
- “O monopólio da cortiça no séc. XV”, in: *Arquivo Historico Portuguez*, 1904, Vol. II, pp.41-46
- “A pesca do coral no século XV”, in: *Arquivo Histórico Portuguez*, v.I, pp. 315-318
- *A Livraria Real especialmente no Reinado de D. Manuel*, Lisboa, Typographia da Academia, 1901
- “A exposição d’arte ornamental”, Extraído do *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, s.l., s.d.

SOVERAL, Visconde de, *Apontamentos sobre as antigas relações políticas e comerciais de Portugal com a República de Veneza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893

SPALLANZANI, Marco, *Giovanni da Empoli un mercante fiorentino nell’Asia portoghese*, Firenze, S.P.E.S., 1999

- *Mercanti fiorentini nell'Asia Portoghese (1500-1525)*, Firenze, S.P.E.S., 1997
- *Giovanni da Empoli: mercante navigatore fiorentino*, Firenze, S.P.E.S., 1984
- "A Note on Florentine Banking in the Renaissance: Orders of Payments and Cheques, in *The Journal of European Economic History*, vol. 7, n.1, Spring 1978, pp. 145-168

SPINELLI, Franco, *I Lombardi in Europa. Nomi, sedi, operatività, rapporti con le autorità*, Milano, Franco Angeli, 2006

SPINI, Giorgio, "Il Principato dei Medici e il sistema degli Stati Europei del Cinquecento", in: *Firenze e la Toscana dei Medici nell'Europa del '500*, Atti del Convegno Internazionale, Firenze 9-14 giugno 1980, Olschki Editore, 1983, pp. 177-216

- "La congiura degli spagnoli contro Venezia del 1618", in *Archivio Storico Italiano*, 1949, pp. 17-53 e 1950, pp. 159-174

STEGAGNO PICCHIO, Luciana, "A Literatura de viagens e o diálogo italo-português", in: *Mare Liberum* (2), 1991, pp.89-96

STELLA, Aldo, "La crisi economica veneziana della seconda metà del secolo XVI", in: *Archivio Veneto*, V Serie, n.93-94, 1956, pp.17-69

SUBRAHMANYAM, Sanjay, "The trading world of the western Indian Ocean, 1546-1565: A political interpretation", in: *A carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 207-227

- "On the Significance of Gadflies: the Genoese East India Company of the 1640s", in *Journal of European Economic History*, Roma, Luigi de Rosa editor, vol. 17, n.3, 1988, pp.559-581.

TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus na época dos Descobrimentos*, Gouveia, ELO, 1995

- "Judeus, cristãos novos e o Oriente", sep. *Estudos Orientais*, 3, 1992, pp.49-63.

- “Judeus, cristãos novos e os descobrimentos portugueses, sep. *Sefarad*, 1988, pp. 293-308

TENENTI, Alberto, “Il mercante e il banchiere”, in: Eugenio Garin, *L’Uomo del Rinascimento*, Roma-Bari, Laterza, 2005, págs. 203-236

- “La Repubblica di Venezia e la Spagna di Filippo II e Filippo III”, in: *Studi Veneziani*, Pisa-Roma, Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 1996

THOMAZ, Luís Filipe F.R., “A questão da pimenta em meados do século XVI”, in *Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 37-206

- “A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia”, in: *Mare Liberum*, Julho 1995, n. 9, pp. 481-519

TOGNETTI, Sergio, *Un’industria di lusso al servizio del grande commercio. Il mercato dei drappi serici e della seta nella Firenze del Quattrocento*, Firenze, Olschki, 2002.

- *Il banco Cambini. Affari e mercati di una compagnia mercantile-bancaria nella Firenze del XV secolo*, Firenze, Olschki, 1999.

TOVAR, Conde de, *Portugal e Veneza na Idade-Média (até 1495)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933

- *O Arquivo de Estado de Veneza*, Lisboa, 1933

TRIVELLATO, Francesca, “Juifs de Livourne, Italiens de Lisbonne, hindous de Goa. Réseaux marchands et échanges interculturels à l’èpoque moderne”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 2003/3, pp. 581-603.

- “Jews of Leghorn, Italians of Lisbon, and Hindus of Goa: Merchant Networks and Cross-Cultural Trade in the early Modern period”, in *Commercial Networks in the Early Modern World*, (edited by Diogo Ramada Curto and Anthony Molho), Badia Fiesolana, San Domenico, 2002/2, pp. 59-89

- “From Livorno to Goa and Back: Merchant Networks and the Coral-Diamond Trade in the Early-Eighteenth Century”, in *Portuguese Studies* (ed. Helder Macedo), 2000, 16, pp. 193-217.

TUCCI, Ugo, “Mercanti veneziani in India alla fine del secolo XVI”, in: *Studi in onore di Armando Saporì*, vol. II, pp.1091-1111.

UNALI, Anna, “Aspettative economiche nelle relazioni di viaggio in rapporto all’esplorazione dell’Africa occidentale: il commercio dell’oro”, in: *Bartolomeu Dias e a sua época* Congresso Internacional Actas, Porto, 1989, pp. 45-58

- *Mercanti e artigiani italiani a Cordova nella seconda metà del Quattrocento*, Bologna, Cappelli Editore, 1984

UZIELLI, Gustavo, *Colloquio avvenuto in Firenze nel luglio del 1459 fra gli Ambasciatori del Portogallo e Paolo dal Pozzo Toscanelli*, Roma, presso la Società Geografica Italiana, 1898, pp.3-19

VAGLIENTI, Piero, *Storia dei suoi tempi, 1492-1514*, a cura di Giuliana Berti, Michele Luzzati, Ezio Tongiorgi, Pisa, Nistri-Lischi e Pacini, 1982

VALENZANO, Simonetta Nuvolari Duodo, *La Saga dei Fugger I Banchieri degli Asburgo – Dal 1330 al 1600*, Genova. De Ferrari, 2003

VALLADARES, Rafael, *La rebellion de Portugal 1640-1680. Guerra, conflito y poderes en la monarquia hispànica*, Junta de Castilla y León, 1998

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*, ed.fac-similada, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1994

VARELA, Consuelo, *Colón y los florentinos*, Madrid, Aliança Editorial, 1988

- “El entorno florentino de Cristóbal Colón”, in: *La presenza italiana in Andalusia nel Basso Medioevo*, Atti del secondo convegno, Roma, Cappelli Editore, 1984

VASSALLO E SILVA, Nuno, “The Portuguese Gem Trade in the Sixteenth Century”, in *Jewellery Studies*, 6, 1993, pp. 19-28

VEIGA, Carlos José Margaça, *Perda da independência, 1578-1583*, Matosinhos, Quidnovi, 2006

- *A Herança Filipina em Portugal*, CTT Correios de Portugal, 2005

- *Poder e Poderes na Crise Sucessória Portuguesa (1578-1581)*, texto policopiado, Lisboa, 1999, 2 vols.
- *A agregação da coroa de Portugal à de Castela: aspectos da estratégia de Filipe II*, Lisboa, 1990 (texto policopiado)

VELINKAR, Joseph, “Carreira ships arriving in India (1555-1571 A.D.), in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos. Actas do VIII Seminário de História Indo-Portuguesa*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 611-619

VELLOSO, Queiroz, *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1946

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus, *Negreiros Portugueses na Rota da Índia de Castela (1541-1556)*, Lisboa, Edições Colibrí, 1999

VERLINDEN, Charles, « Quelques types de marchands italiens et flamands dans la Péninsule et dans les premières colonies ibériques au XVe siècle », in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel*, (herausgegeben von) hermann Kellenbenz, Köln-Wien, 1970, pp. 31- 47

- La colonie italienne de Lisbonne et le developpement de l'économie metropolitain et coloniale portugaise, in *Studi in onore di Armando Saporì*, Firenze, 1956, vol.I
- Le influenze italiane nella colonizzazione iberica (uomini e metodi) , in : *Nuova Rivista Storica*, Roma-Napoli-Città di Castello, anno XXXVI, fasc. VI, 1952, pp.254-270
- Le problème de l'expansion commerciale portugaise au moyen âge, in *Biblos, Revista da Faculdade de Letras de Coimbra*, 1947, t. XXIII, pp. 453-467

VITALE, Vito, *Breviario della storia di Genova*, Genova, 1955

- “Diplomatici e Consoli della Repubblica di Genova”, in *Atti della Società Ligure di Storia Patria*, Genova, 1934

- VOLPINI, Paola, “Toscana e España”, in *La Monarquía de Felipe III: Los Reinos*, vol. IV, Madrid, Fundación MAPFRE-Istituto de Cultura, 2008, pp. 1133-1149
- WEBER, Max, *L’etica protestante e lo spirito del capitalismo*, Milano, BUR, 2006
- WINIUS, George D., “Padre Antonio Ardizzone Spinola: A Genoese Priest at the twilight of the *Estado da Índia Oriental*”, in: *Mare Liberum*, Julho 1995, n. 9, pp. 521-526
- WOODWARD, Geoffrey, *Filippo II*, Bologna, Il Mulino, 1992 (trad.it.)
- ZALIN, Giovanni, “Traffici e schiavi nel Mediterraneo tra Cinque e Seicento”, in: *Archivio Storico Italiano*, anno CXLI, 1983, pp. 463-474
- ZUCCHI, Mario, “Il Cardinale Maurizio di Savoia e l’Arcivescovato di Monreale”, in: *Archivio Storico Italiano*, vol. I, 1936, pp. 129-156